



VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA & HISTORIOGRAFIA

ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICAS DA MEMÓRIA

CADERNO DE
RESUMOS



06 a 08 de março de 2024



Centro de Humanidades II - CH/UFC

Realização



Apoio



Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
[Organizadoras]

Caderno de Resumos

VII Seminário Internacional História e Historiografia

Escrita da História e Políticas da Memória

Fortaleza
2024

Reitor da Universidade Federal do Ceará

Custódio Almeida

Vice-Reitora da Universidade Federal do Ceará

Diana Azevedo

Chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará

Mário Martins Viana Júnior

Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em História

Ana Sara Cortez Irffi – Universidade Federal do Ceará

George Felix Cabral de Souza - Universidade Federal de Pernambuco

Uiran Gebara da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Francisco Gleison da Costa Monteiro - Universidade Federal do Piauí

Fabiula Servilha de Souza - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Fábio Baqueiro Figueiredo - Universidade Federal da Bahia

Edvaldo Correa Sotana - Universidade Federal do Mato Grosso

Francivaldo Alves Nunes - Universidade Federal do Pará

Keith Váleria de Oliveira Barbosa - Universidade Federal do Amazonas

Marcos Vinicius de Freitas Reis - Universidade Federal do Amapá

Comissão Científica

Ana Sara Cortez Irffi – Universidade Federal do Ceará

George Felix Cabral de Souza - Universidade Federal de Pernambuco

Uiran Gebara da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Francisco Gleison da Costa Monteiro - Universidade Federal do Piauí

Fabiula Servilha de Souza - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Fábio Baqueiro Figueiredo - Universidade Federal da Bahia

Edvaldo Correa Sotana - Universidade Federal do Mato Grosso

Francivaldo Alves Nunes - Universidade Federal do Pará

Keith Váleria de Oliveira Barbosa - Universidade Federal do Amazonas

Marcos Vinicius de Freitas Reis - Universidade Federal do Amapá

Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará

Ian Merkel – Universidade de Groningen

Comissão Organizadora

Ana Carla Sabino Fernandes - Universidade Federal do Ceará

Ana Rita Fonteles Duarte - Universidade Federal do Ceará

Ana Sara Cortez Irffi - Universidade Federal do Ceará

Antônio Gilberto Ramos Nogueira - Universidade Federal do Ceará

Antônio Luiz Macedo - Universidade Federal do Ceará

Cláudia Freitas de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Kleitton de Sousa Moraes - Universidade Federal do Ceará

Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará

Comissão Espaço da Graduação

Ana Suelle de Oliveira Gomes - Mestrado PPGH UFC

Norma Sueli Semião Freitas - Doutorado PPGH UFC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
PROGRAMAÇÃO	07
SIMPÓSIOS TEMÁTICOS PRESENCIAIS	
ST 02 - Métodos, técnicas e conceitos no campo da História das Propriedade	12
ST 03 - Teoria da história e história da historiografia: narrativas, identidade e (ab)usos do passado	22
ST 04 - Ensino de História e Historiografias da África e da Cultura Afro-brasileira	32
ST 05 - Gênero, saúde e corpos insubmissos: escrita da história atenuando silenciamentos	39
ST 06 - História e Historiografia da Educação: sujeitos, instituições e práticas escolares	44
ST 07 - A história dos esportes: entre a escrita acadêmica e a história pública	55
ST 08 - Brasil republicano: autoritarismos democráticos e ditatoriais nos séculos XX e XXI	65
ST 09 - História e Literatura: práticas de leitura, de escrita e formação intelectual	82
ST 10 - História, arte e invenção: identidades, subjetividades e narrativas da História	88
ST 11 - Historiografia dando forma a memórias sobre o ensino (de História)	97
ST 12 - Patrimônio cultural, políticas da memória e o ofício da história	102
ST 13 - Diálogos entre história e saúde: memória, historiografia, política e sociedade	114
ST 16 - O Mundo Atlântico: colonização, sertões e fronteiras (séculos XVI ao XIX)	124
ST 17 - Historiografia, cinema e fotografia: teorias e perspectivas	133
ST 18 - Ditaduras de segurança nacional no Cone-Sul: história e memória	139
ST 19 - História e narrativa: abordagens e perspectivas	145
SIMPÓSIOS TEMÁTICOS ONLINE	
ST 02 - Testemunho, escrita da história e violência (séculos XX e XXI)	162
ST 03 - A história e a historiografia das práticas alimentares e os múltiplos usos do alimento	171
ST 04 - Decolonialidade e teoria da história: desafios éticos, epistemológicos e metodológicos	175

ST 05 - Construir História no presente: perspectivas, possibilidades e desafios	187
ST 06 - Ditaduras militares na América Latina, transições democráticas e usos políticos do passado: a História em tempos de negacionismos	199
ST 07 - Mulheres e movimentos femininos nacionais e internacionais (XIX-XXI)	214
ST 08 - Desafios do ensino de história vivenciados em projetos de ensino e extensão: práticas cotidianas e historiografia	221
ST 09 - 80 anos de CLT: entre avanços e recuos os direitos trabalhistas perpassam o capitalismo	226
ST 10 - Trajetórias, biografias e histórias de “vidas infames”	232
ST 11 - Ensino de história e práticas escolares	245
ST 12 - Resistências e memória na construção da cidadania pós-abolição	255
ST 13 - A historiografia militar e das forças de segurança, produção e evolução	262
ST 14 - Consciência histórica e cultura histórica: diálogos possíveis na pesquisa historiográfica	267
ST 15 - Política, economia e sociedade no Brasil oitocentista	281
ST 17 - História urbana, patrimônio cultural, territórios e identidades	300
ST 18 - O Brasil do século XIX: novas proposições	316
ST 19 - A morte, os mortos e o morrer na história e na historiografia	326
ESPAÇO DA GRADUAÇÃO	
Eixo Temático - História da saúde e das doenças	344
Eixo Temático - História e política	351
Eixo Temático - História e ficção: literaturas, práticas de edição e da leitura	369
Eixo Temático - Mundos do trabalho	371
Eixo Temático - História pública e usos do passado	380
Eixo Temático - História, gênero e abordagens anticoloniais	385
Eixo Temático - História oral; práticas, discursos e performances	396
Eixo Temático - Ensino e educação histórica	401
Eixo Temático - Patrimônio cultural e memória	408

A realização do **VII Seminário Internacional História e Historiografia: os usos políticos do passado no Brasil contemporâneo** se constitui num importante eixo de consolidação e ampliação de uma rede de investigação e produção do conhecimento histórico compreendendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O evento em apreço está inserido num conjunto de ações dedicadas à consolidação dos cursos de Pós-Graduação em História das seguintes universidades: UFC, UFMT, UFPE, UFRPE, UFRN, UFPI, UFBA, UFPA, UFAM e UNIFAP.

Ao incentivar o diálogo entre pesquisadores de História e áreas afins, o seminário tornará mais efetiva a troca de experiências e a explicitação de inquietações, desafios, metodologias e conceitos que têm delineado o horizonte dos trabalhos em andamento. O caráter itinerante possibilita a divulgação e promove a elevação da qualidade da produção científica, eliminando as barreiras da área da história no processo de internacionalização do conhecimento.

O **VI Seminário Internacional de História e Historiografia** visa assegurar, em base ampliada, a continuidade de um evento que tem agregado docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em torno dos desafios contemporâneos da investigação histórica. A tomada de consciência da relação do historiador com a multiplicidade das dimensões temporais vem conduzindo ao entendimento segundo o qual, longe de qualquer pretensa natureza mimética do real, o discurso apoiado no trabalho de interpelação das fontes e elaboração escrita requer a problematização contínua de seus próprios procedimentos, escolhas e filiações.



**PRO
GRAM
AÇÃO**

QUARTA-FEIRA, 06 de março de 2024**08:00 – Cerimônia de Abertura****08:00 – Mesa I – História e Historiografia de Gênero para a Amazônia.**

Local: Auditório Rachel de Queiroz, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Debatedores: Lara de Castro (UNIFAP), Cristina Donza (UFPA), Maria Luíza Ugarte Pinheiro (PPGH/UFAM).

Mediação: Ana Rita Fonteles Duarte (UFC).

10:00 – Mesa II – Amazônia na memória brasileira.

Local: Auditório Rachel de Queiroz, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Debatedores: Regina Beatriz Guimarães Neto (UFPE), Agenor Sarraf Pacheco (UFPA), Vitale Joaoni Neto (UFMT).

Mediação: Edvaldo Correa Sotana (UFMT).

10:00 – Mesa III – Tensão produtiva: ensino de história e historiografia.

Local: Auditório José Albano, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Debatedores: Mauro Cezar Coelho (UFPA), Margarida Dias de Oliveira (UFRN), Julia Alves de Andrade (UFRPE).

Mediação: Ana Carla Sabino (UFC).

14:00 – Simpósios Temáticos e Espaço da Graduação.

Simpósios presenciais: Verificar local neste Caderno de Resumos.

Simpósio Online: Link para o Google Meet disponibilizado através do email informado no formulário de inscrição.

Pôster: Pátio da História, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

18:30 – Mesa IV – História, arquivos e subjetividades contemporâneas.

Local: Auditório José Albano, Centro de Humanidades I, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Debatedores: Jailson Silva (UFC), Fábio Leonardo Brito (UFPI), Antonio Paulo Rezende (UFPE).

Mediação: Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC).

QUINTA-FEIRA, 07 de março de 2024**08:00 – Conferência – Termos de troca: intelectuais brasileiros e as Ciências Sociais Francesas.**

Local: Auditório Rachel de Queiroz, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Transmissão: Seminário Internacional História e Historiografia (YouTube).

Conferencista: Ian Merkel (Universidade de Groningen, Holanda)

Mediação: Jailson Pereira da Silva (UFC).

* Conferência síncrona com interação do público presencial e online.

10:00 – Mesa V – Possibilidades. “O inferno verde”: projetos desenvolvimentistas e representações acerca da Amazônia no contexto da ditadura.

Local: Auditório Rachel de Queiroz, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Debatedores: César Augusto Bubolz Queirós (PPGH/UFAM), Edilza Joana Fontes (PPGH/UFPA) Sidney Lobato (PPGH/UNIFAP).

Mediação: Kênia Rios (UFC).

08:00 – Mesa VI – Histórias africanas.

Local: Auditório José Albano, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Debatedores: Larissa Gabarra (UNILAB), Reinaldo Barroso (UESPI), Sandra Petit (UFC).

Mediação: Ana Amélia Cavalcante (UFC).

14:00 – Simpósios Temáticos e Espaço da Graduação.

Simpósios presenciais: Verificar local neste Caderno de Resumos.

Simpósio Online: Link para o Google Meet disponibilizado através do email informado no formulário de inscrição.

Pôster: Pátio da História, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

14:00 – Reunião dos Coordenadores da Rede.

Local: Sala da Coordenação do PPGH – UFC, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

18:30 – Lançamento de Livros.

Local: Auditório Rachel de Queiroz, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

SEXTA-FEIRA, 08 de março de 2024**08:00 - Mesa VII - Escravidão e mundos do trabalho na Amazônia (séculos XVIII-XIX).**

Local: Auditório Rachel de Queiroz, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Debatedores: Antonio Otaviano Vieira Junior (UFPA), Antonia da Silva Mota (UFMA), Adalberto Junior Ferreira Paz (UNIFAP).

Mediação: Ana Sara Irffi (UFC).

10:00 - Mesa VIII - Historiografia do Nordeste.

Local: Auditório Rachel de Queiroz, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Debatedores: George Felix Cabral de Souza (UFPE), Marcus de Carvalho Maciel (UFPE), Antonio Torres Montenegro (UFPE).

Mediação: Arnaldo Martin Szlachta Junior (UFPE)

10:00 - Mesa IX (Online) - História, ações afirmativas e educação das relações étnico-raciais.

Local: Transmissão pelo YouTube – Seminário Internacional História e Historiografia.

Debatedores: Arilson dos Santos Gomes (UNILAB), Maria Roseane Correa Pinto Lima (UFPA) e Janailson Macêdo Luiz (UNIFESSPA).

Mediação: Itacir Marques (UFC/UNILAB)

14:00 - Mesa X - Terra, trabalho e fome nos sertões dos Brasis.

Local: Auditório Rachel de Queiroz, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Debatedores: Marcia Maria Menendes Motta (UFC), Darlan Reis (URCA), Francivaldo Alves Nunes (UFPA).

Mediação: Francisco Regis Lopes Ramos (UFC)

17:00 - Conferência de Encerramento - Michel de Certeau, história e literatura: sobre retórica, morte e escrita ensaística.

Local: Auditório Rachel de Queiroz, Centro de Humanidades II, Campus Benfica, Fortaleza/CE.

Conferencista: Douglas Áttila Marcelino (UFMG).

Medição: Meize Regina de Lucena Lucas (UFC).



**SIMPÓSIOS
TEMÁTICOS
PRESENCIAIS**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

Métodos, técnicas e conceitos no campo da História das Propriedades.

Coordenador(es): Mônica de Souza Nunes Martins (UFRRJ) e Marina Monteiro Machado (UERJ).

A construção do conceito de propriedade abrange amplo campo interdisciplinar, que tem se dedicado à problematização, em uma perspectiva mais plural, acerca “das propriedades”. Estudos recentes têm demonstrado, sob viés crítico, os limites das narrativas tradicionais, buscando explorar como sistemas de propriedade foram moldados por relações de poder e dominação, onde também a noção de propriedade de certos grupos sociais assumiu significado distinto nas suas respectivas experiências históricas. A Historiografia brasileira tem produzido investigações que partem da crítica à naturalização do conceito de propriedade individual e seu caráter excludente, consolidado como parte da ordem capitalista a partir do século XIX, no seio do pensamento liberal. Trata-se, portanto, de ampliar o olhar sobre as dimensões das propriedades em suas dimensões agrária, urbana, intelectual e patrimonial, observando as técnicas e métodos de trabalho aplicadas a abordagens que ampliem a análise histórico-social. O presente simpósio pretende, portanto, reunir trabalhos que tenham como foco uma reflexão sobre a história social da propriedade, com ênfase nos métodos e técnicas aplicados às pesquisas neste campo, bem como as experiências históricas que sustentam as chaves de leituras dedicadas ao tema.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024**Local: Sala do ProfHistória – Departamento de História – Centro de Humanidades II****Colonização e ocupação dos sertões do rio Paraíba do Sul: estudos sobre a propriedade rural em uma região de fronteira.**

Thiago de Souza dos Reis - UERJ

A presente proposta de comunicação oral pretende tratar da ocupação da região de fronteira fluminense do Vale do Rio Paraíba do Sul ocorrida ao longo dos séculos XVII a XIX. A partir da análise de uma gama documental diversa, como registros de concessão régia de terras e relatos de viajantes, entre outras fontes documentais, pretendemos analisar a dinâmica de ocupação do solo e uso da terra pelos pioneiros naquela região. Nesse ínterim, o debate sobre os conceitos e práticas de posse e propriedade será uma ferramenta importante para observarmos as relações que lá se implantaram no período. Trata-se de um momento de aumento do interesse por aquela região de fronteira, dado o desenvolvimento e transformações pelos quais passava a economia no Brasil Colônia que lá se refletiam. Assim, identificaremos os pioneiros, suas origens, grupos sociais aos quais pertenciam e grupos familiares formados a partir das condições encontradas na região para debater as formas como adquiriram os direitos sobre a terra.

Palavras-chave: Vale do Paraíba do Sul. Ocupação. Colonização. Propriedade.**Terra, produção e trabalho na formação social dos Sertões cearenses: o Cariri na segunda metade do século XIX.**

Darlan de Oliveira Reis Junior - URCA

Em meados do século XIX, nos sertões cearenses, mais precisamente na região do Cariri, localizada ao sul da província, predominava um mundo rural. A historiografia aponta que houve no decorrer dos oitocentos, principalmente a partir da década de 1850, um crescimento econômico caracterizado pela modernização do espaço, melhorias nos transportes, aumento nos índices de produção, o que refletiu no crescimento das vilas e das cidades. O presente trabalho busca analisar a relação entre a produção econômica, as formas de propriedade e as relações de trabalho, as características centrais do complexo econômico. A riqueza da classe senhorial estava diretamente relacionada à apropriação das terras e à exploração dos trabalhadores pobres e dos escravizados, o que gerava a desigualdade social existente e a relação entre a pobreza e a riqueza na região.

A classe senhorial detinha as melhores terras, expandia seu patrimônio e conseguia diversificar suas atividades econômicas. Aos homens com menos recursos, geralmente restavam as terras de menor valor, descritas geralmente como “terras secas”. Já as terras regadias, com a possibilidade de uso das águas correntes, estavam concentradas nas mãos dos homens mais ricos e poderosos. Do outro lado, pequenos posseiros, trabalhadores sem-terra que moravam nas áreas de seus senhores, pequenos arrendatários, jornaleiros e trabalhadores das cidades constituíam a massa de pobres livres que, junto com os trabalhadores escravizados, realizavam a produção da época. A pobreza de muitos foi gerada em todo este processo, provocando as disputas e as situações de crise no período. Para manter a dominação, a classe dominante utilizava o discurso de impor o trabalho na agricultura aos trabalhadores, como sendo “civilizatório”, ao tempo em que buscava ignorar ou descrever as atividades dos trabalhadores por conta própria como inferiores, atrasadas ou de ociosidade. Foram utilizadas fontes como relatórios provinciais, documentos da Câmara do Crato, jornais e o ensaio estatístico da Província do Ceará.

Palavras-chave: Terra. Sertões. Trabalho. Cariri.

Propriedade de águas e minas no Brasil e a perspectiva transnacional.

Maria Letícia Corrêa - UERJ

A comunicação pretende examinar o tema da propriedade das águas e recursos minerais, em perspectiva teórica e relativa aos métodos de pesquisa. Considerando estudos de caso sobre empreendimentos envolvendo a exploração desses recursos, essa abordagem obriga a indagações que transcendem as fronteiras “nacionais”, enfocando a presença de instituições e pessoas – como os empresários, engenheiros, técnicos e políticos implicados na formulação das políticas para a exploração das águas e de minérios –, e disputas e negociações de atores situados em diferentes países. A ênfase em tais processos e eventos – sem desconhecer a centralidade da esfera propriamente “nacional” na economia, na política e na cultura – torna-se alternativa profícua para conectar processos de modernização/formação do capitalismo e redes relacionais mais específicas, regionais e locais. Propõe-se, nesse enquadramento, considerar regiões como o vale do Rio Paraíba do Sul (para usinas hidrelétricas) e o Vale do Rio Doce (para extrativismo e mineração) como “zonas de contato” e espaços “transnacionais”, conforme proposto por Barbara Weinstein. Ao tratar de temas já estabelecidos no estudo das formações econômicas – como o papel do capital estrangeiro e o surgimento de um mercado global – modifica-se sua percepção, evidenciando-se aspectos não tratados em

pesquisas anteriores. A análise é embasada no levantamento de fontes oficiais e imprensa periódica.

Palavras-chave: Propriedade. História transnacional. Recursos naturais. Conceitos.

O direito à propriedade e à inclusão social: os usos do conceito de propriedade da subcomissão da questão urbana e de Transporte da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

Herculis Pereira Toledo
Rafael Soares Gonçalves

O tema do direito à moradia constitui um dos pressupostos para a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, que deve ser garantido pelo Estado mediante as instituições políticas públicas e a criação dos meios materiais necessários ao seu exercício. Certamente, um dos maiores desafios urbanos é a garantia da permanência e do direito à moradia adequada para populações vulnerabilizadas. É sabido que o crescimento econômico e os investimentos realizados não melhoraram as condições urbanas das grandes metrópoles no país. A maioria das cidades brasileiras vivem situações recorrentes de calamidade pública, ainda que, supostamente, o país conte com leis e instrumentos urbanísticos (estatuto, planos, conselhos, fundos) considerados os mais avançados do mundo. Vive-se uma realidade em que esses instrumentos estão longe de resultar em algo integrado e igualitário, sobretudo no que diz respeito a garantir a função social da propriedade urbana, isto é, assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto a qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas, previstas nas diretrizes legais. O objetivo do presente artigo foi compreender como o conceito de propriedade aparece nas atas da Subcomissão da Questão Urbana e de Transporte da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). É sabido que o trabalho realizado pela Comissão sustentou o trabalho da Constituinte de 1988 que é um marco da transição democrática em uma sociedade altamente urbanizada. Acreditamos que os elementos dessa investigação possam contribuir ao debate sobre a democracia urbana brasileira e a sua crise institucional no período recente. O objetivo da pesquisa foi identificar o debate em torno da questão da propriedade na Constituinte de 1987-1988. Para isso, foram analisadas as atas das reuniões realizadas pela Comissão, em especial, quando tratou do tema referente ao direito a propriedade. Buscando identificar o sentido atribuído pelos componentes da Comissão e os desdobramentos do debate realizado. Passados mais de 30 anos, as propostas não se voltaram à melhor distribuição

da propriedade urbana, assim como ao maior controle sobre práticas especulativas e concentradoras de propriedade. Muitas das propostas de cunho jurídico-urbanístico não foram implementadas em escala local. Por outro lado, observamos que parte da reflexão de gênero foi absorvida em algumas propostas, como a titulação de preferências às mulheres, mas nada foi discutido em termos raciais sobre o debate político sobre a propriedade e, de maneira mais ampla, sobre a própria cidade. Por fim, identificamos que espaços populares vêm sendo atravessados também por noções neoliberais, impactando as formas de gestão do fundiário. Se a regularização fundiária não é uma pauta política recorrente nas agendas dos entes públicos, tampouco nos discursos dos movimentos sociais, a percepção da propriedade de cunho liberal é profundamente inserida nas práticas populares, inclusive com um pujante mercado imobiliário informal. Tais atravessamentos vêm obviamente influenciando as formulações das pautas políticas sobre a propriedade nesses espaços.

Palavras-chave: Propriedade. Direito. Moradia. Democracia.

O Ceará-sertão: mapas, produção do território e escrita da história no século XIX.

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis – URCA

Esta pesquisa investiga a produção do território/sertão do Ceará a partir de uma sequência de mapas produzidos no século XIX, que demarcavam as fronteiras da Província, mais precisamente os limites do sertão do Ceará. Esta proposta de pesquisa busca compreender os exercícios de poder em que foi constituída/desenhada essa porção da nação, nos oitocentos, a partir da produção de uma consciência do espaço geográfico nos desenhos cartográficos; em que medida esse território, como num palimpsesto, foi demarcado enquanto instrumento aglutinador de um sentimento de pertencimento à nação - que apagava a presença indígena - e instituiu as fronteiras para a escrita da História do Ceará, e até que ponto o desenho de linhas político-administrativas de um território forjava os autores dos mapas e no âmbito da administração da Colônia e, mais tarde, do Império. Aqui importa estabelecer um esforço de estudo que ultrapasse a concepção do território como espaço vazio, percebendo as diversas formas de relações estabelecidas entre grupos humanos e os demais componentes de um mundo natural. É preciso voltar aos mapas e documentações diversas sobre a produção do território cearense: estudar os jogos de poder por trás das linhas e palavras escritas, dos interesses e disputas pelas terras e propriedades, pelos recursos hídricos, pela gente (mão de obra) e pelos recursos que se esperavam encontrar no território. Mas também dos jogos de poder que envolviam o estabelecimento do Ceará

(cuja colonização se deu somente em fins do século XVIII) como espaço a ser incorporado/confirmado ao mapa do Brasil. É preciso, então, estudar com quantos riscos se faz um território ou com quantos traços se fez o Ceará.

Palavras-chave: Ceará. Mapas. Território. Propriedade. História.

Direitos de propriedades e ocupação territorial em disputa: sesmarias nos Campos dos Goytacazes (1785-1802).

Mariana Monteiro Machado - UERJ

Apoiando-se nas reflexões sobre os direitos de propriedade a proposta visa esquadrihar o processo de ocupação territorial do interior do atual estado do Rio de Janeiro, a partir da expansão de suas fronteiras internas ao longo do processo de colonização das terras. O foco recai sobre a região Norte Fluminense, hoje conhecida como Campos dos Goytacazes, e tem como fio condutor a ocupação colonial das terras destinadas ao aldeamento dos índios Guarulhos entre os anos 1785 e 1802. Nos debruçamos sobre os conflitos envolvendo a ocupação das terras na região, localizadas ao norte do atual estado do Rio de Janeiro, na passagem dos séculos XVIII para o XIX. O recorte se dá sobre uma conjuntura específica, entre os anos de 1785 e 1802, quando três diferentes indivíduos solicitam concessões de terras na área do antigo Aldeamento de Santo Antônio de Guarulhos: Jerônimo Pinto Neto, Antônio Joaquim Coelho Coutinho e João Manuel Pinto de Magalhães. Separados não apenas pela distância física entre si, mas, também, por suas trajetórias específicas, estes três pretensos sesmeiros recebem Cartas de Sesmarias, porém, cada qual vivenciaria uma realidade distinta no processo de confirmação das terras. Na conjuntura da expansão das fronteiras de ocupação, sob áreas nas quais coexistiam grupos indígenas errantes, aldeamentos religiosos, grupos poderosos sesmeiros e moradores, grupos, formados por agentes sociais desiguais, estabeleceram-se nas terras por meio de diferentes modelos de ocupação, pautando-se as regulamentações da Coroa portuguesa para disputando entre si as possibilidades de aquisição da propriedade territorial. Salienta-se ainda diferentes modelos de propriedade estavam sendo debatidos, e as fontes evidenciam encaminhamentos a Coroa que solicitam sesmarias, pagamentos de foros e direitos dos grupos aldeados, desnudando uma realidade plural sobre os direitos de propriedade disputados. O recorte tem por objetivo contemplar a construção e a desconstrução do aldeamento de Santo Antônio de Guarulhos, bem como as estratégias coloniais de apropriação dessas terras, baseando-se em discursos sobre a proteção dos direitos indigenistas e os interesses diretos nas férteis terras circunscritas ao aldeamento. Ao direcionar a reflexão sobre as

terras presumivelmente pertencentes aos grupos indígenas a partir da política de aldeamentos, abordaremos diferentes conjunturas, para demonstrar como, na prática, mesclavam-se distintos direitos de propriedade territorial e múltiplos interesses entre os grupos envolvidos. São relações expressas em disputas entre grupos sociais desiguais, na busca por salvaguardar o acesso de cada qual às terras dessa região. Mantendo o foco sobre um determinado recorte territorial, a pesquisa se propõe a dar conta da ocupação por grupos indígenas e não indígenas, sempre sob a legitimidade, ou mesmo ilegitimidade, da legislação lusa. Na prática, assistia-se à disputa pelo direito à terra, marcada pela fertilidade dessas áreas e pelo poder dos grupos ali estabelecidos e com suas diferentes concepções de propriedade. O largo recorte proposto nos permite atravessar uma conjuntura extremamente rica, na qual novos aldeamentos foram fundados, ao mesmo tempo que o acesso às terras da antiga aldeia era questionado na justiça por diferentes atores sociais. Em meio aos interesses impressos na expansão das fronteiras, assistiu-se ainda a uma intensa disputa judicial pelo direito aos vencimentos dos foros das terras antes ocupadas pelos Guarulhos, envolvendo moradores – sesmeiros ou não – que disputavam os direitos de propriedade sobre as referidas terras.

Palavras-chave: Sesmarias. Direitos de propriedade. Aldeamentos.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Sala do ProfHistória – Departamento de História - Centro de Humanidades II

Sobre a proteção às bases de dados no Brasil: uma discussão sobre exclusão e acesso a informações produzidas no setor público.

Leandro M. Malavota - IBGE

O presente trabalho discute o tratamento conferido pela legislação nacional e por tratados internacionais a que o Brasil se vincula a obras protegidas por direitos de autor produzidas por instituições públicas, enfocando-se particularmente um dentre esses distintos objetos, as bases de dados eletrônicas. Tomando-se como referência o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – fundação pública responsável pela produção de informações oficiais nos campos demográfico, econômico, social e geocientífico –, pretende-se analisar as políticas de acesso às informações produzidas pela instituição e as possibilidades que o atual quadro jurídico abre a órgãos públicos para restringir ou condicionar o acesso a informações contidas em bases de dados. Em um momento em que os impactos dos direitos de propriedade intelectual sobre o acesso e os usos de bens essenciais (como a informação) se evidenciam, sendo a temática lançada a um lugar privilegiado na agenda de debates internacionais, o estudo pretende prestar

contribuições para o avanço do estado das artes, apresentando e problematizando fatores até então pouco observados no âmbito da administração pública no Brasil. Além disso, a pesquisa também tenciona discutir alguns dos cuidados que os agentes públicos devem tomar quanto à conformidade legal de sua atuação.

Palavras-chave: Bases de dados. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Administração pública.

A Propriedade Industrial nas Exposições Universais do século XIX.

Mônica De Souza Nunes Martins - UFRRJ

O artigo tem como objetivo apresentar aspectos que envolveram o debate sobre a propriedade industrial nas exposições universais do século XIX, mais especificamente analisando as patentes, considerando normas específicas utilizadas nas exposições para incentivar a participação de inventores e diminuir os riscos de cópias das invenções apresentadas. Essa preocupação normativa também estimulou os debates acerca da criação de acordos internacionais para a propriedade industrial, cujo mais importante foi o Acordo de Paris, em 1883.

Palavras-chave: Propriedade Industrial. Exposições Universais. Século XIX.

Vende-se uma oficina: o conceito de propriedades e o uso de escrituras públicas para mapeamento de estabelecimentos manufatureiros no espaço urbano do Rio de Janeiro entre 1830 e 1870.

Daiane Estevam Azeredo - UFRRJ

O objetivo desta comunicação é discutir sobre o conceito de propriedades a partir dos registros de compra e venda de oficinas e de fábricas na cidade do Rio de Janeiro entre 1830 e 1870. Propomos a análise das escrituras públicas do Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro no período Imperial como uma ferramenta para mapear os estabelecimentos manufatureiros e para pensar como as propriedades urbanas eram concebidas no período. Para isso, examinamos as escrituras de compra e venda de oficinas e fábricas fixadas pelas freguesias do centro da cidade carioca para verificar de que forma essas negociações eram realizadas e como era processada a transmissão desses estabelecimentos. Ao final, verificamos que a concepção de propriedade com conotação individual ainda não teria sido estabelecida firmemente, sendo mais viável

percebê-la, ainda, de forma geral, com uma concepção coletiva, assim como já proposto por pesquisadores dedicados ao estudo das propriedades rurais.

Palavras-chave: Oficina. Fábricas. Escrituras. Propriedades. Rio de Janeiro.

As Exposições Universais e suas dimensões econômicas, políticas e culturais: estudos preliminares.

Amanda Gonçalves Marinho - USP

As Exposições Universais, especialmente famosas em fins do século XIX e início do XX, eram lugares de troca. Esses eventos funcionavam como “janelas para o mundo” onde os principais países inventivos exploravam suas potencialidades sob a lógica da modernidade. Os espaços eram utilizados para a demonstração de superioridade das potências participantes, como também para difusão de ideias a nível político, econômico e cultural. O objetivo desse trabalho é fazer uma reflexão preliminar acerca dessas três áreas, a fim de apresentar as possibilidades de intercâmbio entre os países. Ademais, busca-se demonstrar o papel da burguesia nesses campos e o intuito de propagar seus valores e crenças na superioridade do ser humano sobre a natureza, bem como do capitalismo sobre a exploração do trabalhador por este grupo em ascensão, embora isso seja ocultado nos ditos eventos. Dessa forma, as exposições representam uma visão utópica de um progresso e da exploração de recursos naturais ilimitados, mascarados pelas infinitas possibilidades que se apresentavam naquele momento.

Palavras-chave: Exposições Universais. Invenção. Modernidade. Capitalismo.

Inovações tecnológicas no Matadouro Público de Santa Cruz.

Edite Moraes da Costa

Ao longo do século XIX, inovações tecnológicas foram desenvolvidas para construção de moradias, praças e, principalmente, casas de comércio, visando evitar a insalubridade que adoecia as cidades. Até então, os matadouros ficavam próximos à praça de comércio, pois a carne verde deveria ser consumida em até 24 horas após o abate, devido ao processo de putrefação que se inicia. Mas, a insalubridade era intrínseca ao seu funcionamento, por ainda não haver um acondicionamento apropriado, tecnologias adequadas para a conservação da carne, descarte correto dos resíduos e muita umidade. A solução foi proibir as atividades dos matadouros nas cidades, sendo removidos e instalados em áreas que não havia população, e ferrovias foram construídas para escoar sua produção aos mercados na cidade. Nessa conjuntura, objetivamos analisar o novo matadouro público do Rio de Janeiro, construído a 55 quilômetros de distância da cidade, na Imperial Fazenda de Santa Cruz e a introdução de inovações tecnológicas nas suas atividades.

Palavras-chave: Inovações tecnológicas. Matadouros. História da Ciência. Tecnologia.

Reflexões sobre sentidos de propriedade na economia babaçueira piauiense.

Lia Monnielli Feitos Costa – UFC

O presente resumo tem como objetivo tecer algumas considerações a respeito das interpretações sobre propriedade no contexto rural piauiense, durante a segunda metade do século XX, no tocante à economia babaçueira. A indústria extrativa do babaçu, consoante às demais economias extrativas que tomaram corpo em território piauiense durante o século XX, e com mais força em sua segunda metade, deve ser entendida não só no seu contexto áureo, gerador de grandes receitas para o Estado, mas também em toda a sua trajetória, uma indústria cujas bases se consolidaram em função da exploração de trabalhadores rurais combinadas a um acesso à terra limitado pelo Estado e uma ideia de desenvolvimentismo e progresso que forjava muitas promessas de melhorias de vida. Apesar de incentivos à mecanização e modernização agrícola, protagonizados pelo programa POLONORDESTE, tais mudanças não foram suficientes para ocasionar melhoria de vida para as populações do campo que continuaram pauperizadas e sendo utilizadas como mão-de-obra barata. Dessa forma, as populações rurais não só continuaram sem o acesso à terra como também foram submetidas a outras formas de exploração que caracterizaram basilarmente atividades extrativas praticadas no território piauiense durante todo o século XX, destacando-se o babaçu, produto que passa a incrementar as receitas do Estado ainda no início do século, tornando, gradativamente, o Piauí no segundo maior produtor de babaçu do país, atrás apenas do Maranhão. A fim de compreender as complexidades que os usos da propriedade vão adquirindo, partilhamos do que é proposto por Rosa Congost ao sugerir uma “mirada divergente”, a ideal para historiadores e cientistas sociais, pois possibilita questionamentos mais abertos, com chances de gerar uma grande diversidade de respostas. Para o estudo do contexto rural piauiense torna-se pertinente ir além de códigos e posturas oficiais, mas também práticas reais de propriedade emergida das populações do campo, e que fomentam elementos de pertença e justiça. São analisadas como fonte relatórios e mensagens e Governo, Cartas Cepro, Dados Estatísticos do IBGE, e relatos orais, à luz da metodologia da história oral, para alcançar a subjetividade olvidada em fontes oficiais.

Palavras-chave: Rural. Babaçu. Propriedade. Piauí.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

Teoria da história e história da historiografia: narrativas, identidade e (ab)usos do passado.

Coordenador(es): Francisco Dênis Melo (UVA) e Thiago Braga Teles da Rocha (SEDUC/CE).

Este simpósio se propõe a ser espaço de discussões nos campos da teoria da história e da história da historiografia, articulando problemáticas que discutam as relações entre diferentes possibilidades de narrativas e a construção e desconstrução de identidades. Compreendemos, assim como Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que a história é composta por dimensões políticas, éticas e estéticas, sendo “a arte de inventar o passado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Junto a ele também, compreendemos que um “Espaço é formado por sociedade, natureza e discurso” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 108). A história, em sua dimensão narrativa, é uma inventora de temporalidades (RICOEUR, 2010), mas também funciona como fabricante de identidades (RÜSEN, 2007). Junto a Manoel Luiz Salgado Guimarães compreendemos que há outras formas de escrita do passado além da própria historiografia. Vemos o passado, além da escrita da história, por meio das imagens, do patrimônio histórico, dos museus, da literatura... construindo, assim, outras formas de narrativa (GUIMARÃES, 2007). As imagens carregam em si, assim como o discurso escrito, seja o histórico ou o literário, a historicidade de sua produção, dando-nos amplas oportunidades de problematização ao “rasgar as imagens” (DIDI-HUBERMAN, 2013), confrontando assim diferentes culturas visuais (KNAUSS, 2006). Como afirma Guimarães (2003), assim como qualquer forma de narrativa sobre o passado, a historiografia é gestada por meio de tensões, de disputas, que carregam no ato de escrita da história as próprias marcas do momento de emergência da escrita. Neste espaço de discussão, esperamos receber propostas que problematizem as diferentes formas de narrar o passado, compreendendo o tempo como uma dimensão que está em constante disputa, destacando o compromisso ético do historiador com os usos e abusos do passado.

SESSÃO ÚNICA / 06 de março de 2024

Local: Sala 01 - Bloco Didático da História – Centro de Humanidades II

Diante da História: entre a vidência e a evidência, a representação imagética da origem da historiografia oficial da cidade de Sobral-CE.

Francisco Dênis Melo - UVA

A historiografia da cidade de Sobral tem o seu mito de origem, fundamentado a princípio na seara da Igreja Católica, e que aponta para a Fazenda Caiçara como o berço da cidade, neste sentido esta comunicação faz parte da pesquisa Imaginária urbana e a cidade de Sobral, entre sentidos e representações, memórias e poder, que busca analisar representações de certa imaginária urbana – esculturas, bustos, placas, monumentos, painéis, instalações, arte pública etc. – e suas relações com a memória e com o poder. Nosso foco aqui, no entanto, incidirá diretamente sobre um alto relevo policromado medindo 3,50m x 2,30m, localizado no saguão do antigo hotel Municipal de Sobral, construído em 1965, hoje desativado, representando a Fazenda Caiçara, obra do artista sobralense Pedro Frutuoso do Vale, realizada em 1966. A intenção do artista foi evidenciar o mito de origem da cidade a partir de sua vidência, de seu olhar sobre a fazenda, informado provavelmente pela historiografia oficial local, buscando assim dar visibilidade ao que seria o passado da cidade. Em nossa análise partimos da questão proposta por (KNAUSS, 2006) que sublinha a perspectiva histórica do estatuto artístico, o que nos permite pensar o alto relevo como um acontecimento (DIDI-HUBERMAN, 2013), sendo parte de um sintoma (DIDI-HUBERMAN, 2013), de um rastro, de uma sensibilidade inerente há certo tempo e espaço (PESAVENTO, 2008), entendendo esse monumento como ponto de partida para muitas perguntas (MANGUEL, 2011). Esperamos com essa pesquisa constituir material diverso relativo a imaginária urbana da cidade de Sobral e suas representações ligadas a história, a memória e ao poder, para além de sua perspectiva figurativa ou nominativa, buscando suas tensões e sensibilidades, abrindo assim uma frente de pesquisa original sobre a história da cidade de Sobral.

Palavras-chave: Sobral. Mito de origem. Imaginária urbana. Memória. Poder.

Uma “overdose de Einstein”: (ab)usos de imagens e passados em Sobral (1999-2023).

Thiago Braga Teles da Rocha – SEDUC-CE

Em Sobral, ao menos desde os fins dos anos 1990, há uma tentativa de bricolagem a figura de Albert Einstein com a da cidade, mesmo o famoso cientista nunca tendo vindo ao Ceará, ou sequer ter citado o nome da urbe em quaisquer dos seus escritos. Esta tentativa é justificada pelo poder público devido a comprovação da Teoria da Relatividade, proposta por Einstein (1905; 1915), e comprovada por uma expedição inglesa que veio a Sobral em 1919 observar e fotografar o eclipse total do Sol de 29 de maio daquele ano. Acontecimento por muito tempo esquecido na historiografia local (ROCHA, 2023), houve o que Ricoeur (2007) chama de memória manipulada, ampliando e ressignificando o fato nos últimos 25 anos, com forte presença de uma cultura imagética e material que busca “sobralizar” Einstein, especialmente durante as gestões do grupo político Ferreira Gomes. Revista em quadrinhos, curta-metragem e obra literária foram lançadas nesta perspectiva, tornando Einstein presente, de alguma forma, em Sobral. Mas é nos últimos anos que os (ab)usos do passado ficaram mais evidentes. Einstein virou estátua, logo do transporte público e, por fim, garoto propaganda do “Carnasobral”, micareta da cidade patrocinada pelo poder municipal. Há um texto de Michel de Certeau que discute *O Imaginário da Cidade* (2010). Nele, por meio de seu caminhar, constrói-se a ideia de uma *overdose de imagens* (p. 41). É esta cifra que quero usar como chave de minha problemática, em diálogo com a ideia de *abrir as imagens*, como propõe Didi-Huberman (2013, p. 185). Ora, se “vemos o passado” por meio de diferentes linguagens, como sugere Manoel Luiz Salgado Guimarães (2007), esta overdose do famoso físico teórico nos faz pensar, que imagens do passado são eclipsadas pelo uso da figura de Albert Einstein? Que mitos e comemorações (CATROGA, 2005) os gestores públicos desejam fundar e exercitar? A historiografia produzida ao longo do século XX alterna entre esquecer e valorizar o eclipse, nunca atribuindo ao físico um papel de protagonista na história de Sobral.

Palavras-chave: Imagens. Einstein. Sobral. Usos do Passado. Historiografia.

Os “senhores da história” e a invenção de um passado para a província do Ceará (1859-1869).

Frank Adriano Oliveira de Sousa - UFC

Muito já se tem dito, escrito e problematizado a respeito da imbricada relação entre a formação dos Estados nacionais e a escrita da história no século XIX, Isso porque, na maioria dos casos, a história forneceu os argumentos temporais necessários à legitimação de discursos nacionais/nacionalistas (HOBSBAWM; RANGER, 2021). No caso brasileiro, isso se verifica poucos anos após a sua independência (1822), com a criação, já no ano de 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (GUIMARÃES, 2011). Foi por meio dessa instituição e de sua “retórica da nacionalidade” (CEZAR, 2018) que se buscou amalgamar as partes provinciais a um todo nacional (RAMOS, 2012). Nesse sentido, voltando o olhar para uma das partes envolvidas nesse processo, esta pesquisa

busca analisar como se deu a inserção do Ceará no projeto de escrita da história nacional, notadamente entre os anos de 1859 e 1869, quando foram publicadas as primeiras narrativas historiográficas sobre o passado dessa província. Os textos em questão são: “Apontamentos para a história do Cariri” (1859) de João Brígido; “Ensaio estatístico da Província do Ceará” (1863-1864) de Thomaz Pompeu de Sousa Brazil; “História da Província do Ceará desde tempos primitivos até 1850” (1867) de Tristão de Alencar Araripe e “Esboço histórico sobre a Província do Ceará”, de Pedro Théberge, concluído em 1862 e publicado postumamente em 1869. Interessa compreender, portanto, o contexto de produção, circulação e recepção desses escritos, além de evidenciar quem eram os sujeitos envolvidos em tais empreendimentos e problematizar as disputas, ou seja, os consensos e os dissensos, em torno das diferentes leituras propostas para a história do Ceará. Desse modo, nossa metodologia consistiu na análise desses escritos a partir do cruzamento com outras tipologias de fontes, a saber: jornais, revistas dos institutos históricos, relatórios de admissão de sócios, etc. Tal procedimento tem permitido perceber até aqui, ainda que parcialmente, que a escrita da história atendeu, não só a criação e a manutenção do Estado nacional brasileiro, mas, sobretudo, as demandas e os interesses de suas elites dirigentes, tanto no que se refere ao Brasil, de um modo geral, quanto no que diz respeito à província do Ceará, em particular.

Palavras-chave: Estados nacionais. Escrita da história. Província do Ceará. Narrativas historiográficas. Passado.

Repensando a história da historiografia: as atividades científicas do Dr. Alves Ribeiro e seus silêncios.

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

Joaquim Antonio Alves Ribeiro, nascido em 1830, na cidade de Icó, no interior sul do Ceará, e falecido em 1875 na cidade de Fortaleza, capital do estado; formou-se em medicina pela Escola de Medicina de Harvard, nos Estados Unidos, em 1853, e voltou ao Ceará após a conclusão do curso. Concomitantemente às suas atividades médico-profissionais, constituiu uma coleção pessoal de objetos de história natural, inicialmente para estudos próprios. Doadas, posteriormente, à Província do Ceará, as peças por ele coletadas serviram de base para a criação do Gabinete de História Natural, editou o periódico médico científico *A Lancêta*, o primeiro do gênero na Província. Realizou estudos sobre a qualidade das águas do açude Pajeú; coletou plantas, animais e minerais para suas pesquisas; trocou correspondência com instituições científicas, jornais e intelectuais dentro e fora do Brasil; importou equipamentos e técnicas em voga no

Estados Unidos e na Europa para aplicá-las no Ceará. Mesmo com a extensa lista de realizações o Dr. Alves Ribeiro e suas atividades científicas continuam sendo praticamente desconhecidas dentro e fora do Ceará. O que motiva tal silêncio? Seria possível na história do Ceará e do antigo norte, hoje nordeste brasileiro, uma história que inclusiva da ciência e da tecnologia? Pensar sobre como a historiografia cearense/brasileira constituiu um lugar específico, que permite determinadas afirmações e excluiu outras, é o objetivo da nossa apresentação mediada pelas ações empíricas feita pelo Dr. Alves Ribeiro no Ceará na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Século XIX. Historiografia. Ciência. Ceará. Silêncio.

"Se quiser saber da minha vida, leia as minhas crônicas": a dimensão de Rachel de Queiroz como inventora de si a partir da escrita do tempo (1988 – 1998).

Lia Mirelly Távora Moita

Um dia após a morte da escritora Rachel de Queiroz, no dia 4 de novembro de 2003, diversos jornais, no país inteiro, dedicaram inúmeras páginas, rememorando ou enaltecendo, as obras e conquistas da escritora, além de cederem espaços para que intelectuais e políticos dessem depoimentos sobre ela. Esses textos e as imagens publicados, quando analisados criticamente, são capazes de expor ideias associadas à celebração da autora, mostrando que vários sentidos estão escondidos nos discursos e imaginários expostos. Afinal, essa celebração biográfica está ligada, certamente, a usos sociais, culturais e políticos da memória e, de acordo com Albuquerque Júnior (2019), o ato comemorativo não só se constitui num momento que se instaura uma memória, na qual a lembrança é voluntariamente convocada, é também um momento privilegiado para a proliferação de memórias para a elaboração de versões daquele que se comemora. Para analisar essas comemorações que envolvem o nome da escritora, é importante também problematizar as crônicas, escritas por ela, enquanto documentos privilegiados para problematizar as suas representações, as suas experiências e as suas opiniões. Entre os anos de 1988 e 1998, enquanto publicava textos no Caderno 2 de O Estado de São Paulo, a cronista passou a fazer um balanço de sua vida, parecendo forjar uma memória de si, a qual seria deixada para a posteridade, se afastando de todas as polêmicas políticas que marcaram a sua carreira, especialmente durante a ditadura civil militar. Essa postura da cronista foi bem comum no período de transição democrática no Brasil. A análise das trajetórias dos intelectuais que tentaram ressignificar suas obras, após a ditadura civil militar, abrem espaço para compreender a importância de pensar a redemocratização do Brasil a partir da produção escrita e não somente das discussões políticas. A partir de

problemáticas como estas, esse texto se propõe analisar a escrita de si da escritora Rachel de Queiroz com base no seu projeto biográfico, forjado, tanto a partir do seu retorno aos periódicos em 1988 com a publicação de crônicas semanais, como em cartas, entrevistas, imagens e em seu livro autobiográfico, publicado em 1998. A intenção é analisar as narrativas construídas pela escritora, com suas operações de lembrança e esquecimento de determinados acontecimentos. A relevância do texto, diferenciando-o de outras importantes pesquisas sobre a autora, repousa na perspectiva teórica e metodológica que compõem sua problematização, ao imaginar a Rachel de Queiroz como uma personagem que, enquanto se diz testemunha do século XX, inventa um tempo e uma escrita de si própria, a fim de representar o tempo vivido com uma consciência invejável, mas imprimindo seu olhar subjetivo.

Palavras-chave: Rachel de Queiroz. Celebração biográfico. Escrita de si. Memória.

Através do espelho: narrativa e temporalidade em “A Construção da Ordem. Teatro de Sombras”.

Vânia do Carmo Rocha - SEEDUC-RJ

Este trabalho tem por objetivo analisar as implicações historiográficas que entrecortam a articulação do conceito de elite política imperial operado por José Murilo de Carvalho em seu trabalho a respeito da construção e consolidação do Estado Imperial. Trata-se de um conceito usado em um contexto de crítica a uma história de influência marxista, e que procura se esquivar de questões que envolvem o conceito de classe social e de luta de classes, mas também carrega consigo uma articulação narrativa que projeta o papel dos homens que governavam o Estado Imperial a partir da Corte, sobretudo, a respeito da escravidão, ou, mais especificamente, em relação ao que Carvalho chama de política da escravidão. Do mesmo modo, o conceito de elite política imperial carrega consigo uma percepção de um tempo lento, afastado da revolução burguesa e que faz um uso pragmático das ideias liberais na gestão do Estado. A tese de doutoramento defendida por José Murilo de Carvalho em 1975 na Stanford University, de título *Elite and state – Building in imperial Brazil*, foi produto de um longo período de estudos naquela instituição desde 1966, agregando Mestrado e Doutorado. Sua divulgação no Brasil se deu por meio da publicação de dois livros, *A Construção da Ordem* (1980) e *Teatro de Sombras* (1981), foi em 1996 que houve a primeira publicação da versão unificada da obra de Carvalho. Uma obra relevante não somente aos estudiosos do século XIX, mas também aos interessados na escrita da história na década de 1970, seu contexto de ditadura militar e de crítica à historiografia marxista.

Palavras-chave: Elite Imperial. José Murilo de Carvalho. Escravidão.

Patrimônio histórico entre o visível e o invisível: os bustos e seus personagens nas praças da cidade de Sobral.

Vicente Domingos Marques Júnior - SEDUC-CE

Manoel Luiz Salgado Guimarães em seu texto “Vendo o passado, representação escrita da história” explica que vivemos uma conjuntura paradoxal pois ao mesmo tempo que existe uma grande capacidade de arquivamento, existe também uma forte aceleração dos eventos em que o presente se torna passado duas ordens temporais radicalmente opostas e distintas. Esse tempo, ou regime de historicidade seria marcado pelas forças das imagens. E a visão como um dos sentidos fundamentais para apreensão e decodificação do mundo. Diante dessa circunstância como podemos refletir a partir dessa complexa relação entre o visível e o invisível? Esse seria o questionamento de Guimarães que pretendemos nos servir como ponto de partida. A visibilidade ou não se torna infinitamente alargada pela capacidade técnica de arquivamento do passado, o que ao mesmo tempo que poderíamos pensar em uma história total, também temos dificuldades de limitar os objetos de pesquisa (GUIMARÃES, 2007). Em seguida, o autor cita Ulpiano Bezerra de Menezes, onde traz indicações preciosas para o trabalho do historiador. De precisão dos termos a serem operados, além de uma perspectiva documentalista da imagem. Onde, assim Como o texto literário as imagens e (no nosso caso, nosso objeto, os bustos) não se esgotam nem com a documentação, Marcas, registros e documentos do passado. Então a história passa a ganhar uma dimensão social, onde o visível e Invisível, articulam-se, a partir de uma dimensão de poder. Como apresentado por Cristina Meneguello em seu texto Carne Contra Pedra em um campo de disputa, portanto, de um consenso (MENEGUELLO, 2022) em que a escolha desta ou daquela imagem, patrimônio ou bustos nas praças de uma cidade dialogam e debatem com as pessoas destas mesmas cidades, podendo modificar ou manter os objetos eleitos e erigidos. Ao analisar os bustos da cidade de Sobral nos desperta atenção os personagens, por assim dizer homenageados e representados nas praças do centro da Cidade, ao passar diante dos bustos e observá-los nos vêm uma série de questionamentos, onde o principal seria, por que aqueles sujeitos estão ali representados, às vistas para serem observados ou como apresentado no documentário “Sobral monumental” dirigido pelos historiadores Denis Melo e Edilberto Florêncio diante da indiferença dos transeuntes, alguns bustos, inclusive, com a descrição do personagens arrancadas, seria isto um fenômeno próprio de um processo de esquecimento. Portanto podemos dizer que existe um dever de memória. Buscamos entender por que existe um busto de Dom José Tupinambá da Frota o primeiro bispo de Sobral, na praça de São João Sobral. Do lado oposto, Um busto do general Tibúrcio Herói da guerra do Paraguai, em frente à Câmara municipal o jornalista Deolindo Barreto, na Praça do abrigo, Rodrigues Magalhães, sesmeiro da fazenda Caiçara que deu origem ao núcleo populacional de Sobral ou ainda, dentro do teatro São João vemos Domingos Olímpio um dos seus idealizadores e construtores durante a seca de 1877-79. Que relação podemos traçar entre suas biografias, qual a relação os homens do presente tem com estes bustos, são visíveis ou invisíveis.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. Cidade. Bustos.

O Panteão Nacional Contemporâneo - Monumento de cultura / Monumento de barbárie: disputas, desafios e limites da forma.

Cláudio José de Carvalho Neto - UFC

Em nossa pesquisa sobre o Panteão do Brasil, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, refletimos sobre esse singular monumento e sobre o universo de debates que o estudo do Panteão possibilita. O monumento registra a história das disputas políticas e parlamentares, acerca das celebrações oficiais da História e da memória nacional, na busca pelo acionamento de uma identidade nacional, por meio dos sentimentos de unidade, pertencimento e comunidade. No recorte deste trabalho propomos um debate mais específico, voltado ao questionamento da própria “tipologia” do monumento do Panteão Nacional Contemporâneo. A abordagem deriva da observação de Walter Benjamin (1994) de que “nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie”. Uma vez que Marx e Engels apontam, na Ideologia Alemã (2008), que “as ideais da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”, a observação de Benjamin parece denunciar justamente os “horrores” sobre o qual se assentam esses monumentos da cultura, logo da classe, “dominante”. Visto que o Panteão Contemporâneo surge no contexto da Revolução Francesa, observamos como os “homens da revolução”, os “vitoriosos” daquele tempo, promoveram a construção de um novo altar, voltado a celebrar o triunfo do indivíduo, da meritocracia, do pensamento liberal, da burguesia e da propriedade. Buscamos observar as influências e marcas dessas raízes do projeto do Panteão Contemporâneo na atualidade, e em especial no Panteão do Brasil. Com a escolha dessa metodologia, analisaremos o Panteão a partir do binômio: 1- “Monumento de Cultura”, pensando a proposta e atuação do Panteão, além das disputas parlamentares, assim como os embates e as tensões ideológicas, que observamos ao analisarmos o monumento gerido e operado pelo Estado. 2- “Monumento de Barbárie”: os “sinais” da barbárie do monumento são perceptíveis nas tensões e contradições internas do monumento, ao pensarmos nos processos de tensões e apaziguamentos e nas difíceis convivência de narrativas, ideologias e personagens nos Panteões nacionais. Sem esquecer de como o monumento favorece a homenagem de figuras do poder, ou mesmo conservadoras, em comparação com a entrada, através de uma hercúlea luta política, de novos sujeitos (de mulheres, negros e indígenas, por exemplo). Porém, além dessas questões “internas”, que variam de panteão para panteão, as marcas dessa “barbárie” estão também nas raízes e na fundação do conceito do monumento do Panteão Nacional Contemporâneo. Passado o momento iconoclasta, e derrubadas as estátuas dos reis e dos religiosos, a Revolução Francesa buscou levantar “novos altares”. Assim surgiu esse sui generis monumento, voltado a uma minoria de eleitos divinizados, que cala fundo frente à História não celebrada, nem monumentalizada, e por muitas vezes sequer contada, dos comuns, das maiorias, dos desvalidos, dos marginalizados. Assim observamos essa dupla-característica dos monumentos, cultura-barbárie, proposta por Benjamin, pois como afirma o autor tais monumentos devem sua existência “não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos”. Não deixa de chamar a atenção que a luta política-parlamentar pela democratização do monumento, deve manter-se atenta às “armadilhas” e aos limites do Panteão Contemporâneo.

Palavras-chave: Memória. Identidades. Monumentos. Comemoracionismos. Nacionalismos.

Representações, história, memória e usos políticos do passado: a trajetória de José Bernardo de Medeiros, o “guia do povo seridoense” (Rio Grande do Norte 1907-1988).

Dikson de Almeida Freire - UERN

Em janeiro de 1907 o senador norte-rio-grandense José Bernardo de Medeiros morreu, na fazenda de seu genro. Detentor de um grande capital político, construído ainda no período monárquico e que rendeu bons frutos durante a Primeira República. Nosso trabalho aborda a construção de representações sobre José Bernardo postas em circulação após a sua morte. Foram analisadas as biografias sobre ele escritas por Manoel Dantas (1907), Pe. Eymard Monteiro (1945) e José Augusto (1954, 1968, 2008). Essas representações estão vinculadas a construção de uma memória a respeito da atuação política de José Bernardo e dos grupos políticos que se consideravam seus herdeiros. Por fim, o último escrito sobre José Bernardo é o livro de Olavo de Medeiros Filho, Caicó, cem anos atrás, (1988) obra que trouxe na capa a foto de José Bernardo e foi patrocinada pelo seu neto, também político, o senador Dinarte Mariz. Para que seja possível compreender a construção dessas representações tomamos por base a História Cultural pensada por Roger Chartier, a partir do esquema conceitual de representação, apropriação e circulação, pois nos permite lançar reflexões de como sua atuação política foi apropriada. A respeito da memória construída a partir dessas representações, tomamos como referência os estudos sobre a relação entre memória e história promovidos pelo filósofo Paul Ricoeur e os historiadores Enzo Traverso e Fernando Catroga. Em nossa pesquisa, percebemos que Manoel Dantas, pe. Eymard Monteiro e José Augusto, selecionaram fatos e eventos da vida de José Bernardo. A partir dessa seleção, construíram representações a seu respeito e criaram uma memória para ele. Essa memória esteve vinculada aos sertões do Seridó, e serviu na legitimação de grupos políticos advindos dessa parte do Rio Grande do Norte. O maior exemplo foi Dinarte de Medeiros Mariz, também neto de José Bernardo e “incentivador” da produção de memórias e histórias sobre o Seridó.

Palavras-chave: José Bernardo. Seridó. Sertões. História do Rio Grande do Norte. Usos políticos do passado.

Do texto ao contexto, e vice-versa: reflexões sobre o ensino de História na contemporaneidade.

Anandrey Cunha - SEDUC-CE

O presente ensaio se propõe a levantar reflexões acerca da prática docente em História e a condição deste corpus de conhecimentos na contemporaneidade. Entende-se

inicialmente que, por um lado, cabe ao docente reconhecer que, se a História propicia um acesso verossímil ao passado, a operação historiográfica (Certeau, 1982) desenvolvida pelos pesquisadores que validam este corpus de conhecimentos é humana, e por si só dotada de subjetividades (Jenkins). Simultânea e conseqüentemente, o professor de História, em sua práxis, precisa pensar uma segunda dimensão, que envolve a apropriação dos conhecimentos acadêmicos e o necessário entendimento dos processos de recontextualização (Bernstein, 2003) aos quais são submetidos tais saberes até que cheguem ao interior da sala de aula, o que se faz ainda mais urgente em tempos de neoliberalismo e ataques a interesses coletivos, na medida em que se reconhece a história como elemento-chave para leituras de mundo que permitam a autonomia dos sujeitos. A discussão é ancorada em aporte bibliográfico composto pelas contribuições teóricas de autores diversos como Prost (2020), Certeau (1982), Jenkins (2014), Bittencourt (2018). Considera-se aqui que a construção do passado através da linguagem distancia-se da neutralidade sonhada pelos positivistas, em um movimento que se afirma quanto mais se caminha em direção a novas subjetividades e, neste ínterim, amplia-se a necessidade do professor de História debruçar-se sobre a complexidade do seu tempo, dialogando entre temporalidades diferentes e tornando a sala de aula lócus privilegiado para aprendizagens emancipadoras.

Palavras-chave: Conhecimento Histórico. Ensino de História. Historiografia. Prática docente.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

Ensino de História e Historiografias da África e da Cultura Afro-brasileira.

Coordenador(es): Francisco de Assis de Sousa Nascimento (UFPI) e Túlio Henrique Pereira (URCA).

A proposta busca acolher coletivos e pesquisadores, cujos trabalhos de temporalidades diversas, têm se voltado a repensar a historiografia e os postulados da História, a partir da percepção das experiências de pesquisa, ensino e extensão, em que a História e a Historiografia da África, da Diáspora Africana e da Cultura Afro-brasileira sejam epistemologias centrais, independente da qualidade das suas fontes ou suportes. Objetiva-se perceber a multiplicidade das identidades, das memórias, práticas, imaginários e representações operacionalizados e orientados através do ensino da História no seio das universidades, no chão das escolas, e nas comunidades. Desse modo, busca-se congrega, também, a partir da experiência extensionista, de modo a descentralizar e desterritorializar, através das epistemologias do sul global, reconhecendo as concepções dos sujeitos da experiência na contramão daqueles que dominam a produção do saber histórico. Por fim, se pretende oportunizar a construção de saberes teóricos e metodologias acerca das múltiplas práticas marginalizadas pelo interior profundo do Brasil, validando o multiculturalismo, a estabelecer diálogos fronteiriços com campos de saberes multidisciplinares, tais como as artes e as visualidades, a geografia e o universo cartográfico, as ciências sociais, entre tantos outros, capazes de permitir imagens, performances, textos, e cenários possíveis, na pós-colonialidade do pensar. Este simpósio é um espaço de diálogo, aprendizagem e socialização de vivências, culturas e sociabilidades.

SESSÃO ÚNICA / 06 de março de 2024

Local: Auditório do Departamento de História – Centro de Humanidades II

Quebrando correntes: ensino da história da cultura afro-brasileira e africana no 9º ano do ensino fundamental na Escola E.M. Demócrito Rocha.

Antonio Regiano de Lima Machado - UFC

Busca-se neste artigo destacar os resultados do Simpósio Consciência Negra, desenvolvido com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Demócrito Rocha em Fortaleza – CE, considerando estudos realizados na disciplina Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira, disciplina eletiva ofertada pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Sergipe (UFS). O estudo pretende colaborar para a consciência histórica dos estudantes sobre a herança que o povo brasileiro tem das tradições africanas num contexto brasileiro de racismo por um lado e de luta em defesa da cultura afro-brasileira por outro. O estudo bibliográfico sobre o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira, como, por exemplo, herança eurocêntrica em bibliografias sobre a história da África e a tradição oral; a análise do livro didático de História, como fonte histórica, utilizado pelos estudantes, e do Simpósio sobre a Consciência Negra, inspirado no método dialógico pensado por Paulo Freire e Ira Shor (2008), são relevantes. A realização do Simpósio Consciência Negra foi gratificante, e socializar essa experiência é uma maneira de buscar aprimoramento.

Palavras-chave: Consciência negra. Ensino de história. Livro didático.

Candomblé e ensino de História, caminhos e reflexões.

Carlos Marley Mateus Correia – UFC

Apresento neste trabalho alguns desdobramentos dos estudos que venho desenvolvendo no mestrado profissional em Ensino de História. Considerando que lido com dois espaços formativos que, a rigor, ocupam lugares antagônicos na construção de saberes e nas pretensões dos seus usos, a Escola e o Terreiro, busco debater possibilidades de aproximação entre estes dois modelos formativos. É importante destacar que apesar dos avanços obtidos a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, grande conquista de anos de luta dos movimentos negros brasileiros, ainda existem muitos desafios na implementação da referida lei no cotidiano escolar. Um desses desafios é a maneira pela qual o ensino de História da África e dos povos africanos bem como o de Cultura Afrobrasileira tem sido abordado na Escola. Como então tratar das experiências dessas populações sem cair em exotismos ou naquilo que Leandro Bulhões chamou de “paradigma da contribuição” (BULHÕES, 2018), ou seja, a noção reducionista de que a participação de negras e negros na formação do Brasil, bem como dos povos originários,

estaria restrita a aspectos folclorizados que são acionados pontualmente em eventos escolares, como a Semana da Consciência Negra, por exemplo? A solução desta problemática passa, necessariamente, pela compreensão de que os povos afro-diaspóricos brasileiros elaboram, cada um em seu contexto, diversas maneiras de compreender, elaborar e operar suas realidades. Assim, construo nesse trabalho, uma ponte entre o Terreiro, compreendido aqui como espaço de organização social, cultural e política, a partir da ancestralidade e das tradições religiosas afro-diaspóricas no Brasil em particular os Terreiros de Candomblé Ketu, e a Escola. No contexto brasileiro, marcado pela violência colonial, os terreiros de Candomblé são lugares fundamentais na preservação de modos de vida dos povos afro-diaspóricos. São espaços de manutenção de cosmopercepções, sensibilidades, línguas, mas também lugares de recriação, de adaptação e criatividade. São, ao fim e ao cabo, resultado de um imenso esforço histórico de pessoas africanas e suas descendentes para não perderem seus mundos originários por inteiro (BOTELHO; NASCIMENTO, 2020). A escola, apesar das problemáticas supracitadas, ainda é um importante espaço de formação, se ela é uma das grandes responsáveis pelo aprofundamento dos abismos sociais que marcam a sociedade brasileira também é lá que esse abismo pode ser reduzido (SANTOS, 2015). Proponho então um cruzamento entre os métodos formativos embasados nas epistemologias de terreiro, que observam a ancestralidade, a memória, a corporeidade e a musicalidade como elementos constitutivos do processo de ensino aprendizagem, e os processos de formação escolar. Destaco também, por fim, que a construção de pontes entre os terreiros de Candomblé e a escola se orientam não por uma noção de proselitismo religioso, mas pelo entendimento de que os saberes escolares que se pretendem antirracistas, mais que olhar de maneira distante para as tradições e saberes dos povos afro-diaspóricos, necessita enxergar neles valor epistêmico, interpretações de mundo e propostas de intervenções sociais concretas na sociedade, articulando assim a construção de um Ensino de História e um ambiente escolar antirracista e transformador.

Palavras-chave: Ensino de História. Candomblé. Educação Antirracista.

Antônio Candeia e Abdias Nascimento: uma análise do papel dos intelectuais no movimento negro no Brasil.

Francisco Fábio Martins Fernandes

O artigo promove uma relação dos conceitos de intelectuais orgânicos e mediadores culturais com a atuação cultural e política de ativistas do Movimento Negro, como Antônio Candeia Filho e Abdias Nascimento. O mesmo historiciza a trajetória desses sujeitos a partir do debate sobre o que vem a ser um intelectual, abordando a variedades de sentidos que esse conceito carrega, bem como, as modificações que este sofreu ao longo do tempo. Tanto Candeia, na sua atuação enquanto sambista e defensor das raízes culturais afro-brasileira, quanto Abdias, são analisados juntamente com os sujeitos que se identificam com suas construções simbólicas.

Palavras-chave: Intelectuais. Samba-enredo. Afro-brasilidade.

Historiando através das narrativas do Hip Hop no cotidiano das aulas de História: contribuições para implementação da Lei Nº 10.639/03 na educação básica.

Regis Alves Pires

Dialogar em relação às narrativas referentes as políticas afirmativas, no Brasil, têm demarcado novos movimentos para grupos culturais que, antes silenciavam suas origens e, ao mesmo tempo, buscavam refletir sobre o conceito de democracia racial no país. “Saberes transformadores em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI” (GOMES, 2018, p. 14), em 2003, foi aprovada a Lei nº 10.639 que torna obrigatória o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os estabelecimentos de ensino da rede pública e privada no Brasil, alterando altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que se fortaleceu com o Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288/10. Refletir sobre o contexto historiográfico referente à presença da população negra em território brasileiro é necessário ter a compreensão da não participação dessa população nas narrativas da formação histórica, política e cultural da nossa História, pois, “A História única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que seja mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma História se torne a única História” (CHIMAMANDA, 2019, p. 26). A solução para reconstruir as narrativas da historiografia não deve se guiar pela atitude individual de professores em determinadas escolas, apenas aquele que dialoga com a Lei Nº 10.639/03, por ser militante do Movimento Negro, mas ter o entendimento de que a lei precisa ser implementada no plano curricular da escola no cotidiano por parte da rede, que é responsável pela educação, mas que sejam compreendidas as raízes históricas e estruturais que o consolida o racismo no Brasil. Portanto a pesquisa tem como objetivo reunir as fontes relacionadas ao contexto da disciplina de História e contextualizar com métodos e o conceito da Pretagogia sendo implementado através do Hip Hop, pois escola fortalece laços afetivos, mobiliza conjuntos de pessoas que passam a ser fundamentais para dialogar com uma educação antirracista e que, ao mesmo tempo, reflète as relações econômicas, políticas e culturais existentes na sociedade onde estar inserido boa parte da população negra visto no contexto do período escravista no Brasil e no cotidiano deixado pelo legado desse processo que aponta para a população negra o seu lugar no meio social. Nesse sentido dialogar com a PETIT com o conceito da Pretagogia é fundamental para o entendimento do silenciamento da população negra no Brasil, pois segundo ela, “A cosmovisão africana se faz cada vez mais presente e, sobretudo, mais consciente quando descobri o quanto ela perpassa não somente a minha vida como afrodescendente, mas ainda, a vida dos meus estudantes nesse Ceará nordestino (PETIT, 2015, p. 64). Portanto é nesse contexto que na E.E.B. José Lins de Albuquerque, idealiza o projeto “Historiando através das narrativas do Hip Hop no cotidiano das aulas de História: contribuições para implementação da Lei Nº 10.639/03 na educação básica”, tendo como referência o Hip Hop, sendo o conceito da Pretagogia e na metodologia das estações de aprendizagem criada por PETIT, por meios das aulas remotas e das tecnologias digitais da escola citada.

Palavras-chave: Antirracista. História. Hip-Hop.

Capoeira a volta que o mundo deu: construção simbólico de uma brasilidade afro-brasileira (1930 a 1950).

Diego Bezerra Belfante - UFC

No início do período republicano, logo em seu primeiro código penal, a capoeira figurou no código penal. Sendo perseguida pelas forças de representação do Estado. No decorrer do século XX, principalmente a partir das décadas de 1930, a capoeira passou de uma prática repreendida para uma arte sinônimo de brasilidade. Sendo assim este trabalho tem como objetivo discutir como esse processo se deu, compreendo a agencia dos capoeiristas como fator principal para tal mudança.

Palavras-chave: Capoeira. Brasilidade. Afro-brasilidade.

O "sublime escravo" e o negro cidadão: resistência escrava e diálogos intelectuais na escrita de Clóvis Moura.

José Maria Vieira de Andrade

A presente proposta de reflexão está vinculada a um projeto de pesquisa em desenvolvimento, que trata da questão do protagonismo negro em várias esferas do universo cultural, especialmente sobre aquele que se materializou por meio da atuação política de indivíduos negros e negras pelos mais diferentes lugares do Mundo Atlântico. Esse parece ser o caso do que teria ocorrido com a produção intelectual de Clóvis Steiger de Assis Moura. Um indivíduo dono de vasto legado intelectual, que atravessa várias áreas do saber, e que atuou em diferentes campos do universo cultural brasileiro, contribuindo diretamente para o redirecionamento do pensamento ativista negro no Brasil, ocorrido sobretudo na segunda metade do século XX. No presente estudo, nosso propósito consiste justamente na tentativa de refletir sobre algumas particularidades da escrita de Moura, por meio da análise das redes de sociabilidades e das trocas intelectuais que ele teria mantido, ao longo do seu trajeto. Na oportunidade discutiremos também a forma peculiar com a qual Moura procurou construir uma narrativa da história da resistência negra, no Brasil e na América Latina, no esforço de entender melhor os alguns pontos de conexão de sua escrita intelectual com a de outros nomes importantes da intelectualidade negra do Mundo Atlântico, tais como C. L. R. James e Frantz Fanon. Acreditamos que por meio da mencionada reflexão será possível entender melhor alguns dilemas fundamentais do pensamento ativista negro, em termos nacionais e transnacionais, a exemplo do que classificamos como sendo os lugares-comuns que caracterizaram a maneira dos ativistas em apreço conectarem ideias antirracistas com certos preceitos do pensamento marxista nos seus livros e textos diversos.

Palavras-chave: Clóvis Moura. Escrita da História. Marxismo.

Discursos e Representações sobre a História da África e dos africanos nos livros didáticos de Cabo Verde no pós-independência (1975-2020).

Andy Monroy Osório - UFC

O propósito deste trabalho é refletir sobre as disputas por narrativas dos cabo-verdianos no contexto das lutas por libertação africana, especialmente por meio do livro “História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde”, publicado em 1974, pelo Partido Africano da Independência e União dos povos de Guiné-Bissau e Cabo Verde – PAIGC, um ano antes da independência deste território. A ideia é transitar na história de Cabo Verde atentos e atenta para a distinção entre educação e escolarização nos tempos da colônia, sob agenciamento dos portugueses, e as formas pelas quais o coletivo revolucionário compreendia a “história”, tensionando sentidos da colonização e do chamado processo civilizador. Buscas preliminares mostram que materiais didáticos autônomos foram elaborados pelo setor educacional do PAIGC e foram usados nas chamadas “escolas clandestinas” ou “escolas-piloto”; tinham conteúdos que abordavam conceitos e funções da História; história das antigas civilizações africanas, a colonização portuguesa em África, as intenções do imperialismo europeu, avanço do capitalismo no continente africano (PAIGC, 1974), entre outros temas afins. Estes resultados podem se constituir como importantes materiais didáticos para mediar reflexões sobre as ideias circulantes da história africana ensinada atualmente nas escolas de Cabo Verde.

Palavras-chave: Ensino de história. Colonização. História da África. PAIGC.

O ensino de História e Cultura da África no Curso de Especialização em História do Brasil, do Centro de Educação Aberta e a distância – CEAD/UFPI: saberes compartilhados e desafios educacionais.

Francisco de Assis de Sousa Nascimento - UFPI

O presente texto é resultado das reflexões e da socialização de experiências educacionais sobre o ensino de História e Cultura da África, ofertada como disciplina obrigatória do Curso de Especialização em História do Brasil, do Centro de Educação Aberta e a distância da Universidade Federal do Piauí - UFPI, indicando os saberes docentes que os pós-graduandos devem desenvolver, bem como indicar os principais desafios educacionais, que os educadores encontram em sala de aula, desde a formação da própria consciência histórica, enquanto base da construção cognitiva. Os saberes pedagógicos são compreendidos por sua capacidade como instrumentos “transformadores de reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI” (GOMES, 2018, p. 14). É fundamental o conhecimento dos aspectos legais, principalmente a Lei Nº 10.639 que tornou obrigatória o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os estabelecimentos de ensino da rede pública e privada no Brasil, alterando a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que se fortaleceu com o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei nº 12.288/10. Os principais desafios educacionais são exemplificados nas metodologias de ensino, na promoção de políticas educacionais, que

de fato sejam compreendidas como intervenção social, luta por igualdade social, conquista de espaços de poder, desenvolvimento de competências e habilidades de ensino, estratégias didáticas e uso de pedagogias ativas no contexto de uma educação transformadora.

Palavras-chave: Ensino. História. Cultura. África. Saberes.

Corporeidade enquanto objeto de estudo no Ensino de História: debates na construção da historiografia afrodiaspórica e da Cultura Afro-brasileira.

Túlio Henrique Pereira - IES

A proposta em tela tem como objetivo sistematizar a corporeidade enquanto objeto e categoria de estudos em consonância com às representações visuais do corpo negro ao longo do processo histórico brasileiro. A marcação identitária atribuída ao discurso e às visualidades, orientaram modos de ser e ver, construindo estereótipos negativos. Todavia, pretende-se dar protagonismo aos estudos das visualidades corporais de pessoas negras na história, a partir de imagens e textos de jornais e revistas da Bahia, Piauí e Ceará, ao longo dos séculos XIX e XX, interseccionalizadas com o cinema e a TV. O uso dessas fontes heterogêneas, ou seja, essas imagens e textos, não serão tratadas enquanto temáticas de suporte secundário para a produção do conhecimento histórico, adquirindo importância central. O protagonismo dessas fontes e métodos, a pretender dar à corporeidade e visualidade negra um lugar epistêmico na historiografia se difere das experiências do passado imperial, protagonizadas por artistas em missão de estudos no Brasil. Distanciando-se também da rigidez metodológica oportunizada por pesquisadores franceses e alemães, tais como Georges Didi-Huberman, Philippe-Alian Michaud, e Georges Vigarello. Embora essa proposta se referencie na metodologia warburguiana, ao centrar-se na imagem, ela se pretende transpor os limites das artes, estabelecendo o anacronismo e as visualidades enquanto ponto central para a construção do pensamento histórico.


Palavras-chave: Corporeidade negra. Visualidade. Ensino de História. Historiografia.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

Gênero, saúde e corpos insubmissos: escrita da história atenuando silenciamentos.

Coordenador(es): Thayane Lopes Oliveira (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) e Valderiza Almeida Menezes (UFC).

A desigualdade de gênero é sentida, inclusive e com bastante frequência, nas políticas de saúde e serviços médicos ofertados à população. É possível dizer que o corpo feminino foi - e ainda é - objeto de metucioso escrutínio do saber médico e científico, questão que se relaciona diretamente com interesses sociais, políticos e econômicos. Um vasto conhecimento foi produzido, a saber, por uma maioria expressiva de homens, que construíram formas de ver e explicar o corpo da mulher e suas especificidades. Nesse sentido, o “segundo sexo” foi enquadrado como o diferente, aquele que carrega anomalias e se distingue do “normal”, representado pelo corpo masculino. O processo de construção do corpo feminino determinou características que definiram o “ser mulher”. Este se tornou objeto da produção historiográfica a partir da virada conceitual dos anos 1970, que possibilitou a reflexão sobre novos temas e a inserção de um vasto arsenal de materiais dentro do arcabouço de fontes históricas. Assim, os debates que perpassam diversas áreas de conhecimento se tornaram objeto de investigação dos/as historiadores/as em busca da desconstrução daquilo que foi compreendido, durante muito tempo, como natural. Sendo significado pela cultura continuamente, o corpo se modifica com as doenças que o acometem, com o passar do tempo, com as modificações nos hábitos de vida e alimentares, com as crescentes maneiras de intervenção médica e tecnológica e as diversas possibilidades de prazer. Ressalte-se que o lugar social ocupado é importante para o reconhecimento do outro: de maneira mais ampla, as sociedades demarcam os limites entre aqueles que estariam dentro da “norma” e aqueles que se encontram à margem dela. (Louro, 2010). Partindo destas reflexões, este simpósio busca reunir contribuições historiográficas que colaborem com o rompimento dos “silêncios do corpo da mulher” (Perrot, 2013, p. 13) e contemplem o debate sobre questões relacionadas a corpo, gênero e mulheres no campo da história da saúde, tais como: direitos sexuais e reprodutivos associados à autonomia das mulheres; educação sexual; ações dos poderes executivos, legislativo e judiciário em sua relação com as questões contraceptivas e



reprodutivas; acesso a serviços de saúde e debate sobre desigualdades estruturais; mobilizações feministas e de grupos de mulheres pela autonomia reprodutiva, bem como as ações de grupos contrários a essa autonomia; religião e valores culturais e suas influências sobre a opinião pública e políticas sobre contracepção e aborto; saúde, doenças e interseccionalidade, medicina popular e sociabilidades femininas nas práticas de cura e de conhecimento sobre o corpo, dentre outros.

SESSÃO ÚNICA // 06 de março de 2024

Local: Sala 02 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II

* Simpósio simultâneo com o ST13.

Um corpo que não ameaça: a invisibilidade das mulheres prostitutas nas políticas de controle de natalidade empreendidas pela BEMFAM (1965-1990).

Valderiza Almeida Menezes - UFC

Esta apresentação busca refletir historicamente sobre a prostituição entre os anos de 1965-1990, mais especificamente no que se refere à saúde sexual e reprodutiva de mulheres cisgênero que se dedicavam àquela atividade e à invisibilidade delas nas políticas destinadas ao controle de natalidade empreendidas pela BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil. O período em questão é reconhecido pela liberação sexual, ascensão da contracepção medicalizada (pílulas anticoncepcionais, dispositivos intrauterinos e laqueadura de trompas), e, também, pelo surgimento da AIDS, aspectos que, segundo alguns discursos da época, fariam com que a atividade da prostituição entrasse em declínio. Além disso, é um momento em que os países desenvolvidos passaram a preocupar-se com o crescimento populacional na América Latina e o risco que isso poderia acarretar em um contexto de Guerra Fria, investindo em iniciativas que tinham por finalidade reduzir o número da população através de métodos contraceptivos sem atentar, porém, para a saúde das mulheres. Para este trabalho utilizou-se como fontes, principalmente, os jornais O Povo e Diário do Nordeste, periódicos de grande circulação na cidade de Fortaleza - CE à época; boletins e outros documentos da BEMFAM, entidade ligada à IPPF (Federação Internacional de Planejamento Familiar) que atuava principalmente nos estados do nordeste com a distribuição de anticoncepcionais e, posteriormente, na conscientização contra o HIV/AIDS - , bem como entrevistas realizadas com mulheres que trabalharam com a prostituição entre os anos 1970 e 1980 em Fortaleza. Através dessa documentação se empreendeu uma discussão acerca do conhecimento, uso e recusa dos métodos contraceptivos por mulheres prostitutas no recorte mencionado, fossem estes métodos medicalizados ou “caseiros”. Partindo-se do entendimento de que uma gravidez não desejada viria a prejudicar a atividade das prostitutas, concluiu-se, porém, que o uso de contraceptivos não foi vivenciado de forma tranquila e óbvia por aquelas mulheres e que elas não compreendiam um público alvo dos serviços da BEMFAM que trazia, em suas publicações, um ideal de usuária. As memórias de prostitutas permitiram identificar entre elas uma rede de sociabilidades em que se fazia a indicação de pílulas ou a troca de conhecimentos sobre métodos caseiros de forma a garantir um cuidado com o corpo no que se refere à contracepção, questões invisibilizadas nos jornais e documentos da BEMFAM que consideravam essas mulheres, muitas vezes, doentes, inférteis e - nesse sentido - não responsáveis pelo crescimento populacional. Assim como a bibliografia com a qual se dialogou, negou-se a vitimização das mulheres que ofertavam serviços sexuais e recusou-se uma visão que valoriza agentes científicos de produção da verdade em detrimento das pessoas com suas concepções e subjetividades. Buscou-se ouvi-las, nesse sentido, não apenas com a

intenção de compreender aspectos materiais do passado, mas também como forma de contribuir para a atenuação de sua invisibilidade.

Palavras-chave: BEMFAM. Contraceptivos. Controle de natalidade. Mulheres. Prostitutas.

A Rua do Sampaio uma rua transgressora por excelência.

Edson Alves do Nascimento - UECE

Por ocasião da chegada da primeira boate a rua Governador Sampaio, na segunda metade dos anos cinquenta, por conta do alarido, o cotidiano foi sendo reformulado e rebatizado pelos populares como “a rua dos chateais”, evocada subjetivamente quando alguém se referia aos prostíbulos da via. Local de especial importância para a cultura fortalezense e para os amantes da boemia, considerado como núcleo da licenciosa fortalezense, a nossa “Lapa”. Desse modo, a “Boate 80”, tornou-se a célula-mãe da transgressão naquele reduto. Diziam que, suas mulheres, além de belas, eram famosas por seus costumes libertinos, alimentando a tradição que ali se instalou um canteiro de vícios ainda inexistente na cidade. A rua ainda conserva algumas faixadas dos antigos casarões, utilizados como armazéns e grandes depósitos de mercadorias variadas. A rua mais transgressora da cidade, iniciava a uma quadra da igreja da Sé, por onde trafegam os bondes, fazendo fronteira com a antiga região do Mercado Central. A rua, já demonstrava desde a década de 1910, ou até antes, vocação para licenciosidades de todo tipo. Diziam que era pontuada por numeras “casas suspeitas”. Era rica e variada a crônica da rua do Sampaio. No início, conhecida como “Beco da Apertada Hora”. O seu cotidiano foi reformado, rebatizado rua do Sampaio até 1890, ocasião em que recebeu o nome atual. Nos inícios dos anos trinta já era movimentada em visita do intenso comércio atacadista que ali se instalou. Calculava-se que muitas pessoas ali circulavam diariamente. Com o adensamento do velho centro, velhos casarões foram cedendo aos armazéns, ou, simplesmente, demolidos para abrir espaços aos depósitos de mercadorias variadas. Embora, fosse uma via familiar, sobretudo, bem frequentada havia fortes indícios de antros de perdição, instalados afrontadamente na via e “casas de tolerância” que recebiam “mulheres da vida”, acompanhada de clientes pego pela rua, entre outros vícios. Quando o sol da tarde já não incomodava, e a sombra e o frescor convidavam as moças a chegar à janela, notava-se que em alguns pontos, iam se tornando frequentados a certa hora da noite por supostas beldades, uma por vez. Havia queixas quanto a esses encontros escondidos, afirmavam que havia quartos com banhos que recebiam cavalheiros, controlados por mulheres que atendiam fregueses com ponta de cigarro na orelha e ceroula amarradas no mocotó. Segundo o memorialista Gustavo Barroso, houve uma história comovente, quando, uma sofrida senhora e suas filhas, ao tempo do presidente Nogueira Acioly, que morreu de desgosto, já que presenciou o destino infeliz de sua filha, que faleceu de “doença do mundo” (sífilis) nos quartos do Sampaio. Tinha-se notícia de uma viúva que era um estouro e que fazia concorrência até a uma Messalina (BARROSO: 1961, 25, 63).

Palavras-chave: Boemia. Lenocínio. Transgressão. Corpo. Homossexualidade.

Perigoso para os bebês: a normatização do Cytotec no Brasil, 1986 a 1998.

Thayane Lopes Oliveira - Fiocruz

O presente trabalho é resultado da tese de doutorado defendida na Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, em 2023. O Cytotec, nome comercial do Misoprostol, foi inserido no mercado farmacêutico brasileiro em 1986 com indicação para o tratamento de úlceras gástricas e venda livre sem exigência de receituário médico. Logo nos primeiros anos de comercialização, o uso da substância para a prática abortiva foi denunciado pelo campo farmacêutico e persistentemente explorado pela mídia. No debate em torno do uso do medicamento para a prática ilegal do aborto, diferentes discursos foram mobilizados favoravelmente e contrariamente ao medicamento. Por um lado, ginecologistas e obstetras demonstravam que entre os métodos utilizados por mulheres para abortar, o Misoprostol se apresentava como menos danoso à saúde da mulher sendo, dessa forma, uma ferramenta para diminuir a mortalidade materna decorrente do aborto inseguro. Assim, os profissionais desse campo alegavam a importância da disponibilidade do medicamento para a saúde pública como forma de diminuir os danos à saúde das mulheres e melhorar os dados da saúde pública com relação à mortalidade materna. Na contramão dessa visão, profissionais dos campos farmacêutico e da medicina genética apontaram para o risco de malformação congênita dos bebês associado ao uso considerado *indevido* do medicamento. Essa controvérsia ultrapassou o campo científico e se fez presente na mídia nacional, mobilizando a atenção pública em torno da proibição da comercialização que ocorreu progressivamente a partir de 1991 tendo como ápice de medidas restritivas o enquadramento na regulamentação de substâncias especiais em 1998. Para a realização desta pesquisa diversas fontes foram utilizadas, sendo algumas delas: revistas científicas e artigos publicados a respeito do Cytotec; jornais de circulação nacional, como Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo; revistas de circulação nacional tais como Veja e Manchete; processo jurídico de proibição da venda, entre outras.

Palavras-chave: Cytotec. Aborto medicamentoso. Mulheres. Normatização. Ciência.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

História e Historiografia da Educação: sujeitos, instituições e práticas escolares.

Coordenador(es): José Antônio Gabriel Neto (UECE).

A História da Educação vem se consolidando como área importante para os estudos históricos relativos a vários campos como a política, economia, cultura e cotidiano das sociedades em geral. Assim, a pesquisa em História da Educação permite um olhar mais apurado sobre quem são os sujeitos que a compõem e quais são as práticas permeadas por esses mesmos indivíduos nos contextos escolares ao longo do tempo. As instituições participam ativamente do processo ao serem os locais de formação e das práticas educativas, quer estejam elas localizadas nos espaços escolares da educação básica ou mesmo nas instituições voltadas à educação superior. dando um sentido amplo ao que se entende como cultura e possibilitando que as classes, sejam elas subalternas ou elitizadas, constituam seus interesses, facilitando o entendimento sobre como se desencadeiam os processos políticos e sociais nas mais diversas sociedades. Dessa forma, estando alinhado ao escopo do evento, o presente Simpósio Temático tem por proposta reunir trabalhos que possibilitem a reflexão sobre a História da Educação nos mais variados contextos que agreguem reflexões sobre educação formal e não formal, espaços escolares, formação de professores, currículo, cotidiano escolar, história do ensino de história, memória escolar e historiografia sobre a História da Educação.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

Local: Sala 03 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II

Mundos do trabalho e ensino de história: consciência de classe no ensino profissional.

Jefferson Ênio Prado Clarindo - UVA

O presente trabalho busca analisar as relações entre Instituto Aliança, uma instituição privada, e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará na definição dos currículos e na produção de materiais didáticos usados em disciplinas obrigatórias nas Escolas Profissionais, e questiona a maneira como a formação no Ensino Médio é excessivamente voltada para atender às demandas do mercado de trabalho. Partindo desses pressupostos, buscamos demonstrar a fragilidade teórica do material usado para auxiliar as aulas da disciplina “Mundo do Trabalho” e a influência dessa cartilha nos relatórios finais de estágio. Por fim, propomos um instrumento didático, no qual apresentamos alternativas para abordar o conceito de trabalho no Ensino de História.

Palavras-chave: Ensino de história. Mundos do trabalho. Consciência histórica.

O relato em Maus: análise do uso de uma graphic novel no ensino do Holocausto Judeu na Segunda Guerra Mundial no Colégio Estadual Liceu de Caucaia.

Christiana Vitória Soares Lopes - UFC

O presente trabalho busca analisar a utilização da graphic novel Maus em turmas de 3º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Liceu de Caucaia como um material de estudo sobre o Holocausto Judeu ocorrido durante a Segunda Grande Guerra Mundial, sobre a perspectiva da ampliação dos usos de materiais para o ensino de História em sala de aula além do livro didático. Maus, publicada em 1986, sendo inicialmente veiculada em publicações semanais na Raw, uma revista que reunia publicações de artistas dos Estados Unidos e da Europa, editada por Artie Spiegelman (também autor da obra) e Françoise Mouly e publicado pela editora Mouly durante o período de 1980 a 1991, a graphic trata da história do pai do autor, Vladek Spiegelman, um judeu polonês e das memórias deste durante o período entre 1930 a 1945. Por se tratar de uma obra com mais de duzentas páginas, foram escolhidos trechos chaves da obra, que são distribuídos entre os alunos, que ficam organizados em 10 equipes. Depois do momento de leitura, há um momento de debate sobre os principais acontecimentos que chamaram a atenção dos alunos e também sobre o uso de Maus como uma fonte histórica sobre o Holocausto Judeu, buscando entender a complexidade da narração dos fatos e fazer com que o estudante analise o material como fonte histórica, mas também como um objeto que não foi criado inicialmente com esse propósito. Ao trazer a obra Maus para sala de aula, busca-se que o estudante leia a graphic novel de forma crítica, ampliando o debate sobre as políticas de

segregação e extermínio do governo nazista e buscando despertar o sentimento de empatia entre os alunos para com as vítimas do Holocausto.

Palavras-chave: Ensino de História. Holocausto. Segunda Grande Guerra Mundial. História em Quadrinhos.

O ensino de história através da Olimpíada Nacional em História Do Brasil (ONHB) e da Olimpíada de Ciências Humanas do Estado do Ceará (OCHE) - 2018 a 2022.

Marisnanda Mota Araújo – SEDUC/CE

Nos últimos anos, os debates em torno do ensino de história enquanto campo de pesquisa vem ganhando força e criando um contexto favorável de investigação e reflexão sobre questões importantes para nossas práticas pedagógicas e metodologias adotadas nas práticas docentes. Nesse sentido, o presente trabalho propõe uma investigação acerca do ensino de história e da aprendizagem histórica de estudantes da Educação Básica através de suas experiências na ONHB e na OCHE, entre os anos de 2018 e 2022, período em que eu participo dessas competições como professora orientadora, nas redes de ensino pública e privada. A hipótese central desse trabalho é analisar como a ONHB e a OCHE contribuem para uma aprendizagem significativa para os estudantes, mirando na construção da Consciência Histórica, que é um exercício de reflexão sobre si e sobre o mundo, e quais as suas implicações nas minhas práticas docentes ao longo desses cinco anos de experiência olímpica. Ciente de que o processo de ensino-aprendizagem está em constante mudança, essa pesquisa é também uma proposta de reflexão e aperfeiçoamento da ação docente e das metodologias empregadas no ensino de história para estudantes da Educação Básica. O método adotado foi a análise documental e a aplicação de um questionário para coleta de dados com os estudantes, por isso, trata-se, de uma pesquisa qualitativa. A partir dessa pesquisa foi possível concluir que projetos como a ONHB e a OCHE, que estimulam a investigação científica pelos estudantes através do contato destes com as fontes histórica, promovem uma aprendizagem significante e contribuem para a divulgação da história no ambiente escolar.

Palavras-chave: Ensino de história. Olimpíadas científicas. ONHB. OCHE.

Novo Ensino Médio e BNCC: mais uma crise para o código disciplinar da História?

Maria Auriene Cardoso – ProfHistória UFC

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, que tem como objetivo identificar as mudanças e permanências no ensino de História no Ensino Médio, após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei 13415/17, conhecida como “Novo Ensino Médio”. Será apresentada aqui uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o código disciplinar da História, pensado por Raimundo Cuesta Fernández (1997), como uma categoria capaz de integrar todas as características da

disciplina escolar, como: conhecimento *sui generis* (CHERVEL, 1991), autônomo em relação à ciência de referência, gestado e transformado historicamente a partir de relações de poder e conflitos (GOODSON, 2018). Em suma, o código integra valores, conteúdos e práticas, que se transformam ao longo do tempo de acordo com os usos sociais, com os objetivos de escolarização e com os conflitos dos diversos grupos e/ou classes. Auxiliadora Schmidt (2012) enxerga quatro períodos cruciais do código disciplinar da História no Brasil: 1) construção do código disciplinar da História no Brasil (1838-1931); 2) consolidação do código disciplinar da História no Brasil (1931-1971); 3) crise do código disciplinar da História no Brasil (1971-1984); 4) reconstrução do código disciplinar da História no Brasil (1984). Com a aprovação da Lei 13415/2017, que flexibilizou o currículo do ensino médio, dividindo-o em base (disciplinas) e itinerários (Parte flexível), e que retirou a obrigatoriedade da maioria das disciplinas, incluindo a História, sendo substituídas apenas por “estudos e práticas”. No caso da História, aparece na BNCC (2018) diluída na área de “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, onde não há mais objetivos e objetos de aprendizagem específicos da História, mas apenas “competências e habilidades” para a área. Retorna para a educação a ideia de tecnicismo, onde o conhecimento apenas “serve” quando pode ser útil ou aplicado, como aponta Maria Lima (2022). Em relação aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa foi feita a partir de estudo bibliográfico de autores como, Raimundo Cuesta Fernández, André Chervel, Ivor Goodson, Christian Lavelle, Circe Bittencourt, Selva Guimarães, Maria Auxiliadora Schmidt, Christian Laval e Maria Lima e análise dos documentos: Lei 13415/17, BNCC para o Ensino Médio (2018), Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), Diretrizes curriculares para o Ensino Médio (DCNEM, CNE, 2018). Diante de todo esse cenário de mudanças, por força de lei, num processo apontado pela imensa maioria dos autores, que se dedicam ao estudo da educação e do ensino de História no Brasil, como antidemocrático, ilegítimo, ainda não é possível dizer que estamos diante de uma nova ruptura do código. Mas, certamente a diminuição da carga horária, fazendo com que os professores (as) lecionem outros componentes, a diluição dos conteúdos em uma grande área, implicaram em mudanças significativas, tanto nos valores, como nos conteúdos e certamente nas práticas dos professores (as). Mas também há resistências, dissociações e lutas pela revogação das mudanças, ainda em andamento.

Palavras-chave: Código disciplinar. Ensino de História. Novo Ensino Médio. BNCC.

Exposições didáticas e protagonismo estudantil: registros de práticas adotadas nas escolas municipais de Itapissuma-PE.

Paulo Fillipy de Souza Conti - SME Itapissuma
Jesânias Rodrigues de Lima - SME Itapissuma

Em 2022, em razão da efeméride do Bicentenário da Independência do Brasil, a Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, por meio de sua equipe pedagógica, desenvolveu uma exposição itinerante voltada para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Na mencionada ação, buscamos destacar personagens amplamente reconhecidos pela historiografia brasileira, símbolos nacionais e outros sujeitos históricos que, apesar de

serem objeto de estudos nos últimos anos, ainda não são muito conhecidos no contexto escolar. Tendo os professores de História como colaboradores diretos para a orientação das atividades nas escolas, foram montadas equipes de estudantes para mediar a exposição. Essa proposta, bem recebida nas unidades de ensino, também provocou um interessante processo de identificação dos estudantes com alguns personagens históricos elencados nas telas, principalmente as personagens femininas. Para essas alunas, ter a possibilidade de falar de Maria Felipa de Oliveira, por exemplo, foi uma forma de buscar um lugar de protagonismo, no discurso e nas ações, por serem as representantes de suas escolas naquela atividade. Em Itapissuma, a maior parte da comunidade escolar é composta por pessoas negras e de baixa renda, o que reforça a importância de apresentar aos estudantes sujeitos históricos que não estão incluídos nos padrões costumeiramente expostos nos livros didáticos. Por isso, diante dos bons resultados da primeira experiência, passamos a desenvolver materiais voltados para a história local, ainda muito fragmentada e pouco explorada pela historiografia. Sendo Itapissuma um dos mais jovens municípios pernambucanos, cuja emancipação política data de 1982, desenvolvemos no ano de 2023 uma exposição sobre esse evento, tendo por base reportagens jornalísticas coletadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Devidamente contextualizadas, essas reportagens foram distribuídas em um conjunto de oito telas e enviadas para as escolas. O material passou a fazer parte do acervo permanente das unidades de ensino, o que facilita a utilização pelos professores e permite a elaboração de ações interdisciplinares. A estratégia de proporcionar aos estudantes o protagonismo de mediar a exposição foi replicada. E, a exemplo do que aconteceu com a primeira experiência, os resultados positivos não ficaram restritos ao componente de História. Na verdade, os participantes foram estimulados a pesquisar mais sobre as temáticas, o que possibilita o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida escolar e posterior ingresso em cursos técnicos e/ou universitários. Acreditamos que tais informações nos permitem reforçar a importância e a possibilidade de utilização de recursos didáticos diversificados no contexto da Educação Básica, principalmente na Rede Pública. Esperamos, na mesma medida, que as exposições didáticas, com conteúdo histórico nacional e local, desenvolvidas nas escolas municipais de Itapissuma, possam inspirar ações em outras pequenas cidades brasileiras e, com isso, abrir maior espaço de protagonismo e autonomia para os estudantes no processo de construção do conhecimento.

Palavras-chave: Exposição didática. Protagonismo estudantil. Ensino de História. Itapissuma.

Outros caminhos de aprendizagem: o ensino de história a partir da inserção de recursos didáticos sobre a história local (Caxias/MA).

Aldeanne Silva de Sousa
Jakson dos Santos Ribeiro

O ensino de história torna-se mais dinâmico, a partir da inserção de recursos didáticos. Nesse caso, a proposição deste texto é apresentar com o processo de aprendizagem da

História Local, pode ser desenvolvido, a partir do uso de recursos didáticos que amplie as possibilidades de compreensão dessa história, com uso desses instrumentos pedagógicos. Por essa via, é necessário apontar que, tal abordagem, visa apontar uma conexão com os conteúdos e temáticas que não são contempladas no currículo. No cerne dessa proposta, busca-se aprimorar a compreensão do processo de aprendizagem ao incorporar recursos didáticos que possibilitem a compreensão a luz do ensino da história local em sala de aula. Desse modo, ressaltamos, que a proposta não é apenas transmitir conhecimento histórico, mas também promover uma experiência educacional problematizadora e contextualizada. Assim, a metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma abordagem a luz da observação participante, visando enriquecer o ensino de história local. Inicialmente, faz-se uma discussão acerca da relevância do uso de recursos didáticos no ensino de história local. Em seguida, o método de observação desempenhará um papel crucial, pois é através dele que poderá notar-se o quanto o uso desses recursos podem ser transformadores no processo de aprendizagem para o ensino da história local, como também o diálogo e a colaboração dos alunos serão fatores-chave para o sucesso desta metodologia, permitindo uma experiência de aprendizado mais rica e significativa. Com isso, os resultados desta abordagem revelaram um aumento significativo no interesse e engajamento dos alunos no estudo da história local. O uso de recursos didáticos promoveu discussões mais aprofundadas em sala de aula, evidenciando uma compreensão mais robusta dos eventos históricos locais. Ademais, os resultados indicam que a integração de recursos didáticos sobre a história local não apenas aprimora a compreensão histórica, mas também promove um aprendizado mais participativo, conectando os alunos de forma mais significativa com sua herança e identidade local. Portanto, centrada na história local revelou-se eficaz, proporcionando um ambiente de aprendizado mais envolvente e conectado. O aumento do interesse dos alunos, o engajamento nas atividades práticas e a autonomia demonstrada nos projetos de pesquisa destacam a relevância de incorporar recursos didáticos locais no ensino de história. Essa estratégia não apenas enriquece o conhecimento histórico, mas também fortalece os vínculos entre os alunos, a comunidade e sua própria história, promovendo um aprendizado mais significativo e duradouro.

Palavras-chave: Aprendizagem. História Local. Recursos Didáticos.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Sala 03 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II

Estágio supervisionado e o ensino EAD: relatos de experiências dos estagiários do polo de Iguatu do curso de História da UAB/UECE em 2023.

Diocleciana Paula da Silva - UECE/UAB
Ana Carla Sabino Fernandes - UFC

O presente trabalho tem por objetivo compartilhar um relato de experiência buscando assim refletir sobre as práticas em sala de aula, propiciadas pelos Estágios Supervisionados no Ensino fundamental e médio, realizados no sexto e sétimos semestres de graduação do curso de licenciatura em História do EaD da UECE/UAB do polo de Iguatu-CE, em 2023. Por se tratar da modalidade EaD, as escolas são diversas e as orientações remotas e uma vez presencial. O professor regente da disciplina acompanha o estagiário em sua atuação mais diretamente. O desafio do estágio no EaD está na parceria aluno, professor regente e professor orientador a distância. Os encontros com a turma se pautaram na discussão das metodologias ativas, consciência histórica e uma educação antirracista que permeiam as escolas da rede pública do estado. Nossa problemática se constrói a partir da análise dos relatórios dos “Historiando” (metodologia utilizada nos cursos EaD, em que o aluno faz atividades relativas às disciplinas) onde os alunos enviam para a plataforma AVA (Ambiente virtual de aprendizagem) do EaD. Tais relatórios contêm as narrativas referentes ao contato da escola, sua estrutura, sobre os alunos e professores e mais ainda sobre a prática do professor regente e a intervenção do estagiário. Podemos constatar que esse modelo de estágio há uma interação maior entre o professor regente e o estagiário, levando-o em alguns momentos, como na elaboração dos planos de aula, a aderir o modelo e prática da aula do professor regente, que nem sempre estava dentro das discussões teóricas do ensino de história. Nesse sentido, queremos dialogar com os teóricos como Selma Pimenta e Luis Fernando Cerri sobre o Estágio supervisionado, Barbara Carine sobre uma educação antirracista e Julia Constancia Camello sobre a prática do estágio na Formação de professores, na construção de elementos que possam garantir uma maior autonomia do estagiário para que consiga aplicar melhor as metodologias do ensino de história.

Palavras-chave: Práticas docentes. Estágio. Ensino de História.

Alfabetização de jovens e adultos na ditadura civil-militar: a experiência do mobral no norte de Goiás.

Tainara Ferreira Mousinho - UFT

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL foi inserido no contexto da ditadura civil-militar prometendo diminuir de forma significativa o índice de analfabetismo no Brasil. Essa pesquisa tem como objetivo compreender a atuação e desenvolvimento do MOBRAL na antiga região norte de Goiás. O recorte temporal contempla os anos de 1970 a 1985, período de vigência do movimento. Para tanto, estamos utilizando a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental em relação ao MOBRAL, mediada pela perspectiva da história oral. Nesse sentido, surgiram questionamentos que perpassam e se relacionam à realidade e ao contexto histórico do interior do estado de Goiás no período. Ou seja, nos propomos a refletir sobre a atuação e existência do MOBRAL no norte de Goiás, identificando a sua instalação, desenvolvimento e recepção pelo povo nortense. Dentre os estudos sobre a temática, podemos destacar os realizados por Ribeiro (1992), Romanelli (1998), Haddad; Di Pierro (2000), Ghiraldelli (2015) e Paiva (2015). Nos estudos

sobre a história oral, utilizamos como base as leituras de Bosi (1994), Meihy (1998), Ferreira; Amado (1998) e Thompson (1992). Sendo assim, a partir da análise das fontes documentais e orais, o estudo permitirá destacar a relevância das memórias individuais e coletivas – relacionando-as – existentes sobre o movimento e suas especificidades, contribuindo assim com o campo de pesquisa sobre a história da educação e das populações amazônicas no referido espaço de estudo.

Palavras-chave: Memória. Ditadura Civil-Militar. Educação de Jovens e Adultos.

Prescrições Curriculares para o ensino de Geografia nas Escolas do Pará durante a Primeira República (1889-1930).

Elvis Cordeiro Neves – UFPA
Genylton Odilon Rego da Rocha - UFPA

Pesquisa sobre a História das Disciplinas Escolares, especificamente sobre a Geografia Escolar durante o período da Primeira República (1889-1930) nas escolas paraenses. A pesquisa objetivou realizar um mapeamento acerca das legislações educacionais produzidas e sancionadas durante esse período, identificando as prescrições curriculares para a disciplina de geografia. Para tanto, a pesquisa adotou os princípios da abordagem qualitativa de investigação científica, utilizando-se da pesquisa histórica como procedimento metodológico. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica das categorias centrais da pesquisa: Currículo, Prescrições Curriculares, Legislação Educacional e Primeira República. Posteriormente, foi feita a coleta de dados por meio da técnica de pesquisa documental, onde foram levantados artigos, dissertações, teses e livros que abordassem/mencionassem às legislações educacionais do período. Nesse processo, foram visitados sites e espaços como: a seção de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna; o acervo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); os repositórios da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Pará (UFPA); a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Estado do Pará (BDTD), o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) além dos artigos publicados no site do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Com isso, foi possível localizar as fontes que versavam sobre a legislação da Primeira República, documentos esses que estavam divididos em dois acervos: o do APEP e o da Biblioteca Arthur Vianna. As fontes podiam ser localizadas no setor de Instrução Pública em dois tipos de livros: Coleções de Leis do Estado do Pará e Actos e Decisões do Governo do Estado do Pará. No primeiro, era possível identificar as leis sancionadas, e no segundo era possível identificar os decretos, portarias e demais ações legislativas tomadas pelo Governo do Estado. Ao todo foram analisados 48 livros (sendo 36 livros de Leis do Estado e 12 livros de Actos e Decisões) que posteriormente foram submetidos à análise de conteúdo de acordo com os procedimentos propostos por Bardin (1979) e Franco (2018). Dessa forma, foram filtrados 103 documentos que tratavam de legislação educacional e, dentre esses, 14 documentos faziam referência à disciplina de geografia. Através desses procedimentos, constatou-se: 1) a ausência de

documentação referente a alguns anos (principalmente após 1914); 2) não houve variações entre os conteúdos trabalhados pela disciplina, focalizando primordialmente na noção de território, com debates sobre “geographia do Brazil e geographia do Pará”; 3) preza-se por orientações didáticas que evitem minúcias, nomenclaturas extensas e dados estatísticos que possam sobrecarregar a memória do aluno. Em síntese, apesar da Primeira República ser produtiva na implantação de reformas educacionais a nível nacional, constata-se que não necessariamente essas reformas trazem modificações significativas a nível estadual. A ausência de estudos sobre a história da geografia escolar paraense no período da Primeira República justifica a realização desta investigação que contribuiu tanto para a organização de fontes documentais para estudos futuros, quanto para o desvelamento de concepções didático-pedagógicas que contribuíram para a formação da juventude paraense na primeira metade do Século XX.

Palavras-chave: História da Educação. Currículo. Prescrições Curriculares. Primeira República.

Políticas de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Educação de Fortaleza.

Keile Socorro Leite Felix – SME Fortaleza

Geovanio Carlos Bezerra Rodrigues – SME Fortaleza

Em 2014 foi criado por meio da Lei N° 13.005 o Plano Nacional de Educação (PNE). Com um prazo de implementação de 10 anos, esse documento tem por finalidade criar, em parceria entre União, Estados e Municípios, políticas públicas eficazes em âmbito educacional com vistas a reduzir as desigualdades sociais e econômicas do país por meio da melhoria do processo de ensino e aprendizagem, oportunizando às crianças, jovens e adultos um nível educacional adequado. O PNE possui 20 metas que, pela regulamentação, devem ser cumpridas no prazo de 10 anos. Nosso recorte de pesquisa é a Meta 6 do PNE que estabelece a ampliação da oferta de Tempo Integral em pelo menos 50% das escolas públicas. Buscaremos compreender como essa política pública vem sendo estabelecida no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza, bem como analisar os modelos de ampliação da jornada escolar ofertadas pela Rede de Ensino, suas propostas curriculares e a qualidade ofertada no processo de ensino-aprendizagem. Utiliza como interlocução teórica FOUCAULT; LUCK, 2013; SAVIANE, 1998 e 2019; REMOND, 1994; VEIGA NETO, 2017. Como procedimentos metodológicos faremos a revisão de fontes da literatura especializada como FRIGOTO, 2007; DIAS SOBRINHO, 2012, dentre outros. Analisaremos como escopo documental: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), a Base Nacional Comum Curricular, o PNE (BRASIL, 2014), os dados disponibilizados pelo Observatório do Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal da Educação (2014) e os relatórios produzidos pelo(a): Conferência Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação de Fortaleza, Plano Fortaleza 2040, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (INEP) e dados das avaliações externas.

Palavras-chave: Política Educacional. Tempo Integral. Plano Nacional de Educação.

Ensino de História Local e protagonismo estudantil: a formação integral por meio da produção de pesquisa científica.

André Luiz Henrique Tavares de Melo Rodrigues

Busca-se com este trabalho analisar a maneira pela qual os protagonistas estudantis das turmas de segundos e terceiros anos da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral João Alves Moreira, localizada na zona rural de Aracoiaba, recorreram à produção de pesquisa científica sobre as realidades histórico-sociais de suas comunidades, no processo de desenvolvimento de pensamento crítico, contribuindo assim para sua formação cidadã. Apesar dos diversos desafios, como a pouca disponibilidade de fontes secundárias historiográficas sobre suas localidades, os jovens estudantes foram orientados à realizar pesquisa de campo, buscando fontes documentais primárias, para que a partir de suas análises a historiografia local fosse produzida pelos mesmos. Os protagonistas, orientados pelo professor da disciplina História Local da EEMTIJAM, foram à campo e por meio da análise de fontes imagéticas, orais e escritas pesquisaram sobre movimentos sociais em que historicamente seus próprios familiares participaram de forma ativa. Os protagonistas aprenderam sobre conceitos utilizados na construção de investigação em sala de aula e utilizaram esse aprendizado, juntamente à interpretação de textos e análise de fontes para apresentar projetos, realizar tarefas e ter excelente desempenho em questões de provas de cunho científico, que ocorreram no primeiro semestre como ONHB, além da OCHE, ONHB-A e Ceará Científico no segundo semestre do ano de 2023. Em todos estes eventos os jovens protagonistas da EEMTIJAM obtiveram bons resultados, não só com o recebimento de medalhas de ouro e prata, mas no desenvolvimento integral da formação de cidadãos conscientes de seus direitos e que podem contribuir a partir de então na luta por uma educação pública de qualidade, utilizando a aprendizagem histórica compreendida dentro de sala de aula como ponto de partida para a busca uma sociedade mais justa e com equidade.

Palavras-chave: Protagonismo. História Local. Cidadania.

Pós-graduação em Educação no Ceará: da gênese aos dias atuais (1977-2023).

José Antonio Gabriel Neto - UECE

Nas últimas décadas a pós-graduação vem se constituindo como o principal lócus da produção científica nacional. Nesse sentido, em 1966 foi criado o primeiro curso de mestrado em Educação do Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e no Ceará teve início em 1977 com a criação do mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Dessa forma, este estudo pretende analisar aspectos históricos da criação dos programas de pós-graduação em Educação no Estado do Ceará, problematizando a trajetória desses programas até o ano de 2023. Como metodologia

optamos por análise documental e uso de bibliografia especializada no assunto, com artigos sobre pós-graduação em Educação, livros e documentos que tratem de políticas relativas a esse nível de ensino. Os resultados indicam que nos últimos 45 anos o número de programas subiu de 1 (um) para 5 (cinco) e tem trazido impactos significativos para a educação no Ceará e em outros estados, formando recursos humanos das mais diversas filiações teóricas e advindos de licenciaturas e bacharelados de muitas universidades Brasil afora. Entende-se, portanto, que o desafio atual é ampliar o escopo desses cursos para que possam, assim, atender cada vez mais uma demanda crescente por mestres e doutores, em especial na educação escolar no Ceará e em outras localidades.

Palavras-chave: História. Pós-graduação. Educação.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

A história dos esportes: entre a escrita acadêmica e a história pública.

Coordenador(es): João Júlio Gomes dos Santos Júnior (UDESC) e Caio Lucas Morais Pinheiro (UECE).

A proposta deste Simpósio Temático é congregar trabalhos que discutam a história dos esportes, tanto em sua dimensão pública quanto acadêmica de escrita sobre diversas modalidades esportivas no Brasil e no exterior. Aqui compreendemos a história dos esportes de forma ampliada, incluindo, de um lado, práticas corporais institucionalizadas inseridas no contexto de competição de alto rendimento e, por outro lado, múltiplas modalidades lúdicas que se apropriam do corpo, ambas vêm se consolidando dentro da historiografia desde, pelo menos, a década de 1960 (MELO; FORTES, 2010, p. 15). O passado dos esportes e sua trajetória marcadamente moderna será analisado sob múltiplos olhares, seja com ênfase social, econômica, cultural e seus usos públicos, uma vez que este universo mobiliza uma variedade de atores: dos praticantes aos espectadores, dos dirigentes às torcidas e dos profissionais aos técnicos. De acordo com Vamplew (2013, p. 8-9), há pelo menos três formas de fazer a história pública dos esportes. A primeira é a história pública popular, que compreende a produção feita por meio de diversos recursos midiáticos, incluindo a internet, sendo bastante popular entre pesquisadores amadores; a segunda forma é ligada aos museus dos esportes, que costumam deixar-se levar pela nostalgia e acabam exaltando trajetórias e consolidando mitos; a terceira forma está ligada aos discursos oficiais das federações esportivas, comissões ou entidades que apresentam uma narrativa bastante tradicional do esporte. Nossa proposta é problematizar essas narrativas, analisar as relações que estabelecem com a memória individual, coletiva e institucional que circulam nas representações dos passados dos esportes. Queremos, igualmente, discutir formas alternativas de apresentação do conhecimento histórico buscando construir uma cultura histórica que ultrapasse os muros da academia (Malerba, 2017, p. 146). Portanto, estamos abertos também a iniciativas que explorem formas alternativas de representar o passado de distintas modalidades e práticas corporais, tais como: futebol, artes marciais, boxe, atletismo, turfe, remo, dança, etc.

SESSÃO 01 / 06 março de 2024

Local: Sala 04 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II

“Vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”: publicidade televisiva e identidade nacional durante a Copa da Confederações de futebol (Brasil - 2013).

Thiago Oliveira Braga/SEDUC - CE

O mês de Junho de 2013 pode ser considerado como um divisor de águas para a História política recente no Brasil. Podemos afirmar que foi o marco temporal de todo esse processo de polarização que tomou o país e em grande medida permanece até hoje e tento apresentar a partir da publicidade da empresa automobilística italiana FIAT, ao usar o jingle que incentivava a população a ocuparem as ruas, dando a ideia de ocupar a própria cidade, passou a ter outras compreensões que foram capturadas por um forte viés ideológico que teve a camisa da seleção brasileira de futebol como identidade, e que teve seu início na Copa das Confederações, com manifestações que ganharam corpo tanto quantitativo quanto ideológico e passam a desencadear outras demandas sociais para além da questão policial percebia-se coletivos em defesa de mais recursos para a saúde e educação. Porém, na medida que outros agentes se somavam, outras pautas eram inseridas, como por exemplo o combate à corrupção e críticas contundentes ao sistema político vigente, como também aos parlamentares, governadores e a Presidenta Dilma Rousseff, que antes da Copa das Confederações tinha uma aprovação de 2/3 da população. Dialogando com o tempo presente, para além das questões estéticas, há uma ponderação política que é: como tais símbolos e cores são da nação e não de apenas uma parte dela, a sua apropriação, seja por um partido, um regime político ou mesmo por uma parcela da população. Os símbolos nacionais foram apropriados e tutelados pela elite política desde a Proclamação da República, passando pela Ditadura Civil-Militar e, desde 2013, usados exaustivamente como oposição a cor vermelha e ao governo do Partido dos Trabalhadores, que de tal forma ultrapassaram o campo estético e esportivo e tornaram-se símbolos de uma narrativa, supostamente patriótica, mas que acabam sendo, acima de tudo, símbolos polarizadores. É importante mostrar o perigo de pensar uma sociedade dentro de rótulos fechados, excluindo toda uma pluralidade que é central numa democracia, hoje quase utópica, porém, necessária. Talvez a condição estética não seja um fim, mas um meio para entendermos a conjuntura do nosso país.

Palavras-chave: Mobilização social. Publicidade. Futebol. Megaeventos. Identidade Nacional.

Futebol, mídia e poder: a atuação do Correio do Ceará em torno da integração nacional (1971).

Fábio Saboia Evangelista - UECE

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do jornal Correio do Ceará em defesa do discurso da integração nacional dentro do contexto da Ditadura Militar, especificamente no ano de 1971. Os motivos principais para a utilização deste jornal como fonte são: 1) o grupo que controlava este periódico (Diários Associados) apoiou o Golpe Civil Militar de 1964 e, conseqüentemente, apoiou os governos subseqüentes; 2) como este jornal apoiou as ações do Regime Militar, a ideologia das ações governamentais estavam presentes no discurso do jornal, principalmente no que se referia à Doutrina de Segurança Nacional e também a chamada integração nacional. Entretanto, as análises realizadas neste trabalho se restringem ao campo do futebol, onde este jornal realizou uma forte campanha para que ao menos uma agremiação cearense participasse do Torneio Roberto Gomes Pedrosa de 1971, que viria a ser o Campeonato Brasileiro, por meio da realização de um concurso popular. Outro ponto analisado a respeito das ações deste periódico foi a série de críticas realizadas à estrutura precária do Estádio Presidente Vargas e como esta praça esportiva não estava à altura do futebol cearense enquanto participante do campeonato nacional. Para compreender os interesses deste jornal dentro do contexto da integração nacional, serão utilizados os conceitos de comunidade imaginada de Benedict Anderson, e os conceitos de nacionalismo e protonacionalismo, de Eric Hobsbawm. Estes conceitos são importantes porque buscam compreender toda a questão dos objetivos do sentimento e união promovidos pela política da Integração Nacional.

Palavras-chave: Futebol. Campeonato Brasileiro. Ditadura Militar. Nacionalismo. Correio do Ceará.

Epistemológicas, éticas e de temporalidade.

Caio Lucas Morais Pinheiro - UECE/ Faec

O presente trabalho examina as representações do passado sobre o futebol cearense a partir de uma dupla chave de compreensão. De um lado, trata-se de analisar as representações construídas sob a lógica da história escrita nas/para as universidades – uma história científica? Por outro lado, pretende-se investigar as narrativas produzidas sobre o passado do futebol cearense fora dessas lógicas de saber e de poder. A partir desse duplo interesse, buscamos refletir acerca da história da historiografia do futebol

no Estado do Ceará, desde a sua formação e os pioneiros da escrita da história até a segunda década do século XXI. No entanto, nossa argumentação procura ir além da formação da história da historiografia do futebol cearense, partindo do objeto dado no presente. Propomos aqui deslocar e suplementar algumas dessas perspectivas de representações do passado ao optar por focar os problemas, ambiguidades e constrangimentos das narrativas sobre o futebol cearense, compreendendo as condições socioeconômicas, políticas e culturais do lugar de produção desses saberes. Nesse sentido, do momento em que investigar o futebol como objeto de pesquisa científica consistia em um tabu até a atual diversidade de horizontes futebolísticos e de enfoques teóricos envolvendo gênero, raça, classe, sexualidade ou patrimônio, aspectos epistemológicos, éticos e políticos atravessam a escrita da história do futebol cearense. Diante do pujante crescimento de trabalhos sobre o tema, faz-se necessário interrogar quais são as possibilidades que demarcam a atual inserção e expansão da história da historiografia do futebol cearense? Em que medida é possível identificar uma identidade que a legitime como campo autônomo com seus objetos, metodologias e problemas com os quais se desenvolve? Este artigo, portanto, delinea a história da historiografia e um balanço das narrativas e dos saberes elaborados sobre o futebol cearense nas últimas décadas, apontando as principais tendências, questões, necessidades, projetos de futuro, silêncios e esquecimentos mobilizados pelos seus autores que formaram uma “memória disciplinar”. Para tanto, serão utilizados como fontes históricas as teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias publicadas, além de artigos e de livros lançados no período.

Palavras-chave: Teoria da história. História da Historiografia. Futebol Cearense.

Para frente Brasil: a seleção brasileira como ferramenta de propaganda política e legitimidade do regime militar durante o governo Médici (1969 - 1974).

Romulo Cesar Barros Aguiar - UECE

Em 1969, iniciou-se oficialmente a associação entre a Seleção Brasileira e o governo Médici visando a melhor preparação possível em busca da conquista da Copa do Mundo de 1970, sediada no México, para resgatar o prestígio esportivo da equipe nacional. Por outro lado, o governo buscava nesta parceria reverter sua imagem impopular, utilizando a Seleção como propaganda política para legitimar a ditadura militar instalada em 1964. Partindo deste contexto, esta pesquisa aprofundou-se na construção da relação entre o time nacional e o governo militar, seus objetivos e as etapas do processo que perdurou até o final do governo Médici. Identificando os aspectos, buscamos evidências que

apontem o papel da Seleção Brasileira na consolidação da ditadura militar, funcionando como um mecanismo essencial no projeto nacional-desenvolvimentista idealizado pelos militares. Construímos uma pesquisa documental, cujas fontes utilizadas são jornais e revistas, alinhados ou não ao governo, de grande repercussão na época, considerando a função importante da mídia na divulgação da associação entre Seleção e governo. Os resultados evidenciam que o projeto trouxe benefícios para ambos os lados, esportivo para a Seleção e político para a ditadura. O time nacional se tornara símbolo de orgulho para a nação e, se aproveitando da situação, o governo buscou associar-se a imagem da equipe através das mídias do período, capitalizando o processo para alavancar a popularidade do general-presidente junto à população.

Palavras-chave: Seleção Brasileira. Ditadura Militar. Propaganda Política. Legitimidade.

“Batalhas em campo”: da trajetória amadora à construção das experiências profissionais de futebol em Limoeiro do Norte-Ce (1994-2000).

João Paulo Guimarães Maia

A pesquisa busca analisar a construção, os significados e sentidos atribuídos à experiência profissional de futebol por parte de ex-jogadores profissionais do Esporte Clube Limoeiro, entre os anos de 1994 e 2000. Compreendendo o futebol como um fenômeno histórico complexo que ganhou popularidade no Brasil durante o século XX, o trabalho visa discutir duas matrizes futebolísticas: a amadora e a profissional, identificando suas ocorrências no município de Limoeiro do Norte, Ceará. O Esporte Clube Limoeiro, fundado em 1942, estava inserido na matriz amadora de futebol quando, em 1994, ao ganhar o campeonato cearense da segunda divisão, acessa o futebol profissional, disputando a primeira divisão do campeonato estadual em 1995. Para identificar os elementos que compuseram a experiência profissional desses jogadores, foi utilizada a metodologia da História Oral. Como resultado, obtivemos que o futebol profissional significou uma adaptação em vários níveis desses jogadores e de seus corpos, às novas rotinas de preparação e outros elementos do futebol profissional. Também há uma alteração, para esses sujeitos do sentido do jogo, da brincadeira e lazer para o trabalho e obrigação. Por fim, a conclusão obtida é a de que essa foi a primeira experiência profissional coletiva de jogo no município, embora tenha sido por curto período e de forma intermitente. Além disso, atestou-se que o clube encerrou suas atividades por não conseguir atender às demandas burocráticas e econômicas do futebol profissional.

Palavras-chave: Esporte Clube Limoeiro. Futebol amador. Futebol profissional. Experiências.

Dentro e fora das quatro linhas: o observatório da discriminação racial no futebol e a experiência de racismo no futebol cearense (2014-2022).

Vanessa Pureza dos Santos

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o racismo dentro do futebol, tendo como recorte espacial o Estado do Ceará e explorando as diversas manifestações desse fenômeno entre 2014 a 2022, recorte temporal desta pesquisa. Foi realizada uma historicização sobre o racismo no Brasil adentrando por seguinte o Estado do Ceará a fim de compreender como se dá esse fenômeno dentro do futebol. O estudo utiliza uma abordagem que combina análise histórica com a análise do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, além de fazer uso de entrevista para compreender a experiência particular de racismo sofrida por Sérgio Augusto Abrão no Ceará. Foram utilizados como fonte, os relatórios produzidos pelo Observatório da Discriminação Racial no Futebol e a entrevista produzida com o atleta supracitado. Do ponto de vista teórico-metodológico nos apoiamos nas contribuições de Edward Palmer Thompson, Silvio de Almeida, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau. A pesquisa evidencia como se configura o fenômeno de racismo dentro do futebol e a emergência na erradicação dessas práticas no futebol e por conseguinte, na sociedade.

Palavras-chave: Racismo. Experiência. Futebol. Observatório da Discriminação Racial.

SESSÃO 02 / 07 março de 2024

Local: Sala 04 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II

Explorando caminhos alternativos: críticas e possibilidades na construção da História Global do Jiu-Jitsu no Instagram.

João Júlio Gomes dos Santos Júnior

O presente artigo visa discutir como o passado do Jiu-Jitsu está sendo representado no Instagram a partir do perfil @muito_antes_do_mma, uma conta dedicada a compartilhar conteúdos sobre os principais pioneiros do Jiu-Jitsu ao redor do mundo. A iniciativa é feita por dois pesquisadores autônomos, lutadores praticantes e sem formação acadêmica na área da história. Ao realizar um cuidadoso levantamento de dados sobre a presença do Jiu-Jitsu em diferentes países ao redor do mundo, seus autores oferecem ao público um panorama global da inserção desta arte marcial em diferentes espaços, estabelecendo até mesmo conexões entre indivíduos e suas instituições. Entretanto, a forma como as publicações são construídas refletem uma narrativa histórica extremamente tradicional, que exalta o pioneirismo e trajetórias individuais. A ausência de um problema de pesquisa torna o conteúdo superficial e pouco explicativo,

priorizando os aspectos informativo e enciclopédico dessa iniciativa. Este artigo faz parte de uma pesquisa de maior fôlego centrada nas representações do passado dos esportes nas redes sociais, e acaba dialogando com diferentes áreas, tais como a história global, a história digital, a história pública e a história do tempo presente e a história dos esportes.

Palavras-chave: História do Jiu-Jitsu. História global; História digital. História pública. História do tempo presente.

Fontes oficiais e novos enfoques para a História do Esporte.

Raphael Rajão Ribeiro - IFCE

A comunicação tem por objetivo discutir as potencialidades de incorporação de uma maior diversidade de fontes oficiais, originadas da administração pública, em pesquisas sobre História do Esporte no Brasil. Em diálogo com balanços historiográficos e com a produção nessa área temática, identifica-se o uso restrito desse tipo de evidência em estudos do campo. A partir dessa constatação, busca-se compreender os desafios operacionais e metodológicos, bem como, os resultados possíveis, da mobilização desses indícios em trabalhos que abordem as práticas atléticas na duração. Por meio de um estudo empreendido na cidade de Belo Horizonte, apresentam-se exemplos de procedimentos de investigação e análise executados a partir de acervos da administração pública municipal, indicando, assim, possibilidades decorrentes da adoção desse tipo de fonte histórica.

Palavras-chave: História do esporte. Fontes históricas. Acervos administrativos.

A outra face do futebol brasileiro: a criação da CBF e os dirigentes esportivos como atores da empresarização do futebol brasileiro.

Alexandre Vinicius Nicolino Maciel - UFRRJ

Na última década debates e movimentações em prol da criação de uma liga profissional de clubes de futebol têm sido suscitados no Brasil com certa frequência, muito em decorrência da crise institucional gerada na CBF em razão dos escândalos envolvendo os últimos presidentes da entidade. Tal horizonte traz a recordação do primeiro movimento de clubes brasileiros em torno de uma liga independente. Em 1987, a chamada Copa União foi o resultado da crise que levou a CBF a assumir a impossibilidade de organizar o Campeonato Nacional daquele ano. Num arranjo envolvendo os treze clubes de maior torcida do país – congregados no recém-criado Clube dos 13 – a Rede Globo e um

conjunto de empresas dispostas a investir no futebol brasileiro. Ali se confirmava que o futebol brasileiro já não era somente um movimento político, mas também empresarial. Pois o discurso adotado pelos dirigentes desses clubes e por boa parte da imprensa do eixo Rio-SP era que a proposta do Clube dos Treze “pretendia ‘revolucionar’ o futebol brasileiro por meio da utilização de procedimentos mais ‘empresariais’ (GIGLIO; SANTOS, 2021, p. 46)”. Junto a isso, a aprovação da lei das SAFs em 2021 corrobora o discurso de inserção do empresariado no futebol, sobretudo nos níveis de gestão esportiva, marcados pela estrutura associativa. (SIMÕES, 2023, p. 432). O objetivo da pesquisa é debater academicamente sobre o campo dos dirigentes, esfera que vem crescendo em estudos nos últimos anos, (MARCOLAN, 2022) como um espaço atuante e primordial para o desenvolvimento do empresariado no futebol brasileiro, pensando como esse processo marca uma continuidade das relações políticas estabelecidas durante a ditadura civil-militar brasileira. Metodologicamente, teremos como base os estudos de sociologia dos esportes desenvolvidos por Pierre Bourdieu. Sendo o nosso trabalho voltado para a categoria de diligência do esporte, as análises bourdieusianas do campo esportivo como um como “um sistema de disposições constituído e acionado consensualmente no sentido de classificar e distinguir, aproximar e distanciar objetivamente indivíduos e grupos no ‘espaço social de possíveis’,” (MARCHY JÚNIOR; SOUZA, 2017, p. 251) converge diretamente com a percepção apontada por Luiz Burlamaqui de que as organizações esportivas são espaços com número limitado de membros, em que se distribuem e articulam poderes, com marcas hierárquicas bem definidas. (BURLAMAQUI, 2013, p. 26) Além disso, a partir da formulação teórica de Bourdieu de uma sociologia do esporte que não reduza-se em si mesmo, reforça o proposto no trabalho de a partir das configurações do mundo do esportes, evidenciarmos os procedimentos adotados pela sociedade. Indicando como o caminhar empresarial do futebol é uma continuidade do implementado na sociedade como um todo e na política em específico.

Palavras-chave: Futebol Brasileiro. Empresarização. Dirigentes Esportivos. Ditadura Civil-Militar.

A Transição (Esportiva) na Espanha: a Constituição de 1978 e Ley de Cultura Física y Deporte (1980) na construção da democracia espanhola.

Victor de Leonardo Figols - UDESC

Ao final da ditadura de Francisco Franco – que durou de 1939 a 1975 –, a sociedade espanhola ansiava por uma abertura política e uma democratização das estruturas herdadas do franquismo. A Transição Espanhola (1975-1978), apesar de ter sido conduzida pelo rei João Carlos I – que fora indicado pelo próprio ditador como o seu sucessor –, e a

Constituição Espanhola de 1978 significaram uma etapa importante no desenvolvimento da democracia espanhola. Depois de anos de ditadura, os desafios da sociedade espanhola era (re)construir um país democrático. A vontade de apagar – ou ao menos esquecer – o passado franquista era um sentimento que movia a sociedade naquela época, e isso ficou mais evidente após a Constituição de 1978, na qual iniciou-se um processo de desfranquização de vários órgãos e entidade (tanto política, quanto civis). Esse processo foi rapidamente visto no esporte, principalmente no futebol. A Delegación Nacional de Deporte (DND), entidade máxima gestora do esporte espanhol durante o franquismo, foi desmantelada e novos órgãos e legislações para gerir o esporte foram criadas, como o Ministerio de Cultura, Ministerio de Educación e o Ministerios de Sanidad y Seguridad Social. A nova constituição definiu que o poder público deveria promover e fomentar a educação sanitária, física e esportiva, além de garantir o lazer dos cidadãos, foi primeira vez, desde a ditadura, que o esporte apareceu como uma forma de promover o desenvolvimento pessoal, do cidadão. Dois anos após a constituição, uma nova lei foi criada, a Ley de Cultura Física y Deporte (1980), que tinha como objetivo ratificar pontos da Constituição de 1978, como o desenvolvimento pessoal do cidadão por meio do esporte, além disso, um novo órgão fora criado, o Consejo Superior de Deportes (CSD) que assumiu o papel da extinta DND. Cabia ao CSD estabelecer um diálogo entre os ministérios da Cultura, Educación e o de Sanidad y Seguridad Social no fomento ao esporte em todo território espanhol, além de gerir entidade esportivas – públicas e privadas –, como as federações esportivas e com o Comitê Olímpico Espanhol. Ao longo da década 1980, o esporte foi uma pauta importante para o governo espanhol, seja no seu potencial de fomentar um caráter cívico, seja nas discussões sobre a democratização do esporte, deste modo a presente comunicação tem como objetivo discutir o processo de desfranquização – e democratização – do esporte espanhol, a partir da Constituição de 1978 e da Ley del Deporte (1980), analisando as principais mudanças do campo esportivo espanhol no período pós-ditadura franquista.

Palavras-chave: História do Esporte. Transição Democrática. História da Espanha.

Atletas profissionais x clubes: um panorama das disputas trabalhistas nas juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Pedro Henrique Pachêco da Silva – UFC

O presente artigo é fruto de pesquisa de doutoramento a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e, tem como finalidade historicizar às disputas trabalhistas envolvendo atletas profissionais e clubes de futebol na cidade do Recife. Ou seja, colocar em perspectiva histórica, à luz da história social do trabalho, o atleta profissional de futebol, o enxergando como um trabalhador dotado de direitos. Dessa forma, focamos nossa observação nas reclamações apresentadas por atletas, ao mesmo tempo que buscamos esmiuçar as contradições existentes entre a legislação trabalhista, a instituição do passe e a liberdade do atleta de futebol enquanto membro da classe trabalhadora. Assim sendo, alicerçamos nosso estudo na análise dos processos trabalhistas movidos junto à Justiça do Trabalho (JT), por atletas

profissionais contra clubes de futebol, a partir das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, no espaço temporal compreendido entre meados da década de 1960 e início da década 1970. Nos processos já pesquisados, observam-se reclamações comuns ao mundo trabalho, tais como: pagamentos de salários atrasados e férias, mas, também, surge uma especificidade do universo futebolístico, o requerimento do passe livre. Desse modo, refletimos acerca das peculiaridades que envolvem as relações de trabalho no campo esportivo, destacando o passe do atleta profissional como um elemento de disputa na Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Futebol. Trabalho. Recife.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

Brasil republicano: autoritarismos democráticos e ditatoriais nos séculos XX e XXI.

Coordenador(es): Cintya Chaves (UECE); Thiago de Sales Silva (UFC) e Tássio Brito (FUNDAJ/UFC).

O simpósio propõe congregar trabalhos que tenham como mote historicizar experiências autoritárias brasileiras emergentes nos séculos XX e XXI. Entendendo o autoritarismo como uma construção social que molda as dinâmicas tanto das relações sociais quanto políticas, compreendemos que esses processos devem ser inscritos na duração, extrapolando os regimes ditatoriais. Portanto, nos interessam temáticas como: lutas e resistências dos diferentes segmentos sociais contra as violências cometidas pelo Estado, mas também as adesões, acomodações e consentimentos a projetos políticos ancorados no arbítrio e como este se manifesta na cultura, nas relações pessoais e afetivas, nas mais diversas instituições, seja de Estado ou não, enfim em vários aspectos da vida. Assim, interessa-nos debates que reflitam sobre os mecanismos de censura, espionagem e o funcionamento de medidas de exceção (AGAMBEN, 2004) praticados, inclusive, por governos em regimes democráticos. Privilegia-se recortes que delimitam a Era Vargas, a Ditadura Militar e suas respectivas transições, bem como os cenários pós redemocratização e as disputas pelo conceito de democracia.

Texto.

SESSÃO 01 / 06 março de 2024**Local: Sala 05 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II**

Ameaça à democracia: a ditadura como ferramenta de combate à eleição de Getúlio Vargas em 1950.

Raiomara Lopes Braga - UFC

O período após a redemocratização de 1945, mais especificamente o ano da eleição presidencial de 1950, foi marcado pelos termos ditadura e democracia, termos que apareceram à exaustão na imprensa carioca (COSTA, 2014). Essa frequência em 1950 pode ser explicada pelo fato de que foi neste ano que Getúlio Vargas, então senador (1946-51) e ex-presidente da República (1930-45) – sendo o Estado Novo (1937-45) o seu período ditatorial –, se candidatou à presidência da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a candidatura, a representação de Vargas como uma ameaça à democracia passou a ser reforçada pelos veículos de comunicação do país, principalmente pela imprensa carioca. Buscaremos apresentar como a grande imprensa carioca, em sua maioria oposicionista à Vargas, se colocou como defensora da recente democracia, utilizando relatos, fotografias e até desenhos sobre a ditadura varguista como ferramentas de combate à campanha do ex-ditador. Exemplos disso foram as notícias sobre a censura à imprensa e a violência sofrida pelos trabalhadores durante o Estado Novo que passaram a ser evidenciadas pelos jornais em suas primeiras páginas e publicadas com maior frequência conforme a data da eleição se aproximava. Além de apresentar como se deu o combate à imagem de Vargas, apresentar como a imprensa divulgou a imagem do candidato da União Democrática Nacional (UDN), brigadeiro Eduardo Gomes, se faz necessária pois, enquanto Vargas era anunciado como o candidato da velha política, sendo relacionado muitas vezes à corrupção, Gomes é anunciado como o candidato defensor da democracia. Utilizamos como fontes os jornais cariocas publicados durante a corrida presidencial de 1950, em especial o Tribuna da Imprensa, vespertino ligado aos interesses da UDN, tendo o auxílio metodológico dos procedimentos de pesquisa em periódicos listados por Tania Regina de Luca (2010).

Palavras-chave: Ditadura. Estado Novo. Campanha presidencial. Imprensa. Getúlio Vargas.

A multidão em movimentos e os movimentos com a multidão: a diversidade de ações do campesinato no Semiárido brasileiro (1970-1998).

Francisco Ruy Gondim Pereira - UFC

A mobilização camponesa foi uma marca das secas na segunda metade do século XX no Semiárido brasileiro. Ao mesmo tempo em que o movimento camponês conquistava um espaço sem precedentes na cena política através de associações, ligas e sindicatos que articulavam as demandas da população rural em luta por direitos na década de 1950, a multidão de saqueadores de centros comerciais e depósitos de alimentos se constituía enquanto ator ativo de pressão contra o Estado para a implantação de redes de proteção contra a fome. Todavia, aproximação entre as duas tradições de mobilização será realizada pela primeira vez na grande seca de 1979-84. Após a onda repressiva desencadeada pelo Golpe de 1964, o movimento camponês foi retomando sua articulação sob novas bases durante a década de 1970, agora ancoradas no sindicalismo rural, em movimentos de luta pela terra e nas pastorais e comunidades de base católicas. No entanto, o crescimento da mobilização por direitos trabalhistas e a resistência contra a expulsão da terra sofreram um “ponto de estrangulamento” durante a grande. A crise socio-climática instaurou uma “unidade circunstancial” na região, trazendo novos desafios para a resistência popular em torno do acesso à comida, água e trabalho, exigindo novas aprendizagens e uma maior diversidade de ações. Deste momento até a seca de 1998, os novos atores passaram a reconhecer na forma multidão (mobilizada sob a forma de mobilização de cidades, invasões e saques) uma relevante modalidade de mobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais, no mesmo instante em que os grupos subalternos se aproximavam da forma movimento que as entidades sintetizavam. A questão fundamental desta pesquisa é, portanto, compreender a dinâmica da mediação realizada pela militância em torno das ações da multidão, ressignificadas pela presença de novos sujeitos históricos. Meu objetivo é analisar o impacto que as entidades tiveram sobre a tradição de saques, tanto como elemento de moderação, ao oferecerem canais de pressão através da mediação de lideranças legitimadas, ou de radicalização, acelerando a deflagração de saques ao oferecerem sua rede de mobilização para convocação de protestos. Periódicos (de Pernambuco e do Ceará), dossiês da Comissão Pastoral da Terra/Ceará, coleções do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc/CPT), cartilhas influenciadas pelo cristianismo da libertação, arquivos diocesanos e paroquiais, além de fontes orais são as principais coleções de documentos utilizados nesta pesquisa.

Palavras-chave: Movimento camponês. Multidão. Semiárido brasileiro. Seca.

Entre acomodações e contradições: breve análise de aspectos da política social da ditadura em Senador Pompeu-CE (1970-1973).

Antônio Wesley do Nascimento Martins- UECE

Durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) ocorrera um complexo processo de “modernização conservadora” que resultara em profundas transformações no país. Isto ocorrera a partir de acomodações e negociações (MOTTA, 2014) por parte do Estado Ditatorial que aliou as práticas autoritárias e violentas a articulação de toda uma política social para atender a certas demandas sociais, amortizar conflitos e promover consenso e legitimidade (LUNA; KLEIN, 2014). Exemplos de medidas como essas foram as institucionalizações do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) em 1970 (CUNHA, 2018) e, no ano seguinte, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) para ofertar aposentadoria aos trabalhadores do campo a partir de financiamentos do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) que, além disso, conferia assistência médica aos Sindicatos conveniados (GARCIA, 2009). Assim, como parte de pesquisa atualmente desenvolvida no Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com fomento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), investigamos como estas políticas sociais foram articuladas na cidade de Senador Pompeu, localizada no Sertão Central cearense, em meio a contradições locais. Fazemos isto a partir da análise de vestígios presentes em Atas da Câmara Municipal e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da urbe tentando visualizar tais documentos enquanto “monumentos” constituídos a partir dos silêncios, escolhas e intencionalidades de quem as produziu (LE GOFF, 1990), o que torna necessária uma postura crítica que também dê conta, a partir de um “paradigma indiciário” (GINZBURG, 1989), dos detalhes a priori secundários ou triviais. Assim, notamos até o momento que embora a gestão executiva da cidade tenha instituído o PASEP a partir de 1971, os servidores públicos locais aparentemente tinham seus vencimentos constantemente atrasados, além de que embora contassem com o PRORURAL e demais benefícios advindos do FUNRURAL, os trabalhadores rurais sindicalizados da cidade continuavam enfrentando problemas junto aos proprietários de terra ao passo em que iam “fazendo-se” enquanto “classe” (THOMPSON, 2004).

Palavras-chave: Senador Pompeu. Ditadura. Políticas Sociais.

Os camisas-verdes e a propaganda nazista no Brasil e em Pernambuco.

Juliana Ferreira Campos Leite – UFRPE

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento político-doutrinário do início do século XX. Plínio Salgado – “chefe supremo e idealizador do integralismo” – construiu o arcabouço teórico da AIB a partir da articulação das ideias da direita autoritária, nacionalista e católica somada a doutrinas fascistas em ascensão na Europa. O antissemitismo também estava presente nos princípios integralistas, principalmente através da figura de Gustavo Barroso, considerado o líder da AIB mais alinhado com a doutrina nazista e com a Alemanha. A relação entre o integralismo e o nazismo no Brasil é algo ainda muito discutido na historiografia e parece passar longe de um consenso. Contudo, no que se refere à propaganda nazista no Brasil durante a década de 1930, a imprensa integralista se mostrou (no geral) bastante colaborativa, assim como diversos integrantes do movimento. Na primeira metade do século XX, a consolidação da propaganda política enquanto fenômeno social e da cultura de massas acompanhou os avanços tecnológicos dos meios de comunicação do período. Getúlio Vargas no Brasil, Benito Mussolini na Itália, Adolf Hitler na Alemanha e Antonio Salazar em Portugal consolidaram seus governos através da ampla utilização dos meios de comunicação como instrumento de propaganda política. Afinal, em qualquer regime, a propaganda é estratégica para o exercício do poder. Durante a década de 1930, uma ampla rede composta por setores da imprensa nacional, da mídia alemã (jornais, revistas, panfletos, filmes) e os jornais integralistas foram os principais responsáveis pela ampla circulação das ideias nazistas no Brasil. Ressaltamos que havia uma intensa participação de instituições teutas nesse processo, incluindo o Consulado Alemão, e atuação direta de certos membros da AIB. Os discursos da imprensa integralista revelam um jornalismo que se posicionava a favor dos fascismos em voga não só na Europa como na América Latina, numa perspectiva apologética. Essa postura da AIB diante de tais movimentos ratifica sua filiação ideológica aos mesmos. Sendo assim, o presente trabalho se propôs a realizar uma discussão sobre a circulação das ideias nazistas no Brasil e em Pernambuco a partir da colaboração integralista.

Palavras-chave: Integralismo. Gustavo Barroso. Propaganda Nazista.

Propaganda política na imprensa paraense: o embate nos jornais o Liberal e Folha do Norte nas eleições de 1947.

Gean da Silva Maia

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a disputa política e eleitoral no Pará nas eleições de 1947 a partir dos periódicos Folha do Norte e O Liberal, bem como compreender a importância de ambos os jornais para os seus respectivos grupos políticos. Para isso, foram analisados artigos, notícias, editoriais e opiniões publicados nesses veículos de comunicação. A imprensa periódica, como um dos principais meios de

comunicação da época, desempenhou um papel crucial na formação da opinião pública e na orientação do discurso político. Nesse sentido, a imprensa não é apenas fonte, mas também objeto de pesquisa. Por outro lado, reconhecer o jornal como um agente social ativo, não significa invalidar seu emprego enquanto fonte. A análise desses periódicos revela a disputa política que se iniciou com a ascensão do Militar Magalhães Barata ao poder, tornando-se interventor no estado nomeado por Getúlio Vargas, em decorrência da vitória do movimento de 1930. O embate entre “baratistas” e “antibaratistas” durou até o golpe civil-militar de 1964 e, nas eleições de 1947, envolveu o Partido Social Democrático (PSD), liderado por Barata - coproprietário do jornal O Liberal -, e o Partido Social Progressista (PSP), liderado por Paulo Maranhão, jornalista e redator-chefe da Folha do Norte. O pleito de 1947 foi o segundo ocorrido após a redemocratização de 1945 - com a queda do Estado Novo e o fim do que a historiografia denominou de Era Vargas - e o primeiro no qual o cargo de governador do estado estava em disputa. Isso justifica a escolha do recorte cronológico da pesquisa, que se concentra principalmente em janeiro, mês da eleição. Em conclusão, pode-se afirmar que os esforços da Folha do Norte - o maior jornal do estado à época - para promover os candidatos do PSP, por meio da sua máquina de propaganda, não foi suficiente para fazê-los vencedores do pleito. Tal fato pode ser atribuído à habilidade de O Liberal contra-atacar os ataques destinados ao PSD e propagar melhor as ideias dos seus candidatos. No entanto, a influência e o poder político de Magalhães Barata e seus partidários, construídos desde 1930, foram os principais fatores para o resultado das eleições.

Palavras-chave: Eleições. Folha do Norte. O Liberal.

A dinâmica entre intelectuais e políticos envolvidos no processo de regionalização do espaço acadêmico da FURRN (1968-1973).

Maria Clara Barbalho de Mendonça - UFRN

O presente trabalho, ainda em andamento, deriva de uma pesquisa de Mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. A proposta é compreender como redes políticas e intelectuais nos âmbitos municipal, estadual e federal fiadas no espaço da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, localizada em Mossoró/RN, e objeto da pesquisa, contribuíram para a regionalização deste espaço acadêmico entre o ano de sua fundação, 1968, e 1973, quando termina o reitorado de seu primeiro gestor, João Batista Cascudo Rodrigues. Interessam para compor o contexto em que estas relações se deram, as questões políticas iniciadas pela instalação da Ditadura Militar que também ressoaram no setor educacional de forma grandiosa, principalmente a partir da

promulgação da Reforma Universitária, responsável por mudar todo o aparato do ensino superior universitário brasileiro. Integram o quadro teórico os conceitos de Memória (ROSSI, 2010; DIDI-HUBERMAN, 2013), Espaço (CERTEAU, 1998; KOSELLECK, 2014), Região (BARROS, 2006; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008), Intelectual (SIRINELLI, 2003; GOMES & HANSEN, 2016) e Lugar Social (CERTEAU, 1982). A maior parte das fontes ainda está em processo de catalogação, mas serão, em suma, jornais da época (O Mossoroense e Diário de Natal), livros de memórias, documentações oficiais da UERN (à exemplo da Revista Expressão) e relatórios de gestão dos governadores do estado do RN. A metodologia se baseia na Análise de Discurso, o qual compreende o “discurso”, ou seja, a escrita e até mesmo as formas de comunicação audiovisuais, como objetos sócio históricos, capazes de conter em si significados advindos do contexto social, cultural e histórico, até mesmo pessoal, em que foram produzidos e que extrapolam o sentido objetivo do texto, como afirma, mais atualmente, Eni Orlandi (2003) em sua obra Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos, e como postula Michel Foucault (1996) em seu livro A ordem do discurso.

Palavras-chave: UERN. Regionalização. História Política. Intelectuais.

“O governo vai cuidar de nós”: transição e redemocratização no jornal mossoroense Gazeta do Oeste (1977-1985).

Marcílio Lima Falcão – UERN

Micarla Natana Lopes Rebouças Falcão – SEEC-RN

O estudo sobre o processo da transição política brasileira, que se configurou a partir da segunda metade da década de 1970, encontra na documentação produzida pela grande e pequena imprensa, bem como pelos órgãos oficiais de imprensa do Estado, um dos principais meios para a análise da construção e das relações de força que marcaram os discursos políticos veiculados no período. Assim, a imprensa, especialmente os jornais, é pensada a partir de seu papel nas articulações que nortearam o processo de abertura política da Ditadura Militar para a chamada Nova República. Suas ações, na maioria das vezes, pautaram-se na publicização do discurso de que era necessária uma nova pactuação federativa e na resolução dos sérios problemas sociais, como pobreza, violência e analfabetismo. Diante de tais condições, a produção e circulação do discurso jornalístico evidenciam o complexo jogo político do período, particularmente das (re)articulações dos grupos, que desde o primeiro momento, estiveram associados aos militares no poder. Por essa perspectiva, o presente artigo perscruta o lugar do jornal mossoroense Gazeta do Oeste no contexto da abertura e da transição política da Ditadura Militar para a redemocratização, procurando entender como suas pautas sociais e políticas, além de estarem associadas às articulações dos grupos locais em Mossoró, também apresentavam elementos de um Estado Autoritário que encontrava formas de se ajustar aos “novos tempos”.

Palavras-chave: Imprensa. Ditadura Militar. Transição. Redemocratização. Rio Grande do Norte.

Campanha pela Legalidade: crise e democracia nas páginas da revista Manchete.

Antonio Robson de Freitas Rosalino

No dia 25 de agosto de 1961, o presidente da República Jânio Quadros decide renunciar ao seu posto. Entretanto, o seu sucessor legítimo ao cargo presidencial, João Goulart, estava fora do Brasil quando este evento ocorreu, mais especificamente em uma visita à República Popular da China. Ranieri Mazzili assumiu a presidência da República, mas uma junta militar, composta pelos ministros Odylio Denys, Sílvio Heck e Gabriel Grün Moss, decidiram não autorizar o retorno de João Goulart para o Brasil e este domínio dos militares sobre o Poder Executivo levou à uma grande mobilização nacional civil e militar em torno da legalidade da posse de João Goulart. Tendo como fonte principal de análise a revista Manchete, uma publicação semanal de alcance nacional que foi inaugurada em 1952, este trabalho almeja abordar como a Campanha da Legalidade tomou forma e conteúdo nas páginas deste periódico. Seja através de imagens ou textos, a análise da Manchete permite interpretar como a revista lidou com os impasses da democracia desde a renúncia de Jânio Quadros até a solução conciliatória em agosto de 1961, quando Jango assumiu a presidência da República com poderes reduzidos devido à instauração do regime parlamentarista. Levando em consideração que a Campanha pela Legalidade mobilizou diversos sujeitos e grupos durante dias de grande tensão nacional, a análise de como um veículo de imprensa noticiou tais acontecimentos reveste-se de grande importância para que seja possível entender os problemas que estavam em debate como uma luta política entre democracia e autoritarismo.

Palavras-chave: Legalidade. Democracia. João Goulart.

"Uma pobre terra desprotegida, entregue inteiramente à mercê de semelhante gente": coronelismo em Santo Antônio do Salto da Onça durante a Primeira República.

Vyctor José da Silva Nogueira - UECE
Samuel Carvalheira de Maupeou - UECE

A presente proposta de pesquisa visa compreender o exercício de dominação perpetrado por líderes locais autointitulados como "coronéis" no município de Santo Antônio, RN, no período entre 1890 e 1930. Através da análise de fontes jornalísticas disponíveis na Hemeroteca Digital, busca-se proporcionar uma abordagem abrangente das intrincadas relações de poder que delinearão a realidade local. Os denominados "coronéis", enquanto figuras proeminentes na esfera política local, exerciam controle sobre recursos cruciais, incluindo terras, cargos públicos e até mesmo o sistema judicial. O expoente máximo desse fenômeno foi o Coronel da Guarda Nacional Rodopiano Fernandes de Azevedo, juntamente com seu irmão José Fernandes de Azevedo. Através de práticas autoritárias, consolidaram seu domínio e asseguraram a perenidade de suas influências políticas,

muitas vezes em detrimento do bem-estar coletivo. A influência desta família não se limitava à esfera pública, estendendo-se às decisões da Igreja Católica. Buscamos compreender de que maneira essa família alcançou tal controle e em que momento sua estrutura de poder entrou em declínio. Este estudo almeja lançar luz sobre os mecanismos pelos quais o poder político local se entrelaçava com outras esferas de influência, proporcionando uma análise mais aprofundada da dinâmica socioeconômica e política durante esse significativo período histórico em Santo Antônio do Salto da Onça.

Palavras-chave: Primeira República. Coronelismo. Mandonismo. Autoritarismo.

O topos da maioria e a viabilização do Estado de Exceção na Transição Democrática brasileira de 1946.

Cintya Chaves - UECE

As transições não são instantâneas e não necessariamente automatizam a passagem para a democracia. Pelo contrário, sua marca é a “incerteza óbvia” (WEFFORT, 1989, p. 5). As “dificuldades de transferência do poder”, ou seja, de um poder baseado na “incerteza regulada”, – constitutivas da democracia – (PRZERWORSKI, 1984, p. 27 – 38), possibilitaram inúmeras repressões na transição de 1945-1946. No Brasil, o Estado de exceção como “paradigma de governo” (AGAMBEN, 2004), sintetiza bem a atuação do presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1946. A forte repressão policial aos trabalhadores grevistas, a perseguição ao partido comunista, e os 515 decretos leis, publicados no *Diário Oficial* de 1946 pelo presidente demonstram isso. Assim, tendo como referência os pressupostos teórico-metodológicos da História Conceitual refletiremos nessa comunicação como o Partido Social Democrático (PSD), tido pela historiografia como partido “fiador da estabilidade política” de nossa primeira experiência democrática (HIPÓLITO, 1985, p. 22) articulou um conceito de democracia compatível com a continuidade do regime de Exceção imposto pelo Estado Novo. Quais os desdobramentos dessa articulação? Como a oposição, em especial os partidos: União Nacional Democrática (UDN), Partido Comunista (PCB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se posicionaram ante a essa empreitada? Quais interesses estavam em jogo ao se defender a continuidade da Constituição de 1937, em detrimento da proposição de reformular a Constituição de 1934? Se ao “longo de sua história”, o PSD contou com uma capacidade de “negociação com diferentes opiniões”, como apontou MOTA (1999, p. 4 *apud* DELGADO, 2003, p. 139), definitivamente quando se tratou da revogação da Constituição de 1937, esse não foi o caso. De fato, quando se trata da atuação do PSD e da UDN, somente na Constituinte, as etiquetas de flexível, “anti-golpista”, e de autoritário e golpista, respectivamente, precisariam ser mais bem matizadas.

Palavras-chave: Democracia. Estado de Exceção. Transição Política de 1946.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Sala 05 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II

A produção musical de Rita Lee e a censura na década de 1980.

Valéria Aparecida Alves - UECE - PPGHCE

Rita Lee Jones (1947) figura entre uma das mais produtivas compositoras da MPB. Autora de diversas canções - apenas no acervo disponível no Arquivo Nacional contabiliza-se 130 processos no repositório do Fundo - estabeleceu parceria, sobretudo com homens - apenas a composição de duas canções dividiu com Lúcia Turnbull - sendo o maior parceiro Roberto de Carvalho, seu companheiro de vida e trabalho desde 1977. Sua obra musical, através do eu lírico feminino, explora questões sociais e políticas, trivialidades do cotidiano, relações amorosas, sexualidade e o uso de drogas, com linguagem coloquial, marcada pelo deboche, ironia e crítica. Divulgada por diversas gravadoras, embora tenha sido a Som Livre que mais propagou sua produção. Suas canções marcaram, ainda, os palcos em peças teatrais e espetáculos musicais e a TV, na trilha sonora de novelas, no tema de abertura do programa TV Mulher e na série Malu Mulher. Durante o contexto da Ditadura Militar (1964-1985) e a prática da censura exercida através da Divisão de Censura e Diversões Públicas - DCDP -, enfrentou o cerceamento sobretudo na década de 1980 - durante os anos 1970 apenas duas canções foram vetadas - quando vinte e uma canções sofreram vetos totais e/ou parciais, resultando na exigência de alterações - títulos e/ou trechos - e restrições para execução em rádios e TV. O aumento de obras vetadas pode ser explicado em razão de que no período de abertura política "lenta, gradual e segura", a censura continuou vigente (até 1988), e seus mecanismos aperfeiçoados, com a centralização e normas e melhor estruturação, além da expansão da indústria cultural. Assim, a comunicação ora proposta apresenta a análise dos pareceres da Divisão de Censura de Diversões Públicas sobre as canções de Rita Lee para discutir os mecanismos da censura no Brasil, durante a década de 1980. Busca-se problematizar os critérios estabelecidos para o veto das canções e os mecanismos utilizados pela artista para driblar o cerceamento.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Censura. Música. Rita Lee.

As mobilizações da linguagem televisiva na Eleição Presidencial de 1989.

Lucas Cavalcante Estevão - UFC

Em 1989, as estratégias eleitorais na campanha televisionada foram fundamentais para vincular as produções publicitárias aos discursos políticos das candidaturas. As produções audiovisuais da eleição presidencial de 1989 direcionou para o telespectador as atribuições de eleitor ao explicitar a importância do seu voto a partir do Horário Gratuito Político Eleitoral, um espaço que apresentou as candidaturas e promoveu as apropriações de conceitos políticos emergentes pós-Ditadura Civil-Militar. As peças veiculadas na televisão mobilizaram a expressão e a demarcação dos posicionamentos político-partidários das candidaturas durante a primeira campanha eleitoral da Nova República. A análise dos programas eleitorais oferece possibilidades de reflexões históricas articuladas com as questões demarcadas nos tensionamentos das imagens, discursos e reproduções sociais difundidos na televisão. O emprego de recursos audiovisuais na primeira eleição presidencial no contexto da redemocratização foi impulsionado por duas principais percepções. Primeiramente, as relações estéticas com a produção de propagandas eleitorais em um contexto marcado pela redemocratização. O segundo estímulo se constitui com as possibilidades da análise do papel central da televisão como o principal meio de comunicação no país, influenciando a estratégia de comunicação política. Diante disso, as linguagens televisivas, ao conduzirem as campanhas eleitorais, proporcionam mobilizações dos comportamentos coletivos que ampliam inquietações acerca da relevância da televisão brasileira durante o início da Nova República na consolidação dos debates sociais. Dessa forma, a televisão pode ser pensada como articuladora das reproduções e das memórias sociais na campanha eleitoral, os segmentos da campanha audiovisual dinamizam as programações televisivas, criando ambientes de cruzamento de espaços, narrativas e linguagens. Essa dinâmica possibilita uma análise dos contextos de produção, posicionamentos políticos e formatos de consumo, proporcionando o contato com o tempo histórico e os elementos visuais emergentes.

Palavras-chave: Horário Eleitoral. Eleição 1989. Televisão. Redemocratização. Audiovisual.

A vertigem por trás de um processo: um estudo das narrativas de 'o processo' e 'democracia em vertigem' sobre o "impeachment" de Dilma Rousseff e o autoritarismo no Brasil (2016-2019).

Raimundo Itamar Lopes Pinheiro Filho - UECE

O presente trabalho é resultado da pesquisa para a construção de Trabalho de Conclusão de Curso de tema homônimo, defendido em julho de 2023. Sua construção deriva das discussões levantadas a partir das inquietações que originaram os recortes e temáticas discutidos, tais como dos campos trabalhados: abordagens do cinema, história política, história do tempo presente e a disputa por narrativas e memórias. A inquietação-mor que norteou essa pesquisa pontuava sobre ‘como um país que elegeu uma mulher que combateu a Ditadura muda a ponto de eleger um defensor aberto do regime apenas quatro anos depois?’. Partindo dela, e do sentimento de buscar compreender o que acontecia na sociedade brasileira da última década despertado pelos longas de Maria Augusta Ramos e Petra Costa, que o tema que guiou essa pesquisa foi elaborado. Buscamos, para tanto, analisar o que diziam as narrativas construídas pelas cineastas para suas obras, sem deixar de abordar os contextos que cercavam pesquisa, temática e objetos estudados. À vista disso, as discussões aqui levantadas são fruto de pesquisas e discussões realizadas para embasamento teórico e debate historiográfico das inquietações a partir da análise das fontes trabalhadas sobre o “impeachment” de Dilma Rousseff e a alvorada dos discursos e movimentos autoritários no Brasil a partir do recorte alvitado (2016-2019). O objeto dessa pesquisa são, em síntese, os dois filmes-documentários apresentados, seus significados e possibilidades de discussão, construção e opção de narrativas dentro do tempo presente. Neles estão os materiais que são o âmago para a análise: a montagem, edição, os recortes e as escolhas feitas pelas diretoras dos longas. É percebido com o estudo que o cinema, como as demais expressões humanas, dos campos científicos às artes, apresenta posturas subversivas diante do status quo quando a coragem de questionar e fazer refletir sobre a existência se sobrepõe ao medo dos castigos impetrados pelas instituições e camadas dominadoras e a tentação de corroborar com o poderio de controle dessas. Logo, percebemos esse trabalho não como um produto encerrado em si a partir das considerações, mas sim como um objeto dinâmico de estudo, nutrido de conceitos, discussões e aberto para questionamentos e reflexões, com viabilidade para aprofundamento e expansões nos debates que foram levantados e nas escolhas empreendidas. Os anseios e dúvidas que conduziram a elaboração da temática e dos percursos dessa pesquisa, tais como as opções feitas pelas diretoras dos longas, o que suas obras buscaram representar, suas abordagens, produções e montagens, foram potencialmente respondidas dentro das possibilidades dispostas, mas não acabam aqui e agora -na verdade, a partir de novos fatos que possam surgir, ou mesmo outros objetos que porventura complementem o que já foi trabalhado, abrem-se janelas para ensaios futuros. ‘Possibilidades’, junto a ‘escolhas’ foram os fios que, em conclusão, regeram esse estudo.

Palavras-chave: Narrativas. "Impeachment" de 2016. Documentários. Autoritarismo.

“Brasil Paralelo”, “Brasil Caramelo”: memórias do golpe civil-militar e o filme “1964: o Brasil entre armas e livros” no tempo presente.

Edmilson Alves Maia Júnior - UECE

A presente comunicação faz parte de atividades do Projeto de Extensão FONTES HISTÓRICAS DA DITADURA, que desenvolvemos em Escolas, Universidades e Canais Digitais, e nela analisamos o filme “1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS”, lançado em 2019. Primeiramente, o fazemos a partir de um debate de seu produtor e principal veiculador: a empresa “Brasil paralelo”. E com a narrativa audiovisual citada como parte de um empreendimento autoproclamado como “educativo e de entretenimento” e que executa, em nossa visão, um programa de negacionismos no tocante a ditadura, mas também de outros processos de violência e repressão. Interpretamos tais dimensões materializadas e (re) criadas no enredo do filme a partir dos seguintes eixos que recortamos sobre a constituição da película em questão: 1) a percepção de definições e articulações de temporalidades em dados projetos políticos-empresariais-educacionais e suas narrativas; 2) a conexão com monopólios e interesses das plataformas digitais, controle e manipulação de dados, em um “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2020) e conectividades em termos de “celularização”/precarização do mundo (BERARDI, 2019); 3) a atualização do pensamento e repertório de práticas autoritárias e antidemocráticas no Brasil. Concluímos que o filme, bem como a referida empresa, atuaram, atuam, no tempo presente a favor de valores oligárquicos, preconceituosos e hierarquizantes, aproveitando-se de demandas por história e usos do passado no mundo contemporâneo (MENESES, 2019). Por estudamos tal obra imersa nas memórias e revisionismos do contexto de “55 anos de 1964”, em 2019, e em suas repercussões, inclusive em textos historiográficos que se debruçaram sobre ela e a empresa que a produziu, e a interpretamos também nas circunstâncias que ocorre o Simpósio Temático, das diferentes memórias em curso e em construção sobre os “60 anos do Golpe”, em 2024, proporcionando abordagens e posicionamentos diante a tessitura do tempo presente em projetos, utilizações e disputas da História em meio as lutas políticas em andamento.

Palavras-chave: Negacionismo. Memórias. Ditadura. Narrativa. Temporalidades.

“Psicologicamente adequada”: debates sobre crianças e jovens que assistiam à TV (1972 – 1988).

Valesca Gomes Rios – SEDUC/CE

Esta pesquisa tem por objetivo compreender historicamente os debates formulados acerca do que seria adequado às crianças brasileiras assistirem na televisão, entre os anos de 1972 e 1988. Para desenvolver este trabalho, destaca-se a produção de discursos de alguns grupos sociais como educadores e profissionais do saber psi, através da imprensa e de trabalhos acadêmicos, dos formadores da Escola Superior de Guerra, e de gestores e funcionários da Censura Federal. Efetuada pela Divisão de Censura a Diversões Públicas (DCDP), vinculada ao Departamento Federal de Segurança Pública, a censura é considerada um dos pilares da ditadura militar e, por meio da censura prévia, tinha acesso ao conteúdo que seria transmitido pela TV, produzindo pareceres sobre o que avaliavam e se posicionando sobre os assuntos. A partir do debate sobre o que seria adequado para as crianças, busca-se entender as críticas feitas às novas tecnologias, às mudanças nos grandes centros urbanos e aos problemas supostamente advindos dessas transformações ao desenvolvimento da criança e à nação brasileira. Os três grupos têm distanciamentos e aproximações com relação ao que a criança deveria ou não ver, sobre o papel dos pais no acesso à TV e sobre as implicações para o futuro do País de uma geração que via televisão. Desse modo, a psicologia, a psicanálise e as análises psicologizantes, ou seja, o discurso “psi” aparecia, não necessariamente articulado por psicólogos, na imprensa e na censura, como um modo de compreender as mudanças que ocorriam nas relações sociais e nas novas subjetividades que se forjavam em contato com as novas tecnologias. Foi a partir das revistas e dos pareceres censórios que o recorte temporal foi definido, sendo 1972 o ano em que a discussão sobre a criança e a televisão foi proposta em uma revista de cinema, expondo a tensão acerca do assunto pela perspectiva do mercado, e, 1988, o ano que o órgão censor encerrou suas atividades.

Palavras-chave: Ditadura militar. Televisão. Discurso psi. Infância. Juventude.

Eu também sou sentimental: a construção da ideia de MPB e a exclusão dos "cafonas".

Matheus Bomfim e Silva - UFC

Durante a década de 1970 no Brasil muitos artistas fizeram sucesso cantando baladas românticas, como Odair José, Agnaldo Timóteo, Nelson Ned, Fernando Mendes e outros, foram taxados de "cafonas" pela mídia e pelos pesquisadores da música brasileira, acusados de fazerem uma música alheia às questões sociais e políticas do país. Em contraste com a recém formada MPB, que tinha o objetivo de ser uma arte engajada e questionadora do regime militar. Entretanto, com base na análise das letras e leitura de bibliografia sobre o período citado e a ditadura militar, percebemos que tanto Odair e os demais questionaram a moralidade vigente e deram protagonismo a grupos marginalizados, como a prostituta e os homossexuais. Odair José teve canções censuradas por irem contra a moral e bons costumes defendidos pelo regime e setores da sociedade e Agnaldo Timóteo compôs uma trilogia de canções sobre os sentimentos dos homossexuais. O seguinte trabalho mostra que mesmo cantando sobre esses temas importantes e sofrendo censura, esses artistas sofreram preconceito por parte de grupos

intelectuais e em consequência foram pouco discutidos na nossa historiografia sobre música e censura durante o regime militar pós golpe de 1964.

Palavras-chave: Música. MPB. Cafona.

Quem são os anistiados?: Política de memória sobre a Lei de Anistia na Câmara de Deputados em 2002.

Tásson Brito - FUNDAJ/UFC

A Lei de Anistia, aprovada em 1979, foi um marco fundamental da estruturação da transição ao fim da ditadura iniciada em 1964, porém até 2002, ainda havia uma pendência não resolvida. A regulamentação do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que deixa em aberto qual é o estatuto do anistiado. Ou seja, quem dentro do arcabouço jurídico-político poderia-se dizer que é um anistiado e qual as implicações legais disso. Os anistiados de 1979 ficaram célebres na imageria da nossa sociedade, principalmente na figura dos exilados, mas houve aqueles que tiveram suas vidas atingidas pela perseguição ditatorial de outra forma, como aposentadoria forçadas e demissões, que ainda não haviam tido reconhecimento legal de sua situação. Em agosto de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso adotou a Medida Provisória Nº 65/2002, na qual tentava responder às pressões feitas por parcelas da sociedade civil como os Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Tortura Nunca Mais, estabelecia-se, então, um regime do anistiado político. Essa MP virou a Lei 10.599/02 no dia 13 de Novembro daquele mesmo ano. A presente comunicação tem como objetivo investigar a criação dessa lei, através da documentação elaborada pela Câmara de Deputados, emendas, pareceres e discursos, para entender quais as forças que estavam atuando, quais as oposições, quais os limites, quais as negociações para a criação dessa política de memória que resultou na elaboração da Comissão de Anistia para regulamentar o regime de anistiado e dá outras providências. O que nos interessa é o que se passa entre a criação da MP e a sua transformação em lei.

Palavras-chave: Anistia. Ditadura. Memória

“Infiltração comunista na TV”: a comunidade de informações contra o “inimigo interno” (1970 - 1980).

Thiago de Sales Silva - UFC

Espionagem e censura, por vezes, moveram-se juntas, de forma colaborativa e complementar, orientadas a partir de um mesmo objetivo: combater supostos entraves à estabilidade da ditadura militar. Nesse sentido, a presente comunicação se propõe a analisar as articulações entre a comunidade de informações e o aparato censório vigente no período em torno da programação televisiva, mais especificamente da produção da TV Globo, entre os anos de 1970 e 1980. Preocupados com os efeitos da “influência comunista” no meio televisivo, órgãos como o Sistema Nacional de Informações (SNI) e os centros de informação da Aeronáutica (CISA), Exército (CIE) e Marinha (CENIMAR) produziram diversos documentos, especialmente informes e dossiês, sobre o assunto, operando sistematicamente sob o lógica da suspeição, de acordo com a qual tudo e todos eram encarados como ameaças em potencial ao regime (MAGALHÃES, 1997). Acusada de abrigar comunistas notórios entre seus funcionários, a emissora de Roberto Marinho tornou-se alvo frequente dessa investida, motivando consecutivas pressões dos órgãos de vigilância sobre a censura. Considerando que o exercício censório não era monopólio de apenas uma instância do organograma estatal, mas estava disperso em âmbitos diversos da repressão, nos apoiamos no conceito de “supercensura”, a fim de entender o papel de outros agentes e agências nesses processos (GARCIA, 2019).

Palavras-chave: Comunidade de Informações. Censura. TV Globo.

Imagens de luz, imagens de Luíza: o papel da fotografia na performance pública da Primeira-Dama do Ceará (1960-1980).

Norma Sueli Semião Freitas - UFC

O presente trabalho objetiva analisar a imagem pública da primeira-dama Luíza Távora, durante as décadas de 1960 e 1980, no Ceará, a partir de fotografias. Luíza soube utilizar bem o lugar de primeira-dama nos espaços de poder para ultrapassar os limites de “bela, recatada e do lar”. Isso a partir da perspectiva de que o poder manifesta-se com rituais, posturas e técnicas corporificadas de apresentação da subjetividade. A primeira-dama sabia os segredos e os meandros dessa arte, a hora de sorrir, a hora em que estava sendo fotografada, de modo que, disfarçadamente, muitas vezes, deixava-se fotografar sem mirar diretamente a câmera, para que sua figura aparecesse como natural, e, desta maneira, o poder se naturalizasse em sua figura. Ela teatraliza, mas disfarça o seu teatro. Tem o controle do tempo presente, no qual a foto está sendo feita, e tem o desejo de que o tempo continue, quando a foto fosse vista depois. A sua figura central, ativa, imponente, aparece sempre, ou quase sempre, no meio dos homens de poder, pois ela sabe que naquele momento o lugar público é mais importante. O controle do corpo e do gestual, portanto, coaduna-se com as nuances de sua personalidade, para que fosse lembrada como uma mulher afável, como uma mulher de fácil trato, atenta aos pobres e às suas demandas. O riso não aparece, a não ser quando sabe que o riso vai ser, também ele, expressão do seu poder. Este, nesse caso, não mais como um ato de autoridade ou de autoritarismo, mas como uma estratégia de sedução. Assim, para a construção do nosso

trabalho, utilizamos como metodologia a análise das imagens do Fundo Virgílio Távora, no Arquivo Público do Estado do Ceará, e do jornal O Povo, de modo que possamos analisar as fotografias por uma dimensão natural, espontânea; bem como àquelas que foram estrategicamente posadas, no processo de construção da imagem de Luíza. Desse modo, como resultado parcial percebemos que, o gênero como essencial ao jogo político, foi bem usufruído por Luíza Távora no lugar de primeira-dama. A edificação de sua imagem pública como mãe dos pobres, sobretudo, como estratégia de dominação das classes pobres, associada às ações assistencialistas, ao estereótipo de fragilidade, à maternidade, à caridade, foram atributos utilizados como capital político a serviço do povo.

Palavras-chave: Imagem. Gênero. Política. Primeiro-damismo.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 09

História e Literatura: práticas de leitura, de escrita e formação intelectual.

Coordenador(es): Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra (UNILAB) e Francisca Carla Santos Ferrer (UNINASSAU).

Este Simpósio Temático (ST) acolherá comunicações orais de pesquisas que estão em andamento ou que foram concluídas, sobretudo as do tipo bibliográficas, documental e qualitativa, que trataram das relações entre a História e a Literatura. Estão no foco do ST a formação intelectual de agentes sociais que, em suas práticas de leitura, de escrita e a formação intelectual de agentes sociais que, em suas atividades acionaram os mais diversos gêneros textuais literário-ficcionais, não ficcionais, como a historiografia, mas que dialogaram com ela, e gêneros híbridos. Estão incluídos nos temas do ST a escrita de livros didáticos de História e de Literatura, bem como materiais didáticos que contribuam para a construção desses conhecimentos. Ressalta-se também a formação intelectuais de "homens de letras", bem como a de outros corpos no que Robert Darnton em O beijo de Lamourette convencionou chamar de "os intermediários esquecidos da Literatura", ou seja, os editores, os livreiros, os bibliófilos, os vendedores ambulantes de livros, papel e demais materiais utilizados nos processos de aquisição da escrita e da leitura.

SESSÃO ÚNICA / 06 de março de 2024

Local: LEAH – Departamento de História – Centro de Humanidades II

A seca de 1877 e os tipos: Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo e a querela sobre a verdade e o ficcional.

José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira - UESPI

Sendo a seca um assunto que perpassa a produção literária e historiográfica local, a partir do final do século XIX, vamos destacar a divergência referente à representação desse fenômeno climático que envolveu dois importantes nomes das letras cearenses na última década do século XIX, sendo estes Adolfo Caminha (1867-1897) e Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932). A querela entre ambos se inicia após a crítica feita por Teófilo, publicada em 1895 no Jornal “O Pão”, órgão da Padaria Espiritual, à obra “A Normalista”, de Caminha, mais especificamente a caracterização do personagem Bernardino de Mendonça. Tal personagem, ao sentir os efeitos da estiagem de 1877, decide-se por partir, com toda a família, rumo à capital, ao final daquele ano. Teófilo crítica a atitude de Mendonça, de não resistir e partir de sua terra sem perseverar mais, indicando que isso não seria “natural” ou algo considerado como “tipicamente cearense”, não representando, assim, o habitante do sertão, denotando, então, a falha de Caminha em transpor a realidade para sua obra ficcional. Teófilo contrapunha em sua crítica o protagonista de seu romance “A Fome”, Manoel de Freitas, descrito como persistente e resignado e que, somente depois de lutar contra os rigores da natureza, “até perder a carne do corpo e a paz do espírito e depois desiludido do inverno de 1878 e sem mais recursos no sertão”, é que optara por retirar-se de sua terra. Desse modo, e analisando a resposta de Adolfo Caminha, para quem Teófilo, em sua obra sobre a seca, “não conseguiu dar senão páginas sem estilo, sem arte, sem verdade às vezes”, lançamos mão dessa divergência, destacando a percepção dos referidos autores em relação à realidade e suas formas de descrição literária, indicando-se a estreita correlação deste tipo de narrativa com a história, a verdade e a realidade, o que nos leva a analisar, ainda, a produção historiográfica de Teófilo sobre a seca, que lhe possibilitava descrever o vivenciado com a autoridade de quem escreveu aquilo que presenciou. Sendo assim, ao analisar a querela entre os dois autores mencionados, podemos discutir as conexões entre literatura e historiografia e as representações da história nessas duas formas narrativas, buscando perceber, a partir das indicações contidas nas críticas lançadas por ambos, o contexto da produção intelectual no Ceará entre o final do século XIX e o começo do XX.

Palavras-chave: Literatura. História. Seca. Narrativas.

Representação dos povos indígenas nos livros de moral e civismo: uma análise das produções de Coelho Netto, Manoel Bomfim e Olavo Bilac (1904 - 1910).

Cicero Avelino Lima – UERN

André Victor Cavalcanti Seal da Cunha - UERN

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como os povos indígenas foram representados nos primeiros anos da república brasileira, pela literatura cívica de Coelho Netto, Manoel Bomfim e Olavo Bilac. Para isso, analisamos os livros de leitura utilizados em escolas brasileiras, produzido por esses intelectuais. Essa literatura era destinada ao público infanto-juvenil, e trazia consigo um conteúdo moralizante ao tempo que ditava o modelo de Brasil que a república aspirava. Havia um enquadramento dos cidadãos e um esvaziamento de qualquer tensão social. Os povos indígenas, por exemplo, eram representados como selvagens ultrapassados, os quais deveriam ser assimilados pela sociedade civilizada. Essas ideias tinham em sua gênese a filosofia positivista que chegou ao Brasil em meados do século XIX e foi fonte de inspiração para os pensadores pró-república. Sua ideologia fez parte da política brasileira em vários espaços de poder, inclusive na educação, através de suas gestões ou como produto educacional, no caso dos livros de moral e civismo. O discurso de modernidade, empreendido nessa literatura excluía os povos originários desse quadro, os mesmos representavam o passado que deveria ser superado. Para análise dessa representação, escolhemos quatro obras dos autores supracitados, *Contos Pátrios* (1904); *Poesias Infantis* (1904); *Pátria Brasileira* (1909) e *Através do Brasil* (1910), os anos de lançamentos das obras definem nosso recorte cronológico. Como critério para seleção dessas fontes, adotamos o corte transversal de gênero textual, escolhendo um livro de contos, outro de poesia, um de ficção e outro de não-ficção. Como categoria de análise, adotamos o conceito de representação do historiador Roger Chartier. A pesquisa em processo já nos levou a resultados em que pudemos identificar que essa literatura é fruto de uma historiografia colonialista que durante séculos oprimiu os povos originários. Diante dessa análise, entendemos que o alcance e a linguagem condicionante desses livros de moral e civismo fortaleceu e/ou criou estereótipos sobre esses povos. Desse modo, o nosso trabalho insere-se dentro de um campo combativo a esses posicionamentos preconceituosos. Acreditando que a educação e o ensino de história podem colaborar para uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Primeira República. Povos indígenas. Representação. Moral e civismo.

A luta pelo capital cultural na obra o caixeiro de Rodolfo Teófilo.

Charles Ribeiro Pinheiro - UFC

A cidade de Fortaleza, a partir da segunda metade da década de 1860, passou por amplas transformações de caráter material e econômico, devido à intensificação da exportação do algodão cearense para a indústria inglesa. Um participante ativo desse processo de modernização foi o escritor e farmacêutico Rodolfo Teófilo (1853-1932). No final da década de 1860, para auxiliar no sustento da família, ele trabalhou como caixeiro-

vassoura na casa comercial Albano & Irmão, grande exportadora cearense de algodão. Ele relatou as aventuras e frustrações desse período na sua penúltima obra memorialística *O caixeiro* (1927). Além de registrar a luta dos caixeiros para se tornarem uma classe social reconhecida e a rápida modernização de Fortaleza, a obra trata da formação literária e intelectual do referido escritor, registrando os seus primeiros anseios poéticos e as dificuldades para continuar os estudos. Este trabalho tem por objetivo investigar como a leitura foi um instrumento de ascensão social e intelectual para Rodolfo Teófilo, além das suas lutas para a obtenção de capital cultural e as tensões no campo literário da cidade. Para o propósito dessa pesquisa, foi necessária uma análise do contexto de Rodolfo Teófilo, pois o escritor desenvolveu uma relação tensa e complexa com as condições históricas, políticas e culturais que interferiram direta e indiretamente na sua formação literária e intelectual. Foi feito um estudo do contexto histórico e literário de Fortaleza do referido período, embasados por José Ramos Tinhorão em *A província e o naturalismo* (1962), Sebastião Rogério Ponte em *Fortaleza Belle Époque* (2001), Dolor Barreira em *História da literatura cearense* (1948), Sânzio de Azevedo em *Literatura Cearense* (1976) e *Uma Nova História do Ceará* (2007) organizada por Simone Souza. A pesquisa se concentrou nos conceitos de Pierre Bourdieu de campo literário, em *As regras da arte* (1996), e capital cultural, em *A Distinção: crítica social do julgamento* (2007). Essas categorias auxiliaram para entender a luta dos caixeiros pelo capital cultural como forma de inserção no concorrente espaço do campo literário e intelectual da capital cearense. Acerca da prática da leitura, o apoio teórico adveio do historiador Roger Chartier, em *Cultura escrita, Literatura e História* (2001) e *Práticas de leitura* (2009). Com essa pesquisa, partir dos relatos de Rodolfo Teófilo, foi observado que era considerado importante a obtenção de cultura letrada, isto é, do capital cultural, para ter uma voz ativa e respeitada no campo literário e intelectual de Fortaleza. Desde cedo, por meio de uma perspectiva liberal e iluminista, Teófilo adquiriu a consciência de que só o livro o salvaria da “inutilidade” e do “anonimato” literário. Além da formação intelectual e da continuidade das leituras literárias, apesar do fazer poético ser marginalizado pela burguesia fortalezense, ele estava dividido em continuar a se expressar por meio da poesia, ou se concentrar nos estudos para adquirir um diploma de curso superior, algo considerado mais pragmático para o seu contexto. Esta pesquisa é apoiada pela FUNCAP.

Palavras-chave: Rodolfo Teófilo. O caixeiro. Leitura. Campo literário. Capital Cultural.

Imaginando escritores de província: linguagens políticas e redes intelectuais no modernismo cearense (1930 - 1988).

Plauto Daniel Santos Alves - SEDUC-CE

Esta pesquisa discute os usos de determinadas retóricas e expressões empregadas por um grupo de intelectuais atuantes na cena cultural de Fortaleza/CE, entre o início da década de 1930 e fins dos anos 1980. Comumente designados pelo termo CLÃ – alcunha que consagrou tanto o movimento em questão quanto o periódico que publicaram por mais de quarenta anos (1946-1988) – esses indivíduos frequentemente se caracterizaram como “escritores da província”, expressão que aludia a uma suposta hierarquia literária

que tanto dividia os letrados entre metropolitanos e provincianos quanto condenava os trabalhos destes últimos a sofrerem de baixa notoriedade e pouca visibilidade editorial. Isto posto, esta pesquisa aborda a sublinguagem em que o termo "escritor de província" se encontrava inserido, isto é, o vocabulário, as retóricas, as convenções e as formas de falar arraigadas à comunicação do grupo mencionado. Acredita-se que através dessa sublinguagem os letrados em questão estabeleceram uma malha letrada por meio da qual circularam capitais culturais e simbólicos que possibilitaram o acesso às ocupações e aos privilégios que se encontravam em disputa na cena intelectual local. No intuito de entender a formação da sublinguagem praticada por essa agremiação, enseja-se identificar o vocabulário, as retóricas, as convenções e as maneiras de falar/encarar a política presentes na revista CLÃ e na revista Valor, textos importantes no processo de formação do grupo. Nessa etapa, busca-se também determinar quem eram os enunciadores mais contumazes desses elementos linguísticos a fim de determinar quem foram os agentes significativos para a formação da dita sublinguagem, expediente que permite tomar distância do panteão oficial de integrantes do coletivo cuja elaboração e consagração remonta, em última instância, aos próprios partícipes do movimento. A partir dessas informações, planeja-se produzir uma prosopografia que visa delinear as posições sociais específicas e os espaços de sociabilidade ocupados pelos agentes históricos, a fim de possibilitar, respectivamente, a compreensão do emprego de determinadas estratégias retóricas e o rastreamento da origem, institucional ou política, de certos termos e argumentos. No que diz respeito à consagração do coletivo, busca-se identificar os livros e escritores mencionados pelos editores da revista CLÃ, bem como as retóricas, convenções e os termos que localizam essas obras e seus autores no espaço. Em seguida, objetiva-se sobrepor tais locais a mapas históricos das fronteiras brasileiras a fim de entender, graficamente, como os editores do periódico imaginavam a rede que engendraram. Pautado no trabalho de Franco Moretti esse procedimento não visa elaborar mapas, mas, diagramas, seu objetivo é possibilitar a reflexão em torno das forças que agiram para criar o desenho resultante. Essa pesquisa se encontra em andamento, por isso diversos dados ainda estão por ser coletados.

Palavras-chave: História Intelectual. Intelectuais modernistas. Grupo CLÃ.

Da Imprensa ao TikTok: como situar o leitor contemporâneo?

Aline Maria Lepick Chamone – PPGS/UFC
Yohana Tôrres Monteiro – PPGS/UFC

A prática da leitura silenciosa está relacionada às transformações subjetivas e sociais que podem ser situadas historicamente. Dessa maneira, o ato de ler enquanto prática cultural delinea-se através de elementos sócio-históricos presentes no cenário social. O surgimento do leitor moderno está atrelado a fatores como o desenvolvimento da imprensa, à expansão da escola (e, conseqüentemente um aumento no número de pessoas alfabetizadas), assim como, à valorização da privacidade no âmbito doméstico e familiar (Lajolo e Zilberman, 2019); (Chartier, 2009). Os lugares da leitura e as formas de ler se modificam e se transformam, porém, ao mesmo tempo, o próprio ato de ler

permanece em si. Há algumas décadas, o meio impresso deixou de ser o único formato possível para acessar textos, por conseguinte, a forma de consumir estes textos também passa por alterações. Assim, convém a questão: Como situar o leitor contemporâneo? Este trabalho se propõe a tratar da figura do leitor a partir de perspectivas teóricas que traçam sua história (Bourdieu e Chartier, 2011); (Chartier, 1998; 1999; 2009); (Elias, 1993); (Lajolo e Zilberman, 2019); (Manguel, 2004) e debruçar o olhar sobre fenômenos contemporâneos. O recorte se dará, sobretudo, em analisar como a presença da temática da leitura dentro da rede social TikTok, atrai e jovens e adolescentes e revela números expressivos na hashtag BookTok que acumula bilhões de visualizações sobre as recomendações literárias dos usuários denominados "booktokers". Sendo assim, o trabalho buscará pensar sobre construção histórica do leitor e articular as demandas do presente à questão da leitura e de seus agentes.

Palavras-chave: História do leitor. Leitura. Tiktok. Livros.

"Heróis da fé": a trajetória inicial de um best seller pentecostal (1944-1953).

Francisco Alexandre Gomes - PPGHist/UFC

O livro *Heróis da fé*, escrito pelo missionário norte americano Orlando Spencer Boyer, no qual descreve as biografias de diversos personagens do cristianismo reformado, teve oito capítulos publicados na forma de folhetim, entre 1944 e 1948, no jornal *Mensageiro da Paz*, veículo de comunicação oficial das Assembleias de Deus no Brasil. Em 1951 foi publicada a primeira versão de "*Heróis da Fé*" na forma de livro, especificamente o primeiro volume, trazendo as biografias de doze personagens e em 1953 foi lançado o segundo volume, contemplando as trajetórias de mais oito "heróis". O presente trabalho investiga a materialidade das condições de produção da obra em questão e os meios pelos quais ela circulou entre os pentecostais, a partir da análise dos capítulos, das propagandas e das resenhas veiculadas no *Mensageiro da Paz*. As bases epistemológicas e metodológicas advêm da história social da cultura preocupada em compreender as relações determinantes entre gênero textual e suporte de publicação, entre autor e seu meio editorial, entre o âmbito da recepção e as escolhas textuais. Foi possível observar que seguindo uma prática comum no Brasil – inclusive da imprensa protestante –, os pentecostais também testaram a receptividade de determinadas obras, publicando-as inicialmente de forma seriada nos periódicos, para somente em um momento posterior editá-las como livro.

Palavras-Chave: Folhetim. Materialidade. Livro. Pentecostais.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

História, arte e invenção: identidades, subjetividades e narrativas da História.

Coordenador(es): Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI) e Edwar de Alencar Castelo Branco (AILPcsh).

O ofício dos historiadores, no magistério tanto quanto na pesquisa acadêmica, tem sido conformado no interior de um debate que aponta para caminhos que ora refletem a preocupação em perceber a história como um saber à beira da falésia – e, portanto, no limiar entre um campo do conhecimento consolidado e o seu iminente estilhaçamento –, ora aponta a superação do temor desta falésia metafórica como uma saída que pode levar a um novo e infinito campo de possibilidades para a escrita da história. Disto decorre que conceitos tais como invenção, subjetividade, identidade e discurso passam a ser parte das exigências desse ofício, que, dessa maneira, distancia-se de um saber puramente científico para tornar-se o que seria possível chamar de uma protoarte. Diante de tais questões, esse simpósio procurará reunir trabalhos que se encontrem no interior deste debate. Trata-se de um Simpósio que se propõe a englobar temáticas relacionadas às artes em geral, às discussões sobre identidades e os locais da cultura, aos lugares ocupados pelos sujeitos diante da emergência da noção de pós-humano, às perambulações de jovens pelos espaços urbanos e pelos espaços cibernéticos, às falas de gênero que extrapolam a dimensão do corpo e aos encontros entre história e sensibilidades.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

Local: Sala 06 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II

A filosofia de Mark Lanegan: variações em torno do ethos de um roqueiro alternativo.

Sander Cruz Castelo/FECLESC-UECE

Mark Lanegan (1964-2022) se tornou conhecido como vocalista da banda de rock alternativo Screaming Trees, especialmente, na primeira metade da década de 1990, com a explosão do grunge, a partir de Seattle-EUA. Posteriormente, engajou-se em colaborações com outros músicos e em carreira solo, dividida, nos seus últimos anos de vida, com a escrita – memorialística e poética – e a pintura. Analisa-se a filosofia do artista, concebida como “ethos” (“maneira de viver”, nos termos do filósofo Pierre Hadot), com base em sua obra e em sua fortuna crítica. Os resultados, provisórios, da investigação, apontam para a mutação de uma identidade, calcada na revolta niilista e hedonista do punk, em outra, de trovador solitário, sombrio e trágico, fundada na aceitação, estoica, do destino, e da punição, cristã, evocada no folk, no blues e no gótico. As conclusões, parciais, sugerem a viabilidade de compreender a produção artística de Mark Lanegan como “experiência” (de si e do mundo), afim com o “exercício espiritual” e, mesmo, a “conversão”, filosófica ou religiosa (cf. Pierre Hadot).

Palavras-chave: Mark Lanegan. Ethos. Arte. Filosofia. Religião.

Quando o carcará encontra o super-herói: Arnaldo Albuquerque e as curtições da juventude teresinense na década de 1970.

Paulo Neto Souza Araújo - UFPI

Este estudo objetiva investigar a emergência da contracultura em Teresina nos anos 1970, tendo como principal vetor a obra do jovem artista e agitador cultural Arnaldo Albuquerque. Arnaldo pertence a uma geração de jovens, autodenominada Curtinália, que desejava demarcar novas experimentações, estéticas e modas, colocando-se diretamente contra as convenções sociais da época. Essa cultura jovem é aqui percebida como amálgama das experiências vividas na pequena capital piauiense com as influências culturais vindas de outras partes do mundo, por meio da crescente globalização. Para empreender essa análise, utilizamos como principais fontes alguns filmes em formato super-8 produzidos por este grupo, sobretudo as primeiras animações piauienses feitas por Arnaldo Albuquerque, como Carcará, pega, mata e come; Vã-pirações e Mergulho; e a HQ Humor Sangrento, também do mesmo autor. O trabalho é norteado pela História Cultural e discussões nos eixos de juventudes, identidades e imagens, tendo como base autores como Michel Foucault (2006), Peter Burke (2019), Sandra Pesavento (2008), Stuart Hall (2006), Durval Muniz (2011), Leon Kaminski (2022), Edwar Castelo Branco (2005) e Fábio Leonardo Brito (2016).

Palavras-chave: História. Cultura. Juventudes. Super-8. Arnaldo Albuquerque.

Fora do tempo: Joy Division e o tempo do "No Future".

Gladyson Salvador Araújo - UFC

Apresentação de pesquisa histórica sobre a experiência de tempo da juventude Punk na cidade de Manchester (RU) no final dos anos 1970, evidenciada como uma temporalidade de "Crise de Tempo" e num tempo de crise diante da consolidação das políticas neoliberais que suplantaram o chamado "Estado de Bem Estar". A juventude no final dos anos 1970 foram as crianças das duas décadas anteriores (1950 e 1960), portanto cresceram durante a chamada "Era de Ouro", cujas principais características foram a ascensão do poder de consumo da classe trabalhadora, o "Pleno Emprego" e o estabelecimento da juventude como importante agente político e cultural na chamada "Contracultura", além do surgimento da cultura de massa, que majoritariamente era de modas juvenis como o próprio Rock. A Juventude do final dos anos de 1970 passa por uma experiência gradual de quebra de expectativa, sendo a Cultura Punk evidência dessa temporalidade. Tal juventude é, portanto, gestada nesse tempo de crise em que se afirma o "fim do futuro" com a expressão "No Future", mobilizando demandas da Juventude Além de ser uma cultura formada por jovens e para jovens, o Punk ordena uma perspectiva de tempo e experiência, possibilitando uma forma de reagir a condições compreendidas como decadentes, representando não só um caminho identitário ou estética, mas uma saída política e econômica, diante da escolha deliberada de encarnar-se como sintoma desse mesmo tempo, dessa crise. Ostenta a decadência como "grito", explicitando as contradições da passagem do tempo entre infância e fim da Juventude. Assim, esta pesquisa objetiva compreender processos de historicidade da Juventude no desdobramento da chamada "Crise da Civilização Moderna".

Palavras-chave: Juventude. Temporalidade. História Contemporânea.

Contribuições da relação história e literatura no romance Eu, Tituba, bruxa negra de Salem de Maryse Condé.

Michele Borges Greco - UDESC

O presente trabalho discute a possibilidade de determinadas críticas sociais terem maior repercussão e alcance através da literatura, seja por seu jeito envolvente de explicar o mundo como também pelo encontro dos sentimentos/emoções com os fatos históricos ali mencionados. Demonstrar-se-á tais operações pela história de Tituba, mulher negra escravizada e julgada por bruxaria em Salem em 1692 que ganhou pela romancista Maryse Condé novas origens e destinos dos quais a própria historiografia, o tempo e o racismo nos privou de conhecer. Relacionar-se-á como fonte histórica Malleus Maleficarum – O martelo das Feiticeiras, manual de Inquisição que teve ampla circulação na Europa do século XV e; o romance Eu, Tituba Bruxa Negra de Salem, que aborda a resistência aos

dogmas cristãos frente às práticas tomadas como bruxaria pelos colonizadores e pela Inquisição, escravidão, patriarcado, colonização, puritanismo e suas práticas de dominação, sujeição ao trabalho e desencantamento do mundo transformando o desconhecido em medo e proximidade de Satanás. A centralidade da discussão estará nos processos inquisitoriais, nas acusações, nos meios probatórios e contextualização política dos julgamentos. Epistemes que se contrapõem nitidamente sobre o significado do termo bruxa, de pária à referência de poderes ocultos, evidencia dinâmicas de poder e luta de classes. Seguindo a receita de misturar fatos históricos e preenchê-los com ficção, a autora faz usos artísticos e políticos do passado, e nos apresenta um mundo vasto com a experiência subjetiva da personagem Tituba marcada pela diáspora e pela ancestralidade viva nos invisíveis, em seu espaço-tempo. A forma do romance já nos fornece significado, a narrativa se passa em primeira pessoa, sendo uma mulher negra escravizada em vida não teria autorização para falar livremente. Para essa discussão utilizou-se metodologia descritiva e exploratória através de pesquisa bibliográfica. Entre os resultados estão correspondências historiográficas entre as prescrições do *Malleus Maleficarum* e as descrições e narrativas contidas no romance *Eu, Tituba, bruxa negra de Salem*, em relação por exemplo às acusações, procedimentos de investigação e tortura. Ali as camadas do tempo ficam sobrepostas também pelo próprio livro, já que ao publicar em 1986 *Eu, Tituba Bruxa Negra de Salem* Maryse Condé leva para o século XV seu olhar e percepções do século XXI, demonstrando por exemplo limites entre solidariedade/sororidade e branquitude. Conclui-se nestas operações narrativas e de pesquisa historiográfica que o romance alarga e aproxima camadas diferentes da história, reequaciona as relações entre passado e presente, e em sua artesanaria privilegia a oralidade, marcadamente pela contação de histórias, cantigas e poesia. Além disso, a protagonista contando sua própria vida enfrenta obstáculos para falar e ser ouvida dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo, ainda atual às mulheres, principalmente as mulheres negras, oferecendo assim, um desagravo à Tituba, pessoa histórica. Ainda, que o desagravo não a alcance, a narrativa que Maryse Condé constrói encontra força e razão frente às experiências cotidianas de perseguição, sofrimento, solidão e silenciamento que ecoam vividamente no presente.

Palavras-chave: Bruxaria. Literatura. Mulher negra. Salem.

Experiência e escritura: história e literatura menor em Clarice Lispector.

Jaislan Honório Monteiro - UFPI

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito - UFPI

Há um razoável consenso, entre críticos da cultura e historiadores filiados aos mais distintos matizes, que o período que medeia os anos 1960/70 da história brasileira representa um dos momentos que congrega uma das mais profícuas produções artístico-culturais do último século. A validade da assertiva – que tem como um de seus parâmetros mais notáveis a profusão de experiências estéticas oriundas de variados segmentos –, fez-se acompanhar de farta produção discursiva, interessada em esquadriñar as especificidades decorrentes desse contexto. Um dos principais elementos a ganhar

relevo nessa nova configuração histórica foi a maneira de relacionar-se com o instante criativo, como a exemplificar o princípio de uma tensão irrevogável entre o modo como os sujeitos experienciavam o momento que viviam e as formas/suportes que estes usaram para exprimir essa sensação. É no âmbito desse rearranjo de paradigmas no cenário cultural brasileiro que assistimos a insurgência de obras de caráter marcadamente autoral, onde os frisos demarcatórios entre realidade, ficção e prática literária estão sendo continuamente esgarçados. Mais que a busca por um telos e uma escrita ancorada em solo narrativo estável, algumas dessas propostas preferem singrar os mares revoltos do uso irregular e inabitual da língua. O sismo decorrente deste novo modelo de cartografia não por acaso se configura como uma linha de fuga, potencializando o movimento em uma espiral de imprevisíveis significados. Um caso singular desse modelo nas letras brasileiras são as obras da escritora Clarice Lispector. Tendo em vista o caráter vanguardista – recusa de elementos herdados pela tradição, constituição de uma linguagem prospectiva de novos temas e elementos diccionais, bem como a utilização do fluxo de consciência como esteio da enunciação –, sua produção pode ser caracterizada como uma literatura menor, haja vista sua autonomia e antinomia em relação àqueles postulados pelas formas dominantes da narrativa literária vinculada ao cânone. Boa parte de suas obras, notadamente aquelas que vieram a ser publicadas entre o final dos anos 1960 e meados dos anos 1970, provocaram incômodo e estranhamento no público e, principalmente, na intelectualidade da época, dada a dificuldade em categorizar tais escritos dentre os gêneros literários sedimentados.

Palavras-chave: História. Literatura. Clarice Lispector.

Papéis sexuais em *Eu sou uma Lésbica*, de Cassandra Rios.

A. Shelle Paula Rodrigues - UFC

Eu sou uma Lésbica é um livro feito em 1981. Constituído como um romance de formação, a trama gira sobre a história de Flávia – uma adolescente em busca de uma definição sobre ser lésbica. Ao longo do romance, a protagonista se relaciona com várias pessoas distintas aos quais não considera genuinamente homossexuais, apesar da dissidência de sexualidade dessas pessoas. A autora Cassandra Rios possui uma extensa obra best seller que vai dos anos 1948 – 1981. Foi a escritora mais vendida e mais censurada do país na década de 1960 e 1970, especialmente no período da Ditadura Militar. O objetivo desse trabalho é compreender como os "papéis de gênero" em "*Eu sou uma lésbica*" se relacionam às discussões sobre identidade nos anos 1980. Entendendo a obra literária não como um reflexo da sociedade, mas como uma instância complexa que possui uma espontaneidade de ação e transformação ao mesmo tempo que compartilha de códigos formais ao quais orientam e definem esse espaço, faremos uma análise relacionando o modo que o corpo das personagens está descrito no livro com outras instâncias sociais, como o MHB - Movimento Homossexual Brasileiro – a partir da representação dos papéis de gênero nos jornais CHANAcomCHANA e Lampião da Esquina e a literatura pornográfica do período. Neste trabalho, usaremos o termo "papéis sexuais" por ser

utilizado na época e, para o embasamento teórico, autores como CERTEAU, LONDERO, SEVCENKO, PRECIADO, BUTTLER e CHARTIER.

Palavras-chave: Cassandra Rios. Pornografia. Anos 1980.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Sala 06 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II

A formação do pensamento histórico: avaliação e aprendizagem significativa por meio da produção de HQ.

Carla Patrícia Monteiro Gross – UFC
Ana Carla Sabino – UFC

O artigo tem como objetivo investigar as dificuldades enfrentadas pelos alunos no que diz respeito à compreensão e ao desenvolvimento do pensamento histórico. O foco está nas estratégias que visam à formação do pensamento histórico por meio de metodologias diversas, entre elas, destacando-se as atividades desenvolvidas por meio do uso das histórias em quadrinhos como forma de avaliação da aprendizagem, que vai ter como ponto forte o incentivo aos estudantes a participar ativamente de seu processo de aprendizagem. Para alcançar esse propósito, empreendemos uma análise de obras de Maria Auxiliadora Schmidt, Jörn Rüsen e Circe Bittencourt para compreender a formação do pensamento histórico. Nesse contexto, considera-se importante iniciar a abordagem a partir do conhecimento prévio dos alunos, valorizando e respeitando suas interpretações do mundo e suas experiências. Essa abordagem se torna fundamental para auxiliá-los na construção de significados em relação aos conteúdos históricos abordados em sala de aula.

Palavras-chave: Aprendizagem Significativa. Participação Ativa. Avaliação. Produção de HQ.

O audiovisual como fonte e arte no ensino de História: experiências com videoclipes da música brasileira em disciplina eletiva de uma escola de Ensino Médio em Fortaleza - CE.

Beatriz Greenhalgh de Melo Braun - ProfHistória UFC

O presente trabalho constitui uma etapa fundamental da pesquisa em curso no âmbito do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória - UFC). A pesquisa-ação desenvolvida tem como parte de seu processo a análise do percurso de uma disciplina eletiva ministrada em uma escola de Ensino Médio vinculada à rede pública do estado do Ceará em 2023. Na eletiva temática intitulada "Memória e cultura

afrobrasileira e indígena", utilizei principalmente da linguagem audiovisual do videoclipe, entendida como uma forma de expressão artística e de comunicação, propondo o engajamento das/dos estudantes em discussões sobre História do Brasil que sejam balizadas a partir de narrativas de existências e resistências anticoloniais. Para além do trabalho com os vídeos selecionados, fizemos a leitura coletiva de trechos de textos de Lélia González e Angela Davis, e outros materiais foram disponibilizados para as/os estudantes, como reportagens, faixas musicais e livros. O cerne deste trabalho, portanto, reside na promoção de espaços propícios para a reflexão crítica e a mobilização de sentimentos suscitados pela audiovisualidade e suas narrativas. A partir da integração entre teoria e prática, é estabelecida uma discussão sobre a arte enquanto meio para emancipação de sujeitos e grupos, e como construção de novas referências, especialmente em contextos históricos marcados pelo colonialismo como alicerce do capitalismo e do racismo como sua base estrutural, como é o caso do Brasil. Para embasar essa discussão, são trazidas contribuições teóricas de pensadoras/es como Beatriz Nascimento, Lélia González, Paulo Freire, Angela Davis, Audre Lorde e bell hooks. A arte que se analisa é compreendida para além de uma manifestação isolada; considerada parte integrante da realidade material, capaz de moldá-la e ser moldada por ela, e traz consigo leituras de mundo, tanto por quem a produz quanto por quem a acessa e lhe atribui significados. Por fim, ressalta-se a importância de cultivar uma audiovisualização ativa e crítica ao explorar a linguagem do videoclipe junto às/aos estudantes. Para tanto, é importante a perspectiva de Lev Vygotsky em "Psicologia da Arte" (1960), que destaca o movimento dialético entre a cognição e as emoções humanas, rejeitando abordagens dualistas desses aspectos. Busca-se, por fim, durante esse processo, vivenciar o momento de apreciação artística e a emoção proporcionada pela arte, para, posteriormente, analisar as produções em suas peculiaridades e contextos.

Palavras-chave: Ensino de História. Videoclipe. Arte. Emancipação. Anticolonial.

“Soldado da democracia”: uma análise das representações anticomunistas produzidas por Simplício de Sousa Mendes (1961-1971).

Joel Marcos Brasil de Sousa Batista – UFPI
Francisco de Assis de Sousa Nascimento – UFPI

O trabalho visa analisar as representações anticomunistas produzidas pelo então presidente da Academia Piauiense de Letras, Simplício de Sousa Mendes (1959-1971) na imprensa piauiense durante o governo Goulart e o início da ditadura militar. Como objetivo específico pretendemos identificar como os seus posicionamentos anticomunistas estão relacionados com suas opiniões contrárias às reformas de base, ao governo Goulart e a qualquer medida que vise mudar o modus operandi da sociedade. Além disso, objetivamos analisar como o seu “combate ao comunismo” foi utilizado para difamar, denunciar e criminalizar adversários políticos que tivessem opiniões políticas favoráveis às reformas sociais e como, durante a ditadura militar, utilizou os meios de comunicação para acusar e incentivar prisões de seus opositores políticos. Almejamos inserir as representações produzidas por Simplício de Sousa Mendes no seu “lugar social”

(Certeau, 1998), pois as suas visões de mundo e as suas narrativas não representam apenas os seus posicionamentos individuais, mas também dos grupos políticos conservadores do Piauí do qual fazia parte. O recorte temporal da pesquisa inicia-se em 1961, no início do governo Goulart e termina em 1971, ano do falecimento do intelectual pesquisado. As fontes utilizadas nessa pesquisa foram os seus escritos nos jornais O Dia e Folha da Manhã. A pergunta norteadora da pesquisa foi: qual é a relação das representações anticomunistas produzidas por Simplício de Sousa Mendes durante o golpe de 1964, apoiado e aderido pelas elites piauienses, com a ditadura militar? A pesquisa utilizará os conceitos de representação e apropriação elaborados pelo historiador Roger Chartier (2002), os conceitos de “lugar social”, “tática” e “estratégia” do teórico Michel de Certeau (1998), “poder simbólico” de Pierre Bourdieu (1989), a análise do discurso defendida por Michel Foucault (1999) e trabalharemos a imprensa de acordo com a metodologia defendida pela historiadora Maria Helena Capelato (2015) e José D’Assunção Barros (2023). A discussão historiográfica será ancorada nos seguintes pesquisadores: Daniel Aarão Reis (2000 e 2014), Francisco J. Leandro Araújo de Castro (2022), Flávia de Sousa Lima (2011), Marylu Araújo de Oliveira (2007 e 2008), Rodrigo Patto Sá Motta (2002 e 2021).

Palavras-chave: História. Imprensa piauiense. Anticomunismo. Ditadura militar. Representação.

Os heróis sangram: técnicas do corpo e narrativas dos vaqueiros de Elesbão Veloso Piauí (1980-2023).

Maria Helena Alves Ferreira - UFPI

O estado do Piauí ascende por meio das fazendas de gado, os bandeirantes Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão são apontados como responsáveis por fundar as primeiras fazendas da região. No cenário onde a economia ganadeira tornou-se protagonista, desabrocha o vaqueiro. Devido aos proprietários na maioria das vezes optarem por residir em suas fazendas nas regiões próximas ao litoral, a esse sujeito passou a ser confiado a administração das fazendas, cabia a ele cuidar do trato dos animais, conduzi-los ao curral e zelar por quaisquer demandas que surgissem na propriedade. O vaqueiro aquista uma relevância social, cultural, política e econômica fulcral para o desenvolvimento do Piauí. Do sertão semiárido, da vegetação tortuosa e do solo seco desponta o sertanejo forte, corajoso e viril descrito por Durval Muniz de Albuquerque Júnior e pelo literato piauiense Francisco Gil Castelo Branco. Entretanto, ao seguir os rastros e olhar atentamente as narrativas literárias, orais e as manifestações culturais como a música, os esportes da vaquejada e as corridas de pega de boi no mato e no limpo, percebe-se um vaqueiro com os pés na tradição familiar (HOBSBAWM, 2022), que o compõe como esse sujeito cheio de destreza, mas que também é um ser dinâmico e plural (HALL, 2011). É diante desse indivíduo múltiplo que enxergamos as técnicas do corpo passadas de geração para geração, os sentimentos, a angústia, o medo, a frustração, as alegrias e dores sentidas pelos vaqueiros. O ambiente em que os sertanejos se inserem impele riscos, e apesar de eles manterem a postura sobre a qual se constituíram como

sujeitos, eles também sangram e sentem dores e as desvelam em seus trejeitos, narrativas e nos olhos que transbordam sentimentos. A pesquisa então arrimada na metodologia da história oral (FREITAS, 2006), nas fontes literárias, no aparato documental e no conceito de memória (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992) objetiva apresentar como funcionam as técnicas desses vaqueiros Elesbonenses e como esses corpos são múltiplos. Nas narrativas empreendidas pelos vaqueiros do município de Elesbão Veloso localizado na região sul do estado do Piauí, é perceptível essa forte tradição, esses corpos treinados, que sentem e se permitem sentir.

Palavras-chave: Vaqueiro. Piauí. Tradição. Corpo.

**Por uma explicação cibernética do negacionismo da ditadura no tempo presente:
contribuições docentes no ProfHistória (2022-2023).**

André Fialho de Oliveira - SEDUC-CE

Na última década, o processo de plataformização do cotidiano fez-se presente com o uso crescente das redes sociais, contribuindo para a formação dos modos de sociabilidade e sensibilidade no tempo presente. Neste novo cenário, questões como a legitimidade da história enquanto disciplina e o fenômeno dos negacionismos – ainda que longe de serem novidades – alcançaram novas proporções. Intensificada a sensação de crise disciplinar, temáticas como o avanço do negacionismo histórico da ditadura de 1964 têm atraído a atenção de docentes em pesquisas sobre o ensino de história na era digital. Este trabalho busca traçar um panorama a partir de três dissertações defendidas entre 2022 e 2023, por professores-pesquisadores do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Mais do que um levante historiográfico de produções recentes, escritas em um contexto pandêmico, sua finalidade é demarcar as contribuições a partir das diferentes escolhas teóricas utilizadas e dos direcionamentos de tais produtos. Assim, partindo do debate ético-político envolvendo ensino e teoria da história em tempos digitais, este estudo aponta como tais percursos – embora descontínuos – enfrentam a referida sensação de desorientação, por meio de reflexões intradisciplinares e de diálogos transdisciplinares no campo cibernético, inventando caminhos para o pensamento histórico diante da arquitetura babélica das plataformas.

Palavras-chave: Ensino de história. Negacionismo. História pública digital. Cibernética.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

Historiografia dando forma a memórias sobre o ensino (de História).

Coordenador(es): Jandson Bernardo Soares (Rede Privada - RN) e Matheus Oliveira da Silva (PPGH/UFRN - Doutorado).

Como apontam trabalhos recentes, nas últimas duas décadas, em especial, tem havido o crescimento do interesse de historiadores pela história do ensino de História, seja no nível da escolarização básica, seja no nível superior (SILVA, 2023). Tal interesse tem sido fundamental no processo de pluralização de narrativas sobre essas experiências, que têm cada vez mais dado voz a novos sujeitos, espaços e artefatos. Narrativas plurais implicam mudança na concepção de nossa comunidade acerca dos espaços de ensino e formação, de modo que estes não podem mais ser pensados da maneira com que a historiografia sobre história do ensino (de história) o tem feito (SCHMIDT, 2003; FONSECA, 2004; BITTENCOURT, 2008). Além disso, as próprias experiências do ensino de História possuem especificidades que precisam ser postas em perspectiva, levando quem pesquisa sobre elas a repensar aspectos veiculados pela referida historiografia, tais como: mitos de fundação, papéis de determinados sujeitos, reprodução de currículos, a força de uma legislação local sobre o país, entre outros elementos. Neste simpósio, pretendemos congrega, portanto, trabalhos que se proponham a refletir sobre diferentes experiências de ensino e aprendizagem da História no Brasil e em diferentes níveis de ensino no século XX. Dentro desse recorte, enquadram-se discussões sobre métodos de ensino, manuais didáticos, manuais de teoria e introdução à História, trajetórias docentes, história dos cursos superiores de História, experiências escolares (sobretudo as inovadoras), análise de currículos e programas de disciplinas, análises historiográficas, entre outros.

SESSÃO ÚNICA / 07 de março de 2024

* Este Simpósio será realizado de forma online, conforme solicitação da coordenação.

A História dos cursos universitários como História do ensino de História.

Margarida Maria Dias de Oliveira - UFRN

A presente proposta se propõe a refletir sobre a História dos cursos universitários como parte da memória que se deve construir sobre a História do ensino de História, visto que a historiografia sobre HEH no Brasil se detém majoritariamente na educação básica. Além de perder parte significativa do processo histórico reforça a ideia de que no ensino universitário não seriam necessárias reflexões sobre a construção do conhecimento em sala de aula e sobre as especificidades do público e objetivo do ensino de graduação.

Palavras-chave: Cursos Universitários de História. Historiografia. História do Ensino de História.

Cartografando saberes históricos do NDIHR/UFPB (1976 -1980): por uma história plural das formas de produção e divulgação da ciência histórica no Brasil.

Danilo Alves da Silva

Na década de 70 do século XX, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do Mato Grosso empreenderam a implantação de um Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional cujo objetivo era desenvolver pesquisa histórica vinculada à Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil, sobretudo, das regiões Centro-Oeste e Nordeste. Este trabalho analisa a implantação do NDIHR na Paraíba, considerando as práticas e formas de saberes históricos produzidos em pesquisas interdisciplinares coordenadas pelos profissionais da História, bem como o uso do método histórico na produção e na divulgação do conhecimento histórico em contextos que exigiam articulação político-acadêmica em formatos diferentes do que se predomina hoje na era digital. Após analisar e realizar a crítica documental do Projeto de implantação e das correspondências administrativas do NDIHR - UFPB (1976 -1980), concluímos que o Núcleo pode ser entendido como um espaço acadêmico-científico de pesquisa e ensino, diferente dos modelos instituídos pela reforma universitária de 1968 para a graduação e pós-graduação. Dessa maneira, as disputas entre concepções de modelos universitários de graduações, programas de pós-graduação, pesquisas científicas, atividades extensivas serão tencionadas nesta comunicação oral que é o resultado de uma parte da tese de doutoramento que estou produzindo no PPGH/UFRN.

Palavras-chave: NDIHR. Saberes históricos. Pesquisa interdisciplinar.

Ginásios Estaduais Vocacionais (GVs) de São Paulo (1961-1969): como a “escola do futuro” se transformou em nada mais do que uma “escola de esquerda”.

Caio Rodrigo Carvalho Lima - UFRN

Este texto tem como objetivo discutir as diferentes maneiras com que a experiência dos Ginásios Estaduais Vocacionais (GVs) de São Paulo, que existiram entre 1961 e 1969, é lembrada pela historiografia. Para isso, analisei alguns textos: as teses de Joana Neves (2010) e Maria Nilde Mascellani (2010), respectivamente, ex-professora do Vocacional de Barretos e ex-coordenadora do Serviço de Ensino Vocacional (SEV), a dissertação e a tese de Daniel Chiozzini (2003; 2010), a tese de Carlos Bizzocchi (2022) e os textos de três autoras consideradas “clássicas” na historiografia do ensino de história: Thaís Fonseca (2003), Maria Auxiliadora Schmidt (2012) e Circe Bittencourt (2008). Com isso, aponto como as análises feitas por Neves e Mascellani, devido principalmente à proximidade que tiveram com a experiência, diferem das dos demais autores e autoras. Concluo que, com o passar dos anos, a historiografia sobre os Vocacionais tendeu a descrevê-los como mais uma “escola de esquerda” típica dos anos de 1960 no Brasil, assim descaracterizando-os e resumindo a prática pedagógica inovadora dessas escolas e a filosofia que lhe deu base a algo que não corresponde à realidade daquilo que suas equipes executaram, e sim atende aos interesses dos responsáveis por sua extinção: os militares.

Palavras-chave: Ginásios Vocacionais. Ensino de história. Historiografia do ensino de história.

O ensino de história e as vivências de um povo.

Adriana Santos de Oliveira

Observar, a partir da sala de aula, a relação entre movimentos culturais, revisão historiográfica, ensino de história e entendimento que um povo tem de si mesmo não é tão simples. Apesar de estarem conectados, esses elementos não estão relacionados de forma direta, como uma estrada larga, com ponto de início e fim. Essa relação é mais parecida com veredas, as quais se cruzam e se afastam, levando a vários caminhos. Neste trabalho, pretendemos levantar um debate em torno da compreensão de si, pelas comunidades, formadas por povos originários, e o ensino em sala de aula sobre esses povos. Essas comunidades, aos poucos, a partir de vários debates, passaram a questionar seu próprio passado e a percepção de que esse passado não era representado na sociedade em geral, o que levou a vários questionamentos sobre a história que se contava nos livros, tanto nos didáticos, nas escolas, quanto, nos escritos pelos pesquisadores acadêmicos. Desse modo, a partir dessas questões analisamos o debate em torno do ensino de história das questões étnico-raciais na sala de aula, buscando compreender como as informações sobre os povos originários chegam às escolas e como os estudantes podem se reconhecer como pertencente a uma comunidade originária.

Palavras-chave: Cultura. Historiografia. Ensino de história. Sala de aula.

Um ensaio sobre a pandemia: o ensino remoto emergencial e os novos espaços de aprendizagem de história.

Leda Virginia Belarmino Campelo Potier

O presente trabalho busca discutir a produção do conhecimento histórico no espaço escolar brasileiro, em específico nas escolas da rede básica de ensino do Rio Grande do Norte, no contexto da pandemia do novo coronavírus, ocorrida nos anos de 2020-2021. A partir de relatos de experiências, o texto busca refletir sobre as demandas provocadas pelo que se convencionou chamar de ensino remoto emergencial, apresentando as dificuldades e possibilidades encontradas por professores, alunos e comunidade escolar, para o desenvolvimento do conhecimento histórico em um período de transformação do espaço escolar, a partir da possibilidade de aulas remotas nos espaços virtuais de ensino e aprendizagem. Nesse ínterim, compreendendo a realidade de emergência sanitária que se impunha, o trabalho também discute como questões políticas, socioeconômicas tais como formas com as quais as ações das instituições governamentais se refletiram no acesso a esse “novo espaço escolar”, produzindo, por vezes processos de exclusão digital e trazendo um questionamento para as pesquisas sobre ensino de história: qual ensino e aprendizagem histórica foi possível de ser realizado no contexto da pandemia do novo coronavírus? Essa é uma pergunta que pode contribuir para pensarmos nos caminhos para a aprendizagem histórica a partir do impacto da pandemia do coronavírus.

Palavras-chave: Ensino de história. Espaço escolar. Ensino remoto emergencial.

A historiografia sobre a história do ensino superior de História no Brasil.

Matheus Oliveira da Silva

Esta apresentação, como parte da pesquisa de doutorado em andamento, intitulada “Currículo e disciplina: o surgimento de Introdução ao Estudo da História no ensino superior brasileiro (1950-1960)”, pretende apresentar algumas notas sobre aquilo que se considera a história do ensino superior de História no Brasil, propondo a construção de um perfil para ela – quem são seus autores? Sobre o escrevem? Em quais espaços circulam seus escritos? Considera-se que essa é uma temática que vem ganhando espaço, mas sobre a qual ainda não temos informações tão consolidadas em comparação com outras temáticas de pesquisa.

Palavras-chave: História. Ensino superior. Curso.

O livro Didático no Brasil: comunicação, disputa e consenso a partir do PNLD.

Jandson Bernardo Soares

A presente comunicação visa publicizar parte dos resultados obtidos na tese de doutorado *O livro didático disputado: uma análise do espaço didático-editorial brasileiro*

(1995-2016), defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A mesma buscou responder como se deram as disputas entre o Estado brasileiro e os autores a respeito do que deveria ser o livro didático, em especial, o de História. Para tal fim analisou-se, à luz da metodologia de análise de conteúdo (Lawrence Bardin), os documentos relacionados às avaliações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a saber, editais e guias; assim como os produzidos pela Associação Brasileira de autores de livros educacionais (ABRALE), dentre eles, atas de reuniões, boletins e cartas enviadas ao Ministério da Educação. Tais reflexões possibilitaram identificar dois modelos de governança, distintos pelas estratégias comunicacionais estabelecidas e pelo relacionamento desenvolvido entre o Estado e a Sociedade Civil.

Palavras-chave: Democracia. Livro Didático. Políticas Públicas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

Patrimônio cultural, políticas da memória e o ofício da história.

Coordenador(es): Hildebrando Maciel Alves (UECE) e Antonio Gilberto Ramos Nogueira (UFC).

Patrimônio e memória têm desafiado a historiografia disciplinada no tempo presente. Na condição de vetores de um complexo processo de “reificação do passado”, ou se quisermos, da emergência de “novas interpretações do passado”, consubstanciadas por disputas de “apagamento” ou “reabertura da história”, funcionam como recurso e dispositivo a entrelaçar em sua dimensão política e social passado, presente e futuro (TRAVERSO, 2012). O presente simpósio temático é fruto das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq). Compreendendo que o patrimônio cultural, enquanto conceito e campo, deve ser pensado como uma prática social historicamente construída (NOGUEIRA, 2014), convidamos a comunidade historiadora para uma reflexão acerca de nossa operação historiográfica (CERTEAU, 2014) em meio à um cenário de disputas identitárias e políticas/projetos de memória. Diante de um contexto onde a memória é constantemente demandada no tempo presente, junto da mobilização dos movimentos sociais, das manifestações pelo direito à cidade, dos embates no campo das legislações, dos ataques à democracia, nos deparamos com o processo de dilatação dos sentidos atribuídos ao patrimônio. Este é um processo que acaba por congrega visões e perspectivas que não necessariamente são conjugadas em harmonia ou coerência. Conflitos e tensões, por consequência, passam a demarcar os distintos processos de patrimonialização. (CHUVA, 2012) Nessa perspectiva, buscamos acolher pesquisas que reflitam acerca dos mais variados sujeitos, instituições, coletivos, movimentos, espaços, discursos, projetos e sentidos atribuídos aos bens patrimonializados, institucionalmente ou não. Nosso objetivo é promover um espaço que possibilite ampliar as discussões sobre o papel da História e o lugar da/o historiadora/or no campo do patrimônio, percebendo que este é um espaço de atuação profissional que dialoga diretamente com os espaços educativos formais e não-formais.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

Local: Sala7 – Bloco Didático da História – Centro de Humanidades II

Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (1812-1831): entre urbanismo, violências e celebrações.

Marcos André Nascimento de Jesus – UECE
Gleudson Passos Cardoso – UECE

Esta pesquisa tem por finalidade analisar a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e a sua interação e integração com a sociedade fortalezense entre os anos de 1812 a 1831. Esse lugar criado e usado pelos homens, produziu experiências e práticas sociais transformando-o em um espaço onde foram vivenciadas relações políticas, econômicas e sociais em seu entorno. A Fortaleza empresta à Cidade seu nome: “Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção Capitania do Ceará Grande”, a institucionaliza, dando-lhe “vida jurídica”, sendo elevada à Capital da Capitania, integrando-se com os seus habitantes, que a compõem dentro de um escopo social, espacial e histórico. A hipótese, desenvolvida nesta pesquisa, é que a percepção da significação e construção das visões captadas pelo indivíduo e pela coletividade, eram diretamente proporcionais às suas experiências vivenciadas e materializadas nesse espaço em um lapso temporal determinado. Este trabalho se faz relevante por contribuir, para campo historiográfico, no estudo em que se propõe a observar a construção de um espaço, para além de sua configuração geográfica e arquitetônica, focando nas práticas sociais, onde estão inseridas as experiências individuais e coletivas, percebendo o espaço como produto social (Soja, 1989, apud Löw, 2013). O trabalho buscará apresentar alguns atores sociais que frequentaram esse espaço, bem como alguns eventos que se sucederam, ao compasso do recorte temporal estabelecido, assim como as reformas efetuadas, para a manutenção estética da fortaleza, como “símbolo do prestígio urbano” fortalezense, as tensões vividas por esses sujeitos dentro dessa área geográfica, e como suas leituras e releituras das experiências foram significadas e ressignificadas entre urbanismo violências e celebrações.

Palavras-chave: Estados nacionais. Escrita da história. Província do Ceará. Narrativas historiográficas. Passado.

Imaginando uma cidade ideal: o Instituto do Ceará e seu programa de preservação do patrimônio histórico e artístico (1887-1956).

Pedro Henrique da Silva Paes – UFC

O tombamento, instituído pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, se concretizou como um instrumento de preservação do patrimônio material histórico e artístico. Em função disso, compreendemos que esse instrumento, também, se consolidou como dispositivo legal da intervenção intelectual na organização do espaço

urbano das cidades brasileiras, sobretudo, a partir da década de 30 do século XX. Entretanto, outros mecanismos de preservação do patrimônio foram estabelecidos por intelectuais que atuaram na organização do espaço urbano brasileiro no período da Primeira República (1889-1930). No caso do Ceará, o Instituto do Ceará foi o principal órgão na defesa do patrimônio histórico e artístico estadual. Preocupados com a preservação da memória cearense e intencionados em formular a narrativa histórica do estado, os intelectuais que ocuparam a academia de história e geografia regional promoveram discursos que privilegiavam a conservação de edifícios e documentos históricos e arqueológicos, assim como defenderam o erguimento de monumentos comemorativos. Dessa forma, nosso objetivo é analisar a atuação intelectual dos sócios efetivos do Instituto do Ceará na construção de uma cidade ideal entre os séculos XIX e XX, sobretudo, entre 1887 (fundação do Instituto do Ceará) e 1956 (fundação da escola de engenharia ligada a Universidade do Ceará, fundada em 16 de dezembro de 1954). Desta maneira, podemos contribuir na discussão em torno das práticas que foram adotadas para promover a formação de uma cidade moderna ideal para esses intelectuais, ou seja, que promovesse a modernização das estruturas urbanas cearenses ao mesmo tempo em que se defrontasse com a conservação do passado e da memória cearense. Dessa forma, problematizamos, historicamente, conceitos como o de “urbanização” e “patrimônio” através do processo de eleição do que poderia ser conservado ou destruído pelos intelectuais do Instituto do Ceará.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Patrimônio. Instituto do Ceará.

As vidas e os destinos de um riacho: o Maceió entre o turismo, o patrimônio e a memória (1988-1998).

Matheus Cardoso de Andrade

O Riacho Maceió, símbolo da paisagem natural local e do pertencimento dos moradores do bairro Mucuripe, perpassa a orla de Fortaleza-CE, na Av. Beira-Mar, bem como áreas limítrofes de bairros como Varjota, Papicu e Meireles. Devido à sua localização e interesse mercadológico sobre ele, sofreu intenso processo de especulação imobiliária e disputas nas pautas políticas, memoriais, urbanas e ambientais, seja por parte do poder público, privado ou pela sociedade civil, haja vista que no final do século XX o avanço do “Turismo do sol” sobre a orla exigiu um padrão internacional de consumo, equipamentos culturais, transporte e hotéis de alta classe. A pesquisa realizada no mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará sobre o Riacho Maceió com recorte temporal no final do século XX destacou as diferentes tensões e disputas sobre a memória, o direito à cidade e o patrimônio cultural. Os múltiplos atores sociais entrelaçados pelas políticas culturais e urbanísticas analisados colocam em jogo as narrativas sobre o passado e futuro, estabelecendo um marco com relação à compreensão sobre o patrimônio cultural, atuação e articulação de movimentos sociais compostos pelas associações locais, o movimento ambientalista e intelectual de Fortaleza. Dessa maneira, destaca-se a relevância do ofício da história para o campo patrimonial ao investigar, através da operacionalização do conceito de patrimônio ambiental urbano,

distintos aspectos sociais, políticos, urbanos e históricos relacionados ao Riacho Maceió e as fontes analisadas. A pesquisa utilizou uma abordagem metodológica de entrecruzamento de fontes periódicas da grande e pequena imprensa, leis, projetos de leis, decretos, panfletos, entrevistas e de documentos oficiais referentes à organização urbana e o ordenamento da cidade. Em suma, além dos habitantes buscarem defender as suas memórias, afetividades e interesses no e pelo riacho, a luta pela sua preservação representou também as tentativas dessas pessoas em permanecer no bairro e que outras camadas sociais pudessem integrar-se “à cidade turística”, ou seja, reivindicar o direito à cidade. A investigação da Fortaleza turística sob a questão do Riacho Maceió suscita novas interpretações do passado através das demandas ambientais do tempo presente e as disputas identitárias sobre o que é o Mucuripe, seus moradores, tradições, afetividades e práticas, demonstrando assim a incapacidade das mudanças urbanísticas, econômicas e culturais, promovidas através do turismo, de sanarem os problemas sociais, patrimoniais e ambientais intensificados ao longo desse processo histórico. Essa pesquisa vincula-se ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória-GEPPM/UFC/CNPQ e possuiu financiamento da CAPES.

Palavras-chave: Patrimônio ambiental urbano. Memória. Turismo. Mucuripe. Riacho Maceió.

Os usos possíveis do Centro Histórico de Natal e do seu patrimônio cultural: a que(m) será que se destina?

Almir Félix Batista de Oliveira - DETUR/PPGTUR/CCSA/UFRN

Essa pesquisa tem por objetivo examinar as relações entretidas entre o Patrimônio Cultural, circunscrito ao Centro Histórico de Natal e as possibilidades do seu uso, inventário, salvaguarda e preservação, através da prática do Turismo Cultural e da Economia Criativa. Teorizar e trabalhar com o Patrimônio Cultural é teorizar e trabalhar com uma temática de fronteira e que abarca uma série de áreas do conhecimento científico podendo elas serem decodificadas em diversas disciplinas que tratam do assunto. Áreas como: o Turismo, a História, a Geografia, a Arquitetura, a Antropologia, as Políticas Públicas, para citarmos alguns exemplos de como se pode configurar as possibilidades de forma interdisciplinar ou multidisciplinar. Por isso, como estamos compreendendo o uso pelo Turismo do território demarcado como Centro Histórico da cidade do Natal e do Patrimônio Cultural (material e imaterial) nele inserido. A cidade do Natal, fundada na data de 25 de dezembro de 1599, nasceu a beira do Rio Potengi, com as suas primeiras edificações construídas entre a parte baixa (área onde as primeiras embarcações atracavam, conhecida como Ribeira), a parte alta da cidade (como a atual praça André de Albuquerque local da realização da primeira missa, local também escolhido para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação - padroeira da cidade e nesses arredores). Essa aérea inicial da cidade, considerada o seu Centro Histórico foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no ano de 2010. Um dos principais motivos que levaram a esse reconhecimento pelo Instituto foi a combinação entre os valores artísticos (edificações construídas em

diversos épocas e estilos arquitetônicos variados) e os valores paisagísticos (representados pelo próprio rio, os manguezais e os resquícios de Mata Atlântica preservada). Esse tombamento colocou sob vigilância para garantia de preservação 150 edificações existentes na área delimitada (200 mil m²) estando grande parte das mesmas divididas entre os bairros da Ribeira (Cidade Baixa) e Cidade Alta. Encontramos entre essas, construções que representam desde o estilo Barroco, passando Rococó e Maneirismo (exemplificados principalmente pela arquitetura religiosa, mas também pelo Museu Café Filho e pela casa do Padre João Maria), com exemplares também do Ecletismo e de características de Art Nouveau e de Art Déco, chegando a estilos mais recentes como o Moderno (exemplificados pela arquitetura civil nas diversas casas e casarões existentes na área, como também por algumas sedes administrativas e palácios). Para além desse centro histórico tombado, delimitado, com seus edifícios seculares, existe um centro que fervilha através de um comércio popular, com lojas, restaurantes, mercados populares, entre outros, que negociam desde produtos industrializados e importados até materiais produzidos regionalmente e comercializado na condição de artesanato ou mesmo comidas “típicas” representativas de uma gastronomia dita “cultural”. Que fervilha em momentos também já tradicionais e muito marcantes na vida do natalense como o da Festa de Nossa Senhora da Apresentação (padroeira da cidade) ou mesmo do Carnaval (que tem parte de sua festa acontecendo nesta área), além de atividades artísticas em locais já conhecidos como as do Beco da Lama.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Centro histórico de Natal. Turismo cultural. Economia criativa.

História, arquivo e patrimônio: reflexões sobre arquivos da cultura popular na América Latina.

Vagner Silva Ramos Filho

Os arquivos são espaços de memória da sociedade centrais para a produção do conhecimento histórico. O objetivo deste trabalho é refletir sobre arquivos dedicados a cultura popular nacional na América latina, especialmente o lugar que passados marcados pelo dilema da “civilização e barbárie” ocupam neles, a fim de sinalizar alguns desafios e possibilidades de pesquisa histórica. Diante da herança de violência que envolve o tema ao longo do século XX, especialmente quando se trata de passados de bandoleiros rurais, defendo o argumento que historicizar o conceito de “povo” em conflito entre percursos do folclore e do patrimônio permite explicar usos políticos deste passado em dimensão integradora, polarizadora e conciliadora na cultura histórica e historiográfica. A partir de um diálogo entre a Teoria da História e os Estudos da Memória, faço uma análise transnacional de vestígios de arquivos da cultura popular no Chile, Argentina e Brasil. Observo, respectivamente, conexões de rastros entre os arquivos do “Museo de Arte Popular Americano” (MAPA), do “Museo de Arte Popular José Hernández” (MAP) e do “Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular” (CNFCP). Os resultados da investigação têm sinalizado que muitos protocolos arquivísticos nesses espaços carregam implícitas noções de tempo histórico. Nesse itinerário, faz pensar como os arquivos operam tanto

transmissões de memórias na sociedade quanto impactam nas condições de produção de escritas de história sobre passados bastante presentes na arena pública.

Palavras-chave: Teoria da história. Estudos da memória. Arquivo. Cultura Popular. América Latina.

**"Quando o patrimônio vai para o palco":
o Encontro Mestres do Mundo a partir de seus catálogos (2009-2018).
Hildebrando Maciel Alves (FECLESC/UECE - GEPPM/UFC)**

A presente comunicação objetiva problematizar as narrativas sobre o Encontro Mestres do Mundo (EMM), iniciativa da Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT-CE) que integra as ações de patrimonialização dos "Tesouros Vivos" (pessoas, grupos e coletividades reconhecidas como patrimônio cultural imaterial do estado). Realizado, pela primeira vez, no ano de 2005, na cidade de Limoeiro do Norte, o EMM tornou-se um momento de grande visibilidade para a SECULT-CE e os agentes implicados nesse processo. Em 2017, o Encontro Mestres do Mundo recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, reconhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para iniciativas de salvaguarda do patrimônio cultural. Com 15 edições realizadas, o evento já esteve presente em diversos municípios do estado (Limoeiro do Norte, Crato, Aquiraz, Sobral, Fortaleza, Quixadá e Juazeiro do Norte), e é apresentado como ação de relevância para a garantia da salvaguarda dos saberes tradicionais populares ali presentes. Mediante uma análise dos catálogos produzidos ao final de cada evento, buscamos refletir sobre as seguintes questões: qual o lugar da política dos "Tesouros Vivos" nas ações de patrimonialização do Ceará? Como as ideias de "cultura popular", "patrimônio" e "folclore" são enunciadas nesse contexto? Quais são os grupos, sujeitos e instituições evidenciados e/ou ocultos? Qual o lugar do Encontro Mestres do Mundo na organização de um discurso da SECULT-CE para o campo do patrimônio cultural? As reflexões aqui propostas estão articuladas com uma proposta mais abrangente, que é a de compreender como a política dos "Tesouros Vivos" é mobilizada pelo Ceará na constante disputa por instituir um lugar no campo do patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Encontro Mestres do Mundo. Tesouros Vivos do Ceará.

Um olhar sobre a questão da identidade e as políticas patrimoniais locais.

Frederico de Andrade Pontes/FGV-CPDOC

O objetivo do texto é analisar as relações entre políticas patrimoniais locais e o conceito de identidade, nesse sentido refletiremos sobre a experiência de ativação patrimonial no

município de Chorozinho/CE que privilegiou o fortalecimento de uma ideia de pertencimento e identidade local através de ações formativas, identificação de bens culturais edificados e elaboração de legislação específica para proteção do patrimônio cultural da cidade. Para tanto, apresentaremos relato e observações acerca do trabalho de ativação patrimonial iniciado pela Secretaria de Cultura municipal e os aspectos que associam argumentos em prol da identidade local. Fundamentaremos nossa reflexão teórica a partir de dois pensadores essenciais para discussão sobre conceito de identidade, Stuart Hall (2006) e Zygmunt Bauman (2005). Apesar de caminharem em estradas teóricas e vivenciais diferentes, entendemos que os dois autores estabelecem uma leitura pós-estruturalista do mundo social para fugir da ideia de uma identidade congelada, fixa ou essencial, seja ela imposta ou autoatribuída.

Palavras-chave: Políticas patrimoniais. Ativação patrimonial. Identidade.

Da terra para a tela: o audiovisual como difusor do conhecimento científico arqueológico no norte do Ceará.

Francisco Sávio Barbosa do Nascimento

O presente trabalho tem como escopo de pesquisa, apresentar a utilização do audiovisual como recurso metodológico para se exercitar a difusão e extroversão do conhecimento científico histórico, arqueológico e arquitetônico, tal como visa, através da imagem, abrir caminhos para políticas de preservação do patrimônio cultural da região Norte do Ceará. Desse modo, o trabalho expõe duas experiências práticas onde ambas aproveitam os financiamentos de editais de chamamento público para aplicação na elaboração e execução de projetos culturais. O primeiro exemplo é a série intitulada “Perspectivas Arqueológicas – Arqueologia Histórica e Urbana em Sobral, Ceará” (2020), que aborda, em quatro episódios, as atividades desenvolvidas por equipes interdisciplinares envolvendo profissionais da Arqueologia, História e Arquitetura nas pesquisas no Centro Histórico. A série não apenas documenta as pesquisas arqueológicas, mas destaca o implemento de políticas de educação patrimonial na cidade por meio dos equipamentos culturais. O segundo projeto em desenvolvimento é um curta-metragem intitulado de “Herança Ancestral – A Pré-História na Serra da Meruoca”, emerge das pesquisas realizadas durante a escrita da dissertação de mestrado, e busca compreender as percepções e interpretações da comunidade e dos pesquisadores sobre um sítio de pinturas rupestres da região norte do Ceará. Portanto, reconhecendo que o conhecimento científico deve ser compartilhado em todas as suas disciplinas, e essencialmente quando se refere ao patrimônio, memória, arqueologia e história é impreterível o conteúdo se faça conhecido para ser preservado. Desse modo, é por intermédio da linguagem artística do audiovisual que podemos utilizar a sintetização do conteúdo científico com o intuito tornar acessível e alcançar de forma ampla e democrática as camadas sociais, rompendo com as barreiras que por muitas vezes limitam o conhecimento científico a academia.

Palavras-chave: Audiovisual. Arqueologia. Patrimônio cultural. História. Memória.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Auditório do Departamento de História – Centro de Humanidades II

Aqui é o Museu do Vaqueiro? A exposição Vaqueiros do Museu da Cultura Cearense como lugar de memória coletiva e social (1998-2022).

Francisco Mateus de Oliveira Leitão

Como uma exposição de longuíssima duração pode ganhar tamanha representatividade no cenário cultural cearense, que o seu nome, popularmente, fundisse com o próprio nome do museu? Aqui é o Museu do Vaqueiro? Aqui é o Museu do Sertão? Aqui é a Exposição Vaqueiros? Através destes questionamentos, iremos refletir sobre a força simbólica e representativa que a Exposição Vaqueiros do Museu da Cultura Cearense – MCC, equipamento gerido pelo Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura – CDMAC, ao longo de 24 anos, tem como um lugar de representatividade da cearencidade perante o público que a frequenta. É através dos caminhos da memória das políticas públicas para o desenvolvimento cultural na cidade de Fortaleza que dissertaremos os caminhos que influenciaram na construção dessa exposição e que através de sua cultura material e representação de sua paisagem, tornou-se um lugar de memória coletiva e social. Os conceitos de lugar de memória (NORA, 1993) e memória coletiva (HALBWACHS, 1968) são arcabouços teóricos chave para a construção da reflexão historiográfica. Os aspectos metodológicos constitutivos para a progressão desta pesquisa, são apoiados em seguimentos pluridisciplinares, na confluência de saberes entre a história oral em Albert (2012) e Portelli (2016), antropologia em Geertz (1989), museologia e educação patrimonial para que melhor possamos compreender a importância profunda que a Exposição Vaqueiros exerce sobre o Museu da Cultura Cearense e o Estado do Ceará.

Palavras-chave: Exposição. Museu. Memória Coletiva. Vaqueiros.

Memória, patrimônio e processos museológicos comunitários entre povos indígenas no Brasil.

Suzenilson da Silva Santos – UFC

Nos últimos anos povos originários no Brasil vêm atuando em diversas iniciativas que correspondem à pesquisa e registro das suas memórias e à patrimonialização e à salvaguarda das suas referências culturais. O advento de museus indígenas de caráter comunitário nascidos de processos educacionais e de mobilização políticas destes povos, bem como de centros de documentação e casas de culturas em seus territórios, indicam que a preocupação destas coletividades com a construção social da memória é uma demanda política urgente do/no presente. Inúmeras questões surgem com o envolvimento das comunidades indígenas em projetos museológicos de construção de espaços específicos que representem as suas culturas em primeira pessoa “NÓS” e que

busquem ressignificar ritos, conhecimentos e memórias, ao narrar a história em sua própria versão. As várias experiências desse processo, na contemporaneidade, instiga – nos a refletir sobre a criação desses espaços inscritos no campo da memória e da organização social das comunidades, tornando-se fundamentais para a compreensão do papel dos museus indígenas, uma vez que os mesmos são criados e geridos pelas próprias etnias. Mais o que significa estes espaços museológicos para os povos indígenas? O que eles dizem? Para que servem? De que modo essas ações podem contribuir com a materialidade da cultura, da memória, dos objetos? Este trabalho pretende levar ao debate contemporâneo a relação entre memórias e mobilizações políticas nos efeitos da patrimonialização dessas populações indígenas do modo pelo qual essas experiências traduzem suas cosmovisões e comunicam as suas especificidades, reveladoras pelas quais trazem contribuições para uma reflexão no campo museológico e do ofício da História.

Palavras-chave: Povos indígenas. Apropriação. Musealização. Patrimonialização. Mobilizações étnicas.

A patrimonialização do sagrado e a sacralização do patrimônio. Educação museal, memória e recordação nos museus de Juazeiro do Norte (1952-2011).

Cristina Rodrigues Holanda – UFC

A pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC. Tem por objetivo analisar os processos de formação e transformação de três museus em Juazeiro do Norte -CE: Museu Cívico Padre Cícero, Memorial Padre Cícero e Museu Vivo Padre Cícero. Esses lugares de recordação estabelecem práticas educativas museais que “patrimonializam o sagrado” e “sacralizam o patrimônio”, envolvendo diferentes sujeitos históricos (instituições mantenedoras – Prefeitura e Ordem dos Salesianos – diretores, funcionários, intelectuais colaboradores, romeiros), num campo de acordos e conflitos construtores da memória social acerca do município e de seu “patriarca”, o Padre Cícero Romão Batista. O procedimento do “estranhamento”, proposto por Carlo Ginsburg, nos possibilita perceber a cultura material desses museus como principal fonte documental. Os museus e suas coleções são lugares de escrita de memórias e histórias que usam como “palavra principal” o objeto. Mas o artefato não fala por si. Ele só possui propriedades de natureza físico-química (forma, cor, peso, textura, cheiro etc) e suas funções e significados são sempre forjados nas relações dos homens entre si e destes com as “coisas”. Ele precisa ser “estranhado” para percebermos suas condições de fabricação, usos e desusos, antes e após a sua chegada nos espaços museais. Necessita ser interrogado: “como” e “porquê” está ali ou está ausente? E esse interrogatório só se torna mais profícuo no cotejamento com outras tipologias de fontes, como matérias jornalísticas, entrevistas semiestruturadas e materiais institucionais (termos de doação, fichas de inventário, catálogos, folders, plano museológico, relatórios). Por sua vez, o cotejamento entre as fontes necessita ser estabelecido nos diálogos entrecruzados com a historiografia contemporânea, sobretudo a que se encontra voltada para os debates acerca do patrimônio cultural. A pesquisa trabalha com “escalas de observação” variáveis como recurso teórico e metodológico. Desse modo

é possível questionar a submissão dos indivíduos (como os romeiros) às pressões das estruturas sociais, sobretudo as de caráter simbólico, como as que percebemos nas políticas patrimoniais e de educação museal. Esse estudo contribui na ampliação da historiografia acerca do patrimônio cultural e, especificamente, dos museus no Ceará.

Palavras-chave: Museus. Patrimônio. Cultura Material. Juazeiro do Norte. Padre Cícero.

Possibilidades para o ensino de história e educação patrimonial: a relação da comunidade com o Museu Quinca Moreira.

Igor Mário Rodrigues Benedito – UFC
Antonio Gilberto Ramos Nogueira – UFC

Busca-se nesse trabalho compreender a relação dos alunos da rede municipal de educação, residentes na comunidade denominada Salgado dos Moreiras, e a articulação do ensino de história na escola local com o Museu Quinca Moreira, localizado na casa que já foi a antiga sede da fazenda Salgado dos Moreiras, que dá nome à comunidade. A casa, que foi edificada na década quarenta e construída em taipa, abrigava o proprietário e sua família, sendo visitada diariamente por pessoas que moravam próximos à fazenda ou que passava ali pela comunidade. Hoje, mais de oitenta anos após a edificação do prédio, possui em seu espaço um acervo de objetos e itens que mantém a memória da comunidade e a história da Fazenda Salgado dos Moreiras. Dispõe ainda de uma biblioteca, local para exposições e ambiente destinado para apresentações artísticas. Para a obtenção das informações necessárias para a construção da pesquisa, conversamos com os professores de história da escola da comunidade para que respondessem um questionário estruturado sobre a relação do ensino com o Museu. Realizamos entrevista com o responsável pelo espaço, o professor e historiador Roberto Moreira, que nos possibilitou conhecer a iniciativa que deu origem ao Museu e como é realizado o trabalho junto à comunidade. Durante a pesquisa, percebemos que o ensino de história numa perspectiva de educação patrimonial poderia ser melhor articulado, dando oportunidade para que a comunidade escolar tivesse a oportunidade de conhecer melhor o Museu e a história da região por meio de seu acervo. Não há na esfera administrativa do município a existência de um mapeamento cultural ou patrimonial que desse maior visibilidade ao trabalho desenvolvido no equipamento museológico. Contudo, percebe-se que o Museu Quinca Moreira, localizado no distrito do Cágado, é uma importante fonte de história e memórias daquele povo e de uma época em que o contexto era diferente do atual.

Palavras-chave: Museu. Quinca Moreira. Ensino de História. Educação.

Arquitetura do afeto, patrimonialização e cultura: os museus orgânicos e o campo do patrimônio no Ceará (2014-2023).

Edilberto Florêncio dos Santos

Este trabalho esta pesquisa tem por objetivo investigar os processos de patrimonialização de bens culturais efetivados por meio da construção e atuação dos Museus Orgânicos dentro do campo do patrimônio no Ceará. Projeto desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio (SESC) no estado e a Fundação Casa Grande, situada no município de Nova Olinda, A ação é fruto da parceria do SESC com a Fundação Casa Grande, sendo esta última considerada a experiência primeira desta metodologia. O projeto dos Museus Orgânicos tem início efetivo no ano de 2014, quando é inaugurado o Museu do Ciclo do Couro – Memorial Espedito Seleiro na cidade de Nova Olinda, na Região do Cariri. De lá até o ano de 2023, já foram criados catorze museus desta categoria em sete municípios do estado, com predominância para a região do Cariri, que conta com nove deles. Os Museus Orgânicos são designados como “iniciativas para a manutenção e a transmissão da cultura popular”, tendo como proposta a transformação de espaços compreendidos como referenciais da cultura de um lugar, como a casa de mestres e mestras ligados a manifestações da cultura popular, oficinas e ateliês de trabalho e de produção artesanal culinária, em museus das expressões imateriais da cultura. Utilizando a musealização dos saberes, fazeres e práticas relacionadas ao patrimônio imaterial, seus territórios e suas comunidade, com interface com o turismo e o desenvolvimento local. A proposta consiste na transformação de espaços compreendidos como referenciais da cultura de um lugar, como a casa de mestres e mestras ligados a manifestações da cultura popular, oficinas e ateliês de trabalho e de produção artesanal culinária, em museus das expressões imateriais da cultura. Utilizando a musealização dos saberes, fazeres e práticas relacionadas ao patrimônio imaterial, seus territórios e suas comunidade, com interface com o turismo e o desenvolvimento local. O trabalho busca refletir sobre a salvaguarda do patrimônio cultural, e como os processos de patrimonialização e musealização desenvolvidos pelo projeto na última década participam da construção do Campo do Patrimônio, entendendo um movimento feito para dentro, de modo que os Museus Orgânicos se constituem em um importante ingrediente nas definições de como o tema do patrimônio, das memórias e da cultura popular é discutido e pautado no nosso estado, e contribuindo para desenhar uma imagem ao Brasil e ao mundo sobre a história, a cultura e as identidades cearenses, por meio do fluxo de turistas que visitam estes museus. Portanto, musealização e patrimonialização se caracterizam como mecanismos discursivos que flexionam regimes de historicidades e articulam usos do passado, por meio de movimentos de “invenção do cotidiano”, onde a cultura dos sujeitos históricos, se constituem com base nas experiências e negociações com o social (CERTEAU, 1998).

Palavras-chave: Museus Orgânicos. Campo do Patrimônio. Musealização. Patrimonialização. Ceará.

Ensino de história, cultura e educação patrimonial em Itapipoca – CE.

André Aguiar Nogueira – IFCE

Essa pesquisa começou com o projeto “História, Cultura e Educação Patrimonial em Itapipoca – CE” cujo objetivo é desenvolver atividades de formação, pesquisa e proteção da memória e do patrimônio cultural do município. A proposta está sendo implementada

junto aos alunos das turmas de História do Ensino Médio Integrado do IFCE, campus Itapipoca. O município de Itapipoca abriga sítios paleontológicos e arqueológicos bem antigos e, recentemente, completou 200 anos de emancipação política e as homenagens geraram diversas atividades e documentos vinculados a sua memória. O trabalho com esse material e outras fontes históricas puderam ser utilizados como mote para dinamizar as aulas da disciplina. O projeto conta com a participação formal de 5 “bolsistas voluntários”, mas todos os alunos foram protagonistas na investigação e na catalogação de documentos para criação de um acervo histórico com lugares, personagens, fotografias, livros, vídeos, objetos, entrevistas e outros artefatos culturais fundamentais para compreensão da história local. A metodologia buscou valorizar o patrimônio cultural das populações locais com o intuito de mapear informações estratégicas. Assim, ao conhecer e disponibilizar fontes históricas sobre o município, os estudantes aprendem tanto os procedimentos da pesquisa quanto se tornam sujeitos na valorização das memórias e das identidades locais.

Palavras-chave: Ensino de História. Memória. Patrimônio Cultural. Itapipoca.

Imaginária religiosa da catequese indígena e epistemicídio: novas abordagens do patrimônio sacro.

André Vieira Colombo – UFJF

A presente comunicação pretende apresentar resultados das pesquisas em andamento onde buscamos desenvolver novas abordagens sobre os acervos de imaginária sacra brasileira utilizados da catequese de povos originários no século XVIII. A partir do estudo de imagens e devoções implementadas, da análise dos programas iconográficos específicos e das abordagens teológicas implementadas em aldeamentos indígenas na Zona da Mata de Minas Gerais busca estabelecer novas abordagens sobre as políticas públicas de memória e patrimônio cultural. Busca também repensar os percursos das políticas de patrimônio cultural brasileiro inserindo outros critérios de reconhecimento, de proteção e formas de difusão. Propõe repensar esses objetos culturais principalmente subsidiar os educadores e os processos de mediação e de educação patrimonial com reflexões sobre a possibilidade e a emergência de discutir outras perspectivas sobre a colonização tensionando conceitos como colonialidade, racismo, epistemicídio e outras violências.

Palavras-chave: Imaginária sacra. Políticas de memória. Educação patrimonial. Descolonização.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13

Diálogos entre história e saúde: memória, historiografia, política e sociedade.

Coordenador(es): Cláudia Freitas de Oliveira (UFC) e Luiz Alves Araújo Neto (COC/Fiocruz-RJ).

O Simpósio Temático busca aprofundar o diálogo entre história e saúde em suas relações com distintos arcabouços teóricos, disciplinares e de atuação política. Inserido no campo de pesquisa História da Saúde e das Doenças que, ao longo de décadas, contribuiu para a fomentação de debates históricos e historiográficos em eventos e produções acadêmicas e científicas no Brasil, o ST objetiva proporcionar a atualização e o alargamento de antigas e novas temáticas, abordagens e metodologias investigativas. Neste sentido, além de proporcionar a oportunidade de realização de trocas de experiências com historiadores, o ST visa estabelecer interfaces com pesquisadores de outras áreas do conhecimento, como: antropologia, literatura, psicologia, medicina, serviço social, educação, entre outras, que tenham como problemática de investigação a intersecção entre saúde e sociedade. Em contextos de pós-pandemia, o campo de História da Saúde e das Doenças suscitou interesses por parte de pesquisadores e do público em geral por temáticas, como: epidemias, saúde mental, doenças, lutos, o nascer e o morrer, experiências e discursos científicos, instituições assistenciais, médicas e caritativas. Temáticas estas, entre outras, articuladas às relações de classe, gênero, raça e etnias, em diversas temporalidades e espacialidades.

SESSÃO 01 /06 de março de 2024**Local: Sala 02 – Bloco Didático da História – Centro de Humanidades II****Saúde e doenças: suas múltiplas representações na Imprensa de Teresina na década de 1880.**

Márcia Castelo Branco Santana – UESPI

A década de 1880, no Brasil, tem a imprensa como uma de suas características marcantes, que representa uma forma de expressão e locus privilegiado de vários discursos para a sociedade, principalmente, o de ordenamento social e higienista que encontrou seus ecos a partir da escrita de intelectuais nos jornais. Esse discurso foi sentido com mais vigor, nesse período, em virtude dos debates que floresciam com intensidade à medida que as ideias republicanas e abolicionistas circulavam mais no país. Era perceptível uma maior receptividade para com as questões das ciências, o que envolvia uma grande preocupação com um saber mais ligado à medicina com relação a saúde e as doenças. Esses jornais, apesar de possuírem um cunho político, deram abertura para que os intelectuais emitissem críticas e escrevessem sobre a realidade local. Os “homens de letras” se viam com a “missão social” de traçar essas novas perspectivas na vida da população de forma a incentivar, pela inscrita nos jornais, a implementação das mudanças sociais que as províncias precisavam. Observando esses discursos, compreendemos que os jornais teresinenses, que circularam na cidade na década de 1880, possuíam uma gama importante de questões relativas aos discursos das mudanças que deveriam ser operacionalizadas na sociedade, entre as quais estavam a maneira de se lidar com as doenças e epidemias que gracejava em Teresina e sobre as práticas higienista e de saúde presentes na cidade. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi pensar o contexto social no qual se dava essa escrita, além de analisar o posicionamento dos seus redatores e colaboradores para termos uma compreensão das questões relativas a esse processo de modernização, higienização, saúde e doenças como pontos correlacionados às ideias de progresso e civilidade daquele período. Dessa forma, trabalhamos com análise das representações e narrativas históricas construídas nos jornais A Imprensa, A Época e O Telefone sobre as questões relativas à saúde e às doenças em Teresina na década de 1880. O procedimento abordado pela análise das fontes hemerográficas possibilitou na compreensão da emergência dessas questões em Teresina e das complexidades do campo social em que essas falas se engendraram, assim como na apropriação de um campo diverso de fontes para reflexões sobre as concepções elaboradas e difundidas sobre a saúde e as doenças na sociedade piauiense, os conflitos, aproximações e rejeições que norteavam esse universo. Nesse percurso, entendemos que as questões relativas à saúde e às doenças ampliaram o campo de visibilidade desse tema, bem como a ampliação da análise de um acervo hemerográfico a partir dessas problematizações. Desse modo, conhecemos, tanto a trajetória profissional dos médicos, quanto a história da cidade em um ângulo que alia a história ao campo da saúde e da medicalização nas ações de organização de seus espaços a partir das doenças que acometiam a urbes.

Palavras-chave: Doenças. Saúde. Imprensa. Teresina.

Teresina epidêmica: os desafios sanitários da capital piauiense em tempos de epidemias (1852-1889).

Danielle Filgueiras Santos – UFPI
Joseanne Zingleara Soares Marinho – UESPI/UFPI

O objetivo desse trabalho é analisar os episódios de doenças epidêmicas em Teresina-PI entre 1852 e 1889, considerando os esforços empreendidos para prevenir e controlar tais moléstias. Teresina enfrentou surtos epidêmicos de febre amarela, sarampo e ameaças de cólera durante a segunda metade do século XIX. Embora aparecessem com menor frequência, estas patologias desorganizavam a sociedade, pois afetavam um número maior de pessoas por um determinado período. As condições sociais dos moradores da capital era um fator determinante no desfecho desses cenários epidemiológicos, uma vez que as pessoas pertencentes aos setores menos favorecidos tinham mais dificuldades de realizar tratamentos de saúde, o que aumentava as chances de padecimento diante das moléstias. Nesses momentos, os poderes públicos criavam comissões específicas para a implementação de medidas emergenciais, como a vistoria das embarcações que trafegavam pelo rio Parnaíba, a implementação de correntes sanitárias, a construção de lazaretos e a distribuição de medicamentos. As principais fontes primárias utilizadas na realização dessa pesquisa tratam-se, principalmente, de relatórios governamentais e ofícios enviados pelo governo provincial às autoridades sanitárias, além de documentos da Santa Casa de Misericórdia e da Companhia de Navegação a Vapor, todas do período correspondente entre 1852 e 1889. Dentre os autores e autoras que darão subsídios para a realização da discussão proposta nesse estudo encontram-se Nádia Santos (2022), Sebastião Franco (2019) e Isabeli Stancik (2009). Impelidos pela constante busca pelo progresso, o que não ocorreria se a região fosse insalubre e doentia, os esforços para evitar que as mazelas chegassem na capital piauiense eram perceptíveis, sobretudo quando províncias limítrofes sinalizavam o surgimento de epidemias.

Palavras-chave: História. Doenças. Saúde. Epidemias. Teresina.

Mortalidade e contágio na epidemia de varíola durante a seca de 1878.

André Ribeiro Totti – UFC

O presente trabalho visa observar a experiência histórica da epidemia de varíola ocorrida em 1878, durante a seca que assolou o Ceará entre 1877 e 1879. Dentro do quadro de estudos sobre a seca, objetiva-se analisar como o governo e a opinião pública, através de jornais (Constituição, Pedro II e Cearense), lidaram com a presença incômoda das aglomerações de retirantes, considerados vetores de doenças e culpados pela propagação da varíola em Fortaleza. Nesse sentido, atentando para a mortalidade durante o ápice da epidemia, busca-se problematizar como o direcionamento das políticas públicas e as

demandas da opinião pública podem ter contribuído para o enorme obituário de retirantes. Assim, pretende-se analisar a experiência da mortandade a partir do conceito de Necropolítica (MBEMBE, 2003/2016), observando como as relações políticas de classe e raça estabelecidas em relação aos migrantes possam ter determinado um aumento das mortes. Para tanto, realizou-se a análise das seguintes fontes históricas: por um lado, os relatórios e as falas do presidente provincial em gestão, José Julio D'Albuquerque Barros; por outro lado, as edições dos jornais Constituição, Pedro II e Cearense, referentes aos anos da vigente seca. A partir dos jornais, foi possível apreender os discursos dos habitantes abastados de Fortaleza sobre os retirantes, o que permitiu analisar as demandas de repúdio/apartheid das classes superiores em relação a esses sujeitos marginalizados. Já no que se refere aos relatórios presidenciais, foi possível estudar a prática governamental durante a epidemia, o que tornou possível analisar o direcionamento político do governo em relação a como lidar com os migrantes. Observando as demandas expressas pelos jornais, tornou-se evidente que o principal objetivo das classes superiores era se proteger do contágio da varíola. Nos noticiários, em momentos nos quais morriam centenas de retirantes diariamente, as principais medidas requeridas pela imprensa conservadora (Constituição, Pedro II) eram impedir a presença de migrantes nas principais ruas do centro e afastar as habitações desses sujeitos para sotavento da cidade, com fins de impedir o contágio aos abastados. De maneira semelhante, a prática governamental, conforme exposta pelo relatório do presidente provincial, tendia a dirigir ações de higienismo e controle social, mediante a organização de abarracamentos em locais distantes e a remoção forçada de retirantes do centro. Desse modo, após analisar a opinião pública e a prática governamental, concluiu-se que havia uma relação de inimizade dos abastados da cidade referente a como lidaram com a presença dos migrantes, considerados incômodos e perigosos. Essa relação agiu como uma tendência das práticas governamentais, que se pautaram não em salvar a vida dos migrantes, mas em isolá-los e impedir o contágio aos abastados. Assim, propõe-se a hipótese de que as finalidades das políticas públicas contribuíram para um aumento no número de mortes de migrantes, pois objetivaram preservar a vida dos abastados das cidades, ao invés de salvar os migrantes da varíola.

Palavras-chave: Seca. Varíola. Necropolítica.

"Veja" a AIDS : “um nó nos costumes”, a pedagogização dos corpos e o discurso de sexualidade (1983 –1990).

Lucas de Sousa Moreira – UFC

Na década de 1980, AIDS retomou uma reflexão a respeito da relação social entre a doença e o medo. Fato é que, quando pensamos uma doença enquanto um objeto histórico que também ganha sentido através do medo, percebemos uma tomada de posição política, mas também estratégica, frente a uma ordem vigente de uma dada época. O medo imposto pelas narrativas sobre as doenças por vezes é antecedido, mas também sucedido de outros enunciados que fazem circular estratégias políticas de contenção de comportamentos. Assim, a partir dos discursos sobre sexualidade, através dos escritos

sobre AIDS nas edições da Revista Veja, entre os anos de 1983 – 1990, buscamos problematizar as narrativas provedoras de conselhos, advertências e códigos sociais necessários, que foram e ainda são utilizados, não somente para barrar a infestação da doença, mas também para constituição de uma sociedade. Investindo em discurso de medidas de segurança, com discursos destinados a ensinar, educar, prescrevendo regras ideais para um bom comportamento frente a doença, bem como, em regras para uma boa convivência na cidade, o discurso sobre sexualidade passa assumir uma função pedagógica. Com isso, propõe regras e códigos a serem seguidos com base nos comportamentos ditos como perigosos. Colocamos em observação a existência de uma “profilaxia moral” na revista. A narrativa acaba sendo construída de forma que contemple a todos, desde aqueles que não respeitam uma “moralidade”, bem como aqueles que não respeitam as prescrições de saúde. Colocamos em jogo, o quanto os discursos estabelecem fronteiras entre os indivíduos, isso, ao descrever comportamentos que se traduzem em sujeitos que certamente irão padecer por AIDS, cria-se interdições e formas de se viver a realidade da AIDS. De maneira ilustrativa, observamos que em julho de 1983, a Veja expõe a iniciativa de um grupo de psicólogo e sexólogos que culmina na criação de uma rede de atendimento telefônico chamada de SOSsex. Tal rede busca “atender uma população sem dinheiro para frequentar consultórios convencionais”. Um dos sexólogos, José Roberto Paiva, comenta que “Muitas mulheres nunca foram ao ginecologista” e “muitos homens chegam aqui com doenças venéreas sem saber disso”. Tais constatações nos possibilitam a pensar nas formas que os indivíduos da década de 1980 se relacionavam com a temática da sexualidade. Tal rede de atendimento, ao ver da rede estadual, dar clareza do entendimento que em 1983, o Brasil não estava imerso em uma epidemia de AIDS diferente dos Estados Unidos. Contudo, o que chama a atenção não é necessariamente tal constatação, mas sim que o fato, de que embora a não haja uma epidemia da doença, a rede telefônica não parava de tocar, quais fatores então levariam as pessoas acharem que estão com AIDS?

Palavras-chave: Veja. Sexualidade. Discurso. Identidade. Corpos. Discurso.

Navegando com epidemias: um estudo sobre os portos brasileiros como vetores de doenças infectocontagiosas no século XIX e início do século XX.

Maria de Fátima de Moraes Pinho – URCA

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre os portos brasileiros e a disseminação de doenças infectocontagiosas entre o final do século XIX e o início do século XX. Sabe-se que eles desempenharam historicamente um papel estratégico na economia e no cotidiano do Brasil, sendo os principais meios de transportes de carga e de pessoas até meados do século XX. Convertendo-se num grande centro de circulação de pessoas, os portos se tornaram lugares propícios para a disseminação de doenças infectocontagiosas no país, como o cólera morbus (1862-64), varíola (1877-79), febre amarela (1880), peste bubônica (1900) e gripe espanhola (1918-1919). Tais doenças tiveram um impacto profundo nas operações portuárias e na sociedade de forma geral, exigindo respostas imediatas e medidas importantes das autoridades de saúde. A falta de protocolos sanitários e de

medidas preventivas consistentes permitiu a rápida disseminação de diversas comorbidades, impactando comunidades e desafiando os sistemas de saúde. A precariedade das condições de infraestrutura nos portos e a falta de recursos médicos adequados agravaram a situação, denunciando a necessidade urgente de melhorias nas práticas de controle sanitário. Doenças epidêmicas, entre outros, afetaram o Brasil, causando problemas financeiros, sanitários e sociais. As doenças, especificamente, impactaram a mão de obra, levando à imposição de quarentenas e aumentando os custos de desinfecção dos navios. Além disso, houve a propagação de adoecimento e mortes, tornando-se um problema de saúde pública. No Brasil, desde o século XIX, medidas foram implantadas para combater a disseminação de enfermidades infectocontagiosas nos portos. Nesse sentido, foram criados diversos decretos que alteraram a organização e as funções da Inspetoria Geral de Saúde do Porto do Rio de Janeiro, cujo objetivo era lidar com as novas demandas e combater as epidemias. A preocupação com os portos como porta de entrada e circulação de doenças também foi pauta de congressos e conferências na América Latina. Os dois primeiros eventos, ocorridos em 1873 e 1887 nas cidades de Montevideu e Rio de Janeiro, respectivamente, sucederam no contexto do Império do Brasil e das Repúblicas do Uruguai e da Argentina. Participante ativo e signatário destas convenções, o Brasil assume o compromisso de promover uma reformulação na administração dos serviços de saúde de seus portos marítimos e fluviais. Oswaldo Cruz, ao assumir a chefia da Diretoria-Geral de Saúde Pública do país (DGSP) em 1902, declara que sua prioridade na saúde pública seria a organização da defesa sanitária dos portos brasileiros. Movido por este propósito, empreende em 1905 e 1906 uma expedição aos portos com o intuito de fazer um diagnóstico de suas estruturas e proposição de melhoria dos mesmos. A presente pesquisa terá como fontes jornais, relatórios dos presidentes das províncias e documentos da biblioteca virtual Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Palavras-chave: Portos. Doenças infectocontagiosas, Oswaldo Cruz

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Sala 02 - Bloco Didático da História - Centro de Humanidades II

Precarização do Trabalho e da saúde dos operários ceramistas na Região Baixo Jaguaribe, CE. (1964 – 1994).

Francisco de Assis Mendes – UFC

Esse texto é parte das reflexões de pesquisa em andamento no doutorado em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC, e aborda o trabalho e os trabalhadores das fábricas de cerâmica da Região Baixo Jaguaribe, CE. O período compreende as duas primeiras décadas dessa atividade na sua forma industrial, ou seja, do ano de 1964, quando foi montada a primeira fábrica de cerâmica na região, até o ano de 1994. De modo específico, através de fontes orais e análise de processos trabalhistas, investigamos

situações de risco à saúde dos operários. As narrativas reconstituem suas experiências nas diversas fábricas de cerâmica, as funções que desempenhavam, as jornadas exaustivas, condições do ambiente de trabalho, acidentes, expondo circunstâncias nas quais a saúde e a integridade do corpo eram colocadas em risco. Por sua vez, os processos trabalhistas analisados indicam a fragilidade dos vínculos empregatícios, desrespeito a legislação do trabalho e busca de reparação de injustiças por parte dos trabalhadores. Portanto, a precarização é notada nas condições materiais do trabalho e nas relações estabelecidas, além disso, os vários casos de amputações registrados e narrativas de adoecimento de ex-operários dessas fábricas indicam que, historicamente, as condições de trabalho nesse setor produtivo fizeram acumular prejuízos à saúde de vários desses trabalhadores.

Palavras-chave: Precarização. Trabalho. Saúde. Cerâmica.

Lázaros reclusos: "lepra", cotidiano e sociabilidades no Leprosário Antônio Diogo - CE (1950-1980).

Danielly dos Santos Furtado

O Leprosário Antônio Diogo foi construído em 1928, na cidade de Redenção, com o intuito de controlar a endemia de "lepra" no estado do Ceará. Atualmente a instituição é denominada de Centro de Convivência Antônio Diogo e possui em seu acervo documentos não só do setor administrativo, mas também cartas que contêm relatos do cotidiano dos internos. Esses documentos produzidos e recebidos pela Colônia Antônio Diogo nos possibilitam alcançar parte do cotidiano dos internos, nos dando a possibilidade de compreender a organização social e as relações internas dos leprosos de modo que possamos entender como um espaço de segregação e controle social torna-se um lugar de afetividade. Ou seja, a partir desses documentos podemos compreender em que medida a "lepra" interferia nas relações sociais dos internos, sejam essas relações entre eles, com a administração da Colônia e/ou com as pessoas fora dos muros da Colônia a partir de documentos presentes na instituição. Com base na coleta de dados das correspondências de 1950 a 1980, presentes no acervo do Laboratório do Centro de Convivência Antônio Diogo – aliado ao levantamento e discussão bibliográfica - essa pesquisa exploratória, vem sendo desenvolvida no âmbito da pós-graduação (mestrado) e têm examinado os fenômenos sociais em torno da sociabilidade dos leprosos da Colônia Antônio Diogo. Os resultados parciais da pesquisa evidenciam que os internos na Colônia tiveram que reinventar suas vidas diante das delimitações físicas e institucionais e a despeito do sofrimento causado pela doença, seu tratamento e isolamento compulsório.

Palavras-chave: "Lepra". Cotidiano. Leprosário Antônio Diogo.

Aspectos da Saúde Mental em Fortaleza: memórias do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IV.

Cláudia Freitas de Oliveira – UFC

O trabalho a ser apresentado é um desdobramento do projeto de extensão do curso de História (UFC), Histórias e Memórias do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS IV, vinculado ao programa de extensão da Psicologia (UFC), Pasárgada – Promoção de Arte, Saúde e Garantia de Direitos. Por meio da parceria estabelecida entre os cursos de História e Psicologia, realizou-se uma ação de pesquisa e extensão cujo objetivo central é analisar os cotidianos, histórias, experiências e memórias dos usuários, familiares e profissionais de saúde que compõem o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS IV de Fortaleza. Através de entrevistas realizadas pela equipe de bolsistas sob minha coordenação, tornou-se possível compreender aspectos da saúde mental em Fortaleza, inicialmente, a partir dos relatos produzidos por profissionais deste equipamento de saúde mental no que tange ao seu funcionamento e suas principais demandas. A comunicação visa apresentar os dados quantitativos e qualitativos do trabalho realizado e promover discussão sobre memórias, sociedade e política no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira na contemporaneidade.

Palavras-chave: CAPS. Saúde mental. Reforma Psiquiátrica. Memórias. Fortaleza.

Saúde mental e ensino de história: o protagonismo estudantil na EEFM Prof^a Diva Cabral.

Nilo Públio Rodrigues Neto – UFC

Busca-se com esse trabalho analisar a maneira pela qual os protagonistas estudantis da instituição educacional EEFM Diva Cabral, promoveram a pesquisa científica para elaboração de exposição em comemoração aos 40 anos de fundação da escola. Apesar do desafio encarado diariamente pelos profissionais da escola em tentar minimizar os efeitos de sequelas deixadas pelo período pandêmico em relação à saúde mental dos estudantes, cada vez mais se fazem necessárias ações educacionais que acolham os alunos, promovendo um espaço seguro que eles possam se expressar, sendo necessário para isso o conhecimento de sua História Local. Por meio de produção estudantil de podcasts, de exposições utilizando fontes imagéticas, entrevistas e análise de fontes escritas os estudantes do ensino médio da EEM Diva Cabral estabeleceram a problematização sobre a História de sujeitos importantes para a escola e que se integram à própria história de vida do aluno, de sua família e em sua relação com o próprio cotidiano. O trabalho desenvolvido em equipe, entre gestão escolar, professores e estudantes da escola mencionada, em parceria com a comunidade, pode assim corroborar para que a escola seja um ambiente de aprendizagem saudável, acolhedor e que ações preventivas sejam conduzidas em equidade.

Palavras-chave: Saúde mental. História Local. Protagonismo estudantil.

“Merece um “doido” apanhar? O caso da morte do popular “Cícero Doido” nos sertões de Caicó-RN (1960)”.

Sérgio Medeiros de Almeida – SME/ Fortaleza

Esta pesquisa propõe analisar a história da loucura a partir do caso e da repercussão da morte do popular Cícero Leandro da Silva, vulgo “Cícero Doido”, que viveu até o ano de 1960 nos sertões de Caicó, Rio Grande do Norte. A pesquisa buscará compreender como o então Jornal A Folha de Caicó e alguns livros de cronistas e memorialistas da região do Seridó repercutiram sobre o caso de sua morte e abordavam sobre as maneiras e as formas com as quais as pessoas que padeciam de algum tipo de transtorno mental/ ou psíquico eram tratadas pela sociedade daquela época. É importante salientar que como o Cícero vivia a perambular pelas ruas da cidade de Caicó, ao longo tempo foi se construindo todo um imaginário a respeito dele. Essa pesquisa surgiu de um dos tópicos da nossa dissertação defendida em 2022 e que através dela, foi possível perceber várias outras nuances da história da loucura, tendo em vista que foram usadas outras fontes, permitindo assim, construir um pouco da trajetória de vida do Cícero.

Palavras-chave: Loucura. Morte. Jornal A Folha.

"Curadores e feiticeiros: o oficial e o ancestral na busca pela cura da alma e do corpo em Belém (1890-1897)".

Hanna Ingrid Pororoca Leite

O presente trabalho tem como objetivo analisar a continuidade das práticas de cura popular baseadas em conhecimentos ancestrais dentro do cenário de inserção de médicos diplomados e da medicina dita oficial na cidade de Belém, durante a virada do século XIX para o século XX. Diante do novo ideal modernizador e com a recente concepção republicana tornou-se necessário para o poder público transformar e modernizar a capital paraense proibindo atividades vistas como irregulares, incluso o ofício dos pajés e curadores. O objetivo do trabalho consiste em analisar o impacto das transformações socioculturais e médico higienistas que interferem em outras práticas de cura que não seja a medicina dita oficial, considerando o momento de mudanças entre os costumes e modos de vida que regiam a província e a sua transição para a República. Uso como fonte os principais jornais que circulavam na época através de uma metodologia micro-histórica, realizando uma análise minuciosa das fontes utilizando ao máximo as informações obtidas nas notícias e nos discursos contidos nos periódicos. Como resultado foi observado que a presença da pajelança nos primeiros anos da república está relacionada com a formação das manifestações de religiosidade, juntamente com saberes da cura indígena ancestral atrelados a presença do catolicismo popular e de religiões de matriz africana, que formam um conjunto de peças importantes para os indivíduos constituindo elementos culturais intrínsecos na sociedade. Por fim, busquei contribuir com a historiografia existente sobre o assunto dialogando com religião e cultura, evidenciando os sujeitos atuantes como curadores e feiticeiros que por vezes são esquecidos ou apagados da história, mostrando seus percursos, seus movimentos de

proteção e o porquê da continuidade da prática de cura popular no cotidiano da população belenense.

Palavras-chave: Práticas de Cura. Feitiçaria. Pajelança. Medicina.

Saúde mental e resiliência: políticas, práticas e tecnologias aplicadas no CAPS.

Mário Martins Viana Júnior - UFC

Este artigo propõe apresentar e discutir aspectos resilientes no âmbito da saúde mental por meio do trabalho realizado no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS IV) de Fortaleza-CE. O trabalho está implicado de forma ética com os princípios da Reforma Psiquiátrica e utiliza-se de conceitos e técnicas da História Aplicada ou Engajada. O objetivo é ampliar nossas percepções sobre as possibilidades do trabalho do historiador(a) e, principalmente, contribuir para a defesa do SUS e da saúde mental de forma resiliente diante dos desafios socioeconômicos enfrentados no Brasil com a política neoliberal que fragiliza, sobretudo as populações em condições de vulnerabilidade. Para tanto, o trabalho foi desenvolvido em parceria com movimentos sociais envolvidos na Luta Antimanicomial, a partir de um contexto de pesquisa e extensão universitária, mediante a identificação e o enfrentamento de demandas de comunidades externas à universidade: profissionais, usuários e familiares de usuários do CAPS IV. O desafio que se interpôs, portanto, foi o de construir interpretações e análises sobre o tempo pretérito (a partir de prontuários produzidos entre 2001 e 2022), mas com prospecções para os tempos presente e futuro. Pensar formas de História propositiva, engajada e aplicada, comprometida, portanto, com a mudança social e alinhada à prática de resiliência da rede de atenção psicossocial que compõe o sistema público de saúde.

Palavras-chave: História Engajada. Saúde Mental. Resiliência. Ceará. Prontuários.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16

O Mundo Atlântico: colonização, sertões e fronteiras (séculos XVI ao XIX).

Coordenador(es): Rafael Chambouleyron (UFPA) e George F. Cabral de Souza (UFPE).

O objetivo deste Simpósio Temático é reunir comunicações que apresentem resultados de pesquisas relativas às vivências e experiências da colonização portuguesa e espanhola na América. Tomamos como balizas temporais o período compreendido entre o início do século XVI e os princípios do XIX. As duas últimas décadas foram marcadas por uma grande ampliação dos estudos sobre o período colonial. Esse impulso se deve, entre outros aspectos, pela renovação nos quadros teóricos e pela maciça disponibilização de fontes primárias. A percepção da capacidade de atuação dos sujeitos históricos radicados no Novo Mundo descortinou novas dinâmicas, práticas, saberes e protagonismos, tornando o quadro muito mais complexo do que o que supunha ser. Pretendemos discutir estas diversas dimensões da colonização da América, enfocando vetores internos e externos e sua interferência na ocupação de espaços e formação de territórios. Compreendemos as fronteiras não como áreas periféricas, mas como zonas de vanguarda da referida ocupação colonial, nas quais é possível vislumbrar importantes aspectos da formação das sociedades americanas na modernidade. O Simpósio Temático está aberto ao diálogo num amplo espectro de enquadramentos, abarcando aspectos da cultura, da sociedade, do mundo do trabalho e da economia coloniais.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024**Local: Sala 08 – Bloco Didático da História – Centro de Humanidades II**

A Direção de Pernambuco na Vila de Cimbres.

Maria José Barboza - - SEE/ Pernambuco

Nesta comunicação, pretendo discutir sobre trabalho e poder na Vila de Cimbres nas últimas décadas do século XVIII ao início do século XIX. Isto é, pretendo analisar questões relativas a terras e a mão de obra indígena, bem como, as relações sociais entre indígenas e não indígenas a partir dos desdobramentos da Direção de Pernambuco no período em questão. A Direção de Pernambuco datada de 18 de maio de 1759 consistia numa adaptação do Diretório dos Índios para a realidade de Pernambuco. Na Direção alguns parágrafos do Diretório, referentes, a repartição das terras e distribuição dos indígenas nos trabalhos foram modificados. Os indígenas eram repartidos, obrigados e controlados pelos diretores que enviavam diversas listas nominais às autoridades coloniais, entre elas, o governador do Estado. A repartição de terras era feita com base no princípio das “leis da equidade e da justiça”, ou seja, em partes iguais entre os nativos que tivessem família. Na Direção de Pernambuco o critério se baseava no grau de postos que ocupavam entre os moradores. (Lopes, 2003, p.40). As disposições da Direção de Pernambuco não foram fáceis de serem cumpridas, considerando que os indígenas agiam e agem contra as imposições da política indigenista e conforme os seus interesses pessoais e coletivos, muitas vezes, de formas violentas. A exemplo dos conflitos ocorridos na segunda metade do XVIII, em fazendas de gado do Buíque, ribeiras do Moxotó, Pajau e São Francisco. Nessas contendas estavam envolvidos indígenas de diversas etnias e causavam insegurança na região, sobretudo, quando a política indigenista trazia mudanças de atitudes que envolviam indígenas e não indígenas. Considerando os inúmeros conflitos a Direção de Pernambuco propôs que indígenas de diferentes etnias não deveriam ser colocados no mesmo espaço, sem que suas vontades fossem manifestadas, cabendo aos diretores dos aldeamentos e vilas recolherem as informações necessárias sobre os diversos povos para que pudessem encontrar os meios de organizá-los sem violência. Objetivo que não foi alcançado, considerando as estratégias de resistência dos aldeados. Mobilizações que foram realizadas em meio as diversas realidades, nas quais os indígenas foram construindo e reconstruindo suas identidades, participando ativamente dos processos políticos e reivindicando direitos em diferentes contextos sociais.

Palavras-chave: Direção de Pernambuco. Cimbres. Indígenas.

Transcrição Paleográfica de Denúncias Inquisitoriais envolvendo moradores do Ceará (1720-1803).

Amanda Teixeira da Silva – UFCA

Esta comunicação apresenta os resultados parciais de um projeto de pesquisa financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP com o objetivo de ofertar à comunidade acadêmica e ao grande público a transcrição paleográfica de quarenta e cinco denúncias contra moradores do Ceará arquivadas nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa. Tais denúncias, disponíveis digitalmente no Arquivo da Torre do Tombo, previamente listadas e identificadas através de consulta aos índices, compreendem o intervalo de tempo que vai de 1720 a 1803, fornecendo um rico conjunto de documentos a ser explorado por pesquisadores interessados pela história do Ceará colonial. Note-se que os escassos historiadores que estudam o período costumam se dedicar com mais afinco aos processos inquisitoriais. O principal motivo dessa predileção reside, provavelmente, no fato de os processos estarem indexados digitalmente, o que não ocorre com as acusações encontradas nos Cadernos do Promotor, cujos índices são inteiramente manuscritos. O Santo Ofício exigia um procedimento de averiguação longo e minucioso, conseqüentemente, as diligências realizadas nos sertões brasileiros costumavam ocorrer mais de dois anos após a denúncia inicial. As testemunhas e pessoas acusadas se encontravam em situações diversas após o decurso do tempo: algumas se mudavam para regiões distantes, outras fugiam e, frequentemente, os acusados morriam ainda no decorrer da investigação. Algumas vezes, ainda, os inquisidores não davam crédito às denúncias, simplesmente arquivando-as. Nos interessamos justamente por esses casos que, por um motivo ou por outro, não engendraram processos. O trabalho vem sendo desenvolvido a partir de uma minuciosa investigação constituída, primeiramente, pela transcrição conservadora dos documentos e, posteriormente, pela sua modernização – acrescida de notas explicativas –, e pela sua futura edição e publicação em e-book que será disponibilizado gratuitamente através do portal da Universidade Federal do Cariri – UFCA. O conjunto de denúncias arrolado proporcionará aos historiadores um rico manancial de fontes transcritas que poderão vir a ser analisadas sob diversas óticas: nas acusações, encontramos indígenas de diversas etnias, muitos deles recém-aldeados, bem como a população escravizada e alforriada, os colonos, as mulheres e uma ampla diversidade cultural existente no Ceará do século XVIII. Também é possível espreitar, através dessa documentação, o processo de colonização da capitania, os mundos do trabalho, as práticas sexuais, a cultura material, as crenças religiosas e a própria atuação da Inquisição no território cearense.

Palavras-chave: Cadernos do Promotor. Ceará. Inquisição. Manuscritos.

A Inquisição no Brasil: novas fontes sobre a visitação seiscentista.

Angelo Adriano Faria de Assis – UFV

Esta comunicação tem por objetivo apresentar um panorama dos esforços que vêm sendo feitos por um grupo de historiadores brasileiros e portugueses para a publicação de fontes inquisitoriais inéditas acerca da presença e atuação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição na América portuguesa entre os séculos XVI e XIX, seja a partir de visitasões seja a partir das denúncias e confissões avulsas presentes nos acervos inquisitoriais, como os Cadernos do Promotor e os Cadernos Avulsos, entre outros. Em especial, o foco de nossa apresentação concentrar-se-á na recente descoberta, feita pelos Professores Angelo Adriano Faria de Assis (UFV) e Ronaldo Vainfas (UERJ-FFP), de fontes referentes a uma das visitasões feitas ao Brasil em inícios do século XVII, já em processo final de preparação para publicação em breve. Pretendemos, para além de apresentar a

descoberta, discutir as novas possibilidades de análise e o impacto da descoberta destas fontes para os estudos acerca da atuação do Santo Ofício na luso-América.

Palavras-chave: Inquisição. Religiões e religiosidades na América portuguesa. Publicação de fontes.

(Des)mundos atlânticos: deslocamentos e conflitos dos Paiacu nos sertões do Norte (XVII-XVIII).

Reinaldo Forte Carvalho – UPE

Este artigo propõe refletir sobre a história dos deslocamentos e conflitos dos povos indígenas Paiacu nos sertões do Norte no final do século XVII e início do XVIII. O objetivo é analisar esses deslocamentos e conflitos dos Paiacu no período da conquista dos sertões das capitanias do Norte. Especificamente, descrever os espaços de ocupação, deslocamentos e as espacialidades em disputas nos sertões do Ceará e Rio Grande. Este estudo ancora sua abordagem teórico-metodológica com base em uma nova história colonial do Ceará que busca redimensionar o olhar sobre os sujeitos históricos como protagonistas de uma história própria com base na historiografia atualmente produzida sobre o tema, das fontes documentais do AHU, Datas de Sesmarias, e em específico a cartografia histórica, mapeamento histórico e etnográfico dos Paiacu, a partir da análise da história científica do século XIX, produzida pelos cronistas do Instituto Histórico do Ceará.

Palavras-chave: Paiacu. Deslocamentos e conflitos. Sertões do Norte.

O alcance inquisitorial em São José do Piauí, século XVIII.

Rosamaria de Sousa Fé Barbosa

O presente trabalho parte da análise dos documentos correlatos à Inquisição na Capitania de São José do Piauí, em meados da década de cinquenta do século XVIII. Nesse espaço de passagem entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil, a sombra do Santo Ofício esteve pairando através do “ouvir dizer” e dos trabalhos realizados pelos padres missionários, prova disso é a reunião de documentos presentes na Torre do Tombo (Portugal) que tratam das denúncias e confissões de homens e de mulheres da referida região. Assim, podemos rastrear pouco mais de três dezenas de sujeitos que tiveram suas vidas diretamente envolvidas nos trâmites dessa instituição. Nesse ínterim, buscamos compreender quem eram esses indivíduos, quais eram esses crimes por eles cometidos, de que forma eles estavam envolvidos com a região de São José do Piauí e por quais maneiras foram viabilizados tais contatos entre o Sertão da colônia e a mesa inquisitorial da metrópole portuguesa. Nessa pesquisa, nos serão caros os textos de Ferdinand Moura, Pedrina Araújo, Pollyana Muniz e Yllan Mattos que versam sobre a ação da Inquisição, principalmente no que diz respeito à região do Grão-Pará e Maranhão.

Palavras-chave: História. Inquisição. São José do Piauí.

Perfil de atuação da Câmara Municipal de Olinda a partir da sua correspondência ativa e passiva (séculos XVII e XVIII).

George F. Cabral de Souza – UFPE

Pretendemos nesta comunicação apresentar os traços gerais da sistematização da correspondência ativa e passiva da Câmara Municipal de Olinda nos séculos XVII e XVIII. Nesse sentido, privilegiamos, entre outras questões, a compreensão de como esta edilidade se posicionava frente aos poderes centrais em temas como o estabelecimento de tributos, a atuação das autoridades delegadas da coroa e os fluxos comerciais, mas também, como se davam as relações e choques com outras instituições e autoridades locais. Nessa perspectiva, vamos utilizar como fontes as correspondências trocadas entre as municipalidades e as instâncias metropolitanas, dimensionando a importância do tema na comunicação política entre os dois lados do Atlântico e categorizando as questões suscitadas nas missivas. Objetivamos compreender melhor o uso dos poderes locais como espaços de reivindicação dos interesses locais, tendo em mente que estes interesses nem sempre são os interesses gerais, mas sim os de determinadas parcelas das elites da terra. A documentação utilizada está depositada principalmente no Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate – Biblioteca Nacional) e de forma complementar em repositórios locais (Arquivo Público Estadual e Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano). Esta pesquisa é financiada pelo CNPq e Fapepe.

Palavras-chave: Poderes locais. Câmara Municipal de Olinda. Pernambuco.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Sala 08 Bloco Didático da História – Centro de Humanidades II

“Onde não se temia a Deus, nem as justiças de Sua Majestade”: atuação de ouvidores, capitães-mores e governadores na formação territorial nos Sertões do Norte (c. 1760 – c. 1799).

Leonardo Cândido Rolim – UERN

Esta comunicação analisa a atuação de ouvidores, capitães-mores e governadores das capitanias do Ceará e do Piauí na formação territorial dos Sertões do Norte nas décadas de 1760 a 1790, particularmente nos esforços de estabelecer áreas de jurisdição distintas e parcerias no combate aos violentos crimes praticados nos sertões. É corrente na historiografia a ideia do sertão como espaço da violência, da fuga e da falta de justiça (ARAÚJO, 2000). No entanto, ao longo do século XVIII, a maior racionalização da administração enraizou, também no interior do território colonial, práticas de justiça que buscavam dar resposta às ações de grupos de ladrões (de escravos, gados, mercadorias)

que aterrorizavam vaqueiros de currais e proprietários de fazendas, além de mercadores que, partindo das praças litorâneas varriam os sertões. A documentação disponível sugere que, a partir de meados do século XVIII, especialmente após a instalação do governo da capitania do Piauí (1759), as ouvidorias e os governos passaram a agir em conjunto para combater a violência nos sertões, o que levou à necessidade de demarcar jurisdições de ouvidorias e de limites entre as capitanias e, por consequência, entre o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão (ou Estado do Maranhão e Piauí após 1774). Nesse sentido, procura-se investigar a formação territorial dos Sertões do Norte a partir dialética entre a ação de grupos de “facínoras” que circulavam entre as capitanias do Ceará e do Piauí e a atuação de ouvidores e governadores das capitanias contra esses grupos. Ou seja, importa entender como os agentes da administração colonial reagiam às violências promovidas pelos “facinorosos” estabelecendo um esquadramento que influenciou nas dinâmicas territoriais. Nosso corpus documental é composto de cartas, memórias, relatos e uma série de correspondência entre funcionários da Coroa Portuguesa nas capitanias do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Pernambuco.

Palavras-chave: Agentes coloniais. Formação territorial. Justiça. Sertões do Norte.

Dos sertões ao litoral: Os portos do sertão e o comércio de carnes salgas na América portuguesa.

Gabriel Parente Nogueira - SEDUC-CE

Ao longo do século XVIII, surgiram nas capitanias do Siará Grande, São José do Piauí e Rio Grande do Norte, alguns núcleos portuários conhecidos pelo coletivo de “portos do sertão” que tiveram grande destaque no período pela exploração de atividades de produção e comércio de carnes salgadas. Tais núcleos correspondiam a verdadeiros empórios que, por meio da exportação de carnes e couros, conectavam importantes regiões de criatórios dos denominados Sertões do Norte da América portuguesa a alguns dos principais núcleos da colônia como: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belém e Colônia do Sacramento. Ao considerarmos que o consumo de carnes salgadas no século XVIII encontrava-se fortemente vinculado a demandas associadas a dinâmicas decorrentes de movimentações no espaço atlântico – como o abastecimento de embarcações negreiras e a alimentação de importantes parcelas da crescente população cativa de origem africana na América portuguesa – a presente comunicação tem como objetivo destacar a dimensão atlântica da pecuária voltada à produção de carnes salgadas desenvolvida nos portos do sertão ao longo do século XVIII. Como uma das bases para nossa discussão nos utilizaremos da análise das redes de relações estabelecidas por alguns dos principais negociantes associados a este comércio em meados do século XVIII para destacar que as atividades desenvolvidas nos portos do sertão, além de terem sido fortemente desenvolvidas a partir dos interesses de grandes negociantes da praça do Recife, estavam fortemente associadas a interesses relacionados à exploração do trato negreiro movido a partir dos principais portos do Estado do Brasil.

Palavras-chave: Carnes salgadas. Comércio. Espaço atlântico.

Conflitos de poder na administração das terras na capitania do Siará Grande na primeira metade do séc. XVIII.

Rafael Ricarte da Silva – UFPI

Conflitos de poder, denúncias e acusações sobre doação, posse e administração das terras na Capitania do Siará Grande ao longo do processo de efetiva conquista foram recorrentes. Capitães-mores, sesmeiros, religiosos, camaristas e demais moradores entraram em disputas de poder e interesses particulares pela posse das terras em processo de conquista. Para melhor compreender estes embates, a pesquisa ora apresentada teve como objetivo investigar a atuação dos capitães-mores na concessão de terras no Siará Grande, especialmente na primeira metade do século XVIII, analisando até que ponto estes agentes da governança local estiveram envolvidos em articulações e negociações em torno do cumprimento ou não das determinações impostas pela legislação sesmarial. Para tanto, as análises dos perfis e das trajetórias de governança e das atribuições que os capitães-mores deveriam cumprir na execução de seus serviços foram os pontos de partida da investigação. Metodologicamente, investigou-se a configuração geográfica das áreas doadas por cada capitão-mor e o período, os deveres/exigências ressaltados por cada um, as redes sociais estabelecidas entre estes agentes da governança local e os requerentes de sesmarias e os embates entre os diversos sujeitos históricos imersos neste contexto de expansão das fronteiras do sertão, especialmente o conflito de interesses e poderes envolvendo Gabriel da Silva Lago (Capitão-mor) e Cristóvão Soares Reimão (Ouvidor-Geral). O corpus documental da pesquisa foi composto por manuscritos avulsos do Conselho Ultramarino referentes ao Siará Grande, legislação sesmarial, cartas de sesmarias e registros de nomeações para o posto de capitão-mor contidos nos Registros Gerais de Mercês da Coroa portuguesa. A partir da análise documental observou-se a existência de diversos embates entre os sujeitos históricos, elencados acima, nas disputas por terras e discussões das normativas legais acerca da doação e/ou posse de sesmarias.

Palavras-chave: Capitania do Siará Grande. Sesmarias. Capitães-mores.

Gaspar de Carvajal e a conquista do mundo natural amazônico colonial.

Fredson Pedro Martins – UFC

A presente comunicação busca apresentar, tendo como fundamento teórico-metodológico o modelo de investigação proposto pela Escola Italiana de História das Religiões e alguns aspectos da chamada História Ambiental, uma análise inicial sobre as formas como o código religião foi utilizado como substrato para uma leitura e ressignificação do mundo natural amazônico na obra do dominicano Gaspar de Carvajal. Por meio da observação dos núcleos comunicativos e dos horizontes simbólicos desenvolvidos por distintos operadores da agência colonial no decorrer do encontro

choque da conquista, e tendo como foco a reflexão sobre as categorias analíticas acerca do mundo natural da Amazônia Colonial, pensando suas interconexões com interpretações simbólico-práticas das cosmologias ameríndias, objetiva-se compreender historicamente os singulares mecanismos de interpretação e comunicação cultural criados neste embate. A ênfase da análise para esta comunicação se volta ao estudo da crônica colonial de conquista “Descubrimiento del rio de las amazonas”, produzido em 1542 por Carvajal, enquanto atuava como missionário na navegação de exploração realizada por Francisco de Orellana. Com base na investigação da tipologia documental citada, pretende-se apresentar o percurso histórico específico da construção de modelos iniciais de compreensão e interpretação da cultura dos grupos nativos da região amazônica, centrando nossas observações sobre os usos do código religioso como ferramenta de negociação simbólica estabelecida entre europeus e nativos na compreensão da flora, da fauna, dos eventos climáticos e dos acidentes geográficos, gerando e transformando distintas formulações ontológicas das populações indígenas que habitavam a região. Assim sendo, acreditamos que a análise da referida fonte documental em nossa pesquisa de doutoramento nos permitirá problematizar, historicamente, como a flora, a fauna e a geografia amazônica permeiam os núcleos comunicativos e as traduções culturais que conectaram os mundos postos em conflito no processo de colonização, envolvidos profundamente por leituras e descrições acerca do mundo natural que foram pautadas em racionalidades distintas.

Palavras-chave: Gaspar de Carvajal. Francisco de Orellana. Amazônia Colonial. Cosmologias Amazônicas.

Em meio às disputas atlânticas: a Provedoria da Fazenda Real do Maranhão e Grão-Pará (sé. XVII e XVIII).

Kecianny Araújo Santos - UFC

A presente pesquisa trata da Provedoria da Fazenda Real, instituição responsável pelo recolhimento dos tributos e pagamentos das receitas e despesas nas conquistas portuguesas. Quando criada em 1616, logo após a expulsão dos franceses do território de São Luís, era vinculada à Provedoria-mor da Bahia. Dentro da perspectiva da História institucional e/ou administrativa, buscamos visibilizar as particularidades do processo colonizador português na capitania do Maranhão, estabelecendo o diálogo político-administrativo, pois essa perspectiva permite elucidar a funcionalidade da instituição (Provedoria), a ação dos representantes régios diante dos cargos que ocuparam, seja no desenvolvimento de conflitos e/ou na construção de relações de parcialidades entre sujeitos também serventários ou da elite colonial do Maranhão no século XVIII. O presente estudo, justifica-se pela necessidade de compreender as particularidades do processo colonizador português na região do extremo norte da América portuguesa, especialmente na capitania do Maranhão, debatendo a estrutura política montada a partir da consolidação do aparato fiscal no Maranhão e Grão-Pará Para alcançarmos tais objetivos, utilizaremos a bibliografia clássica e contemporânea sobre a historiografia maranhense, bem como trabalhos que discorrem sobre a administração portuguesa nas

capitanias do Estado do Brasil afim de estabelecer semelhanças e diferenças entre as duas unidades políticas administrativas, além de um vasto conjunto documental pertencentes aos repositórios digitais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) e Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), que permitem a utilização das técnicas da paleografia. Compreendemos que a Provedoria da Fazenda foi um dos mecanismos de expansão do poderio e legitimação do papel colonial por meio de uma organização administrativa, também utilizada pelos vassallos para legitimar seu poderio, à medida que se apropriaram dos mecanismos de funcionalidade da instituição. **Palavras-chave:** Provedoria. Administração. Maranhão.

Circulação de mercadorias e trabalho indígena na Amazônia colonial.

Rafael Chambouleyron – UFPA

O objetivo desta comunicação é o de discutir como a circulação de mercadorias europeias nos sertões amazônicos esteve atrelada a três formas de relação com grupos indígenas: de um lado, os processos de escravização de indígenas; de outro lado, as formas de negociação com nações indígenas do sertão; finalmente, os modos de remuneração do trabalho indígenas nas vilas de índios. Defende-se que os interesses e demandas de grupos indígenas, tanto aldeados como habitantes do sertão, tiveram um papel importante nos fluxos atlânticos de mercadorias entre o mundo amazônico e a Europa, tanto de gêneros produzidos na própria região amazônica, como de bens consumidos e ressignificados por eles.

Palavras-chave: Amazônia. Mercadorias. Séculos XVII-XVIII.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

Historiografia, cinema e fotografia: teorias e perspectivas.

Coordenador(es): Rafael Morato Zanatto (UFPB) e Meize Regina de Lucena Lucas (UFC).

Tanto no Brasil, quanto no mundo, as primeiras histórias do cinema e da fotografia foram escritas por fãs e profissionais de distintas áreas do conhecimento, como críticos de arte, escritores, filósofos, físicos, arqueólogos, arquitetos, jornalistas, fotógrafos, etc., além de críticos e cineastas, sobretudo antes do reconhecimento da cultura visual como fonte de pesquisa pela historiografia profissional. Escrever uma história das imagens estáticas e em movimento implica em considerar não apenas o estudo dos filmes, das fotografias e pinturas, de seus artistas, produtores, distribuidores, mas de toda sua cultura, pois não existe cultura visual sem exposições, festivais e salas, galerias e exposições, sem crítica, sem público. Considerando a formação da história do cinema e da fotografia como um fenômeno social complexo, antes e depois de sua institucionalização no campo disciplinar da ciência e da narrativa histórica, o presente ST pretende congregiar trabalhos que discutam essas historiografias trazendo em relevo as características dessas narrativas, regimes de historicidade, metodologias e fontes utilizadas por seus autores no estudo histórico das imagens estáticas ou em movimento, suas formas de exibição e recepção, ou ainda, que reflitam sobre esses objetos a partir de questões teórico-metodológicas presentes nesse fazer historiográfico. A fotografia, em suas conformações a partir do século XIX, juntamente com o cinema, alteram as percepções sobre o mundo. Fonte e objeto de pesquisa, as imagens fotográficas em seus diferentes suportes e cotejamentos com o escrito e outras visualidades, igualmente se inscrevem em um campo da pesquisa histórica. Em linhas gerais, o ST pretende favorecer o intercâmbio entre historiadores e pesquisadores interessados em discutir os diferentes critérios, teorias, linhas do conhecimento e perspectivas do passado, do presente e do futuro dos estudos históricos da fotografia, do cinema, da cultura visual e de suas historiografias.

SESSÃO ÚNICA / 07 de março de 2024

Local: Sala 01 – Bloco Didático da História – Centro de Humanidades

O sequestro da estrela: apontamentos para um estudo sobre a construção subjetiva do cineasta Glauber Rocha enquanto celebridade do cinema brasileiro (1959-1978).

Romário de Moura Rocha – UFRN

Pode o cineasta ser uma estrela? Sem pretensão de responder de imediato a esse questionamento, a escrita que se segue tem por objetivo analisar por quais mecanismos a figura do cineasta passa a ser pensada em termos de celebridade midiática deslocada para um espaço antes ocupado centralmente por atores e atrizes no campo cinematográfico. Analisando o caso específico de Glauber Rocha, como o cineasta brasileiro que mais se promoveu e foi promovido a esse status, a escrita problematiza a constituição da figura midiática do diretor baiano e o processo histórico que o alçou enquanto estrela do cinema brasileiro, pensando como as suas incursões midiáticas foram responsáveis por lançar uma dada forma de identificação de sua personalidade. Nosso aporte de discussão bibliográfica e teórica compreende estudos sobre o estrelismo e o importante dado de constituição de uma cultura visual em torno de Glauber Rocha partindo dos estudos de Didi-Huberman.

Palavras-chave: Estrelismo. Personalidade. Cinema. Glauber Rocha.

A história vai a guerra novamente: a utilização de filmes históricos de guerra na produção de conhecimento histórico no ambiente escolar, o filme círculo de fogo (2001) como exemplo.

Fabiano da Silva Sousa – UFC
Jailson Pereira da Silva – UFC

Este trabalho tem por objetivo desenvolver um material didático que servirá de suporte aos professores de história do Ensino Médio para a utilização de filmes como fonte para o Ensino de História. Como ponto de partida de nossas reflexões, utilizaremos o filme: “Círculo de fogo” (Enemy at the gates, 2001) que tem como pano de fundo um dos momentos mais importantes da Segunda Guerra Mundial, a batalha de Stalingrado, enfocando as ações do atirador de elite Vassili Zaitsev. Como sabemos, os jovens, particularmente, vivem em um mundo dominado pelo campo das imagens. O professor de História não pode estar alheio a essa realidade, por isso, se torna necessário educarmos estes estudantes contribuindo para que estes façam uma leitura mais apurada do universo audiovisual. Será possível que, utilizando conceitos como filme histórico, consciência histórica e didática da História, façamos nossos estudantes se apropriarem da epistemologia da História e construir conhecimento histórico autônomo a partir de filmes históricos? Além da mera ilustração de aula previamente lecionada, que lições

nossos alunos podem aprender quando se acercam da forma como se produz conhecimento histórico utilizando o filme como fonte histórica junto ao seu professor? Ainda que não possamos responder a todas essas (novas e velhas) perguntas, acreditamos que debater temas como esses contribuem bastante para a validação do conhecimento histórico como fundamental na construção de uma sociedade mais justa e atenta às demandas do seu tempo.

Palavras-chave: Ensino de História. Filme histórico. Consciência histórica. Segunda Guerra Mundial.

Visualidade e a história-catástrofe: uma ótica da seca a partir do "Album da Estrada de Ferro de Baturité".

Tyrone Apollo Pontes Candido – UECE

A comunicação aborda a confecção de um álbum de fotografias feitas nas obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité durante a grande seca ocorrida no Ceará entre 1877 e 1879 e oferecido como artefato de celebração pela conclusão dos trabalhos da ferrovia pelo engenheiro Carlos Alberto Morsing, chefe da comissão de construção, ao monarca Pedro II. Além da análise de algumas das fotografias do "Album da Estrada de Ferro de Baturité", discute-se o significado do registro visual nas obras públicas no Segundo Reinado diante das circunstâncias críticas da seca. Procura-se dialogar com a historiografia sobre a imagem fotográfica no século XIX e interpreta a fotografia como importante registro visual na construção do poder imperial, ao mesmo tempo que se constitui como testemunho de uma história-catástrofe.

Palavras-chave: Fotografia. Engenharia. Seca. História-Catástrofe.

Imagens para o colonialismo líquido: Pedro Costa e os vestígios do atlântico.

David Leitão Aguiar

Ao longo de sua filmografia, Pedro Costa, cineasta português, realiza uma série de procedimentos estético-políticos que rompem uns com os outros, de obra em obra. De *Casa de lava* (1994) a *Vitalina Varela* (2018), é possível observar uma cadeia de vestígios de um fenômeno específico, que vai se materializando nas imagens: o colonialismo-líquido, megamáquina, dentre tantas, constitutiva de uma sociedade de controle, novo estágio do capitalismo no qual Deleuze teoriza estarmos vivendo. Pedro Costa atravessara o Atlântico para filmar *Casa de lava* em Cabo Verde, na ilha de Tarrafal, campo de concentração para presos políticos do período salazarista, e acabou por se deparar com um mundo repleto de máquinas tecnossociais: se, por um lado, havia uma máquina social de produção de um novo regime político – a máquina social colonialismo-líquido –, por sua vez, esta produziu para si a máquina tecnossocial de produção de imagens, a máquina-cinema. Ao retornar de Cabo Verde, Costa irá se deter nos guetos lisboetas,

formados por imigrantes das ex-colônias africanas, em especial, as Fontainhas. Pedro Costa percebe-se afetado por suas experiências no gueto e vê suas afetações não se concretizarem satisfatoriamente em *Ossos* (1997). Entre Costa e o fenômeno “Fontainhas”, havia a máquina-cinema: máquina de imagens incapaz de dar forma visual às realidades residuais. Doravante, Costa realiza uma radical ruptura em seus processos estético-maquínico-políticos, e acreditamos que fê-lo precipitar as benjaminianas imagens dialéticas, em *Cavalo Dinheiro* (2014), obra que detém nossa especial atenção. Portanto, pressupomos que Pedro Costa está diante de duas problematizações demasiadamente contemporâneas: como produzir imagens de crises da história com máquinas programadas – crise das imagens – para controlar e produzir um mundo em prol de um dado regime político, o colonialismo-líquido? Poderiam os vestígios da história compor um outro regime de imagens que possa desprogramar os aparelhos, desarranjar as máquinas e fissurar as megamáquinas? As imagens-vestígios seriam moléculas que, num determinado arranjo, precipitariam as imagens dialéticas as quais Benjamin acredita poder constituir um legítimo conceito da história? Para tanto, convocamos a esquizoanálise de Deleuze e Guattari para realizar uma fisiologia de tais máquinas tecnossociais, bem como procedemos a construção de pontes/diálogos com autores que, de alguma forma, perceberam o mundo das máquinas, em especial as máquinas produtoras de imagens técnicas, ao exemplo de Agamben, Guattari, Vilém Flusser, Benjamin e Comolli.

Palavras-chave: Intelectuais. Paulo Duarte. Darcy Ribeiro. Júlio de Mesquita Filho.

Os tipos da “grande necrópole”: cientificismo e tipificação nas fotografias de retirantes da seca no Ceará (1877-1879).

Jeferson de Castro Silva – UFC

Conhecido pelo período da “grande seca”, o triênio de 1877 a 1879 foi marcado por notícias que circulavam na capital do império sobre as cenas, em tom alarmante e com descrições das misérias que a província do Ceará e suas gentes estavam submetidas, onde as paisagens e corpos retirantes se confundiam com o uso do adjetivo “ressequidos”. Para reforço e comprovação dessa forma de noticiar a seca e suas consequências para os sobreviventes do Ceará, uma série de fotografias de aspecto dantesco – em formato cartes-de-visites – foram produzidas em Fortaleza pelo fotógrafo retratista Joaquim Antonio Corrêa a pedido do jornalista José do Patrocínio e enviadas para o jornal *Gazeta de Noticias*, onde serviu de base para uma ilustração da folha ilustrada *O Besouro*. Para Durval Muniz (2017), romancistas, jornalistas e artistas produziram uma imagem do norte seco que transita entre temporalidades, onde os termos de menção as províncias do norte possuem um “arquivo imagético” e um modelo narrativo que salta de obra em obra no que o autor denomina de “agregado sensível e significativo chamado seca”, assim como a existência de imagens ligadas ao naturalismo e teorias raciais hierarquizantes entre brancos, negros e mestiços. Diante disso, a apresentação buscará discutir a tipificação dos retirantes com as imagens e as descrições, especificamente as fotografias de Joaquim

Antonio Corrêa, e a forma como os sujeitos são representados. Iremos ler e problematizar as imagens e seus usos sob a ótica dos conceitos: “figurabilidade” de Georges Didi-Huberman (2013) e “dispositivo” para Giorgio Agamben (2009) e Michel Foucault (2017); e das metodologias do “atlas” de Aby Warburg (2015) e da “montagem” de Georges Didi-Huberman (2015) para fazer conexões com as imagens de “tipos humanos” produzidas por fotógrafos como: Louis Agassiz, Felipe Augusto Fidanza e as imagens utilizadas por Alberto Henschel. Dado isso, buscaremos considerar como as fotografias mobilizaram representações - de corpos calamitosos e considerados não cívicos - para impactar as sensibilidades por meio da repetição de um modo de ver, que transita às imagens na catalisação do imaginário e estereotipificação do norte seco, e a serventia como dispositivo subalternizador pela tipificação dos retirantes nos moldes raciais cientificistas oitocentistas.

Palavras-chave: Ceará. Seca. Retirantes. Fotografia. Tipificação.

Terceiro Ciclo do cinema paraibano (1979–1987): fisionomias de uma cinematografia engajada e experimental.

Rafael Morato Zanatto – UFPB

Não é de hoje que o cinema paraibano é uma realidade no panorama mais amplo da cultura cinematográfica brasileira. Ao longo de sua história, ele se notabilizou nacionalmente pela escolha de temas retirados do tecido social e pelo registro de personagens autênticos e de paisagens singulares. Com esse empenho, o cinema paraibano apresentou aos espectadores as características de uma cotidianidade concreta e nisso reside seu maior interesse histórico, estético, antropológico e sociológico. Não por acaso, os filmes paraibanos antigos e contemporâneos podem ser interpretados como verdadeiros anais do cotidiano, ou ainda, como construções imagético-discursivas reunidas em constelações de sentido que viabilizam uma representação concreta das vivências e das experiências de seus personagens. Tendo em vista essas características gerais, a pesquisa se dedica ao estudo de um momento particular na história do cinema paraibano: o terceiro ciclo produtivo (1979–1987) do cinema paraibano que aflui no período com a afluência de novas condições que resplandecem no horizonte, como a fundação do Curso de Comunicação Social da UFPB, a incorporação de nomes da geração anterior em seus quadros técnicos e profissionais, a produção de *Gadanhô* (1979), de João de Lima e Pedro Nunes e o estabelecimento de um convênio com o Centro de Formação em Cinema Direto de Paris (Associação Varan) que havia sido presencialmente firmado durante sua participação na VIII Jornada Brasileira de curta-metragem (1979) em João Pessoa por seu diretor, o cineasta Jean Rouch. A partir de então, 17 bolsistas paraibanos realizaram estágios em Paris e muitos outros quadros técnicos e profissionais foram formados no âmbito dessa colaboração. Já no primeiro ateliê, foram produzidos os documentários *Sagrada Família* (Everaldo Vasconcelos, 1981); *Tá na Rua* (Henrique Magalhães, 1981); *Seca* (Torquato Joel, 1981); *É Romão praqui, Romão pracolá* (Vânia Perazzo, 1981); *Mestre de obras* (Newton Araújo, 1981); e *Perequeté* (Bertrand Lira, 1981).

Para o entendimento dessa nova arrancada do cinema paraibano, é necessário ainda destacar a importância do Núcleo de Cinema Indireto (NUCI) em Campina Grande no seio da universidade, a partir da qual foram produzidos filmes que buscavam ultrapassar as fronteiras do real e do imaginário, das narrativas documental e ficcional. Do conjunto de 84 filmes em Super-8 produzidos no período e recentemente digitalizados pelo NUDOC-UFPB, destacam-se *Caiana dos crioulos* (1981), título que registra as tradições orais da comunidade quilombola de Alagoa Grande (PB), *Festa de Oxum* (1982), que capta a criatividade prática do ritual de preparação da comida para Oxum e outros orixás e *Ciclo do Caranguejo* (1982), que cristaliza em imagens os penosos atos da vida cotidiana dos catadores de caranguejo das comunidades ribeirinhas de Várzea Nova, Porto do Moinho, Forte Velho e Livramento. Diante dessa problemática, a pesquisa pretende demonstrar como os filmes do terceiro ciclo estabelecem uma crítica à construção de uma identidade regional de elite pelo contraste com imagens retiradas do cotidiano, no modo como formulam discursos constitutivos desses mesmos espaços e dos vínculos territoriais que estabelecem com o público local ao qual se destinavam. Em linhas gerais, trata-se de um estudo sistemático de conjunto que identifique suas singularidades através da análise de sua expressividade social e linguagem, ou ainda, que saliente um estilo cinematográfico compartilhado e constitutivo do cinema paraibano em seu terceiro ciclo (1979-1987).

Palavras-chave: Historiografia. História do Cinema. História e Regionalidades.

A semiótica bakhtiniana e a recepção do discurso histórico: uma sequência de Tempos Modernos e a Didática da História.

Roberto Abdala Junior

Um problema da Didática da História intrinsecamente ligado à ciência da História é o da recepção do discurso histórico (Saddi, 2022). Se ele for tomado sob a visão de historiadores que consideram outras linguagens para dar expressão às experiências humanas no tempo, o problema ganha dimensão e complexidade ampliada. Na apresentação, pretendo sugerir então uma possibilidade de enfrentamento de parte do problema. Trata-se de demonstrar como o uso da semiótica bakhtiniana (Jakobson, 2010) permite apreender uma série de elementos que entram na configuração de uma sequência cinematográfica, a fim de fornecer a leitura (sua performance) – inclusive histórica – pretendida pelos autores. O objeto analisado é uma sequência do filme *Tempos modernos* (Chaplin, 1936). A ideia é demonstrar, por meio da análise, que elementos da sequência cinematográfica que entram na sua configuração visual pretendem realizar “performances” que assegurem sua recepção, seu entendimento pelo público – assim como qualquer outro discurso sobre experiências do tempo. A análise assenta-se na semiótica bakhtiniana, segundo defendo, pode ser aplicada à qualquer discurso, independente da linguagem. Seguindo esse exemplo pontual, argumento que alguns problemas enfrentados pela História e/ou pela Didática da História podem ser melhor enfrentados. Atribuo o pouco uso das teses bakhtinianas em análises, mesmos de linguistas ou analistas de discursos, ao fato de que as sugestões bakhtinianas, no que se

refere à contextualização sociocultural e/ou histórica, são raras. Menos atenção ainda é dispensada aos elementos “não verbais” (Bakhtin/Volochínov, 2017) que podem entrar na composição dos discursos e/ou na configuração dos contextos, seus significados e sentidos. Se não é tarefa fácil reunir, de forma articulada, todos esses elementos, o trabalho de historiadores e/ou professores de História consiste, exatamente, em realizar algo assim, estabelecendo conexões, evidentes e/ou não, como o presente e as perspectivas de futuro e, como se tem vislumbrado desde a invenção do cinema, também é assim que trabalham alguns cineastas. As teses bakhtinianas serviriam, pois, a todos os profissionais da ciência História, com a vantagem de não se restringirem a uma linguagem e tampouco aos elementos verbais das necessárias contextualizações históricas e socioculturais.

Palavras-chave: História. Didática. Narrativa audiovisual.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18

Ditaduras de segurança nacional no Cone-Sul: história e memória.

Coordenador(es): Débora Strieder Kreuz (UESPI) e Sabrina Steinke UFMA).

Em 2024 o golpe civil-militar no Brasil faz 60 anos. Em 2023, o golpe no Chile e no Uruguai completaram 50, e o fim da ditadura argentina, 40 anos. As chamadas “datas redondas” mobilizam e são convites para pensarmos esses processos históricos ainda em curso, os quais, nos últimos anos, ganharam contornos negacionistas inclusive. Isso demonstra, de início, o quanto as sociedades latino-americanas estão permeadas pela presença dos golpes e ditaduras, cujas permanências se refletem cotidianamente. Assim, o presente simpósio buscará estabelecer diálogos sobre esse período, seus antecedentes e reflexos no presente. Buscaremos reunir trabalhos que investiguem temas relacionados às ditaduras de segurança nacional do Cone-Sul: movimentos sociais existentes antes dos golpes, fundamentação ideológica dos golpes, organizações de direita, sistemas repressivos e suas articulações internacionais, violações de direitos humanos, exílios e redes de solidariedade, Operação Condor, testemunhos traumáticos, justiça de transição, acesso aos arquivos repressivos, políticas e disputas de memória, permanências autoritárias, atuação dos militares nas democracias, ensino das ditaduras, produções artísticas sobre o tema, historiografia, dentre outros.

SESSÃO ÚNICA / 07 de março de 2024

Local: Sala do PIBID – Departamento de História – Centro de Humanidades II

Título não informado.

Rejane Carolina Hoeveler – UFAL

Nesta comunicação, pretendemos refletir sobre como diferentes sujeitos político-sociais atuaram por ocasião do cinquentenário do golpe de Pinochet no Chile em comparação com o que se espera ser, e já vem sendo, o debate no Brasil sobre os 60 anos do golpe de 1964. Seguindo caracterizações historiográficas acerca de ambos golpes e ditaduras que o classificam como empresarial-militares (Dreifuss, 1981; Lemos, 2020), e de segurança nacional (Padrós, 2009), procuramos observar em especial o ambiente político nos dois países e a emergência e/ou transformação de discursos e teses negacionistas e revisionistas, empunhadas por diferentes atores/espacos sócio-políticos, como empresários, jornalistas, intelectuais, a mídia tradicional e as novas mídias digitais. Objetiva-se também analisar o caráter do debate sobre tais regimes e suas heranças nos tempos atuais, onde, ao que alguns elementos indicam, há um retrocesso nas disputas de memória, ganhando cada vez mais espaço – no contexto da ascensão das extremas-direitas – (Renton, 2020) narrativas que amenizam e/ou justificam o terrorismo de Estado, ao mesmo tempo que tecem elogios rasgados aos ditos “milagres” econômicos.

Palavras-chave: Ditaduras de segurança nacional. Negacionismo. Revisionismo. Golpes empresarial-militares. Cinquentenário do golpe no Chile. 60 anos do golpe no Brasil.

Silvia Noemi Tolchinsky de montonera à marcadora: uma análise de sua participação na Operação Condor.

Sabrina Steinke - UFMA

Este texto trata de Silvia Noemi Tolchinsky, a “Chella” primeiramente militante montonera, que exerceu um papel importante na guerrilha e que em sua trajetória, também, atuou enquanto delatora de guerrilheiros, uma “marcadora”. O substrato para análise histórica são os processos judiciais em que foi ré e vítima, entrelaçados com a historiografia do tema, com um mote voltado às figuras femininas. Buscando demonstrar o duplo papel que exerceu durante os anos da Operação Condor, e desta forma abordar as ditaduras de segurança nacional no Cone Sul, durante os mais recentes regimes castrenses vivenciados na região. Colocar em pauta os múltiplos papéis que indivíduos exercem durante regimes ditatoriais e analisar as narrativas que foram empregadas à Silvia: militante, guerrilheira, traidora, criminosa, vítima? A metodologia é de exegese dos processos crime que Tolchinsky foi inserida, reportagens e relatos de companheiras e

companheiros. Enquanto substrato teórico Calloni, Sarlo e Calveiro são basilares para compreender os testemunhos, bem como Gangnebin e Catroga no campo da memória.

Palavras-chave: Operação Condor. Ditadura de segurança nacional. Memória. Testemunho.

Negociação e conflito: a busca por direitos trabalhistas em tempo de exceção (Fortaleza, 1964-1968).

Pedro Henrique Rebouças Chaves - SEDUC/CE - PPGH/UFC

O presente trabalho propõe uma discussão sobre a busca por direitos trabalhistas em meio à ditadura militar na cidade de Fortaleza entre os anos de 1964 e 1968, período em que após o golpe militar a legislação trabalhista sofre uma série de alterações e que atinge diretamente os trabalhadores de modo geral. Objetivamos discutir as nuances das negociações e conflitos entre empregados e patrões por meio de processos trabalhistas oriundos das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) do Tribunal do Trabalho da 7ª Região (TRT7-CE), confrontando esse material com fontes diversas, como jornais da época, documentos sindicais e afins. O foco se dará sobre processos de trabalhadores urbanos e ligados a setores essenciais para o funcionamento da atividade econômica local/nacional, sendo eles ferroviários, portuários e trabalhadores ligados a indústria. Nesse sentido, pretende-se compreender como se organizavam, como ocorriam as negociações e os posicionamentos das juntas trabalhistas diante das demandas peticionadas pelos trabalhadores, tendo em vista as relações de poder (pré)estabelecidas.

Palavras-chave: Direitos trabalhistas. Ditadura militar. Justiça do trabalho. Trabalhadores.

Campanhas da fraternidade na mira do SNI.

Carolina Maria Abreu Maciel - SEDUC-CE

A Campanha da Fraternidade do ano de 2023, teve como o tema o combate à fome. E mais uma vez, assim como em vários anos, a temática gerou críticas no meio ultraconservador cristão. Se fizermos uma pesquisa simples nos mecanismos de busca da internet, essa notícia não é uma novidade. Outro caso recente envolvendo os temas da CF, foi em 2021, que grupos fundamentalistas fizeram críticas e promoveram um boicote a CF que trouxe como tema um apelo ao diálogo com a população LGBTQIAP+, propondo a inclusão e o combate as violências envolvendo as minorias no Brasil. A Campanha da Fraternidade surgiu como um movimento para arrecadar recursos para financiar as atividades assistenciais da Cáritas Brasileira. A primeira campanha aconteceu em 1961, mas foi somente em 1962 que essa ação foi batizada de Campanha da Fraternidade, tendo sido realizada pela primeira vez na cidade de Natal – RN. A campanha é promovida anualmente

no período da Quaresma, terminando no Domingo de Ramos. Devido ao êxito da campanha, ainda em 1962, durante o Concílio do Vaticano II (1962 - 1965), a Igreja do Brasil viu a oportunidade de estender, fundamentar e estruturar o projeto da campanha. E, em 20 de dezembro de 1964, os bispos brasileiros aprovaram o texto que fundamentou a ação. As temáticas abordadas pelas CF, desde seus primeiros momentos, buscaram trazer para o meio cristão temas que pudessem promover a evangelização, consciência e ação social. Em muitos casos os temas foram tidos como polêmicos e, para alguns, “sobra militância e falta religião”, conforme afirmam alguns religiosos extremistas. Porém, essa acusação de uso político “esquerdista” para um evento religioso não é novidade, ao buscarmos nos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), encontramos diversos documentos que produziram análises sobre os temas e subsídios produzidos nas campanhas para a sensibilização dos fiéis. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar a repercussão de duas campanhas promovidas pela CNBB, na década de 1970. A primeira, de 1974, teve como tema Reconstruir a casa – onde está teu irmão?, que propunha trazer à tona uma reflexão sobre as péssimas condições de vida e do avanço das desigualdades sociais. Esta sofreu um processo de censura por promover o debate em conjunto com o Comitê de Defesa aos Presos Políticos (CDPP) sobre a questão dos desaparecidos políticos. Na campanha de 1978, cujo tema tratou sobre o mundo do trabalho, Fraternidade no mundo do trabalho – trabalho e justiça para todos, também desencadeou preocupação pelo tom subversivo entendido pelos órgãos de segurança nacional. A ideia é que possamos compreender como esses movimentos da Igreja católica brasileira eram observados e enquadrados pela comunidade de informações e, dessa forma, foram categorizados como subversivos e terroristas.

Palavras-chave: Campanha da Fraternidade. Serviço Nacional de Informações. Movimentos da Igreja Católica.

Resistência transnacional: o exílio de Miguel Arraes (1965-1979)

Débora Strieder Kreuz (Universidade Estadual do Piauí -UESPI)

A presente proposta de trabalho objetiva compreender as articulações transnacionais realizadas a partir do exílio decorrente da ditadura civil-militar, tendo como centro de análise a trajetória exilar de Miguel Arraes. O exílio, conceituado aqui como um espaço de “exclusão institucional” (SZNAJDER, RONIGER, 2013), foi uma das estratégias utilizadas pela ditadura para eliminar do cenário político aqueles atores considerados inimigos internos. Contudo, também se transformou em um espaço de resistência, com a denúncia internacional das violações de direitos humanos que ocorriam sistematicamente em território nacional e as constantes tentativas de rearticulação das esquerdas para o retorno ao Brasil. Nosso objetivo é compreender como Miguel Arraes, governador de Pernambuco no momento do golpe e que, após um período na prisão partiu para o exílio na Argélia, atuou na esfera transnacional para estabelecer diferentes formas de denúncia do que acontecia em território brasileiro, assim como auxiliar outros exilados que passavam pelo país magrebino. Arraes foi um importante ator político no

pré-golpe, já que no seu estado os movimentos sociais, sobretudo do campo lutavam ativamente pela melhoria das condições de trabalho e pela realização de uma reforma agrária ampla, de maneira que durante o seu governo foram realizados os primeiros acordos entre latifundiários e camponeses (BARROS, 2013). No exílio, que perdurou por quatorze anos (1965-1979), seguiu de diferentes formas atuando em temas relacionados ao Brasil. Para a realização da proposta utilizaremos a correspondência enviada e recebida por Arraes durante todo o seu exílio, a qual, a partir de uma análise inicial, demonstra que o líder pernambucano esteve inserido e foi responsável por diferentes iniciativas de resistência a partir do exílio. Diferentes memórias (BONA GARCIA, 2016; GOUVÊA, 2019; KNAPP, 2013;) apontam que ele foi uma referência para alguns exilados. Também buscaremos compreender, a partir da documentação repressiva (SNI, CIEEx), como a ditadura manteve a vigilância sobre o mesmo. Por fim, buscamos salientar com o estudo, que as diferentes dinâmicas da ditadura brasileira podem ser melhor compreendidas se observarmos também as ações realizadas pelos atores políticos que foram exilados.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; exílio; Miguel Arraes; Argélia.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19

História e narrativa: abordagens e perspectivas.

Coordenador(es): Francisco Régis Lopes Ramos (UFC) e Evandro dos Santos (UFRN).

Tão antiga quanto a ideia de história é a preocupação com a sua escrita. Preservadas as diferenças entre contextos históricos/espaciais e suas especificidades, entre um saber antigo e sua adaptação como disciplina científica moderna, entre usos e abusos desse conhecimento, a escrita da história segue a fomentar uma agenda perene de indagações e desafios teóricos, éticos e políticos, de interesse para o conjunto do campo de conhecimento em questão, que envolve as fórmulas e funções de sua apresentação por escrito. Nesse sentido, este Simpósio Temático propõe-se a recolocar, uma vez mais, as questões implicadas no exame dos diálogos da história disciplinar com suas dimensões narrativas, por exemplo: relações da história com a literatura, com os diferentes gêneros e recursos narrativos, com a memória, a cultura material e outras modalidades de usos políticos, sociais e artísticos do passado e, em linhas gerais, com o âmbito do ficcional, em termos teóricos, metodológicos e historiográficos. Nesse sentido, pesquisas que abordem e/ou ofereçam perspectivas variadas acerca da concepção de história apreendida como uma complexa articulação entre reflexões teóricas e metodológicas e os diferentes aspectos que envolvem o trabalho com múltiplas temporalidades e com os recursos compartilhados por todo esforço intelectual que envolve a produção textual e seus pressupostos são muito bem-vindas.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

Local: Sala do Mestrado – PPGH – Centro de Humanidades II

Atempo, narrativa e ética ambiental na escrita da história: o julgamento dos animais de Eduardo Campos.

Hugo Eduardo Damasceno Cavalcante – SME - Fortaleza

O presente trabalho objetiva refletir acerca da escrita da história de Eduardo Campos, intelectual cearense que se destacou com a publicação de dezenas de livros, seja na literatura, no teatro ou nos seus estudos históricos, folclóricos e culturais sobre o Ceará e o que se convencionou chamar de Nordeste. Em sua narrativa, Campos também estrutura a defesa de uma ética ambiental, com destaque em “A invenção do discurso ambiental” (1998). Por outro lado, a construção de uma ética ambiental surge muitas décadas antes na peça infantil “O julgamento dos animais”, estreada em 1962. Apesar das muitas proximidades com a sátira de George Orwell, *Animal Farm* (1945), Eduardo Campos se apropria do cenário e da “revolução dos bichos” para construir uma ética ambiental pautada na moral. A violência contra os animais, desse modo, é incorporada no “Espírito-mau”, personagem responsável por influenciar o comportamento humano e, ao mesmo tempo, lhe eximir de sua responsabilidade com a natureza. A partir da linguagem teatral voltada para o público infantil, Eduardo Campos também tece sua representação de um mundo. A defesa de uma ética ambiental na peça não constitui, no entanto, uma emancipação com as formas de exploração da natureza. Temos como perspectiva de análise os campos da História Ambiental e da Zooliteratura, através das contribuições de Donald Woster (1991), Keith Thomas (2010), Dominick LaCapra (2023), Regina Horta Duarte (2019) e Maria Esther Maciel (2016, 2023).

Palavras-chave: Ética ambiental. Animalidade. Narrativa. Literatura. Eduardo Campos.

Amor, Fúria e outros sentimentos vãos: a fabricação do relato do crime sob o signo da tragédia nos periódicos oitocentistas fortalezenses (1850-1890).

Nicodemos Zacarias da Silva – UFC

Essa pesquisa busca analisar como alguns dos principais jornais de Fortaleza, na segunda metade do século XIX, constituíram espaços e fórmulas específicas para lidar com o crime de forma a privilegiar a narratividade. Ela procura entender como a produção discursiva sobre violência e criminalidade materializou-se numa considerável diversidade de gêneros textuais nos periódicos desse período, sobretudo, a partir dos *faits divers* sobre crimes violentos. Para tanto, destacamos a significativa produção e circulação de notícias com temática voltada para o crime, o extraordinário e o trágico dentro do noticiário cotidiano. Intentamos perceber no crescimento desse gênero e na sua proximidade com outras fórmulas literárias do período, não apenas o desenvolvimento de um estilo

narrativo, mas também a ambígua apreciação dessas narrativas macabras junto a um público leitor ainda incipiente daquela época. Desse modo, buscamos discutir como o gênero *fait divers*, então em ascensão dentro dos jornais, era apropriado ou apropriava-se de características, temas e fórmulas narrativas doutros gêneros textuais. Dessa maneira, percebemos a produção narrativa do crime, nesse momento, enquanto um híbrido literário e factual que se utilizava de recursos diversos para causar comoção, choque, perplexidade, entretendo, assim, um público com certo gosto diferenciado pelo atroz. Através da análise da documentação (jornais) e sua comparação com determinadas obras ficcionais da época, percebemos como se elaborava, nas folhas locais, outros usos sobre o crime e suas marcas na trama social. Entendemos, por fim, que esses relatos renovavam e rerepresentavam aquele público outras formas relatar atos infames.

Palavras-chave: Jornais. Narrativa. Crime.

Através das Américas: Brasil Gerson e a América Latina no jornal *Tribuna Popular* (1945 - 1946).

Adriano Soares Sampaio

A presente pesquisa busca discutir os conflitos, tensões e histórias da América Latina a partir de uma coluna autoral presente no diário comunista *Tribuna Popular*. Interessa pensar as formas que certos tópicos e temas são divulgados na seção diária "Através das Américas", criada no contexto do processo de democratização da sociedade brasileira e do estado de expectativa concreta do pós-guerra na América. Para fundamentar a investigação, utilizou-se como categoria de análise histórica as perspectivas oriundas da história transnacional para que fosse possível refletir com qualidade sobre as discussões feitas na imprensa na segunda década de 1940. Dessa forma, foi preciso investigar a trajetória do autor da coluna, o escritor e intelectual comunista Brasil Gerson, idealizador da seção "Através das Américas", para que fosse possível situar o encontro do produtor com a sua produção cultural no principal jornal do Partido Comunista em circulação no Brasil durante os anos da legalidade partidária, entre 1945 a 1947.

Palavras-chave: América Latina. Imprensa comunista. Intelectuais. Transnacional.

História e narrativa: a escrita de Airton Maranhão sobre a cidade de Russas - CE.

Ruan Carlos Mendes - UFC

Airton Maranhão (1950 – 2015) foi um advogado e escritor, natura da cidade de Russas, Ceará, que declarava ter a “missão de escrever” em cima de si, dizia que um dia morreria, mas antes deixaria “tudo escrito”. Identificamos um olhar “antiquário” (NIETZSCHE, 2003) em Maranhão ao tentar delimitar um passado, não no sentido de colecionar objetos antigos, mas sim em “guardar” personagens em sua escrita – paralisando-os. Analisaremos essa escrita como construtora de memórias e sentidos para o passado

escrito e para as espacialidades que foram narradas; uma narrativa desejosa de ser capaz “de dar tempo ao espaço” (RAMOS, 2012), pois a obra (poesias, romances e crônicas), publicada entre 1977 e 2015, foi dedicada à cidade de Russas - CE e sua gente (vivos e mortos). Buscaremos compreender a construção de autoria de Maranhão e entendê-lo como um sujeito que se construiu nas normas do dizer, que fez um investimento de produção dentro de uma literatura, que se inventou no texto e publicitou a si mesmo (FOUCAULT, 2011). Mas, essa escrita “obedeceu” a uma dada forma de ver e dizer o regional e sua cultura. Partindo de Albuquerque Jr. (2013) analisaremos como a obra permaneceu “prisoneira” do conceito de “cultura nordestina”; fortalecendo uma identidade essencialista e reforçando preconceitos e estereótipos. Maranhão alimentou sua escrita com folclore e compreendemos que o trabalho do folclorista é reunir lendas, mitos e crenças – Maranhão foi um oficiante dessa “oficina”, pois narrou sua cidade via o folclore. Maranhão se utilizou do folclore para se inventar e legitimar sua escrita, pois ao lidar com essas práticas e procedimentos ligados ao folclore e sua “fabricação”, também estava se “inventando” como autor. Abordaremos metodologicamente como a escrita de Maranhão pode ser localizada, ou concorre, com outras escritas – como Dimas Macedo (1956) e José Alcides Pinto (1923 – 2008) –; e também com outras escritas sobre Russas (por exemplo os livros do memorialista Limério Moreira da Rocha, Con. Pedro de Alcântara Araújo, Humberto Rodrigues Lima e outros). Para compreendermos como se produz um discurso literário em uma determinada historicidade, analisaremos os “paratextos editoriais” (GENETTE, 2009) da obra e visualizaremos as tensões no “campo artístico” (BOURDIEU, 1996). Um autor “bem situado” nesse campo, que dialoga com essa obra, é Macedo, que “autoriza” Maranhão, definindo-o como um escritor subterrâneo/marginal, localizando-o nesse campo literário. O “marginal” ativa o funcionamento de colocar fora, mas colocando dentro. Fabrica-se um recorte, construindo um espaço dentro do “campo” e há um “jogo de poder” sendo acionado. Concluímos que essa escrita queria ir além do registro memorialista, tendo o desejo de inserção no “campo maior” da literatura. Maranhão narrou memórias que foram oriundas de diferentes “arquivos” (corporal, tradição oral e literária) e que “ganharam” outras temporalidades e valores ao serem narradas (não necessariamente de forma cronológica), produzindo uma escrita que lidou com o ausente e com o outro (CERTEAU, 2011). Um texto literário, conscientemente ou não, cita as “regras” para ser literatura, o discurso não é totalmente “livre”, o escritor busca subverter ou se submeter às “normas” vigentes buscando “autoridade”.

Palavras-chave: História. Memória. Narrativa. Tempo. Literatura.

“Para que as gerações vindouras possam avaliar com que devotamento o Ceará cultiva os cometimentos da inteligência”: o futuro segundo a intelectualidade cearense na última década do século XIX.

Kalliany Moreira Menezes Vitoriano

O presente artigo busca analisar o “horizonte de expectativas” que o alvorecer de uma nova centúria estimulou nos intelectuais cearenses, na última década do século XIX.

Decênio que vivenciou o período de mais intenso desenvolvimento intelectual e o auge da belle époque, um processo de modernização sócio-urbana que, entretanto, excluía e segregava a todos que pudessem manchar a imagem da “loura desposada do sol”. Assim, as luzes da belle époque, além de encandear, formaram sombras e o excesso de euforia com a modernidade, também, resultou em desilusões com a não realização dos ideais, em resistência às mudanças e na revanche do sagrado. O século XIX foi marcado pela crença no poder da ciência e da razão e embalado pelo mito do progresso (PESAVENTO, 1994). E, portanto, nada mais natural que acreditar que o próximo século seria inevitavelmente uma continuação aperfeiçoada do anterior, que culminaria na utópica “paz universal” (Castro e Silva apud BARREIRA, 1987, p. 243). Contudo, ao analisarem as experiências do passado e conjecturarem o porvir, o temor de que o futuro século não fosse tão pacífico, teria assombrado, também, os pensamentos de muitos intelectuais, que projetaram o evoluir da humanidade “a um estado de barbaria civilizada” (A Gazetinha, 1901, p. 1). De acordo com Cardoso (2002, p. 63-64), os pensamentos destes intelectuais eram bem diversificados. Havia tanto os que acreditavam na filosofia do progresso, como Antônio Sales e Álvaro Martins, e os que pressagiavam o fim trágico da civilização industrial, como Lívio Barreto, Lopes Filho e Cabral de Alencar. Na obra do decadentismo cearense Farias Brito repudiou recorrentemente a “febre científica de sua época” e a “apologia ao utilitarismo”, que em seu entender desvalorizava a arte naquele fim de século (OLIVEIRA, 2002). Todavia, Farias Brito, em “A Finalidade do Mundo” (1894, p. 92-93), transcreve de um almanaque socialista uma previsão utópica sobre o futuro, quando a humanidade seria apenas uma pátria, “sem fronteiras disputadas”, onde reinaria a “fraternidade universal.” Então, a entrada da nova centúria foi saudada com toda pompa e circunstância, digna da grandiosidade que preconizava. Na casa do Presidente do Centro Literário, Antônio Papi Júnior, diversas associações se reuniram para “celebrar condignamente a passagem do século XIX e o despontar do novo século” (BARREIRA, 1987, p. 241). Nessa ocasião foi redigida uma Ata com os pensamentos díspares dos convidados acerca da nova centúria. Esta seria guardada em um escrínio na Biblioteca Pública, com a declaração de que somente poderia ser aberto em 1º de janeiro de 2001, para que as gerações vindouras pudessem avaliar com que devotamento o Ceará cultivava os cometimentos da inteligência (Idem). Portanto, buscando revelar essa ampla diversidade de visões e leituras que a vindoura centúria suscitou nos intelectuais cearenses, na última década do século XIX, propomos estudar a circulação e a reapropriação dessas expectativas, analisando seus vestígios impressos em jornais, revistas, atas e obras. Levando em consideração seus lugares de produção, circulação e consumo. (GINZBURG, 1991).

Palavras-chave: Intelectuais. Ceará. Século XIX. Futuro.

A Rainha do Ignoto: o processo crítico de ressignificações de um romance.

Felipe Moreira Rodrigues

A Rainha do Ignoto é um romance publicado em 1899 pela escritora Emília Freitas. A obra tem uma recepção crítica fria por seu contemporâneo, classificando o romance como fantástico, e durante algumas décadas fica esquecido, até ser resgatado por Otacílio

Colares. Este ressignifica o trabalho da escritora como o primeiro romance fantástico brasileiro. A partir de 2017, uma nova categorização surge: ficção científica.

Palavras-chave: Literatura. Fantástico. Ficção científica. Crítica literária.

Um fantasma perturba o oficiante: a escrita assombrada de Washington Irving.

João Joel de Oliveira Neto / SEDUC-CE
Débora Thaís Rodrigues Nunes / MAIE-UECE

É intento desta pesquisa analisar as formas pelas quais se gesta a escrita da História na obra de Washington Irving, a partir de suas produções historiográficas e literárias. Disso, originam-se três questões, cardinais à realização do trabalho de pesquisa. Em primeiro lugar, dada sua formação e produção acadêmica em História, é preciso localizar, a partir de seus escritos historiográficos, as concepções e visões teórico-metodológicas engendradas na obra de Washington Irving. Em segundo lugar, problematizar o tratamento da História dentro de sua produção literária, sobretudo buscando verificar pontos de aproximação e afastamento entre a escrita literária e acadêmica de Washington Irving e as tendências historiográficas da época. Por fim, perceber, através do empreendimento de um estudo biográfico sobre o autor, a relação entre sua atividade literária e seu ofício historiográfico, implicando-os em um processo de influência mútua, construído ao longo de sua trajetória intelectual e pessoal. Decorrente de seu revelado trato com textos literários e historiográficos, embasamos nosso esforço metodológico na análise textual dos escritos selecionados para compor a panóplia de fontes. Para tal empreitada, serão abarcadas fontes de três grupos privilegiados: produções literárias, obras historiográficas e correspondências. O primeiro concentra-se na coletânea de contos e escritos reunidos pelo próprio autor, intitulada "The Sketch Book of Geoffrey Crayon, Gent." (O livro de esboços de Geoffrey Crayon, o Cavalheiro, em tradução nossa), mas abrangendo outras coletâneas. O segundo consiste em sua produção historiográfica. Por último, a correspondência de Washington Irving com outros escritores, principalmente Edgar Allan Poe, Walter Scott e Charles Dickens. Dessa forma, concentramos nossos esforços em avaliar como a problemática da escrita da História permeia o fazer escriturário de Washington Irving, tendo sido notadas, através da análise das obras do referido autor, até o instante corrente da pesquisa, as seguintes questões: por primeiro, o estilo de Washington Irving: ao se verificar as influências culturais e seus pressupostos teóricos implicados na dinâmica de sua produção literária e historiográfica, observa-se uma aproximação de Irving com o romantismo alemão, sobretudo através de Goethe, Karl Musäus e Gottfried August Bürger. Em segundo, ao nos debruçarmos sobre o sentido do passado na sua escrita, encontramos a partilha de preocupações teóricas das quais Hayden White, R.J. Collingwood e Frank Ankersmit se dedicariam no século seguinte. Por último, a relação de sua escrita com a tradição oral e outras formas de representação do passado, sobretudo em sua produção literária, mas verificando rastros dessa influência dentro de seu texto historiográfico, sendo desnudada através de seu revelado apreço pela tradição oral oriunda das comunidades de colonos holandeses do vale do rio Hudson e de sua admiração por narradores da antiguidade clássica, como

Flégon de Trales. À guisa de conclusão, observamos como uma análise cuidadosa de Washington Irving pode colaborar de forma consistente com o debate acerca da relação da literatura com a escrita da História.

Palavras-chave: Literatura. História. Washington Irving.

Narrativas de prostitutas no Brasil: prostituição e feminismos em debate.

Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo - UFC

Este trabalho se propõe a refletir sobre os embates travados entre feministas radicais e putafeministas sobre suas posições em relação à prostituição. Esta reflexão se dará a partir da análise das autobiografias de Gabriela Leite e Monique Prada e dos posicionamentos públicos de organizações que reivindicam o feminismo radical, analisando como essas narrativas mobilizam um acalorado debate sobre sexualidade, moral e papéis de gênero no Brasil. Gabriela Leite foi uma das pioneiras no debate da prostituição para a sociedade brasileira com uma fala em defesa da escolha das mulheres pelo seu próprio destino e da luta permanente contra a marginalização. Já Monique Prada trouxe à tona os embates travados por prostitutas dentro e fora do movimento feminista no país. Numa disputa entre conservadores e progressistas sobre a temática da prostituição no Brasil, nota-se que as prostitutas não encontram espaço em nenhum dos lados, tendo que traçar o seu próprio campo, o Putafeminismo, que reivindica um caminho sem as tutelas dos discursos salvacionistas. As narrativas das lideranças deste movimento ajudam a compreender um pouco desse caminho que se anuncia com possibilidades de agência e emancipação. Diante deste contexto, as reflexões que se quer desenvolver nesta pesquisa giram em torno das questões levantadas por essas narrativas sobre o meio prostitucional e os embates dentro do movimento feminista no Brasil, nas últimas três décadas. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise das fontes, firmando um diálogo com a teoria, através das técnicas de análise de conteúdo e de análise do discurso. A pesquisa utilizará como principais fontes as obras de Gabriela Leite – *Eu, mulher da vida* (1992) e *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta* (2009); e de Monique Prada – *Putafeminista* (2018).

Palavras-chave: Prostituição. Putafeminismo. Feminismos. Autobiografia.

Diálogos possíveis entre Edward Palmer Thompson e William Blake.

Raul Victor Vieira Ávila de Agrela - UFC

Esse trabalho propõe dá continuidade às análises dos poemas de Edward Palmer Thompson, *Infant and Emperor* (poems for Christmas). Escrito durante décadas, os poemas narram a trajetória da Natividade – anúncio à Maria, o nascimento do menino Jesus, o massacre dos inocentes por Herodes, a fuga de Maria, José e Jesus para Egito, etc. Os poemas são um ciclo de intervenções narrativa-poéticas de Thompson no sentido

de trabalhar com as dimensões simbólicas para abordar questões de rebeldia e opressão dentro do contexto da Guerra Fria. Nesse sentido, este trabalho propõe abordar a proposta narrativa-poética de Thompson em pensar uma perspectiva da História contemporânea na qual o autor manipula elementos cristãos para descrever ações como Campanha pelo Desarme Nuclear, as guerras no “Terceiro Mundo”, a invasão de Suez, a insurreição na Hungria, é possível a partir da consideração e compreensão dos próprios interesses estéticos e éticos (portanto, políticos) de Thompson, pois tanto as gravuras quanto o universo religioso semântico de William Blake presente em *Infant and Emperor* (poems for Christmas) são chaves de leitura, interpretação e entendimento dos poemas. **Palavras-chave:** Literatura. História. William Blake. E. P. Thompson.

Ficção da matéria: o Museu Histórico Nacional e a divulgação da História do Brasil (1922-1959).

Francisco Régis Lopes Ramos – UFC

Gustavo Barroso dirigiu o Museu Histórico Nacional entre 1922 e 1959. A partir dos seus textos que citam acervos museológicos, a comunicação tem o intuito de problematizar estratégias de divulgação da História do Brasil, relacionando-as com as escritas de autores como Viriato Corrêa e Paulo Setúbal. Assim, se discute como houve a disseminação de projetos autodenominados de “Novas Histórias”, porque seriam direcionados para o povo, e não apenas para escolas. Desenvolveu-se um programa educativo com pretensão rebelde diante da historiografia chamada de “erudita”, longe da “vida real” e desprovida de engajamento por um certo tipo de futuro coletivo. Nessa perspectiva, percebe-se que a divulgação da História também se articula com pesquisas folclóricas. Trata-se, então, de examinar determinados usos políticos do passado.

Palavras-chave: Museu Histórico Nacional. Gustavo Barroso. Divulgação da História.

Além das vidas: singularidade e teorização nas biografias de Sigmund Freud escritas por Peter Gay (1988) e Elisabeth Roudinesco (2014).

Evandro Santos – UFRN/UFC

A biografia já foi interpretada como um gênero narrativo de fronteira entre a história e a literatura. Tal interpretação já carrega uma série de pressupostos herdados do século XIX, contexto de institucionalização desses campos disciplinares que participaram não apenas da reorganização das ciências, naquele período, mas, sobretudo, da instauração de uma série de discursos de poder que justificaram a experiência histórica, na modernidade. As disputas pelas verdades, sejam elas “factuais” ou ficcionais, passam, necessariamente, por construções narrativas, possíveis pela linguagem, o que ajuda a explicar a popularidade e, em especial, a adaptabilidade da biografia aos diferentes contextos científicos, políticos e intelectuais. Esta comunicação pretende apresentar

uma análise de “Freud: uma vida para o nosso tempo”, de Peter Gay, cuja primeira edição original data de 1988, e de “Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo, de Elisabeth Roudinesco, obra com primeira edição original data de 2014. Ambos com formação em história, esses biógrafos partem de recortes espaciais diversos, que relacionam experiências acadêmicas alemãs, francesas e estadunidenses a partir da história da psicanálise. Sigmund Freud (1856-1939) mereceu diversos estudos biográficos e a escolha por esses dois livros tem relação com sua importância para alguns dos debates concernentes ao campo do conhecimento histórico, em particular, da teoria da história. A biografia escrita por Gay foi divulgada cerca de meio século após a morte de Freud. Já o trabalho de Roudinesco dista dele meio século. As relações da história com a biografia (e também com a psicanálise) mudou, significativamente, nesse recorte, em diferentes partes do mundo. Para a presente comunicação, foram selecionadas as seções finais de cada uma das obras, que correspondem, por conseguinte, aos últimos anos de trabalho de Freud, marcados por certa abertura interdisciplinar e, assim, mais teórica de seu pensamento. Trata-se de um momento importante para a história das humanidades e que, a despeito do horror da guerra, legou, a partir de obras como a de Freud, uma série de indagações que nos desafiam até hoje. Na sua diferença, a história da psicanálise, a partir do estudo da vida de seu fundador, pode alimentar uma agenda específica de pesquisa orientada ao exame das relações entre história, ficção subjetividade, quase um século depois da morte do neurologista e psiquiatra austríaco que ficou conhecido como um dos grandes críticos da nossa modernidade.

Palavras-chave: Biografia. Ficção. Psicanálise.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Sala do Mestrado – PPGH – Centro de Humanidades II

1958: a seca multidisciplinar.

José Tanísio Vieira Bezerra - UECE

Desde o “Discurso do Método” (1637) a “análise” de uma parte – de um corpo ou de um fenômeno natural – passou a ser suficiente para compreender o todo: eis o DNA da ciência moderna. Essa subdivisão do conhecimento foi amplamente estudada pelos filósofos Michel Foucault e Jürgen Habermas, que chegaram a compreensões complementares de que a ciência moderna foi um “saber-poder” muito utilizado pelas potências ocidentais para transformar seus conhecimentos numa ideologia chamada “verdade”. A partir de então, “verdade” passou a ser apenas o que poderia ser “verificado” e objetivamente narrado. Só a partir da década de 1960, Thomaz Huhn e Bruno Latour começaram a explicar e a quebrar esse “paradigma”, respectivamente. O objetivo da presente comunicação oral é apresentar algumas abordagens teóricas e alguns procedimentos metodológicos que venho lançando mão, nos últimos anos, nas minhas pesquisas, para

quebrar com essa “estrutura” e, assim, cruzar dados aceitos como de manipulação exclusiva das ciências exatas com outros aceitos como típicos das ciências sociais – sobretudo, História, Sociologia, Ciência Política e Economia. Dessa forma, a problemática a ser apresentada será: como, a partir da problematização de dados pluviométricos produzidos pelo Ministério da Agricultura e o Departamento de Obras Contra as Secas e relatórios econômicos produzidos por técnicos do Banco do Nordeste do Brasil, é possível compreendermos as razões de a seca de 1958 ter passado para a história com uma das maiores do século XX?

Palavras-chave: Seca. Ciência moderna. Verdade. Multidisciplinaridade.

Operários do Banabuiú: a construção e os construtores do açude Arrojado Lisboa (1952-1966).

Sebastião Rubens da Silva Sousa

O presente resumo, apresenta um breve panorama das discussões desenvolvidas no trabalho de conclusão de curso no ano de 2023, pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC). Buscamos tratar sobre o cotidiano de trabalho dos operários do açude Banabuiú durante a sua construção, entre 1952 a 1966. O açude Arrojado Lisboa (seu nome oficial) foi uma obra realizada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que demandou ocupação de mão de obra operária, com ritmo de trabalho acelerado e emergencial, que nos instigam a investigar os acontecimentos pormenorizados que estão relacionados ao descaso social com a classe trabalhadora pobre que viveu em meados do século XX. Resultado de uma série de ações que ficaram conhecidas como “socorros públicos”, essas construções foram acionadas a fim de minorar os efeitos das secas sobre os chamados “flagelados” no Nordeste do país. As obras públicas ficaram registradas como um marco onde os serviços de controle das secas expandiam, juntando em seus arredores um aglomerado de homens, mulheres e crianças, ou seja, famílias inteiras em seus assentamentos. Logo, quem vivia nesse cenário, dependia muito dessas ocupações do governo federal para sobreviver, e não se tornar retirante com destino aos espaços citadinos, conforme a grande seca de 1877, uma realidade adversa que denunciava o desdém dos governantes da época. Com base no exposto acima, buscamos analisar aspectos voltados ao atendimento médico, doenças, mortandade e como eram os abarracamentos destinados aos operários ditos “cassacos”, termo pejorativo usado ao citar aquele antigo trabalhador do campo que se introduz nos serviços públicos para empenhar seus esforços em atividades laboriosas em funções diversas. Ademais, ao traçarmos um caminho de estudo, foi de grande utilidade os relatórios anuais das obras do açude Banabuiú encontrados na biblioteca do DNOCS no ano de 2022, do mesmo modo que monografias, artigos e sobretudo, a história oral, para assim fazer uma correlação com as fontes teóricas, no intuito de aferir suas similaridades e antagonismos. A partir das discursões realizadas, entre as leituras e narrativas de familiares próximos dos antigos operários, obtidas através de entrevistas feitas ao longo da pesquisa, inferiu-se que existiu um tipo de trabalho regado a cargas horárias extensas e intensas de serviços, precária moradia e atendimento médico contestável,

considerando àquela precária higiene disponível aos empregados. Entretanto, não findamos o debate por aqui, influenciados pelo caminho já percorrido, temos agora novas possibilidades de análise no campo histórico de investigação. Enxergamos esse estudo como inacabado e que sempre terá lacunas para serem descobertas e redescobertas.

Palavras-chave: Operários. Açude Banabuiú. Seca. DNOCS.

Diocese de Crateús: leitura radical, escrita popular e resistência (1964 a 1989).

Sávio Mendes do Carmo - UFC

A presente comunicação tem por objetivo pensar a conquista da palavra nos sertões de Crateús, entendendo como a leitura radical e escrita popular contribuíram para formação das variadas maneiras de resistências. Nosso recorte temporal acompanha os anos de 1964 até 1989. Nessa esteira, temos o propósito em buscar a discussão em torno da articulação entre escrita e leitura, buscando a relação com a formação de resistências de camponeses, trazendo elementos da cultura para compreender as formas de resistir aos desmandos no campo. Para investigar o processo de leitura e escrita dos camponeses, utilizaremos as cartilhas da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, materiais pedagógicos da Diocese de Crateús, 17 cadernos editados pela Diocese de Crateús, em 1989, sob o título Fazendo a Nossa História. Além dessa documentação, temos acesso ao acervo digital do CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino). Para isso, os estudos de E. P. Thompson, James C. Scott, Natalie Davis, Christopher Hill, Geneviève Bollème e Frederico de Castros Neves, principalmente os que versam sobre a lógica e as formas das resistências populares, orientam nosso olhar na análise da relação entre a conquista da palavra e resistência camponesa. O estudo apresentado é fruto de um dos capítulos da dissertação, ainda em desenvolvimento, “Diocese de Crateús: escrita popular, leitura radical e resistência (1964-1989)”. Através da pesquisa, destaca-se o longo trabalho feito pela Diocese de Crateús com os camponeses, sobretudo na organização de base, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), espaços de aprendizado e compartilhamento da leitura e escrita dos camponeses. As cartas enviadas ao jornal “O Roceiro”, oferece importantes indícios de como a conquista da palavra influenciou na diversificação da resistência.

Palavras-chave: Diocese de Crateús. Leitura Radical. Escrita Popular. Resistência.

A escrita instituinte de Abdias Neves sobre as lutas pela independência no Piauí em a Guerra do Fidié.

Rodrigo Thadeu Paiva Dias – UFPI
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Este texto analisa a obra A guerra do Fidié (1907), de Abdias Neves, obra instituinte na historiografia sobre as lutas pela Independência no Piauí. O autor foi um dos mais

destacados intelectuais piauienses da Primeira República, com inúmeras contribuições à cultura escrita, tendo na década inicial do XX se debruçado sobre a documentação disponível nos arquivos estaduais a respeito dos eventos ocorridos em 1822 e 1823. A análise empreendida neste trabalho, considera o contexto historiográfico no qual Abdias Neves escreveu sua obra, quando ainda era reduzido o número de pesquisas que tratavam da Independência no Piauí, bem como a construção narrativa em seus traços peculiares, como a posição de narrador participante adotada pelo intelectual. Ao observar privilegiadamente o passado com os filtros do presente reflete sobre os possíveis da História. Outro traço marcante de *A guerra do Fidié* é a presença das ideias evolucionistas nas quais acreditava o autor, que norteiam sua leitura sobre a psicologia coletiva das populações que participaram daquele processo. Com o objetivo de potencializar as análises realizadas, são estabelecidos diálogos com Monsenhor Chaves (2005) e Paulo Gutemberg de Carvalho Souza (2010).

Palavras-chave: Abdias Neves. Independência no Piauí. A guerra do Fidié.

“Adeus à História”: Joel Rufino dos Santos e uma escrita democrática da história do Brasil (1979-1985).

Felipe Ricardo Vieira Lopes - UFC

Pensar a escrita da história é algo recorrente para os historiadores e as historiadoras. Aqui busco problematizar o modo como Joel Rufino dos Santos produziu uma historiografia no tempo da “redemocratização” do Brasil, entre 1979-1985. Para isso, parto de três obras do autor: *O dia que o povo ganhou* (1979), *O soldado que não era* (1980) e *Zumbi* (1985), sendo que cada um desses livros integra um gênero diferente de texto do escritor, passando da “biografia” até a “literatura infanto-juvenil”. Porém, existe um fio que conduz a escrita de Rufino naquele período, a preocupação de contar a história do Brasil, por isso ele elege acontecimentos e figuras históricas como cerne de sua narrativa. *O dia que o povo ganhou* é voltado para contar a independência do Brasil, mas tendo como personagens principais as figuras populares e como marco temporal o 2 de julho de 1823; *O soldado que não era* é um livro “infanto-juvenil” que narra a vida de Maria Quitéria de Jesus, considerada uma das heroínas da luta popular de independência no estado da Bahia; *Zumbi* é uma biografia do herói que dá nome ao livro, só que voltada também para falar do Quilombo dos Palmares. Ao tramar a história em múltiplos gêneros, ele também parece demonstrar interesse em inserir na sua escrita fatos, sujeitos e acontecimentos postos nas “sombras” pelos historiadores, ou seja, ao narrar o passado dessas “sombras” ele estaria tensionando a produção historiográfica do momento de “redemocratização”? É preciso salientar que mais do que trabalhar com personagens e datas diferentes, na verdade, a operação de escrita de Joel Rufino dos Santos transita entre uma operação histórica e uma operação ficcional. Para o autor não bastava trabalhar com fatos, sujeitos e acontecimentos diferentes, era necessário buscar um modo de escrever história de modo mais inclusivo, tanto é que ele o fez em diversos gêneros literários diferentes, mas sem nunca deixar que sua operação fosse também historiográfica. Assim, ao tomar estes conteúdos históricos – personagens, revoltas,

fontes, etc. – e tramá-los com ficcionalidade em um momento no qual se discute o processo de redemocratização no Brasil, Joel Rufino dos Santos parece se questionar sobre a possibilidade de transformar a História do Brasil (com H maiúsculo) em algo também democrático. O autor parece sugerir que isso só é possível se a História se tornar história (com h minúsculo), ou seja, não basta uma história da democracia é preciso tornar democrática a escrita da história. E parece que, para Rufino, isso só é possível pela ficção.

Palavras-chave: Redemocratização. Joel Rufino dos Santos. Escrita da História.

Estilo historiográfico em E. P. Thompson: uma análise a partir de costumes em comum.

Saulo Artur Cordeiro Leite Julião - SEDUC- CE

No primeiro semestre de 2023, concluímos pesquisa de mestrado desenvolvida no PPGH-UECE e voltada para a escrita da história na obra "Costumes em comum" de E. P. Thompson. Para tanto, empregamos a abordagem estilística desenvolvida por Peter Gay em "O estilo na história" como chave hermenêutica. Nosso objetivo era mobilizar as categorias e a metodologia propostas por Peter Gay para analisar o livro de Thompson em três dimensões interligadas: o estilo emocional, o estilo literário profissional e o estilo literário. No caso do estilo emocional, analisamos características mais pessoais da escrita do historiador inglês, levando em consideração seus engajamentos sócio-políticos, assim como suas predileções temáticas em historiografia, desse modo, acabamos nos centrado em duas temáticas caras a sua vida pessoal, sua militância e sua escrita, o binômio disciplina e heresia. Quanto ao estilo profissional, buscamos pensar a noção de história e de historiografia que norteavam as pesquisas e a narrativa desenvolvida em "Costumes em comum", novamente chegamos a tensão entre dois polos essenciais que a escrita na obra supracitada preocupa-se em sistematizar e, em alguma medida, conciliar: uma noção provisória do conceito de totalidade, herdado da tradição marxista, assim como uma noção complexa e ambivalente da evidência histórica, herdada do romantismo e do empirismo inglês. Por fim, no que tange ao estilo literário, foi necessário efetuar diálogo com a crítica literária, afim de compreendermos como certos padrões estilísticos típicos de algumas correntes literárias se fazem presente na forma pela qual Thompson organiza e materializa sua pesquisa história na narrativa presente em "Costumes em comum". Tensionada entre a disciplina revolucionária e a dissidência herética, bem como entre a totalidade provisória e a evidência ambivalente, o estilo literário em "Costumes em comum" revela essa tensão buscando combinar a síntese neoclássica com a abundância da escrita romântica. Concluída a pesquisa, acreditamos ter contribuído não apenas para uma maior elucidação da obra desse historiador incontornável, mas também pensamos ter enfatizado os méritos da abordagem estilística presente em "O estilo na história" para uma análise mais aprofundada e cuidadosa quanto a forma pela qual os historiadores constroem suas produções textuais. Todavia, talvez, algumas limitações dessa proposta também tenham se evidenciado, sobretudo, a tentativa apaixonada de Peter Gay de aproximar-se da escrita do historiador em sua totalidade, projeto hercúleo que beira o inexecuível em tempos de hiperespecialização e redução de orçamentos para a pesquisa

em humanidades. São justamente esses dilemas, o passo a passo de nossa pesquisa e nossas conclusões que ansiamos por debater com os colegas de simpósio.

Palavras-chave: E. P. Thompson. Costumes em comum. Estilo.

A forma da teoria: algumas reflexões sobre como a história pode fazer da literatura sua “ficção teórica”.

José Dércio Braúna - UFC

A reflexão proposta para esta comunicação parte da inquietante tese formulada por Michel de Certeau num dos capítulos (terceiro) de *História e psicanálise*, segundo a qual a literatura pode ser tomada como um discurso teórico dos processos históricos. Em sua argumentação, Certeau propõe que ao dar acesso a uma “formalização” às operações de uma sociedade, a literatura “torna pensável” essas operações que, doutro modo, não teriam uma formalização que as torne pensáveis, e portanto observáveis, legíveis. Nessa perspectiva, entendo seja de relevância uma reflexão sobre a forma dessa literatura tomada como “discurso teórico” da história pela historiografia. Ou, dizendo doutro modo: que formalizações literárias servem à história enquanto teoria? Quais têm servido, quais têm sido descartadas? Somente textos literários que tratem da história e seus temas (questão de conteúdo)? Ou textos produzidos sem essa finalidade (de tratarem da história enquanto matéria e conteúdo) podem servir a esse intento de “tornar pensável”? Para nortear essa reflexão, toma-se aqui em análise o trabalho literário do escritor português Gonçalo Manuel Tavares (1970-) em diálogo com a noção de “ficção teórica” presente no trabalho historiográfico de Michel de Certeau (1925-1986), que a foi buscar e desenvolver a partir do trabalho de Sigmund Freud. Tendo sempre em consideração a longa e velha querela de fronteira entre história e literatura, o que aqui se propõe, a partir da prática-pensante de um historiógrafo (Certeau) e de um literato (Tavares), é a possibilidade de se pensar como a “maneira” (a forma) do texto ficcional pode levar a que essa escrita possa tornar-se (ser leva a assumir uma função) teórica. Trata-se, assim, de refletir sobre como uma maneira de escrita pode configurar uma maneira de abordar, abrindo brechas em maneiras de pensar e escrever história. Em termos de análise, toma-se em consideração a obra de Gonçalo Tavares, especialmente (mas não apenas) seus livros *Matteo perdeu o emprego* (2010), *O senhor Swedenborg e as investigações geométricas* (2011) e *Enciclopédia 1-2-3* (breves notas sobre ciência, breves notas sobre o medo, breves notas sobre as ligações) (2012). Tratam-se de obras cuja maneira de escrita se faz por desenhos geométricos comentados, por narrativas breves ordenadas alfabeticamente, por breves textos-pensantes, não sendo, portanto, obras que tragam conteúdos propriamente (ou vistos como propriamente) históricos. Tratam-se de textos que assumem um caráter reflexivo, provocador, que deixam ler um intento teórico à medida que propõem ao leitor desvios ao pensamento estabelecido. “Talvez seja ingênuo exigir que uma linguagem declare para o que ela existe” (Michel de Certeau, *La Prise de parole*): nasceste para que utilidade? Se assim é, e considerando-se que teoria pressupõe linguagem, há que se ter em mente que, por vezes, é “esquecido da intenção [da utilidade], que o homem conhece” (Gonçalo M. Tavares, *Enciclopédia 1-2-3*). Na comunicação proposta, busca-se pensar

como certos textos literários, não nascidos para utilidade da história, podem lhe ser de grande valia quando tomados como “ficções teóricas”.

Palavras-chave: Teoria da história. Ficções teóricas. História e literatura.

A representação da História urbana de Anápolis. Uma leitura partir das narrativas memorialistas.

Lucas Gabriel Corrêa Vargas - UEG

A cidade de Anápolis foi retratada na historiografia como um importante centro comercial do Estado Goiás, através de figuras de linguagem que remetem à grandes cidades industriais, considerada por jornalistas como a Manchester goiana ou a Ribeirão Preto de Goiás. Dada a sua localização geográfica tornou-se rota de passagem comercial, cujos registros históricos iniciais datam do século XVIII quando viajantes e historiadores que circularam no Brasil passaram pela localidade. Entre o final do século XIX e início do século XX, Anápolis torna-se paulatinamente uma cidade atrativa, sendo que a partir da década de 1930 o desenvolvimento urbano torna-se mais evidente, havendo para tal muitos agentes envolvidos no processo; as mudanças políticas, a imigração e a chegada de novos meios de transporte foram cruciais para a urbanização da cidade. A historiografia de Anápolis está registrada em muitos livros e narrativas memorialistas que recortam a realidade local através do registro de eventos religiosos, acontecimentos políticos e marcos culturais, referências para a construção de cronologias e para a compreensão da temporalidade. No entanto, a história urbana que possui significativos registros dentro das narrativas é pouco estudada, principalmente no que se refere ao contexto regional em que se encontra; pode-se dizer que o processo de urbanização de Anápolis está ofuscado em sua compreensão histórica. Neste sentido, este trabalho tem por intenção, a partir da leitura das narrativas historiográficas memorialistas na cidade de Anápolis, realizar uma análise da representação do processo de urbanização da cidade de 1930 a 1970. Dentre os autores utilizados como fonte principal para esta leitura será dado destaque a quatro deles, pelo esforço com que atuaram para a sistematização do conhecimento da história anapolina, e por registrarem o recorte temporal adotado, garantido que houvesse pontos de partidas mais seguros para uma leitura historiográfica. São eles: Francisco Lopes de Azeredo Filho, João Luiz de Oliveira, Humberto Borges Crispim e Haydée Jayme Ferreira, autores das obras Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis (1938), A Revista A Cinquentenária (1957), História de Anápolis (1975) e Anápolis, sua vida, seu povo (1979), respectivamente.

Palavras-chave: Anápolis. Urbanização. Narrativas.

Sérgio Sant'anna e a "Geração 64": narrativa e cotidiano.

Francisco Alysson Silva Pinheiro - UFC

A apresentação discute o modo como o contista, romancista, poeta e professor Sérgio Andrade Sant'Anna e Silva (1941-2020), entre meados dos anos 1970 e 1980, tensiona a “Geração 64” durante a “redemocratização” no Brasil, a partir daquilo que está à margem das narrativas tradicionais dessa geração – o espectador, a cultura de massa e os pobres – para problematizar as fronteiras dessa invenção geracional, invenção que se dá por meio do “memorialismo” da geração de 1964 (Bastos, 2000), cujo foco está na temática da luta armada e de suas implicações: culpa, exílio, delações, etc. (Perlatto, 2014). Em Sérgio, todavia, há uma preocupação com uma esfera ainda pouco discutida daquele período: o cotidiano entre 1970 e 1980. Assim, o autor busca fazer uma crítica ao modo como se dá a memória dessa geração, centrada na figura do intelectual classe média de esquerda, ao mesmo tempo em que reflete sobre a relação desta geração com a história e a literatura, quer dizer: como tecer uma escrita da história de períodos autoritários como a ditadura de 1964 de modo a torná-la comum? De que maneira, por sua vez, os dilemas democráticos – a proliferação das imagens e das vozes da massa, a televisão e o excesso de informação – (in)possibilitam a construção de uma história sobre a Ditadura de 1964? Qual a relação entre narrativa e cotidiano em Sérgio Sant'anna?

Palavras-chave: "Geração 64". Sérgio Sant'Anna. Cotidiano. Narrativa.



**SIMPÓSIOS
TEMÁTICOS
ONLINE**

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

Testemunho, escrita da história e violência (séculos XX e XXI).

Coordenador(es): Marcos Gonçalves (UFPR) e Thiago Ernesto Possiede da Silva (UNESPAR).

O Simpósio é direcionado a um escopo de pesquisas cujo campo de problemas teóricos e historiográficos está associado às teorias do testemunho, às análises de narrativas que se apropriam tanto da memória individual quanto da memória social, e verbalizam experiências históricas de violência sob diversificados contextos políticos. Sugere uma correlação entre teorias da fenomenologia da violência e como ela é expressada, seja em narrativas historiográficas ou em narrativas de natureza biográfica e autobiográfica. Em termos empíricos, acolheremos pesquisas concluídas ou em andamento sobre: ditaduras; exílios e refúgios; degradação física e social de coletivos pela inexistência de políticas públicas; autoritarismos; fascismos; racismos e xenofobias; justiça de transição, processos genocidários; políticas de memória e esquecimento. A periodização a ser contemplada para recepção de trabalhos diz respeito a processos históricos vivenciados nos séculos XX e XXI, sem que esse recorte negligencie episódios antecedentes que justificam e explicam fenômenos subsequentes. Proponentes de comunicação devem levar em consideração os seguintes eixos: 1) Fenomenologia das violências: apresentar leituras teóricas sobre a fenomenologia da violência contemporânea em suas diversas modalidades (violência política, latente, direta, estrutural, cultural, extrema), privilegiando interpretações clássicas, e interpretações emergentes que abordam o fenômeno na perspectiva conceitual. Pode ser estabelecida uma intersecção de tradições epistemológicas produzidas na sociologia, na filosofia política, na antropologia, e no direito humanitário; 2) Teoria e historiografia sobre as violências: interpretações historiográficas sobre processos de violência situacionais ou tópicos que estimam o potencial heurístico da relação entre as teorias sobre a violência e o exercício empírico produzido pela escrita da história, enquanto duas ações interdependentes e indissociáveis.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição.

Expulsões e violências: uma análise do refúgio a partir dos ucranianos deslocados no Pós Segunda Guerra Mundial.

Henrique Schlumberger Vitchmichen – UFPR

O presente trabalho visa discutir a presença da violência e a pertinência do direito humanitário na contemporaneidade, através de experiências de deslocamentos forçados e processos de refúgio, estas que tiveram um crescimento substancial após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial. Como estudo de caso, analisaremos a conjuntura específica da comunidade ucraniana que após ter seu território invadido pelas forças do Reich, e entrando em um estado de disputa entre forças soviéticas e alemãs, viram-se forçados ao exílio, quando o regresso já não era uma opção. Apesar de deslocamentos por guerras ou perseguições já terem existido antes do conflito, foi com a Segunda Guerra que o mundo assistiu ondas sem precedentes de pessoas sendo expostas a degradação do refúgio, entre milhares e inúmeras nacionalidades, os ucranianos viram seu lar destruído por exércitos e ocupantes na região, além disso, no imediato pós-guerra, disputas étnicas e ressentimentos apenas aumentaram a calamidade do que ocorreu em boa parte do Leste Europeu, massacres e revanchismos que com o tempo geraram mais mortes e expulsões. Compreendendo a violência como processo imanente à política, e abertamente presente nos conflitos, que inevitavelmente produzem as mais variadas formas de degradação humana, atingindo civis e comunidades inteiras, é notório que o direito humanitário, advindo das ruínas da guerra, tenha surgido justamente com o objetivo de estabelecer limites para a degradação e a violência de modo geral. Após isso, com a criação da ONU e as demais legislações que se seguiram, inclusive com o estabelecimento de tratativas em específico para o caso dos refugiados, instaurou-se não apenas medidas que buscassem “conter” a violência, mas também legislações que estabelecessem noções fundamentais para o exercício humanitário, tais como as de crimes de guerra e violações contra a humanidade, nesse sentido, o atentado deliberado contra civis, expostos de forma intencional à toda sorte de humilhações, é uma delas, e a atenção aos casos de refúgio se encaixam nisso, obstante, percebe-se na contemporaneidade o número crescentes de situações que expõe as pessoas ao deslocamento em diversas partes do mundo (inclusive sendo geradas não unicamente por conflitos armados). O caso dos ucranianos ascende como um dos processos que demandou mobilizações imediatas de ajuda humanitária, e contribuiu para as tratativas que se impõem ainda atualmente, e delineiam o fundamento dos Direitos Humanos, nesse sentido, seu estudo coloca-se de forma pertinente tanto como caso contido, e em escopo ampliado. Ainda além, a existência de cartas escritas no refúgio e enviadas ao Brasil, nos possibilita inserir a pesquisa no campo do testemunho, entendendo-as como relatos de experiências e pedidos de auxílio além-mar. Para substancializar as discussões propostas,

leituras que discutam a violência e sua fenomenologia na contemporaneidade, como as propostas por Étienne Balibar, que fundamentem as teorias de testemunho a partir do contexto violento, propostas por Marc Nichanian, assim como as que traçam paralelos entre estas e o estabelecimento dos Direitos Humanos, indicadas por Flávia Piovesan, serão utilizadas.

Palavras-chave: Refugiados. Testemunhos. Violência Ucrânicos.

A ficção do testemunho no Diário de Anne Frank: A ficcionalidade como elemento constitutivo para narrar o passado traumático.

Ytalo dos Santos Lima – UFC

A pesquisa tem como finalidade apresentar como a ficcionalidade é um elemento constitutivo para a narrativa testemunhal. A partir da análise qualitativa da obra "Diário de Anne Frank" e suas versões: a versão a (seu diário intimista), a versão b (seu romance baseado no diário), a versão c (a primeira edição publicada da obra em 1947) e a versão d (a edição atualmente comercializada da obra a partir de 1991) será demonstrado na entrada de 20 de janeiro de 1942 da versão d, como a escritora Anne Frank, se utilizou de inúmeros recursos ficcionais para organizar uma narrativa de maneira coerente e criar uma imersão para seus leitores. Além disso, será utilizado os conceitos de testemunha de Alexandre de Sá Avelar e Paul Ricoeur, assim como o conceito de autoria de Michel Foucault para a análise das fontes. Dessa forma, a obra "Diário de Anne Frank", tida não somente como uma literatura, mas também um testemunho, consegue construir um valor de verdade em sua narrativa a partir da ficção.

Palavras-chave: Anne Frank. Testemunho. Ficcionalidade. Diário.

Vozes de um genocídio: usos [e abusos] de testemunhos hereros no Blue Book de 1918.

Naiara Krachenski – UNESPAR

No ano de 1915, a África de Sudoeste Alemã (atual Namíbia) é invadida por tropas militares sul-africanas que acabam por controlar a região no contexto da Primeira Grande Guerra. Em 1919, com a assinatura do Tratado de Versalhes, a Alemanha perderia oficialmente todos os seus mandatos coloniais que passariam a ser gerenciados pelos países da Liga das Nações. Nesse contexto de intensa rivalidade entre os países, vê-se surgir um importante documento utilizado como "prova" de que a Alemanha havia gestado uma colonização excessivamente violenta e que, pelo "bem dos povos colonizados", ela não poderia ter seu poder colonial restaurado. O Relatório sobre os nativos da África de Sudoeste e seu tratamento pela Alemanha, ou simplesmente, o Blue Book de 1918, afirmava trazer evidências concretas dos maus tratos e abusos que os colonizadores alemães haviam submetido os sujeitos coloniais desse território. Dentre tais evidências, uma dezena de testemunhos orais dos sobreviventes hereros da Guerra Colonial de 1904

a 1908, episódio que ficou conhecido mais tarde na historiografia como o primeiro genocídio do século XX. A partir deste contexto, o objetivo desta comunicação é compreender os testemunhos a partir de duas chaves de leitura: em um primeiro momento, nos importa entender o lugar destes testemunhos em um documento diplomático colonial, já que o espaço dado às vozes africanas neste tipo de documentação se configura como algo singular; em um segundo momento, nos importa pensar como a gestão britânica/ sul-africana da África de Sudoeste utilizou tais testemunhos para validar a construção de uma narrativa antigermânica no pós I Guerra Mundial.

Palavras-chave: Colonialismo. Genocídio. África de Sudoeste. Hereros.

Memória do Indivíduo, Memória da nação. O discurso historiográfico de Gustavo Barroso nas narrativas biográficas publicadas entre 1928 e 1945.

Erika Morais Cerqueira - IFSUDESTEMG

O objetivo será analisar o discurso historiográfico de Gustavo Barroso presente nas narrativas biográficas elaboradas pelo escritor entre 1928 e 1945. Barroso, autor de transição entre uma cultura histórica imperial e uma cultura histórica republicana, não chegou a expressar abertamente seu entendimento do gênero biográfico e, tampouco, afirmou que as narrativas aqui analisadas deveriam ser compreendidas como biografias. Declarou, na verdade, que tais relatos seriam “folclore de guerra”. Consideramos que, embora o escritor tenha definido sua prática dessa forma, não seria equivocado perceber seus relatos como exemplos de uma escrita que contém elementos próprios do campo biográfico, especialmente se levarmos em consideração o estatuto desse gênero no começo do século XX. Essa investigação parte do princípio de que, ao biografar os militares que atuaram durante o Segundo Reinado no Brasil, o escritor o fez à luz das inquietações de seu tempo, intentando construir análises históricas decifradoras e atualizadoras dos problemas nacionais. A proposta é de que a narrativa biográfica barroseana integra-se à escrita da história do Brasil, na medida em que auxilia na criação de uma ordem do tempo - o tempo da nação - e na definição de um espaço de atuação - o território brasileiro. As biografias assinadas por Barroso serão estudadas em diálogo com as experimentações que este gênero vivenciou durante a década de 1930, marcadas pela tentativa de humanização das personagens. Dessa forma, a construção do herói barroseano será analisada em estreita relação com a ideia de grande homem - noção que orientava o fazer biográfico desde o Oitocentos. Consideramos que, ao narrar a trajetória dos combatentes do passado, Barroso almejava transformar os leitores em espectadores ou “testemunhas”, oferecendo-lhes uma experiência do passado. A hipótese é de que havia uma ambição pedagógica, pois o que se acompanhava, por meio destes relatos de vida, não era tanto a evolução do caráter da personagem, mas, antes, a maneira como suas virtudes eram postas à prova em diferentes momentos. Para Barroso, interessava a singularidade do percurso individual e a exemplificação da eficácia de uma virtude, presente no grande homem, e os desastres resultantes de determinado vício, encontrado nos adversários.

Palavras-chave: Gustavo Barroso. Biografia. Historiografia. Cultura Histórica.

Considerações sobre fantasmagoria e testemunho: linguagem visual e imagens dialéticas na apreensão da violência política

Thiago Possiede - UNESPAR

Esta pesquisa propõe refletir e desenvolver categorias de análise sobre testemunhos decorrentes de experiências traumáticas. A abordagem visa estreitar e atualizar as relações entre os conceitos de trauma (Sigmund Freud) e fantasmagoria (Walter Benjamin). A noção de *fantasmagoria da violência* encontra paralelos em estudos (Jaime Ginzburg) sobre memória e literatura, articulando formas de linguagem, como a repetição de metáforas, analogias, gestos, ocultamentos, silêncios, atos-falhos e imagens que surgem da expressão e esforço de estruturar o testemunho como exposição do horror. Investigar testemunhos de tortura, por exemplo, tensiona o processo metodológico da pesquisa histórica para pensar o relato como *linguagem visual* (Aléxia Bretas), estabelecendo vínculos e suporte de *imagens dialéticas*. Buscar como essas imagens surgem na linguagem, sendo, ao mesmo tempo, forma e conteúdo da experiência traumática e fantasmagórica é a problemática atual desta proposta. Nossa hipótese sinaliza que elas descrevem e revelam tempos históricos, podem ser compreendidas como indicadores e, dispostas em conjunto, diagnóstico de tempo, uma vez que denunciam as contradições da realidade em termos de barbárie e catástrofe, por isso a característica dialética. Assim, a pesquisa metodológica que se apresenta aqui se fundamenta em uma base empírica de testemunhos de torturas, ocorridas durante a ditadura militar chilena.

Palavras-chave: Testemunho. Violência. Pesquisa histórica. Método.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Homens sendo mortos por suas próprias tramas: Lula Côrtes e a resistência ao mundo moderno.

Álvaro de Sousa Coelho - UFCG

Esta comunicação surge a partir dos resultados parciais de um aspecto ainda em desenvolvimento da pesquisa de mestrado do autor, ao qual estuda a literatura do escritor, pintor, músico, psicodélico e eternamente preocupado com o bem-estar social Lula Côrtes (1950-2011). Lula publicou, em 1975, a crônica Santo Amaro Sol, em que ele caminha pela periferia do bairro de Santo Amaro, em Recife, e descreve o que vê, ouve, sente e pensa ao longo de suas caminhadas. Assim, através da metodologia que propõe os

possíveis usos da literatura e da crônica para o saber histórico, e ressaltando a conexão de Lula com o efervescente universo contracultural que promove uma rejeição ao mundo moderno, industrial e civilizado, o objetivo deste trabalho é, principalmente, mostrar a obra de Lula como uma narrativa que rejeita a violência estrutural que o capitalismo propicia e propõe saídas para tal. Quer dizer, o desigual lugar de onde Lula observa, ao qual se vê, ao longe, os enormes arranha-céus recifenses e, ao seu lado, os alagados, os mocambos, o lixo, a lama e a onipresente tristeza no olhar dos transeuntes que parecem carregar a vida como um fardo, diariamente acordando cedo para a “luta diária”, mostram o modo de produção capitalista quase que como uma distopia. Sendo assim, caminhando por esse cenário periférico e a partir de alguns dolorosos relatos, Lula denuncia as crueldades a sua volta e documenta a exclusão social para com a população pobre daquele bairro, ao mesmo tempo em que promove uma rejeição a essa forma de opressão contemporânea, indicando que esta deve ser feita a partir de uma resistência cotidiana e de uma libertação individual. Para finalizar essa comunicação citando um exemplo que evidencie como os habitantes de Santo Amaro são engolidos pelos “progressos” urbanos, são tratados com descaso pelas autoridades públicas e sofrem com o modelo econômico a que são submetidos, cito Lula narrando o momento em que, instantes depois do meio dia, um homem com um lenço na cabeça, um rosto vermelho, suado, com rugas profundas e “com desenhos de dor esbranquiçados” está de mãos dadas com uma menina de mais ou menos 5 anos, que veste uma desbotada e remendada farda escolar. Estão tentando atravessar uma avenida recentemente inaugurada e que corta a favela em duas. O homem aperta a mão da criança e olha a rua apreensivo, aguarda apenas uma oportunidade para atravessar. Mas parece ser impossível, o movimento dos carros o impede. O semáforo próximo não aponta nem para o “pare”, nem para o “siga”, “o sinal é apenas de atenção constante”. Ele vê uma oportunidade e dá um passo, “mas vem um Jipe da C.H.E.S.F. correndo muito”, e ele é obrigado a puxar bruscamente a mão da criança e retornar ao acostamento, retrocedendo aquele passo que tanto havia dado trabalho para dar. Após insistentes tentativas., uma sirene na fábrica da Tacaruna toca, e o homem desiste da travessia. Com os olhos fitados no chão, ele recua e vai embora, afinal, já é hora de regressar ao trabalho.

Palavras-chave: Libertação Individual. Lula Côrtes. Mundo Moderno. Resistência.

“Para além da dor”: ditadura, repressão e violência manicomial no testemunho de Sylvia de Montarroyos.

Amanda Pfitzner Cabral - UFPR

Das diversas práticas de violência e violação de direitos humanos cometidas pela ditadura civil-militar entre 1964 e 1985, a violência manicomial-psiquiátrica contra aqueles considerados “subversivos” e “terroristas” pelo regime militar é pouco ressaltada pela historiografia, gerando uma lacuna a ser preenchida. Após a prisão, interrogatório e torturas, alguns presos políticos eram forçadamente internados em instituições psiquiátricas, onde o monitoramento pelos militares e as torturas continuavam (UOL,

2021). Na intenção de preencher tal lacuna historiográfica, nos propomos a investigar o caso de Sylvia de Montarroyos através do seu testemunho autobiográfico intitulado “Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos” (2013), no qual aborda as memórias de quando era militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) em Recife/PE, entre os anos de 1964 e 1965, e tornou-se presa política da ditadura civil-militar na menoridade, aos 17 anos. Em formato de romance, a narrativa perpassa a prisão e as torturas sofridas por Tatiana (nome de guerra de Sylvia), que culminaram em seu internamento forçado no Manicômio Judiciário da Tamarineira. Com base no conceito de “trabalho da testemunha” de Mariana Wikinski (2021), os tipos de testemunha existentes pela perspectiva de Aleida Assmann (2023) e as considerações recentes de Márcio Seligmann-Silva (2022) sobre a importância do testemunho para a virada mnemônica e as políticas de memória sobre a ditadura, a proposta da comunicação é apresentar uma breve análise que perpassa as dimensões da violência ditatorial, focando na instrumentalização da psiquiatria pelo regime a partir do internamento de seus presos políticos; as violências provenientes da tortura e do período asilar-manicomial sofridas por Sylvia, seu conseqüente adoecimento psíquico e diagnóstico médico-psiquiátrico e como esses elementos determinam seu testemunho.

Palavras-chave: Sylvia de Montarroyos. Ditadura civil-militar. Violência manicomial. Testemunho. Literatura testemunhal.

A escrita sobre a violência: o testemunho de Derlei Catarina De Luca sobre a ditadura civil-militar brasileira.

Maria Cláudia Moraes Leite - GENHI/UFRGS

Esta apresentação tem por objetivo explorar o testemunho da militante da Ação Popular (AP), Derlei Catarina De Luca, sobre a ditadura civil-militar brasileira contido na obra *No corpo e na Alma*. A análise, realizada a partir de uma perspectiva de gênero, centra-se no relato da autora sobre a repressão política e a violência sofrida enquanto esteve sob a tutela do Estado. Busca-se, assim, demonstrar os recursos escolhidos por Derlei para representar situações de dor e violência, além de verificar as marcas de gênero que, enquanto narrativa literária, perpassaram a escrita da autora. Esta investigação faz parte de um dos capítulos da tese *Gênero, memória, literatura: a resistência à ditadura civil-militar brasileira na escrita de três militantes - Mariluce Moura (APML), Derlei Catarina De Luca (AP) e Sylvia de Montarroyos (POR-T)*, defendida pela autora em fevereiro de 2023 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Gênero. Memória traumática. Literatura.

A perda da pátria e a (re)construção das identidades em Jean Améry: como o trauma do holocausto moldou a visão do autor.

Lucas José Mascarello de Jesus - UFPR

Este trabalho busca responder como o intelectual sobrevivente do holocausto, Jean Améry, constrói a noção de identidade através da análise de duas de suas obras ensaísticas. Averiguando como os impactos do exílio, a perda da pátria/terra natal e como o processo da tortura, que revigora a ausência da pátria e da identidade, formaram a concepção do autor, não somente de sua própria identidade, mas de como a sociedade percebe, produz, valida e aniquila os indivíduos, suas subjetividades e identidades. Tem-se como fontes seus livros *Além do crime e castigo - tentativas de superação* (2013) e *Revuelta y Resignación - Acerca del envejecer* (1968). Através dessas fontes foi possível cruzar os pontos entre o trauma da experiência do holocausto e as percepções acerca das identidades de um sujeito permeado pelos traumas do passado e do envelhecimento. Este trabalho se propôs a entender as construções da noção de identidade nos impactos causado em um único sobrevivente, Jean Améry, não buscando construir definições generalizadoras do impacto do holocausto na noção de identidade de todo um grupo, mas de um único indivíduo. A metodologia para compreender tal pensamento consistiu primeiramente na leitura aprofundada dos pontos de vista sistemático e compreensivo das fontes escolhidas. Arelado aos autores e autoras que se dedicam à pesquisa a respeito das temáticas do testemunho e da identidade, podendo citar, dentre eles, Joël Candau, Susan Suleiman e Seligmann-Silva. Outro processo integrou a leitura de artigos e livros que citam ou se dedicam de forma mais específica ao objeto desta pesquisa, Jean Améry. Tem-se assim, como resultados parciais, a percepção do papel da sociedade sobre a construção do sujeito e suas identidades. Seja durante momentos de extrema violência, como os perpetrados a Améry e a outros milhões durante o holocausto, ou durante a construção da identidade do indivíduo e o processo de expulsão da sociedade durante o envelhecimento, o sujeito está a mercê daqueles que o cercam. Ao colocarmos lado a lado as duas obras de Améry, averigua-se então que o indivíduo só se pode encontrar autenticamente no limite de sua pele, ou seja, no corpo.

Palavras-chave: Jean Améry. Identidade. Trauma. Pátria. Tortura.

Temporalidade e testemunho moral: uma crítica da objetividade histórica em Jean Améry.

Marcos Gonçalves - UFPR

Esta comunicação desenvolve uma reflexão sobre como Jean Améry (1912-1978), sobrevivente do genocídio nazista e ex-prisioneiro do “lager”, elaborou sua compreensão sobre os significados de temporalidade e de nêmesis, e, em que medida tal aspecto resultou em uma crítica da objetividade histórica. O trabalho de Améry é indissociável de uma história intelectual concebida por ele através de narrativas sistemáticas de natureza

autobiográfica, sobretudo, a partir de 1966, ano de publicação do seu primeiro texto testemunhal. É sensato afirmar que a perspectiva autobiográfica de Jean Améry se caracterizou, fundamentalmente, por uma exigência moral a ser cobrada de seus contemporâneos em relação ao passado e ao presente da história. A discórdia de Améry é com um certo tipo de objetividade da história. Quanto mais objetividade, mais pode representar que movimentamos as peças do tabuleiro em favor dos tiranos, e mais perdas afetivas se acumulam em razão da inexorabilidade do tempo. A perspectiva de Améry é, a princípio, uma suspensão filosófica do tempo na esperança de neutralizar a diacronia imposta ao dado histórico. Por isso, para as várias realidades temporais pelas quais passou e buscou capturar em narrativas autobiográficas, Améry reivindicou uma dimensão predominantemente moral do que propriamente factual. Améry se insurge contra a concepção de um tempo linear, homogêneo e progressivo. Esse é o tempo que favorece o opressor, e, por conseguinte, erige o esquecimento como consigna. Tampouco o satisfaz a demarcação de um tempo autobiográfico de tal modo pronunciado pela sucessão de acontecimentos e nexos causais que tornam o passado cada vez mais distante: esse é o tempo da historiografia pragmática. O ponto nodal de Améry, é estabelecer e visibilizar politicamente, em termos éticos, filosóficos e morais, um lugar que foi soterrado pelo passado, e dele construir uma cabeça de ponte em território inimigo. É importante recordar com Amit Kravitz (2019), que Améry não pretende que a investigação histórica deva ser totalmente reduzida ao testemunho. Ele defende que a investigação histórica não pode ser objetiva, a ponto de significar a neutralização, a indiferença e o esquecimento em relação aos eventos em que o mal se caracteriza como um elemento constitutivo. Portanto, Kravitz pensa a relação de Améry com a história como uma ação a contrapelo, reverberando as intuições de Walter Benjamin. No limite, Améry recusou, enquanto princípio, compreender os dados de uma fria objetividade histórica que desenvolviam historiadores, filósofos ou outros testemunhos no sentido de circunscreverem um quadro de interpretações gerais com argumentos de utilidade explicativa ou fossem “convincentes” sobre a catástrofe, quanto mais pressionavam por se distanciar de um passado incômodo. Nos termos discutidos por Aleida Assmann (2023), Améry se afirma como “testemunha moral”, em clara oposição a uma semântica sacrificial: “a testemunha [moral] e sua mensagem revelam um crime colossal, dando pura e simplesmente notícia do mal que elas experimentaram diretamente na própria pele na forma de uma violência criminosa *organizada*” (Assmann, 2023, p. 28). Améry, devassa, à *fórceps*, uma zona impenetrável para criar um espaço público absolutamente necessário à instauração do ato testemunhal.

Palavras-chave: Jean Améry. Testemunho moral. História e Historiografia.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

A história e a historiografia das práticas alimentares e os múltiplos usos do alimento.

Coordenador(es): José Carlos Silva (UFPE) e Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG).

Na contemporaneidade, a temática alimentação, dada a sua importância global, não só pela abundância ou escassez, mas também por suas formas de produção, de preparação e distribuição que impactam diretamente na vida das pessoas e da natureza, tem se tornado cada vez mais um campo de investigação e de interesse de diversos pesquisadores que procuram analisar a prática alimentar como um conhecimento histórico e intercultural que se relaciona com o meio ambiente, com as práticas de sociabilidade, com a saúde e com a formação dos sujeitos. Contudo, mesmo com toda essa atenção atual pela história da mesa, tornando a gastronomia e a cozinha objetos de estudos históricos devido às representações, os simbolismos e o imaginário construído em torno da prática alimentar, ainda existem poucos trabalhos que coloquem a alimentação como um paradigma social, que explore a ciência culinária como um dos vocabulários históricos, como um conceito (inter)cultural e como um campo de debate e de questionamento dos programas escolares e da educação dietética. Por isso, a importância da temática alimentação, para o entendimento e tratamento de questões que ao mesmo tempo afligem e apoderam politicamente não só os sujeitos que circulam os múltiplos territórios brasileiros, mas de maneira geral, a humanidade. O ST: A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DAS PRÁTICAS ALIMENTARES E OS MÚLTIPLOS USOS DO ALIMENTO tem por objetivo problematizar a prática alimentar como possibilidade de leitura e de interpretação dos problemas sociais e ambientais existentes no Brasil e no mundo e de resistência e intervenção nesses espaços pela agroecologia. Dessa forma, o presente ST pretende ampliar os espaços de dizibilidade e visibilidade social das pesquisas que giram em torno do alimento ao acolher os trabalhos produzidos por diferentes pesquisadores ligados a história da alimentação e às múltiplas abordagens socioambientais e histórica que o alimento acomoda (afetividade, memória, sexualidade, ensino, aprendizagem, espiritualidade, publicidade, natureza, saúde, doença, território etc.).

SESSÃO ÚNICA / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Dos rios, aos potes: o consumo de carne de peixe-boi na Província do Amazonas (1850 - 1860).

Robert Alves Pinho - PPGHIS - UFMA

O consumo de carne e gordura de sirênios foi uma prática comum, desde o estabelecimento dos seres humanos na Amazônia, até as grandes matanças ocorridas durante o império. Após a experiência colonial, quando a carne e a gordura do peixe-boi da amazônia (*Trichechus inunguis*), se tornaram uma manufatura rentável à região, o seu consumo aumentou consideravelmente, e sua caça gerou excedentes que sustentaram a economia local, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Esta comunicação se ocupa do consumo da carne deste animal na província do Amazonas em meados do oitocentos e a produção do principal gênero advindo deste animal, a mixira. Com grande concentração de gordura e carne o peixe-boi, fornecia uma boa fonte de energia e uma boa despensa e carne em conserva, assim como uma boa fonte de renda aos cofres da província. Captada dos habitantes locais, a mixira saiu, de uma preparação para tempos de crise, e virou um produto tocado pelo mercado local, dado que levou a morte de milhares de animais ao longo do século.

Palavras-chave: Peixe-boi. Amazonas. Alimentação. Economia.

Diferentes usos do açúcar na confeitaria francesa do século XVIII.

Raquel Cristina Schweig - UFSM

A confeitaria francesa é utilizada como base para a maioria dos preparos gastronômicos envolvendo açúcar, sendo assim, é considerada uma das mais importantes para a Gastronomia. O trabalho faz parte da pesquisa de mestrado e tem por objetivo principal abordar os diferentes usos e tipos de açúcar no início do século XVIII encontrados no manual de cozinha intitulado “Nouvelle instruction pour les confitures, les liqueurs, les fruits. Où l'on apprend a confire toute sorte de fruits, [...]” escrita por François Massialot, busca também entender como se construiu a confeitaria francesa no período, e que por si só, não se constitui, mas sim através de câmbios com outras culturas através de ingredientes e saberes, já que o ato de cozinhar no século XVIII termina por fundir circuitos comerciais de longa distância e tradições culinárias diversas. Entender esses usos do açúcar e de que maneira ele era levado até seu comensal, bem como os intercâmbios de alimentos no período pode possibilitar a compreensão de como a confeitaria francesa nasceu e o porquê ainda no século XXI ser referência.

Palavras-chave: Açúcar. Confeitaria francesa. Manual de cozinha.

Alimentação e abastecimento no caminho fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso (1750-1777).

Vanice Siqueira de Melo - UFOPA

Em 1752, após anos de debates entre os membros da coroa portuguesa e a burocracia colonial, a realeza lusa autorizou a navegação fluvial, por meio dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, entre o Estado do Grão-Pará e a recém-criada capitania do Mato Grosso, localizada no Estado do Brasil. Essa medida real explicava-se a partir da necessidade da coroa portuguesa em assegurar e proteger domínios territoriais após a assinatura do Tratado de Madri, firmado em 1750 e fundamentado no princípio do *Utis possidetis*. Esse caminho fluvial era frequentado por diversos tipos de expedições, como as militares (ou que transportavam produtos bélicos) e as comerciais. Essas viagens duravam meses. Nesse sentido, embora as expedições iniciassem as viagens com alimentos para atender as demandas, durante a viagem era necessário fazer reabastecimentos. A partir de relatos de viajantes, dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Público do Pará e do Arquivo Público do Mato Grosso, pretende-se apresentar uma reflexão sobre o abastecimento e alimentação das expedições durante as viagens. Observa-se a partir da documentação: como ocorria esse abastecimento nas vilas localizadas no caminho fluvial; quais alimentos consumiam; a diferenciação existente entre os alimentos consumidos no Mato Grosso e no Grão-Pará; e os conflitos e interesses que permeavam a disponibilidade, ou não, dos gêneros alimentícios. Considera-se, então, como garantir a disponibilidade desses alimentos era fundamental para consolidação do caminho fluvial e que essa disponibilidade estava, em algumas situações, relacionada às questões naturais e moradores do Grão-Pará e Mato Grosso.

Palavras-chave: Alimentação. Abastecimento. Grão-Pará. Mato Grosso. Século XVIII.

Luís da Câmara Cascudo e a construção de uma cultura popular alimentícia a partir de sua viagem à África (1963-1967).

José Walber Vieira de Oliveira - UFCG

A partir da década de 1960, o intelectual potiguar Luís da Câmara Cascudo redefiniu seu campo de estudo entre o folclore e a antropologia, abrindo espaço para a etnografia e assumindo o perfil de mediador cultural. Isso ocorreu, especialmente, quando ele foi à África, em 1963, para pesquisar as raízes da alimentação brasileira nas províncias africanas de onde ocorreu o tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil. Sua viagem ao continente africano fortaleceu os interesses que atravessaram sua formação e atuação intelectual em torno do folclore e da chamada cultura popular. A partir disso, o objetivo central deste trabalho é investigar a viagem de Câmara Cascudo à África e analisar a produção decorrente dessa pesquisa etnográfica para entender como ele construiu uma ideia de cultura popular alimentícia. Com este propósito, pautamos nossas análises teóricas em autores como Jean-François Sirinelli (2003), para entendermos o conceito de intelectual; Peter Burke (2020), para compreendermos a ideia de intelectual polímata; e

Angela Castro Gomes e Patricia Santos Hansen (2016), para percebermos Cascudo enquanto um mediador cultural. Como recurso metodológico, analisamos fontes periódicas de jornais de época: artigos, entrevistas e reportagens sobre a referida viagem. Também faremos o uso de correspondências trocadas entre Câmara Cascudo e outros intelectuais que produziram acerca do tema da alimentação, especialmente no Brasil e na África. E, ainda, nos apropriamos da bibliografia cascudiana em torno do tema, a saber: *A Cozinha Africana no Brasil* (1964), *Made in Africa* (1965) e *História da Alimentação no Brasil* (1967). Todo esse material será examinado a partir da análise de discurso, na perspectiva de Michel Foucault (2004), para entendermos como essa ideia de uma cultura popular alimentícia foi sendo construída no/pelo pensamento de Luís da Câmara Cascudo.

Palavras-chave: Câmara Cascudo. África. Brasil. Mediação Cultural. Cultura Popular Alimentícia.

O uso alimentar da bromélia macambira no semiárido paraibano: uma história sustentável no Ensino Fundamental (2002-2023).

José Carlos Silva – UFPE

Iranilson Buriti de Oliveira – UFCG

Esta pesquisa se debruça sobre o uso alimentar da bromélia macambira na rede municipal de ensino de Boqueirão-PB (2002-2023). O objetivo deste trabalho é analisar as memórias de alguns sujeitos do Semiárido paraibano sobre o uso da macambira na alimentação humana. O nosso intuito é refletir no ambiente escolar sobre a segurança e a diversidade alimentar ao valorizar os saberes e sujeitos do bioma Caatinga e de formar nos educandos a consciência histórica sobre o Semiárido. Por isso, problematizamos como a bromélia macambira fez parte do cardápio alimentar dos habitantes de Boqueirão-PB e como a escola pode se apropriar e fazer uso desse saber culinário para combater os problemas socioambientais no tempo presente. Para termos acesso a essas memórias (Candau, 2019), usamos a História Oral (Alberti, 2004; 2019) e como metodologia, utilizamos a cartografia sentimental (Rolnik, 2016; Guatarri e Rolnik, 1996) para ler os documentos. Pautados em Certeau (1982; 2019; 2023) construímos uma história do cotidiano, dando destaque às sensibilidades (Pesavento, 2007; 2008) e aos afetos (Espinosa, 2003) presente nas experiências (Larrosa, 2019) alimentares dos boqueirãoenses. Com a aplicação de um projeto de intervenção de doutorado em História (UFPE) sobre o bioma Caatinga, na Escola Municipal Ozias Francisco de Normandia, localizada na comunidade Moita de Boqueirão-PB, entre agosto e dezembro de 2023, constatamos que a bromélia macambira pode ser uma alternativa para a diversidade alimentar e para o cultivo de alimentos de forma sustentável e que o estudo das memórias sobre esse saber culinário, por meio do gênero entrevista, contação de história, aula de campo, poesia etc., leva o estudante a formar a sua consciência histórica (Rüsen, 2015) sobre o Semiárido e consequentemente a amenizar os problemas socioambientais que prejudicam a natureza e a humanidade na contemporaneidade.

Palavras-Chave: História. Ensino. Alimentação. Macambira. Semiárido.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

Decolonialidade e teoria da história: desafios éticos, epistemológicos e metodológicos.

Coordenador(es): Ana Luiza Rios Martins (UAB-UECE) e Adson Rodrigo Silva Pinheiro (UFF).

Propomos, por meio deste simpósio temático, refletir acerca das contribuições dos estudos decoloniais para os domínios da Teoria da História e História da Historiografia. Entendemos os estudos decoloniais como um campo abrangente, cujos autores são herdeiros de diversas tradições teóricas, porém convergem em perspectivas epistemológicas disruptivas ao abordar os impactos históricos sobre os corpos de pessoas negras, indígenas, quilombolas, mulheres, e a comunidade LGBTQIAPN+, resultantes da interseção entre o capitalismo e o colonialismo. Diante desse cenário desafiador, enfrentamos não apenas a necessidade, mas também o compromisso ético-político de abordar os sujeitos das narrativas históricas como fenômenos intrinsecamente situados, ultrapassando a simples delimitação temporal ou local. Convidamos, assim, contribuições acadêmicas que se debrucem sobre a análise dos marcadores interseccionais das diferenças entre os corpos moldados pela colonialidade. Isso inclui a investigação dos epistemicídios, das práticas sociais de (re)existência e o papel dos agentes na formulação de propostas que visam a emancipação social. Deste modo, o Simpósio Temático espera a submissão de trabalhos que adentrem de maneira aprofundada tais temáticas, destacando-se, em particular, a integração do conceito de decolonização nos estudos históricos. Este propósito visa contemplar a reflexão sobre a historiografia e as narrativas concernentes aos diferentes grupos apontados. A intenção é proporcionar um cenário propício ao diálogo crítico e construtivo, no qual as diversas perspectivas possam convergir para uma compreensão mais profunda e intrincada das dinâmicas históricas sob o jugo da colonialidade.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Usos do pensamento decolonial na historiografia brasileira: teses e dissertações (2001-2023).

Silmária Reis dos Santos - PPGH/UFBA

Recentemente, temos acompanhado um aumento significativo do conceito de “decolonialidade” nas pesquisas brasileiras. Se tratando do campo da História, podemos considerar que essa realidade é mais recente ainda. Fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento que têm registrado esses dados quantitativamente e qualitativamente, esta comunicação tem como objetivo apresentar brevemente resultados dos usos do pensamento decolonial nas pesquisas acadêmicas no campo da História a partir da análise dos resumos e das temáticas dos trabalhos. Selecionamos teses e dissertações que abordam um debate para além das pesquisas da área de ensino de História, pois elas abrangem a maior parte da produção em torno da recepção do pensamento decolonial no Brasil. Para tanto, o levantamento desses dados deu-se a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no qual utilizamos como filtro a palavra “decolonial”. No âmbito das teses e dissertações (*stricto sensu*) catalogamos um total de 15 trabalhos (12 dissertações e 3 teses). Duas que dialogam com história e cinema; uma acerca da história africana; duas sobre dois personagens políticos da história latino-americana de língua espanhola basilares para formação do pensamento decolonial nos anos 1990 (os pensadores José Martí e José Carlos Mariátegui); três trabalhos nas dimensões da história da historiografia e teoria da história, um sobre a historiadora brasileira Beatriz Nascimento, outro voltado as discussões da história pública e cultura material no Brasil, e por fim o último voltado a análise dos direitos e autonomia dos povos indígenas no Brasil a partir da teoria do sistema mundo e do pensamento decolonial; dois trabalhos que analisam a(s) obra(s) de D. Kopenawa e P. Gilroy; dois trabalhos em torno da história política brasileira; e dois trabalhos no bojo da História da Arte. Todas essas pesquisas apontam para uma perspectiva prática denominada “atitude decolonial” (Maldonado-Torres, 2019), a partir da análise dos seus respectivos objetos de pesquisa. Tal conceito é central para entendermos estas pesquisas. Espera-se, portanto, que esses dados panorâmicos possam contribuir para melhor compreensão dos sentidos e usos do pensamento decolonial na historiografia brasileira, bem como os sentidos políticos-ideológicos que os pesquisadores(as) têm tomado.

Palavras-chave: Pensamento decolonial. Historiografia brasileira. Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Decolonialidade(s) possíveis em Octavio Paz (1918-1998): escrever entre a civilização e as invasões hispânicas.

Maycon da Silva Tannis

Neste trabalho pretendo demonstrar como o trabalho poético e ensaístico de Octavio Paz trazem vários elementos do que se convencionou chamar de crítica decolonial, eles convergem para um movimento de destituição de marcas coloniais, sem que negue o passado colonial, mesmo por que ele é um dado inegável e material. Para isso apresento mobilizar a obra poética de Paz, principalmente nas poesias que mais se aproximam do seu surrealismo, estas são dotadas de um sentido e de uma reverberação metacínética, conforme aponta Hans Blumenberg, que ferem toda a instituição conceitual – base para a ontologia ocidental. Em sua maior obra de crítica que se confunde com uma firme proposta de filosofia da linguagem, o autor proclama a possibilidade de devolver à linguagem seu efetivo lugar criador; Mas como pensar na linguagem para além do simples instrumento de comunicação e passagem de conteúdos e viabilizá-la como a “criadora de mundos e homens”? (PAZ, 1967: P 34) Para Paz esse movimento só é possível se encarmos a linguagem em seu estado mais legível e puro ao ser humano, isto é, a poesia. Para compreender esse caminho pretendo recuperar as bases de uma crítica teórica feita a partir da teorização de Hans Blumenberg, onde o autor define dois campos por onde a linguagem é levada em sua efetividade: por um lado, o eixo conceitual, que tem a sua plenitude e realização máxima no conceito puro, por outro, e o qual nos interessa mais, o eixo da metáfora, que tem sua expressão máxima na poesia. Essa verificação nos servirá para localizar as peculiaridades dessa restauração da linguagem via poesia vai ter, uma vez que no eixo metafórico, a realização plena se baseia na não-conceitualidade, na contradição tensa entre os elementos formadores e na multivocidade dos elementos disponíveis, ou seja, em relação a linguagem que o ocidente dispõe como base, estrutura e método de pensamento, há aqui uma violência extrema e um instante de derrubada dessa perene ontologia que nos cerca o pensamento. Se por um lado o pensamento de Paz se realiza no eixo da linguagem referente à metáfora, a nossa tarefa aqui partirá desse diagnóstico, para então compreender como se a convergência de história e poesia à uma deontologia que permite a re-realização da linguagem enquanto criadora do mundo-da-vida, para além de uma dependência das bases que deformam e isolam a linguagem compreendida em sua cotidianidade. E assim compreender o que é o projeto decolonial presente na obra de Paz.

Palavras-chave: Poesia. Teoria. Teoria da História. Antropologia Filosófica. Decolonial.

“Entre narrativas e sertões”: uma jornada decolonial e memorialística no estágio em História do Brasil I no Ensino Superior.

Vitória Maria Targino Filgueiras - PPGHC/UFRN

O relato de estágio docência, intitulado “Entre Narrativas e Sertões”: Uma Jornada Decolonial e Memorialística no Estágio em História do Brasil I no Ensino Superior, tem como objetivo principal elucidar questões provenientes do estágio docência, no componente curricular de História do Brasil I, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus CERES (Caicó/RN). Ao que envolve à disposição em diálogo com o campo

de memória histórica, sobretudo, ao dialogar com os sertões do Brasil colonial, imorredouro vivo de nuances e que legitima um espaço em diálogo com as produções do Programa de Pós-Graduação em História do Ceres (PPGHC/UFRN). Ao pensarmos e produzirmos a partir de uma perspectiva decolonial, de múltiplos objetos e repertórios, bem como, de análise historiográfica contemporânea. O estágio ocorreu durante o segundo semestre de 2023, com orientação e supervisão da Professora Ane Mecenas (DHC/PPGHC/UFRN). Trata-se, portanto, da construção de um diálogo inicial com a bibliografia referenciada e alguns conceitos discutidos em sala, bem como, refletir sobre os sertões em perspectiva de decolonialidade, identidade e dimensão memorialística na produção dos saberes, especialmente, no Ensino Superior. De encontro, a área de concentração em História dos Sertões, onde vêm sendo ampliada e se tornando um maior objeto de interesse ao longo das últimas décadas, especificadamente no que pode-se destacar o espaço histórico vivo que compõe o que conhece e se constrói sobre os sertões.

Palavras-chave: Ensino Superior. Estágio Docência. Decolonialidade. Memória. Sertões.

Considerações decoloniais sobre cultura popular e branquitude na música da Belle Époque de Fortaleza.

Ana Luiza Rios Martins - UFPE

Nesta pesquisa me concentro em debater questões mais conceituais como cultura popular e branquitude na frequentemente chamada Belle Époque de Fortaleza, fim do século XIX e início do século XX. Compreendo a Belle Époque como um discurso que opera dentro da lógica da colonialidade, impondo um padrão de dominação desenvolvido pela modernidade que, por sua vez, incide na realidade dos corpos colocados em dissidência em relação às estruturas de poder e a branquitude como uma racialidade historicamente construída como uma ficção de superioridade que beneficia materialmente e simbolicamente pessoas brancas. Os meus argumentos são fruto do desdobramento das minhas pesquisas de mestrado e de doutorado sobre a relação entre cultura popular e a música que emergiu de forma concomitante ao desenvolvimento urbano. Os documentos analisados são canções registradas em partituras e discos de 78 rpm, dos acervos da Banda de Música da Polícia Militar do Ceará e de Miguel Ângelo de Azevedo, além de correspondências, livros de música, livros de crônicas e periódicos. Reflito sobre essas questões com base nos estudos decoloniais, um campo amplo, com autores herdeiros de distintas tradições teóricas, mas que apresentam em comum perspectivas epistemológicas disruptivas sobre os impactos historicamente causados pelo capitalismo em sua relação com o colonialismo. Acredito que esse tipo de abordagem funciona como uma provocação que tenciona e enriquece a agenda de problemas da Teoria da História e da História da Historiografia.

Palavras-chave: Cultura Popular. Branquitude. Decolonialidade.

Reinterpretando os bens patrimoniais: educação, patrimônio e decolonialidade na construção de narrativas históricas inclusivas.

Adson Rodrigo Silva Pinheiro - UFF

O contexto educacional contemporâneo enfrenta desafios significativos relacionados à representatividade, equidade e reconhecimento dos diferentes conhecimentos, epistemologias e narrativas históricas. Este trabalho propõe uma análise crítica sobre como a interação entre educação, patrimônio e decolonialidade pode oferecer um novo debate para a construção de conhecimento e práticas dentro dos estudos do patrimônio. A metodologia parte de uma revisão bibliográfica abrangente sobre a interseção teórica entre educação, patrimônio e decolonialidade, explorando obras de autores decoloniais importantes, como Aníbal Quijano, María Lugones e Catherine Walsh, para fundamentar teoricamente o estudo. Analisaremos também, em paralelo, as contribuições de estudiosos do campo da educação e patrimônio. Os resultados desta pesquisa destacam a importância de uma abordagem crítica e decolonial na educação e nos estudos do patrimônio. As contribuições teóricas identificadas fornecem bases sólidas para a construção de práticas mais inclusivas e contextualmente relevantes, promovendo uma compreensão mais abrangente e justa da diversidade de conhecimentos, epistemologias e narrativas históricas.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Decolonialidade. Historiografia.

Teoria e práxis política: a intersecção entre pos-colonialismo, decolonialidade e estudos subalternos.

Wanilton Dudek - UNESPAR

O presente resumo aborda, os conceitos fundamentais subjacentes aos estudos do pós-colonialismo, da decolonialidade e das análises subalternas, propondo uma crítica às premissas do pensamento colonial. Inicialmente, destaca-se a intricada interligação entre colonialismo, capitalismo e o imperialismo no processo de formação da modernidade. A universalização dos discursos ocidentais, permeados por uma hierarquização racial, e os impactos globais decorrentes dessa tríade histórica. A partir do século XVIII, emergiram movimentos políticos e acadêmicos, notadamente o marxismo e os estudos pós-coloniais, voltados para a compreensão e superação da tríade colonialista. É possível categorizar esses estudos em três momentos distintos: o anticolonial, imbuído da influência do pan-africanismo; o canônico, centrado na desconstrução das estruturas mentais pós-coloniais com destaque para a obra de Edward Said, "Orientalismo"; e o decolonial, caracterizado por críticas mais radicais à modernidade e ao eurocentrismo. O primeiro momento, identificado como pos colonialismo anticolonial, delinea-se pela participação de intelectuais ativistas, cuja inspiração remonta ao pan-africanismo e a figuras proeminentes como Aime Cezar e Franz Fanon. A segunda fase, canônica, concentra-se na desconstrução das estruturas mentais coloniais, valendo-se de correntes como o pós-estruturalismo e os estudos

literários. A terceira fase, decolonial, estabelece uma relação intrínseca com os movimentos latino-americanos das décadas de 1990. Os estudos decoloniais buscam, de maneira crítica, questionar a modernidade, considerando-a como parte integrante da colonialidade. Influenciados pelos grupos subalternos surgidos na Índia na década de 1970, esses estudos visam resgatar saberes tradicionais suprimidos pela modernidade. Apesar das nuances regionais, os três momentos compartilham uma postura comum de crítica ao colonialismo, sendo herdeiros dos movimentos de independência africanos das décadas de 1950, 60 e 70. Na esfera historiográfica, tais estudos propiciam uma compreensão aprofundada das lutas africanas do século XX, alertando para a influência persistente das ferramentas coloniais na historiografia tradicional. Os estudos decoloniais, por sua vez, sugerem possibilidades de superação das ferramentas analíticas da modernidade. Enquanto isso, os estudos subalternos, embora regionalmente focados no sul da Ásia, reforçam a importância de conceder voz aos subalternizados. Portanto, a abordagem pós-colonial, englobando pós-colonialismo, decolonialidade e estudos subalternos, propõe uma análise crítica e ações anticoloniais por meio da pesquisa acadêmica e da práxis política. Os conceitos-chave, a saber, colonialismo, imperialismo e capitalismo, compõem a tríade da modernidade, e a revisitação crítica dessas correntes contribui para uma compreensão mais ampla e inclusiva da narrativa histórica global, desafiando as tradicionais perspectivas e amplificando as vozes historicamente marginalizadas.

Palavras-chave: Pos-colonialismo. Decolonialidade. Estudos subalternos.

História: Igreja católica e Inquisição portuguesa: estudos de gêneros e relações de poder e decolonialidade.

Joseane Pereira de Souza - UFBA

No contexto da Reforma católica, a Inquisição Portuguesa foi um dos mecanismos de imposição do catolicismo como religião oficial na metrópole e nas colônias. As terras do Brasil estavam sob a alçada do Tribunal de Lisboa, que formou uma rede de oficiais encarregados de manter o controle da fé e reportar os casos de heresias e atitudes consideradas imorais para Lisboa, já que no Brasil não houve a instalação de um Tribunal. Os Estudos de Gêneros nos permite entender como as instituições incorporam os gêneros nos seus pressupostos e nas suas organizações sociais determinando papéis aos diversos sujeitos do processo histórico. Assim sendo, utilizaremos documentos produzidos pela Igreja católica e pela Inquisição para refletirmos como essas duas instituições foram produtoras de estereótipos de gêneros. Nessas fontes percebemos as imposições de saberes e costumes europeus, cristãos e patriarcais sobre as práticas que se afastassem deles, determinados como únicos aceitos. Nesse sentido, buscar-se- a aqui entender os mecanismos de ações do Tribunal da Inquisição portuguesa, enquanto aliado do catolicismo na tentativa de manter-se como religião hegemônica; compreender a construção dos mecanismos e dispositivos de gêneros nas relações de poder por meio dessas instituições; refletir e explorar as possibilidades da utilização das fontes eclesiásticas e inquisitoriais para os Estudos de Gêneros e escrita da História numa

perspectiva decolonial. A decolonialidade caminha na perspectiva de problematizar a colonização intelectual que nos foi imposta juntamente com o processo de colonização dos territórios. Pensadores decoloniais, como Anibal Quijano, traz como conceito central a “colonialidade do poder”. Tendo como objetivo problematizar a matriz eurocêntrica que constitui o nosso modo de pensar a temporalidade histórica e redefinir uma abertura a novas análises que possam aglutinar maneiras diversas de pensar e experienciar o tempo e as formas de vida. Assim, pensamos que há uma colonialidade do poder que instituiu uma maneira particular de pensar a temporalidade europeia, como padrão universal e natural, desconsiderando outras formas de povos e culturas e o Tribunal da Inquisição Portuguesa foi um elemento desse processo.

Palavras-chave: Decolonialidade. Relações de gênero. Inquisição. Solicitação.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

(des)caminhos do ensino de História da África na Base Nacional Comum Curricular.

Nádia Narcisa de Brito Santos

Resultante de disputas curriculares, políticas e sociais, a BNCC fora elaborada de forma a normatizar os currículos das escolas públicas e privadas do Brasil. Neste artigo, nosso objetivo fora analisar como a Base para o Ensino Médio, configurou propostas para o ensino de História da África, haja vista que o componente curricular História passou a ser diluído dentro da área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O momento de sanção da Base, ano de 2018, é o recorte temporal que rege este trabalho, assim como o trabalho justifica-se pelo fato de a Base ser um documento normativo que rege a orientação do trabalho docente e os conhecimentos mínimos que todos os estudantes do país devem adquirir em sua formação básica. A tessitura de compreensão da História deste trabalho consiste na abordagem decolonial a partir de Quijano (2000), assim como a discussão de currículo de Arroyo (2013) e Sacristán e Gómez (1988). Notamos que a Base expressa um projeto educativo de grupos conservadores da sociedade, que, aos poucos, almejam minguar o ensino de História e, como resultado, o ensino de história da África, durante a etapa do Ensino Médio, isso tudo a partir de um reforço do eurocentrismo ao enxergar a África apenas como ponto de origem para verificar a presença dos povos afrodiáspóricos no Brasil.

Palavras-chave: Ensino Médio. Base Nacional Comum Curricular. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. História da África.

Exército Zapatista de Libertação Nacional – O Caminhar de uma memória viva: uma perspectiva sobre a história do México tecida através de seus documentos e comunicados de 1994 A 2001.

Vinícius Fávero - UFPR

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa em andamento, em curso de mestrado. Tem como objeto a análise da perspectiva sobre a História do México traçado pelo discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional e o local que a organização da região de Chiapas ocupa em meio a esta. Para isso, se emprega como uma fonte inicial, a Primeira Declaração da Selva Lacandona, de 1994. Através dela, se trabalha a tratativa da Hegemonia, como cunhada no conceito de Antonio Gramsci, sendo o discurso e atuação do EZLN como constituidores de uma e Contra-Hegemonia. Assim, também é trabalhada metodologicamente, a análise de uma busca pela formulação de uma tradição histórica e revolucionária da América Latina, através dos conceitos da Invenção das Tradições, de Eric Hobsbawm.

Palavras-chave: EZLN. Hegemonia. Povos Originários. Tradições.

Mulheres docentes, interseccionalidade e poder: deslocando fronteiras na direção de outras identidades e saberes.

Luciana Farias de Araújo Andrade – UFPI
Francisco de Assis de Sousa Nascimento – UFPI

O presente trabalho é parte da pesquisa de doutoramento e objetiva analisar as disputas de saber e poder a partir das trajetórias de mulheres docentes em suas interseccionalidades na primeira instituição pública de educação profissional da rede federal do Piauí, no período de 1970 aos anos 2000, considerando os processos de organização e estruturação dessa instituição em diferentes temporalidades nas dimensões sócio histórica, política, econômica e cultural. A análise tem como base conceitos de interseccionalidade desenvolvidos por Carla Akotirene (2018), Kimberlé Crenshaw (2002) e Patrícia Hill Collins; Silva e Gomes (2021) cruzando com abordagem decolonial desenvolvida por Aníbal Quijano, problematizando a “colonialidade do poder” que se afirma sobre a racialização dos sujeitos, dos povos e dos espaços que habitam (2000) e Maria Lugones que propõe a “colonialidade do gênero” como limite extremo das tensões (2008). Buscamos situar no primeiro momento a presença de mulheres negras docentes em funções de gestão em uma escola centenária marcada pela tradição e o exercício de um saber e poder tradicionalmente masculino e branco. Fontes: documentos institucionais, livros de memória, jornais de circulação local e fontes orais, reconhecendo o importante papel do oral ao revelar o “indescritível”, sobretudo na história das mulheres (ALBERTI, 2005; JOUTARD, 2000; VOLDMAN, 2006). No Piauí, a primeira escola de Educação Profissional foi instalada na capital, Teresina, em janeiro de 1909, marcada pela presença masculina na ocupação de espaço saber e poder. Em 113 anos de existência da instituição tivemos 15 homens indicados para função de Direção Geral e 1 mulher como Diretora Geral, em um cenário que as relações poder político exerciam grande influência na composição do quadro funcional das instituições públicas, sobretudo no período que antecede a Constituição de 1988. A partir da década de 1970 é permitido o ingresso de mulheres nesta instituição de educação, cursos são ofertados para o “público feminino”

e aumenta a participação das mulheres como docentes de forma significativa. Em 1994, uma mulher docente é indicada para a direção geral. Duas mulheres negras nos anos 2000 assumiram funções de gestão, Professora Áurea Santos (Diretora de Relações Internacionais) e Professora Dinalva Monteiro (Direção de Ensino). Mesmo com 10 anos de gestão da professora Rita Martins (1994-2004) com mudanças no critério de escolha da direção geral, atualmente por consulta a comunidade escolar, referendada pelo Ministro da Educação, não surgiu outra mulher que protagonizasse de forma “agenciar” interesse em concorrer e ocupar essa função de poder na instituição. Esse processo ao ser analisado como pontos que se entrecruzam tecendo cenários sociais e políticos nos revela que lugares de poder continuam preservados para o acesso masculino, e há existência de impeditivos visíveis e invisíveis que atravessam a trajetória de mulheres, sobretudo mulheres negras para alcançar espaços de poder institucionais.

Palavras-chave: Mulheres. Interseccionalidade. Instituição pública. Poder.

“Tá bonito pra chover”: saberes tradicionais e construções identitárias na região do Vale do Sambito – PI.

Josilene dos Santos Lima - Instituto Dom Barreto

A presente proposta tem como objetivo analisar os saberes e fazeres ancestrais que atravessam a construção identitárias das comunidades que se constituíram na região do Vale do Sambito no estado do Piauí. A relação com a terra, as relações de trabalho, as epistemologias erigidas na vivência cotidiana e as manifestações religiosas forjaram um espaço de identificação e vivências que servem de marcadores socioculturais dos sujeitos que ali habitaram e dos que ainda habitam. No ambiente do semiárido e nas tradições marcadas pela oralidade a vida foi se constituindo em estados de confluências, como nos ensina Nêgo Bispo (SANTOS, 2023). Os ensinamentos desse pensador piauiense que evidenciou os modos de saber e fazer dos povos tradicionais nas áreas rurais do Piauí, apontando nas práticas e nos saberes ancestrais modos de contracolonizar, orientam o olhar historiográfico que foi lançado sobre as narrativas, as memórias e os vestígios materiais produzidos pelos sujeitos cujas histórias de vida são objetos desta pesquisa. Tal proposta se assenta nas entrevistas, na tradição oral, nos registros fotográficos e na cultura material como expressão dos modos de vida rurais e das construções identitárias. Aqui se entrelaçam os saberes na lida com a roça, as relações de trabalho, o lazer e as manifestações religiosas das comunidades que circundam o Vale do Sambito, um importante rio da região. SANTOS (2023), SANTOS (2013), POLLAK (1992), SEGALEN (2002), MORAIS (2021) orientam o caminho historiográfico percorrido e ainda a percorrer para pensar os saberes, as memórias e as identidades destes piauienses.

Palavras-chave: Ancestralidade. Identidade. Memória. Confluências.

Sodré intérprete de Lênin: em busca de uma teoria da formação social brasileira e seu método histórico-dialético (1958-1964).

Gabriel dos Santos Barboza - UFRGS

Este trabalho, parte de uma pesquisa de Mestrado em História em desenvolvimento no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação da Profa. Dra. Claudia Wasserman, tem como foco principal compreender as influências do marxismo de Vladimir Ilitch Lênin nas formulações conceituais e historiográficas de Nelson Werneck Sodré, especialmente entre 1958 e 1964. Nesse período, Sodré, inspirado por Lênin e outros pensadores marxistas-leninista, construiu sua interpretação da história do Brasil, destacando-se as seguintes fontes: "Introdução à revolução brasileira" (1958), "Ideologia do colonialismo" (1961), "Formação histórica do Brasil" (1962) e "História da burguesia brasileira" (1964). A pesquisa explora a aplicação do método histórico-dialético de Sodré, que, ao observar a "questão nacional", desenvolve a noção da "coetaneidade do não-coetâneo" para debater a respeito do processo revolucionário brasileiro em andamento. Utilizando o método marxista para entender as relações de produção, os modos de produção e a divisão social do trabalho, Sodré dialoga diretamente com as concepções de Lênin, adaptando-as à realidade brasileira. O estudo também aborda a relação de Sodré com o marxismo-leninismo da III Internacional Comunista (IC), o que se reflete em suas produções, como evidenciado em "Formação histórica do Brasil," onde ele retrata sua postura leninista, analisando a coexistência de formas sociais arcaicas e modernas, e a persistência de estruturas feudais, tal como em "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia", escrito por Lênin em 1899. A metodologia da pesquisa exige uma análise criteriosa das categorias marxistas, sobretudo as noções em volta das relações de produção, bloco histórico, hegemonia, modos de produção, etc. Após a revisão das fontes primárias, a pesquisa se propõe a desvelar as complexas interações que levaram à formação econômico-social brasileira, explorando noções centrais que estão presentes no marxismo latino-americano, como feudalismo, estrutura latifundiária e questão racial. A análise do período selecionado visa não apenas desvendar as relações e impactos das ideias de Lênin no pensamento de Sodré, mas também considerar outros intelectuais que seguiram o legado leninista. A pesquisa mergulha na teoria e prática revolucionária de Lênin, enfocando sua base conceitual, a influência do imperialismo, a lei do desenvolvimento desigual, junto com a compreensão do papel do Estado e da democracia. Dessa maneira, percebe-se que a presente pesquisa não apenas enriquece o debate acadêmico sobre o pensamento de Sodré, mas também oferece direções para investigações futuras. A abordagem metodológica única de Sodré contribui significativamente para a compreensão das particularidades históricas da formação econômico-social brasileira.

Palavras-chave: Revolução Brasileira. Leninismo. Formação social. Dialética.

Do arquivo à aldeia: caminhos e horizontes para a descolonização da pesquisa histórica.

Jamille Macedo Oliveira Santos - IFBAIANO

Proponho nessa comunicação analisar as potencialidades que temos no horizonte ao lançamos mão de uma perspectiva êmica, dialogando com as formas pelas quais os indígenas narram sua própria história e como mobilizam e elaboram regimes de historicidade e de compressão do tempo, do mundo, da natureza, dos eventos históricos e “míticos” e das suas espiritualidades, entre outros. Nesse panorama irei trazer a tona um pouco das pesquisas que desenvolvi nos últimos anos que envolvem as resistências indígenas no período colonial, particularmente através das Santidades, e a pesquisa atual que tenho me dedicado que envolve a própria escrita da História indígena por meio e através de outras epistemes e regimes de historicidade não ocidental. Pensando o caminho teórico e metodológico da minha trajetória de pesquisa, na busca pela descolonização da escrita da História Indígena. Partindo dos olhares sobre o tema da pesquisa e suas dimensões ao longo dos últimos anos tendo em vista as experiências históricas indígenas. Primeiro em uma dimensão cultural, logo em seguida em uma perspectiva política e social e finalmente a partir de um aprofundamento e ampliação dessas experiências e seus significados lançando mão dos próprios repertórios indígenas para a compressão dos processos históricos analisados.

Palavras-chave: História Indígena. Descolonização. Cosmohistória.

Entrelaçando ficção e história por meio da narrativa de Ungulani Ba Ka Khosa (Moçambique).

Daniela de Campos - IFRS

A proposta de comunicação faz parte de pesquisa que está em desenvolvimento vinculada ao estágio de pós-doutoramento na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), sob supervisão da Profa. Cláudia Mortari. A investigação procura compreender aspectos da história de Moçambique por meio da análise de obras literárias de Ungulani Ba Ka Khosa, em específico, *Entre as memórias silenciadas* (2013) e *Gungunhana* (2018). O problema de pesquisa questiona se é possível entender melhor a história recente de sociedades marcadas pela herança (maldita) do colonialismo e como as práticas coloniais subalternizaram boa parte da população do país em foco, por meio de narrativas de ficção. Para tal, o estudo estará alicerçado no exame de obras do autor indicado, considerando a potencialidade de sua escrita, o lugar de produção de conhecimento e a experiência de vida e literária de Ungulani Ba Ka Khosa para o entendimento de sua narrativa. Importante ressaltar que suas histórias, a partir de uma perspectiva decolonial, partem de um lugar que foi, por muito tempo, posto à margem pela epistemologia eurocentrada, mas que neste trabalho é o ponto de partida para o entendimento de aspectos históricos. Metodologicamente, a pesquisa se insere na relação entre história e literatura no âmbito das investigações históricas e análise de obras literárias de ficção. Cumpre ressaltar também que a pesquisa se vincula à minha prática docente e com a preocupação com a efetivação da Lei 10.639/03 nos currículos de História da Educação Básica e em cursos de licenciatura.

Palavras-chave: Moçambique. Literatura. Decolonialidade.

Representações sobre Teresa de Benguela no tempo presente: encruzilhadas teóricas e epistêmicas.

Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva - UFMT

A presente comunicação visa refletir sobre os limites e possibilidades de uma escrita da História sobre trajetórias pessoais e comunidades afrodiaspóricas tendo como ancoragens teórico e analíticas pautadas em epistêmes que não se coadunam com os pressupostos euro centrados, consagrados no campo historiográfico, cujas categorias de análise não foram criadas levando em consideração as realidades da diáspora. Este trabalho como um desdobramento das reflexões que vem sendo tecidas ao longo da minha pesquisa de doutorado em História que analisa as narrativas e representações sobre Teresa de Benguela no tempo presente. A personagem histórica viveu no século XVIII e, segundo a documentação colonial do período, comandou o maior quilombo da Capitania de Mato Grosso que existiu na segunda metade dos setecentos. Durante boa parte do século XX, a historiografia oficial de base eurocêntrica questionou a construção de narrativas históricas de mulheres como Teresa, apontado a ausência e/ou a fragilidade das fontes, tidas como "lacunares" contudo, a partir dos pressupostos dos estudos decoloniais, trajetórias como as de Teresa tem saído do apagamento histórico para o centro do debate historiográfico.

Palavras-chave: Teresa de Benguela. Decolonialidade. Representações.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

Construir História no presente: perspectivas, possibilidades e desafios.

Coordenador(es): Jimmy Iran dos Santos Melo (UFRR) e Francisco Pereira Gomes de Oliveira (UPF).

Este simpósio temático tem o propósito de reunir pesquisadores interessados nas condições contemporâneas da produção do conhecimento histórico em suas múltiplas formas, facetas e suportes. Nesse sentido, volta-se tanto aos debates, embates e tendências historiográficas *stricto sensu*, do “retorno da narrativa” à história “refigurada”, quanto aos modos de leitura e uso do passado e da cultura histórica na esfera pública e na esfera privada, manifestados nas artes, na educação, na mídia, em empresas e instituições, etc. – e é justamente por este motivo que se fala, aqui, em produzir e não em escrever, uma vez que a escrita é uma dimensão da produção da história. Parte-se do pressuposto de que tais apropriações também não deixam de expressar e gerar compreensões e imaginários “históricos”, à medida que tecem, voluntária ou involuntariamente, relações entre o presente e tempos passados; afinal, como notam Delacroix, Dosse, Garcia e Offenstadt, “os historiadores de ofício nunca detiveram o monopólio da escrita da história. O passado pertence a todos e as apropriações que dele são feitas têm toda a sua própria legitimidade, sejam as dos ensaístas, dos romancistas ou mesmo das festas neoceltas ou neomedievais”. Longe de pretender afirmar com isso que todo e qualquer discurso sobre o passado é válido e, portanto, inquestionável, o que se pretende é colocar em discussão a ideia de que, hoje, o espaço disciplinar da história é “muito menos controlável do que antes”, de acordo com Pablo Sánchez León, e assim esboçar possíveis respostas a uma questão de fundo: qual a especificidade e, por extensão, o valor do trabalho do historiador nos tempos que correm?

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Historicizar religião, mídia e cultura pop no contexto imediato: possibilidades historiográficas.

Luca Lima Iacomini - UFPR

A ideia de que a História enquanto ciência não se dedica a estudar o presente tem sido cada vez mais ultrapassada, embora não totalmente superada. A presente apresentação busca compreender de que forma pode ocorrer uma relação entre religião, mídia e cultura pop no contexto imediato da história. Essa perspectiva, inserida no campo da História Cultural das Religiões e das Mídias (BELLOTTI, 2018), toma como ponto de partida o estabelecido por Douglas Kellner (2001) ao afirmar que a mídia “colonizou” a cultura nos tempos contemporâneos. Nesta perspectiva, grupos religiosos também utilizam a mídia enquanto uma plataforma de comunicação para fiéis e descrentes. No estudo em questão, será tomado como exemplo o caso da Relevant Magazine, periódico evangélico voltado ao público jovem adulto, e a forma como a revista estabelece conexões entre temas ligados à fé cristã na cultura pop. Para isso, será necessário recorrer aos princípios da história do tempo presente e do imediato (CHAUVEAU, 1999; SANTOS, 2007; MONTEIRO, 2018) para perceber as peculiaridades dessas associações, temas recorrentes e percepções de passagem de tempo. É possível perceber que a apropriação da cultura pop pela Relevant serve ao propósito de criar uma identidade evangélica juvenil de diálogo e aproximação com uma cultura externa ao cenário religioso.

Palavras-chave: Religião. Mídia evangélica. Cultura pop. Cultura da mídia.

Ensinando História da Educação Física: desnaturalizando olhares, produzindo histórias.

Christiane Garcia Macedo – UNIVASF
Aurilene Alves de Moraes

Na formação de professores/as de Educação Física os conhecimentos históricos são fundamentais para conhecer a trajetória da área, se entender como educador/a, formar pessoas mais críticas, reconhecer a pluralidade de corpos com os quais atuamos e poder construir práticas mais equitativas e inclusivas. Numa área marcada historicamente por práticas sexistas, eugênicas e excludentes, que visavam o disciplinamento de grupos sociais desfavorecidos, o ensino da história é um desafio necessário, porém muitas vezes encarado de forma arcaica, com a apresentação de fundadores, mestres e datas que fazem pouco sentido para os iniciantes. Nesse trabalho apresentamos e refletimos sobre a experiência de uma professora da disciplina de História da Educação Física na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Petrolina - PE) durante os últimos 5 anos, com as turmas do primeiro período do curso de graduação. Como base em uma formação

crítica e buscando as discussões da Nova História, desenvolvemos a disciplina através de temáticas (Corpo, Esporte, Lazer, Brincadeiras, Dança, Educação Física escolar e produção do conhecimento), procurando envolver estudantes através de discussões que se relacionam com o presente e também em atividades que os/as integram na produção de histórias (no plural) que reflitam sobre a construção de outros olhares. Para tanto, desenvolvemos aulas dialogadas e algumas experiências/atividades/tarefas/trabalhos. Para cada aula é selecionado um texto base para o debate, e utilizamos ferramentas como slides, exposição oral, vídeos, notícias, problematizações de imagens e situações, questionamentos sobre as motivações e processos de legitimação das práticas, produção de sentidos e valores. Destacamos ainda três atividades avaliativas que se mostraram ricas no processo de envolvimento dos/as estudantes: a produção de histórias em quadrinhos sobre trajetórias de atletas; a realização de uma miniexposição sobre modalidades esportivas, instituições, temas ou acontecimentos; e o planejamento e execução de uma aula voltada para o ensino fundamental. Destacamos que essa forma de ensino demanda muito tempo de planejamento, apoio a estudantes e avaliação, porém o contexto possibilitou sua realização, visto que a professora da disciplina possui dedicação exclusiva para a Universidade, estabilidade por concurso e pôde assumir a disciplina durante todo o período (podendo fazer adaptações e acréscimos ao longo dos anos). Também é importante destacar que atuar buscando a formação crítica, não é mais fácil e nem garantia de “sucesso” entre os/as estudantes e colegas, pois exige incomodar, negociar e convencer. Ações que formas mais tradicionais dispensam, já que manter as coisas como são e sem questionamentos já está dado. Ouvir os/as estudantes, fazê-los/as falar e agir, buscar formas atrativas de construir relações e estar consciente de que nem sempre dá certo como idealizamos, são pontos que se mostraram fundamentais para essa experiência. Reconhecer a trajetória da área mostrou a importância no trabalho anti-sexista-racista -gordofóbico -lgbtfóbico-capacitista-aporofóbico-xenofóbico, enfim contra todos os preconceitos marcados nos corpos e nas práticas corporais. O ensino da história se apresenta como possibilidade de mudar essas trajetórias, produzindo outros entendimentos e se reconhecendo como agentes.

Palavras-chave: História. Educação Física. Disciplina. Experiência. Ensino.

Experiência de construção de uma pesquisa do tempo presente: a trajetória do filme Marighella.

Ygor Pires Monteiro

A presente comunicação tem como objetivo compartilhar a experiência de construção de uma pesquisa sobre a história do tempo presente do Brasil para a tese de doutorado. A pesquisa trata de uma espécie de biografia do filme Marighella, dirigido por Wagner Moura e inspirado na biografia Marighella - O guerrilheiro que incendiou o mundo de Mário Magalhães. A trajetória pública do filme é analisada desde o lançamento do livro em 2012 até a estreia oficial da obra audiovisual em 2021, passando pelos obstáculos sofridos para o lançamento nos cinemas (problemas burocráticos com a Ancine, pandemia do covid-19...). Como se trata de uma abordagem biográfica, a narrativa busca

entrelaçar as relações entre o biografado, o filme Marighella, e o contexto social e político no qual se insere, marcado pelas Jornadas de Junho de 2013, a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, o crescimento do negacionismo e a eleição presidencial de Jair Bolsonaro. Ao longo da comunicação, pretendo refletir sobre as potencialidades e dificuldades de um estudo histórico sobre o tempo presente. Logo, algumas questões serão abordadas no que se refere à minha própria trajetória como historiador lidando com as potencialidades e dificuldades: a definição de um recorte, as transformações da pesquisa, o trabalho com a própria subjetividade, as reflexões sobre os diálogos entre história e cinema, a utilização de fontes digitais, os questionamentos sobre os usos políticos do passado da ditadura civil-militar, o trabalho com fontes orais, a construção de narrativas históricas fora do ambiente acadêmico e o enfrentamento de disputas políticas sem uma conclusão cronológica imediata.

Palavras-chave: História do tempo presente. Cinema e História. Biografia. Usos do passado. História digital.

Navegando em outros mares: percepção e análise da atuação profissional de historiadores formados pela UFRN na rede social Instagram de 2020 a 2022.

Viviane Cristine Pereira Nunes - UFRN

Este trabalho, fruto das análises iniciais dos questionários preenchidos pelos egressos do curso de licenciatura em história oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pretende discutir as possibilidades e dificuldades de inserção do historiador no ciberespaço (LÉVY, 2010) a partir da percepção apresentada por esses sujeitos no que diz respeito à formação inicial recebida por eles. Além disso, busca refletir sobre a necessidade de reconfiguração da profissão para atender as demandas da atualidade, sobretudo em um cenário em que a História enquanto ciência se encontra permanentemente sob ataques revisionistas, negacionistas e conservadores. Essa nova demanda, definida como virada digital (NOIRET, 2015), desafia a relação dos historiadores com os espaços públicos e nos conclama a ocupar esse novo local de produção e difusão de conhecimento, o que requer da universidade um esforço para a formulação de um currículo que acompanhe essas demandas do tempo presente, instrumentalizando esse profissional a utilizar as redes sociais enquanto um espaço de atuação e não somente como um recurso de ensino e aprendizagem histórica. A metodologia utilizada neste trabalho consiste no uso da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2015) para a compreensão dos valores e ideias intrínsecos às mensagens e aos discursos feitos, cujos significados, por vezes, não estão explícitos no texto, mediada pela reflexão teórica acerca de temas como história pública (CARVALHO; LUCCHESI, 2016) e história digital (LUCCHESI, 2014a; CARVALHO, 2016). A análise inicial dos questionários permitiu concluir que os egressos do curso de história da UFRN enxergam o uso das redes sociais como importante, embora afirmem, em contrapartida, que não receberam suporte formativo da universidade no que diz respeito ao uso desse espaço, fator que pode ser condicionante para a resistência de alguns em relação ao exercício da profissão no âmbito público e nos meios digitais e para

a desistência daqueles que optaram por fazer uso do ciberespaço com finalidade profissional.

Palavras-chave: Atuação profissional. História Pública. História Digital.

A Helena em estilhaços: subjetividades femininas na telenovela Viver a Vida (2009-2010).

Ramone Maria de Sousa Silva - PPGHB-UFPI

Entre meados de 2009 e 2010, a telenovela Viver a Vida, de autoria de Manoel Carlos, produziu um acontecimento histórico na teledramaturgia. No período em ênfase, a atriz Taís Araújo viveu a primeira Helena negra escrita pelo autor. Porém, viu-se na tela emaranhados de uma história que, em cena, não refletia muitos elementos emancipatórios na invenção da Helena em estudo. Tais aspectos contribuíram para que a personagem fosse lida como uma protagonista que existiu em um lugar de sujeição e submissão àqueles que transitavam em sua vida. Sendo assim, o presente texto aborda parte de conflitos e tensões experienciadas pela personagem feminina Helena na telenovela Viver a Vida. A partir da obra, analisa-se a personagem e elementos de sua história permeados nas esferas que lançam focos de luz à problemática da narrativa. Quanto ao corpus documental, o texto construiu-se através da sinopse da obra posta no portal Memória Globo e dos diálogos das personagens em uma cena do capítulo 55 aliadas a entrevistas concedidas pelo autor.

Palavras-chave: Subjetividade. Sujeição. Personagem feminina. Telenovela.

A prescrição de virtudes intelectuais para o combate à crise da História, Michel Zaidan Filho e o tempo presente.

Muriel Custodio dos Passos - UDESC

Este trabalho apresenta as virtudes intelectuais prescritas por Michel Zaidan Filho diante do diagnóstico da crise da História a partir do final da década de 1980. Para tal, realiza-se uma leitura dos livros A Crise da Razão Histórica (1989) e Reflexões sobre a História (2017) em um círculo hermenêutico. Além disso, recorre-se à sua entrevista cedida ao CPDOC da FGV em 2015 para pensar a forma como o historiador marxista se constrói enquanto sujeito do saber histórico. A teoria da história e a história da historiografia são tomadas como referências do campo pós-hermenêutico para pensar as condições de emergência dos sentidos e racionalizar a pragmática textual das histórias, evidenciando as disputas sobre a geografia e a memória (in)disciplinar. Nesse sentido, cabe lembrar as mudanças historiográficas ocorridas a partir da década de 1980, com a marginalização do marxismo e a apropriação de vertentes teórico-metodológicas como a terceira geração dos Annales, a micro-história italiana, a história sociocultural britânica e os pensamentos de Michel Foucault e Walter Benjamin, resultando em um

deslocamento da História Social para a História Cultural. Algumas virtudes intelectuais identificadas são o racionalismo, o espírito da crítica, o realismo e a práxis revolucionária.

Palavras-chave: Virtudes Intelectuais. Crise da História. Historiografia Brasileira. Michel Zaidan Filho.

As múltiplas fronteiras na mídia escrita de Cáceres/MT.

Renilda Miranda C Barbosa - UFMT

Esta comunicação é parte de uma pesquisa de doutorado que busca conhecer, refletir e compreender os processos de integração dos imigrantes bolivianos na cidade de Cáceres, Mato Grosso, Brasil. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com o objetivo de compreender as múltiplas concepções de fronteira nas notícias de dois jornais digitais produzidos na cidade de Cáceres/MT.

Palavras-chave: História das mulheres. Gênero. Legitimação. Historiografia brasileira.

O novo sempre nega o velho: Herculano Moraes e as novas gerações literárias piauienses.

Natália Ferreira de Sousa – UFPI
Pedro Pio Fontineles Filho – UESPI/UFPI

O presente trabalho consiste em compreender o cânone literário piauiense, problematizando como se davam as disputas de pertencimento e validação deste, a partir da escrita e da repercussão da atuação literária de Herculano Moraes (1945-2018), escritor piauiense. Dessa forma, busca-se aqui analisar o momento histórico e cultural ao qual o escritor estava imerso, período que começa no final dos anos 1960 e vai até a década de 2010, discutindo os principais atores e fatores que levaram este período a ser tão emblemático em sua trajetória. A geração CLIP (Círculo Literário Piauiense), da qual o escritor fazia parte, possui destaque central na pesquisa, por ser o ponto de partida para pensar a relação de Herculano Moraes com o cânone literário. Tendo a geração literária anterior, a geração Meridiano, parado as atividades no estado, surge, em 1967, a geração CLIP, fruto da união de escritores, jornalistas, teatrólogos, dentre outros intelectuais e agitadores culturais, que se viam descontentes com o cenário cultural estadual que estavam vivendo naquele momento. Nomes como Hardi Filho, Francisco Miguel de Moura e Herculano Moraes compunham o grupo que fundou a geração e que viram, na esteira de sua fundação, surgirem outros movimentos literários, como a UBE/PI, a geração mimeógrafo e mesmo a fundação da Secretaria de Cultura do Estado. Na pesquisa, pensa-se os conceitos de geração e de intelectuais a partir das proposições de Sirinelli (2006). Também dialogamos com a historiografia piauiense a partir dos estudos de Gutemberg (2010) e Fontineles Filho (2016). No tocante aos estudos de História e Literatura, dialogamos com Darnton (2011) e Sevcenko (1985). Portanto, através

da pesquisa documental e bibliográfica, concluímos que Herculano Moraes atuou fortemente na construção de um novo cenário cultural piauiense, que, fomentado com a contribuição de outros intelectuais da época, acabou por dar novas formas de usos deste cenário.

Palavras-chave: História. Geração. Cânone Literário. Herculano Moraes. Intelectuais.

A questão ambiental e o fazer política no Mato Grosso no início do século XXI: a modernização sob o baluarte do agronegócio.

Suellen Cerqueira da Anunciação de Souza - UFMT

A presente proposta de comunicação se trata da análise historiográfica realizada para produção da tese de doutoramento intitulada: A QUESTÃO AMBIENTAL E O FAZER POLÍTICA NO MATO GROSSO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: a modernização sob o baluarte do agronegócio. Em nossa tese, o problema de pesquisa foi formulado a partir da observação da conjuntura política do início do século XXI, em que o debate sobre modernização e progresso do Mato Grosso retorna com outra roupagem, conforme a visão de Galleti (2012), é uma questão que remete ao crepúsculo dos oitocentos e atravessou o século XX, o estigma do atraso atribuído ao estado de Mato Grosso ao longo do século anterior ainda é um elemento utilizado para compor uma narrativa que subsidia projetos e empreendimento políticos que almejam “trazer” a modernidade para este território? Nessa direção, nosso objetivo central é analisar os discursos e ações do ex governador Blairo Maggi voltados para área ambiental em seus dois mandatos. Pretende-se ainda: investigar as permanências e mudanças nos discursos e nas ações do governador no decorrer dos seus dois mandatos; investigar o ideal de modernização presente nos discursos de Blairo Maggi, observando em que medida tais práticas discursivas tinham como premissa a modernização e desenvolvimento a partir do agronegócio e exploração dos recursos naturais da Amazônia Mato-grossense; compreender as lutas simbólicas envolvidas entre os agentes políticos no início do século XXI em torno da questão ambiental no estado de Mato Grosso; Sendo assim, nosso amparo teórico metodológico é a História do Tempo Presente. A História do Tempo Presente, apontando o retorno do político como renovação na produção historiográfica nos desafia a construir esta tese nos utilizando de suas interrogações metodológicas, e também como uma atitude política, cientes de que estamos em um momento em que diferentes narrativas desejam reescrever e apresentar o passado como estratégia para seus diferentes interesses que nem sempre estão comprometidos com “boas intenções”. Deste modo a História do Tempo Presente como possibilidade nesta pesquisa nos convoca a se posicionar no debate público de forma mais comprometida e demandada pelas questões do presente que envolvem a interação entre narrativa histórica e os fenômenos políticos contemporâneos, a partir da análise de eventos que têm relevância direta para as preocupações e desafios do presente, lembrando que o historiador de modo geral está sempre inclinado aos postulados de sua época (REMOND,1996). A História do Tempo Presente, ao se debruçar sobre os fenômenos políticos e ao presente nos oferta a possibilidade de uma análise social densa, e alarga as possibilidades de interpretação

sobre o tempo vivido recente, em que o político passa por deslocamentos através de uma perspectiva analítica que não se reduz mais a uma concepção de Estado como única fonte legítima de poder. Outros atravessamentos existem, e no século XXI, as novas formas de se fazer política que se diluem no tecido social reorganizam e ilustram uma dimensão política que constitui tramas atravessadas por relações de poder inscritas no tempo presente, é o caso dos discursos e ações de agentes políticos sobre o meio ambiente. Não é novidade que os laços entre historiografia e política possuem uma longa trajetória, e no caso da historiografia produzida sobre política em Mato Grosso, nos interessam as reflexões sobre o campo político em um período mais recente. Ou seja, reflexões que se mostrem ampliadas, para além de uma História elitista e atrelada a parâmetros factuais.

Palavras-chave: Modernização. Mato Grosso. Presente.

Fundação Palmares sob ataque: uma análise sobre a gestão de Sérgio Camargo.

Patrícia Rodrigues marques Rosa - UFMT

Este estudo realiza uma análise da gestão de Sérgio Camargo à frente da Fundação Cultural Palmares, por meio da análise de cinco postagens em seu Twitter. O objetivo é problematizar as ações e posicionamentos do presidente em relação a questões raciais. Utilizando a metodologia de análise de conteúdo dos tweets de Camargo, constata-se que suas postagens reforçam uma visão meritocrática em sintonia com o mito da democracia racial.

Palavras-chave: Racismo. Sérgio Camargo. Fundação Cultural Palmares.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Abrir fissuras na temporalidade neoliberal: a respeito do tempo e do imaginar.

Débora Faccin - UFRGS

Este trabalho vem com a proposta de compartilhar reflexões a respeito das possibilidades do imaginar em um contexto de temporalidade acelerada neoliberal. A provocação de Mark Fisher é conhecida: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Acrescento, entretanto, e acredito que sem causar grandes danos ao que propõe Fisher, que, em uma conjuntura neoliberal, mesmo o imaginar em si se tornou tarefa difícil. Amitav Ghosh, ao apontar a sensação de falta de saídas da crise climática, argumenta que esta acaba por revelar que a crise também é da cultura e, portanto, da imaginação. A partir destas colocações, busco perscrutar alguns porquês e arrisco-me

em algumas hipóteses que não se pretendem fechadas, mas que se movimentam no âmbito das possibilidades. Parto da premissa de que o neoliberalismo precariza nossa capacidade de experimentar vivências significativas e de seu compartilhamento – fundamentos que constituem a experiência; que, ao colonizar nosso tempo, nos impede de sonhar, de imaginar e constituir memória – nos impede, fundamentalmente, de ter tempo. Em uma temporalidade acelerada, como nos fala Hartmut Rosa, a experiência é pobre e tudo adquire tons efêmeros. Retomar a possibilidade de possuir futuros enquanto projeto perpassa necessariamente pela memória e pela coletividade – em contraposição ao individualismo neoliberal, mas também pela necessidade de tomar de volta o direito de imaginar temporalidades possíveis. Para que esse movimento aconteça, é preciso que quebrems a redoma do realismo capitalista e da subjetividade neoliberal e olhemos para tudo aquilo que existe para além dela, que recusemos a sua temporalidade acelerada que nos comprime, sempre atrasados, nesse contínuo presente, e que andemos no contrafluxo, lá onde há tempo para experimentar, imaginar outras realidades, e fazer memória. Estabelecer pontos de fuga, abrir fissuras: questionar o incomensurável, o sem sentido de viver em um sonho de outro, como nos diz Fisher. Manejar narrativas, identidades, retomar subjetividades, reconhecer outras temporalidades e outras formas de se relacionar no e com o mundo, aprender a sobreviver aos fins de mundo e a habitar ruínas, como propõe Davi Kopenawa (2010) e Anna Tsing (2022), e a partir delas, fazer germinar contra-hegemonias, como muitos há muito, especialmente a partir do sul global, já vêm insurgindo. Recuperar o tempo de imaginar, sonhar, e fazer memória, é dar ao anjo da história de Benjamin a oportunidade de enfim cuidar dos mortos, é, como nos fala Thamara de Oliveira Rodrigues (2023), reconstruir e reconduzir a nossa relação com o real, reencantar o mundo a partir de um entusiasmo crítico e lembrar o caráter de possibilidade da história, porque a instância do sonhar carrega consigo a subversão e o não-domesticável da vida, a apreensão de realidades latentes, potências de transformações. Este trabalho traz a dimensão do imaginar, portanto, para que, a partir deste, possamos falar também de futuro.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Imaginar. Temporalidades.

A História em "Utopia e Barbárie" (2009) de Silvio Tendler.

Karoline Gorget Rodrigues

Esta proposta de comunicação está relacionada com o curso de mestrado, iniciado no Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, em março de 2023. No mestrado, tem-se a intenção de investigar as relações entre “História e cinema”. Assim, nosso objeto de estudo consiste na interpretação histórica apresentada por Silvio Tendler em seu documentário *Utopia e Barbárie*, Brasil, 2009, 120m. Com duração de 120 minutos, o documentário “Utopia e Barbárie” foi definido por seu diretor com um “road movie histórico”, que acompanha o mundo pós Segunda Guerra Mundial, documentando os protagonistas da História, o humanismo, a necessidade da arte e o destemor das revoluções que moveram gerações no século XX. Trata do encontro de artistas e revolucionários em uma festa libertária, de pessoas que viveram e morreram

lutando por um mundo melhor, das barbáries que se seguiram e de um sonho que, na visão do diretor, não acabou. A narrativa acompanha reflexões e memórias do próprio cineasta, que são transmitidas ao espectador com as vozes de Amir Haddad, Letícia Spiller e Chico Díaz. Possui diversas entrevistas com figuras que viveram as utopias e barbáries retratadas no filme. Dentre algumas estão o General Giáp, estrategista do exército vietnamita; Álvaro Caldas, jornalista que foi torturado durante a Ditadura Militar no Brasil; Macarena Gelman, filha de desaparecidos políticos do Uruguai; o teólogo da libertação Leonardo Boff; o escritor Eduardo Galeano; o cineasta Cacá Diegues; o teatrólogo Augusto Boal; o escritor Ferreira Gullar e a economista e ex militante da luta armada no Brasil contra a Ditadura Militar; Dilma Rousseff. Logo, no início do filme Tandler nos informa que o documentário é uma edição própria, com suas reflexões a partir de sua vivência e compreensão de mundo, que vem retratar a sua geração. Nos apresenta, então, uma dialética entre utopias e barbáries, que percorre todo o século XX. Entretanto, o filme que seria para terminar com a queda do muro de Berlim, em 1989, se depara com novos acontecimentos, como a queda das torres gêmeas em 2001, a presidência do operário Luíz Inácio Lula da Silva, a aposentadoria de Fidel Castro. Também o mercado financeiro que simboliza o capitalismo entra em colapso em 2008 com empresas pedindo ajuda ao Estado. A eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama, é negociado o fim do bloqueio norte americano a Cuba. São estes os acontecimentos que permeiam a época de lançamento do longa. Para Tandler, a história não tem ponto final. Assim, prefere terminar seu longa-metragem com reticências, apontando que poderia muito bem continuar indefinidamente, já que a história nunca se finda. Portanto, são objetivos da presente comunicação de pesquisa apresentar o estudo sobre o documentário Utopia e Barbárie, tecer considerações sobre as influências recebidas e o processo de criação empreendido por Silvio Tandler. Além disso, intenciona-se apresentar o caminho trilhado na pesquisa e os resultados obtidos até o momento.

Palavras-chave: Cinema. História. Silvio Tandler.

O caderno de registros diários e a memória do trabalho pedagógico da equipe diretiva de uma escola pública na região da Baixada Fluminense-RJ.

Regina Lúcia Ferreira Cravo - Prefeitura Municipal de Duque de Caxias

O Regimento Escolar das Unidades Escolares do Município de Duque de Caxias publicado em 2005 descreve a composição da Equipe Diretiva no contexto da organização dos recursos humanos na escola. A Equipe Diretiva envolve o Diretor, o Vice-Diretor, o Orientador Pedagógico, o Orientador Educacional e o Dirigente de Turno, devendo coordenar ações coletivas e integradoras, visando ao desenvolvimento de relações democráticas no interior da Unidade Escolar com a colaboração do Conselho Escolar conforme proposto no artigo 9º do referido documento. O entendimento inicial trazido fundamenta este estudo que busca refletir sobre os cadernos de registros diários da equipe diretiva de uma escola pública de Duque de Caxias e o seu papel como instrumento de preservação da memória do trabalho pedagógico realizado pelos profissionais da

Educação na dinamização das práticas formativas e curriculares necessárias ao desenvolvimento do ano letivo. Através da análise qualitativa de natureza básica, com finalidade exploratória/descritiva procura-se conhecimento sobre o assunto proposto, tendo na pesquisa documental realizada junto às anotações e escritos diários contidos nesses cadernos, o principal procedimento de coleta de dados privilegiado. Apoiando-se nas contribuições de Denice Barbara Catani (2000;2002), Belmira Oliveira Bueno(2002), Henry Rousso(2009), Antônio Nóvoa (1992 e 2005) e Vani Moreira Kenski(2000), este estudo sobre o patrimônio educativo contido nos cadernos das equipes diretivas escolares compreende a possibilidade de colaboração no que tange à História da Profissão Docente e como também a História do Tempo Presente, uma história na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. Diante dos estudos sobre a vida dos professores, as biografias e autobiografias, relatos memorialísticos, quais seriam as percepções que podem ser realizadas? O esforço de compreender o próprio fazer, o prazer de dizer-se ou contar-se contribui para que o indivíduo/aluno/professor inicie a reflexão sobre sua história dos processos formadores e de atuação profissional. Além disso, favorece a constituição da memória pessoal e coletiva inserindo o indivíduo nas histórias e permitindo-lhe a partir destas tentativas, compreender e atuar. Especificamente, este estudo favorece a compreensão desses processos no âmbito da atuação da equipe pedagógica de uma escola pública da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias.

Palavras-chave: Cadernos de registros diários. Memórias da equipe pedagógica. Escola pública.

Fotografia e a construção do conhecimento histórico no tempo presente: trabalho escravo contemporâneo, memória e historiografia.

Geovanni Gomes Cabral - UNIFESSPA

Esta comunicação tem como objetivo refletir acerca das fotografias e dos relatos orais de João Laet e Sérgio Carvalho, como fonte documental para pensar o trabalho escravo contemporâneo e a escrita da história no tempo presente. Estes fotógrafos, vem percorrendo vários estados do Brasil, registrando conflitos sociais, culturas indígenas, violências urbanas e o trabalho escravo contemporâneo, em suas múltiplas facetas. João Laet é um fotografo do Rio de Janeiro e atuou em diversas ações da Comissão Pastoral da Terra entre os anos 2004 e 2005. O Sérgio Carvalho é auditor-fiscal desde 1995 e vem atuando no Grupo de Fiscalização Móvel, no enfrentamento a esse tipo de crime que persiste no País. Para esse ensaio foram selecionadas dez fotografias de seus acervos com a temática do trabalho escravo. São imagens de trabalhadores que viviam em situações de escravidão, resgatados pelo Grupo Móvel, após denúncias e investigações. Os relatos desses fotógrafos permitem pensar além do registro imagético, os embates políticos em torno dessa memória e escrita da história, assim como nos ajudam a problematizar e conhecer os conflitos e as violências no sul e sudeste do Pará, especificamente. O caráter documental dessas fotografias é percebido com o cuidado em cada registro, na intencionalidade de cada movimento e nos circuitos sociais de sua produção. Suas lentes

possibilitam pensar ainda nessa Amazônia plural, de um tempo presente marcada por uma historiografia, tecida por conflitos, violência e memória.

Palavras-chave: Historiografia. Fotografia. Trabalho Escravo Contemporâneo. Memória.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

Ditaduras militares na América Latina, transições democráticas e usos políticos do passado: a História em tempos de negacionismos.

Coordenador(es): Ana Rita Fonteles Duarte (UFC) e Paulo César Gomes (UFF).

A historiografia encontra-se em um estágio bastante desenvolvido nos estudos sobre os regimes ditatoriais iniciados na América Latina a partir dos anos 1960, bem como acerca de seus processos transicionais. De todo modo, pesquisas inéditas continuam a ser realizadas. Isso se deve à análise de acervos outrora sigilosos que são liberados para a consulta pública, a novos olhares lançados para temas que julgávamos esgotados e, também, aos questionamentos feitos ao passado autoritário com base no atual contexto político latino-americano. Nesse sentido, este Simpósio visa acolher trabalhos que abordem em perspectivas multifacetadas as ditaduras militares latino-americanas e seus processos de transição democrática. Nosso principal intuito é desenvolver um espaço para debater questões sensíveis do âmbito da História do Tempo Presente, que vêm sendo evocadas com grande vigor e múltiplas nuances tanto por autoridades governamentais como por grupos sociais da América Latina. Portanto, um tópico central a ser discutido são os usos políticos que vêm sendo feitos do passado ditatorial latino-americano, considerando que vivemos um momento em que as narrativas negacionistas estão cada vez mais difundidas, sendo com frequência tomadas como verdade por setores consideráveis da população.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Justiça de transição, sujeitos e agência: a questão indígena entre ecos de violência.

Hygor Mesquita Faria - UFJF/USC

A presente comunicação tem como objetivo refletir sobre os elementos que emergem quando analisamos o entendimento da condição de vítima da violência estatal durante a Ditadura Militar nos espaços ligados aos mecanismos da justiça de transição brasileira. A proposta aborda essa reflexão através da análise da trajetória da questão indígena. Partindo da pergunta quem é vítima? No primeiro momento busca-se tecer reflexões sobre quais balizas são majoritariamente utilizadas para compreender tal condição, o entendimento de sujeito e agência e como esses elementos se relacionam com a compreensão das especificidades da violência contra determinados grupos, como é o caso das nações indígenas. A proposta analisa a trajetória da Comissão Nacional da Verdade e a relação entre os mecanismos brasileiros e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. No segundo momento pretende-se articular as reflexões com análises sobre a importância e os efeitos da presença do movimento indígena em determinados espaços entendidos como institucionais ligados a justiça de transição.

Palavras-chave: Justiça de transição. Povos indígenas. Estado. Ditadura Militar.

Resistências (in)visíveis: representações da cultura queer no enfrentamento da ditadura civil-militar brasileira nos livros didáticos de História do ensino médio.

Daniel Camurça Correia - CCJ/UNIFOR - ProfHistória/UFC
Michele Teles Alencar Correia - PPGD/UNIFOR

Busca-se com esta pesquisa analisar discursos, representações e (in)visibilidades da cultura queer no enfrentamento e combate da ditadura civil-militar brasileira, nos livros didáticos de história do ensino médio. É sabido que grande parte dos livros veiculados para adolescentes, nas escolas públicas e privadas, pouco apresentam e discutem a luta e a sobrevivência de pessoas LGBTQIAPN+, durante os anos de chumbo, no Brasil. A problemática de pesquisa gira em torno dos mecanismos discursivos operados no material didático, na maneira como representam, demonstram ou ignoram os atos de resistência de gays, lésbicas e transexuais no questionamento do sistema repressivo do Estado na segunda metade do século XX. Para tal debate, destaca-se categorias de análise fundamentais, tais como cultura queer, resistência LGBTQIAPN+ e pedagogia da equidade no ensino de história, entre outras. A base de dados para arrolamento dos livros didáticos de História, do ensino fundamental, será realizada no acervo do Laboratório de Ensino e Aprendizagem Histórica da UFC.

Palavras-chave: Resistência LGBTQIAPN+. Ditadura civil-militar. Livro didático. Ensino médio. Ensino de História.

Noel Guarany e sua música missioneira: a busca pela integração latino-americana em tempos de repressão (1960-1980).

Lucas do Nascimento Rodrigues - UEM

Ao falar sobre música no período das ditaduras latino-americanas, logo nos vem à mente nomes e movimentos consagrados, entendidos como de resistência aos regimes, a exemplo do movimento do Nuevo Cancionero, nascido na Argentina, com projeção em toda a América Latina. No entanto, há uma série de artistas, menos reconhecidos – por se tratar de um cunho regionalista –, que se comprometeram, de alguma maneira, a combater os regimes autoritários. Esse é o caso de Noel Guarany, músico do Rio Grande do Sul, que percorre alguns países da América Latina, se apresenta e grava discos, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, este trabalho buscou analisar a trajetória e a obra deixada por Noel Guarany, através de seus discos, depoimentos, gravações de apresentações e biografia, por meio de uma abordagem voltada para com a história política do período. Através da análise empregada no trabalho, foi possível verificar os contatos transnacionais de Noel, com os ambientes intelectuais, políticos e culturais, principalmente da Argentina, além de seu apoio a movimentos operários e estudantis, bem como contato com lideranças políticas no contexto da abertura política da década de 1980.

Palavras-chave: História da Música. História da América. Ditadura.

A juventude em “Luta”: a juventude no cenário político e cultural campomaiorense (1967-1972).

Antonio Jeferson de Sousa – UFPI
Marcelo de Sousa Neto – UFPI/UESPI

O presente estudo tem por objetivo analisar a atuação da juventude nos espaços de poder político na sociedade campomaiorense. Parcela da juventude, no final da década de 1960 e no início da década de 1970, estavam participando de grupos de jovens ou movimentos estudantis, no município de Campo Maior-PI. Além disso, os estudantes foram os principais colaboradores do jornal A Luta, no período de 1967 a 1972. Dois acontecimentos, em 1967, estiveram ligados à atuação dos jovens no município, a saber: a fundação do jornal em novembro e a 1ª Semana dos Estudantes Campomaiorense, ocorrida em dezembro. Foram espaços de poder ocupados pelos estudantes em busca de participação política e, ao mesmo tempo, de promover transformações culturais no município, principalmente no que concerne ao cenário educacional. Nesse sentido, foi necessário compreender o contexto político e cultural do Brasil durante o período da Ditadura Militar, principalmente no que concerne à temática juventude e imprensa. Além

disso, a pesquisa bibliográfica e documental nos possibilitou analisar os modelos de juventude em Campo Maior, uma vez que ser jovem diferenciava-se nas configurações espaciais e temporais na qual estavam inseridos (QUEIROZ, 2015, e LEVI; SCHIMITT, 1996). Metodologicamente, analisamos o jornal A Luta a partir da perspectiva da História da Imprensa. Seguindo as proposições de Maria Helena Capelato (2015) e Tânia Regina de Luca (2018), buscamos fazer a catalogação e análise das edições completas, levando em consideração o projeto gráfico e editorial. Portanto, concluímos que a educação escolar e as vivências nos espaços universitários, em outros estados do Brasil, foram responsáveis pela formação da cultura política de parcela da juventude campomaiorense, resultando em grupos e movimentos juvenis, bem como na produção do jornal A Luta.

Palavras-chave: História. Juventude. Política. Cultura.

“A invasão das vozes e das imagens no nosso lar”: a televisão na imprensa feminina católica durante a Ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Maria Lucelia de Andrade- URCA

A década de 1960 inicia estremecendo as correntes conservadoras da Igreja Católica. O Concílio do Vaticano II (1962-1965) propunha uma mudança em direção a uma Igreja mais sintonizada com as mudanças sociais vivenciadas pelo mundo ocidental. O Brasil vivenciava um período de crise política-institucional que desembocou no golpe civil-militar de 1964, e a Igreja chega à esse momento dividida. Havia uma tensão entre os católicos conservadores e aqueles mais liberais, sintonizados com a teologia da libertação, questões de gênero, etc. Dentre as mulheres católicas conservadoras destacavam-se as Pias Uniões de Filhas de Maria que rivalizavam com os grupos de jovens atuantes da Ação Católica Brasileira. As Filhas de Maria dispunham de uma revista própria, que em 1965 completava 50 anos. “Maria”, o periódico do grupo, tinha a função de manter as Filhas de Maria sintonizadas com as pautas da atualidade, orientando ações e influenciando opiniões das leitoras espalhadas por todo o país. Declaradamente a favor do governo autoritário, a revista mantém uma cuidadosa vigilância sobre as mudanças sociais e elegeu a televisão como objeto de atenção especial. No início da década de 1960 a televisão ainda não era um veículo de massa, mas o Estado ditatorial reconhecia o potencial da televisão e não apenas investiu no fomento desse veículo, como tratou de logo em 1966 de estabelecer normas de censura para o conteúdo veiculado. Ao longo do período ditatorial (1964-1985) a televisão constituía um foco importante do Estado para fomentar a propaganda legitimadora do regime e o combate às críticas e valores contrários ao regime imposto. “Maria” também percebia o potencial da TV junto a suas leitoras, que compunham parte das parcelas mais abastadas da sociedade brasileira e, portanto figuravam entre as telespectadores dos 2,3 milhões de aparelhos televisivos em uso no país, em fins da década de 1960. Em sua coluna intitulada “Televisão” o periódico refletia sobre o veículo de entretenimento e sua influência na sociedade. Também se encarregava de resenhar os conteúdos veiculados e acusava de branda a censura do Estado quando se tratava dos conteúdos televisivos. Esta proposta de pesquisa ainda embrionária busca analisar como a imprensa feminina católica sintonizada com a parcela

mais conservadora da sociedade discute a televisão, sua influência e seu conteúdo durante a Ditadura Civil militar brasileira. Perceber como essas mulheres enxergavam a televisão e seu potencial de influenciar as famílias brasileiras, para o “bem” e para o “mal”, e como pensavam os usos e abusos da programação televisiva é entender um território de disputas de poderes. A revista que durante décadas teve uma circulação mensal, por dificuldades de ordem financeira, na década de 1960 passa a ter periodicidade trimestral e a televisão ganha gradualmente mais espaço na publicação que acompanha a expansão do veículo enquanto mantém atenta vigilância a quaisquer desvios morais e ideológicos do conteúdo da televisivo. Novelas, programas de auditório, festivais, anúncios comerciais, nada escapava ao olhar vigilante da imprensa feminina que reconhecia o poder e o fascínio exercidos pelo veículo de comunicação.

Palavras-chave: Televisão. Imprensa feminina. Ditadura Militar. Igreja Católica.

Escritas autobiográficas e experiências ditatoriais: tensões, rupturas e resistências na escrita de si no Brasil pós-anistia (1980-2018).

Caio Brito Barreira - UFC

O tema central deste trabalho é a disputa e legitimidade das narrativas e memórias testemunhais sobre regimes ditatoriais da América Latina no século XX através das escritas, edições, reedições e leituras de autobiografias. Assim, problematiza-se a elaboração do passado através de autobiografias, sobre como essas elaborações articulam diversas relações com a “verdade”, com a “ficção”, com a “história”, com o “presente”, com as sociedades onde foram escritas e lidas. Este também é um trabalho sobre uma contradição na produção de memória do nosso recorte: no Brasil da segunda década do século XXI, “lemos” um panorama conflituoso quando nos debruçamos sobre as narrativas das ditaduras. Por um aspecto, temos avanços significativos na abertura de arquivos relacionados à produção documental oficial da ditadura brasileira, bem como das ditaduras da Argentina e do Uruguai, além disso, as Comissões da Verdade, espalhadas por todo o continente, já publicaram os seus relatórios “finais”, a nossa Comissão da Verdade, “atrasada” se comparadas a outros países da América Latina, também havia sido publicada. Nesse sentido, a extensa produção autobiográfica, característica da época em questão, possui relação direta com a abertura e mesmo elaboração desses arquivos. Ao mesmo tempo em que o volume de produções sobre memória testemunhal aumentou, e aqui está o cerne da contradição, também expandem-se as relativizações sobre essas narrativas. A medida em que o número de relatos materializados aumenta, a relação que estes possuem com a expectativa de verdade pelos leitores e, ou, consumidores é abalada. Nosso objetivo é então entender esse abalo a partir da elaboração presentificada do passado nas escritas autobiográficas, e questionar quais foram as mudanças e/ou permanências na sociedade brasileira que estão na trama processual de causa e consequência desses abalos dessa relação.

Palavras-chave: Autobiografia. Ditadura Militar. Memória testemunhal.

Reflexões sobre o passado ditatorial no Rio Grande do Sul: uma análise dos relatórios comissionais em sala de aula.

Natália Centeno Rodrigues- IFSul

O passado ditatorial brasileiro (1964-1985) reverbera de modo significativo em nossa sociedade. As ações repressivas e as práticas violentas institucionais deixaram marcas no tecido social e influenciaram nos parâmetros democráticos, nos mecanismos transicionais adotados e nas memórias sociais construídas a partir dessa vivência. O cenário transicional brasileiro ficou marcado por uma demora institucional, pois as medidas só começaram a ser implementadas pelo Estado brasileiro em meados da década de 90. Primeiro, foram feitas medidas reparatórias, focando nas indenizações aos familiares e no reconhecimento dos óbitos. Posteriormente, alargou-se o escopo de tais medidas e somaram-se medidas simbólicas e apenas em 2011, por meio da Lei nº 12.528, tivemos a implementação de medidas de justiça, com a criação da Comissão Nacional da Justiça (CNV). Órgão que atuou sem função jurisdicional, mas se encaixa como medidas de justiça, já que a CNV buscou estabelecer a verdade sobre os fatos e sua atuação criou condições para julgamentos futuros. A partir da criação da CNV, inúmeras comissões foram criadas com a função de conhecer os fatos ocorridos durante a ditadura brasileira. No Rio Grande do Sul, não foi diferente; em 2012, a Comissão Estadual da Verdade (CEV-RS) e em 2015, tivemos a criação da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça (SMVJ), junto à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado. Ambas buscavam conhecer a verdade sobre o passado ditatorial e a atuação repressiva no estado. Nesta comunicação, buscamos analisar como os relatórios da CEV-RS e SMVJ podem ser utilizados em sala de aula e suas potências. Assim, os relatórios são tomados como fontes históricas e servem para contextualizar, problematizar e aproximar os educandos das situações relatadas. Os relatórios são compostos por textos, depoimentos, fotografias, mapas, possuem um potencial sensibilizador e podem realizar a ligação entre o momento de produção e de análise. Para alcançarmos o objetivo proposto, metodologicamente realizamos uma aula oficina, na qual os educandos foram divididos em grupos e receberam um conjunto documental – composto por fragmentos textuais e fotografias, e tiveram que analisar os documentos e produzir algo sobre os relatórios analisados. A aula oficina foi aplicada com os educandos de uma turma do ensino médio, de uma escola pública localizada em Bagé/RS. Quanto aos resultados, a atividade pedagógica foi bem recebida pelos educandos. Muitos se surpreenderam com a repressão ocorrida no estado, enquanto outros abordaram questões sensíveis, como a negação e/ou legitimação da violência estatal. Fato que problematizados, discutidos intragrupos. Quanto às produções dos educandos, a maioria dos grupos optou por se expressar artisticamente. Criaram recursos visuais, como colagens, desenhos, charges sobre os documentos analisados. Assim, vimos que os relatórios se apresentaram como fontes significativas, pois a partir deles os educandos refletiram sobre a ditadura no estado do Rio Grande do Sul, ampliaram seu conhecimento histórico, compreenderam sobre o processo transicional brasileiro e frisaram o potencial mnemônico dos relatórios, visto que apresentam recursos diversos para abordar esse tema sensível de nossa história.

Palavras-chave: Ditadura cívico militar no Rio Grande do Sul. Relatórios comissionais. Memórias repressivas. Ensino de história.

Usos do passado: a ditadura militar brasileira e o passado que não passa.

Adauto Guedes Neto - UPE

No trabalho em tela, buscamos analisar a ditadura ocorrida entre 1964-1985, a partir da perspectiva da História do Tempo Presente. Sendo assim, compreendê-la como processo inacabado, percebendo as tensões, práticas e discursos que se alimentam de seu contexto numa relação permanente de passado-presente. São muitos elementos deste passado que não passa dos quais precisaríamos investigar para sermos mais assertivos na noção sobre os aspectos inconclusos que caracterizam a ditadura militar brasileira, mas nos detivemos em alguns, tais como: a contínua influência militar nos processos políticos e os apelos morais e religiosos que continuam vigentes na sociedade brasileira e servem para fortalecer o apoio contra as mudanças sociais, culturais e políticas que se estabelecem. Neste sentido, o retorno do discurso anticomunista e de mobilizações religiosas como a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade voltam à cena. Para analisar este passado atual ou este processo permanente de atualização, apoiamos-nos nos pressupostos teóricos de (ROUSSO, 2016), para quem, a memória é a presença do passado – História que não passa, e (DOSSE, 2012) que, defende a ideia de uma verdadeira singularidade da noção da História do Tempo Presente que reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do espaço de experiência e no presente do passado incorporado. Com isso, buscamos perceber os elementos que caracterizam este passado presente, posto nas práticas e discursos que sustentaram o golpe de 1964 e a ditadura militar e sua relação com o Brasil recente.

Palavras-chave: Ditadura militar. História do Brasil. História do Tempo Presente.

Os aniversários dos golpes de Estado nas ditaduras militares brasileira, chilena e argentina sob uma perspectiva comparada (1964-1990): considerações iniciais.

Ana Carolina Zimmermann - UFMG

A presente comunicação busca refletir e apresentar os principais eixos que orientam o projeto e execução de minha pesquisa de doutorado, que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo geral do projeto é investigar os aniversários dos golpes de Estado durante as ditaduras militares brasileira, chilena e argentina, sob uma perspectiva comparada e conectada. A intenção é colocar em foco as políticas comemorativas implementadas pelas ditaduras nas datas de seus respectivos golpes, a saber: o 31 de março de 1964 no Brasil; o 11 de setembro de 1973 no Chile; e o 24 de março de 1976 na Argentina. O principal interesse consiste em questionar quais foram os investimentos institucionais que as ditaduras efetuaram com relação a essas datas, avaliando ainda seu impacto público e

político, ou seja, quais foram os resultados conquistados. O interesse em discutir os investimentos discursivos, simbólicos e ritualísticos dos festejos, assim como, os diferentes comportamentos e atitudes sociais manifestadas no ambiente comemorativo, ensejou um estudo inserido nas discussões sobre culturas políticas, privilegiando uma abordagem comparativa e conectada, interessada não apenas em discutir semelhanças e diferenças, mas também as conexões transnacionais formuladas por esses regimes autoritários no Cone Sul. As principais fontes históricas utilizadas são compostas por notícias e manchetes provenientes de jornais da grande imprensa: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo (Brasil); El Mercurio, La Nación, La Tercera (Chile); Clarín, La Nación, La Razón (Argentina). Esses meios de comunicação efetuaram ampla cobertura das comemorações dos golpes de Estado e mantiveram relações dinâmicas com as ditaduras, possuindo notável representatividade naquele contexto. A hipótese que orienta a pesquisa é a de que as ditaduras militares no Brasil, Chile e Argentina efetuaram investimentos simbólicos e ritualísticos com alguns traços semelhantes, que se articulam com o que postulo ser uma cultura política nacionalista-autoritária na América Latina, e conectam-se ainda a uma tradição em torno de festas e liturgias políticas situadas em um contexto transnacional mais amplo. Por outro lado, essas comemorações apresentaram especificidades derivadas das dinâmicas próprias das culturas políticas nacionais e das características daqueles regimes autoritários, acompanhando as conjunturas históricas e os traços de cada sociedade. De forma geral, pretendo compreender os investimentos e as respostas das comemorações para a construção social desses regimes autoritários a partir do influxo produzido pelas diferentes culturas políticas, aliando a abordagem nacionalista à pluralista.

Palavras-chave: Golpe de Estado. Comemorações. Ditaduras Militares do Cone Sul. América Latina. História Comparada.

A Ditadura Militar brasileira no acervo do Museu Paranaense.

Barbara Fonseca – UFPR
Stella Titotto Castanharo – UFPR

O Museu Paranaense (MUPA) é a mais antiga instituição museal do estado do Paraná. Foi criado em 1876 e ao longo do século XX passou por diversas gestões e alterações em seus objetivos de existência e em suas políticas de aquisição e descarte de acervo. Até o ano de 2023, no entanto, pouco tinha se pensado e pesquisado na historiografia paranaense acerca das influências da Ditadura Militar nesta instituição. Este foi o intuito das autoras dessa comunicação, que desenvolveram trabalho junto aos itens de seu Departamento de História, para mapear e realizar análises preliminares acerca das fontes históricas sobre a Ditadura Brasileira presentes no museu. Para isso, foram feitas pesquisas junto às reservas técnicas e ao acervo digital do MUPA e dentre toda a documentação acessada, foram encontrados cerca de 500 itens no acervo vinculados ao governo militar. Entre eles estão livros, documentos textuais diversos, objetos tridimensionais, numismática e principalmente fotografias. Muitos desses não possuem informações sobre a sua doação, local ou datas específicas, assim, este estudo cumpre o papel de abrir novos caminhos

para a promoção de pesquisas na temática no e sobre o estado, inserindo-o no recorte temporal ditatorial, bem como se propõe a refletir sobre a existência ou silenciamento de um discurso museal sobre a temática.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Museu Paranaense. História do Paraná.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

A Ditadura Civil-Militar diante do “perigo comunista chinês”: o caso da perseguição aos membros e o fim precoce da “Associação Cultural Brasil-China” de Paulista, PE.

Anna Maria Litwak Neves - PPGH UFPE

O golpe de 1964 resultou no fim da Política Externa Independente (PEI), iniciada com Jânio Quadros e perpetuada por João Goulart. O alinhamento extremo dos militares brasileiros com as diretrizes de segurança global estadunidenses, visando principalmente o combate internacional ao Comunismo, levou a um hostil afastamento de todas as manifestações de aproximação com países como a República Popular da China (RPC), Cuba e com a URSS, o que resultou na perseguição direta não apenas de militantes políticos dos partidos de esquerda, mas de todos os que haviam, em algum momento anterior ao golpe, tido qualquer tipo de contato com esses países. Com o apoio de uma rede consolidada anteriormente de informações e de vigilância social, como demonstrou Marcília Gama (GAMA, 2014) em sua tese, foi possível o rastreamento e enquadramento desses indivíduos considerados perniciosos pelos militares. Em relação especificamente a RPC, que não tinha assento na ONU e tampouco o reconhecimento oficial por parte do Governo Brasileiro até os anos 1970, a ditadura cravou o fim das tímidas tentativas de aproximação entre o Brasil e a China, sendo muitas dessas iniciativas provenientes de sociedades ou associações culturais de amizade, fundadas em alguns estados do Brasil por civis, com discreta participação do Ministério das Relações Exteriores chinês. Em Pernambuco, a “Associação Cultural Brasil-China”, por vezes mencionada nos documentos como “Sociedade de amizade Brasil-China Popular”, fundada em 1961, foi precocemente fechada em 1964, e seus diretores, Clóvis Ribeiro do Rego (Procurador da Prefeitura do Recife) Severino Cunha Primo (prefeito da cidade de Paulista), detidos pelo Regime Militar acusados do crime de “subversão”. Esse trabalho busca analisar os inquéritos policiais envolvendo os diretores da dita associação, levando em consideração não apenas os aspectos da política externa brasileira após o golpe, como também o contexto no qual a diplomacia chinesa buscava, por meio de associações culturais de amizade, uma integração maior com os países latinoamericanos (dentre eles o Brasil) durante a Guerra Fria. Para tanto, usaremos documentos presentes no sistema SIAN do Arquivo Nacional, o banco de dados Memórias Reveladas (que contém processos do DOPS-PE) e o periódico Peking Review, revista semanal chinesa direcionada à comunidade internacional.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Comunismo. Política Externa. China.

O golpe de 64 e as movimentações da Associação Comercial de Pelotas - RS.

Leonardo Silva Amaral

Partindo do contexto do golpe civil-militar de 1964, muitas articulações foram se desenvolvendo com o interesse conquistar espaços e angariar recursos em níveis coletivos e individuais. Dentro desse arranjo, a Associação Comercial de Pelotas (ACP), da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, se torna uma engrenagem importante, não somente a nível municipal, mas com ligações no âmbito nacional, a ACP, desde sua formação teve em sua base uma constituição elitista, formada por grandes proprietários de terras e criadores de gado, principalmente voltados a produção de charque, ao longo do século XIX e início do século XX. Compreendendo essa conjuntura, é que se insere o presente trabalho, com a intenção de avançar o recorte temporal, a partir de 1950 até 1970, tendo como finalidade entender a que nível pode haver ligações da elite de um período republicano, com aquela posterior ao regime varguista. Buscando, desse modo, a partir de uma análise prosopográfica, com as fontes disponíveis, observar os indivíduos que faziam parte da entidade durante o período citado, dialogando com os espaços onde eles concentravam sua principal atividade, seja no campo político, ou no econômico, usando assim a entidade como eixo central na manutenção do seu status. Com base nessas considerações, vale ressaltar que até o presente momento as breves análises documentais apontam para um grande movimento anticomunista dentro da ACP, e uma clara movimentação em apoio ao golpe de 1964, ainda que seja perceptível um apoio aos governos anteriores e uma tentativa externa de se declararem apartidários.

Palavras-chave: Pelotas. Ditadura Militar. Elite. Associação.

“Aprendiz de feiticeiro”: traçados históricos da passagem de um “bruxo” por Teresina (Anos 1970).

Carlos Alberto de Melo Silva Mota - UFPI

O presente artigo analisa enlaces da cultura teresinense nos anos 1970 a partir da passagem de um “bruxo” pela capital do Piauí. O trânsito desse sujeito pela cidade permite discutir acerca da religiosidade, dos espaços de sociabilidade e o papel desempenhado pela imprensa nessa localidade. Nosso trabalho adota como suporte de pesquisa matérias jornalísticas publicadas nesse período e documentos oficiais, a partir de um trabalho empírico, balizado pelas dimensões de História e Imprensa. O objetivo geral desse trabalho é analisar a dimensão do texto inserido dentro de um determinado contexto, acreditamos que o espaço e o tempo de produção de determinado material interferem diretamente na sua forma, dessa maneira situamos o recorte espacial de Teresina e temporal dos anos 1970 como eixos determinantes para nossa análise. O aspecto político

atravessa nossa análise, destacamos o Regime Militar e a Guerra Fria como marcos desse contexto, embutidos no imaginário popular, impactando a forma como os sujeitos interpretavam as informações. Nosso trabalho é estabelecido em articulação com discussões dos trabalhos de Michel de Certeau (1982), Fernand Braudel (1965), Daniel Samways (2014), Francisco Alcides Nascimento (2017), Mariana Resende Corrêa (2014) e Cláudia França (2014).

Palavras-chave: Escrita da História. Jornalismo. Atividades paranormais. Ditadura militar. Teresina.

Só dói quando ele ri: charges e atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar.

José Airton de Farias - IFCE

O começo dos anos 1980 foi marcado por uma série de atentados terroristas por todo o País. Extremistas de direita, ligados ao aparato oficial de repressão e mesmo civis, promoveram vários ataques com bombas e ameaças na intenção de barrar a abertura da ditadura civil-militar. Neste artigo, tratamos de analisar, em um conjunto de charges, como foram abordados aspectos diversos da onda terrorista. Elementos de comunicação importantes de nossa cultura, com temas acessíveis, as charges são desenhos, com distorções, humor e críticas, relativos a fatos recentes ou a figuras políticas de destaque. As charges são expressões das vivências e trajetórias dos desenhistas e dos posicionamentos político-ideológicos dos periódicos em que são vinculadas, sem descartar as relações sociais e o contexto histórico. São também um instrumento de intervenção política, pois induzem a um posicionamento do receptor, de apoio ou reprovação. A partir dos trabalhos de Ziraldo, Willy e Sinfrônio em, respectivamente, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *O Povo*, almejamos compreender as mensagens e representações de mundo contidas nos desenhos, tendo-se em conta o consenso que se formava na sociedade em torno da democracia, o processo político da abertura da ditadura e ações da extrema-direita.

Palavras-chave: Abertura da ditadura. Extrema-direita. Charges.

Nas páginas do jornal e nos arquivos da História: a Igreja Católica capixaba e a ditadura militar.

Ana Carolina Ronchi - UFES

Entender a atuação da Igreja Católica ao longo dos 21 anos de ditadura militar no Brasil é voltar-se a um cenário de contradições – primeiro, com os setores dessa que apoiaram o golpe e a queda de João Goulart, em 1964. Depois, com as pastorais, movimentos sociais e religiosos(as) que se articulavam em todo o território nacional tornando-se porta-vozes a favor da luta pela democracia. Nosso trabalho, por meio da análise de conteúdo, tem o

intuito de refletir a respeito da atuação da Igreja Católica em terras capixabas, especialmente, a partir das representações encontradas no jornal alternativo Posição (1976-1979) e nos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo, DOPS. Como uma das grandes referências da Igreja progressista no Brasil, a Arquidiocese de Vitória, sob o comando de Dom João Batista da Mota e Albuquerque e seu auxiliar, Dom Luís Gonzaga Fernandes, esteve à frente da implementação das reformas propostas pelo Concílio Vaticano II. Temos o intuito de lançar reflexões sobre a vigilância militar em torno da instituição, mapear como a censura influenciava sua atuação e de que forma o cenário imposto pautava o jornalismo alternativo capixaba e a sua cobertura.

Palavras-chave: Ditadura militar. Igreja Católica. DOPS. Jornalismo alternativo.

Influência dos trabalhadores rurais na formação do Partido Dos Trabalhadores (PT) em Sergipe.

Ronaldo de Jesus Nunes - UFS

Esta pesquisa analisa a influência dos trabalhadores rurais na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Sergipe, durante o contexto da Ditadura civil-militar. O artigo objetiva destacar, principalmente a mobilização sindical, com ênfase no movimento dos trabalhadores rurais, que se caracterizou como um elemento central no fortalecimento e constituição representativa do PT no estado. Nessa perspectiva, cabe destacar o envolvimento, apoiado especialmente pelo sindicalismo e a Igreja Católica de Propriá, que se mostrou crucial para atender às demandas desses trabalhadores e fortalecer o partido. Além disso, o estudo procura desafiar os estereótipos sobre o sertão sergipano, apresentando-o como um conceito amplo, complexo e enraizado na identidade brasileira. Referente à metodologia, utilizou-se de fontes escritas e orais para análise e discussão, o que possibilitou estudar tempos históricos distintos, mas que se relacionam. Nesse sentido, essa análise revelou não apenas a influência dos trabalhadores rurais para formação e representatividade do partido no estado, mas também a importância do contexto político geográfico, e identitário de Sergipe na formação inicial do PT.

Palavras-chave: Ditadura. Partido dos Trabalhadores. Sertão Sergipano. Sindicalismo. Trabalhadores Rurais.

As pautas de um comunista na Tribuna Legislativa: a atuação parlamentar do vereador Sérgio Dieb na Câmara de Natal (1979-1985).

Antônio Carlos Cabral de Medeiros - UFRN
Raimundo Nonato Araújo da Rocha - UFRN

O trabalho analisa a atuação do vereador comunista Sérgio Dieb, durante o exercício do seu mandato parlamentar entre 1979 e 1985. Em razão da vigência do bipartidarismo imposto pela ditadura implantada no país em 1964, Dieb foi eleito em 1978 pelo

Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na cota destinados aos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Procura responder ao seguinte problema: como um comunista atuava como parlamentar, em meio a repressão do Estado brasileiro. Analisa os cinco eixos estruturantes do mandato desse parlamentar: a luta pela redemocratização; as causas em defesa da classe trabalhadora; a organização dos movimentos sociais; apoio à atividades culturais; a luta por questões ainda pouco debatidas naquele tempo, como o ambientalismo e as pautas em defesa dos grupos vinculados ao que hoje se denomina LGBTQIAP+. Discute as conquistas, limitações e contradições das propostas formuladas e dos discursos proferidos. No tocante às fontes que embasaram as investigações, foram usados os dois principais jornais da cidade de Natal no período: O Poti e o Diário de Natal, ambos pertencentes aos Diários Associados. Três questões foram formuladas às fontes: como a imprensa retratava os discursos e os projetos do parlamentar em tela? como esse vereador defendia as suas ideias na imprensa escrita? e, finalmente, como os comentaristas dos jornais e a população em geral se posicionava diante da ação desse vereador? Ao longo da investigação procurou-se identificar se a imprensa estabelecia associações entre as suas ações parlamentares de Sérgio Dieb e o fato dele ser um comunista. A leitura das fontes foi auxiliada pelos estudos que analisam a imprensa como fonte de investigação, tal qual fez Tânia Regina de Luca. Do ponto de vista teórico o trabalho está fundamentado no conceito de Cultura Política, nos termos definidos, René Remond e Sirinelli. Conclui-se que a partir da atuação de Sérgio Dieb, que a democracia e os direitos Humanos foram violados nas casas legislativas, com a “concordância” de parte significativa da imprensa e da sociedade. A imprensa colaborou com o cerceamento – em muitos casos – da livre manifestação parlamentar.

Palavras-chave: Atuação parlamentar durante a Ditadura civil-militar. Direitos Humanos. História Política.

As mulheres, o golpe de 1964 e o 8 de janeiro: a participação feminina em nome de “Deus, pátria e família”.

Rowana Camargo - PUCRS

Esta pesquisa objetiva compreender o papel das mulheres que apoiaram o golpe de 1964, especificamente as que participaram das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, e se há reflexos na participação feminina nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. O estudo está baseado na obra “Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964”, publicada em 1985, de autoria de Solange de Deus Simões, e de outros estudos, assim como reportagens e artigos sobre os atos antidemocráticos que recentemente completaram um ano. Assim, parte-se do questionamento central: qual a importância da atuação feminina no apoio ao golpe de 1964 e nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023? Emprega-se o método de estudo de caso na modalidade descritiva, dentro, é claro, dos limites deste estudo, assim como os métodos bibliográfico e exploratório. Desse modo, em primeiro lugar, busca-se entender a atuação feminina no apoio ao golpe de 1964, expressa especificamente nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”.

Em um segundo momento, será apresentado o cenário acerca da participação das mulheres nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Por fim, almeja-se compreender de que forma a justiça transicional pode contribuir para a superação desse imaginário coletivo – de certa parte da população – que apoia regimes autoritários e intervencionistas, cujo apoio feminino decorre principalmente da defesa da família, como parte de uma responsabilidade ainda atribuída à mulher. Provisoriamente, a título de conclusão, demonstra-se que a atuação feminina no apoio ao golpe de 1964 foi relevante, pois auxiliaram na construção do imaginário social de terror promovido pelo avanço do comunismo que destruiria a família e interferiria nas práticas religiosas. Embora em grande medida tenham sido influenciadas e conduzidas pelas figuras masculinas que tinham relação direta com a oposição ao governo João Goulart, representaram um rompimento do padrão comportamental esperado de não participação política feminina, inobstante seguissem reproduzindo compreensões tradicionais da estrutura patriarcal como, por exemplo, autodenominando-se “donas-de-casa e mães de família brasileira”. Nesse passo, a hipótese inicial confirmou-se, pois a ausência de uma justiça de transição mais profunda, que provocasse a reforma das instituições e a punição dos responsáveis que atuaram em nome do Estado brasileiro, contribuiu para a manutenção de ideias intervencionistas e antidemocráticas, para a não superação de um imaginário coletivo que idolatra o golpe de 1964. Quanto ao papel das mulheres nesse cenário, a luta pela “moral” da família tradicional e a responsabilidade feminina em defender a família e a religião, decorrem também da persistente estrutura do “sistema moderno colonial de gênero”, como aduz María Lugones, que impôs um patriarcado de alta intensidade, conforme Rita Segato, além da ausência de profundidade no trato da questão de gênero pela justiça de transição brasileira, razão pela qual trazer à luz o protagonismo feminino auxilia na inclusão desse debate nos mecanismos de justiça de transição ainda em andamento no Brasil, e a importância do direito à memória, à verdade e à justiça como instrumentos emancipatórios e da garantia de não repetição.

Palavras-chave: Atos antidemocráticos. Ditadura Civil-Militar brasileira. Justiça de transição. Movimentos femininos. Mulher.

Os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980).

Ana Rita Fonteles Duarte - UFC

Este resumo tem por objetivo debater pesquisa sobre as informações produzidas por diferentes órgãos de vigilância, ligados ao aparato repressor durante a ditadura civil militar brasileira, sobre os movimentos feministas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, a partir de documentos encontrados nos Arquivos do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado de São Paulo e no Arquivo Nacional. Procura-se, através dessa análise, entender as preocupações despertadas sobre o regime ditatorial pelo movimento organizado por mulheres, na segunda metade dos anos de 1970 até meados dos anos de 1980, as formas explicativas usadas pelos agentes de segurança sobre o funcionamento

dos diferentes grupos e lideranças, assim como o entendimento sobre as principais bandeiras de luta e articulações e conflitos políticos das feministas com outros movimentos sociais durante o processo de abertura política.

Palavras-chave: Movimentos feministas. Órgãos de vigilância. Esquerdas. Ditadura.

Dom Geraldo Sigaud: catolicismo e anticomunismo a serviço da ditadura.

Paulo César Gomes - PPGH/UFF

A história da atuação da Igreja Católica durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) já é bastante conhecida. Diversas pesquisas acadêmicas dedicaram-se a esmiuçar as complexas relações entre a instituição eclesial e os militares que governaram o Brasil por mais de duas décadas. Sabe-se que a Igreja, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apoiou oficialmente o golpe de Estado em 1964. No entanto, com o passar dos anos, sobretudo quando religiosos católicos começaram a ser diretamente atingidos pelas práticas repressivas das forças de segurança, a Igreja transformou-se, paulatinamente, em uma das principais opositoras do regime. Alguns bispos católicos passaram a protagonizar grandes embates com as autoridades ao denunciarem, no Brasil e no exterior, a violência do Estado ditatorial em suas mais diversas expressões. Há, contudo, um lado pouco conhecido dessa história: a ação de bispos que não apenas apoiaram a ditadura desde os primeiros momentos após sua instauração, mas também contribuíram para o funcionamento do aparato repressivo. Um dos principais membros do episcopado que atuou ao lado dos militares foi o mineiro dom Geraldo Sigaud. Como arcebispo de Diamantina (MG), ele agiu como um destacado porta-voz do anticomunismo e lutou arduamente contra o que ficou conhecido como “catolicismo progressista”. Dom Sigaud criou o hábito de denunciar aos órgãos repressivos os membros da Igreja que ele julgava como “subversivos”. Além disso, ele chegou a ministrar cursos sobre anticomunismo em instituições militares. Assim, o objetivo desta comunicação é apresentar parte de uma pesquisa em andamento que visa, de maneira mais ampla, compreender de que modo atuavam os religiosos conservadores em um momento em que a Teologia da Libertação era apoiada por parte significativa dos católicos brasileiros. A finalidade é aprofundar o conhecimento sobre a Igreja Católica que, no período da ditadura, ficou conhecida por sua atuação em prol dos direitos humanos, sendo que pouco se sabe sobre suas relações com os aspectos mais obscuros do regime ditatorial.

Palavras-chave: Igreja Católica. Ditadura militar. Anticomunismo

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

Mulheres e movimentos femininos nacionais e internacionais (XIX-XXI).

Coordenador(es): Fernanda Lédo Flôres (UFF), Guilherme Machado Nunes (CEDEM/UNESP e UFF).

O homem, branco, colonizador, heroificado, predominou como sujeito na narrativa histórica tradicional desde antes da consolidação da história enquanto ciência no século XIX. Por outro lado, o protagonismo feminino, junto com outros paradigmas historiográficos (a exemplo da micro-história, história “vista de baixo”, história oral), perpassa por um debate historiográfico relativamente recente que foi estimulado, sobretudo, pela força dos movimentos feministas ao longo do século XX. Já no século XXI, apesar dos muitos avanços, ainda há muito a se fazer em prol da construção de uma ciência histórica calcada em perspectivas feministas, decoloniais, anti-coloniais e/ou interseccionais, que enfatizem as mais diversas protagonistas femininas. Este Simpósio Temático tem por objetivo reunir, conectar e ampliar o debate entre pesquisadoras e pesquisadores que tem se dedicado a construir um fazer historiográfico sobre o “ser mulher” em suas mais diversas facetas. Serão aceitos trabalhos que versem sobre: trajetórias e biografias femininas; mulheres na política; mulheres nos movimentos sociais; organismos e organizações femininas nacionais e internacionais; feminismos e antifeminismos; pautas e lutas das mulheres trabalhadoras; imprensa e atividade intelectual feminina; com o recorte temporal entre os séculos XIX e XXI.

SESSÃO ÚNICA / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

OLEGÁRIA - Vita brevis, ars longa: resgate histórico de uma abolicionista (1860 - 1898).

Adriana Maria Andrade de Santana - UFPE

Este artigo, fruto de pesquisa pós-doutoral homônima em andamento, tem por finalidade a recuperação histórica da abolicionista pernambucana Olegária Gama Carneiro da Cunha (1860 - 1898). Nascida em um Recife escravocrata e vinda de família abastada, engajou-se diretamente à causa abolicionista. Empenhou jóias para angariar recursos à candidatura de Joaquim Nabuco a deputado constituinte, participou diretamente na viabilização de fugas de escravizados, fez do solar em que vivia abrigo e local de reuniões em prol da libertação, e integrou a associação feminina emancipadora Ave Libertas. Reconhecida pelo papel ativo no movimento emancipatório até pelos jornais conservadores da época, era casada com o político liberal, jornalista e abolicionista José Marianno, com quem teve cinco filhos. Sua morte precoce, aos 38 anos, de uma influenza, provocou forte comoção popular. Passados 125 anos, segue presente no imaginário social pernambucano como elemento insurgente contra a elite escravocrata e patriarcal da qual era oriunda e beneficiária, mas permanece quase completamente desconhecida pela historiografia nacional. O propósito de resultados desta pesquisa é, ao investigar registros históricos e resgates de memória, identificar as formas de participação da abolicionista nos movimentos pelo fim da escravatura no Brasil, tendo por norte a hipótese de que sua atuação extrapolou a mera condição de esposa de José Marianno. Pretende-se destacar, nas conclusões, o engajamento feminino no abolicionismo como possibilidade de retirada das mulheres da coadjuvância, as inserindo numa espécie de primeiro exercício de emancipação feminista. Dessa forma, como consequência, visa a destacar a personagem nos estudos contemporâneos acerca dos Oitocentos. Para isso, a pesquisa tem como lastro o arcabouço teórico e metodológico da História Social, com destaque para estudos da escravidão e do movimento abolicionista no Brasil, sob a perspectiva do protagonismo de escravizados e mulheres no processo emancipatório. Também serão acionados estudos de microanálise histórica, bem como teorias de gênero como categoria para análise histórica, estudos de memória e de memória midiática. Ainda, os métodos da História para análise da imprensa como fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Olegária. Abolicionismo. Feminismo. Oitocentos. Recife.

História e historiografia sobre as "marchadeiras" de 1964.

Eduardo dos Santos Chaves - IFSC

Nesta presente comunicação pretendo discutir a escrita acadêmica sobre as organizações cívicas de mulheres de direita que surgiram no Brasil na primeira metade

da década de 1960, em apoio à conspiração que desembocou no golpe de 1964 e, posteriormente, em adesão à ditadura civilmilitar. A proposta é apresentar um quadro geral do que foi escrito no campo acadêmico em relação a esses grupos femininos, até o presente momento, levando-se em consideração os contextos em que tais trabalhos foram produzidos, as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, as fontes e os locais de pesquisa. Como resultado, identifiquei duas perspectivas historiográficas cujo ponto de divergência principal reside na forma pela qual compreendem quem eram essas mulheres, o que as moviam e, sobretudo, quais foram seus papéis entre o golpe de 1964 e o regime ditatorial. Ou seja, se nos anos 1980 elas foram vistas como “instrumentos” das classes dominantes para a tomada do Estado em 1964, a partir do final da década de 1990 elas passaram a figurar como sujeitos políticos com autonomia suficiente para assumirem posições golpistas e autoritárias. Cabe ainda destacar que as perspectivas não são contemporâneas, sendo que o conjunto de textos foi produzido em momentos distintos: o primeiro em pleno processo de redemocratização, e o segundo a partir de governos democraticamente eleitos. Ao mesmo tempo, é preciso levar em consideração que elas partem de duas áreas das ciências humanas – a Ciência Política e a História – cujas preocupações e indagações nem sempre foram as mesmas, embora tenham estabelecido diálogos profícuos ao longo do tempo. Por último, demonstro que ainda haverão de ser descortinadas as complexas trajetórias dessas entidades e de suas associadas, seja apoiando, distanciando-se e/ou acomodando-se à ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Mulheres. Direitas. Ditadura.

Arquivo vivo de um país que já morreu: a história da Somália na literatura de Igiaba Scego.

Lívia Verena Cunha do Rosário - UFF

Em seu livro mais recente, *Cassandra a Mogadiscio* (2023), Igiaba Scego evoca a profetiza grega desde o título para indicar seu projeto político-literário: recontar a história colonial italiana na Somália. Enquanto Cassandra, filha do rei de Tróia, tinha a capacidade de prever o futuro; a autora somali-italiana almeja prever o passado, para isso, resgata sua história familiar atravessada pelos trânsitos entre Roma e Mogadíscio. Se a princesa grega originou o “complexo de Cassandra”, que representa o silenciamento das mulheres; é através das vozes das personagens femininas, autobiográficas e ficcionais, que a escritora contesta os vestígios do fascismo italiano na experiência da diáspora somali. O objetivo desta comunicação é pontuar aspectos da história da Somália nos séculos XX e XXI, a partir de duas obras de Igiaba Scego: o livro de memórias “Minha casa é onde estou” ([2010] 2018) e o romance “Adua” ([2015] 2018). Nas narrativas em questão, observa-se a representação da colonização da África Oriental Italiana (década de 1930), a independência e período democrático (1960-1969), a ditadura de Siad Barre (1969-1990) e a guerra civil na Somália (1991-atualmente); as quatro fases em questão são vivenciadas em diferentes aspectos pela família de Scego. Minha casa é onde estou constitui uma cartografia literária, na qual a escritora articula espaço biográfico (ARFUCH, 2010) e lugares de memória (NORA, 2012) na capital italiana, para refletir sobre a ferida colonial

(KILOMBA, 2019). A escrita de Igiaba Scego é atravessada por sua escrevivência (EVARISTO, 2010) como filha de refugiados somalis, que chegaram à Itália na década de 1970, e seus constantes desafios como mulher negra no país. Já o romance *Adua* traz em seu título tanto o nome da protagonista -uma migrante somali - quanto o nome de uma batalha entre Itália e Etiópia, país vizinho à Somália. A batalha de *Adua* (1896) foi vencida pelos etíopes e entrou para história da África Oriental, por outro lado, alimentou o revanchismo italiano que atingiu seu ápice na guerra ítalo-etíope anos mais tarde, no governo de Benito Mussolini. Em *Adua*, os personagens apresentam resquícios das histórias familiares apresentadas em *Minha casa é onde estou*; trauma e testemunho (SELIGMANN-SILVA, 2008) se entrelaçam na tentativa de narrar a “guerra infinita” que assola a Somália, e seu efeito mais evidente: o crescente número de refugiados que atravessam o mar Mediterrâneo para chegar à Europa, e a necropolítica (MBEMBE, 2018) envolvendo o tratamento dispensado aos africanos. Desse modo, os dois livros elencados simbolizam questões recorrentes nas demais obras da autora, marcadas pelo constante exercício de combate à história única sobre África (ADICHIE, 2019). Em seu último livro, Scego (2023) ressalta que prédios onde eram mantidos documentos oficiais da história somali foram destruídos pelo conflito, que assola o país há mais de trinta anos. Assim, o principal arquivo da Somália é a memória dos sobreviventes.

Palavras-chave: Somália. Itália. Diáspora. Igiaba Scego. História.

Através das cartas, um descortinar de disputas: conflitos em torno da criação de organizações feministas no Ceará durante a década de 1930.

Larissa Almeida Custódio da Silva

A constituição de práticas feministas no Ceará ao longo das primeiras décadas do século XX foram forjadas em meio a intrincados processos que comportavam diálogos e conformações, mas também pautas e especificidades que potencializavam os feminismos cearenses a partir de suas posicionalidades. Deste modo, a intenção deste trabalho será analisar tais processos de emergência e institucionalização de experiências e organizações feministas de primeira onda na capital cearense durante a década de 1930, atentando-se às redes/contatos, possibilidades e disputas de poder esboçadas a partir das relações entre feministas cearenses e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Partindo da imprensa periódica e de correspondências e ancorando-se nas contribuições de Scott (2002), Femenías (S/ info.), Koselleck (2006), dentre outros, procurar-se-á compreender feminismos e suas significações enquanto constructos históricos continuamente mutáveis e conflituosos, assim como as relações identitárias forjadas a partir de tais marcadores políticos. Conclui-se que os processos de institucionalização de entidades feministas ligadas à FBPF constituíram-se em elementos desencadeadores de dissensos entre feministas cearenses, alimentando disputas de legitimidade, conflitos internos e externos, de representação e/ou liderança. A proposta será de lançar tais conflitos no campo do ordinário, das dinâmicas que atribuem movimentação ao cotidiano e à vida dos sujeitos, ambos eminentemente atravessados pela política.

Palavras-chave: Entidades feministas. Ceará. Disputas. Década de 1930.

Mulheres em luta na capital potiguar: vozes e experiências da década de 1980.

Janaína Porto Sobreira - EAJ/UFRN

Este resumo tem por objetivo promover uma discussão acerca de pautas políticas de mulheres no contexto histórico brasileiro dos anos 1980 na cidade de Natal/RN. Como resultado de pesquisa de mestrado, o trabalho pretende apresentar alguns apontamentos sobre o alinhamento dos movimentos feministas e de mulheres na capital potiguar – em resposta a um movimento nacional –, como forma de articulação em busca de políticas públicas locais e na defesa do retorno à democracia brasileira. Neste caso, pautas como: direitos sexuais e reprodutivos; criação de creches e redes de suporte à infância na cidade; saneamento básico; valorização profissional da mulher no mercado de trabalho, etc, foram o conjunto de reivindicações dessas mulheres militantes. Para efeitos metodológicos, será feita uma análise partindo de entrevistas de fontes orais e materiais da imprensa local a fim de entendermos como essas mulheres conseguiram se organizar e se lançarem na luta política criando grupos no meio acadêmico e nos meios populares da cidade – bairros e conselhos comunitários. O presente trabalho enfatiza, ainda, a necessidade de expor em seu conteúdo a perspectiva de gênero pelo uso do campo da História Oral, uma vez que este campo oferece a possibilidade de ampliar vozes e captar experiências quase sempre obliteradas por uma historiografia tradicional.

Palavras-chave: Mulheres. Natal. Militância. História Oral.

Mulheres na literatura: a virada do século XX.

Tainah Freitas Rosa - UFU

Vários séculos foram necessários para que as mulheres passassem de musas inspiradoras de romances e poesias para escritoras e, mais ainda, para escritoras que retratassem a condição da mulher. O pequeno recorte historiográfico a seguir demonstra a pouca herança literária sobre a vida da mulher: a partir de *A cidade das damas*, de Christine de Pisan (1405), passando por *Valor da mulher*, de Moderata Fonte (1600), e *A nobreza e a excelência da mulher*, de Lucrecia Marinelli (1601), chegando em *Some reflexions upon Marriage*, de Mary Astell (1700), a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, de Olympe de Gouges (1791) e *Vindication of the rights of the women*, de Mary Wollstonecraft (1792), atingimos o fim do século XVIII, período em que a mulher não escreve apenas para protestar, mas também para ajudar no sustento da família. Esse período em que a mulher (ressalta-se, da classe média) começa a escrever é descrito por Virginia Woolf, em *Um teto todo seu*, como “de maior importância do que as Cruzadas ou a Guerra das Rosas” (1990). Esse texto é um grande marco para estudiosos da literatura

feita por mulheres por escancarar um cenário típico da situação feminina: a falta de dinheiro e de privacidade não permitiam às mulheres escrever ficção, além da ocupação com o cuidado da família e dos afazeres domésticos. Contudo, mesmo com cenário adverso, as mulheres adentram o século XX conquistando mais largamente seu espaço nas estantes de livros. Para elas, a oportunidade de viver da literatura e narrar suas angústias; para os leitores, a oportunidade de ver a história contada por quem sempre foi “narrada”. Ainda assim, a conquista do direito de fazer literatura estava concentrado na mulher branca, oriunda da metrópole e de classe média, até que mulheres de diversas origens, etnias e gênero começaram a reivindicar seu espaço na literatura e, por consequência, a questão não era mais apenas escrever, mas tratar de temas tabus como maternidade e sexualidade. O século XX chega ao fim chacoalhado por guerras, intensos movimentos sociais, culturais, políticos e econômicos e, no nascer do próximo período, as mulheres ainda lutam por direitos que já pareciam pacificados. Ainda que a mulher escritora tenha muitos desafios, especialmente questionar o cânone masculino, a mulher que hoje, no século XXI, lê e faz literatura, teoria e crítica, deve às antepassadas um reconhecimento de sua bravura. Voltar às mulheres da literatura do século XX é enxergar como elas representaram o mundo que ficou para trás e o que falta narrar para as próximas gerações.

Palavras-chave: Mulheres. Literatura. Século XX.

Línguas (i)legítimas: reflexões sobre a obra *Borderlands / La frontera: the new mestiza* de Glória Anzaldúa.

Beatriz Rodrigues - UNIR

A escritora chicana Glória Anzaldúa e as questões linguísticas discutidas em sua obra *Borderlands / La Frontera: The New Mestiza* é objeto de análise dessa comunicação. Glória Anzaldúa ficou conhecida na década de 1980 como importante ativista feminista das mulheres de cor e latinoamericanas. Buscou pensar categorias como fronteira e identidade a partir de uma perspectiva não hegemônica, híbrida, considerando as múltiplas vozes que emergem desses lugares. Seus trabalhos testemunham a complexificação, a heterogeneidade e a hibridez da vida humana, especialmente no que compete aos fenômenos linguísticos. A obra *Borderlands / La Frontera: The New Mestiza* em específico, apresenta o mundo da fronteira e suas línguas. Nela, a autora hibridiza o inglês e o espanhol castelhano, além de palavras em dialeto do norte do México, do tex-mex (palavras surgidas da fusão entre a cultura mexicana e estadunidense) e do náhuatl (também chamada de língua asteca). O amálgama de línguas é uma forma de estar, de se posicionar e se comunicar no mundo. Assim, essa comunicação apresenta reflexões a partir da referida obra como forma de destacar a cultura e o saber por perspectivas não coloniais, contemplando categorias nem sempre memorizadas e/ou sobressaltadas pela história, especialmente aquelas escritas por mulheres não brancas, terceiro-mundistas, indígenas, inclusive dentro do próprio movimento feminista.

Palavras-chave: História das mulheres. Gênero. Legitimação. Historiografia brasileira.

As mulheres brasileiras e a federação democrática internacional de mulheres (1945-1964).

Fernanda Lédo Flôres - UFF

O presente trabalho é parte da investigação de uma pesquisa doutoral em curso. O objetivo aqui é apresentar a relação das mulheres brasileiras com a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). Fundada em Paris, a FDIM contou com a participação das brasileiras desde o seu congresso de criação entre os dias 26 a 30 de novembro de 1945 na Maison de la Mutualité. Embora a FDIM, ao longo da sua existência (1945 - dias atuais), nunca tenha se declarado oficialmente como um organismo comunista, defendeu pautas e princípios comuns à esquerda, possuiu suas dirigentes vinculadas aos Partidos Comunistas de seus países de origem e recebeu verbas da URSS em tempos de Guerra Fria, motivos que levaram o governo brasileiro a tachar a organização de comunista. Se em 1945 é possível observar representantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) no I Congresso da FDIM, o perfil das organizações e mulheres vinculadas à FDIM vai se alterando à medida em que a bipolarização na Guerra Fria vai se acirrando. Foram as mulheres vinculadas ao periódico O Momento Feminino, ao Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC) e a Federação de Mulheres do Brasil (FMC), boa parte delas vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se destacaram no diálogo com a FDIM a partir de 1947. A partir de boletins informativos, atas das reuniões e Congressos da FDIM, das edições da revista Mulheres do Mundo Inteiro e do Momento Feminino busca-se aqui analisar a construção dessa rede feminina entre 1945 e 1964. O recorte deste trabalho vai até 1964 em decorrência de demonstrar, na seara do estudo doutoral, como essa rede feminina proporcionou o auxílio às comunistas brasileiras que precisaram se exilar, levando em conta o caso da comunista brasileira Ana Montenegro que atuou na FDIM durante todo o exílio (1964-1979).

Palavras-chave: Mulheres. Guerra Fria. FDIM. FMB. O Momento Feminino. Mulheres do Mundo Inteiro. Exílio.

Um “feminismo conservador”? Theresita Porto da Silveira e a Liga Internacional de Mulheres PróPaz e Liberdade (1939 – 1971).

Guilherme Machado Nunes (CEDEM-UNESP/UFF)

Theresita Porto da Silveira foi diretora da Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro (1938-1967) e jornalista. Bem relacionada, participou de eventos no exterior e dialogou com diversas esferas do Estado brasileiro, especialmente os Ministérios do

Trabalho e Educação. Em 1945, passou a se corresponder com a Liga Internacional de Mulheres Pró Paz e Liberdade (LIMPL) – organização feminista transnacional com sede em Genebra fundada em 1915 – criando um Comitê Nacional em 1946. Por um lado, podemos entender Theresita como feminista, pois atuou e contribuiu para ampliar os espaços de atuação da mulher, fundamentalmente através da educação e da atuação como assistentes sociais; ao mesmo tempo, em muitos aspectos sua visão de mundo era bastante conservadora: alegava que a mulher era responsável pelo lar; muitos de seus escritos eram anticomunistas; e defendia a moral cristã como bússola para suas organizações. A partir de sua vida, este trabalho busca apresentar quais os limites e possibilidades de atuação de uma mulher branca de classe média-alta naquele contexto e como esses pertencimentos moldaram sua militância feminista. Palavras-chave:

Palavras-chave: Feminismo. Biografia. LIMPL. Assistência Social. Guerra Fria.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

Desafios do ensino de história vivenciados em projetos de ensino e extensão: práticas cotidianas e historiografia.

Coordenador(es): Gabrielle Legnaghi de Almeida (UEM) e Murilo Moreira de Souza (UFPR).

A escola pós-pandemia apresenta-se como um ambiente que demanda abordagens inovadoras no ensino de história, exigindo uma revisão profunda e uma ampliação significativa de horizontes. A preocupação estende-se além das fronteiras acadêmicas, abraçando o diálogo essencial entre a universidade e a comunidade externa. Não por acaso, as experimentações em sala de aula, impulsionadas por iniciativas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a Residência Pedagógica (RP), o Programa de Educação Tutorial (PET) e outras modalidades, têm se destacado ao lançar luz sobre os desafios contemporâneos e as perspectivas futuras na construção do conhecimento e consciência histórica. Com o amplo acesso à tecnologias e seu uso em sala de aula, o ensino de história se reconfigura utilizando as possibilidades oferecidas pelos meios digitais. Estabelecendo um vínculo a partir da interdisciplinaridade e a interação de métodos diversos, o presente simpósio se propõe a ser um espaço para o debate e a discussão de ferramentas e abordagens que não apenas estimulam, mas proporcionam uma reflexão sobre a participação ativa dos programas educacionais no espaço escolar em suas diferentes abordagens e atividades. Esses programas, que visam o diálogo entre a universidade e comunidade externa, são essenciais para a difusão do conhecimento e sua aplicação efetiva em sala de aula. Além disso, almeja-se a integração desses programas com as escolas, fomentando o desenvolvimento do pensamento crítico e a análise contextualizada dos diferentes tempos e espaços, em busca de uma educação histórica mais rica e significativa. Diante dessas problemáticas contemporâneas relacionadas ao ensino de história, o presente simpósio objetiva a promoção de reflexões sobre as articulações entre a teoria e prática; o uso de fontes em sala de aula; manejo de recursos governamentais; atividades práticas, como aulas oficina e metodologias ativas; além do uso de novas ferramentas didáticas.

SESSÃO ÚNICA / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Descolonizando o saber: desafios e possibilidades no ensino de história.

Gabrielle Legnaghi de Almeida - UEM

Este trabalho propõe uma reflexão sobre como as novas tendências da historiografia podem ser utilizadas e aplicadas, com a devida metodologia, no ensino de história. Sob essa perspectiva, considerou-se que a arte pode ser utilizada como uma ferramenta valiosa para promover uma abordagem decolonial, que não apenas enriquece o entendimento do passado, mas também desafia e transforma as narrativas históricas tradicionais. Reconhecendo os desafios cotidianos enfrentados pelos professores ao abordar temas sociais sensíveis, destaca-se a importância de desenvolver nos alunos um senso crítico através do ensino de história. A perspectiva decolonial, incorporando a arte como um recurso didático, pode ampliar a compreensão das diversas tendências históricas. Ao aplicar um modelo de aula expositiva por meio de análises sobre as obras do pintor mexicano Diego Rivera (1886-1957), buscou-se o estímulo à reflexão crítica sobre as complexidades e nuances da história. Essa abordagem, além de contribuir para o enriquecimento o repertório cultural dos alunos, também os capacita a questionar as narrativas dominantes, reconhecendo as diferentes vozes e experiências que contribuíram para a construção do passado. Portanto, a perspectiva decolonial em sala de aula pode proporcionar uma compreensão mais rica, ampla e inclusiva da história. Por fim, é capaz de estimular o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas nos estudantes, capacitando-os a enfrentar os desafios contemporâneos com uma bagagem abrangente e analítica.

Palavras-chave: Ensino de História. Decolonialismo. Recurso didático.

Proteção e empoderamento de mulheres: desenvolvimento de aplicativo de segurança para celulares e de cursos de formação para rompimento do ciclo de violência.

Fernanda Loch - UEPG

A presente proposta resultou de uma articulação entre o Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividade (LAGEDIS) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o Departamento de História da UEPG, o Departamento de Informática da UEPG e a Casa da Mulher, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, que atende mulheres em situação de violência. Este projeto, como um todo, tem como objetivos a criação de um aplicativo de celular que possa funcionar de maneira similar ao "botão do pânico" para mulheres em situação de violência, bem como, a organização de oficinas formativas para comunidade interna e externas da UEPG com o propósito de romper o ciclo de violência. Neste trabalho damos enfoque apenas neste

segundo objetivo, ou seja, o processo de desenvolvimento das oficinas. As apresentações já foram montadas para graduandos de licenciaturas e para estudantes de ensino médio. A oficina está dividida em três momentos: exposição oral com slides; exibição de documentário; e dinâmica sobre os tipos de violência. Na exposição oral são abordados alguns tópicos relacionados à violência contra a mulher, como por exemplo: O que é a Lei Maria da Penha; os tipos de violência contra a mulher; o que é ciclo de violência; como identificar a violência contra a mulher; e o que fazer em caso de violência contra a mulher. Depois dessa parte mais informativa da oficina, nós temos a exibição de um documentário chamado “As rosas que não se calam”, de livre reprodução, disponível na plataforma Youtube. A última etapa da oficina é a realização de uma dinâmica simples, para incentivar a participação e debate dos alunos sobre os tipos de violência já explicados na exposição oral (violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral). As oficinas já foram realizadas em programas de iniciação do curso de História da UEPG e em colégios estaduais da cidade de Ponta Grossa. O projeto ainda não foi finalizado, portanto, está em fase de desenvolvimento em mais escolas e cursos de graduação.

Palavras-chave: Violência. Mulheres. Formação. Oficinas.

Reflexões sobre desafios do ensino e aprendizagem na disciplina de História a partir de um estudo de caso.

Ingrid Oliveira Moreira – UFC
Ana Amélia Rodrigues de Oliveira – IFCE

O presente artigo tem como objetivos refletir sobre o ensino-aprendizagem em história, destacando a sua construção como disciplina e identificar os desafios docentes relacionados a questões como: a desvalorização do professor; o distanciamento entre a escola e academia e os transtornos emocionais dos estudantes. Discutimos os reflexos da pandemia no ensino de história, buscando produzir um conhecimento histórico baseado não apenas em aspectos teóricos, mas na vivência de quem consideramos serem os principais sujeitos da educação: professores e alunos. O trabalho nos ajuda a perceber como estar a compreensão desses estudantes acerca da história e dos desafios que os professores têm enfrentado para promover uma educação histórica. A pesquisa nasceu de reflexões teóricas e metodológicas feitas a partir de uma bibliografia específica; discussões dos textos trabalhados nas disciplinas do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória), e de experiências em atividades de ensino/aprendizagem realizada na EEMTI Milton Façanha Abreu, localizada em Mulungu, região do Maciço de Baturité. Ao analisarmos a experiência que tivemos com os alunos e docentes, percebemos algumas das várias dificuldades que envolvem o ensino de história. Os professores, por sua vez, são protagonistas no enfrentamento desses desafios e no processo de evolução da disciplina de História; à sua formação, motivação e principalmente seu compromisso com a educação tem sido fundamental para que o ensino e aprendizagem dos alunos sejam satisfatórios.

Palavras-chave: Ensino. Desafios docentes. Estudo de caso.

Interpretando uma fonte histórica da nossa: estudando, catalogando e digitalizando as revistas ilustradas "Encontro" e "Montes Claros em Foco" de Montes Claros-MG- Projeto ICEB MG na Escola Estadual Zeca Guida.

José Vinícius Peres Silva

Este projeto pretende inserir os alunos da Escola Estadual Zeca Guida de Francisco Sá-MG no mundo da pesquisa de História. Para isso pretendemos problematizar as revistas ilustradas como produto de mídia da região Norte de Minas Gerais. O trabalho está acontecendo sob a orientação do Professor de História da Escola fazendo parte do núcleo de Iniciação Científica na Educação Básica no Estado de Minas Gerais. Como produto desse trabalho os alunos irão catalogar o acervo pessoal dos dois periódicos "Encontro" 1951 a 1952 e "Montes Claros em Foco" de 1952 a 1988, digitalizar e montar um acervo digital público dessas fontes. Após essa etapa, utilizaremos algumas matérias ilustradas e o uso das imagens para problematizar como elas criam representações sobre o "povo" do Norte de Minas Gerais.

Palavras-chave: Revistas Ilustradas. Representações visuais. Ensino de História.

Diálogos sobre o PIBID/História e seus reflexos nas trajetórias profissionais de Professores e Professoras de História.

Ana Carla de M. Trindade - PGH/UFRPE

Esta comunicação tem como objetivo tecer reflexões sobre a pesquisa que estamos desenvolvendo, ainda em fase inicial, em nosso estudo no doutoramento em História, vinculado ao Programa de Pós-graduação em História (PGH) – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Nossa análise caminha pelas representações e trajetórias dos professores e professoras de história que foram bolsistas do subprojeto PIBID/História na UFRN. Nosso recorte temporal é de 2009 a 2022. Nessa comunicação, delimitamos a apresentação às reflexões sobre a história do subprojeto PIBID/História nessa instituição e seus impactos na formação docente na fase inicial. Propomos levantar diálogos acerca de como as dinâmicas no subprojeto mobilizou na rotina dos bolsistas processos de autorreflexão sobre a prática, ao situar a escola como espaço de pesquisa e aprendizagem docente. Na seara desse recorte, nossos resultados tem apresentado dados que nos permitem conhecer o lugar profissional, social e historiográfico desses profissionais relacionando-os aos impactos do programa em suas trajetórias profissionais. As fontes nos permitem localizar se seguiram a carreira no magistério e há quanto tempo estavam/estão atuando profissionalmente, se mudaram de área, quais suas áreas de pesquisa e espaços de atuação profissional dentre outras questões. Utilizamos nesse recorte, a metodologia de pesquisa qualitativa, com estudo das fontes documentais. A fim de discutir teoricamente, chamamos para esse estudo alguns pesquisadores do campo da História em diálogo com Educação, que nos permitem caminhar pelas discussões do ensino de História como área de investigação.

Palavras-chave: Professores de História. PIBID. Profissionalização docente. Ensino de História.

Descolonizando o saber: desafios e possibilidades no ensino de história.

Gabrielle Legnaghi de Almeida - UEM

Este trabalho propõe uma reflexão sobre como as novas tendências da historiografia podem ser utilizadas e aplicadas, com a devida metodologia, no ensino de história. Sob essa perspectiva, considerou-se que a arte pode ser utilizada como uma ferramenta valiosa para promover uma abordagem decolonial, que não apenas enriquece o entendimento do passado, mas também desafia e transforma as narrativas históricas tradicionais. Reconhecendo os desafios cotidianos enfrentados pelos professores ao abordar temas sociais sensíveis, destaca-se a importância de desenvolver nos alunos um senso crítico através do ensino de história. A perspectiva decolonial, incorporando a arte como um recurso didático, pode ampliar a compreensão das diversas tendências históricas. Ao aplicar um modelo de aula expositiva por meio de análises sobre as obras do pintor mexicano Diego Rivera (1886-1957), buscou-se o estímulo à reflexão crítica sobre as complexidades e nuances da história. Essa abordagem, além de contribuir para o enriquecimento do repertório cultural dos alunos, também os capacita a questionar as narrativas dominantes, reconhecendo as diferentes vozes e experiências que contribuíram para a construção do passado. Portanto, a perspectiva decolonial em sala de aula pode proporcionar uma compreensão mais rica, ampla e inclusiva da história. Por fim, é capaz de estimular o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas nos estudantes, capacitando-os a enfrentar os desafios contemporâneos com uma bagagem abrangente e analítica.

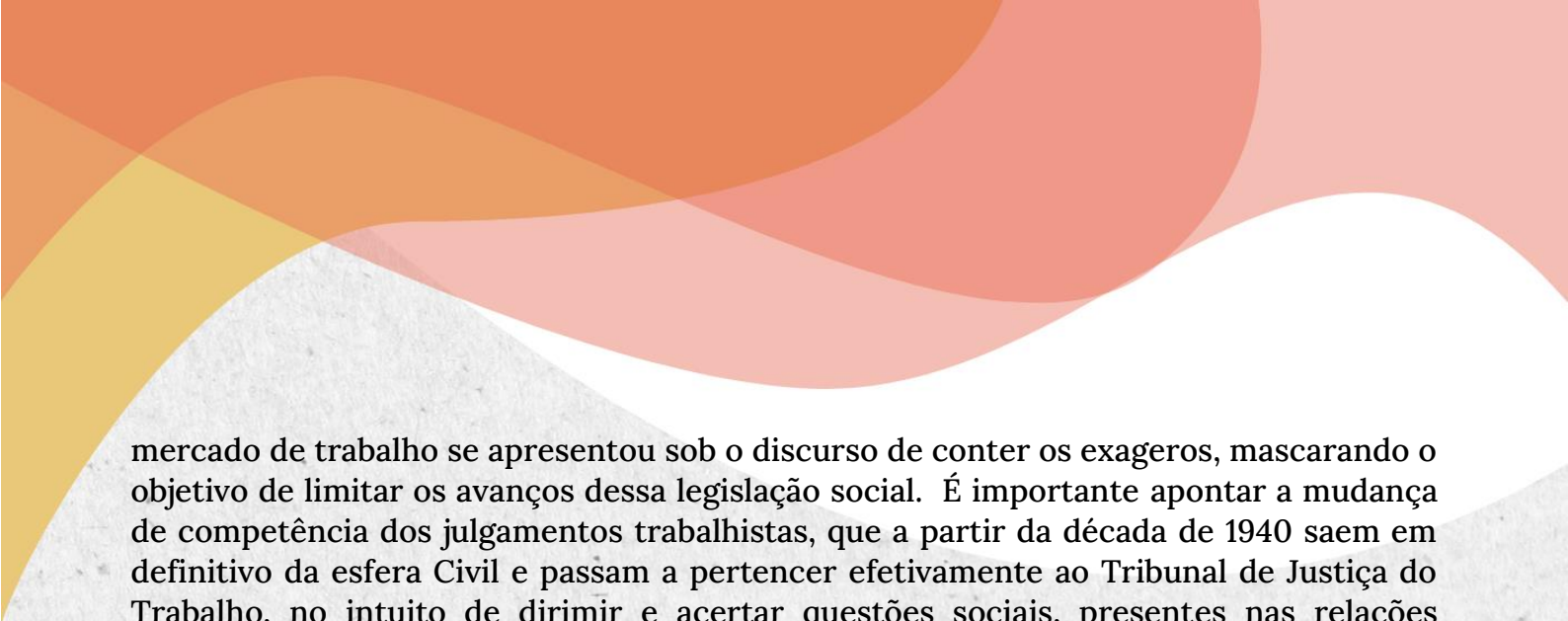
Palavras-chave: Ensino de História. Decolonialismo. Recurso didático.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 09

80 anos de CLT: entre avanços e recuos os direitos trabalhistas perpassam o capitalismo.

Coordenador(es): Tamires Xavier Soares (Prefeitura Municipal de Lajeado) e Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM).

A CLT, instituída por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1943, durante o período da ditadura estadonovista, não trouxe consigo novidades em termos de direitos trabalhistas. Antes de sua promulgação, os trabalhadores já vinham há muito tempo lutando por melhores condições de vida e trabalho, expressando suas reivindicações por meio de greves e mobilizações. A necessidade de uma legislação voltada para a proteção do trabalhador foi uma questão que emergiu antes mesmo do governo de Vargas, ou seja, foi algo inevitável que se impôs com o progresso da industrialização. Assim, a questão social advém de um conjunto de modernas condições laborais urbanas e de direitos sociais. Após a guerra, observamos que entre as demandas consideradas essenciais colocou-se a condição de vida do operariado. Getúlio Vargas, no exercício autoritário de seu governo, apropriou-se de algumas leis já existentes (lei de férias, acidentes de trabalho...) e dessas demandas populares, transformando-as em parte de sua agenda política. Paralelamente, Vargas adotava medidas repressivas, detendo tanto opositores políticos quanto trabalhadores que desafiassem a Constituição de 1937, a qual proibia tais manifestações. Nesses 80 anos de histórias houveram avanços e retrocessos nos direitos trabalhistas, refletindo as nuances do sistema capitalista. Além disso, a CLT foi e tem sido um instrumento crucial na regulamentação das relações entre empregadores e empregados no Brasil, moldando o cenário trabalhista, econômico e social. O grupo que assumiu o Estado em 1930 tratou de mergulhar no universo social e trabalhista, propondo uma extensa legislação que ainda hoje ilustra as páginas da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. As leis estavam lá, mas seus usos e utilidades foram se construindo por diversos olhares: do trabalhador, do legislador, do julgador, dos sindicatos, dos patrões, levando algum tempo para que cada qual se identificassem com o seu papel a partir do código. A intervenção do Estado no



mercado de trabalho se apresentou sob o discurso de conter os exageros, mascarando o objetivo de limitar os avanços dessa legislação social. É importante apontar a mudança de competência dos julgamentos trabalhistas, que a partir da década de 1940 saem em definitivo da esfera Civil e passam a pertencer efetivamente ao Tribunal de Justiça do Trabalho, no intuito de dirimir e acertar questões sociais, presentes nas relações empregadores e empregados; apesar de em 1932 já existir juntas conciliatórias de caráter harmonizador, sem uma ação impositiva. Os avanços registrados ao longo desse período incluem a conquista de direitos fundamentais para os trabalhadores, como a jornada de trabalho limitada, direitos previdenciários, férias remuneradas, 13º salário e a criação de mecanismos de proteção contra demissões arbitrárias. Estas medidas contribuíram para a melhoria das condições de trabalho e para a garantia de dignidade aos empregados. No entanto, cabe reconhecer que a trajetória da CLT também foi marcada por recuos, especialmente em momentos de transformações econômicas e políticas. Reformas trabalhistas ao longo dos anos buscaram flexibilizar as relações laborais, muitas vezes em resposta às demandas do mercado e aos desafios enfrentados pelo país. Tais mudanças, por vezes, levantaram questionamentos sobre a preservação dos direitos conquistados e sobre a capacidade da legislação em acompanhar as transformações sociais, tecnológicas e a terceirização. O embate entre avanços e recuos na CLT reflete a tensão inerente entre a busca por eficiência econômica e a proteção dos direitos dos trabalhadores em um sistema capitalista. Em síntese, os 80 anos de existência da CLT representam uma jornada marcada por conquistas e desafios, destacando a necessidade contínua de adaptação das leis trabalhistas às demandas contemporâneas. A interação entre direitos trabalhistas e o capitalismo permanece como um tema crucial, exigindo reflexão constante sobre como equilibrar eficiência econômica e justiça social no ambiente laboral. Assim, neste simpósio, buscamos oferecer espaço para pesquisas que abordem não apenas os avanços e retrocessos, mas também os diferentes usos da legislação trabalhista. Além disso, são bem-vindas discussões teóricas e revisões bibliográficas sobre o tema.

SESSÃO ÚNICA / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Nas trincheiras da sobrevivência: a Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores no Rio Grande do Sul.

Tamires Xavier Soares

A eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 desencadeou transformações globais significativas. Mesmo as nações que inicialmente não participaram do conflito foram impactadas por suas implicações. No contexto desse período, o Brasil estava sob o regime estadonovista, liderado por Getúlio Vargas, que inicialmente adotou uma política de neutralidade em relação à guerra até 1942, quando declarou estado de guerra e alinou o país aos Aliados. Entretanto, os efeitos da guerra já eram perceptíveis para os brasileiros desde 1939, refletidos na elevação do custo de vida, na escassez de produtos essenciais e nas mudanças graduais nas relações de trabalho. Este estudo apresenta uma síntese dos resultados da tese de doutorado intitulada "Nas trincheiras da sobrevivência: a Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores no Rio Grande do Sul", defendida por Tamires Xavier Soares em 2020 na Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo da tese era compreender as consequências da guerra na vida dos trabalhadores rio-grandenses, examinando as estratégias adotadas por eles diante da mobilização e das restrições impostas a partir de 1939. De maneira geral, tanto a economia quanto a vida dos trabalhadores foram impactadas. Alguns alimentos essenciais, como carne, trigo e açúcar, tornaram-se escassos e mais dispendiosos. A distribuição de combustíveis passou a ser controlada por cotas, resultando em efeitos drásticos no transporte público, afetando significativamente a dinâmica de vida dos empregados que dependiam de deslocamento. Apesar da promulgação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), foram criados diversos decretos que flexibilizaram suas disposições, deixando os trabalhadores cercados por legislações, mas com poucos direitos assegurados.

Palavras-chave: Segunda Guerra. Rio Grande do Sul. Trabalhadores.

Trabalhadores (as) da Companhia de Tecidos Paulista na Justiça do Trabalho: reivindicações de direitos a partir da CLT (1943-1944).

Patrícia Camilla Souza de Moraes - UFRPE

Durante as décadas de 1930 e 1940 foram instituídas várias medidas de proteção ao trabalhador(a) urbano no Brasil. Essas medidas foram instituídas pelo governo Vargas após diversas manifestações da classe trabalhadora, que lutava por melhores condições de trabalho, como salário digno, mais segurança no local de trabalho e redução da jornada diária. Além de proteção ao trabalho da mulher e das crianças. Com a promulgação da CLT em 1943, esses operários finalmente tiveram a garantia de vários direitos

trabalhistas, como carteira profissional de trabalho, férias, jornada diária de oito horas, salário mínimo e indenização por despedida injusta. Este trabalho é fruto de minha pesquisa do mestrado, no qual apresento algumas das principais demandas dos trabalhadores de um complexo industrial localizado em Pernambuco. Investigando de que forma esse operariado exigia o cumprimento de seus direitos na Justiça do Trabalho. A Companhia de Tecidos Paulista (CTP), criada no início do século XX, chegou a ser uma das maiores fábricas em escala internacional na década de 1950, possuindo cerca de quinze mil operários(as) registrados(as) e cerca de oito mil sem registro. No entanto, a diretoria da Companhia continuou negar o pagamento de muitos direitos aos seus operários, mesmo após a promulgação da CLT, fazendo com que muitos recorressem à Justiça. As fontes principais utilizadas nesta pesquisa são os processos trabalhistas arquivados no LAHM-UFPE/TRT6 e documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco, a DOPS-PE. Somente no ano de 1955 é instalada a primeira Junta na cidade do Paulista, para atender as demandas crescentes dos trabalhadores têxteis de Paulista e de Igarassu (município vizinho). Entretanto, bem antes disso, já em 1943, os operários das Fábricas Paulista se mobilizavam em busca da garantia de seus direitos, através do ajuizamento de processos trabalhistas na Justiça Comum, via Comarca de Paulista ou de Igarassu. Na pesquisa, analisamos essas reclamações trabalhistas, que demonstram como a diretoria da CTP continuava a negar o pagamento de direitos trabalhistas mesmo após a promulgação da CLT. A documentação produzida pela DOPS-PE apresenta relatos de um discurso proferido pelo dirigente da Fábrica negando o pagamento do salário mínimo aos operários. Já os processos trabalhistas nos possibilitam entender melhor o funcionamento da Companhia, a partir dos relatos dos próprios trabalhadores sobre as jornadas de trabalho superiores a oito horas, o pagamento de salários por produção e abaixo do mínimo estabelecido na lei, o não pagamento de férias, entre outros. A importância da pesquisa reside no fato de que ao longo dos últimos anos nos deparamos cada vez mais com discursos que atacam a CLT, com a justificativa de que ela está obsoleta. Portanto, pensar a História dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, dar visibilidade às pessoas comuns enquanto atores sociais, homens e mulheres pobres, que encontraram no cotidiano formas de resistir, de exigir direitos, melhorias nas condições de vida e de trabalho, tem se tornado cada vez mais importante. Especialmente em um cenário de crescente precarização das formas de trabalho e de perda de direitos.

Palavras-chave: História de trabalhadores. Justiça do trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas.

O proto-trabalhismo antes da CLT.

Amaury Oliveira Pio Junior - UFAM

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada em 1943 sem dúvida foi um divisor de águas num país que já algumas décadas encaminhava parte de sua economia para o setor primário industrial. A falta de uma legislação uniforme prejudicava as intenções de investimento, dada a insegurança principalmente nas relações trabalhistas entre patrões

e empregados. No entanto há de se lembrar que esta promulgação foi uma espécie de culminância de tantas outras legislações do mundo do trabalho que existiram e persistiram em épocas bastante desfavoráveis para com os trabalhadores contratados. Historiadores como Ângela de Castro Gomes em “A Invenção do Trabalhismo” e Adalberto Paranhos em “O roubo da fala” apontam que esta legislação já existia de forma consistente em inúmeros casos espalhados pelos Estados Brasileiros. E diante disso, pretendemos através desta apresentação identificar através de movimentos sociais como ideais trabalhistas presentes na CLT germinaram bem antes de 43. Usaremos o caso apresentado no estado do Amazonas através do Partido Trabalhista Amazonense que entre 1933 e 1936 agremiou e debateu a necessidade de uma identidade unificada entre os trabalhadores, os pressupostos da Revolução de 1930 e a legislação construída através Ministério do Trabalho. Para isso utilizaremos uma análise através do jornal partidário e sindical Tribuna Popular, editado em Manaus-AM.

Palavras-chave: Trabalhismo. Partido. Sindicato.

Vargas e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): a longa caminhada por direitos e garantias do trabalhador.

Wanderlene Barros

Passaram-se oito décadas da implantação da Consolidação das Leis do Trabalho, por muitos mais conhecida como CLT. Desde 1943, os mundos do trabalho no Brasil vêm sendo regido por um código estruturado e detalhadamente regulado com a especialíssima característica de ser a legislação social mais avançada do mundo. Esse código, apesar do nascimento oficial na década de 1940, não é fruto exclusivo do governo Vargas; ele suscitou de questões sociais, intrinsecamente ligada a massa trabalhadora, que construiu através de uma trajetória de lutas, resistências e práticas uma legislação voltada ao trabalhador. Considerada uma das mais importantes iniciativas políticas do regime Vargas, ela conseguiu confluir empregadores e empregados em uma legislação para relações conflituosas, como forma de se manter a ordem e controle. Vargas conseguiu concomitantemente ser a “mãe dos ricos”, ao receber a aceitação dos mais abastados dirimindo conflitos de patrões e empregados; e “pai dos pobres”, com uma legislação reguladora, apesar da difícil tarefa de conquistar as massas de trabalhadores. Desta forma, o objetivo da comunicação em questão será o de trazer pontos relevantes, nas primeiras décadas do século XX, que contribuíram para essa importante conquista do trabalhador.

Palavras-chave: Vragas. CLT. Direitos do trabalhador.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

Trajetórias, biografias e histórias de “vidas infames”.

Coordenador(es): Estevam Henrique dos Santos Machado (SEE-PE / SEDUC- AL) e Rafael Santana Bezerra (SEDUC-PB).

Após um longo período de hegemonia de paradigmas estruturalistas, onde se teciam histórias “quase sem sujeitos”, os historiadores da década de 1970 voltaram suas preocupações ao retorno da narrativa e a emergência do sujeito. Nesta passagem da “história do todo”, característico das duas primeiras fases dos Annales, para a “história de tudo” (Dosse, 1994), surgiram novas metodologias, perspectivas e novos agentes históricos. Essa tendência foi amplificada com o aporte teórico-metodológico da micro-história italiana (Levi; Ginzburg) e da História Social Inglesa (Thompson e Hobsbawm). Essa historiografia possibilitou o aparecimento das “vidas infames”, indivíduos que, nos dizeres de Foucault (1992), pertenciam a essas “milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro; que houvesse em suas desgraças, em suas paixões, em seus amores e em seus ódios alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado” (Foucault, p. 205). Paradoxalmente, ao querer anular a existência das “vidas infames”, os diversos poderes instituídos possibilitaram seu aparecimento. Há, portanto, uma série de documentos que registram a passagem dos “indignos”, das “vidas breves”, das “existências-relâmpagos”, daqueles que se buscou esconder, prender e anular. Este Simpósio Temático tem como objetivo discutir as diversas possibilidades metodológicas ligadas às narrativas de trajetórias, biografias, prosopografias (Stone) desses, não tão novos, sujeitos históricos e de seus respectivos vestígios (fontes): prisioneiros políticos, internos de “instituições totais” (Goffman, 2015), trabalhadores e trabalhadoras, refugiados, subalternizados, escravizados, crianças, mulheres, homossexuais, etc.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Título: "Heróis da fé": a trajetória inicial de um best seller pentecostal (1944-1953)

Francisco Alexandre Gomes (PPGHist/UFC)

O livro *Heróis da fé*, escrito pelo missionário norte americano Orlando Spencer Boyer, no qual descreve as biografias de diversos personagens do cristianismo reformado, teve oito capítulos publicados na forma de folhetim, entre 1944 e 1948, no jornal *Mensageiro da Paz*, veículo de comunicação oficial das Assembleias de Deus no Brasil. Em 1951 foi publicada a primeira versão de "Heróis da Fé" na forma de livro, especificamente o primeiro volume, trazendo as biografias de doze personagens e em 1953 foi lançado o segundo volume, contemplando as trajetórias de mais oito "heróis". O presente trabalho investiga a materialidade das condições de produção da obra em questão e os meios pelos quais ela circulou entre os pentecostais, a partir da análise dos capítulos, das propagandas e das resenhas veiculadas no *Mensageiro da Paz*. As bases epistemológicas e metodológicas advêm da história social da cultura preocupada em compreender as relações determinantes entre gênero textual e suporte de publicação, entre autor e seu meio editorial, entre o âmbito da recepção e as escolhas textuais. Foi possível observar que seguindo uma prática comum no Brasil – inclusive da imprensa protestante –, os pentecostais também testaram a receptividade de determinadas obras, publicando-as inicialmente de forma seriada nos periódicos, para somente em um momento posterior editá-las como livro.

Palavras-Chave: Folhetim. Materialidade. Livro. Pentecostais.

Histórias e memórias da criação da Escola Municipal Estevão Castro em Palmas-TO.

Kamila Cunha dos Santos – UFT
Jocyléia Santana dos Santos - UFT

Este artigo é resultado do trabalho final da disciplina de História Oral, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins, finalizada no ano de 2020. Tem como objetivo principal investigar, através de entrevistas, a memória dos sujeitos que fizeram parte do processo de construção da escola municipal Estevão Castro. Partindo da História Oral e História de Vida, assim, resgata a história da criação da Escola Municipal Estevão Castro por meio da rememoração de sujeitos que vivenciaram o desenvolvimento da escola de 1991, data de sua criação, até o ano de 2019. Valendo-se de entrevista gravada, percebemos a riqueza de informações que emergem durante a evocação de memórias para a o resgate histórico de uma escola. Como resultado da pesquisa, vemos um misto de sentimentos: revolta, traição, angústia, esperança. Percebemos que a história da escola e a da vida de cada uma se confundem, tomam para si como conflitos pessoais e não meramente do ambiente de trabalho.

Palavras-chave: História Oral. História e Memória. História de vida.

Oficina “a caixinha da vovó”: descobrindo sobre a memória e o passado de imigrantes portugueses no Paraná.

Mayla Louise Greboge Montoia - UFPR

A Caixinha da Vovó é uma atividade originalmente criada pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da Universidade Federal do Paraná, que tem como objetivo familiarizar os estudantes com o ofício do historiador. Através de uma caixa física repleta de fontes históricas variadas, os estudantes são encorajados a criar uma narrativa que organize os documentos de forma a contar sobre uma determinada personagem: a vovó, dona da caixa. Partindo desse modelo, mas utilizando a documentação da minha pesquisa sobre imigração portuguesa em Curitiba, elaborei um material didático a partir do exemplo do grupo PET para introduzir a discussão sobre as fontes históricas e história local. Além de preparar os alunos para o trabalho em sala de aula ao longo do ano letivo, a atividade é um importante ponto de partida para desenvolver a crítica, a reflexão e a empatia histórica. Os documentos da caixa contam a história da vovó Leonor, uma filha de portugueses que emigraram para o Brasil na segunda metade do século XIX e se estabeleceram em Curitiba. Leonor é uma personagem fictícia, contudo, os eventos que inspiram a construção de sua trajetória são reais, baseados em histórias de imigrantes marginalizados e esquecidos do mesmo período. À vista do exposto, o objetivo da comunicação é apresentar o material desde sua origem, ou seja, a atual pesquisa acadêmica, e, também, discutir os resultados de sua adaptação para a sala de aula.

Palavras-chave: Imigração Portuguesa. Ensino de História. Fonte histórica. História. Paraná.

Saïkakun – Gbàgbé – E Dáke!: A negritude ignorada e esquecida no silenciamento normativo educacional fluminense.

Alessandro Sathler
Marinete Alves Pereira de Castro

Infame, adjetivo que designa aquele que não possui boa fama, que foi descreditado ou desacreditado por outrem, ou pela sociedade em que está inserido. Por outro lado, o agente que desacredita o outro é aquele que, por deter o poder social, é o acreditado, o que fia a fama e, realiza o infamar, prática essa muitas vezes realizada pelo silenciamento, por voluntariamente ignorar a existência. Em iorubá, essa ação de ignorar o outro é traduzida como saïkakun. Ação esta praticada pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro-CEE/RJ, em relação à negritude, até o ano de 2002, quando então foi criada a Comissão de Minorias Étnicas e Sociais. Mesmo estando localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, avizinando os portos de maior entrada de escravizados africanos do mundo, o CEE/RJ permaneceu silente quanto a estas vidas e histórias. Desde sua

fundação em 1975, no contexto da ditadura militar, só veio a se pronunciar no primeiro quinquênio do Século XXI, quando trouxe a pauta em suas discussões plenárias, por meio da Comissão das Minorias Étnicas e Sociais CMETS constituída nos termos da Portaria CEE/RJ n.º 103/2002, de 25 de março de 2002. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar, nos textos das atas das reuniões plenárias do ano de 2002, as abordagens do CEE/RJ quanto às questões do negro, da negritude em um contexto de abolição da escravatura institucional. Já como objetivos específicos pretende-se: a) identificar em quais atas a temática é discutida; b) relacionar as eventuais produções normativas que tratam da temática no recorte de pesquisa. A investigação, de natureza qualitativa, por suas características e objetivos, constitui-se como histórica-documental, alicerçada na estratégia de análise cartográfica proposta por Sales, Arrais e Braga (2017), buscando identificar e discutir “[...] movimentos, relações, enfrentamentos entre forças, modos de objetivação, de subjetivação e lutas por delimitação de espaços sociais.” (p.3). Constituem suas principais fontes da pesquisa: a) atas das reuniões plenárias do ano de 2002; b) atos normativos e administrativos que tratem da temática no período estudado. A discussão se apoiará em um diálogo entre conceito de silenciamento de Orlandi (2007) e as questões contemporâneas da negritude trazidas por Siqueira (2018), Pires e Oyarzabal (2019), Morais e Maia (2020) e Rocha e Alves (2021), especialmente no que tange à efetividade de acesso e garantia de direitos pela população negra. Cartografar os movimentos institucionais do CEE/RJ ao redor das questões da negritude, seus atores, formas e resultados na construção de políticas públicas e de governo no âmbito da Educação Fluminense, fornecendo indicadores que permitem a análise da temática. O resultado das análises aponta para uma tratativa pontual da temática, a qual aparece nas discussões plenárias três vezes entre agosto e setembro de 2002, sendo respectivamente: uma sugestão de pauta, uma palestra interna e um convite para participação de um evento sobre quotas da ação afirmativa. Quanto aos atos normativos, o primeiro data de 2014, quando o Ministério Público Federal–MPF, questiona o CEE/RJ quanto à aplicação da Lei n.º n.º 10.639/2003. Questão essa respondida pelo Parecer CEE (N) n.º 158/2005, no qual a Comissão Permanente de Legislação e Normas (não a CMETS) conclui que a temática está pacificada, sendo o dispositivo dotado de autoaplicabilidade, não sendo necessária ação do Colegiado. A língua iorubá traduz os pilares desse movimento quanto à negritude no CEE/RJ como saikakun (ignorar, fazer pouco caso), – gbàgbé (esquecer) – e dâke! (Silêncio!), explicada por Orlandi (2007) como “dizer “uma” coisa para não deixar dizer “outras” (p. 55).

Palavras-chave: Sistema de ensino. Silenciamento. Conselho Estadual de Educação.

Abguar Bastos, história paraense e conflitos literários.

Heraldo Márcio Galvão Júnior

Gabriela Pereira de Sousa

O seguinte trabalho visa estabelecer a discussão sobre a relação conflituosa entre os modernistas Mário de Andrade e Abguar Bastos, explorando tanto os aspectos

ideológicos quanto a dicotomia entre o Modernismo Paulista e o Modernismo Amazônico. O foco recai sobre a obra “Terra de Icamiba”, a qual é complementada com os manifestos políticos e estéticos de Bastos. O estudo também procura entender se este romance confronta a famosa rapsódia “Macunaíma” de Mário de Andrade. O objetivo geral é analisar a relação entre esses autores, determinando se “Terra de Icamiba” é propositalmente destoada “Macunaíma” por suas perspectivas relacionadas ao protagonismo do herói Bepe e do anti herói Macunaíma. Partindo da minha experiência com a Iniciação Científica, onde aprofundei meu entendimento sobre as diferenças entre História e Literatura, usando a literatura como fonte histórica, destaco o estudo sobre Raul Bopp e Ignácio Moura, mostrando como ambos autores se diferenciavam ao escrever sobre a Amazônia. A PIBIC também abordou mitos e sua transformação ao longo do tempo, fora a partir desta metodologia, a análise comparativa, que pude ter a capacidade cognitiva para imaginar e aplicar o método a pesquisa aqui evidenciada. Respaldo ainda minha conexão com a Amazônia, minha terra natal, bem como o estado do Amapá, (no qual até 1943 o Amapá não estava constituído estado como hoje, no entanto todo o referido território fazia parte do Pará até o decreto de Vargas no Estado Novo), e como todos esses elementos levaram a me dedicar a pesquisas que unem a Literatura Paraense e Amazônica à História.

Palavras-chave: Abgvar Bastos. Modernismo. Amazônia. Mario de Andrade. Regionalismo.

Um burocrata-literato entre mediócras e fanfarrões: Lima Barreto e a escrita do corpo do homem de Estado no Diário Íntimo.

Thiago Venícius de Sousa Costa - UFRN

A proposta da presente comunicação é discutir as invenções corpóreas que o escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto fez de si como burocrata. No desenvolvimento do debate será analisada as notas que compuseram o seu Diário Íntimo, especialmente os registros que produzem visibilidades e dizibilidades do espaço burocrático. Debate restrito ao cotidiano das Secretarias de Estado, que ganharam notas ao longo dos anos que o autor exerceu as funções de amanuense, no Ministério da Guerra. Ao longo da vida, Barreto dispôs em cadernetas uma série de escritos pessoais que demonstram a intenção de construir mais do que um arquivo, com fios datados da existência. Para além do desejo de relatar a malha do vivido, os registros do diário são vestígios de um corpo. Um corpo simbólico (LEJEUNE, 2008) que sobreviveu a finitude, e difere do corpo real no qual as carnes padecem com o tempo. É o corpo do burocrata que emergiu em meio as críticas e as análises que Barreto fez do comportamento e das atitudes dos colegas e dos chefes de sessão. Questão que pode tornar problemático a imagem, reiterada por parte dos pesquisadores limabarretianos, que as idealizações que o escritor manteve com a arte literária constrangeu a existencialização do homem de Estado.

Palavras-chave: Burocracia. Corpo. Espaço.

História, Memória e Invenções: um estudo a partir da cinebiografia Elvis (2022), de Baz Luhrmann.

Emília Saraiva Nery

Este trabalho trata de uma apropriação histórica da cinebiografia *Elvis* (2022), dirigida por Baz Luhrmann. Elvis Aaron Presley nasceu em Tupelo, no dia 8 de janeiro de 1935 e faleceu em Memphis, 16 de agosto de 1977. Foi um cantor, músico e ator estadunidense. Apelidado de "Rei do Rock and Roll", ou simplesmente "O Rei", ele é considerado um dos ícones culturais mais significativos do século XX. Com uma série de aparições bem-sucedidas na televisão, e sucessos nas paradas musicais, tornando-se a principal figura do rock and roll. O interesse em promover este estudo decorre da invenção linear de um Elvis Presley super-herói de raiz musical negra, fiel ao amor da sua única esposa Priscilla Presley, apesar das traições com muitas namoradas e amoroso com a família e os fãs, presente na citada cinebiografia. Essa obra cinematográfica destaca as contribuições de um artista branco para a luta racial da população negra. Dessa forma, aborda na formação musical de Elvis a influência de músicos negros norte-americanos tais como: Little Richard e BB King. Enredo esse que torna a sua memória viva no filme e no tempo contemporâneo de valorização da afrodescendência e insere a influência de outros gêneros musicais considerados "brancos" em segundo plano como a música country na sua trajetória musical. Além dessa temática, a vida do músico é organizada em fases de uma ópera: Elvis rebelde dos anos 1950, artista bem pago de Hollywood dos anos 1960 e nos anos 1970, vítima da armadilha exploradora do seu empresário coronel Tom Parker e da censura à sua forma sensual de dançar. As ações do citado Coronel são questionáveis enquanto explorador da imagem de Elvis, mas o empresário foi um importante pilar na ascensão de Presley. Por ser um homem de negócios, tinha ideias valiosas de como o artista poderia alcançar o estrelato. Apesar da sua importância, é retratado como vilão e destituído do grande crédito que teve na carreira de Presley. Para além das apropriações históricas da suposta linearidade da cinebiografia de Elvis, objetiva-se, ainda neste estudo, compreender os valores perdidos e ressignificados na sua trajetória musical, tais como: ideologia, grupo, família, música, amor, eu- nos contextos de transições da juventude para o mundo adulto.

Palavras-chave: História. Memória. Invenções. Elvis Presley. Cinebiografia.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Partida sem rastros: suicídios de imigrantes no sul paranaense da primeira metade do século XX.

Jefferson William Gohl - UNESPAR

A finalidade deste trabalho pretende analisar uma pequena amostragem dos autos de processos crimes da comarca da cidade de União da Vitória entre as décadas de 1940 e 1950 em que se contemplam um razoável número de suicídios. O estudo destes casos permite inferir uma série de informações sobre a sociedade sul paranaense em meados do século XX e os sujeitos que partiram da vida deixando poucos rastros de suas existências e motivações para o ato final. O tema da morte autoinflingida apresenta já seu repertório de estudos clássicos para as ciências sociais desde Emile Durkheim, mas a reflexão qualitativa das condições nas quais se registram os feitos nos inquéritos policiais e jurídicos foram ainda pouco explorados. Dos dados prévios já apurados alguns resultados e conclusões permitem identificar uma tipologia na qual os casos se manifestam e que delineam uma metodologia de classificação. O primeiro grupo selecionado diz respeito às vítimas que anunciam seu desejo de pôr termo a existência. Neste segmento cada sujeito eventualmente foi ouvido com preocupação ou mesmo desqualificado em seus impulsos. Já no segundo grupo há aquelas vítimas que não deixaram explícita sua vontade, e os fatores que levaram ao suicida a executar seu ato final jamais ficaram esclarecidas no corpo dos processos. Nesses casos tal registro não foi feito mesmo quando as oitivas ouviram testemunhas e pessoas próximas que documentaram indícios do que levou ao momento incontornável da morte auto produzida. Ainda neste segundo grupo de casos há também aqueles em que as testemunhas ou parentes próximos relacionam uma motivação intuída ou factível para que o morto tivesse tomado esta atitude. Na região estratégica sul paranaense que recebeu na primeira metade do século XX grande contingente imigrante de variadas procedências como italianos, ucranianos, poloneses, russos, alemães e sírio libaneses a coexistência nas colônias agrícolas dos chamados “vazios populacionais” nem sempre foi tranquila. Mesmo no centro urbano mais densamente povoado de União da Vitória o suicídio, como escape a situações de sofrimento ou constrangimento social, foi frequente e ficou lavrado nos autos. O que se entrevê são os silêncios e apagamento dos rastros em torno do tema e dos sujeitos. O suicídio em si fixado como tabu social e moral que em alguns casos a letra laica da lei não alcança. Mas de todo modo a pena do escrivão se concentra sobre as circunstâncias materiais da morte oferecendo uma determinada representação das cenas, indumentárias, horas, locais e possibilidades do enquadramento legal, aí se encontram os indícios de vidas ocultas e partidas silenciosas.

Palavras-chave: Suicídio. Sul paranaense. Morte.

Escritos de presos comuns e nem tão comuns: os cadernos de Abdias Nascimento no Carandiru e as escritas de si da Penitenciária de Florianópolis.

Júlia Rossler da Rosa Oliveira - UDESC

O presente trabalho objetiva discutir as circunstâncias em torno de escritos de presos, pautando as dicotomias existentes entre presos comuns e políticos, a partir de textos de Abdias Nascimento e presos comuns da Penitenciária de Florianópolis. Os escritos autobiográficos de Abdias Nascimento contidos em "Submundo: cadernos de um Penitenciário" serão analisados como fonte histórica para uma história das prisões e encarceramento brasileiro, visando identificar suas potencialidades e os desafios que podem gerar. Os textos do intelectual foram desenvolvidos durante sua passagem pela Penitenciária do Carandiru - SP, na década de 1940, e possibilitam reflexões sobre o cotidiano carcerário e as noções criminológicas que ascendiam no Brasil naquele período. Foi um momento de implementação do atual código penal e de mudanças administrativas e estruturais nas instituições carcerárias brasileiras. As vinte e uma composições escritas pelo autor mesclam escritas de si e entrevistas com outras pessoas encarceradas, bem como reflexões realizadas por Abdias Nascimento a respeito da instituição e seu funcionamento. Nesta pesquisa, pretende-se comparar a realidade narrada por Abdias Nascimento com os discursos presentes em relatórios da Penitenciária de Florianópolis - SC no mesmo período, pois semelhanças são evidentes a partir de estudos sobre a instituição catarinense. Cartas e escritas de si presentes nos prontuários da Penitenciária de Florianópolis também serão uma fonte analisada. Os acessos à biblioteca e recursos para estudos e escrita que Abdias Nascimento obteve na prisão, serão considerados com importância neste trabalho, para pensar as dificuldades e possíveis finalidades sobre escrever no cárcere. Quais os dilemas que atravessam os registros de Abdias Nascimento dentro da Penitenciária do Carandiru? E quais circunstâncias interferem nos escritos de presos comuns da Penitenciária de Florianópolis? As reflexões propostas neste trabalho serão fundamentadas principalmente a partir de Viviane Borges, a respeito dos arquivos marginais da Penitenciária de Florianópolis e a patrimonialização de passados difíceis, Joey Whitfield, sobre escritos de presos na América Latina, e Thula Pires junto de Malu Stanchi, para refletir sobre os usos do termo "político" vinculado às prisões.

Palavras-chave: Preso comum. Preso Político. Carandiru. Penitenciária de Florianópolis. Autobiografia.

Tempo de lutar: José Esperidião Fernandes e as Ligas Camponesas no Piauí (1940-1960).

Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes Sousa - Instituto Dom Barreto

Neste artigo, pretendemos discutir a trajetória do camponês José Esperidião Fernandes, durante as décadas de 1940 a 1960, com o objetivo de compreender sua formação enquanto liderança das Ligas Camponesas no Piauí. Nesta perspectiva, argumento no decorrer do texto que o fazer-se deste personagem como liderança política foi informado por sua aproximação, diálogo e filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB),

organização cujo projeto de revolução tinha como pressuposto uma intervenção contundente na questão agrária brasileira, aspecto que confluiu com a experiência de luta cotidiana pela terra de Esperidião e muitos outros camponeses piauienses que decidiram entrar para as Ligas Camponesas. Também buscamos compreender como este personagem reelaborou em sua memória esta experiência de militância política e como este processo foi informado pelos traumas oriundos da repressão que se seguiu após 1964. A análise proposta está apoiada em fontes orais, hemerográficas, judiciárias, legislativas e, também, na bibliografia sobre o gênero biográfico e seus usos pelos historiadores.

Palavras-chave: Biografia. Ligas Camponesas. Memória.

Aventuras do violeiro de Évora nos trópicos: uma análise de Sodomita (2023), de Alexandre Vidal Porto.

Everson Nicolau de Almeida
Roberta Guimarães Franco - UFMG

Esta proposta de comunicação tem por objetivo realizar uma análise literária da obra "Sodomita" (2023), de autoria de Alexandre Vidal Porto, com o intuito de perscrutar como o escritor maneja as lacunas deixadas pela história para erigir uma ficção que entrelaça temáticas como gênero e sexualidade. A narrativa analisada se desvela no século XVII, em Portugal, período em que a homossexualidade se encontrava sob o estigma da criminalização, resultando em penas severas, incluindo o degredo para as terras além-mar. No enredo, Luiz Delgado, o protagonista, é desterrado para o Brasil após ser sentenciado por sodomia, termo utilizado na época para denotar a homossexualidade, revelando as normas sociais vigentes e as representações da sexualidade. Nesse sentido, intentamos explorar de modo comparado o conceito de metaficção historiográfica, cunhado por Linda Hutcheon (1991) na obra "Sodomita", a fim de investigar como o autor se utiliza da ficcionalização da história para tecer uma narrativa que se alicerce em eventos factuais, ao mesmo tempo em que interpela e subverte as convenções históricas. Na tessitura de "Sodomita", a ficção desempenha um papel marcante na construção da figura do protagonista, Luiz Delgado, violeiro de Évora, cuja trajetória é imbuída de nuances e ambiguidades. Deportado para o Brasil após enfrentar acusações de sodomia no velho continente, Delgado emerge como uma personagem complexa, cuja identidade se constrói em meio às vicissitudes da condenação e do desterro. Alexandre Vidal Porto habilmente utiliza a narrativa ficcional para explorar as camadas da biografia de Delgado, apresentando-o não apenas como vítima das normas sociais repressivas, mas também como um indivíduo cujas escolhas desafiam as expectativas convencionais. Mesmo após a condenação na metrópole, Delgado ressurgue na colônia envolvido em relacionamentos considerados nefandos, desafiando assim a noção de reabilitação imposta pela sociedade da época. Através da lente da ficção, o autor estabelece uma reflexão sobre a natureza da identidade social e da sexualidade, desafiando estigmas históricos e oferecendo ao protagonista um espaço para complexidade e redenção diante das persistentes acusações de sodomia incorrigível. Ademais, este estudo entrelaça as perspectivas dos historiadores

Luiz Mott (2010) e Ronaldo Vainfas (2010), notáveis por suas contribuições nos estudos historiográficos no que tange à perspectiva de análise do papel desempenhado pelo Santo Ofício na repressão às sexualidades dissidentes das normas convencionais, sobretudo no contexto do período colonial brasileiro. Suas pesquisas servirão como faróis relevantes para a análise da trama de Vidal Porto, com vistas a estabelecer um paralelo entre as indagações historiográficas e a tessitura da ficção por meio da linguagem e dos recursos estéticos que conformam o romance. Deste modo, exploraremos as conexões entre a ficção literária e a pesquisa histórica, salientando como o autor recorre à ficção para preencher as lacunas da história e dar voz às experiências frequentemente negligenciadas ou reprimidas. Por meio desta análise interdisciplinar, buscamos arrojar luz sobre como a literatura contemporânea pode ser uma valiosa ferramenta para explorar questões históricas e sociais complexas, assim como fomentar discussões acerca de identidade, sexualidade e poder, tanto no contexto do século XVII quanto nos dias atuais.

Palavras-chave: Literatura. História. Inquisição. Sexualidade.

Sobre os significados da doença e os sentidos atribuídos à hanseníase.

Luiza Porto de Faria

O presente trabalho parte da hipótese de que, no tempo presente, existem uma série de significados diferentes que cercam o fenômeno biológico atualmente denominado "hanseníase". O objetivo principal é analisar como ocorre, no século XX, a construção e reconstrução dos sentidos de uma doença milenar que continua a reverberar no presente. Especificamente, a pesquisa buscou levantar o processo de construção das noções associadas à "hanseníase" desde 1995, quando a nova nomenclatura da doença foi oficializada (Lei nº. 9.010), até o momento presente. Para isso, o trabalho utilizou a História Oral como metodologia, realizando três entrevistas coletivas com antigos pacientes internados compulsoriamente na Colônia Santa Isabel, um dos mais de trinta asilos-colônias construídos para isolar os sujeitos atingidos pela doença. Além das entrevistas de História Oral, o trabalho analisou outros documentos, como Cadernos do Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase), decretos da legislação brasileira e reportagens de jornais. As fontes, orais e escritas, foram mobilizadas para discutir a importância da Lei 9.010 na construção institucional da doença e dos sentidos associados à hanseníase, abordar questões relativas ao Morhan e debater: o que significa ser "hanseniano" para os sujeitos atingidos pela hanseníase? Como e por que se constituem assim? Finalmente, o trabalho discute as persistências do passado visíveis nas demandas por reparação daqueles cujas vidas foram atravessadas pela experiência do isolamento. Com o desenvolvimento da pesquisa, os diferentes sentidos atribuídos à doença causada pelo Bacilo de Hansen foram questionados. Isso significa que os variados significados que cercam o fenômeno biológico atualmente chamado de "hanseníase" puderam ser questionados diante dos sentidos associados à antiga metáfora da lepra. Dessa forma, foi possível observar o processo de negociação e nomeação da doença, através do qual sua existência foi acordada, e os sujeitos passaram

a responder a ela. Por sua vez, as narrativas dos antigos pacientes da Colônia Santa Isabel levantaram aproximações e afastamentos entre as duas nomenclaturas da doença, permitindo uma melhor compreensão das noções que circundam o evento biológico e as internações compulsórias.

Palavras-chave: Hanseníase. Lepra. História Oral. Colônia Santa Isabel.

O Manicômio dos Inocentes: As Lutas de Meninos e Meninas no Hospital de Alienados do Recife (1926-1945).

Rafael Santana Bezerra – SEE-PB

Na primeira metade do século XX, em Pernambuco, a ciência psiquiátrica erigiu uma sistemática política de intervenção e atuação sobre a infância, baseada numa rede institucional criada em 1931, liderada pelo Dr. Ulysses Pernambucano e denominada de “Divisão de Assistência aos Psicopatas”. Esse conjunto institucional era formado por: I – Serviços para doentes considerados não alienados (ambulatorios, hospitais abertos, serviços de visitadoras); II – Serviços para pessoas com transtornos mentais (hospital para doentes agudos, colônia para doentes crônicos); III – Manicômio Judiciário (funcionava inicialmente no Hospital de Alienados do Recife); IV – Serviços de Higiene Mental (prevenção dos transtornos mentais e instituto de psicologia para a realização dos testes psicológicos); V – “Escola para Crianças Anormais” (a partir de 1943). Nosso objetivo é analisar as experiências de meninos e meninas submetidos aos imperativos de uma instituição total, apontando suas estratégias de resistência e as diversas possibilidades de reafirmação de suas individualidades no interior do asilo. Os prontuários psiquiátricos utilizados neste trabalho estão localizados no acervo do Hospital Ulysses Pernambucano, Recife-PE. A organização desse arquivo foi resultado de um trabalho de resgate da documentação, catalogação e edição de todos os livros entre os anos de 1926 e 1970, no total de 1013 volumes, cada um com cinquenta prontuários, sob a direção do Prof. Dr. Carlos Miranda (Universidade Federal de Pernambuco). Esses prontuários fornecem diversas possibilidades analíticas, desde uma interpretação do pensamento e da própria prática psiquiátrica em Pernambuco, às análises de experiências de crianças, jovens e adultos sob a condição de internos, de pessoas submetidas aos imperativos de uma instituição total. Em suma, é um instrumento valioso aos historiadores, sobretudo àqueles preocupados com as relações das ciências e suas formas de violência e repressão, bem como àqueles instigados em recuperar vozes silenciadas, em possibilitar o aparecimento de sujeitos, até então, completamente anônimos.

Palavras-chave: História da Infância. História da Loucura. Hospital de Alienados do Recife.

Monopólios, Corrupção e Intrigas: O Governo de Dom Tomás José de Mello na Capitania de Pernambuco (1787 a 1798).

Estevam Henrique dos Santos Machado - SEE-PE/SEDUC-AL

A participação ocasional de indivíduos de diversos atores sociais na atividade comercial era um fenômeno largamente observado não apenas no Brasil colonial, mas em outras realidades do mundo moderno. Mesmo com a proibição do comércio para os funcionários régios, estes sujeitos não deixavam escapar a oportunidade de auferir grandes lucros durante sua estadia na colônia, principalmente para compensar os baixos salários. Os governadores, por exemplo, circulavam pelas diversas paragens do Império e ao não se fixarem por longos períodos deveriam, ao menos na teoria, corporificar os interesses da monarquia acima dos interesses locais. Nesta apresentação procuramos debater quais eram as estratégias utilizadas pelo governador da capitania de Pernambuco, Dom Tomás José de Mello, para manter o controle sobre o comércio de diversos produtos importantes da capitania de Pernambuco, como a carne, a pólvora, a farinha, entre outros. Percebemos que através de práticas verticais clientelares, Dom Tomás construiu uma complexa rede montada por testas de ferro e oficiais régios que lhes davam o controle da distribuição e comercialização destes produtos. Era assim que conseguia arrematar contratos e instituir monopólios gerando descontentamento na praça comercial do Recife. Sua inserção no comércio da capitania provocou uma série de denúncias, dentre os detratores, João de Deus Pires Ferreira, comerciante do Recife, escreveu um texto explicando em detalhes as ações do governador denominado “Análise do monopólio das carnes, da pólvora e do comércio da ilha de Fernando de Noronha praticados em Pernambuco debaixo da proteção do governador da aquela capitania D. Tomás José de Mello”. A “Análise do monopólio”, mesmo que não explicitamente, teve sua contradita em vários ofícios escritos pelo governador endereçados ao Conselho Ultramarino. O resultado da campanha empreendida pelos seus rivais obteve êxito com a instauração de uma devassa que resultou na sua defenestração do cargo de governador no ano de 1798.

Palavras-chave: Pernambuco. Comércio. Monopólio. Corrupção.

Os Álvares dos Santos: redes familiares e de compadrio na Província da Bahia, entre os anos de 1840 e 1860.

Bento Chastinet - UFBA

Neste trabalho pretendo discutir as redes familiares e de compadrio em que estavam inseridos três homens negros na Província da Bahia, entre os anos de 1840 a 1860. Francisco Álvares dos Santos, Malaquias Álvares dos Santos e Luís Álvares dos Santos destacam-se, seja por suas projeções acadêmicas, seja pela inserção na política provincial. De certo modo, também estavam ligados à instrução pública tanto de modalidade pública quanto particular, inseridos na administração provincial através da assunção de cargos

públicos, além de suas atuações nos movimentos abolicionistas baiano, o que se evidencia pelo volume de fontes que abundam sobre eles. Portanto, por meio de uma multiplicidade de documentos, como inventários post-mortem, testamentos, certidões de batismo e óbito, periódicos, livros escritos por memorialistas sobre a cidade de Itaparica e as Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia, busco investigar, a partir de uma interface entre o macro e micro na História social, as redes de sociabilidades das quais esses homens negros faziam parte e agiam.

Palavras-chave: Trajetórias. Província da Bahia. Século XIX.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

Ensino de história e práticas escolares.

Coordenador(es): Cleberson Vieira de Araújo - SEE/PB - SME/PB.

O ensino e aprendizagem em história, perpassa por desafios que vão desde as questões escolares passando pela família e mesmo a sociedade. No contexto da história, especificamente, questões múltiplas se somam e acabam por reforçar as dificuldades de aprendizagens e ainda de interesse de alunos e alunas pela disciplina em questão. Com efeito, a vivacidade da memória no cotidiano e a possibilidade de ir além do utilitarismo se mostra como uma necessidade de forma a potencializar o ensino e aprendizagem em uma disciplina que pulsa conhecimentos. Se o ensino de história se mostra como um constante desafio para professores e professoras, as práticas escolares vão de encontro a um caminho que perpassa as dificuldades e produz o conhecimento histórico almejado, que deve ser construído no ambiente escolar com o protagonismo estudantil. Logo, esse simpósio temático tem por objetivo geral discutir caminhos para o ensino de história e as práticas inovadoras no contexto escolar.

SESSÃO ÚNICA / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Memoria etinidade e olhares docentes no contexto escolar.

Ana Lúcia Ferraz

O determinado trabalho abordará as práticas educativas que tem por objetivo desenvolver o Ensino e a pesquisa em espaços escolares enfatizando o protagonismo e a narrativa além de propiciar o incentivo da história narrada na Comunidades tradicionais quilombolas indígenas e demais comunidades enaltecendo a imigração e o trânsito de refugiados imigrantes e migrantes de parentes longínquas do Brasil dentro da perspectivas da memória e da narrativa os sujeitos protagonizam sua história e os olhares docentes se fazem necessário para que essas histórias se legitimam.

Palavras-chave: Memoria. Sujeito. Narrativa. Docente.

A Batalha Acosta Ñu: a última grande batalha da Guerra do Paraguai.

Cleberon Vieira de Araújo - SEE/ PB - SME/PB

Com uma guerra emblemática, e uma série de batalhas épicas, se desenvolveu a Guerra do Paraguai. Uma país lutando contra três outros, entre eles o Brasil como potência regional, levou o Paraguai a mais completa destruição. Com isso, em muitas baralhas travadas, uma chama muito a atenção pela crueldade, estamos falando da batalha de Campo Grande ou Acosta Ñu, com soldados profissionais avançando deliberadamente contra crianças e mulheres desarmadas, levando a reflexões profundas sobre os limites de uma guerra e seus desdobramentos históricos. A batalha foi comandada por Conde d'Eu, em 1869. Sua personalidade e participação histórica é conflitante, situada entre uma imagem de herói que pôs fim à guerra, liquidando o ameaçador Solano López, líder do Paraguai. Logo, esse breve trabalho tem, por objetivo geral discutir brevemente sobre a batalha de Acosta Ñu. Com efeito, a metodologia usada é qualitativa e baseia-se em autores como Chiavenatto (1983) e Gutiérrez (2013).

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. Batalha de Acosta Ñu. Mulheres. Crianças.

Os monumentos estatutários como fontes para o ensino de história.

Liesly Oliveira Barbosa - SEDUC - CE

Este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA - UFC e tem por objetivo refletir como os

monumentos estatuários e bustos erigidos nos espaços públicos das cidades podem favorecer a aprendizagem histórica dos estudantes da Educação Básica a partir de sua utilização como fontes para a problematização dos objetos de conhecimento nas aulas de História. Nesse sentido, a análise das esculturas públicas no ensino de História, na educação básica, parte da necessidade de refletir a respeito do papel das estátuas e bustos como vestígios, documentos, evidências do passado, que permitem aos estudantes refletirem sobre a construção de narrativas oficiais nos espaços públicos da cidade, além de possibilitar reflexões sobre memória, identidade e empatia histórica nesses espaços. Ainda a esse respeito, também importa destacar a análise dos atos de rasura, realizados nos monumentos, ao longo do tempo, pois estes ajudam os estudantes a entendê-los como reações da sociedade em relação à memória exaltada nos mesmos. Outro ponto importante se refere a análise dos principais documentos que referenciam a educação brasileira, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, no que se referem a necessidade do trabalho com fontes históricas diversas e entre estas destacamos os monumentos estatuários. Portanto, propomos uma nova relação educativa com os monumentos estatuários, por meio de uma proposição didática de metodologia de investigação histórica dos monumentos estatuários e bustos erigidos nos espaços públicos da cidade como fontes para a problematização dos objetos de conhecimento nas aulas de História no Ensino Médio, proporcionando aos estudantes conhecer, interpretar e apropriar-se ou ressignificar as memórias exaltadas em tais monumentos.

Palavras-chave: Ensino de História. Patrimônio. Monumentos estatuários.

Representações do possível: a escrita poética na aprendizagem histórica.

Erweuter Volkart de Oliveira - UFS

Esta proposta apresenta uma abordagem inovadora e multidisciplinar para o ensino de história, destacando a utilização da escrita poética como ferramenta pedagógica. Conduzida em um colégio público em Salvador (BA), a pesquisa adota uma abordagem aplicada e qualitativa, visando compreender o impacto dessa estratégia na aprendizagem histórica. Com objetivos exploratórios e descritivos, a análise das criações poéticas dos alunos permite avaliar como a poesia pode enriquecer o ensino, promovendo conexões emocionais e desenvolvendo habilidades analíticas. O estudo se destaca pela busca em responder à questão central: Em que medida a análise da produção poética dos alunos pode indicar que a incorporação da poesia no ensino de história, estabelecendo conexões afetivas e individuais com o conteúdo, tem o potencial de impulsionar a aprendizagem histórica, bem como incentivar o envolvimento na leitura e o desenvolvimento das habilidades de escrita? Este trabalho faz parte de uma dissertação de mestrado intitulada "Representações do Possível: A escrita poética na aprendizagem histórica no Colégio Estadual Rotary, Itapuã, Salvador, Bahia", desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA), sediado na Universidade Federal de Sergipe (UFS) no biênio 2023-2024. A pesquisa, além da análise da escrita poética dos estudantes da U.E supracitada, revisa a literatura especializada

sobre criações e escrita poéticas, contribuindo para fundamentar a proposta e oferecer insights valiosos para educadores. Ao adotar uma abordagem pedagógica inovadora, a proposta busca preencher lacunas no entendimento atual sobre a interseção entre poesia e história no contexto educacional, proporcionando uma base teórica sólida para o desenvolvimento do projeto e destacando a relevância dessa abordagem na promoção de uma aprendizagem afetiva e reflexiva.

Palavras-chave: Ensino de História. Escrita poética. Aprendizagem histórica. Interseção entre poesia e história. Abordagem multidisciplinar.

Os saberes e a aprendizagem histórica na Proposta Curricular do Estado da Paraíba (2018).

Thábata Araújo de Alvarenga - UFPB

Este artigo tem por objetivo analisar as ideias sobre aprendizagem histórica, pensamento histórico e consciência histórica presentes na Proposta Curricular do Estado da Paraíba (2018), apontando os fundamentos e as finalidades dos processos de aprendizagem em História. Interessa-nos saber, em que medida, a proposta se distancia ou se aproxima da tradição pedagógica e historiográfica. Para tanto, nos apoiaremos no conceito de cognição histórica, cujos princípios e finalidades ancoram-se na epistemologia da História e constituem campo de pesquisa no âmbito da didática da histórica e da educação histórica. Do ponto de vista teórico observamos que a proposta dialoga tanto com as discussões mais recentes em torno do conhecimento histórico, compreendido aqui como saber acadêmico, quanto com as discussões realizadas no âmbito do ensino da história, da didática da história e da educação histórica. Se do ponto de vista dos saberes, a proposta ainda é bastante tradicional, elegendo os conteúdos convencionais e canônicos e tomando a cronologia linear como eixo central da narrativa histórica, a análise das ações vinculadas aos objetivos de aprendizagem presentes no documento demonstra um esforço significativo no sentido de fazer com que a compreensão acerca dos eventos históricos se situe no âmbito da epistemologia da história, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do pensamento histórico do aluno. Nesse sentido, acreditamos que, em certa medida, o documento avança, já que busca responder às demandas e aos desafios impostos ao conhecimento histórico e à história ensinada pela sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Aprendizagem histórica. Pensamento histórico. Consciência histórica. Saberes históricos. Proposta curricular do Estado da Paraíba.

O eurocentrismo segundo os manuais do PNL D.

Daniel Tiago de Vasconcelos - UFPE

Os termos derivados da palavra eurocentrismo são frequentes em trabalhos de História, Educação e Ensino de História, contudo sua formulação teórica é apresentada raramente, sendo predominante, por exemplo, a utilização de expressões de acusação como “essa perspectiva é eurocêntrica” ou ainda dizer que uma proposta é “anti-eurocêntrica”, tais equivalências revelam dificuldades na própria compreensão do fenômeno histórico do eurocentrismo, bem como na forma com que ele estrutura elementos do ofício historiográfico e da criação/desenvolvimento de uma matriz disciplinar. Enquanto conceito científico ‘eurocentrismo’ é de formulação recente e não tão difundida, é popularizado principalmente com as interpretações de Samir Amin (cuja obra principal ‘O eurocentrismo crítica de uma ideologia’ só vem ter publicação em língua portuguesa em 2021), e do geógrafo James Morris Blaut, um dos principais proponentes do uso seu uso enquanto um conceito, estando ausente, por exemplo, do reconhecido e influente autor Edward Said. O presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior sobre orientalismo/orientalização no Ensino de História, e identifica como livros do professor de cinco coleções diferentes (todas dos anos finais do Ensino Fundamental) apresentam, usam, conceituam ou não o eurocentrismo, referenciando ou não autores, tanto nas seções dos manuais em que os exemplares se comunicam com os professores, quanto nos elementos textuais que visam comunicar-se com os estudantes e/ou avaliadores oficiais do PNL D. Por meio da análise de conteúdo e da análise de argumentos, localizou-se apenas 51 ocorrências do termo eurocentrismo e seus derivados ao longo dos 20 livros das cinco coleções, sendo feitas correlações vagas e/ou problemáticas com o conceito de etnocentrismo, bem como melhores ou piores apropriações do conceito e de perspectivas anti-eurocêntricas nas propostas de ensino apresentadas por tais manuais, identificando, portanto, similaridades entre as coleções, como diferenças, evidenciando que os manuais escolares, possuem funções e potencialidades diversas para sua utilização escolar, sempre dependendo da própria realidade escolar e das próprias concepções dos profissionais de ensino.

Palavras-chave: Eurocentrismo. Livro didático. Ensino.

As modinhas de Raimundo Ramos nas encruzilhadas do tempo: canção popular e ensino e aprendizagem histórica (1888-1916).

Isick Kauê Bianchini Homci - UFC

O ensino de história tem sido um campo fecundo para o desenvolvimento de pesquisas que se debruçam sobre os dilemas do ensino e também da aprendizagem histórica. Nesse sentido, a utilização de linguagens artísticas, como a da música, pode constituir-se como potente recurso de mobilização dos sujeitos no processo de ensino-aprendizagem. O presente estudo, fruto de pesquisa direcionada à produção da dissertação de mestrado requerida para a obtenção do título de mestre pelo PROFHISTÓRIA-UFC, assim, investiga

possibilidades e potencialidades de usos da canção popular – nomeadamente da modinha seresteira – como fonte e recurso didático para o ensino de história. Tendo como recorte as modinhas compostas por Raimundo Ramos “Cotôco”, criadas entre os anos de 1888 – 1916, além de outras fontes – como modinhas e textos literários de outros autores e compositores contemporâneos, discute-se a criação de uma sequência didática de aulas-oficina voltada para o ensino médio, orientada pela perspectiva da cognição histórica situada, destacando-se as proposições de Maria Auxiliadora Schmidt, Peter Lee e Isabel Barca e em diapasão com uma frequência anticolonial, com referência em Bell Hooks e Frantz Fanon. Utiliza-se no corpo deste estudo, a título de exemplo, a experiência de aplicação de uma aula-oficina centrada na análise da modinha “Não faz mal”, de 1901, de autoria de Raimundo Ramos, e o “circuito de comunicações” envolvido na primeira gravação, de 1906, realizada na Casas Edson, estúdio situado no Rio de Janeiro, sendo interpretada pelo cantor Mário Pinheiro. Nesse sentido, para promover a reflexão em torno das modinhas seresteiras como documentos musicais em uma aula de história, dialoga-se com Katia Abud, José D'Assunção Barros, Miriam Hermeto e Olavo Soares, que instigam a problematização de tais documentos, considerando as especificidades da linguagem musical para o conhecimento histórico e para o ensino de história. Cumpre salientar que são consideradas as categorias de gênero, raça e classe, na esteira do conceito de interseccionalidade, bem como os conceitos de empatia histórica, temporalidades e fontes históricas.

Palavras-chave: Ensino de História. Canção popular. Aula-oficina.

Ensino de história para EJA em ambiente hospitalar: desafios e possibilidades.

Alyne Martins Gomes - UESC

A atividade docente é uma ação desafiadora e complexa, e se agudiza para os educadores que atuam em ambientes hospitalares. Para além daquilo que é comum aos educadores em geral, no planejamento e execução das atividades, como ponderar às faixas etárias, os segmentos educacionais, há algo fundamental a ser considerado pelas(os) docentes que atuam em ambientes hospitalares, o estado clínico das(os) estudantes. A ação das(os) professores, neste contexto, deve possuir sistematização, organização e intencionalidades pedagógicas bem planejadas e, que considerem as especificidades e peculiaridades das(os) educandas(os) e dos espaços hospitalares onde estão, além da adequação e adaptação dos processos e recursos sempre que necessário. Desse modo, enquanto professora de História, atuando no Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar - ATEHD com estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA pacientes de um Centro de Hemodiálise, fui levada a refletir de modo mais aprofundado sobre o ensino neste contexto. Diante disso, problematizar o que, por que e como garantir aprendizagens aos estudantes é aspecto imprescindível para a elaboração dos projetos de ensino. Assim, apresenta-se neste artigo um relato da experiência de um projeto de ensino, tendo como proposta a metodologia de aulas como oficinas com a temática “História do Café no Brasil”, desenvolvidas em 2023 no Centro de Hemodiálise no município de Itabuna-Ba, com estudantes da EJA (de todas as etapas do Ensino

Fundamental) matriculados na rede municipal que realizam semanalmente tratamento dialítico. A aula como oficina considera que os estudantes encontram-se efetivamente em atividade de estudo quando analisam o conteúdo com a orientação dos professores e com seus colegas, e podem tentar descobrir, problematizar, conceituar o conhecimento teórico, ou seja, se apropriam desse conteúdo. Tem por objetivo promover com os estudantes debates e reflexões sobre o tema, comparações passado/presente proporcionando compreensão sobre contexto histórico e social bem como, posicionamento frente aos conteúdos e materiais selecionados. Assim, as(os) estudantes são estimulados a fazer inferências e comparações, numa perspectiva interdisciplinar com outros componentes. O presente trabalho está assim organizado: apresentamos a justificativa do tema escolhido, problematizando a relevância deste. Em seguida, trataremos respectivamente, das bases teóricas e metodológicas, descrevendo passo a passo o planejamento, os objetivos, conteúdos, recursos, instrumentos de avaliação utilizados na realização das aulas oficinas. E na última parte, apresentamos a culminância e os resultados obtidos com a execução do projeto de ensino.

Palavras-chave: Educação em Ambientes Hospitalares. EJA. Aula oficina.

A pedra da batateira: apontamentos sobre lendas e ensino de história.

Gustavo Marques de Sousa - UFC

Este artigo tem o objetivo de traçar perspectivas sobre a relação entre as lendas e o ensino de História. A partir da lenda da Pedra da Batateira, que conta sobre um dilúvio que inundaria a região do Cariri cearense como castigo, tecemos considerações sobre como ela foi forjada, as transformações nas suas narrativas e como ela pode servir como um portal para os conhecimentos sobre a região. Sua trama revela que haverá estrondos que acordará uma serpente que dorme nas entranhas do subsolo desse lugar, fazendo com que a pedra, que represa as águas mais profundas, role e inunde toda a localidade. Há duas versões: a primeira diz respeito a uma punição aos que praticaram violência e genocídio aos indígenas que lá habitavam durante a ocupação das terras. O dilúvio os traria de volta e assim reinaria a paz. A segunda foi atribuída ao Padre Cícero, santo popular nordestino, na qual as águas varreriam os pecados do mundo e os romeiros do padrinho poderão viver a paz no mundo. As lendas, para Cascudo (1998), são narrativas, advindas e transformadas na tradição oral popular, sobre feitos heroicos ou sentimentais com enredos que misturam a elementos fantásticos e sobrenaturais. Elas são rasteáveis no tempo, no espaço, contam sobre os entes e os fenômenos do imaginário e carregam historicidades, contextos, personagens que são anúncios das formas de crer e ver o mundo. Através de uma metodologia qualitativa e do cotejamento de fontes encontradas em periódicos e obras de cunho folclórico, tecemos essa pesquisa a partir da reflexão sobre ensino e o imaginário sobre a Pedra da Bateira. Saindo do campo comum que discute o real e ficção, fantástico ou realidade, verdade ou mentira, a narrativa sobre-humana que analisamos trilha caminhos onde podem ser discutidos temas como história indígena, religiosidades, colonização e sustentabilidade, por exemplo. Ao incorporar essa narrativa ao ensino de História, não apenas visitamos as memórias do passado, mas

também estimulamos a reflexão crítica dos alunos sobre sua própria identidade e a diversidade de experiências que estão na moldura da história e das culturas da região do Cariri.

Palavras-chave: Imaginário. Mito. Índios Kariri. Romeiros. Chapada do Araripe.

Experiências do Residência Pedagógica no núcleo de ensino de história da EEMTI Governador César Cals de Oliveira Filho (Quixadá-CE) em 2022/2023.

Lidia Noemia Silva dos Santos - UECE
Antonia Natalia de Lima - UECE

A comunicação é uma reflexão a partir de relatos de experiências de alunos do curso de Licenciatura em História, bolsistas do subprojeto História (FECLESC/UECE) do Programa Institucional de Residência Pedagógica, financiado pela CAPES, entre outubro de 2022 a dezembro de 2023 na EEMTI Gov. César Cals de Oliveira Filho (Quixadá/CE). No contexto de mudanças educacionais provocadas pela implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio, os bolsistas tiveram a oportunidades de realizar seus estágios em modalidades de ensino diferentes, como a disciplina curricular de História, as Trilhas de Aprofundamento e os Clubes Estudantis. Ancorado na perspectiva de construção da identidade docente de Antônio Nóvoa (2019), analisa-se como essas modalidades interferiram na formação dos estudantes, uma vez que, em cada uma delas, exigiu-se um perfil profissional específico e planejamento e práticas escolares distintas.

Palavras-chave: Formação docente. Estágio Supervisionado. Ensino de História.

“AmarElo – é tudo pra ontem”: o ensino de história e da cultura afro-brasileira através dos heróis e heroínas negros presentes no documentário do rapper Emicida.

Michelle Juliane Ferreira Oliveira - UFC

Buscando cumprir com o que estabelece a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história da cultura africana e afro-brasileira é que este trabalho foi pensando. Buscando assim busca analisar de que forma o documentário AmarElo – É Tudo pra Ontem contribui para a construção da identidade negra afirmativa, a partir do conhecimento e valorização de heróis e heroínas negras não inseridos na historiografia tradicional brasileira. A discussão, tem por objetivo identificar como o documentário do rapper Emicida pode contribuir com a educação antirracista, a partir do despertar para a formação de uma consciência histórica e valorização de personagens importantes na história da população afro-brasileira. Para tanto, o documentário será exibido para os estudantes de ensino médio da escola Alice Moreira de Oliveira, onde serão analisadas através de questionários, as contribuições desses heróis e heroínas negros para a história

da população negra no Brasil. A pesquisa se encontra em fase inicial, não tendo ainda resultados definitivos.

Palavras-chave: Ensino de história. Educação antirracista. Identidade. Consciência histórica.

Desconstruir para construir: uma proposta didática para trabalhar a temática indígena nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Priscila Gonçalves Ferreira Souza - Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes

Trabalhar a temática indígena em sala de aula ainda é um desafio, pois precisamos lidar com a imagem estereotipada que muitos estudantes ainda possuem dos povos originários e do papel que eles desempenham na história do nosso país. Diante disso, apresentamos neste artigo uma proposta didática que pode auxiliar professores que desejam promover uma reflexão crítica juntamente com seus estudantes acerca da cultura indígena e a valorização dos povos originários na formação da história brasileira.

Palavras-chave: Ensino de história. Cultura indígena. Lei 11.645/08.

Ensinando trabalho escravo contemporâneo nas aulas de história do Ensino Fundamental II.

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira - SEDUC-PI

O presente trabalho tem como objetivo apresentar experiências sobre a abordagem da temática: trabalho escravo contemporâneo, nas aulas de História, em turmas do 6º ano do ensino fundamental II. De modo a contribuir para a ampliação das possibilidades do ensino de tal conteúdo em sala de aula. Trata-se de uma problemática urgente do Tempo Presente. A isso soma-se o fato de explanarmos sobre vivências docentes em escolas situadas em áreas rurais de União, Piauí, município marcado por casos de escravização de trabalhadores rurais em agroindústrias implementadas na região desde 1979. Dito isso, em um primeiro momento da comunicação abordamos sobre o processo de preparação das aulas, destacando os principais locais de acesso à informação e fontes de pesquisa. Em seguida demonstramos como se deu cada momento da prática em sala, realçando a importância do uso de histórias em quadrinhos, produzidas e distribuídas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Para tal propósito, dialogamos com: (ROCHA, 2015), (FIGUEIRA, 2004), (GOMES e NETO, 2018), (JUNIOR, 2018), e (PINSKY, 2010). Isso, somado à análise de variados materiais empíricos, como: sites, fontes oficiais, reportagens, documentos e publicações elaborados por movimentos sociais, dentre outros.

Palavras-chave: Experiências. Ensino. Trabalho escravo contemporâneo.

Experiências em educação patrimonial e ensino de história em uma escola no interior do Ceará: uma breve discussão das diretrizes da Carta de Ouro Preto.

Vandelson Lima Aguiar - NEPAC

O presente artigo tem como objetivo, discutir experiências em educação patrimonial nas aulas de história, na Escola de Ensino Médio e Tempo Integral Antônio Custódio em Frecheirinha - CE, assim como, realizar breve discussão das diretrizes da Carta de Ouro Preto, com prioridade as diretrizes 03, 06 e 21, visto a maior aproximação com o tema da referida pesquisa. A investigação analisou as seguintes ações realizadas nas práticas de educação patrimonial: aulas de campo em espaços culturais locais e regionais como o Parque Nacional de Ubajara, Casas de Farinha e Engenhos de Cana de Açúcar da região, feiras culturais idealizadas pelos alunos e para a comunidade escolar, aula teórica com discussão dos temas de patrimônio, memória, identidade, patrimônio cultural material e imaterial e exposições fotográficas a partir da visão dos estudantes sobre o conceito de registro, enquanto ferramenta metodológica contou com pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas com grupo focal de alunos dos primeiros anos A e B da referida instituição, sobre os conceitos básicos de história, história local, patrimônio cultural, cultura e identidade. Buscou-se referendar e analisar os conceitos a partir de interpretações da Constituição Federal, Carta de Ouro Preto, conceitos já apresentados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Documento Curricular Referencial do Ceará - DCRC, além de teóricos como CASTRO e BITTENCOURT. Contudo, fica evidente a necessidade de formação continuada aos professores especialmente de Ciências Humanas e a produção de materiais didáticos sobre Patrimônio Cultural, conforme previsto no currículo escolar, entendendo tais materiais como ferramenta de garantia e direito a própria história e memória.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Memória. Identidade. Ensino de História.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

"Resistências e memória na construção da cidadania pós-abolição".

Coordenador(es): Juliana Magalhães Linhares (UNINTA) e Priscila Régis Cunha de Queiroz (UFCA).

O presente Simpósio temático tem como tema "Resistências e Memória na Construção da Cidadania Pós-Abolição". Entendemos o contexto histórico pós-abolição como o período subsequente à abolição da escravidão e às primeiras décadas do século XX, momento crucial para compreender as tensões que envolviam as relações sociais, conforme Frederick Cooper (2005), Rebeca Scott (2005), Hebe Mattos (2004) e Ana Maria Rios (2004). Nesse contexto marcado pela busca do estabelecimento da cidadania no Brasil, importa destacar o papel de homens e mulheres, sobretudo pobres, que buscavam garantir seus direitos por meio de resistências cotidianas. O objetivo do Simpósio é reunir pesquisadores e pesquisadoras que analisem as lutas e resistências implementadas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, assim como as várias formas de construção de memória desses processos ao longo do tempo. A metodologia de execução dos trabalhos no Simpósio, que ocorrerá de modo remoto, privilegiará a apresentação oral, podendo ser acompanhada de slides, com foco na discussão das possibilidades de abordagem, uso de fontes e metodologias que permitam a análise do contexto pós-abolição e da ação das pessoas que lutaram por suas vidas, histórias e memórias em meio à persistência da estrutura escravista e racista. Serão bem-vindas pesquisas com foco nas configurações sociais estabelecidas no pós-Abolição, com recortes cronológicos anteriores e posteriores à lei de 13 de maio de 1888; trabalhos que abordem trabalhadores livres e escravizados; estudos sobre abolição; análises acerca da construção de territórios negros, rurais e urbanos; memórias da escravidão e da liberdade; pesquisas sobre processos de racialização; estudos caracterizados pela interseccionalidade de gênero, raça e classe; narrativas das emancipações e do pós-abolição, entre outras temáticas. Acreditamos que o escopo do simpósio permite a troca de experiências acadêmicas entre pesquisadores das mais diversas áreas das ciências sociais com ênfase na análise histórica.

SESSÃO ÚNICA / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

O Mito das "Portas Abertas": imigração, imprensa e legislação sobre estrangeiros na Primeira República.

Guilherme Borges Da Silva - UFES

Entre o final do século XIX e o início do século XX percebemos a constante e avolumada chegada de imigrantes ao Brasil. Naquele contexto de transição entre a derrocada da monarquia e do escravismo e a ascensão do regime republicano e do regime de trabalho livre, muitas questões passaram a suscitar a formação da identidade nacional brasileira. Na imprensa, os debates em torno da composição étnica ideal para a sociedade brasileira ganhavam cada vez mais notoriedade. Ao mesmo tempo, a proscricção dos imigrantes tidos como "indesejáveis" também se sobressaía. O alarde, em torno das populações "não-europeias" produziria uma retórica de "ameaça" ou mesmo de perda da "ordem civilizatória" pela adição de elementos considerados "não-civilizados" ou mesmo inferiores. A imprensa do período, teria dessa forma mobilizado grande parte da opinião pública para reprimir ou mesmo desencorajar a chegada dos imigrantes "indesejáveis" ao país. A mobilização em torno desse objetivo, motivaria mais tarde a promulgação de uma série de leis restritivas e circunscritas aos imigrantes não-europeus, demonstrando historicamente a irrisória e rasa percepção do Brasil como um país que recebeu de "portas abertas" todos aqueles que aqui tinham como destino.

Palavras-chave: Imigração. Imprensa. Legislação.

"Ensinado-lhes a trabalhar para serem úteis": uma carta do Bispo Dom Joaquim José Vieira e o contexto do pós-abolição.

Daniela Márcia Medina Pereira Agapto - UECE/FAEC

Dom Joaquim José Vieira estava prestes a assumir a Diocese cearense como seu segundo bispo quando enviou, da cidade de Campinas em São Paulo, uma carta pastoral ao Ceará datada de nove de dezembro de 1883. Este documento, de um bispo prestes a assumir uma diocese onde desponta a primeira província "livre" do Império, indicava rumos da questão de como lidar com o ex-escravizado. O assunto inscrito nas entrelinhas da carta revela elementos de um debate que só se dilatou nos anos que se seguiram. Em meio à expressão de contentamento pela conquista, uma advertência sobre os cuidados para que os diocesanos atuem "educando essas criaturas no conhecimento dos deveres religiosos e sociais". Ainda mais sem deixar de lados de "ensinando-lhes a trabalhar para serem úteis a si e a seus semelhantes". A advertência denota um entendimento da atividade laboral do escravo era fruto da pressão, da vigilância, da constante ameaça da punição. Na

ausência destes elementos, temia-se, os ex-escravizados quedariam inúteis. Era necessário advertir que se deve atuar “ensinando-lhes a trabalhar para serem úteis a si e a seus semelhantes”. O que o bispo tentava prevenir, em linguagem bem direta era a vadiagem. Associar liberdade e vadiagem não era uma novidade, certamente a advertência do diocesano estabelecia um olhar vigilante neste sentido, revelando tramas do denso tecido de preconceitos e atribuições negativas impostas aos ex-escravizados.

Palavras-chave: Pós-Abolição. Racismo. Ceará. Catolicismo.

Projeto "Quilombo Mulatos": experiência de ensino, cultura e pesquisa a partir das narrativas quilombolas.

Priscilla Régis Cunha de Queiroz - UFCA

A presente comunicação tem como objetivo relatar a experiência de ensino, cultura e pesquisa realizada em 2022, que envolveu a coleta de entrevistas de história oral com membros da comunidade quilombola na cidade de Jardim-CE. A Serra dos Mulatos é uma Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ), uma área quilombola autodeclarada e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de junho de 2021. A comunidade, em busca de seus direitos e território, estabeleceu uma organização política e fundou a Associação Remanescente de Quilombo Serra dos Mulatos (ARQSM) em 19 de dezembro de 2020. A experiência de campo teve como objetivo promover a integração da cultura no currículo da Universidade Federal do Cariri (UFCA), por meio das ações da Pró-Reitoria de Cultura (Procult-UFCA). Os depoimentos, registrados em áudio e transcritos, reuniram narrativas dos integrantes do Quilombo Mulatos, abordando temas como as origens da comunidade e suas lutas nas primeiras décadas do século XX, além de evidenciar a construção da memória desses processos ao longo do tempo. A oralidade é um elemento essencial da cultura das comunidades quilombolas brasileiras, pois por meio da tradição oral essas comunidades transmitem conhecimentos e preservam sua história e identidade. Utilizando uma abordagem qualitativa, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, juntamente com entrevistas que destacaram a importância do registro histórico da tradição oral das comunidades remanescentes quilombolas. A íntegra das entrevistas foi disponibilizada à assessoria da ARQSM para ser publicada em um acervo virtual no site da própria comunidade, que está em fase de construção. A coleta de entrevistas permitiu a preservação das narrativas e memórias dos integrantes do Quilombo Mulatos, oferecendo um registro valioso da história da comunidade. Além disso, o trabalho promoveu a integração entre a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e a Associação Remanescente de Quilombo Serra dos Mulatos (ARQSM), demonstrando o potencial de parcerias acadêmicas com as comunidades locais. Quanto às conclusões alcançadas a partir desses resultados, observamos que a preservação das narrativas orais fortalece a identidade cultural das comunidades quilombolas, contribuindo para a valorização e reconhecimento de suas tradições. Por fim, concluímos que a integração da cultura quilombola no currículo acadêmico promove a inclusão social e o reconhecimento da diversidade cultural, enriquecendo o ambiente universitário.

Palavras-chave: Quilombo mulatos. História Oral. UFCA.

Teorias raciais e a construção social das “amas de leite” nos periódicos cearenses no início do século XX.

Juliana Magalhães Linhares - F5/UNINTA

O objetivo deste trabalho foi analisar as imagens das mulheres trabalhadoras domésticas, especificamente como amas de leite em Fortaleza – CE, publicadas nos jornais no início do século XX. Após análise observamos que algumas profissões mantiveram em seu cotidiano traços muito fortes das relações de trabalho próprias da escravidão, como, por exemplo, castigos físicos, ausência de pagamento e outras características como inferiorização e preconceito. No caso do trabalho doméstico, até mesmo a caracterização das atividades inerentes à ocupação se manteve com as nomenclaturas do período escravista: as mulheres que trabalhavam no serviço doméstico continuaram sendo amas de leite, amas secas e “mães-pretas”. Somado a estas questões identificamos um discurso de valorização as implantações das ideias eugenistas na sociedade cearense, com base nas teorias raciais vigentes no período. Por fim, ao analisar as imagens de mulheres e algumas notícias publicadas no período, observamos que áreas como a segurança e a medicina foram fortemente influenciadas pelas teorias raciais, marginalizando cada vez mais estas mulheres, mantendo-as em uma categoria de subalternidade que ia se perpetuando ao longo dos anos.

Palavras-chave: Teorias raciais. Amas de leite. Pós abolição.

Construção política e diálogo de classes na nascente república brasileira: as novas noções de cidadania e a instrumentalização do poder público pelas elites (1889-1930).

Kelvin Simoura Rodrigues - UFES

O artigo interpreta o pensamento político das elites que imbricaram na trajetória histórica do Brasil, de Império à República. Sobre como seus principais valores ideológicos transicionariam para as primeiras experiências republicanas, sem romper completamente com as tradições autoritárias de suas políticas anteriores. Dialoga sobre as bases democráticas incoerentes devido a presença da violência, da desigualdade social, do racismo científico e do uso tutelar do Estado (patrimonialismo) com a finalidade de notar os objetivos e (re)construir um novo conceito de cidadania, idealizado para o controle da sociedade civil, dentro dos princípios trabalhistas e também voltado para combater as crises na hegemonia política das classes privilegiadas e dos ideais conservadores no Brasil novecentista. Em sua metodologia, traz noções de cidadania, uso político dos Estados modernos e as transições negociadas à brasileira. Revela em seus resultados o potencial das classes elitistas em se reorganizarem e promoverem um desenvolvimento desigual e voltado para o controle das populações nacionais e apagando as populações marginalizadas, principalmente em critérios de etnicidade.

Palavras-chave: Conservadorismo. Ordem Nacional. Democracia racial. Militarismo. Industrialização.

O pós-abolição no Piauí: possibilidades de pesquisa e metodologia.

Chrigor Augusto Liberio - UFJF

O presente trabalho é fruto da pesquisa de mestrado em andamento que se propõe a pesquisar os trabalhadores negros no pós-abolição do Piauí, a mesma se atem ao processo de historicização das perspectivas de trabalho discutidas e consolidadas na região no período oitocentistas e compreenderá os impactos destas políticas para a população negra na república nascente, objetivando compreender o local ocupado pela população negra na transição do trabalho escravo ao trabalho livre na região, como também investigar a agência histórica de sujeitos negros na construção associativa e mutualista do trabalho na sociedade piauiense. A princípio, coligada às ideias de disciplina ao trabalho e o controle social exercido pelo Estado sobre a população negra na república nascente, o presente trabalho visa investigar as práticas de tensionamento para com a sociabilidade no pós-abolição empenhadas pelo mesmo, que versam sobre o combate a ociosidade através das prisões. Se mostra latente a localização da população negra e a categoria de trabalho empenhadas por ela (lavradores, cargueiros, costureiras e etc.), que podemos ver através do Livro de Rol de Culpados e do Livro de detidos da Cidade de Teresina. Em ambos é possível ver a classificação de trabalho imposta/adoptada pelas autoridades ao descrever os presos/detidos nas documentações, e com elas, em um jogo de escalas, segundo Lévi, perceber o mundo do trabalho que a população negra estava inserida. Ainda, é com essas denominações de trabalho que perceberemos o imobilismo social no mercado de trabalho, segundo Clóvis Moura, imposto a essa população, sendo assim, dos locais ocupados antes e depois da abolição da escravatura. Tal movimento pode ser percebido com o uso dos recenseamentos de 1872/1882, em diálogo com os documentos supracitados e com o recenseamento de 1940, o primeiro recenseamento na república que denotará a cor da população brasileira. Com uma pesquisa quantitativa e qualitativa das fontes, é possível responder os objetivos da pesquisa e assim compreender o pós-abolição piauiense, onde sua população negra está localizada, mas também quais as reminiscências do fim do cativo na região. O estudo se mostra de extrema importância pela carência de pesquisas que centralizem a população negra liberta nos estudos e consiga entender profundamente os impactos da abolição para o estado, fazendo com que se expanda as pesquisas, mas também as perspectivas sobre 80% da população piauiense, a população negra.

Palavras-chave: Pós-abolição. Piauí. Trabalho. População negra.

“Raízes negras em Itapipoca” – presença e resistência negra no município de Itapipoca-CE, no final do séc. XIX.

Antonio Robson Oliveira - PUC-MG

A historiografia tradicional do Ceará trata pouco sobre a importância da população negra, quase sempre propagando a falsa ideia de um “Ceará sem negros”, entretanto as fontes demonstram o contrário, pois apresentam um cotidiano de resistência, com importante contribuição desses indivíduos para a formação do povo cearense. No interior do Estado, a questão historiográfica se perdura, com grandes lacunas no estudo sobre a população negra e sobre a escravidão em muitas cidades cearenses. Como resposta a essa inquietação, a pesquisa tem o objetivo de demonstrar a presença e a importância da população negra no município de Itapipoca, situado na região Norte do Estado, no período final do século XIX. À época, havia uma intensa discussão em torno da abolição da escravidão no Brasil, o que levou a um processo considerado de “abolição da figura do negro”, que negava a participação dessa parcela da população no exercício de uma cidadania plena. Essa pesquisa promove uma abordagem qualitativa com a leitura indiciária de documentos diversos, mas principalmente de recortes de jornais que, desde Gilberto Freyre, em *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, destaca essas fontes como indispensáveis para a análise do cotidiano e da resistência dos escravizados. Dados censitários também foram utilizados, como o censo de 1872, um dos mais completos do império, além de obras memorialísticas e folclóricas, como o *Cantadores*, do Leonardo Mota. Também se utiliza como base o trabalho seminal de Eurípedes Funes, *Negros no Ceará*, que, desde a sua publicação, tem influenciado uma série de pesquisas sobre a população negra, para além do aspecto escravista. Nesse percurso, descobriu-se que o município de Itapipoca, no final do séc. XIX, embora contasse com um percentual pequeno de escravizados, apresentava um número significativo de “pardos”. Esses dados parecem uma contradição, mas, se levarmos em conta as peculiaridades da colonização cearense, o processo abolicionista e a teoria de Funes, sobre a ocupação tardia com a participação de mestiços e negros livres no Ceará, esses dados se tornam mais plausíveis. Também se notou a presença negra nos jornais, principalmente por meio da publicização de suas estratégias de resistência, como anúncios de fugas, de assassinato de senhores e de formação de quilombos, como consta na obra *Negociação e Conflito*, de João José Reis. Essa resistência também é percebida por meio das manifestações culturais, como a música. A junção dessas fontes permitiu a comprovação da presença e da importância dos negros como um dos principais grupos que constituíram a população cearense, no século XIX, com destaque para a contribuição deles para as ações de resistência e de luta por emancipação política, no contexto de municípios do interior cearense, como Itapipoca.

Palavras-chave: Escravidão. População Negra. Itapipoca.

Patrimônios de Terreiro: saberes, memórias e escriturências dos povos de terreiro em Sobral-Ce.

Maria Disnei Souza Alves
Francisco Sávio Barbosa do Nascimento

Discutir e garantir a salvaguarda do patrimônio imaterial em terreiros de Umbanda na cidade de Sobral faz parte de um projeto de produção literária para registros de memória

e conhecimento ancestral dos povos de terreiro. Esse projeto tem o objetivo de pensar o patrimônio a partir da experiência de terreiros na cidade levando em conta a importância da preservação da memória e representações culturais. A institucionalização das políticas públicas de cultura no Brasil durante muito tempo atrelado a políticas hegemônica e eurocêntricas não ofereceu corpus para inserção das memórias dos povos de terreiro, visto que as simbologias referenciais dos povos negros eram inclusive perseguidas pelo Estado. Em Sobral, as famílias de santo criam uma rede de proteção importante para a manutenção de valores e tradições que possibilitam a reconstrução de identidades e manutenção da cultura e cosmovisões afro ameríndias. A partir da oralidade, os povos de terreiro preservam os saberes com caráter coletivo de memória extrapolando o tempo e o espaço e determina a existência e os caminhos de vida dos sujeitos históricos. Dessa forma, o projeto em questão dará oportunidade para que cada um desses sujeitos participe como autores-entrevistados, tendo suas memórias transcritas como testemunho de um registro de história oral, considerando às vivências e particularidades desses sujeitos como sujeitos históricos escrevendo sua própria história a partir da oralidade. O projeto também tem como objetivo o combate ao racismo religioso na cidade, bem como o acesso desses saberes através de uma produção literária.

Palavras-chave: Memória de terreiro. Patrimônio cultural. Resistências.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13

A historiografia militar e das forças de segurança, produção e evolução.

Coordenador(es): Johny Santana de Araújo (UFPI) e Wellington Barbosa da Silva (UFRPE).

Ao longo do século XX e já no século XXI os historiadores militares têm enfrentado uma série de problemas que se relacionam a uma herança dos seus antecessores: eurocentrismo, preconceito ideológicos, um foco maior nas potências e nos sistemas militares dominantes, estudos sobre as operações em terra e mar e recentemente os conflitos aéreos de forma separada e segmentada, foco maior nos conflitos entre estados, a falta de foco nas atividades e sobre como as forças são usadas, entre elas as forças policiais, as milícias, e mesmo os exércitos particulares, muito tem sido feito para suplantar uma noção tradicional de se estudar História Militar, assim pretende-se com esse ST convidar os historiadores e pesquisadores que tem debruçado seus estudos sobre a complexidade das narrativas entorno dessa temática no campo da produção sobre a história dos conflitos, das forças armadas, das forças policiais e de segurança, desde o século XIX até os dias atuais para apresentar e discutir sobre o que de mais novo tem sido feito sobre o campo e suas interações, da doutrina militar, a estratégia e a guerra em todas as suas formas, e em todos os aspectos e temas da guerra ao longo do XIX aos dias atuais. Isso inclui as interações entre a história política, econômica, social e cultural com a história militar.

■
SESSÃO ÚNICA / 06 março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

"É preciso pisar na cabeça da serpente": movimentação de tropas durante o processo de prevenção às invasões dos sediciosos paraibanos ao Rio Grande do Norte durante o Quebra-Quilos (1874-1875).

Francisco Urbano Alves - UFC

Durante a segunda metade do Século XIX, o Império brasileiro passou por uma série de revoltas que ameaçavam convulsionar suas províncias. Algumas decisões legislativas tocavam em pontos sensíveis para grande parte da população: laicização do Estado a partir da reedição da lei de registro civil dos nascimentos e óbitos; lei do sorteio militar; novo sistema de pesos e medidas; além do odiado imposto do chão cobrado nas feiras. Sendo assim, objetivamos analisar as estratégias e táticas produzidas pelo presidente da província do Rio Grande do Norte, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, referente ao emprego e deslocamento de tropas durante o que consideramos movimentos de prevenção. Os movimentos considerados de prevenção estão inseridos nas movimentações e deslocamentos de tropas entre novembro de 1874 e janeiro de 1875, período em que se acreditava ser de crucial importância na contenção dos movimentos sediciosos que já ocorriam na província da Paraíba, limítrofe com o Rio Grande do Norte. Para tanto, analisamos um conjunto de 76 ofícios enviados pelo presidente Bandeira de Mello Filho, além dos presidentes da Paraíba e Pernambuco aos Ministérios do Interior, da Guerra e da Justiça, os relatórios dos citados presidentes, conjunto de novas leis do império, além de alguns periódicos. Evidenciamos, no entanto, que nesse ponto objetivamos analisar as estratégias e táticas pensadas pelos presidentes de província por meio dos movimentos de tropas. Os efeitos mais contundentes dessas movimentações, principalmente ao que se refere às ações repressoras com o emprego de violência direta como prisões, mortes e punições ultrapassam o recorte pensando.

Palavras-chave: Quebra-Quilos. Sedição. Rio Grande do Norte.

A Escrita da História Militar de Nelson Werneck Sodré (1950-1990): imperialismo, golpismo e autoritarismo.

Carlos Henrique Moura Barbosa - IFCE

As reflexões de Nelson Werneck Sodré sobre a temática militar tiveram três vigas analíticas: imperialismo, golpismo e autoritarismo. Percebe-se que são questões abordadas pelo historiador, ainda, pouco estudadas pelos pesquisadores que se interessaram pela produção historiográfica sodreana. É importante destacar que o objetivo central da presente comunicação será um mapeamento da produção

historiográfica militar de Sodré, especialmente, nas suas publicações em jornais e livros entre as décadas de 1950-1980. Assim, a título de organização, na primeira parte apresenta-se a produção publicada nos jornais “Última Hora” e “O Semanário” e em seguida os livros publicados os seguintes livros “História Militar do Brasil”, “Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil” e “O Governo Militar Secreto”. Na leitura do material de pesquisa percebe-se que o centro das preocupações de Werneck Sodré era com as ações político-militares sustentada pelo imperialismo, golpismo e autoritarismo nos países subdesenvolvidos da periferia capitalista.

Palavras-chave: Historiografia. Militares. Imperialismo. Golpismo. Autoritarismo.

“É vedado o uso de armas”: As relações complexas entre Projeto Rondon, folcloristas e militares no Atlas Folclórico do Brasil (1977-1982).

Valério Rosa de Negreiros - UFPI

Demarcar os agentes do regime civil-militar, seus apoiadores e a chamada resistência são discussões que envolvem as complexas relações sociais desse período conturbado da história do Brasil. O presente trabalho tem como objetivo averiguar a participação de jovens universitários na Operação de Pesquisa Folclórica realizada no final da década de 1970, com o objetivo de coletar manifestações folclóricas para a elaboração do Atlas Folclórico do Brasil. Foram dois os momentos de atuação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro juntamente com o Projeto Rondon, especificamente na Operação Nacional XX (PRO XX), em 1977, e na Operação Nacional XXI (PRO XXI), em 1978. Os agentes participantes dessa trama permitem compreender, a partir de suas ações, a complexa relação entre Estado e sociedade num período ditatorial. Assim, podemos medir tais sujeitos sob o prisma da coerção e/ou do consentimento, o desenvolvimento de atividades que deram o tom da participação daqueles nos chamados “anos de chumbo”. A configuração analisada nos permitirá refletir sobre o envolvimento de um segmento estudantil, com a ideia de um nacionalismo vinculado às tradições e manifestações da cultura popular, viabilizado a partir de um processo comandado pela Fundação Projeto Rondon e pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Sendo assim, recorreremos ao suporte teórico (LABORIE, 2010); (MOTTA, 2014); (ROLLEMBERG, 2010), que permite compreender o prisma por meio do qual emergiram os possíveis apoios, os compromissos e as omissões durante esse período e, desse modo, operacionalizar os elementos de consentimento entre a sociedade e o Regime.

Palavras-chave: Atlas Folclórico do Brasil. Projeto Rondon. Folcloristas. Ditadura civil-militar no Brasil.

“Sublevou-se a guarnição militar do Piauí”: notas sobre o levante do Cabo Amador em Teresina.

Julio Cesar Alves Pereira Nunes - UFPI

A cidade de Teresina, com sua calma, foi sacudida pelo barulho dos tiros provenientes do 25º Batalhão de Caçadores. Com o recém-empossado governo envolto por um clima de insatisfação por parte de grupos que não apoiaram a indicação de Landry Salles, irrompeu, nos dias 3 e 4 de junho de 1931, um levante de praças daquela guarnição. Um grupo rebelado se dirigiu ao hotel onde estavam hospedados o interventor e Antônio Martins de Almeida, Secretário Geral do Estado, sendo os mesmos presos e levados ao quartel. Os militares, sob o comando do cabo Amador Vieira de Carvalho, ocuparam o quartel da Polícia, o Palácio de Karnak (sede do Governo), o Telégrafo, a Delegacia Fiscal e o Banco do Brasil. Pontos estratégicos da cidade estavam nas mãos dos revoltosos. Além disso, ocuparam as margens do Parnaíba e a Estação Ferroviária de Flores (Atual Timon-MA). Com a falta de um planejamento organizado, após a tomada dos pontos estratégicos da cidade, os rebeldes sucumbiram. Sobre as motivações que levaram cabos e sargentos a se insurgirem contra seus chefes militares e dominarem a cidade de Teresina, pairam versões que dão margens à várias possibilidades de análise. Uma das exposições defendidas remete aos castigos físicos que, possivelmente, os praças do 25º B.C sofriam. José Murilo de Carvalho cita o levante do cabo Amador, em rápidas palavras, no seu livro *Forças Armadas e Política no Brasil*. Em seguida, destaca, potencializando o leque de motivações do levante, que “as revoltas de graduados revelavam as sérias dificuldades que enfrentavam dentro da organização: falta de estabilidade, precariedade, baixos salários, inexistência de pensão”. Outra tese diz respeito à ideologia política do “cabeça” do movimento, Amador Vieira de Carvalho. José Augusto Drummond ressalta que “o clima de ativismo político quase irrestrito da jovem oficialidade contribuiu bastante para a eclosão dessas rebeliões de novo tipo, com novos atores e novos objetivos”.

Palavras-chave: História Militar. Historiografia. Piauí. Cabo Amador.

Uniformes dos militares brasileiros no século XX: uma análise histórica e estilística.

Larissa Maciel Silva - UFPI

Johny Santana de Araújo - UFPI

Os uniformes dos militares são parte integrante da cultura militar e possuem uma longa história no Brasil. Durante o século XX, houveram várias mudanças nos uniformes dos militares brasileiros, em relação aos materiais utilizados e aos designs e padrões de cores. Essa pesquisa tem como objetivo analisar a indumentária militar, suas insígnias e a relação desta na construção e fortalecimento identitário do exército brasileiro relacionando com a ideia de patriotismo e como possível representação marcial para a sociedade brasileira durante o século XX. Nessa lógica, visa-se destacar a relevância da indumentária militar para a construção de identidade da instituição como elemento amalgamador do país, de um ideal militarista pautado na defesa do Estado-nação. Assim, a problemática da pesquisa gira em torno de questionamentos como: quem desenhou esses uniformes? Quais adequações foram realizadas nos uniformes dos militares nas três missões militares distintas que o Brasil participou do início do século XX a segunda metade do século? Que padrões estéticos e funcionais os uniformes estiveram sujeitos, frente aos diferentes tipos de missões militares que o Brasil sofreu, (Alemão, Francês e

Norte americano), levando-se em conta, as diferentes doutrinas, e sua aplicação no campo de batalha? A metodologia empregada para informações historiográficas apresenta processos de escolha, organização, análise e síntese, bem como leituras recorrentes em busca de novas informações sobre a temática. Portanto, opera-se transformando os fatos encontrados em dados, através da análise de fontes primárias como fotografias, croquis, documentos históricos, boletins, regulamentos, revistas e jornais. Em suma, percebe-se que os uniformes militares possuem uma grande carga simbólica e histórica, além de terem funções operacionais específicas.

Palavras-chave: Uniformes. Militares. Exército brasileiro. Estado-nação.

A História da Polícia no Brasil imperial: uma revisão historiográfica.

Marcelo Cardoso - UFSM

Este trabalho analisa a produção historiográfica acerca da história da polícia no Império do Brasil. Nesse sentido, busca mapear uma produção historiográfica que se desenvolveu a partir de estudos realizados sobre a polícia do Rio de Janeiro, expandiu-se para as demais regiões do Império. Em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte, no ano seguinte, criou-se a Guarda Real de Polícia. Esse era o embrião das instituições policiais que iriam desenvolver-se depois. Esse processo teve continuidade com a reforma constitucional de 1834. Ela deu autonomia para os governos, com sede nas províncias do Império do Brasil, vir legislar sobre a polícia. Antes, era algo restrito ao governo geral. A consequência foi a criação de um aparato policial militarizado, com responsabilidade de garantir a ordem, a tranquilidade pública e individual. Tendo continuidade até 1889. Contudo, até que ponto esta historiografia pode ajudar a compreender a história da polícia no Brasil? O objetivo da análise é buscar identificar pontos da organização, composição, origem dos policiais, o desenrolar da atividade policial, sua relação com o público. Essa preocupação vem ampliando-se a cada dia, tendo reflexo nas produções de teses, dissertação, artigos científicos que tratam do aparato policial militar, civil ou ambos. A metodologia empregada é a catalogação das dissertações, teses e artigos científicos, análise de conteúdo, apresentação oral e escrita dos resultados. Em síntese, há uma grande produção historiográfica sobre a História da Polícia no período Imperial. É preciso analisa-la conjuntamente para medir sua contribuição histórica na sociedade.

Palavras-chave: História da Polícia. Historiografia. Brasil.

Repressão militar e concentração fundiária: reflexões a partir do contexto brasileiro.

Alexandre de Freitas Carpenedo - UFRG

O presente estudo propõe compreender a relação entre a ditadura militar de 1964 com o aumento no grau de concentração fundiária ocorrido no período. Tema tão relevante

quanto polêmico, a promessa de reforma agrária de João Goulart foi, provavelmente, o grande estopim para a sua queda – e a consequente ascensão do regime militar. Como as pressões populares, todavia, não cessaram no período que se seguiu ao golpe, o governo teve por bem aprovar a Lei 4.504/1964 (Estatuto da Terra), poucos meses após o golpe, sob a promessa de promoção de justiça fundiária. O que se viu, por outro lado, foi o oposto: na lógica de implementação de uma “modernização conservadora”, o governo militar concedeu grandes benesses ao latifúndio, enquanto relegava a pequena agricultura familiar à miséria. Finalidades: como apontado acima, o objetivo geral deste estudo consiste em compreender a relação entre a ditadura militar de 1964 com o aumento no grau de concentração fundiária no caso brasileiro. Mais especificamente, busca-se analisar de que maneira o modus operandi do regime militar influenciou na concentração da estrutura fundiária, especialmente considerando as políticas agrárias implementadas após o golpe de 1964. Metodologia: a metodologia é embasada em revisão crítica da literatura existente sobre a ditadura militar no Brasil. A análise é realizada com base em documentos oficiais, legislação e literatura específica, possibilitando-se elucidar práticas implementadas pelo governo militar em relação à distribuição de terras e ao (des)favorecimento a quem nela trabalha. Resultados: identificam-se padrões políticos, já observáveis ao longo da história brasileira, que evidenciam a promoção do latifúndio em detrimento da agricultura familiar durante o período da ditadura militar. Espera-se, ademais, apresentar as consequências a longo prazo dessa abordagem na estrutura social e econômica do país, destacando como a repressão política exacerbou as desigualdades fundiárias. Conclusões: ao final desta pesquisa, antecipamos oferecer uma análise crítica sobre como as políticas do regime militar contribuíram, de fato, para o excessivo grau de concentração fundiária no país. Conclui-se que as políticas implementadas, que deram ênfase à concessão de crédito, benesses tributárias e cessão de terras a grandes fazendeiros, em contrapartida ao abandono dos pequenos produtores rurais – somada, ainda, à forte repressão que grupos de luta por direitos sofreram pelo regime –, contribuíram para a marginalização da agricultura familiar, agravando as desigualdades no campo. Destaca-se, por fim, a importância da compreensão desses eventos para a adequada compreensão da questão agrária brasileira, possibilitando-se que os debates contemporâneos acerca do tema sejam feitos, também, a partir dos dados históricos que o circundam.

Palavras-chave: Ditadura militar. Concentração fundiária. Estatuto da Terra.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14

Consciência histórica e cultura histórica: diálogos possíveis na pesquisa historiográfica.

Coordenador(es): Arnaldo Martin Szlachta Junior (UFPE) e Wilian Junior Bonete (UFPEl).

O Simpósio Temático "Consciência histórica e cultura histórica: diálogos possíveis na pesquisa historiográfica" propõe uma reflexão profunda sobre a interseção entre a consciência histórica e a cultura histórica, originalmente dos estudos da Didática da História Alemã (CARDOSO, 2008), destacando a importância desses elementos no contexto da pesquisa a relação do ser humano com a cultura, os usos do passado e sua orientação no tempo. Incluindo as influências da memória coletiva na formação da consciência histórica, as representações culturais do passado (RÜSEN, 2014) em diferentes sociedades e como as abordagens historiográficas contemporâneas podem dialogar com esses elementos. O diálogo entre a consciência histórica e a cultura histórica busca destacar como as diferentes formas de compreender o passado podem coexistir e, em alguns casos, conflitar na compreensão mais ampla da complexidade inerente à construção do conhecimento histórico. Sob a perspectiva do historiador alemão Jörn Rüsen (2001, 2015), a consciência histórica pode ser compreendida como um elemento universalmente humano que, enraizada na historicidade da própria vida, denota um conjunto de ações ou intenções no tempo. Nesse sentido, a consciência histórica é um processo cognitivo que estabelece uma relação imediata entre passado e presente, garantindo projeções de futuro. Além disso, contribui com a formação da identidade, fenômeno capaz de moldar o "mundo da vida humana" e prover o eu com "continuidade e consistência" em uma relação cultural com seu grupo (RÜSEN, 2009, p. 174).

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Interfaces entre cultura histórica, memória e patrimônio: os jogos e a literatura de cordel.

Eduardo Roberto Jordão Knack - UFCG

A origem da literatura de folhetos de cordel está associada à oralidade, pejeas, poemas e prosas apresentadas em público no século XIX em locais onde a escrita ainda não era amplamente difundida, e a região Nordeste, com sua cultura, religiosidade, condições sociais e geográficas, imprimiu característica singular aos folhetos, os diferenciando daqueles que circulavam em Portugal. Esse gênero de literatura popular foi consolidado no Nordeste entre os séculos XIX e início do XX, mas segue vivo no presente, produzido, comercializado e popularizado em diferentes Estados. Em 2018 foi reconhecido pelo IPHAN como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Dessa forma, podemos compreender a literatura de folhetos do cordel como uma prática cultural viva na memória social do país, em especial nos estados do Nordeste. Os temas abordados pelos cordelistas envolvem uma variedade de assuntos, entre essa diversidade, marcam presença o passado, a história, e, no presente trabalho, vamos focar nas apropriações desse gênero literário por jogos que se inspiram nos cordéis e tomam o cangaço como ambientação. Entendendo que a cultura histórica vai além da disciplina formal da História, é possível empregar esse conceito para analisar as apropriações do cangaço e da literatura de cordel por dois jogos específicos, o jogo de cartas Cangaço, de Sanderson Virgolino e ilustrado por Dan Ramos, da Buró Editora, e o jogo de RPG Cordel do Reino do Sol Encantado, de Pedro Borges, da New Order Editora, ambos lançados em 2022. Objetiva-se, ao analisar esses dois jogos sob a luz dos debates em torno do conceito de cultura histórica, observar como a memória (e o patrimônio cultural) foi apropriada por jogos narrativos, entender como ocorre essa apropriação (em quais elementos desses jogos o gênero literário “cordel” está presente, o papel da oralidade e da visualidade na construção de ambientes e cenários nos jogos e nos cordéis, levando em consideração as particularidades e diferenças entre os dois tipos de jogos), bem como compreender as funções do passado e suas representações nesses jogos com foco no cangaço, além de refletir sobre suas possibilidades para aprendizagem e desenvolvimento de uma consciência histórica a partir do uso desses jogos no ensino história (formal e informal) e para educação patrimonial.

Palavras-chave: Cultura histórica. Literatura de cordel. Patrimônio.

Ensino de história em livros didáticos interdisciplinares: conexões com os debates sobre consciência histórica e cultura histórica.

Rafael Fiedoruk Quinzani - UFRN

Em pesquisa de doutorado, temos refletido sobre o ensino de história em livros didáticos interdisciplinares do PNLD. Na presente comunicação, como parte do processo de pesquisa, gostaríamos de compartilhar algumas reflexões sobre as conexões da nossa investigação com as discussões sobre consciência histórica e cultura histórica, conforme propostas em Rüsen (2012). Além da análise dos editais do PNLD e de coleções didáticas interdisciplinares distribuídas pelo programa nas edições 2016 e 2021, tem sido fundamental a realização de um levantamento sobre o que se discute em relação às conexões entre interdisciplinaridade, livro didático e ensino de história. Neste processo, percebemos que o ensino de história é múltiplo tanto na sua modalidade disciplinar como na modalidade interdisciplinar. No entanto, a sua modalidade interdisciplinar continua sendo frequentemente considerada homogênea. Como conclusão, destacamos que a dicotomia entre disciplinaridade e interdisciplinaridade pode nos distanciar, por vezes, do problema fundamental que as discussões sobre o ensino de história e a consciência histórica visam enfrentar atualmente: a necessidade de superação do ensino conteudista, em prol de um ensino que priorize a formação de humanos capazes de dialogar com os vários desafios presentes nas suas vidas, independentemente deste ensino ser aplicado de forma interdisciplinar ou não.

Palavras-chave: Ensino de história. Livro didático. Consciência histórica. Interdisciplinaridade. Cultura histórica.

Aprendizagem histórica no universo da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB): diálogos sobre consciência histórica e aprendizagem ativa na Educação Básica.

Roberta Duarte da Silva - UFPE

Este artigo se insere no campo de reflexões teóricas e empíricas vivenciadas com estudantes do 9º ano do fundamental anos finais da Educação Básica da rede municipal de Jaboatão do Guararapes durante as vivências observadas na participação na 15ª Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) realizada em 2023. A Olimpíada é um projeto de extensão universitária proposto pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, que conta com a participação de docentes, alunos de graduação e de pós-graduação. Partindo dos diálogos teóricos da Didática da História e da Educação Histórica, este trabalho tem como objetivo discutir as contribuições da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) para um processo de ensino e aprendizagem em História mais reflexivo e inovador. Escolhemos essa perspectiva por acreditar que o debate sobre a construção do conhecimento histórico precisa estar balizado na própria epistemologia da ciência histórica. Para isso, realizaremos uma análise de como o uso de documentos históricos, imagens, mapas, textos acadêmicos, pesquisas inéditas e debates historiográficos propostos nas questões

e tarefas da Olimpíada podem contribuir para a formação da consciência histórica dos estudantes. Traremos exemplos de como essas fontes são exploradas nas questões e tarefas da Olimpíada e como podem ser utilizadas como estratégias em sala de aula para a promoção de debates significativos envolvendo o conhecimento histórico. Entendemos que a utilização de fontes históricas em sala de aula incentiva o protagonismo dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a formação do pensar historicamente dentro de uma perspectiva do letramento histórico. Por essa razão, consideramos a Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) como um rico espaço de reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem, colaborando para a formação docente e a construção de conhecimento histórico. Ao mesmo tempo, apresenta-se como um ambiente que promove experiências e reflexões significativas para a formação de um aprendizado histórico significativo, crítico e de relevância social por parte dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino de História. Consciência histórica. Olimpíada de História.

Mangá, testemunho e didática da história: diálogos acerca do ensino de história sobre a Segunda Guerra Mundial.

Dionson Ferreira Canova Júnior - UFPE

O presente trabalho tem como objetivo discutir o uso do mangá Gen Pés Descalços (はだしのゲン Hadashi no Gen) de Keiji Nakazawa (1939-2012) em sala de aula sobre a Segunda Guerra Mundial no Japão a partir de debate pautado na Didática da História que viabilize um olhar sobre o testemunho e o trauma na verbalização das experiências humanas no tempo. Um dos campos de atuação da Didática da História é o uso público da história no tratamento de elementos extra curriculares e científicos da consciência histórica a qual o mangá está inserido. Nesse sentido, a relação entre experiência e expectativa diante de histórias sensíveis é fundamental no entendimento das temporalidades que permeiam o agir e a intenção do homem. Assim, a consciência histórica trata da vida humana prática enquanto interpreta a si e o mundo historicamente. Diante disso, a pesquisa em questão trata os mangás e suas potencialidades na construção do conhecimento histórico e pensamento histórico mediante a memória histórica e a narrativa histórica diante das problematizações do presente e conhecimento do passado.

Palavras-chave: Didática da História. Segunda Guerra Mundial. Mangá.

Entre a literatura e a história: a prática e a narrativa de historiadores e memorialistas.

João Henrique Lúcio de Souza - UFRPE

Esse ensaio tem por objetivo comparar a prática e a narrativa do historiador com a do memorialista, considerando o estilo narrativo, a prática metodológica e a operação escriturária/literária (CERTEAU, 2010). Para chegar ao ponto de dizer se memorialistas

fazem ou não história, partimos das questões: qual as diferenças e aproximações entre a narrativa um historiador e um memorialista? Quais as diferenças e semelhanças entre a prática do historiador e a prática do memorialista? Existe algum ponto de intersecção entre historiadores e memorialistas? A partir de uma análise teórica, tentaremos traçar alguns pontos de distanciamentos, algumas aproximações e pontos de intersecção entre a prática e a narrativa do historiador e dos memorialistas.

Palavras-chave: Narrativa. Historiador. Memorialistas. Prática.

“Ele estava fora do mundo, um nada!”: du bois e sua ficção especulativa na construção de saberes para um ensino de história antirracista.

Júlia Maria de Araujo Lisboa - UFPE

O presente trabalho busca investigar o uso do conto ficcional especulativo de W. E. B. Du Bois, *O Cometa*, enquanto ferramenta para o ensino de História antirracista. Colocando-o sob a análise do discurso orientada pelo método científico, a fim de esmiuçar historicamente seu enredo, pensando o uso em sala de aula, a partir da discussão da sua narrativa sobre a questão racial dos grupos negros no pós-abolição. Portanto, objetiva-se, aqui, a reflexão acerca de sua aplicação em vistas ao acesso à consciência histórica, pelas vias do pensar historicamente, pela construção de evidências, para a construção de saberes históricos no ensino antirracista. Assim, a análise é delineada a partir das discussões da Didática da História e da Educação Histórica, diante das possibilidades de uso do conto ficcional para edificar o acesso à consciência histórica como forma de combate ao racismo pelo ensino de História, tendo em vista a ação no presente, para a construção de projetos de futuro antirracista.

Palavras-chave: Consciência histórica. Antirracismo. Ficção especulativa.

A produção sobre os indígenas na história em Alagoas: análise da dimensão cognitiva e da cultura histórica na Universidade Federal de Alagoas (1996 - 2008).

Jonathan Vieira da Silva - UFRPE

Este trabalho analisa as obras publicadas em Alagoas de 1996 a 2008 sobre os indígenas na História em Alagoas, utilizando a teoria da Cultura Histórica e enfocando a dimensão cognitiva da cultura histórica. Com base na perspectiva intercultural da História, buscou-se compreender a influência dessas perspectivas na formação da cultura histórica dos/as professores/as de História em Alagoas. Autores como Rösen (2010), Maria Auxiliadora Schmidt (2014), Bodo Von Borries (2018), Catherine Walsh (2019), Maria da Penha Silva (2019) e Terena Wanderlei Cardoso (2011), se constituem como a base teórica deste trabalho. Os resultados evidenciaram as tentativas de apagamento dos indígenas na História em Alagoas e uma abordagem superficial sobre os nativos apenas como dados estatísticos. Além disso, este artigo destacou a importância das pesquisas sobre os

indígenas em Alagoas e as influências na cultura histórica dos/as professores de História, o que contribuirá para superar as tentativas de apagamento histórico e promover a formação de uma cultura histórica antirracista.

Palavras-chave: Formação de professores. Cultura história. História Indígena.

Algumas reflexões sobre a abordagem de Karl Jaspers quanto à consciência histórica (com as contribuições de Rüsen e Freire).

Márcia Elisa Teté Ramos - UEM

Esta proposta de comunicação tem como objetivo explorar as discussões de Karl Jaspers, filósofo alemão existencial-fenomenológico, sobre o primeiro período axial quando a consciência histórica experimenta uma transformação significativa. Essa virada não se limita às sociedades europeias, mas destaca o momento em que o indivíduo assume racionalidades e sensibilidades mais potentes do ponto de vista da responsabilidade histórica. Essa caracterização é compartilhada por Jörn Rüsen, filósofo da história alemão, ao abordar a transição da consciência histórica tradicional para a consciência histórica exemplar. Por sua vez, Paulo Freire, patrono da educação brasileira, também adota essa perspectiva ao entender como o sujeito alcança o "ser mais", considerando o processo de hominização. O cerne da reflexão será fomentar uma análise sobre a complexidade inerente à mobilização de dois níveis de mudanças histórico-sociais. Investiga-se como essas transformações envolvem não apenas o passado da humanidade em termos amplos, mas também o passado individual do sujeito. Pretende-se, assim, oferecer uma abordagem alternativa para repensar o ensino de história, partindo dos fundamentos jasperianos. A análise destes componentes básicos permitirá explorar novas perspectivas nesse campo, para além da concepção evolucionista e europeizante da cognição histórica.

Palavras-chave: Jaspers. Período axial. Consciência histórica. Responsabilidade. Hominização.

A educação feminina nos oitocentos: o curso de parteira da faculdade de medicina do Rio de Janeiro.

Luciana Borges Patroclo - UERJ

Esse trabalho tem o propósito de contribuir para os debates sobre a educação feminina no século XIX. Nesse contexto é dado destaque ao curso de formação de parteiras ofertado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Desde a criação da instituição, a partir da promulgação do decreto de 3 de outubro de 1832, as mulheres tiveram permissão para frequentar o espaço formativo, desde que matriculadas apenas nas disciplinas da arte de parto. Torna-se necessário salientar que o sexo feminino só podia obter a certificação de parteira; a diplomação de médica foi proibida às mulheres até 1879

com a promulgação da Reforma Leôncio de Carvalho. Entre os critérios de aprovação das matrículas das discentes estavam: ter no mínimo 16 anos de idade; saber ler e escrever corretamente; e apresentar um atestado de bons costumes. Tais condicionantes auxiliam na investigação sobre o acesso feminino ao ensino nas modalidades: doméstico e institucional. A pesquisa de cunho documental e histórico possui um escopo teórico que aborda aspectos como: o papel social feminino nos Oitocentos, as relações de gênero, a formação e atuação das parteiras nos Oitocentos; bem como a educação feminina no referido recorte temporal.

Palavras-chave: Educação Feminina. Curso de Parteira. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Século XIX.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Em busca do sentido da História: uma análise das concepções de discentes do Ensino Médio em escolas da rede pública estadual localizadas na Região Metropolitana do Recife sobre a História escolar.

Heitor Abreu Ferreira - UFPE

A presente comunicação oral, intitulada *Em busca do sentido da História: uma análise das concepções de discentes do Ensino Médio em escolas da rede pública estadual localizadas na Região Metropolitana do Recife sobre a História escolar*, tem por objetivo analisar as concepções dos estudantes de ensino médio sobre o ensino e aprendizagem de História no ambiente escolar. Entende-se que apreender e analisar o que os estudantes elaboram sobre a disciplina História e como constroem suas concepções historiográficas são elementos fundamentais para a ciência histórica. O projeto está situado em uma linha de pesquisa conhecida como Educação Histórica, que considera as concepções dos estudantes, isto é, seus conhecimentos prévios, um elemento vital para a efetivação do letramento em História. Nesse sentido, considera-se fundamental a análise, por parte dos pesquisadores, sobre o que os estudantes pensam a respeito da natureza do conhecimento histórico e suas significações. Parte-se da premissa de que não é possível ter como objetivo que os estudantes possuam um amplo conhecimento histórico sem que haja um diálogo com os mesmos sobre a definição do que é o conhecimento histórico e qual a contribuição dessa ciência para a sociedade. Atualmente, é comum identificarmos um esvaziamento do sentido do conhecimento histórico como um elemento orientador da vida prática dos indivíduos, o que pode ser entendido como uma crise de legitimidade do conhecimento histórico. É recorrente a queixa dos estudantes e de parte da sociedade em relação à necessidade de se estudar a história e parte dos seus conteúdos, principalmente aqueles considerados desassociados do presente. Dessa forma, o objetivo da presente apresentação é analisar e classificar o que os estudantes pensam sobre a história escolar e sobre a natureza do conhecimento histórico para que possamos

repensar, dialogando com a historiografia, os caminhos e descaminhos do Ensino de História no Brasil contemporâneo. Sem o entendimento da natureza do conhecimento histórico e do exercício do historiador, o Ensino de História se torna infértil, visto não o consideramos importante quando não entendemos seu significado.

Palavras-chave: Concepções discentes. Consciência Histórica. Ensino de História.

A distopia e a consciência histórica: uma análise a partir da HQ “O Conto da Aia”.

Tayane Ferreira de Almeida - UFPE

O propósito principal desta pesquisa consistiu em avaliar o potencial da História em Quadrinhos "O Conto da Aia" como mote para a discussão de que histórias distópicas agregam e refletem dimensões como interpretação e orientação intrínsecas a construção do saber histórico. Investigamos tanto a partir da construção de consciência histórica potencial que a narrativa pode agregar quanto pondo sua própria trama ficcional como a materialização deste processo constitutivo. Para alcançar tal objetivo, foram delineados objetivos específicos: 1) Investigar a os quadrinhos e a ficção distópica e suas possíveis abordagens teórico-metodológicas em consonância com os propósitos da educação histórica; 2) Propor a análise dos quadrinhos como uma fonte de imaginação e consciência histórica que apresenta e influencia o imaginário através da dimensão estética da cultura histórica; 3) Identificar e analisar as representações de uma sociedade autoritária e da existência feminina no enredo, estabelecendo conexões com o tempo presente e a construção de sentido através da consciência histórica. Para atingir esses objetivos, foram formuladas duas hipóteses: a) Apesar de as Histórias em Quadrinhos frequentemente carregarem uma narrativa ficcional, elas não se desvinculam do contexto sócio-cultural. As representações do imaginário podem oferecer elementos para a construção de sentido, pensamento histórico e ação social. b) A construção da narrativa de "O Conto da Aia" pode ser compreendida como um esforço de Consciência Histórica, materializado em uma narrativa histórica, uma vez que se trata de uma ficção especulativa. Nessa obra, a autora reflete sobre eventos passados e, ao contemplar as problemáticas de seu presente, projeta um possível futuro.

Palavras-chave: Consciência histórica. Quadrinhos. Distopia.

História e Historiografia da Amazônia: o IV Congresso de História Nacional e a revisão da história colonial brasileira a partir da Amazônia.

Lucilvana Ferreira dos Santos Barros - UFSSPA

O IV Congresso de História Nacional foi realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro, entre 21 e 28 de abril de 1949, o evento teve como propósito a comemoração do 4º centenário da fundação da “cidade da Bahia” (Salvador), em 1949, primeira cidade da América Portuguesa e centro inicial da nacionalidade. Na

primeira metade do século XX, o IHGB realizou quatro Congressos de História Nacional (1914, 1931, 1938 e 1949), e era comum o IHGB enviar convites para os institutos históricos e geográficos estaduais visando a participação destes nos eventos nacionais. A presente comunicação tem como objetivo analisar as teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no IV Congresso de História Nacional, observando o perfil da historiografia amazônica elaborada pelos historiadores paraenses e amazonenses neste congresso. Registram-se nos Anais do citado congresso três teses apresentadas de autoria de Arthur César Ferreira Reis; Ernesto Horácio da Cruz e Mario Ypiranga Monteiro. As teses dos historiadores mencionados contemplaram as seguintes temáticas: a história da Amazônia no contexto dos séculos XVI a XVIII; o Pará nos séculos XVII e XVIII; a Capitania de São José do Rio Negro: antecedentes históricos e fundação. A leitura inicial dos documentos indica uma escrita da história da Amazônia localizada nas fronteiras historiográficas, entre os intérpretes do “descobrimento e redescobrimento” do Brasil, pois ao mesmo tempo que os historiadores amazônicos buscavam se diferenciar da antiga história colonial brasileira fundamentada na visão de Francisco Adolfo de Varnhagen, prezavam por uma nova proposta historiográfica do período, inspirada pelo historiador cearense Capistrano de Abreu, pois fundamentavam suas reflexões em uma história colonial do povoamento, da ocupação do interior, a formação da população brasileira, a importância dos sertanistas, as fazendas e os caminhos para a ocupação do Brasil, especialmente da Amazônia. Por outro lado, esses historiadores construíam uma epopeia da colonização portuguesa na região, elaborando uma história lusotropicalista na Amazônia centrada na colonização portuguesa, em seu caráter civilizador e evangelizador nos trópicos. Observa-se que por meio dos congressos os institutos históricos da Amazônia não só passaram a fazer parte da rede de comunicação historiográfica nacional, mas, também, inseriram e integraram a história da região amazônica na história brasileira, já que por muito tempo essa região não pertenceu oficialmente ao Brasil, a exemplo do Estado do Grão-Pará, bem como foi uma das últimas províncias do Império brasileiro a aderir à independência do país.

Palavras-chave: IV Congresso de História Nacional. História colonial. Amazônia.

Consciência histórica e a relação com a natureza: apontamentos a partir de narrativas históricas produzidas por jovens estudantes de São José dos Pinhais - PR.

Albano Gabriel Giurdanella - UFPR

O objetivo desta comunicação é apresentar os principais resultados de minha dissertação de mestrado, defendida em outubro de 2023 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, sob o título de “A atribuição de sentido temporal à Natureza em Narrativas Históricas de Jovens Estudantes do Ensino Fundamental” e orientada pela profa. Dra. Maria Auxiliadora Schmidt. Neste trabalho, busquei analisar como a consciência histórica de jovens estudantes aos quais lecionava interpretavam a relação com a natureza com vistas a produção de sentidos de orientação temporal. A pesquisa teve como referencial teórico o campo da Educação Histórica e, correspondentemente, a teoria da consciência histórica a partir do filósofo e historiador

alemão Jörn Rüsen. Nesta comunicação, o foco estará especialmente no quarto capítulo da dissertação, no qual se apresenta o desenvolvimento metodológico e empírico do trabalho, que contou com a análise de mais de 60 narrativas históricas produzidas por jovens estudantes (13-16 anos) do município de São José dos Pinhais - PR a respeito do que pensavam historicamente sobre a relação dos seres humanos com a natureza.

Palavras-chave: Natureza. Consciência histórica. Ensino de História.

Os sentidos da História da Amazônia na escrita e ensino: uma análise dos cursos de formação docente no Brasil (2002-2019).

Taissa Cordeiro Bichara - UFPA
Italo Luis Souza de Souza - UFPA

O objetivo do trabalho é analisar 77 PPP's de cursos de formação de professores de História, no Brasil, entre os anos 2002 e 2019, indicando os sentidos da construção de saberes sobre a disciplina de História da Amazônia, bem como as possibilidades de diálogo com a consciência histórica e a cultura histórica conformadas na trajetória histórica de formação da sociedade brasileira. Para tanto, acionamos os conceitos de Currículo (Ivor Goodson) e Discurso (Mikhail Bakhtin). O primeiro encaminha compreensão a respeito dos conflitos e disputas em torno do conhecimento construído nos currículos, enquanto o segundo expressa as intenções dos enunciados discursivos quando colocados em diálogo nessa documentação. Desse modo, entendemos que os PPP's orientam determinadas formas de se escrever e ensinar História da Amazônia, no Brasil. De acordo com Estevão de Rezende Martins (2019), o pensamento histórico, seus conteúdos e historicidade, são dados tanto pela consciência histórica "de todos e de qualquer um", como pela sua dimensão crítica "alcançada e consolidada pela historiografia". Desse modo, entendemos que os PPP's dos cursos de licenciatura em História personificam diversas formas de interpretação do passado, as quais dialogam, coexistem, e conflitam com a cultura histórica conformada sobre a sociedade brasileira. A documentação apresenta o limitado espaço da História da Amazônia nos cursos de formação docente, encaminhando as continuidades das narrativas de eixo eurocentrado e da predominância de saberes construídos nas regiões sul e sudeste do país. Assim, nesses currículos, ambas as construções de conhecimento histórico e criação de práticas pedagógicas, participam de uma cultura histórica na qual a formação da sociedade brasileira é regida por meio da exclusão de determinados sujeitos históricos (CHALHOUB e SILVA, 2009). Ao entendermos que a História possui dimensão axiológica, visto que os sentidos das representações dos eventos históricos são dados no presente histórico (GABRIEL, 2003), consideramos que o lugar da História da Amazônia nos PPP's dos cursos de formação docente expressa as disputas de narrativas pelos diferentes grupos sociais na sociedade brasileira, conforme afirmam Wilma Coelho e Mauro Coelho (2014) em análise sobre a aplicação da Lei 10.639/03 na Educação Básica. Um dos maiores desafios no atendimento à essa legislação é, justamente, o redimensionamento da memória histórica construída sobre a História do Brasil. Logo, o presente trabalho expressa que

tal memória, conformada nas bases da exclusão de agentes e espaços, continua construindo identidades igualmente excludentes e discriminatórias.

Palavras-chave: Escrita da História. Ensino de História. Consciência histórica. História da Amazônia.

Projeto "meu lugar na história" uma ação do LAEH/UFPE para o ensino de história patrimonial.

Arnaldo Martin Szlachta Junior - UFPE

O projeto "Meu Lugar na História" é uma iniciativa desenvolvida no município de Goiana, localizado no estado de Pernambuco, que visa promover a integração entre o ensino de história e a comunidade local. O projeto é resultado da parceria entre o Laboratório de Aprendizagem e Ensino de História (LAEH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana e o Laboratório de Estudos do Mundo Atlântico (LEMATL). A proposta do projeto é que os alunos das escolas públicas do município possam conhecer e aprender sobre a história local de forma mais próxima, tendo como ponto de partida as igrejas históricas de Goiana. A ideia é que, por meio de visitas guiadas às igrejas, os alunos possam compreender a importância desses locais para a história e a cultura da região. As igrejas históricas selecionadas para o projeto são a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, o Convento, a Igreja de Nossa Senhora da Soledade, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, a Capela de Santo Antônio do Engenho Novo e a Igreja de São Lourenço de Tejucupapo. Os alunos das escolas públicas são acompanhados pelos membros do projeto, que são estudantes da licenciatura em História da UFPE. Durante as visitas, os estudantes compartilham com os alunos suas pesquisas e conhecimentos sobre a história das igrejas e da região, promovendo a interação e o diálogo entre a universidade e a comunidade local. Além das visitas guiadas, o projeto "Meu Lugar na História" também prevê a realização de oficinas e atividades educativas para os alunos das escolas públicas. A ideia é que os estudantes possam vivenciar de forma mais dinâmica e participativa o aprendizado sobre a história local, contribuindo para a formação de uma consciência crítica e cidadã na Educação patrimonial. A iniciativa do projeto "Meu Lugar na História" é de grande importância para a promoção do ensino de história e a valorização da cultura e da história local. Ao aproximar os alunos das escolas públicas da riqueza histórica de Goiana, o projeto contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a preservação do patrimônio cultural e histórico de sua região. Além disso, o projeto também promove a interação e o diálogo entre a universidade e a comunidade local, fortalecendo os laços entre essas esferas e fomentando o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação patrimonial. LAEH UFPE. Igarassu.

O legado do passado e um presente para o futuro: A preservação da memória Museu Ozildo Albano.

João Fábio da Silva Júnior

O presente trabalho busca apresentar como o museu Ozildo Albano pode contribuir para a construção de diferentes níveis de consciência histórica nos seus visitantes, assim como foi proposto pelo estudioso Jörn Rüsen. A metodologia desta pesquisa, quanto à sua abordagem, é de caráter qualitativo, ocorrendo especificamente por meio de entrevistas cedidas pelos visitantes da referida instituição. Por se tratar de uma pesquisa em andamento e em fase de pesquisas de campo, não foi possível estabelecer resultados. Desse modo, este trabalho se esforça para mostrar a contribuição da museologia e como ela concebe sujeitos mediadores culturais, bem como um museu pode gerar uma aprendizagem significativa mesmo que o visitante não esteja em nível de ensino escolar. Para pensar no Museu temos que passar por seu fundador, o picoense José Albano de Macedo (Ozildo Albano), que, ao se preocupar com a história local e com o objetivo de preservar a memória da cidade, criou em 1966 a biblioteca João Gomes Caminha. Após a sua morte em 1989, a família decide, então, continuar o legado deixado pelo ente querido.

Palavras-chave: Museu Ozildo Albano. Ensino de História. Religião.

Da didática ao digital: os impactos do Youtube na construção da consciência histórica escolar na região metropolitana do Recife.

Carolina Rodrigues Cardoso

O avanço tecnológico, proposto pela Era Digital, passou a criar uma abordagem nova na cultura digital, com a popularização e acessibilidade ao ensino da História, permitindo plataformas sociais, como o YouTube, beneficiar a produção e circulação de conteúdos, sobretudo educacionais, os quais estão presentes nos currículos escolares e, nota-se as consequências diretas no ensino de História. Pois, vê-se o aumento de criação e divulgação de diversos canais que buscam produzir conteúdos históricos, no qual são utilizados pelos alunos como recursos didáticos, evidenciando a internet como um campo de investigação pertinente à História, devido a sua relação direta com a construção da consciência histórica dos estudantes e a sala de aula. Portanto, torna-se necessário entender as disputas de narrativas entre o professor e os youtubers na construção da consciência histórica nas redes públicas e privadas de ensino na Região Metropolitana do Recife, além de compreender as possíveis diferenças dos impactos das narrativas históricas em disputa entre a sala de aula e o YouTube no processo de construção da consciência histórica. Por meio de um estudo qualitativo-analítico, busca-se compreender se há construção de uma epistemologia do conhecimento histórico novo, permeado pelo digital. Mostra-se igualmente necessário um estudo de caso com trabalho de campo, devido às diferenças estruturais entre os alunos de escolas públicas e particulares em Pernambuco, para buscar identificar se há alguma diferença e quais são os impactos do YouTube em conjunto a esses alunos.

Palavras-chave: Ensino de história. História digital. YouTube. Consciência histórica.

“Com Distinção”: Os Exames Finais da Escola Normal do Rio de Janeiro (1880-1890 e Seu Impacto na Trajetória das Egressas da Escola Normal.

Fernando Rodrigo Dos Santos Silva - CEPEMHED/SME - DUQUE DE CAXIAS

O presente trabalho insere-se em uma pesquisa sobre a inserção de mulheres no magistério público da cidade do Rio de Janeiro, avaliando a trajetória de professoras que alcançaram o topo do magistério municipal, ao tornarem-se catedráticas, além de passarem por outras ocupações no aparato público de ensino do Estado. Neste artigo, tomamos por objeto o resultado dos exames finais a que foram submetidas as alunas da Escola Normal da cidade do Rio de Janeiro no período de 1880-1890. A partir deles mapeou-se as alunas cujas trajetórias discentes foram marcadas por aprovação com distinção e avaliamos suas trajetórias docentes, para compreender o impacto da excelência discente no percurso profissional docente. Buscou-se contabilizar quantas chegaram ao cargo de professora catedrática, quantas passaram pela inspeção públicas e se tornaram autoras de manuais didáticos. Para a análise dos dados utilizou-se a abordagem documental a partir do acervo digital da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e o acervo físico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fundamentou-se a pesquisa com o aporte da História Cultural com uma abordagem de inspiração prosopográfica.

Palavras-chave: História da Profissão Docente. Escola Normal. Professoras. Exames Finais.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15

Política, economia e sociedade no Brasil oitocentista.

Coordenador(es): Edna Maria Matos Antonio (UNESP/UFS) e Francisco Gleison da Costa Monteiro (UFPE/UFPI).

Neste simpósio propomos a reunião e discussão de pesquisas (concluídas ou andamento) que abordem dinâmicas administrativa, política, econômica e social próprias a historicidade do período imperial brasileiro e suas questões. Recortadas por espacialidades, agentes sociais e experiências plurais, pretende-se constituir espaço de profícuo diálogo entre estudiosos atentos a atualização conceitual e metodológica bem como o uso variado de fontes sobre estes diversificados temas e criativas perspectivas de análises. Serão acolhidos trabalhos que tematizam experiências individuais e coletivas, os projetos e práticas que nortearam o perfil econômico e político do Brasil imperial bem como estudos que possam contribuir para a compreensão da dinâmica do poder e sua conexão relativa à construção das estruturas políticas e sociais, cidadania, conflitos e negociações. Cabem ainda as abordagens problematizadoras das especificidades da sociedade escravista brasileira bem como análise das transformações nas relações do trabalho escravo e livre e, de forma articulada, o pensamento social, produção cultural, construções identitárias e memorialísticas e historiografia, delimitadas pelo escopo temporal e temático em tela.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Quantas almas há na Província? Estatísticas Populacionais, Guerra dos Marimbondos e Debate Público em Pernambuco (1850-1872).

Victor Hugo de Almeida França - UNICAMP

O presente trabalho tem por objetivo discutir o lugar da produção das estatísticas populacionais no Império Brasileiro partindo de um olhar específico na Província de Pernambuco. A partir de anseios políticos para a consolidação e expansão do poder imperial sobre o território, a estatística surge como necessidade imprescindível para conferir ao Brasil condições administrativas a partir de dados coletados e produzidos, além de ser um dos aspectos que qualificariam a nação no rol daquelas civilizadas. Em um contexto em que Pernambuco perde importância política e geográfica dentre as províncias do Norte, considerando o desmembramento de seu território e a redução da abrangência judiciária e eclesiástica, somado ainda à transferência da centralidade econômica para o centro-sul brasileiro, o trabalho visa compreender como e quais são os aspectos abordados no debate político pernambucano acerca da informação estatística. Quem eram os agentes políticos que se preocupavam com a elaboração de mapas de população e do registro de dados de fluxo dos indivíduos distribuídos pela província? Quais eram os aspectos analisados e vinculados a estes mapas? Como esse debate se altera entre as décadas de 1850 e 1870? Esses são alguns questionamentos a que o trabalho se propõe. O recorte temporal se relaciona com dois momentos específicos e importantes para a Província e o Império. A década de 1850 marcou em Pernambuco certa instabilidade social e política pelos impactos da Guerra dos Marimbondos (1851-52), revolta popular contrária as leis do Censo, que seria realizado em 1852, e do Registro Civil, a partir do boato de que a “Lei do Cativo” poderia significar a reescravização de indivíduos libertos de cor. O adiamento a nível imperial do Censo fez com que ele fosse somente realizado em 1872. Todavia, para 1852 há também uma importante estatística demográfica produzida pelo desembargador Figueira de Mello, possibilitando alguma noção qualitativa e quantitativa da população pernambucana para aquela época. O debate proposto é o de tentar compreender os percursos da estatística na Província e quais são as aproximações e distanciamentos no debate político ao longo de três décadas, para tanto, utiliza de documentos que remontam o debate político oitocentista: dentre as principais fontes utilizadas estão os Relatórios dos Presidentes da Província, as Atas das Assembleias Legislativas, correspondências trocadas entre a Assembleia e a Presidência, relatórios dos juizados, além de o trabalho buscar acompanhar este debate na imprensa pernambucana. A comunicação objetiva apresentar os andamentos da pesquisa, identificando aspectos da política estatística em Pernambuco, importante ferramenta para a construção político-administrativa imperial, buscando compreender os impactos desse debate para as populações provinciais, em especial ao que tange as pessoas pobres e livres-libertas e suas experiências em um Estado em plena formação. A

partir da documentação política e estatística produzida em e sobre Pernambuco, o trabalho busca apreender e compreender como se transmuta o debate ao longo das décadas e quais foram as diferenças para o fracasso e o sucesso dos censos no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Guerra dos Marimbondos. Estatística. Levantamentos populacionais. Província de Pernambuco. Figueira de Mello.

Criminalidade e escravidão na Província cearense 1830-1884.

Autor não informado - UFC

A escravidão típica da grande propriedade rural coexistiu no Brasil do século XIX com o cativeiro praticado em regiões onde predominavam os senhores de pequenas posses. Viver entre poucos escravos, contudo, não era sinônimo de um cotidiano suavizado. No caso da Província do Ceará, espaço que pesquisamos, a tão elencada alcunha de “Terra da Luz”, devido ter sido o Ceará a primeira Província a abolir a escravidão no Brasil, carrega na historiografia tradicional relações escravistas brandas no Ceará, por conta do menor percentual de escravos que não chegava a 10% da população total da província. Partir desse cotidiano de senhores de poucos escravos, é que analisamos as relações sociais escravistas no Ceará, na qual a violência e a criminalidade fizeram parte do cotidiano de todos os sujeitos, inclusive dos escravizados, contrapondo a visão da historiografia tradicional. A presente pesquisa tem como objetivo analisar as relações escravistas na Província do Ceará no século XIX tendo como objeto de análise a criminalidade praticada por sujeitos escravizados. Homicídios, agressões e roubos têm sido alguns dos temas mais recortados na análise desse cotidiano afim de compreender práticas, costumes e estratégias de sobrevivências dos sujeitos escravizados envolvidos nos delitos analisados. As fontes utilizadas são: Processos Criminais, Relatórios de Presidentes Província e do Ministério da Justiça, Jornais, Relatórios de Correspondência da Chefatura de Polícia do Ceará, Artigos da Revista do Instituto do Ceará – RIC e Livros de Viajantes. O tema da violência e do crime, atentando para aqueles sujeitos que se encontravam na condição de escravizados, invisibilizados e ausente de determinados processos é o objetivo central da presente pesquisa. Com base nas análises, concluímos que a violência e a criminalidade contra, e praticada por escravizados, fez parte do cotidiano escravista cearense no século XIX. Por fim, agradeço a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Palavras-chave: Escravidão. Criminalidade. Ceará. Resistências.

Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba: relações entre biografia e contexto histórico.

Alisson Freitas da Silva - UECE

Um dos homens mais ricos do Ceará e do Norte do Brasil; responsável por melhoramentos urbanos na cidade de Fortaleza; político de prestígio. São essas palavras que “resumem” o cearense Joaquim da Cunha Freire (1827 - 1907) em estudos biográficos publicados na imprensa e em obras literárias. Temos como ponto inicial de partida os aspectos teórico-metodológicos da escrita biográfica renovada, a qual posiciona-se longe de apreender a totalidade da vida do indivíduo, e busca ligá-lo ao contexto no qual viveu, espaços e suas relações. O conceito de “trajetória” do francês Pierre Bourdieu nos auxilia para a construção da narrativa calcada nesse sujeito (Cunha Freire) e suas atuações várias nos diferentes contextos de sua vida. Desta feita, o presente estudo biográfico sobre Joaquim da Cunha Freire, afora recuperar os principais episódios de sua trajetória no Brasil Império como comerciante, militar, conservador graúdo, filantropo e Barão de Ibiapaba, busca complexificar sua “imagem biográfica” apresentada em biografias. O debate se dá a partir do entrelaçamento dessas narrativas (que ora o tornam “herói” e “grande homem”, e ora o entendem como sujeito comum e realizador de ações cotidianas contraditórias e negativas) com tipologias diversas de fontes e estudos recentes sobre este personagem. Dessa forma, como conclusão, tem-se uma figura mais complexa, multifacetada e mais realista desse sujeito histórico a partir do estudo das ligações entre indivíduo e contexto histórico da cidade de Fortaleza e da província do Ceará na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Biografia. Joaquim da Cunha Freire. Contexto histórico. Província do Ceará. Século XIX.

Cor e etnia nos casamentos de uma freguesia fluminense: Itaguaí, 1848-1889.

Gustavo Alves Cardoso Moreira - Museu Nacional - UFRJ

O livro de casamentos de pessoas livres da freguesia de São Francisco Xavier de Itaguaí, província do Rio de Janeiro, aberto em 1848, hoje sob custódia do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, abrange eventualmente os assentos de todos os matrimônios católicos ocorridos naquela localidade até o final do Império, além de outros verificados nas primeiras décadas da República. Os primeiros, que serviram de fonte para esta pesquisa, em sua grande maioria fornecem informação sobre cor e/ou origem étnica dos cônjuges, em regra qualificados como brancos, pardos, pretos ou índios. Os indígenas, descendentes dos habitantes originais da paróquia, constituíam na época uma pequena minoria em processo de "desaparecimento" através da integração aos demais grupos, bem mais numerosos. Embora fosse possível tratar pardos e pretos indistintamente como "população negra", preferi trabalhar com as categorias da época; não apenas pelas questões identitárias características do Oitocentos brasileiro, que acentuavam a divisão entre os descendentes de africanos conforme os múltiplos níveis de miscigenação (ou presumida ausência dela), como também pelas diferenças relevantes que apurei quanto à atuação dos dois segmentos. Os dados referentes às quatro décadas observadas, apesar de algumas variações significativas, revelam uma nítida tendência à endogamia étnica, especialmente no que diz respeito às mulheres brancas e às mulheres pretas. Os matrimônios exogâmicos, entre os quais incluí todas as uniões entre pardos e pretos, se

distribuem de forma claramente desigual, atingindo o patamar mais alto entre as mulheres pardas, que muitas vezes se casaram com homens brancos ou pretos. No extremo oposto, neste longo recorte temporal houve apenas um casamento entre homem branco e mulher preta, e outro entre homem preto e mulher branca. O padrão de exogamia encontrado aponta para a existência de uma forte hierarquia étnica, expressa no ideal do branqueamento. Um número considerável dos homens de Itaguaí buscou atenuar ou apagar, por meio do casamento com mulheres de pele mais clara, as marcas da cor e da escravidão.

Palavras-chave: Itaguaí. Relações étnicas. Livros paroquiais. Império. Província do Rio de Janeiro.

O sertão amazônico às margens do Rio Araguaia na perspectiva do governo imperial durante a segunda metade do século XIX.

Roberg Januário dos Santos

Esta comunicação é parte de um projeto de pesquisa, em andamento, que estuda como os deputados gerais pelo Pará e os Presidentes de Província paraenses, entre as décadas de 1849 e 1889, em seus escritos, discursos e atos oficiais produziram visões acerca do território e das populações às margens dos rios Araguaia e Xingu (porção paraense). Especificamente, esse trabalho busca analisar os interesses do governo imperial brasileiro e outros agentes, através dos Relatórios de Presidentes de Província do Pará, na colonização e no estabelecimento de vias comerciais através do rio Araguaia, bem como as representações do sertão às margens do citado rio produzidas nos relatos dos Presidentes de província. Utilizamos o termo sertão não como sinônimo simples de espaço, mas como uma categoria relacionada à construção discursiva, visto que os enunciados, as ideias e as menções feitas em relação a esse território do Araguaia, pelas autoridades à época, acabam revelando aspectos pertinentes à noção de sertão empregada no Brasil desde os tempos da colonização portuguesa, ou seja, sertão como interior, área afastada do litoral, que carecia de civilização, constituída ainda de uma natureza indomada, habitadas por índios, sobre os quais as autoridades constituídas advogavam a necessidade de controle dessas áreas. Os Relatórios de Presidentes de província do Pará constituem a principal documentação desse trabalho, inquiridos sobre as intenções econômicas e a produção discursiva dos sertões, constata-se – até o momento – que a partir de 1849, especialmente a partir do Decreto imperial nº 662, de 22 de dezembro de 1849, que regulamentou a fundação de Colônias Militares da Província do Pará, as administrações das províncias do Pará e de Goiás buscaram intensificar a interiorização econômica às margens do rio Araguaia, sobretudo visando estabelecer relações mercantis e o povoamento dessa área. A finalidade naquele momento era favorecer as atividades comerciais, protegendo os viajantes mercadores e os grupos comerciais das reações indígenas, tidos pelas autoridades como bárbaros, bem como visava remover as barreiras naturais para favorecer a navegação fluvial nessa área ainda pouco conhecida e explorada, vista como rica em alguns gêneros, como Castanha, cacau, borracha, cravo, andiroba, entre outros. Esse processo de interiorização das ações

governamentais e de iniciativas privadas às margens do Araguaia paraense revelam aspectos da ocupação de áreas indígenas, do avanço do capitalismo sobre o meio ambiente, bem como da produção de visões sobre o território e as populações das áreas interioranas do Brasil a partir do estudo de caso paraense, temas ainda atuais na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Sertão amazônico. Rio Araguaia. Governo Imperial.

A chama e a sombra: apontamentos sobre a iluminação a gás (Fortaleza – Ceará, século XIX).

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho - UFC

Este trabalho tenciona compreender o processo de instalação, funcionamento, consolidação e expansão da iluminação a gás na cidade de Fortaleza, deslindando a incidência desse sistema técnico no ritmo, nas condutas e práticas de grupos variados que compunham a população local. Embora o referido dispositivo de luz artificial tenha vigorado da década de 1860 à de 1930, busca-se no momento situar o enfoque nos oitocentos, quando a concessionária do serviço ainda não enfrentara a concorrência de fontes como a eletricidade, a qual nos primeiros decênios do século XX passou a disputar tanto clientes quanto o prestígio da associação com o assim chamado mundo moderno. Diferentemente do que em geral se presume, a luz de gás suscitou avaliações mais diversificadas do que a exaltação enfática diante de uma “marca do progresso”, fosse por debates na imprensa e no parlamento quanto às prioridades atendidas pelos cofres provinciais, fosse por insatisfações duradouras a respeito da qualidade e abrangência dos focos luminosos. Porém, se a adoção do novo aparato favoreceu a construção de uma imagem da capital cearense mais afinada com grandes centros, importa ressaltar que o espaço urbano foi também constituído por outras iniciativas que, no século XIX, se costumava designar de “melhoramentos materiais” (retificação de logradouros, pavimentação de vias, aparelhamento de portos, implantação de ferrovia, rede de abastecimento de água etc.). Em meio a esse conjunto de obras e equipamentos que contribuíram para a transformação do ambiente construído e exigiram, dos habitantes, um persistente aprendizado no contato e manejo de novos potenciais de movimento, energia e comunicação, a iluminação a gás se notabilizou, entre outras razões, pela abertura de possibilidades outrora desconhecidas para a fruição do tempo livre e o incremento de sociabilidades noturnas. Marcas dessa presença técnica na paisagem são discerníveis na iconografia urbana, difusa em álbuns de vistas, revistas e postais. A análise, ora em curso, de um domínio da luz pautado em procedimentos da era industrial não deixa de assinalar, também, uma gama de artefatos e materiais que coexistiram com o gás, ou com ele disputaram potenciais consumidores, desde a queima da lenha e velas produzidas em âmbito doméstico até o querosene, sugerindo a multiplicidade de culturas técnicas que permeavam o cotidiano. Todavia, além da inovação nas formas de obtenção de luz, investigar o percurso de implantação do sistema do gás possibilita um exame específico dos desafios institucionais que, nomeadamente no Segundo Reinado, envolviam a regulação dos serviços públicos exercidos por companhias particulares,

sugerindo não poucas dificuldades no estabelecimento formal de atribuições e responsabilidades para a taxaço, fiscalizaço, sanço e recolha de multas aplicadas. Nessa medida, a infraestrutura que sustentou um padrão tecnológico de iluminaço urbana teve de ser acompanhada por um quadro administrativo que, em tensões e acordos com interesses privados, fazia incidir sobre determinado campo de atividade a autoridade do Estado. A pesquisa se apoia no mapeamento, cotejo e análise de um conjunto heteróclito de documentos, entre os quais narrativas de viagem, almanaques, relatórios, jornais, livros de memória, estatísticas e crônicas históricas.

Palavras-chave: Cultura material. História das técnicas. História dos sentidos. Segundo Reinado.

A saúde pública na Província do Piauí a partir da tranferência da capital para Teresina (1850-1855).

Rakell Milena Osório Silva - UFPI

Joseanne Zingleara Soares Marinho - UFPI/UESPI

O objetivo do trabalho é discutir as condições de saúde pública na Província do Piauí, a partir do Hospital de Caridade instalado na capital Oeiras que, posteriormente foi realocado para Teresina. Desde a primeira metade do século XIX, discutia-se a transferência da capital, pela busca de melhores condições de desenvolvimento espacial, econômico, cultural e social, principalmente a partir dos rios Poti e Parnaíba, que melhorariam o comércio piauiense, enquanto isso, a saúde pública não era prioridade, ficando principalmente a cargo das entidades caritativas que mantinham o Hospital de Caridade. (SANTOS, 2016). A capital não possuía mínimas condições de salubridade e higiene, como: água encanada, esgoto escoado em locais adequados e fossas higiênicas, por isso, o número de endemias aumentava gradativamente, principalmente as gripes, diarreias e febres, além da epidemia de varíola. O Presidente da Província Dr. José Antônio Saraiva, insistia na mudança da capital para a Vila Nova do Poti, futura Teresina, uma vez que a atual sede não estava adequada aos padrões de civilidade, sendo considerada uma cidade dispersa e isolada. (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1851). Mesmo não havendo melhores condições que Oeiras, a transferência ocorreu em 1852, sendo instalados a Igreja da Matriz, o Quartel de Polícia, o Palácio da Presidência e o Cemitério. Enquanto o Hospital só vai ser transferido em 1854, instalado no Quartel de Polícia por não possuir prédio próprio, contou com um número reduzido de leitos e profissionais, que se baseavam na medicina curativa e, ainda assim, a transferência não proporcionou melhores condições para a população, principalmente as classes mais pobres, que continuavam assoladas por diversas enfermidades. (FREITAS, 1988). Para isso, foi necessário um estudo bibliográfico de caráter teórico, historiográfico e metodológico de autores como Clodoaldo Freitas (1988), Nilsângela Lima (2020), Nádia Santos (2016) e José Pereira Rego (2020). As principais fontes primárias utilizadas para essa pesquisa consistem em documentos acerca da transferência da capital e as condições de salubridade foram os Relatórios de Província do Piauí e o Jornal Echo Liberal. Desse modo, foi possível notar que apesar das ideias de progresso e civilização tida pelos

governantes, não havia uma sistematização acerca das medidas de higiene, e sim, ações que viriam de acordo com a necessidade da população, onde o serviço médico regular se dava somente na nova capital, enquanto as cidades do interior não possuíam assistência ou eram precariamente atendidas, ocasionando o aumento de diversas doenças e aparecimento de outras.

Palavras-chave: História. Província do Piauí. Saúde Pública. Hospital de Caridade.

Os migrantes e as doenças na Santa Casa de Misericórdia (Teresina – 1879).

Márcio Douglas de Carvalho e Silva

A seca de 1877-1879, impulsionou a migração em diferentes pontos do Norte do Império brasileiro, seja para fora dele ou para províncias limítrofes. Do Ceará, parte da população se deslocou para o Piauí, mas ao chegarem a essa província, continuaram vivenciando dificuldades, como fome, doenças e a morte. Acometidos pelas moléstias da época, muitos recorriam à Santa Casa de Misericórdia de Teresina, onde se juntavam aos piauienses. Partindo disso, este artigo analisa a presença de cearenses e piauienses internados na Santa Casa de Misericórdia de Teresina, no ano de 1879. Utilizando como fonte o Livro de Registros de internados daquele ano, verificou-se grande presença de cearenses entre os que procuravam atendimento no hospital, em número superior ao de piauienses, reforçando a expressividade da migração do Ceará para o Piauí naquele período. As moléstias mais frequentes eram febre intermitente, febre paludosa, cachexia paludosa, úlceras, vermes e diarreias. Observou-se extensos períodos de internação, o que permitiu levantar hipóteses acerca das estratégias de sobrevivência da população pobre e migrante.

Palavras-chave: Migração. Ceará. Piauí. Doenças. Febres.

Declarando em comum: terrenos indivisos e os registros paroquiais de terras das freguesias de São Cristóvão e Itaporanga (Sergipe, 1854-1859)

Lucas Oliveira de Jesus - UFS

A presente comunicação busca traçar alguns aspectos sobre o uso de terras indivisas nas freguesias de Nossa Senhora da Vitória da Cidade de São Cristóvão, então capital da Província de Sergipe del Rey, e Nossa Senhora d’Ajuda da Vila de Itaporanga, no contexto de aplicação da Lei de Terras de 1850. A partir da leitura dos registros paroquiais de terras de ambas as freguesias, foi possível observar um considerável número de declarantes que informavam serem possuidores de terras “em comum” com outras pessoas. A historiografia agrária, de maneira mais recente, tem identificado a prática do uso de terras indivisas em todo o território nacional a partir do manuseio com os registros paroquiais de terras (Garcia, 2006; Guimarães, 2008; Pedroza, 2011; Ferreira, 2011). Para tais autoras, a posse coletiva estava assentada numa prática informal de uso da terra, ao

preservar a unidade da posseção pós-partilha da herança. Assim, ao invés de fracionarem e delimitarem a propriedade igualmente entre cada herdeiro, como previsto nas Ordenações Filipinas, os possuidores estabeleciam acordos próprios de utilização da herdade, baseados na coesão interna e reconhecimento do direito de outrem. Ou seja, no interior dos terrenos em situação pro-indivisa, há uma seara de relações sociais, tanto hierárquicas entre os herdeiros, ocasionando disputas pelo uso, quanto de solidariedades, apoio mútuo e estratégias. Para tanto, a partir dos registros paroquiais de terras das freguesias citadas, será considerado como as declarações de terrenos indivisos se relacionam com o momento de aplicação da nova legislação, além do contexto do espaço agrário daquela região. Além dos mencionados registros paroquiais, também nos deteremos em avisos e decretos posteriores à regulamentação da Lei de Terras que buscaram instrumentalizar as declarações de terrenos indivisos. Através desse corpus documental, foi observado que a existência de uma normatização para as declarações de terras após a regulamentação de 1854, demonstra que os registros encontrados durante a aplicação atendiam as normativas legais. Ainda assim, o vasto número de registros de terras indivisas demonstra diferentes elementos sobre como os possuidores locais transmitiam e ocupavam o território da antiga capital. Nesse sentido, a comunicação busca dar uma dupla contribuição tanto aos estudos sobre o espaço agrário sergipano em meados do século XIX, quanto na vasta historiografia sobre a Lei de Terras de 1850.

Palavras-chave: Lei de Terras. Pro-Indiviso. São Cristóvão.

Terras Indígenas do Jequitinhonha e Mucuri no Brasil Imperial: o elo entre os projetos econômicos e de navegação e os interesses fundiários dos particulares oitocentistas.

Juliana Pereira Ramalho - UFAC

A consolidação do Estado Nacional brasileiro e o fortalecimento do poder central, amparados no ideário do progresso e da civilização, foram pautados pela necessidade de adentrar as províncias do Império, e por elas fazer circular pessoas, informações, ideias políticas, mercadorias, espalhando seu controle e autoridade pelos rincões dos sertões da nação, ao mesmo tempo que integravam novas populações ao povo brasileiro. Para isso, era preciso adentrar as matas, construir estradas, vias de navegação, promover o comércio, transformar a terra em propriedade privada e “civilizar” os indígenas, transformando-os em mão de obra produtiva. Esse processo civilizador e a integração nacional encontraram ressonância em empresas e em particulares que demandavam do próprio Estado Imperial uma parceria que possibilitassem o atendimento de interesses privados das elites regionais, interessadas na segurança da circulação pelas províncias, melhores e rápido transporte de pessoas e mercadorias, além do interesse na apropriação do patrimônio indígena. Sobretudo nas áreas de fronteira interna, a questão indígena era uma temática relevante para as elites dominantes. Em Minas Gerais, no século XIX, a região nordeste que abrangia o termo de Minas Novas constituiu-se em uma das últimas áreas a serem colonizadas na província. Minas Novas teve sua origem no século XVIII, mas, no limiar do século XIX, ainda apresentava áreas fronteiriças à mata Atlântica que ladeavam os rios Jequitinhonha e Mucuri, e separavam a província de Minas Gerais da

Bahia. Estas matas abrigavam diversos grupos indígenas que representavam, especialmente para os fazendeiros de Minas Novas, um entrave à ocupação, exploração e anexação destas áreas ao termo, além de dificultar o trânsito pelas vias fluviais e terrestres entre aquela região e o oceano Atlântico, no sul da Bahia. É neste cenário que se insere nosso trabalho, com o objetivo de analisar a invasão das terras indígenas pelos particulares de Minas Novas e sua relação com os projetos de construção de estradas, vias fluviais e rotas econômicas que tiveram o intuito de integrar o nordeste da província de Minas Gerais com centros comerciais das províncias da Bahia e com o Rio de Janeiro. Para isso, analisaremos os Registros Paroquiais de Terra da Freguesia de São Pedro do Fanado de Minas Novas e os projetos econômicos da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, sob direção de Teófilo Otoni e a Companhia de Navegação do rio Jequitinhonha, chefiada pelo engenheiro Inocêncio Velloso Pederneiras, a cargo do governo da Província da Bahia.

Palavras-chave: Terras indígenas. Brasil Imperial. Projetos de comércio. Navegação.

Propostas para as terras do jovem Império do Brasil: os projetos liberais e a reação conservadora.

Cristiano Luís Christillino

Essa comunicação analisa três projetos elaborados para as terras do Império do Brasil na década de 1820. Nosso objetivo é discutir as proposições liberais do charqueador Antonio Gonçalves Chaves para a legislação fundiária e aquelas de José Bonifácio Andrada e Silva, no sentido de mostrar o caráter inovador desses programas para o novo Estado, mas também revelando, a partir de uma análise minuciosa dos seus artigos, o caráter excludente dessas propostas que vinham sendo consideradas como “democráticas”. A análise do projeto do senador Silva Ferrão, ainda inédito na historiografia, nos permite discutir o ideário conservador nesse período e as suas proposições para a política de terras. Por fim, concluímos defendendo que tanto os projetos de cunho liberal, quanto aquele de tendência conservadora, não tocavam no principal entrave ao sucesso da política imigratória no Brasil oitocentista: a ausência de uma ampla distribuição de terrenos para as famílias pobres e os imigrantes.

Palavras-chave: Legislação Agrária. Colonização. Política.

Seca, pobreza e caridade: a migração na província do Piauí na segunda metade do século XIX.

Francisco Gleison Da Costa Monteiro - UFPI

As províncias do Norte enfrentaram uma estiagem que levou muita gente a migrar em busca de sobrevivência. Essa data fatídica compreendeu o período de 1877-79. O Piauí, além de ter sido acometido pela seca, também, pela localização geográfica, recebeu uma

leva de migrantes que chegavam do Ceará com destino as províncias do Maranhão, Pará e Amazonas. Nos anos que marcaram o período de seca o que se viu foram as queixas dos presidentes provinciais com o “fluxo de vítimas, sobretudo cearenses”, que se deslocaram por estes lados com certa intensidade e fazendo da capital Teresina e de várias vilas da província um verdadeiro formigueiro de pessoas, logo, noticiavam os jornais e as fontes oficiais, o zigzague de uma multidão de gente “famintas”, “esfarrapadas” e “doentes” em busca de alimentos e fixação. Além disso, a falta de água, o desaparecimento dos rebanhos e a impossibilidade de preservar a economia de subsistência, a migração foi a opção viável e de pronta resistência para que pudessem assentar as numerosas famílias foram buscar refúgios para aliviar suas famílias da fome, das moléstias e da falta d’água. No Arquivo Público do Piauí existe uma vasta documentação de manuscritos que nos permite analisar e mapear as condições desses migrantes e as ações que foram planejadas pelos gestores e autoridades para alojar e dimensionar essa população e, posteriormente, colocá-los no trabalho regular. Dito isto, destacam-se os seguintes documentos: correspondências, súplicas, requerimentos, relatórios, atas de reuniões, contratos de trabalhos dos Núcleos Coloniais, transporte de retirantes e de alimentos. Toda essa documentação faz parte do Fundo da Comissão de Socorros Públicos, Fundo do Poder Executivo e Fundo de Correspondências com as autoridades. Nessa documentação primária, é possível problematizar, minuciosamente, as relações que se estabeleceram na capital do Piauí e dos deslocamentos destes flagelados para as diversas vilas e o direcionamento para os Núcleos Coloniais, também nos interessa identificar mapear a naturalidade dessa população e a rede de sociabilidade que formaram no interior da província. Além disso identificar também as reivindicações que fizeram os flagelados às autoridades locais no tocante a ajuda às extensas famílias que aqui se estabeleceram.

Palavras-chave: Migração. Seca. Pobreza.

Caminhos da esperança: o processo migratório para Teresina e as instituições de auxílio.

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves - UFPI

No final do século XIX, sobretudo nos anos de 1877 a 1879, ocorreram diversas modificações que interferiram diretamente na vida dos sertanejos no norte do país. Dentro do contexto histórico explicitado, a seca é vista não somente como um fenômeno climático natural, mas social, político e econômico, responsável pela alteração cotidiana na vivência de muitos indivíduos na província do Piauí. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar o período de seca na cidade de Teresina, nos anos de 1877 a 1879, a partir das instituições de auxílio aos migrantes, abordando a seca não somente como um fenômeno climático, mas social, político e econômico, de forma a problematizar os adventos que fizeram desses anos consecutivos tão efervescentes nas políticas intervencionistas governamentais. O período de seca reflete o deslocamento das populações das províncias no norte do País, na tentativa de assentar-se em locais que garantissem subsídios básicos à sobrevivência. Além disso, o trabalho dá ênfase aos principais sujeitos atingidos: os pobres, que, flagelados, passaram a migrar

constantemente. A partir disso, analisa como esses sujeitos foram retratados nas fontes consideradas oficiais, tais como requerimentos, ofícios e súplicas. Analisando os meios de assistência voltados aos pobres migrantes durante aquele momento, propõe-se também perceber as mudanças em relação ao ato da caridade e ao da assistência propriamente dita. Dessa forma, volta-se para algumas instituições criadas para ajudar os migrantes que adentravam a província, como também os que circulavam internamente. Dentre essas instituições, destaca a comissão de socorros públicos, importante medida assistencialista. Utiliza como metodologia o levantamento bibliográfico referente à seca, com o objetivo de obter maiores informações sobre a temática, a partir de autores como: Edson Holanda Lima Barboza, Francisco Gleison da Costa Monteiro e Maria Mafalda Baldoino de Araújo. Apresenta, ainda, um mapeamento das fontes visando fazer um paralelo entre a bibliografia analisada, por meio da digitalização e a análise de manuscritos e requerimentos coletados no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), cotejando, ainda, com a coleta de fontes em acervos digitais como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os Anais do Império brasileiro.

Palavras-chave: Assistencialismo. Migrantes. Pobres. Seca.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição

Pharmacia Popular e o exercício farmacêutico de Eleazar Pereira da Cunha em Amarante- PI (1884- 1900).

Ana Karoline de Freitas Nery - UFPI
Elizangela Barbosa Cardoso - UFPI

Este trabalho analisa o exercício de formulação, produção e comércio do farmacêutico Eleazar Pereira da Cunha, frente à Pharmacia Popular durante os anos de 1884-1900, em Amarante, cidade localizada no interior do Piauí às margens do rio Parnaíba. No decorrer do século XIX os espaços de atuação dos farmacêuticos concentravam-se nas boticas ou farmácias particulares. A assistência à saúde que prestavam às populações envolvia a arte de formular, conservação e a venda de medicamentos (VELLOSO, 2007). Entendemos que no Piauí, foi na segunda metade do século XIX que a presença de farmácias foi compondo o cenário de algumas cidades e a atuação de farmacêuticos e suas terapêuticas, fazendo presente em meio à população. Portanto, destaca-se em Amarante- PI, a atuação do farmacêutico diplomado Eleazar Cunha, no exercício de produzir e comercializar medicamentos, bem como a sua mobilização como Delegado Sanitário em casos de emergências, quando na ocorrência de surtos epidêmicos na cidade. Neste caso, intervinha atendendo e manipulando medicamentos que auxiliassem na cura de pessoas acometidas por doenças e estabelecendo relações com o governo provincial. A metodologia utilizada consistiu na sistematização de bibliografia relativa ao tema e a

análise de Livros de Memórias e Documentos Governamentais. Assim, este trabalho lança um olhar para a prática farmacêutica de Eleazar Pereira da Cunha, a partir da produção e comércio de medicamentos no cotidiano das curas no Piauí oitocentista.

Palavras-chave: Eleazar Pereira da Cunha. Exercício farmacêutico. Pharmácia Popular Amarante-PI.

Os atos necessários a administração municipal para a efetivação de políticas de infraestrutura durante o Império.

Arthur da Costa Orlando - Universidade Salgado de Oliveira

O objetivo deste trabalho foi de apresentar as ações que eram necessárias aos representantes políticos municipais para a efetivação de políticas de infraestrutura durante o Império do Brasil. Trata-se de um estudo direcionado à análise da burocracia dos processos administrativos municipais. Todavia, a intenção foi de apresentar o prescrito sobre a temática nas diretrizes dos diferentes níveis de governo e como acontecia na prática. Por isso, para consecução desse segundo aspecto mencionado, observou-se as informações presentes nas atas da Câmara Municipal de São Paulo do Muriahé (atual Muriaé-MG), mais especificadamente as relacionadas com as questões em discussão. Assim, foram feitas considerações que possibilitaram o conhecimento dos processos e, com isso, o desenvolvimento da temática, uma vez que ainda é pouco debatida pela historiografia, porém é essencial para o entendimento da formação administração do país. Ademais, novas interpretações possibilitam a desmitificação de paradigmas que, por muito tempo, foram vistos como verdades absolutas.

Palavras-chave: Administração Municipal. Políticas de Infraestrutura. Legislações.

“Com sumo espasmo li no jornal”: as representações sobre os escravizados na imprensa piauienses, 1851-1887.

Talyta Marjorie Lira Sousa - UFPI

Os jornais brasileiros do século XIX são fontes ricas na investigação sobre a sociedade, pois é por meio de seus registros que podemos compreender o cotidiano, as atividades comerciais, as visões de mundo e os interesses de grupos, a concepção de comportamento e moralidade daquela sociedade. Neste trabalho, analisaremos como os escravizados foram representados nos periódicos piauienses do século XIX. Os escravizados aparecem nas notícias sobre assassinatos, suicídios e prisões, nas matérias sobre as noções de civilidade onde há a condenação de determinados comportamentos, como cativos surrados, açoitados, ferrados e denúncias contra castigos excessivos, nos discursos sobre a depreciação da origem africana e em estudos científicos, na discussão sobre reescravização, manutenção da liberdade e práticas culturais como a feitiçaria. A pesquisa hemerográfica ocorreu no acervo digital do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo

e Comunicação da Universidade Federal do Piauí, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Durante o texto dialogamos com Freyre (2010), Chartier (1990), Schwarcz (2017), Chalhoub (2011) e Gomes (1996). No que concerne à metodologia do processo investigativo, adotamos a pesquisa histórica descritiva a partir da consulta e análise da base documental. Ensejamos que este trabalho ajude a preencher as lacunas da historiografia referente ao estudo da escravidão no Piauí, contribua, enriqueça e excite o interesse de novos pesquisadores.

Palavras-chave: História. Piauí. Escravidão. Representação. Jornais.

A escravidão na imprensa do RN e as contradições entre discurso político e a prática social (1880-1885).

Kleber Cavalcante de Sousa - UFRN
José Roberto Pinto Santhiago - UFRN

A partir de um processo de constantes transformações na Sociedade Imperial, dois eventos, entre 1884 e 1885, marcaram o período político no império: a abolição da escravidão no Ceará, então província, em 25/03/1884, a partir de um conjuntura na qual se uniram interesses tanto econômicos quanto dos abolicionistas; e a formação do Gabinete ministerial, pelo Partido Liberal, com a presidência do Conselho de Ministros capitaneada por Manuel Pinto de Sousa Dantas e que durou 334 dias (de 06/07/1884 a 06/05/1885). Tais fatos não passaram despercebidos da imprensa do Rio Grande do Norte, que os repercutiu. Este estudo visa dar visibilidade a alguns artigos que foram publicados no período nos jornais "Correio de Natal" e "Actualidade", apoiadores das ideias do Partido Conservador, e "Liberdade" e "O Liberal", apoiadores das ideias do Partido Liberal. Tal imprensa denota o interesse de ambas as vertentes em esposar a defesa da abolição, em circunstâncias, ritmos, condições e interesses diferentes. Na imprensa da época travou-se dura batalha de opiniões, sobretudo a partir do plano de governo do Gabinete Dantas, que incluiu, dentre outras medidas: localizar e registrar o elemento servil; aumentar os recursos do Fundo de Emancipação; libertar os escravos com 60 anos de idade ou mais e assentar os libertos em terrenos desapropriados às margens das estradas de ferro e dos rios navegáveis. Este estudo advém de uma pesquisa que ainda está em fase de conclusão e que visa, também, entender possíveis contradições entre o discurso e a prática social de determinadas personalidades históricas, a exemplo de Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, bacharel de Direito, que chegou ao Rio Grande do Norte após ser nomeado Promotor Público da Comarca de Maioridade (Martins), em 1848. Foi Juiz de Direito em São José de Mipibu, cinco vezes Deputado Provincial e teve 7 mandatos de Deputado-Geral (federal). Presidiu a Assembleia do Estado do RN em quatro oportunidades (1857-1860-1862-1868). Ao mesmo tempo em que Amaro Cavalcanti era uma referência política dos liberais norte-rio-grandenses era também proprietário de uma escrava, a qual castigou por suposta fuga, roubo e "agressão à sua senhora". A partir do suporte teórico de Benedict Anderson, que analisou como são construídas as comunidades imaginadas, e de François Hartog, que pesquisou como os historiadores podem enfrentar a escolha entre memória e história, este estudo também buscará

compreender como a imprensa de determinada época relata eventos políticos de seu interesse a fim de criar situações que visam objetivos ora econômicos, ora políticos ou ideológicos.

Palavras-chave: Escravidão. Abolição. Imprensa. Partidos. Personalidades.

O Patrimônio das Secas: a Produção Arquitetônica no Ceará a partir da Seca de 1877-79.

Nauhan dos Santos Dias - UFPel
Antônio Luciano da Silva Júnior - UFC

O texto tem por objetivo discorrer sobre a produção arquitetônica no Ceará impulsionada pela Seca de 1877-79, conjuntura que desencadeou as migrações em massa de retirantes para a capital da província em busca de sobrevivência. Nesse cenário, viu-se urgente necessidade em prestar os socorros públicos aos retirantes, ao mesmo tempo, em que se via na sua força de trabalho uma oportunidade de promover o desenvolvimento da província. Diante dessas circunstâncias, iniciou-se a implementação de diversas obras públicas no Ceará. As medidas tomadas em torno da problemática das secas no semiárido resultaram na criação de um plano de assistencialismo que se baseava na construção de asilos de mendicidade e de alienados, orfanatos, campos de concentrações, entre outros, com o intuito de promover os socorros aos “flagelados” da seca; do Plano Ferroviário estruturado no desenvolvimento econômico através do comércio de algodão e outros artigos agropecuários, em um contexto de explosão de vendas desses artificios; e da Inspectoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), órgão responsável pela implantação das obras de engenharia que buscavam amenizar o impacto dos longos períodos de estiagem. Para a execução desses três planos, a mão de obra retirante foi amplamente aproveitada pelas instituições responsáveis, e por esta razão, o debate se dará em torno desses três grandes projetos de desenvolvimento. A partir do levantamento e análise da produção bibliográfica de autores que se debruçam sobre esse tema, pretende-se, além de apresentar a produção arquitetônica, discutir o desenvolvimento urbano no Ceará a partir dessas políticas públicas, identificando como as narrativas desses grandes empreendimentos estão contextualizadas na literatura, com a finalidade de inserir tais questões nos debates sobre a memória dos retirantes e historiografia das grandes secas no Ceará.

Palavras-chave: Retirantes. Obras Contra as secas. Socorros Públicos.

A Comissão de Socorros Públicos e as ações de combate à seca no Piauí (1877-1879).

Kátia de Araújo Silva - UFPI

O trabalho analisa as ações de combate à seca de 1877-1879 no Piauí e as estratégias do governo provincial para inserir a pobreza no trabalho regular. Para tanto, utilizamos como fonte os jornais piauienses “A Imprensa” e o “A Época” disponíveis na Hemeroteca

Digital da Biblioteca Nacional, usamos também as mensagens e relatórios presidenciais, relatórios das inspeções dos núcleos coloniais e os ofícios da comissão de socorros públicos, estes documentos encontram-se no Arquivo Público do Estado do Piauí. A pesquisa tem nos permitido observar a forma como a seca era representada pela imprensa piauiense e as narrativas das colunas que exigiam ações dos dirigentes contra a seca, noutra também apareciam denunciando as fraudes na administração do recurso destinado para atender os flagelados. Além disso, podemos identificar na documentação manuscrita que, o governo utilizou-se do trabalho como instrumento moralizador direcionando a mão de obra migrante aos núcleos coloniais e as obras públicas. A partir dos ofícios da Comissão de Socorros Públicos, percebemos quais eram as dificuldades enfrentadas pela pobreza durante a estiagem e conseguimos fazer o mapeamento da logística da distribuição dos socorros (alimentos, roupas e remédios).

Palavras-chave: Seca. Migração. Comissão de Socorros. Trabalho. Piauí.

A construção da ordem imperial no Piauí e a governança de Manuel de Sousa Martins.

Pedro Vilarinho Castelo Branco - UFPI

A proposta da pesquisa é analisar a governança de Manuel de Sousa Martins, político que esteve presente nas estruturas de poder do Piauí, desde as movimentações para a adesão ao projeto de emancipação política em 1823 e se manteve no poder até 1843, quando foi exonerado da função de Presidente da Província, nesse percurso, foi agraciado com o título de Barão e Visconde, em decorrência da fidelidade ao projeto monárquico, e a forma como defendeu a ordem imperial no Piauí com reverberações nas províncias vizinhas. A intenção, é entender Manuel de Sousa Martins como político do seu tempo. Os 20 anos posteriores à emancipação política no Brasil, foram marcados por propostas e embates visando a criação e instalação de um estado liberal constitucional, que rompesse com a cultura política ligada a práticas de Antigo Regime e que levasse o Brasil a novo patamar de ordem, progresso e civilização. É nesse contexto de mudanças e embates que nosso personagem se movimenta. A sua atuação e os interesses que o moviam nos ajudarão a entender os caminhos e os percalços na construção da ordem social imperial no Piauí. A Hipótese é que entre o idealizado e o vivido haviam impasses, recriações do que era proposto. As instâncias do estado liberal, eram vivenciadas dentro de contextos marcadamente de Antigo Regime, que limitavam o alcance das propostas. Para entendermos a dinâmica da construção do Estado no Império, precisamos perceber como as funções públicas de: Presidente de Província, as Assembleias provinciais, as funções judiciárias, as propostas que objetivavam impactar a vida das províncias no âmbito econômico e cultural, eram recepcionadas e vividas, por sujeitos como Manuel de Sousa Martins, que no exercício de funções públicas, tinham como missão encaminhar a criação de nova relação entre Estado e sociedade, ao tempo em que deveriam favorecer a defesa da ordem imperial, no entanto, eles eram condicionados e se moviam nas possibilidades existenciais de cada província.

Palavras-chave: Império. Província do Piauí. Governança.

"Quando todos os bichos sahem da concha": a Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco e as eleições gerais de 1844.

Bruno Adriano Barros Alves - UFPE

O objetivo do presente trabalho é entender como as disputas em torno da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco (ROP) se relacionaram com as eleições gerais de 1844 na Província. Entre 1837 e 1844, os guabirus, sob a liderança de Francisco do Rego Barros, que presidiu a Província de Pernambuco durante a maior parte deste período, protagonizaram um projeto de modernização via melhoramentos urbanos, valorizando a ROP e o mercado das obras públicas. A chegada de trabalhadores estrangeiros e o “monopólio” do mercado de arrematações, no entanto, desagradou a oposição liberal, principalmente após a criação do Partido Praieiro em 1842. Nesse sentido, o fortalecimento da oposição fragilizou o domínio conservador e, por consequência, a ROP se tornou um dos principais alvos, sendo pauta de muitos embates durante as eleições gerais de 1844, especialmente nos periódicos Diário de Pernambuco e Diário Novo. As eleições de 1844 mobilizaram muitos atores políticos e setores sociais, como funcionários públicos, ex-funcionários e artífices do mercado das edificações, bem como mudaram o rumo da política pernambucana, cuja maior repercussão foi a posterior Insurreição Praieira. Dessa maneira, o cenário em questão evidencia elementos relevantes para a compreensão da História Política de Pernambuco e sua presença popular.

Palavras-chave: Repartição de Obras Públicas. Projeto de Modernização. Eleições.

A escravização ilegal, o medo da escravização e a atuação dos agentes do Estado imperial.

Nome não informado - URCA

Os fenômenos da escravização e da reescravização ilegais, já existentes na América Portuguesa, sorratamente foram se alargando e fincando raízes na cultura, na sociedade, na economia, na política e no Estado do Império do Brasil, deixando vestígios entre as camadas de homens e mulheres pobres e descendentes de africanos. As situações reais de usurpação da liberdade ocorreram por toda a extensão do Império e perduraram por um tempo longo, ao ponto de se inscreverem nas mentes das pessoas que viveram a liberdade de modo precário, produzindo um imaginário que chegou até a contemporaneidade, alimentado pelo sentimento de temor à escravidão. Este trabalho procura analisar os fenômenos da escravização e da reescravização ilegais efetuadas contra descendentes de africanos no Brasil imperial, colocando em relevo o envolvimento de agentes do Estado (autoridades administrativas, policiais e judiciárias). A partir da pesquisa realizada na imprensa, nos relatórios de presidente de província e relatórios ministeriais, dentre outros documentos históricos, procuraremos demonstrar que a atuação direta, ou a coparticipação de autoridades, como deputados, presidentes de

provincia, chefes de polícia, delegados, juizes e promotores, que, por meio do exercício de suas funções, representavam o Estado, em casos de escravização e de reescravização ilegais, contribuiu para fortalecer o medo da escravização que existiu ao longo do século XIX e que se generalizou entre a população preta livre e liberta em meados do Oitocentos, contribuindo para a eclosão da chamada “guerra dos marimbondos”. A prática do crime de reduzir pessoa livre à escravidão foi persistente. Contudo, foi possível perceber que frequentemente ela veio à tona estreitamente ligada às conjunturas políticas e às alianças e rivalidades de políticas locais. Isso porque, se por um lado, as vítimas souberam explorar as possibilidades, no interior das relações clientelistas e das rivalidades políticas entre as classes proprietárias e os homens letrados, para levar a luta pelos seus direitos até o campo da lei, sob a forma de processos civis ou criminais; por outro lado, no mundo dos proprietários e políticos, entre esses homens públicos que se opõem no interior de um sistema político atravessado pela violência, e por códigos morais, a acusação de redução de pessoa livre à escravidão significava uma boa arma para se apontar contra os adversários. Importa destacar que nesse jogo que envolvia redes de clientela, disputas políticas locais e intrigas de famílias, os escravizados e aqueles que sofriam ameaça da escravização ou reescravização se mostraram capazes de, em determinadas ocasiões, empregar as melhores estratégias para conseguirem o acesso à Justiça e, por meio dela, lutarem para obterem ou manterem a liberdade.

Palavras-chave: Escravização ilegal. Medo da escravização. Agentes do Estado. Século XIX.

“noticias provinciales”: a política provincial sergipana nos jornais da corte (1831-1850).

Edna Maria Matos Antonio - UFS

No Brasil, a abdicação de d. Pedro I em 1831 representou processo importante de experimentação de novo sentido político-administrativo pois com a instalação da regência e a promulgação do Ato Adicional em 1834, segmentos da elite brasileira tiveram espaço e oportunidade de efetivar acalentadas reformas na Constituição voltadas para criar expedientes de autonomia dos governos provinciais, permitindo um nível de liberdade para administrar suas províncias sem interferência do governo central. Assim, a província esteve no cerne do debate entre regressistas e progressistas, centralistas e federalistas e liberais e conservadores, já num contexto de melhor definição de polaridades políticas. Em um cenário de aberta oposição entre grupos, tendência e concepções diferentes sobre o formato da nação, uma das formas de captar tal dinâmica é a imprensa. Na senda aberta pelas discussões políticas do tempo das lutas pela Independência, que era travada também no âmbito do discurso jornalístico, o uso dos jornais como formulador de opinião pública por meio do debate político não só se confirmou, mas aprofundou, se constituindo objeto de problematização histórica. A riqueza analítica da imprensa oitocentista e a potencialidade dessa fonte para o estudo das dinâmicas políticas no Império exige “compreendê-la como um dos mecanismos de participação política, com sua própria especificidade e ritmos, mas interligada a outros destes mecanismos que transcendiam a palavra impressa, como: pertencimento às

sociabilidades (institucionalizadas ou não), lutas eleitorais e parlamentares, exercício da coerção governamental, movimentações nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada (através de motins, rebeliões, etc.) e, sobretudo, formas de transmissão oral e manuscrita tão marcantes nas sociedades daquela época” (Morel, 2005, p. 617). Como era costume nos periódicos oitocentistas, havia espaço para a transcrição integral das atas da Assembleia Geral e do Senado, bem como informar das ocorrências políticas nas províncias, normalmente de forma a valorizar a experiência para exemplificar bons, péssimos e inadequados comportamentos ou ações de suas populações, membros da elite ou não. Em estudos sobre Sergipe oitocentista, foi verificado que a política desta província era citada como merecedora de atenção e exemplo de preocupação do poder central. Assim, a presente comunicação pretende realçar aspectos dessas menções e problematizá-las a luz dos debates próprios da fase do Império e sua repercussão, usos e significados, na imprensa da corte, o Rio de Janeiro, espaço irradiador da imprensa e da cultura letrada. Nos interessa em particular, o recorte das análises, opiniões e referências que em jornais da Corte, consultados no site da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) abordam a dinâmica política da província de Sergipe, seus agentes, eventos e questões. Um ponto importante a ser perseguido é tentar compreender a dinâmica político-partidária por meio dos jornais na Corte e sua capilaridade na província, além de reunir indícios documentais que permitam problematizar a relação centro-província e as nuances desse poder por meio de discursos jornalísticos.

Palavras-chave: Imprensa, poder provincial, Sergipe oitocentista.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

História urbana, patrimônio cultural, territórios e identidades.

Coordenador(es): Sandra Catharinne Pantaleão Resende (PUC Goiás) e Paulo Afonso Tavares (UFG).

Este simpósio temático busca reunir pesquisadores, profissionais e entusiastas para discutir a complexa interação entre patrimônio cultural, territórios e identidades a partir de uma abordagem historiográfica das cidades e seus processos de urbanização. Interessam abordagens que versem sobre a relação entre apropriação do território, formação de identidades e tensões entre diferentes territorialidades, tendo em vista dinâmicas urbanas, transformação, disputas e construção de narrativas que apontem desafios de conservação, salvaguarda e constituição de memórias coletivas face às aceleradas transformações urbanas e rurais de cidades brasileiras, sejam elas grandes centros urbanos, metrópoles, cidades médias ou pequenas, além das experiências e práticas que apresentem a ampliação dos discursos de preservação e valorização do patrimônio cultural.

Sessão 01 / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição.

Da imigração religiosa: estudo de caso do Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas no Rio Grande do Sul.

Jean Carlo Rosa Durigon - UFSM
Marta Rosa Borin

Este estudo é parte da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio, e visa analisar os impactos da imigração religiosa de sacerdotes católicos indianos nas décadas de 1960 – 1970 no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente na Arquidiocese de Santa Maria, com enfoque à atuação do Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas. Este sacerdote secular diocesano incardinado na Arquidiocese de Bombaim, na Índia, residiu de 1967 a 2001, na cidade de Santa Maria/RS, onde fundou a associação de leigos “Legião de Maria”, pondo em prática as mudanças e diretrizes propostos pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II (1961 – 1965), onde se promovia e era dado destaque à atuação dos leigos frente a sociedade. Natural da Índia, Francisco Mascarenhas foi um dos quatro sacerdotes indianos seculares da Arquidiocese de Bombaim, que imigrou para o Brasil na década de 1960 desenvolvendo suas atividades laboriosas até o ano de 2001 na então Diocese de Santa Maria (hoje Arquidiocese de Santa Maria). O estudo tem por objetivo identificar a ação sócio-religiosa do Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas no Estado do Rio Grande do Sul e na Arquidiocese de Santa Maria, a partir de sua imigração para o Brasil, com ênfase na criação da associação laical eclesial “Legião de Maria”. Neste sentido, buscamos estudar o fenômeno migratório de sacerdotes católicos para o Brasil nas décadas de 1960 e 1970, a partir da ótica documental eclesial advindos do Concílio Vaticano II, com ênfase nos sacerdotes provenientes da Índia, especialmente o Padre Francisco Mascarenhas. Para realizar a pesquisa vamos analisar os tipos documentais existentes no acervo da instituição “Legião de Maria – Senatus Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria”, Fundo Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas e realizar entrevistas com pessoas ligadas ao Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas, identificando os reflexos de sua atuação social e no campo religioso santa-mariense e patrimonial imaterial local.

Palavras-chave: História. Religião. Patrimônio cultural. Catolicismo.

O letramento patrimonial: práticas metodológicas para o ensino de história em Cachoeira dos Índios-PB.

Djalma Luiz do Nascimento Dantas - URCA

O presente artigo estabelece o processo de implementação de uma Historiografia Escolar Aplicada no Ensino de História na Escola Municipal Maria Cândido de Oliveira no município de Cachoeira dos Índios-PB, utilizando como suporte metodológico o Patrimônio Histórico e Cultural como cenário histórico para a aprendizagem que deve transcender o chão da sala de aula e utilizar os espaços e lugares de recordações e memórias para construção de maneira participativa dos estudantes no protagonismo dos saberes vivenciados. O processo metodológico implementado possibilita a aquisição de competências e habilidades para compreensão dos patrimônios históricos do lugar em que se vivencia a história só testemunhas capazes de promover o levante da memória. Levante protagonizado por alunos da Educação Básica que foram desafiados a ouvir com empatia as memórias da sua comunidade e trancrevê-las como registros da história que deve ser contada, utilizando da História Oral como ferramenta de acesso as fontes historiográficas capazes de promover o Letramento Patrimonial.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Patrimonial. Letramento Patrimonial. Cachoeira dos Índios.

Santuário Matriz do Divino Pai Eterno na conformação do espaço urbano de Trindade, Goiás

Paulo Afonso Tavares - UFG

Essa proposta de comunicação visa demonstrar a inter-relação entre patrimônio histórico, identidade e ocupação urbana, tomando como estudo de caso o Santuário Matriz do Divino Pai Eterno em Trindade, Goiás. Este município deve sua emancipação política e desenvolvimento à influência dessa Igreja, um símbolo da identidade católica da região. O início da urbanização de Trindade, originalmente conhecida como Arraial da Santíssima Trindade do Barro Preto de Goyaz, remonta a 1843. A construção de uma capela pelos agricultores Constantino Xavier e Ana Rosa para abrigar um medalhão de barro representando a Santíssima Trindade (Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo) coroando Maria, marca o início deste processo. O medalhão, encontrado durante o preparo do terreno para o plantio, tornou-se o foco das orações do terço realizadas semanalmente aos sábados, pelo casal e vizinhos. Com o passar dos anos, relatos de milagres relacionados à proteção contra animais selvagens e acidentes, entre outros, atraíram pessoas de outras cidades do estado de Goiás e regiões vizinhas. O crescente fluxo de fiéis levou à doação de terras em 1854, formando o “Patrimônio do Divino Padre Eterno” e estimulando a construção de residências ao redor da capela. Em 1894, os Missionários Redentoristas da Alemanha chegaram para administrar o santuário, construindo o atual Santuário Matriz do Divino Pai Eterno em estilo barroco em 1912. Até a década de 1930, essa igreja era a maior do estado. A urbanização acompanhou a evolução da devoção. O arraial foi incorporado a Campinas (atual bairro de Goiânia) em 1907, renomeado para Trindade em 1909 e, finalmente, emancipado em 1920, impulsionado pela construção da nova igreja. A escolha de venerar especificamente o “Divino Padre Eterno”, um dos personagens do medalhão, e a data de celebração no primeiro domingo de julho refletem uma religiosidade popular distante da hierarquia eclesiástica oficial. O

Santuário Matriz do Divino Pai Eterno, com todo o seu acervo sacro, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2012 e 2013, reconhecendo sua importância como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Patrimônio Cultural Material do Brasil, respectivamente. Este caso ilustra como a consolidação do núcleo urbano em torno do santuário e da capela inicial foi crucial para o nascimento e desenvolvimento de Trindade. Além disso, destaca que a preservação patrimonial vai além do aspecto físico, englobando a identidade cultural dos habitantes. Ao preservar o Santuário Matriz do Divino Pai Eterno, não só se resguarda um templo religioso, mas também se protege a identidade cultural de uma cidade que se desenvolveu em torno dessa igreja.

Palavras-chave: Trindade. Divino Pai Eterno. Espaço Urbano. Patrimônio Histórico.

Memória e identidade de libaneses em Cuiabá: um estudo sobre a Mesquita Muçulmana de Cuiabá.

Gilbert Anderson Brandao

Esta apresentação contempla estudo sobre a trajetória dos imigrantes libaneses que vieram para a cidade de Cuiabá, no período pós 2ª guerra mundial, privilegiando análises sobre as memórias, vivências e relações sociais de libaneses e seus descendentes na Capital de Mato Grosso. Seguindo a tríade analítica: Memória, Cultura e Identidade, procuro investigar sobretudo o papel da religiosidade muçulmana na formação e manutenção das identidades culturais e da vinculação ao Líbano como primeira “pátria”. Uma das abordagens da pesquisa é a investigação da constituição de lugares de memória que remetam a ações diretas e indiretas dos libaneses e seus descendentes com os outros moradores da cidade. Na perspectiva de Pierre Nora (1993) “lugares de memória” são rastros de memória, é onde ela se materializa, não estando no imaginário, mas formando instituições que guardem aquilo que deva ser guardado. A Mesquita muçulmana de Cuiabá está localizada no Bairro Bandeirantes, local de morada de várias famílias de libaneses muçulmanos e constitui um “lugar de memória”, e de identidade e reiteração de costumes libaneses através das diversas ritualísticas religiosas e culturais. A abordagem da memória individual e coletiva, se deu através de estudos da Metodologia de História oral, com abordagem temática. Além das entrevistas a pesquisa se valeu da utilização de fontes documentais como jornais, atas de reuniões da diretoria da Mesquita Muçulmana, acervo fotográfico da Mesquita.

Palavras-chave: Libaneses. Memória. Identidade.

Táticas e estratégias de universalização do espaço e identidade religiosa no Brasil: O conflito entre Igreja Católica e Testemunhas de Jeová (1922 - 1937).

Osorio Vieira Borges Junior - UFU

Essa comunicação tem como fundamento parte de uma pesquisa de mestrado atual e pretende estabelecer como o conflito entre católicos e Testemunhas de Jeová nas décadas de 1920 e 1930 tiveram impacto significativo na história urbana do país, moldando não apenas espaços físicos, mas intelectuais, além de influenciar a identidade nacional religiosa que passava por um intenso processo de formação principalmente na década de 1930. Ao se estabelecerem em um território marcado pela forte presença católica, as Testemunhas de Jeová desencadearam um embate que reverberou na configuração dos espaços urbanos e na construção de identidades religiosas. A hegemonia católica, enraizada desde a colonização, influenciou não apenas a narrativa religiosa das Testemunhas de Jeová, com sua abordagem distinta e marcada pela resistência a encontros ecumênicos que desafiou a ordem estabelecida. Esse desafio não se limitou ao âmbito religioso, mas transcendeu para o cenário urbano, questionando as práticas e símbolos católicos que permeavam os espaços públicos e privados da cidade como a estátua do Cristo Redentor, a criação do Centro Dom Vital e a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. Essa análise é feita à luz dos conceitos de Michel de Certeau, Roger Chartier, Michel Foucault e Nicola Gasbarro. O método de análise usado é histórico comparativo e tem como base a História Cultural das Religiões.

Palavras-chave: Espaço. Religião. Cultura nacional. Conflito.

“A História que a história não conta” - Diáspora e o giro decolonial nos enredos da Unidos da Tijuca (2003) e Mangueira (2019)”.

Fernando Nilson Constancio - UDESC

A presente comunicação oral tem como objetivo analisar o desenvolvimento da categoria de diáspora e o giro decolonial nas narrativas apresentadas pela Unidos da Tijuca em 2003, através do enredo “Agudás: os que levaram a África no coração e trouxeram para o coração da África, o Brasil!” e pela Estação Primeira de Mangueira no ano de 2019, com o enredo “História para ninar gente grande”. Para que determinada análise e discussão possa ser feita, recorre-se às contribuições e discussões teóricas de Torres (2019), Hall (2003), Gilroy (2007), Mbembe (2020), Grosfoguel (2016) e a categoria de Aisthesis Decolonial. Além das referências elencadas, se faz necessário debruçarmos no material apresentado pelo livro Abre Alas (onde é possível consultar todas as informações acerca da construção de um desfile de escola de samba) da Mangueira de 2019, disponível na internet, assim como o material elaborado pela Unidos da Tijuca para seu carnaval no ano de 2003, também disponíveis através das plataformas online.

Palavras-chave: Escola de samba. Narrativas decoloniais. Diáspora. História.

Sabedoria Marginal, a cidade na ótica ancestral-periférica: o caso do Ilê Asé Odé Ibulamo em Carapicuíba, caminhos para reparação.

João Pedro Manccini Fernandes - Universidade Presbiteriana Mackenzie

Esta pesquisa, realizada como parte do trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo, tem como objetivo principal analisar a despossessão do território negro do Ilê Asé Odé Ibulamo em Carapicuíba, periferia oeste da grande São Paulo, causada pela implantação de um projeto de infraestrutura urbana que canaliza o Córrego do Cadaval, importante corpo d'água da cidade. A obra atravessa a comunidade onde o terreiro se assentava, removendo além dele, boa parte dos demais moradores para a construção de um novo eixo viário sobre o leito do córrego canalizado. A partir da análise, se busca propor soluções arquitetônicas e urbanísticas para mitigar os danos sofridos pela comunidade afetada. O desenvolvimento se dá em três eixos temáticos: memória e ancestralidade, corpo e culturas afro-diaspóricas e território e periferia, embasando-se principalmente nas teorias de Tiaraju Pablo e Milton Santos e na cosmovisão dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMA). A pesquisa adota uma abordagem crítica inspirada na figura do Orixá Exú para questionar as narrativas predominantes na história urbana e compreender as opressões históricas dadas nos processos de urbanização que atravessam memórias e corpos negros e periféricos. Utilizando a perspectiva de "escovar a história a contrapelo", conforme proposto por Walter Benjamin, o estudo se direciona a um outro entendimento sobre a cidade e sua formação que envolve um resgate e reconstrução de saberes, culturas e lutas populares que foram marginalizados. Enfatiza a importância de reconhecer quais histórias são lembradas e quais são esquecidas, especialmente no contexto das políticas urbanas, em que há a hegemonia dos paradigmas higienistas, da branquitude e das centralidades, em detrimento de narrativas racializadas e periféricas, que apontam outras visões de cidade. Partindo dessa construção crítica, a análise do contexto urbano de Carapicuíba e do território tradicional revelou a profundidade das relações entre o Ilê e a comunidade, bem como as motivações e consequências de sua remoção. Como resultado da pesquisa, foi desenvolvido um ensaio de proposições urbanas e arquitetônicas focadas na reparação do território. Isso incluiu a elaboração de um plano urbano que abrange ações ambientais, habitacionais e viárias, propondo a criação de um parque linear que ressalta o córrego como elemento da paisagem e habitações para manter os moradores no território, preservando suas redes de solidariedade. A proposição arquitetônica teve foco em um equipamento público integrado ao parque, com programa e usos baseados nas tradições de terreiro, o Centro de Referência dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (CERPOTMA), além do memorial do Ilê Asé Odé Ibulamo, que demarca o exato local onde existiu o Ilê. A pesquisa conclui que as intervenções propostas têm o potencial de reparar os danos causados pela despossessão, integrando a comunidade ao tecido urbano e reasentando sua memória, em contraposição às políticas urbanas destrutivas atualmente em curso no território. Além disso, sugere que o modelo desenvolvido pode ser aplicado como política pública para comunidades de matriz africana em áreas urbanas, destacando a importância desses atores nas periferias e sua contribuição para a qualidade urbana e ambiental nos processos de transformação das cidades.

Palavras-chave: Terreiro. Periferia. Ancestralidade. Racismo. Desposseção.

Comunidades tradicionais, patrimônio e turismo: o caso da Ilha do Mel, Paraná (1960-2000).

Cassiana Sare Maciel - UFPR

Este trabalho busca demonstrar os entrelaçamentos entre patrimônio cultural, patrimônio ambiental, turismo e urbanização da Ilha do Mel (PR) entre as décadas de 1960 a 2000. Território amplo caracterizado por duas porções de terra ligadas por um istmo, a ilha é hoje um ponto integrante do roteiro turístico paranaense e ao mesmo tempo abriga três diferentes tipos de legislação ambiental que limitam o uso do espaço. Ao longo da pesquisa, cuja principal base documental foi o periódico Diário do Paraná (1955-1983), foi possível concluir que a instalação de infraestrutura turística se deu simultaneamente às legislações de restrição sobre o uso do solo durante a ditadura civil-militar brasileira. Essas, por sua vez, afetaram diretamente os moradores nativos da ilha, cuja exploração agrícola de subsistência foi proibida enquanto eles foram deslocados de seus territórios originais em benefício da criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel. Nesse processo, a noção de patrimônio cultural foi fundamental para lançar as bases da “indústria sem chaminés” paranaense e, ao mesmo tempo, das políticas públicas voltadas à natureza a âmbito nacional. Ao contrário do que parece, turismo, proteção ambiental e patrimônio foram convergentes nesse processo. Com o decreto estadual que estabeleceu a Estação Ecológica e a subsequente instalação de infraestrutura turística há décadas planejada, os moradores nativos da Ilha do Mel se organizaram em torno das atividades de veraneio e visitas externas, distribuindo-se entre si conforme a demanda. A categoria de patrimônio cultural surgiu de maneira exógena, em contexto de valorização do que se entendia por cultura popular na década de 1970. As investigações dividiram-se metodologicamente em catalogação, leitura e análises de três tipologias de fonte: legislações ambientais brasileiras, sobretudo ao longo do século XX, ocorrências sobre o termo “Ilha do Mel” nas páginas do Diário do Paraná e testemunhos filtrados dos moradores nativos em trabalhos acadêmicos. Para o exame estrutural do processo que envolveu a Ilha do Mel e se estendeu nacionalmente, foram aplicadas as discussões de Antônio Carlos Diegues sobre o “mito moderno da natureza intocada” e de Cristina Adams, que parte deste e tensiona a categoria de comunidade tradicional empregada pelo autor. Ao fim da pesquisa, constatou-se a ausência da consideração dos moradores em todos os processos envolvendo seu território e sua cultura. Recentemente organizados em torno da identidade caiçara e das noções de patrimônio cultural envolvendo suas práticas – por exemplo, a pesca da tainha –, os moradores nativos têm tensionado as relações historicamente demonstradas pela reivindicação de autonomia na organização da infraestrutura de turismo e da determinação de territórios, cujas decisões não devem excluí-los.

Palavras-chave: História do Paraná. Ilha do Mel. Patrimônio. Turismo. Identidade caiçara.

Uma casa-mãe: a antropologia da cidade e a casa da cultura de Sobral.

Germana Maria Lopes Florêncio

A cidade vista sob o perambular de um "flanêur" o faz experimentar vias que configuram a malha urbana e suas historicidades. De tanto ir e vir, o transeunte se sociabiliza, cria intimidades, adentrando espaços que se metamorfoseam, tornando-se lugares de vivências de onde se quer estar e (r)esistir. Assim o presente trabalho apresenta e historiciza o antigo casarão dos Figueireidos em Sobral-CE, edificado em 1858 e que por muitos anos foi local de moradia das famílias Figueiredo e Pessoa. Com os processos de desenvolvimento urbano, paulatinamente o casarão centenário vai sendo demolido, desencadeando uma atenção para questão patrimonial da cidade, sendo o referido imóvel e as discussões em torno de sua preservação desencadeadores do tombada do centro histórico de Sobral em instância nacional como patrimônio no ano de 1999. O antigo casarão é adquirido pelo poder público para ser a casa-mãe dos artistas, passando a funcionar em 1998 como a Casa da Cultura de Sobral, local de convergência artística da cidade. Deste modo buscaremos dialogar com o exercício de caminhar pela cidade, numa dinâmica de achar-se e perder-se, onde equipamentos culturais são vias de experimentação para a fruição da história, arte e cultura da cidade, problematizando aspectos tangíveis e intangíveis da Casa da Cultura de Sobral “como um território em si mesmo, o que pressupõe entendê-lo na sua dimensão simbólica, mas também enquanto espaço físico (dimensão material)” (SANTOS; DAVEL, 2018, p. 113).

Palavras-chave: Patrimônio. Cidade. Cultura. Sobral.

Balas ou charutos? Matrizes narrativas do cangaço em Limoeiro Do Norte – CE (1977-2017).

Benedito Renan Bezerra de Brito - UFC

O presente trabalho analisa as memórias do cangaço buscando os mecanismos de manutenção, preservação e esquecimento que envolveram as narrativas sobre a passagem de Lampião por Limoeiro do Norte. Reflete as apropriações e representações do cangaço nas narrativas dos memorialistas limoeirenses, entrecruzando e problematizando diferentes suportes da memória para compreender as reelaborações e usos desse passado feitas pelos narradores limoeirenses. E, os eventos transcorridos em Limoeiro do Norte com os chamados marcos da memória do cangaço, buscando singularidades e semelhanças. Os períodos de rememoração e comemoração da passagem de Lampião pela cidade são importantes para compreender a participação de diversos agentes sociais e culturais na produção de uma identidade local que se forja a partir dos exercícios de evocação dessas memórias que atua compondo as narrativas; das batalhas pelas memórias efetuadas pelos sujeitos locais; e do confronto com as memórias de Mossóro, a vizinha norte-rio-grandense. Com vistas disso, o trabalho almeja refletir sobre a história da memória do cangaço a partir de Limoeiro do Norte.

Palavras-chave: Memórias do cangaço. Lampião. Limoeiro do Norte. História da Memória.

Sessão 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição.

A produção do espaço público na ótica das revistas ilustradas da cidade de Natal (1925-1930).

Karine Maria Lima Lopes - UFRN

Este trabalho objetiva investigar de que maneira a publicidade veiculada em revistas ilustradas e jornais editados na cidade de Natal tentaram criar a consciência social da modernidade e do progresso como índices de uma urbe sincronizada às nações civilizadas, tomando como parâmetro a França e a Inglaterra. No período delineado, o governador José Augusto e, posteriormente, Juvenal Lamartine conduziram um processo de inserção da capital na modernização internacional, mas as classes sociais abastadas e pobres enfrentaram um processo de urbanização repleto de contradições e de transformações fragmentárias. Contudo, as imagens publicitárias veicularam imagens estereotipadas da organização da cidade e de seus choques culturais, na vida cotidiana, como uma espacialidade que alcançou o domínio da aviação, a formação do Aeroclube, o convívio educado no espaço público, o culto à beleza e o consumismo acelerado de produtos domésticos, artefatos de beleza, remédios, roupas, alimentos e até casas e terrenos, transformando as sensibilidades dos consumidores na era de reprodução técnica de imagens e de textos articulados. A revista *Cigarra*, criada em 1928 por intelectuais como Aderbal França, e desenhada pelo artista Erasmo Xavier, propagava ao público leitor a imagem da capital da aviação, repleta de praças ajardinadas e ruas asseadas em virtude da modernização técnica administrada pelo estado, em consonância com o regulamento sanitário que regulava os padrões das construções particulares, cortiços, hábitos particulares de higiene e instituía medidas de preservação do patrimônio urbano, em 1925, na ótica das teorias médicas microbianas. Essas transformações estavam inscritas no espaço e nos comportamentos sociais, e foram enaltecidas pelas revistas ilustradas. Nesse sentido, analisaremos os anúncios de mercadorias e o repertório fotográfico estampado nas revistas “*Cigarra*”, “*A Escola Doméstica*” e no jornal “*A Republica*”, na perspectiva de perceber as dissonâncias entre o mundo criado pelo paradigma moderno republicano e o mundo próprio da realidade social em conflito, no cotidiano inventivo em que as classes populares lutavam por sua sobrevivência e resistência na urbe, excluídas do acesso à eletricidade, aos transportes coletivos e às medidas saneadoras adotadas de modo exclusivo pelos proprietários mais abastados e detentores de um vasto patrimônio material e fundiário. Em consonância com referenciais teóricos acerca da sociabilidade e da emergência na publicidade na imprensa, procuramos investigar como anúncios e conjuntos fotográficos difundidos no meio social natalense se relacionam à perspectiva de ordenação dos espaços e aos valores

com os quais diferentes classes sociais passaram a conviver no alvorecer do século XX, tais como a assimilação de um ideal de urbanidade, o apreço pela cultura europeia, o refinamento do gosto, a rapidez no consumo de massa e o hábito de leitura dos clichés nas variadas e abundantes reportagens fotográficas. Delimitamos como recorte temporal final da narrativa o ano de 1930, em que a publicação da Cigarra foi interrompida em meio ao desenvolvimento de um golpe de estado naquele período, por Getúlio Vargas, o qual ameaçou a permanência da política dos governadores no regime republicano.

Palavras-chave: Revistas ilustradas. Cidade. Publicidade. Modernização.

História e memória da sede social do clube do Jockey Clube (1987-1990).

Cristina Cunha de Araújo - UFPI

A sede social do Jockey Club, foi fundada em 1952 pelo Cel. Octávio Miranda, na época capitão do Exército, e em mandato eletivo de -Deputado Estadual. O clube localiza-se no bairro Jockey Clube, durante os anos de 1980 e 1990 concentrou os mais diversos eventos sociais de pessoas abastardas de Teresina, os quais recebiam a cobertura da imprensa local, as notícias eram comumente postadas nas colunas sociais. Logo criou-se um imaginário acerca do clube como um espaço de lazer “dito de elite” fato que em medida contribuiu para a notoriedade daquele lugar. Desse modo essa escrita teve como propósito compreender o papel da imprensa local para a construção de uma memória acerca deste clube, para isso nos apoiamos nos conceitos de lugares de memória de Pierre Nora (1993), para através deste entendimento compreender como a memória da sociedade da época cristalizou-se naquele espaço físico e que aflora nos indivíduos que o frequentava quando acionam suas lembranças acerca deste. Na feitura do texto usamos pesquisa bibliográfica e fontes hemerográficas- Jornal O Estado, O Dia sobretudo as notícias veiculadas na coluna social destes jornais no período de 1980 a 1990. Utilizou-se ainda os conceitos de espaço e lugar de Michel de Certeau (1994) com o intuito de perceber as estratégias postas em práticas pelos gestores e frequentadores para construir “um clube” não apenas privado, mas com estatus elitista. Nesta perspectiva, o estudo é relevante porque demonstrou que a edificação deste clube contribuiu ao longo do tempo para o povoamento da Zona do Jockey Clube- atual Zona Leste de Teresina- visto que os agentes sociais urbanos, por meio do Estado e particulares passaram a visualizar essa zona da cidade como espaço de florescimento habitacional de alto estatus econômico.

Palavras-chave: História. Memória. Jockey Club. Imprensa. Lugar de memória.

A representação da História urbana de Anápolis. Uma leitura partir das narrativas memorialistas.

Lucas Gabriel Corrêa Vargas - UEG

A cidade de Anápolis foi retratada na historiografia como um importante centro comercial do Estado Goiás, através de figuras de linguagem que remetem à grandes cidades industriais, considerada por jornalistas como a Manchester goiana ou a Ribeirão Preto de Goiás. Dada a sua localização geográfica tornou-se rota de passagem comercial, cujos registros históricos iniciais datam do século XVIII quando viajantes e historiadores que circularam no Brasil passaram pela localidade. Entre o final do século XIX e início do século XX, Anápolis torna-se paulatinamente uma cidade atrativa, sendo que a partir da década de 1930 o desenvolvimento urbano torna-se mais evidente, havendo para tal muitos agentes envolvidos no processo; as mudanças políticas, a imigração e a chegada de novos meios de transporte foram cruciais para a urbanização da cidade. A historiografia de Anápolis está registrada em muitos livros e narrativas memorialistas que recortam a realidade local através do registro de eventos religiosos, acontecimentos políticos e marcos culturais, referências para a construção de cronologias e para a compreensão da temporalidade. No entanto, a história urbana que possui significativos registros dentro das narrativas é pouco estudada, principalmente no que se refere ao contexto regional em que se encontra; pode-se dizer que o processo de urbanização de Anápolis está ofuscado em sua compreensão histórica. Neste sentido, este trabalho tem por intenção, a partir da leitura das narrativas historiográficas memorialistas na cidade de Anápolis, realizar uma análise da representação do processo de urbanização da cidade de 1930 a 1970. Dentre os autores utilizados como fonte principal para esta leitura será dado destaque a quatro deles, pelo esforço com que atuaram para a sistematização do conhecimento da história anapolina, e por registrarem o recorte temporal adotado, garantido que houvesse pontos de partidas mais seguros para uma leitura historiográfica. São eles: Francisco Lopes de Azeredo Filho, João Luiz de Oliveira, Humberto Borges Crispim e Haydée Jayme Ferreira, autores das obras Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis (1938), A Revista A Cinquentenária (1957), História de Anápolis (1975) e Anápolis, sua vida, seu povo (1979), respectivamente.

Palavras-chave: Anápolis. Urbanização. Narrativas.

Museu Histórico de Maricá: o elo entre a preservação da memória e a valorização da inovação.

Walter José Moreira Dias Junior - ICTIM

O objetivo do trabalho é relatar os primeiros passos de um projeto de pesquisa estratégica que está sendo realizado com fomento do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM). O foco da abordagem será demonstrar as importantes conexões do Museu Histórico de Maricá (RJ), fortalecidas a partir de diversas iniciativas deste projeto, às escolas públicas e à sociedade civil maricaense. No contexto de crescimento populacional da cidade, com valores de 54,87% em doze anos (IBGE, 2023), a proteção da memória local, o registro e catalogação de bens de cultura material e imaterial, e a democratização do acesso ao Patrimônio Histórico e Artístico do município, se faz primordial tanto para a preservação cultural de Maricá, que convive com grandes mudanças urbanas, como para ampliação das estruturas de turismo e lazer. A partir das

concepções da museologia social, utilizamos a metodologia da inventariação participativa, aproveitando a vivência dos estudantes da rede pública municipal, combinado com o registro oral de entrevistas com relevantes atores sociais, representantes de movimentos significativos na cidade, para ouvir a população maricaense e, com ela, construir novos acervos e leituras sobre o território.

Palavras-chave: Maricá. Museu Histórico de Maricá. Memória. Território. Patrimônio.

A cidade de Piripiri-Pi e a sua reorganização urbana a partir da chegada da estrada de ferro.

José de Arimatéa Isaias Ferreira – UFPI
Cláudia Cristina da Silva Fontineles - UFPI

Esta pesquisa visa analisar os elementos modificadores patrocinados pela chegada da estrada de ferro na cidade de Piripiri-Pi, a partir de 1937, com especial interesse na relação entre a Ferrovia e a cidade, sua urbanização e possível desenvolvimento e ou modernização. Assim como a relação entre a cidade a ferrovia e os trabalhadores da construção da ferrovia, suas procedências e por quais motivos ou circunstâncias que os levaram a se instalarem na região onde desenvolveriam o processo da construção da estrada de ferro. Contextualizamos o período desta construção em uma realidade de numerosas secas na região Nordeste, onde as migrações eram numerosas entre as fronteiras dos estados do Piauí e Ceará e eventualmente amenizadas através de frentes de serviços governamentais de construção de estradas, estradas de ferros, açudes e demais construções, que iam dotando a região de uma infraestrutura mínima e ao mesmo tempo amenizavam os efeitos dos eventos climáticos na população. Este estudo, procura perceber a importância econômica da construção de estradas de ferro como impulsionadoras do desenvolvimento regional e ao mesmo tempo a relação da ferrovia com a organização espacial da cidade em seus aspectos de modernidade e urbanização. Este trabalho se justifica pelo interesse de entender como a classe de trabalhadores que foi silenciada, silenciamento este proposital ou não, mas que ocultou da história piauiense um grupo social numeroso e importante. A relevância deste trabalho se justifica pelo interesse em dar visibilidade à classe dos trabalhadores silenciados, um aspecto humano da história da ferrovia que foi por muito tempo negligenciado. Procuramos, juntamente com outros trabalhos que estão sendo produzidos a respeito da ferrovia piauiense, compreender um pouco mais sobre este aspecto tão interessante na história do Piauí. Estamos desenvolvendo uma pesquisa de caráter documental a partir da análise de fontes oficiais do Governo do Estado do Piauí, da Câmara Municipal de Piripiri, Arquivo Patrimônio da Rede Ferroviária Federal, Arquivo Regional do DNOCS, assim como de jornais piauienses que circularam no período. Manteremos interlocução com estudos sobre ferrovias, cidade e trabalho, entre os quais destacam-se os de Berman (2007), Ferreira (1981), Lanna (1986), Nascimento (2002), Rolnik (1988) Santana (1972), Thompson (1988) Cerqueira (2015), Vieira (1910) e Ferreira (1910).

Palavras-chave: História. Ferrovia. Trabalho. Cidade.

O patrimônio musealizado e os paradoxos da cidade planejada: representações sobre a urbe no Museu da Cidade de Governador Valadares (MCGV) e no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) em Belo Horizonte/MG.

Lucinei Pereira da Silva - UFMG

Este trabalho de investigação é um recorte da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nosso objeto de estudo consiste em analisar as relações e experiências de professores de História em dois museus históricos de cidade de Minas Gerais: o Museu da Cidade de Governador Valadares (MCGV) e o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) em Belo Horizonte. É importante destacar que tanto a construção de Belo Horizonte, capital do estado, inaugurada em 1897 e de Governador Valadares, antes chamada de Figueira (até 1937, ano de sua emancipação) estavam situadas no contexto de modernização empreendidas em várias cidades do mundo, cujo intuito era difundir ideias de ordem, progresso e higiene como premissas básicas. Em maio de 1895, Aarão Reis, na posição de chefe da Comissão Construtora da Nova Capital publicou a planta de Belo Horizonte, cujo planejamento das ruas e avenidas da área central possuíam largura e arborização abundante, de maneira a oferecer livre circulação de veículos e conforto à população. Em 1915, Governador Valadares também ganharia um moderno traçado na região central, marcado pela regularidade e racionalidade de ruas, quarteirões e avenidas. Documentos oficiais atribuem o traçado da cidade ao topógrafo Olímpio de Caldas Freitas e ao carpinteiro José de Serra Lima. Dessa forma, a proposta deste texto é analisar três objetos presentes no acervo do MHAB (a planta de construção da cidade, o casarão que abriga a exposição e o bonde) e três objetos em exposição no MCGV (a planta de construção da cidade, a argola de amarrar solípedes e a tampa de bueiro do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, que atuou na cidade de 1942 a 1960). Tendo isso em consideração, buscaremos refletir nesta pesquisa quais representações urbanas podem ser identificadas nestes objetos? Quais os limites e potencialidades sobre a incorporação do patrimônio urbano podemos observar no acervo desses museus? A partir dessas escolhas metodológicas e os caminhos apontados nessa pesquisa poderemos constatar que, a cultura material musealizada abre possibilidades de experiências sobre/com/na cidade. No entanto, um paradoxo é inevitável: várias heranças do passado insistiam em permanecer, como os problemas sociais advindos do fim da escravidão e do êxodo rural. Cortiços, periferias ocupações irregulares e invasões proliferavam nos arredores do traçado planejado destas cidades.

Palavras-chave: Patrimônio Musealizado. Cidade Planejada. Museus Históricos de Cidade.

Narrativas ferroviárias na região do Contestado – SC: um patrimônio imaterial.

Grasiéle Aparecida da Costa Ferreira Peters

Pesquisas sobre a região do Contestado recorrentemente aludem aos ciclos da erva-mate, madeira e/ou a Guerra do Contestado deixando, portanto, uma lacuna de estudos referentes a ferrovia enquanto patrimônio cultural e seus desdobramentos ligados à produção de memórias e de identidades locais. A ferrovia tem significância na região por se tratar de um dos gatilhos da Guerra do Contestado (1912 – 1916) e se configurar em um modal de transporte que contribuiu e ainda contribui para a vida social e econômica. Os estudos são restritos quando se trata da ferrovia compreendida como “patrimônio ferroviário”, pois este é um tema recente aberto a problematizações. A preservação do patrimônio ferroviário no Brasil é legitimada pela Lei de Revitalização do Setor Ferroviário nº 11.483, de 2007, que atribuiu ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a incumbência de administrar e preservar os bens ferroviários de valor artístico e cultural. Nesta normativa jurídica, emerge a expressão “Memória Ferroviária”, conforme artigo 9º, parágrafo 2º, inciso I e II. Nesse sentido, a proposta é apresentar nesta comunicação o projeto de tese em andamento sobre essa temática que objetiva investigar o patrimônio ferroviário, enquanto patrimônio industrial, visando: (1) a articulação entre as dimensões material e imaterial dos bens remanescentes do “transporte ferroviário e toda sua infraestrutura” (Carta Nizhny Tagil, 2003) na denominada região do Contestado; (2) a relação destes remanescentes com a história e memória da Guerra do Contestado, ocorrida em 1912 à 1916; (3) ao desencadeamento do processo de valoração do patrimônio ferroviário da região, conforme previsto pelo IPHAN através da portaria nº 17/2022; e (4) a consideração das memórias e dos processos de identificação de moradores e trabalhadores das ferrovias da região como principais motes na proposição de políticas de preservação. Deste modo, acredita-se que o tema e sua problematização são revestidos de atualidade e relevância, especialmente, à luz das discussões sobre as políticas de preservação dos patrimônios industriais no Brasil e da Portaria nº 17 de 2022 que estabelece os critérios de valoração do patrimônio ferroviário. Ademais, a pesquisa visa avançar teórica e metodologicamente no trato com o patrimônio ferroviário e, por extensão, com o patrimônio industrial, e no desenvolvimento sociocultural dos municípios envolvidos, que poderão se utilizar dos espaços de memórias e suas representações em projetos de cunho cultural, pedagógico, educacional, histórico e de valorização e proteção do patrimônio ferroviário.

Palavras-chave: Patrimônio Ferroviário. Memória Ferroviária. Ferrovia do Contestado.

Goiânia, de cidade nova moderna à condição urbana contemporânea

Sandra Catharinne Pantaleão – PUC Goiás / UEG

Mediante a crise urbana posterior à Segunda Guerra Mundial, emergem, nos estudos urbanos, novas caminhos para refletir sobre as cidades, inclusive revisando termos e meios de pensar sua forma urbana, incorporando estratégias de intervenção para salvaguarda de sua própria história, mediante as transformações cada vez mais aceleradas. São incorporadas, especialmente no campo da arquitetura e urbanismo, leituras e análises mais adequadas a apreender as transformações vivenciadas nas cidades, considerando suas dinâmicas e complexidades e a formação de suas camadas

históricas, refletindo diferentes temporalidades que permeiam a forma urbana. Goiânia, cidade planejada a luz do ideário moderno, torna-se metrópole a partir dos processos de conurbação datados desde os anos 1970 e induz a pensar sobre a gestão de seu patrimônio, considerando o conjunto o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico Art Déco e seu reconhecimento como patrimônio cultural em 2003 face ao processo de urbanização acelerado desde meados dos anos 1990. Este artigo identifica características socioespaciais das novas formas urbanas em Goiânia ao caracterizar suas mutações e elementos que a aproximação do termo condição urbana contemporânea em contraponto às práticas patrimoniais, compreendendo as camadas remanescentes de seu processo histórico seja por meio de apagamentos ou comemorações de determinados fatos. Para tanto, a partir das proposições de Soja (2008), Solá-Morales (1996) e Rem Koolhaas (1995), a pesquisa identificou novas formas urbanas e a dinâmica de uma cidade em constante modernização articulada à visão culturalista e à visão sociológica de Vázquez (2004). Entre os resultados, observa-se que Goiânia apresenta aspectos recorrentes às teorias estudadas, mediante a constatação de fenômenos e formas urbanas relatadas pelos autores permeando a relação entre antigo e novo, mediante o reconhecimento de determinados elementos urbanos como parte de seu patrimônio cultural edificado e a urgência em discutir o patrimônio urbano.

Palavras-chave: Modernização. Goiânia. Art Déco. Patrimônio Urbano. Forma Urbana.

História e memória no espaço público: o caso da Praça do Avião no Setor Aeroporto em Goiânia.

Fátima Johannes Martins Matozinho - UFG

A pesquisa desenvolvida tem como objetivo o estudo da Praça do Avião (formalmente denominada praça Santos Dumont) como um importante território de histórias e memórias para a população do Setor Aeroporto e Goiânia em geral. O espaço que antes abrigava o primeiro aeroporto de Goiânia, tornou-se praça e passou por muitas mudanças, revitalizações e esforços da comunidade para mantê-lo vivo. Com o objetivo de observar sua evolução, apresentou-se uma breve historiografia sobre seu surgimento e desenvolvimento até a atualidade, onde se buscou contextualizar a forma com que a praça atua no cotidiano do bairro e na memória coletiva da comunidade habitante do Setor Aeroporto. A pesquisa foi baseada na análise de artigos de jornais e na metodologia das etnografias urbanas, com foco na caminhada e participação ativa no dia a dia da praça. Por meio da pesquisa pode-se concluir a importância da Praça do Avião como força atuante no território do bairro e a sua influência em diversas mudanças que ocorreram no Setor Aeroporto no passar dos anos. Além disso, foi observado que o notável simbolismo histórico da Praça do Avião representa muito mais do que um simples ponto de lazer para a população, a praça surge como parte da história e da identidade do Setor Aeroporto.

Palavras-chave: Praça do Avião. Memória. História. Territórios. Goiânia.

Mucuripe resiste: lutas pelo direito a cidade nos séculos XX e XXI.

Ianna Edwirges Uchoa Almeida

Esta apresentação oral se propõe a refletir sobre as formas de resistência no Bairro Mucuripe-Fortaleza/CE em fins do século XX e no século XXI. Tais experiências, mesmo que separadas por temporalidades, parecem se entrelaçar por meio do elo identitário dos mucuripenses, mesmo que diante da gentrificação, fruto das constantes ofensivas do capital imobiliário imposta a esta comunidade desde meados do século XX. Nos anos finais do século XX, mulheres mucuripenses, Vera Lucia Marcelino Miranda e Raimunda Alves de Souza, usaram a arte para retratar as memórias de um Mucuripe do passado, não com um tom saudosistas de outros tempos, mas como formas de expressão do patrimônio histórico-cultural do território do Grande Mucuripe, bem como de um Mucuripe de contornos idílicos e utópicos, ambos ameaçados por ofensivas do capital imobiliário. O uso da memória como meio de reflexões para o presente também é mote para o Acervo Mucuripe, espaço criado no ano de 2017 por Diego di Paula, mucuripense, que usa os espaços das redes sociais e de sua própria casa para refletir sobre o direito a cidade e o direito de construir uma sociabilidade mucuripense mais humana em meio as contradições da reificação dos sujeitos e experiências do Grande Mucuripe. Pretendemos, a partir de uma pesquisa centrada na trajetória dos sujeitos supracitados, pensar as múltiplas formas de resistência no bairro Mucuripe, assim como a construção de memórias e identidades mucuripenses. Enxergamos a pesquisa à ser desenvolvido em linha de continuidade com o trabalho monográfico “História e memória da trajetória do Padre José Nilson: Através da igreja edificará o Mucuripe (1950 - 1960) defendido em dezembro de 2017 para fins de conclusão da licenciatura em História na UECE. Neste trabalho, buscamos compreender a formação do espaço de memória construído por Vera Lucia Marcelino Miranda nos anos de 1997. Nosso objetivo, agora, gira em torno de reconstruirmos a trajetória de sujeitos cujas experiências se entrelaçam com a construção da memória e da identidade mucuripense, bem como com os sonhos de um Mucuripe outro.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Mucuripe.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18

O Brasil do século XIX: novas proposições.

Coordenador(es): Dhenis Silva Maciel (SEDUC-CE) e João Paulo Peixoto Costa (IFPI).

Ao longo do século XIX observamos no Brasil oitocentistas transformações significativas nos mais diversos níveis: econômicos, sociais, políticos, culturais. No espaço de um século saímos da condição de território colonial para nos constituirmos enquanto monarquia constitucional e ao final dos 1800 tornamo-nos uma República Federativa. Os oitocentos no Brasil também foram importantes para a constituição de toda uma série de instituições de produção de conhecimento, como, por exemplo, os Institutos Históricos, Museus, a Biblioteca Nacional dentre outras. Também observamos que outros casos levaram praticamente todo o século para terem termo, como foi a abolição da escravidão. Muitos desses fenômenos foram abordados ainda no próprio século XIX pelos “homens de letras” do período, mas também vieram a ser objeto de estudo no século XX. Contudo, as pesquisas realizadas por esses autores não encerraram as discussões por eles iniciadas. A proposta deste Simpósio temático é revisitar algumas dessas questões a luz das novas proposições historiográficas, tanto teóricas quanto metodológicas, e propor novas perspectivas a determinados temas que já foram estudados anteriormente, trazendo novos elementos e pontos de vista para tais debates. Além disso, buscamos abordar novas temáticas, pesquisas originais do ponto de vista da pesquisa histórica, o que pode incentivar toda uma nova geração de pesquisadores e do estabelecimento de novos campos de discussão.

SESSÃO 01 / 06 março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição.

Linguagens, narrativas e identidades políticas: uma análise dos jornais "Abelha do Itaculmy" e "O Spectador Brasileiro" (1824-1826).

Fabíula Paulo de Freitas Manhães - UFES

Esta comunicação apresenta resultados colhidos ao longo de análises das linguagens políticas dos periódicos *Abelha do Itaculmy* e *O Spectador Brasileiro*, publicados, respectivamente, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. O primeiro periódico foi produzido entre 1824 e 1825; já o segundo, entre 1824 e 1826. Trabalhamos à luz da metodologia do Contextualismo Linguístico, representada por John Pocock e Quentin Skinner, que entende que linguagens políticas são “estruturas complexas” dotadas de vocabulários, formas de uso, instrumentos e premissas específicos empregados com finalidades políticas. Tendo tais pressupostos em vista, pretendemos apontar as principais características discursivas das fontes selecionadas, bem como seus contextos de produção e circulação. Os periódicos foram criados em um cenário de supressão da atividade impressa tanto em Minas quanto na Corte fluminense, tendo ambos servido como porta-vozes do projeto político do imperador D. Pedro I. Defendemos como hipótese, por ora, que tais impressos contribuíram para o delineamento de uma identidade política cujas insígnias eram os princípios de ordem, de integridade nacional e de devoção à monarquia constitucional, sob a égide de D. Pedro. Essa modalidade de identificação seria, também, uma das bases fundantes da conhecida narrativa acerca do caráter “pacífico”, “ordeiro” e “conservador” tanto da Independência quanto da formação geral do Brasil enquanto Estado nacional. Tal linha discursiva foi reforçada por diferentes agentes e instituições ao longo do século XIX e durante boa parte do século XX. O que buscamos demonstrar, portanto, é a participação da imprensa coetânea ao processo de erguimento do Brasil independente na constituição daquele que foi um dos principais “mitos” fundadores da – fragmentada, conflitiva e dinâmica – nacionalidade brasileira. Consideramos a opinião pública como espaço e personagem incontornável da vida política no Brasil do século XIX. Destarte, elegemos a imprensa periódica como meio de acesso aos discursos, narrativas e disputas que marcaram um passado tão caro para os pesquisadores de História e para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Imprensa periódica. *Abelha do Itaculmy*. *O Spectador Brasileiro*. Linguagens políticas. Identidades políticas.

O percurso político do Padre Mororó (1817-1824).

Francisco Weber Pinto Porfírio – PPGH - UFC

O presente trabalho busca refletir a respeito da trajetória e dos posicionamentos políticos do clérigo cearense Gonçalo Ignácio de Loiola Albuquerque e Melo (Padre Mororó) diante de dois dos mais complexos eventos históricos ocorridos no Ceará durante o séc. XIX, a Revolta de 1817 e a Confederação do Equador em 1824. A referida premissa será analisada por meio do uso de documentos impressos e manuscritos: periódicos, ofícios, portarias e demais indícios relacionados ao Padre Mororó e, posteriormente, as comunicações trocadas entre as províncias do Norte no contexto da Confederação do Equador. Destarte, o ensejo referente a utilização dos periódicos nos permite destacar a participação decisiva do sacerdote nos discursos de cunho liberal publicados no Diário do Governo do Ceará em 1824, o qual pretende-se, de acordo com as indicações pontuadas pela autora Tania Regina de Luca (2011), estar atentos especificidades ligadas ao seu lugar de produção, a contribuição de grupos (editores, público leitor etc), seus espaços de circulação e toda minuciosidade do vocabulário político da época. Aliás, as considerações de J.G.A Pocock (2013) na obra "Linguagens do ideário político" serão basilares para compreensão dos discursos propagados no impresso por intermédio do vocabulário político corrente no período. Pois, para o autor, a história das ideias e pensamentos políticos podem ser ponderadas a partir da análise linguística de cada contexto histórico, deste modo, o "contextualismo linguístico", ou seja, o exercício de mover a linguagem (*langue*) para o discurso (*parole*), assinalam a possibilidade de identificar sua intervenção na elaboração de novos discursos. As perspectivas metodológicas brevemente aqui explanadas tornam-se fatores pertinentes no tocante a potencialidade que os impressos e o vocabulário político possuem de analisarmos suas interferências na construção do cotidiano social e político dos indivíduos.

Palavras-chave: Revolta de 1817. Confederação do Equador. Independência. Brasil Império. Imprensa.

Gigante, mas não pela própria natureza: Alto Sertão e a formação do Império do Brasil.

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi - UFC

A definição do território e da população concernente à nação brasileira, no processo de independência e constituição do Império do Brasil, foi espaço de embates e tensões sociais. Insurreições, como em 1817 e 1824, e movimentos sociais, no período regencial, sobretudo ocorridos nas chamadas Províncias do Norte, descortinaram – e foram resultado – a disputa em torno do controle e delimitação desse espaço e sua população, em especial o interior, chamado de sertão, como pertencente ao estado territorial brasileiro e, portanto, parte do "gigante pela própria natureza". Tais eventos apontaram para a percepção do Brasil como um território constituído de vários outros territórios, com um sertão vasto e desconhecido, e, hipótese principal desta pesquisa, um 'Alto Sertão' ainda mais distante de seu domínio. Aqui, importa superar uma discussão que restringe a análise de um estado territorial brasileiro forjado na declaração de independência e definido pela carta constitucional de 1824 e da contrapartida 'regional' vista na aceitação historiográfica de um território parte – e um espelho – do Império. Ao contrário, pelo menos parte desse espaço, entendido como Alto Sertão, é percebido a

partir da sua constituição, tensões, conflitos de terras e formação que fugiam da percepção, e das regras, do poder imperial e da própria organização territorial que se procurou instituir na formação da nação brasileira. A disputa pelo sertão era estabelecida na organização de um projeto de centralização administrativa do Império e de formação de um Estado-nação moderno no Brasil, a partir da expansão da Pátria Independente do litoral para o interior do território. Tal projeto sugeria a preocupação com um espaço desconhecido, que deveria ser finalmente integrado à órbita de dominação política imperial. Espaço este cujo distanciamento era mensurado no domínio do governo imperial sobre o território e seus habitantes. Desse modo, a pesquisa aqui proposta, se propõe a mapear os limites e definições do Alto Sertão na documentação reunida para o estudo; apreender suas marcas nos idos da correspondência oficial trocada entre Império e as Províncias envolvidas e da vila de Crato; e projetar em cartografia, constituída no século XIX, o ‘Alto Sertão’ do Brasil, espaço que, ainda que não estabelecido oficialmente, mas de presença inegável e perturbadora nos projetos para o Império do Brasil.

Palavras-chave: História. Alto Sertão. Brasil Império. Território. Conflitos de terra.

Fiéis e valorosos brasileiros: as câmaras municipais das vilas de índios do Ceará na Confederação do Equador.

João Paulo Peixoto Costa - IFPI/UESPI/UFRRJ

Com a vigência da lei do Diretório no Ceará no início do século XIX, lideranças indígenas das vilas de índios da província – Vila Viçosa, Soure, Arronches, Messejana e Monte-mor o Novo – atuaram durante o processo de independência e formação do Estado brasileiro ocupando cargos públicos. Na condição de vereadores e juizes, tais posições lhes permitiam atuar e viabilizar demandas pela escrita e por canais político-administrativos. O mesmo se deu com a oposição da Junta Provisória cearense em relação a Dom Pedro I em 1824 e com a adesão da província à Confederação do Equador. Para os indígenas, a situação era delicada, na medida em que, por um lado, apoiavam os governantes provinciais de então – tendo à frente Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras – e, por outro, mantinham tradicional relação de reciprocidade com a monarquia e atuaram vivamente pela causa do Brasil e de Dom Pedro desde 1822. Como pano de fundo, opondo-se à resistência de autoridades locais em respeitar suas posições sociais no Estado nacional em formação, lutavam por defender projetos próprios de cidadania – que giravam em torno dos temas da liberdade, do trabalho, das terras e dos próprios cargos camarários – a partir de suas posições políticas nas câmaras e se colocando como fiéis e “valorosos brasileiros” (nas palavras de Tristão Gonçalves) – em pé de igualdade a quaisquer outros. Diante desses dilemas, esta comunicação pretende analisar as ações de vereadores e juizes indígenas durante o processo que culminou com a adesão do Ceará à Confederação do Equador. Será prioritário refletir sobre a presença dessas lideranças nas assembleias confederadas e outros registros produzidos no âmbito das câmaras municipais das vilas de índios, focando nos interesses e objetivos indígenas nesse momento crucial da formação do Estado nacional brasileiro.

Palavras-chave: Indígenas. Câmaras municipais. Confederação do Equador. Ceará.

Família e escravidão na Belém oitocentista: uma análise das relações de compadrio por meio dos registros de batismo da Freguesia da Sé (1810-1822).

Ruan Souza dos Santos - UFPA

Na Amazônia, as práticas culturais e as relações de compadrio de escravos ocorridas no início do século XIX, mesmo pouco analisadas, apresentam grandes possibilidades metodológicas e um amplo acervo de fontes que podem ser lidas para expandir a compreensão das relações de parentesco espiritual entre os sujeitos cativos, para além do poder econômico e político, levando em consideração que os laços de compadrio eram atravessados por conjunto de inter-relações e interesses, e o lugar social dos cativos era central nessa trama, sendo que o parentesco espiritual nos mostra mais “independência” em relação ao poder senhorial do que o matrimônio. A partir da pesquisa bibliográfica e da análise do banco de dados – composto por 6175 assentos de batismos, sendo 83 de escravos adultos de diferentes etnias africanas – foi possível identificar alguns aspectos que demarcam as relações de compadrio: o grau de autonomia conquistado, as necessidades momentâneas e as relações exógenas entre diferentes senhores e senhoras de escravos na Freguesia da Sé. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo examinar as práticas de compadrio da população escravizada de Belém, nas primeiras décadas do século XIX, por meio da análise de registros de batismo da freguesia da Sé, entre 1810 e 1822, de modo que este se configura como um importante mecanismo de reprodução social, tendo em vista que se tratava de um contexto em que o tráfico Atlântico para o Grão-Pará perdia forças. Para esta perspectiva de narrativa histórica, lemos obras que trataram da temática da escravidão, compadrio e analisamos os registros de batismo da Freguesia da Sé, o que permitiu observar os diferentes parâmetros de interação social dos cativos vindos de lá e os que aqui já estavam com suas redes de sociabilidade bem estabelecidas. Além disso, foi possível compreender as diferentes estratégias de reprodução social, os movimentos da população escravizada de Belém, suas redes de solidariedade com pessoas das mais variadas origens étnicas e sociais a partir do compadrio, e trazer para a superfície da história os sujeitos subalternos no contexto em tela.

Palavras-chave: Escravidão. Compadrio. Tráfico Atlântico. Reprodução Social.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição.

O "encilhamento da fase imperial" no Ceará.

Paulo Regis da Silva Albuquerque - UFC

A partir de 1848, a disponibilidade de meios de pagamento no mercado mundial foi alavancada pela descoberta de ouro na Califórnia, na Austrália e em outros locais do planeta. Este incremento de metal precioso favoreceu quedas generalizadas nas taxas de juros e expansão do crédito, bem como aumento da cunhagem de moedas. Neste momento o Brasil gozava de tranquila liderança no mercado mundial de café. Este fato possibilitava ao país formar reservas em ouro ou moeda estrangeira que lhe garantisse estabilidade monetária. No entanto, fez-se uma opção preferencial pela Corte imperial e seus aliados de primeira hora: latifundiários, senhores de escravos e grandes comerciantes e a emissão de papel-moeda ilegal por particulares ganhou contornos totalmente intoleráveis para a gestão monetária. No caso cearense, especificamente, desenvolveu-se uma estrutura monetária resultante das condições de fragilidade do governo provincial que findou por condicionar a circulação de moeda fiduciária na província à emissão suplementar feita por iniciativa de comerciantes. A peculiaridade desta operação consiste na intensiva colaboração entre comerciantes e poder público que, em diversos momentos, incorreu em flagrantes ilegalidades. A fim de compreender estes fatos, analisamos fontes hemerográficas, atas da Assembleia Provincial e relatórios de presidentes de província entre os anos 1855 e 1858, quando a estrutura monetária brasileira desorganizou-se ao ponto de viabilizar a posterior comparação entre estes acontecimentos e o "encilhamento", ocorrido durante o período republicano.

Palavras-chave: Política monetária. Papel-moeda. Comerciantes.

O Olindense: Práticas e representações estudantis do Direito no periodismo do século XIX.

Noemia Dayana de Oliveira - UEPB

O presente estudo visa analisar a prática do periodismo acadêmico em Olinda, especificamente no jornal O Olindense, com vistas ao aprofundamento da compreensão de que as representações só podem ser compreendidas se considerarmos as práticas culturais que as geraram. Para tanto, questionamos, inicialmente, como a historiografia brasileira abordou a imprensa periódica? A imprensa brasileira foi estudada muito mais como suporte de representações sociais do que como uma prática cultural. Existem, é verdade, estudos que exploram o periodismo como prática profissional ou literária no século XIX e XX, mas ainda carece de atenção a relação que existiu e existe entre o periodismo e as práticas estudantis. Nesse sentido, pontuamos que as práticas culturais

são resultantes de um espaço e tempo comuns entre sujeitos, e no caso aqui estudado, essas relações se desdobram em um ambiente educacional com dinâmicas e desafios próprios, o Curso Jurídico de Olinda, que visou a formação de sujeitos com aptidão para atuar no campo jurídico, administrativo, político, educacional, variados espaços liberais no Brasil oitocentista. Mesmo com essa amplitude de atuação, consideraremos aqui especificamente o Direito, a formação principal dos primeiros cursos jurídicos no país. Para tanto, esse campo prega o discurso da universalidade e objetividade científicas e atua, sobretudo, em linguagem textual escrita, a exemplo do direito originário ou do direito derivado. Dito isto, acreditamos que a prática do Direito no Brasil esteve atravessada pelas concepções de Direito Constitucional português e do Direito Civil alemão, ambos consumidos e praticados dentro do Curso Jurídico de Olinda por professores e estudantes na décadas de 1830-1840. Para entender isso, escolhemos a imprensa periódica estudantil que é um meio privilegiado de investigação sobre o Direito no século XIX, mais especificamente, o periodismo acadêmico d'O Olindense e as primeiras representações do Direito brasileiro.

Palavras-chave: Curso Jurídico. Estudantes. Olinda. Periódico. Práticas e representações.

Crepúsculo da milícia cidadã: a Guarda Nacional no Ceará (1873-1918).

Nome não informado - UECE

Este trabalho tem por objetivo analisar a Guarda Nacional no Ceará entre as décadas finais do Império e os primeiros decênios do regime republicano. A Guarda Nacional foi criada em 1831 no intuito de auxiliar a então Regência a lidar com as sublevações que tiveram lugar em diferentes províncias do Império após a abdicação de D. Pedro I. Ao longo de sua existência, a instituição teve sua lei original reformada em duas ocasiões. A primeira foi em 1850, que, dentre outras questões, instituiu a confirmação das patentes do oficialato da força por meio do pagamento de um imposto, cujos recursos seriam revertidos para a manutenção do contingente (fardamentos, equipamentos, munições, armas, instrumentos musicais). Esse elemento serviu como um dos fatores de perceber a Guarda enquanto força a serviço dos potentados locais, especialmente no controle da população em relação e o arregimento dela a serviço dos chefes políticos (especialmente no alvorecer da república, com o fenômeno conhecido por “Coronelismo”). A segunda ocorreu em 1873. Esta nova lei, composta por dois artigos, estabeleceu a prioridade dos recrutamentos para o Exército e, em segundo lugar, para as forças policiais provinciais (com o intuito de aumentar o número de tropas profissionais) e não mais para a Guarda Nacional. Além disso, a Guarda só deveria ser convocada quando as tropas do exército e/ou das polícias não fossem suficientes para combater sublevações internas ou invasões ao território brasileiro. Nesse sentido, buscaremos entender como se deu o funcionamento da Guarda Nacional, no Ceará a partir da implementação da reforma de 1873 e das demais resoluções sobre a força a partir do advento do regime republicano até a sua dissolução em 1918. Nossa hipótese inicial será investigar se a Guarda Nacional nesse período foi o “braço armado” dos “coronéis”, interpretação recorrente em parte das produções historiográficas mais antigas. Também buscaremos entender o que

significava ser um guarda nacional naquele momento, qual a relação da Guarda Nacional com a questão da cidadania após essa última reforma. Outra problemática diz respeito aos próprios guardas: o que aconteceu com eles após a dissolução da força. Para tentar elucidar essas perguntas, analisaremos a documentação da Guarda Nacional disponível no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) como, por exemplo, os livros de matrículas da força nas diferentes localidades da província, posteriormente Estado do Ceará; as cartas enviadas pelos oficiais da força aos presidentes de província/Estado. Buscaremos também analisar a documentação do próprio executivo cearense, como os relatórios dos presidentes e missivas produzidas pelos mesmos no recorte temporal desta pesquisa. Os relatórios dos Ministérios da Justiça e da Guerra também serão fontes interessantes para a pesquisa. Assim sendo, esta pesquisa busca apresentar respostas para um tema ainda não abordado de forma mais ampla tanto pela historiografia nacional quanto pelos estudos mais específicos sobre o território do Ceará.

Palavras-chave: Guarda Nacional. Império do Brasil. Primeira República.

“Mas no meio disso tem gente”: a produção da fronteira entre Ceará e Piauí no oitocentos.

Maria Leopoldina Dantas Máximo - UFC

Em 1880, após longas discussões no senado, os representantes políticos das províncias do Ceará e Piauí assinaram um documento que deveria resolver um litígio territorial que datava o início da própria nação. O Decreto Imperial nº 3.012, modificava a fronteira entre as duas unidades administrativas, realizando uma troca entre as comarcas de Amarração e Príncipe Imperial. Esse processo possibilitaria ao Piauí uma maior faixa litorânea, bem como garantiria um maior domínio dos Sertões pelas autoridades imperiais que, desde a década de 1850, procuravam conter a frequente passagem dos moradores da região pela fronteira. Distante do poder governamental, esse interior apresentava uma dinâmica própria, na qual os moradores de ambas as províncias instituíam relações próximas que ultrapassavam, e mesmo desconsideravam, as linhas imaginárias traçadas pelo Estado. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo, compreender como as redes de sociabilidade estabelecidas nas comarcas de Príncipe Imperial (PI), Ipu e Inhamuns (CE) entre 1850-1880, influenciaram no processo de formação dessa fronteira que foi modificada oficialmente em 1880. Pretende-se perceber, como as relações cotidianas – tais como: crimes, fugas, cobrança de impostos, desentendimentos entre famílias abastadas – foram utilizadas nos discursos oficiais para legitimar as pretensões de posse por parte dos representantes do Ceará sobre atual cidade de Crateús. Para discutir tais temáticas, foram utilizadas matérias publicadas em periódicos como O Cearense, O Pedro II e A Imprensa, que tratavam a respeito de homicídios e roubos que ocorriam nessa região, a fim de analisar as relações entre os políticos e moradores. Com o propósito de perceber as preocupações e ação dos governantes vinculadas ao controle desse espaço, bem como, as relações estabelecidas entre as autoridades locais e os habitantes, foram analisados os Relatórios de Presidente da Província de 1850 a 1880. Analisamos também, as discussões envolvendo a mudança na fronteira, publicadas nos Anais do Senado, para

perceber quais interesses e jogos de poder estavam envolvidos na disputa em torno desse espaço de fronteira. O exame dessas fontes, ajudou a perceber como as relações estabelecidas no cotidiano entre os moradores das duas províncias, longe de se basear nos limites que o Estado pretendia impor, seguiam logics distintas baseadas em seus próprios interesses e necessidades. A anexação da comarca de Crateús, portanto, teria sido fruto de uma intensa e complicada rede de relações construídas entre os habitantes e o Estado, fazendo com que quase um século e meio após a modificação, essa os limites entre Ceará e Piauí tenham voltado a ser objeto de litígio entre, agora estados, envolvendo questões socioeconômicas talvez ainda mais complexas.

Palavras-chave: Sertão. Conflitos territoriais. Ceará. Piauí. Fronteira.

A História Intelectual e propostas a partir do estudo da trajetória e pensamento de Alberto Torres (1865-1917).

João Paulo de Souza Favoretti - UFES

O presente trabalho tem como pressuposto as discussões que envolvem o campo da História Intelectual e a aplicação de suas bases teóricas no estudo das ideias, trajetória e atuação de Alberto Torres (1865-1917), indivíduo esse com produção intelectual relevante para o estudo do período em que viveu e portador de uma experiência que perpassa as esferas dos três poderes do Estado republicano brasileiro. De forma subsidiária, contemplamos nosso estudo com o aparato do campo do Pensamento Político Brasileiro, propulsionado por estudos oriundos das Ciências Sociais e que auxiliam o historiador na tarefa de investigação de biografias e ideias políticas. Deste modo, a nossa proposta de comunicação envolve a discussão dos aspectos teóricos e metodológicos que podem ser aplicados no estudo das formulações intelectuais e trajetória de um sujeito como Alberto Torres, principalmente por ele ser enquadrado como um dos integrantes do “cânone” do pensamento político brasileiro e ter influenciado uma geração de intelectuais, a saber: Oliveira Viana, Barbosa Lima Sobrinho, Alcides Gentil, Augusto Saboia Lima e aqueles que participaram da Sociedade de Amigos de Alberto Torres, com atuação a partir de 1932. As ideias de Torres apresentam-se como base para o nacionalismo brasileiro, e são marcadas pela defesa do agrarismo e da centralização do Estado. Além disso, o autor é detentor de formulações que apresentam classificação complexa, tendo em vista que a fortuna crítica existente sobre o tema apresenta debates sobre sua categorização como um intelectual autoritário ou conservador, como se ele estivesse preso a uma dualidade. Sendo assim, discutimos também a respeito da problemática existente quando há o intento de classificação de ideias e sujeitos a partir de referenciais do observador, movimento esse que pode acarretar equívocos na tentativa de resumir um conjunto de ideias e uma visão de mundo a rótulos tão comuns no mundo contemporâneo. Portanto, a nossa principal preocupação é debater sobre os principais pontos que envolvem o estudo de intelectuais brasileiros do Brasil Oitocentista, com foco em nosso objeto de pesquisa, o fluminense Alberto Torres, atuante no final do século XIX.

■ **Palavras-chave:** História Intelectual. Alberto Torres. Pensamento político brasileiro. Brasil República.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19

Amorte, os mortos e o morrer na história e na historiografia.

Coordenador(es): Cícero Joaquim dos Santos (URCA) e Cláudia Rodrigues (UNIRIO).

Este simpósio temático pretende congregiar estudos dedicados aos temas da morte, do morrer e dos mortos na História e na Historiografia. Nesse sentido, tantos os trabalhos que problematizam as experiências históricas tocantes à morte vivida, como também a produção intelectual voltada para o tema no campo da História e áreas afins serão bem-vindas. Com esse intuito, esse simpósio poderá agregar pesquisas sobre diferentes temporalidades e espacialidades. Do mesmo modo, ele poderá congregiar diversas abordagens, fontes e metodologias. Como o campo da história da morte no Brasil vem se fortalecendo e frutificando importantes reflexões tanto nos debates da História Social, quanto nas produções da História Cultural, bem como vem incorporando diversas problemáticas tocantes às experiências sobre a (in)finitude física e virtual, no diálogo com outras áreas do conhecimento, este ST estará aberto para pesquisas que problematizam festas, rituais e práticas fúnebres; discursos, imagens, narrativas e sensibilidades; construções de memória e processos de negação, silenciamento e esquecimento; doenças, guerras e mortes; instituições; cemitérios e outros espaços da morte; os mortos e a não-morte; patrimônio fúnebre, funerário e difícil; gênero, sexualidade e suas conexões com a morte; arte funerária; luto, suicídio e outras dimensões da dor; morte, política e movimento social; morte e meio ambiente; materiais educativos, práticas de ensino e de extensão universitárias; Além dos estudos dedicados à análise historiográfica da morte, do morrer e dos mortos.

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição.

“Das penas do Purgatório para a salvação eterna”: a requisição de altares privilegiados no Rio de Janeiro setecentista.

Anne Elise Reis da Paixão

A presente comunicação tem como objetivo analisar a requisição de altares privilegiados no Rio de Janeiro no século XVIII e sua relação com a salvação católica e o Purgatório. O altar privilegiado era aquele em que as missas fúnebres ali rezadas confeririam indulgência plenária para as almas. Isso significa que a alma a qual a missa foi intencionada teria suas penas do Purgatório remidas e poderia, então, alcançar a salvação eterna. Para engrandecer um altar como privilegiado, os fiéis deveriam requerer a graça à Cúria Romana. Com a obtenção de um breve apostólico, eles deveriam apresentá-lo em sua diocese para que a graça fosse aceita e validada. O registro de todo esse procedimento pode ser consultado na série “Breves Apostólicos” depositada no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse sentido, buscaremos nessa comunicação apresentar como era feita essa requisição, quem eram os impetrantes dessas graças, quais fiéis poderiam se beneficiar desses altares, além de esclarecer os significados religiosos das missas fúnebres e das indulgências no contexto da salvação das almas e crença no Purgatório no catolicismo moderno.

Palavras-chave: Purgatório. Salvação. Missas pelas almas. Altares privilegiados.

A agonia popular diante de uma nova forma de morrer: o caso Clara Nunes e a introdução das UTIs no Brasil.

Maria de Fátima Rocha da Fonseca

Em 1983, em decorrência de um choque anafilático durante uma cirurgia de varizes, a cantora Clara Nunes foi internada no CTI da Clínica São Vicente no Rio de Janeiro, onde permaneceu em coma durante 28 dias. Recém-implantados no país, os Centros de Terapia Intensiva e o aparato tecnológico utilizado nos mesmos, consistiam em um recurso médico praticamente desconhecido pela maior parte dos brasileiros como nos demonstra o caso Clara Nunes. Durante o período em que permaneceu internada com morte cerebral, causou estranheza aos amigos da cantora não apenas a impossibilidade de realização de visitas e até mesmo de intervenções religiosas no ambiente hospitalar. Por outro lado, milhares de brasileiros permaneceram em oração e enviaram para familiares objetos religiosos que poderiam auxiliar na recuperação da cantora. Fãs e amigos esperavam por um milagre enquanto os aparelhos hospitalares mantinham viva a cantora. O caso Clara Nunes para além de expor para milhares de brasileiros o que era

um CTI, colocou também a sociedade diante de novas perspectivas diante da doença, da morte e do morrer.

Palavras-chave: Clara Nunes. UTI. Hospitalização. Morte.

Cirurgias no front: a atuação médica na Guerra do Paraguai.

Vitor Cabral Braga - UNIRIO

Na Guerra do Paraguai (1865-1870), o exército imperial brasileiro deflagrou uma série de operações militares contra as tropas de Solano Lopez. Nesse contexto, os militares vivenciaram grandes riscos e encontraram a morte tanto na violência dos campos de batalha como nas epidemias que grassavam nos acampamentos. Isso obrigou que as forças aliadas organizassem hospitais militares de campanha que curassem os seus soldados durante o tempo de conflagração. Ou seja, era necessário estabelecer estratégias para matar os inimigos, ao mesmo tempo em que se evitava a morte dos soldados brasileiros. No meio das batalhas as ambulâncias aliadas foram responsáveis por transportar os feridos e os doentes para os hospitais e enfermarias brasileiros. Lá, os médicos poderiam combater a morte e tentar salvar a vida de incontáveis pacientes. A presente comunicação tem como objetivo analisar a atuação dos profissionais do Corpo de Saúde do Exército no interior desses espaços de cura. Com destaque para os médicos responsáveis por receber, em suas mesas de cirurgia, os soldados feridos nos campos de batalha. Esses cirurgiões usaram de estratégias extremas como amputações de membros feridos para salvar a vida de seus pacientes. O intuito era um só: a prática médica deveria lidar diretamente com a morte, sobretudo para evitá-la.

Palavras-chave: Medicina. Morte. Guerra. Cirurgia. Amputações.

A voz do luto: enunciações críticas acerca do ritual funerário Terno das Almas de Igatu (Chapada Diamantina-Bahia).

Ana Luisa Lauria - UFBA

Argumentar em favor da produtividade ritualística relativa ao Terno das Almas (ato devocional durante o qual, na quaresma, vivos dedicam orações aos mortos, cuja finalidade é alívio das dores purgatoriais) é reconhecê-lo como um modo de gestão inclusivo do luto por promover uma linguagem na qual subjazem técnicas discursivas que amparam os enlutados em uma rede social de sujeitos aquém e além túmulo. Nesse entendimento, A Voz do Luto debruça-se sobre a produção de saberes fúnebres deflagrada pela execução do Terno. Para tanto, a apreensão do repertório e de uma pedagogia sobre os mortos e o morrer será captada, com especial ênfase, a partir de um evento específico ocorrido ao longo da pesquisa de campo: a visitação ao cemitério dos beixigentos. Erguido acima do perímetro urbano da vila de Igatu, o local fora predestinado ao enterro de pessoas acometidas pela varíola nas primeiras décadas do

século XX. O medo coletivo em relação ao contágio fez com que um espaço para os sepultamentos, afastado do convívio cidadão, fosse edificado com vista à contenção epidêmica. Durante a procissão no ano de 2017, o coletivo que protagoniza o Terno foi ao cemitério em questão para entoar sufrágios pelo refrigério das aflições das almas. A partir desse episódio, por conseguinte, se seguirá uma análise referente ao fluxo memorialístico retido nos testemunhos, bem como à inscrição dos mesmos no ecossistema cultural lúgubre no qual se realizam. Para tanto, a plataforma intelectual prioritária que contemplará a adoção de um ethos religioso diante da morte propõe a imbricação entre literatura e história, de modo a discutir sobre narrativas fáticas e o estatuto ficcional que as atravessa na subsequente elaboração da memória, bem como da escritura etnográfica. Em uma perspectiva multidisciplinar, os protocolos de leitura crítica (em suas incursões ética e estética no que tange à produção de linguagem nos fazeres histórico e literário), abarcarão Michel Foucault e James Clifford, entre outros. Face ao exposto, ao visibilizar o percurso e os resultados da investigação doutoral intitulada *Tessituras Funerárias*, cujo desenvolvimento se deu na linha de pesquisa *Documentos da Memória Cultural (PPGLitCult/UFBA)*, abrem-se possibilidades interpretativas quanto à articulação entre a referenciação das fontes documentais e a instabilidade narrativa intrínseca aos repertórios mnemônicos. Por fim, o horizonte de subjetivação no qual se apresenta um regime gregário de afetos entre encarnados e desencarnados, valioso capital simbólico da comunidade de Igatu, direciona a discussão a respeito das estratégias de experimentação contínua do trabalho lutuoso e das honrarias aos mortos.

Palavras-chave: Terno das Almas. Trabalho de luto. Memória cultural. Ethos mortuário. Narrativas autobiográficas.

Um novo olhar sobre os locais de sepultamento de escravos na historiografia da escravidão no Brasil colonial.

Claudia Rodrigues - UNIRIO

Há um consolidado consenso historiográfico a respeito das práticas de sepultamento dos cadáveres de escravos em diferentes localidades do Brasil colonial, segundo o qual os cativos eram enterrados nos adros e cemitérios ou abandonados pelos seus senhores nas praias, nos matos e em terrenos baldios, enquanto os sepultamentos no interior das igrejas eram reservados apenas às pessoas livres e/ou à chamada “boa sociedade”. Partindo do questionamento desta visão, a presente comunicação apresenta dados de uma pesquisa conjunta com base na análise de uma amostragem de 4.677 registros de três livros paroquiais óbitos de escravos que viveram e morreram no século XVIII em uma importante paróquia rural do Rio de Janeiro, entre 1730 e 1815, quando se tornaria a mais importante cidade escravista das Américas. A investigação revela a existência de uma “elite de escravos”, composta por cerca de 14,0% dos cativos sepultados no interior da igreja matriz da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, em contraste com os demais que foram enterrados no cemitério ou no adro. Identificamos que rituais fúnebres diferenciados eram reservados aos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a escravos preferidos dos senhores, com privilégios dos crioulos em relação

aos africanos e das mulheres e crianças em relação aos homens cativos. Tais aspectos evidenciam a complexidade das desigualdades e das hierarquias no interior do cativeiro e como elas se manifestavam nos rituais fúnebres dos escravos, especialmente relativos à administração dos últimos sacramentos e aos locais de inumação. Ademais, que não estiveram descoladas daquelas prevalecentes na sociedade de Antigo Regime modelada pela escravidão, na América portuguesa. Afinal, se uma parcela dos sepultamentos privilegiados resultou da intervenção senhorial, isso não eliminava a existência de estratégias e critérios de hierarquização estabelecidos pelos próprios cativos e no modo pelo qual abraçaram a fé católica tanto na vida como por ocasião da morte.

Palavras-chave: Escravidão. Catolicismo. Sepultamentos de escravos. Hierarquias. Historiografia da escravidão.

Cemitérios na Província Fluminense frente os debates laicistas, na segunda metade do século XIX.

Ana Paula da Silva Rocha

O proposto trabalho faz parte de um projeto de pesquisa para o doutorado, cujo objetivo principal é apresentar as influências dos debates laicistas, ocorridos a partir da década de 1870 na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, na gestão dos cemitérios públicos da Província Fluminense. Desta forma, poderemos compreender os diversos impactos nos cemitérios públicos, através da comparação entre estas necrópoles, além de observar as semelhanças e diferenças em suas gestões. A pesquisa tem como objeto de estudo os cemitérios públicos das vilas de Sant'Anna do Pirai, Santa Maria Madalena, Saquarema e Araruama, todos localizados na antiga Província do Rio de Janeiro. Portanto, algumas questões tornam-se pertinentes ao estudo, como: quais foram os impactos das disputas laicistas entre o Estado e a Igreja Católica nos cemitérios fluminenses, a partir da segunda metade do século XIX? Ocorreu algum tipo de resistência por parte dos moradores destas vilas ou do próprio poder eclesiástico, na execução de medidas e leis aprovadas pela Assembleia Fluminense? A partir disso, é possível verificar a interferência da classe senhorial destas vilas, presentes nas Câmaras Municipais, na gestão destes cemitérios? Assim, a metodologia utilizada para a compreensão e análise do acervo documental presentes na pesquisa, será por meio da interpretação das fontes considerando os dados a partir de sua importância para o trabalho. Desta forma, as fontes serão divididas em dois grupos: as fontes seriais e quantitativas e as fontes analisadas pelo método qualitativo. Ou seja, as fontes quantitativas serão inseridas em bancos de dados, como os registros de óbitos, receitas e despesas provinciais. No segundo caso, serão analisados através do discurso social e de análise de texto, a partir de seus contextos históricos e sociais, como as informações das sessões da Assembleia Provincial Fluminense, periódicos, como o Apóstolo e o Diário do Rio de Janeiro, leis, resoluções, medidas e regulamentos dos cemitérios públicos acima citados. Por conseguinte, através desta pesquisa será possível compreender como as disputas laicistas, presentes na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, interferiram na gestão dos cemitérios públicos da Província Fluminense.

Palavras-chave: Morte. Laicização. Cemitérios públicos. Província Fluminense.

Regimes afetivos emocionais diante da morte e do luto: um debate sobre as Emoções fúnebres no âmbito da História das Emoções.

Laércio de Araújo Sousa Júnior - UNIRIO

A presente comunicação oral busca realizar um debate conceitual a respeito das Emoções fúnebres no âmbito da História das Emoções. A morte é envolta por diversas emoções: saudade, tristeza, raiva, medo, melancolia, pavor, aflição, angústia, ansiedade, insegurança, desespero, gratidão, ressentimento, remorso, compaixão, amor, empatia, esperança. Os rituais diante da morte buscam reforçar os laços de solidariedade entre uma comunidade. Os rituais funerários permitem aos sobreviventes uma expressão emocional vinculada ao morto e à morte. São efetivados para enganar o esquecimento que assombra os sobreviventes. As ações em torno da morte e dos mortos servem à coletividade que se encontra fragilizada pela perda de um membro. Os regimes afetivos emocionais mudam de acordo com o lugar e o tempo. Por exemplo: o luto contado na *Iliada* como uma efusão irreprimível com manifestações físicas violentas, gritos e cabelos arrancados, não é o luto do homem romano que se contenta com uma *laudatio funebris*. Já no seio de uma família burguesa no final do século XIX, o luto diante da morte é envolto em uma economia de gestos: o silêncio e calma exibidos nos funerais se tornam regras de etiqueta. Os significados, as formas, as intensidades e os valores estratégicos das emoções mudam também de acordo com a posição que cada pessoa ocupa na hierarquia social em um determinado período. É como se existisse uma espécie de código afetivo, que rege as expressões e estratifica as emoções, permitindo ou proibindo a vivência subjetiva delas em determinadas condições. Ao pesquisar sobre as emoções na história, lidamos com a tentativa de compreender uma série de sentimentos, suas atitudes e seus sentidos. A reconstrução das formas passadas de comportamento afetivo e emocional não são um fim em si mesmo, também podem ser vistas como uma história do nosso presente, já que os sentimentos do passado podem nos ensinar sobre as especificidades da nossa própria maneira de gerenciar e vivenciar nossas emoções.

Palavras-chave: Morte. Luto. História das Emoções. Emoções Fúnebres.

"Este meu testamento e última vontade": uma análise da prática testamentária dos sancristovenses na segunda metade do século XIX.

Márcia Oliveira Gama

O presente trabalho tem como principal objetivo abordar a prática testamentária dos moradores da Cidade de São Cristóvão na segunda metade do século XIX (1864 -1886). A Cidade de São Cristóvão foi fundada em 1590 por Cristóvão de Barros, localiza-se no estado de Sergipe e é a quarta cidade mais antiga do Brasil, foi a capital de Sergipe até 17

de março de 1855, quando o presidente da província de Sergipe, Inácio Barbosa, elevou o povoado Santo Antônio do Aracaju à posição de cidade de Aracaju e realizou a mudança da capital da província. Os sancristovenses possuíam uma forte familiaridade com seus mortos, realizavam diversos rituais fúnebres, alguns tinham início ainda em vida, como por exemplo a redação do testamento que era uma das primeiras formas de preparar-se para ter uma “boa morte”, pois este estava ligado ao objetivo de salvação da alma, assim como a redução do tempo que o espírito do falecido passaria no purgatório. Nesta pesquisa será explorado o principal objetivo do testamento para o sancristovense e a sua importância ritual, a função do testamenteiro na sua execução e a importância da resolução das pendências terrestres. Utilizamos como fontes: os testamentos, inventários, o livro de assentamentos de óbito número 1 (1864 -1886) da Paróquia Nossa Senhora da Vitória (Igreja Matriz). Foi utilizado o método qualitativo para que houvesse um maior aproveitamento das informações das fontes.

Palavras-chave Testamentos. Rituais Fúnebres. São Cristóvão.

A Má Morte como problema historiográfico.

Felipe Tito Cesar Neto - PPGH-UNIRIO

De acordo com Philippe Ariès, a Boa Morte católica era aquela preparada com antecedência com a finalidade de se providenciar os ritos fúnebres e confortar o moribundo que se encontrava em seu leito de morte, na presença de membros do clero e das irmandades religiosas, além da família, parentes e amigos. O ápice dos preparativos para Bem Morrer era a feitura do testamento, que continha, dentre outros elementos, as orientações e últimas vontades do testador sobre como deveriam ser realizados os ritos fúnebres e os demais sufrágios. Conforme o parágrafo anterior, são muitas as frentes de estudos que foram desenvolvidas, levando em conta a chamada Boa Morte. Este recorte temático é um dos assuntos mais pesquisados no âmbito da historiografia da morte. Diferentes estudos, em produções internacionais e, em nosso país, abordaram questões em torno das concepções ou das práticas rituais a respeito dos preparativos que envolviam a salvação da alma. Optei por investigar uma lacuna na referida historiografia. A minha pesquisa avança no sentido oposto, ao propor o estudo do que poderíamos chamar de Má Morte. Trata-se de uma temática que ainda não mereceu investigação específica no Brasil. A minha fonte de pesquisa são alguns manuais católicos de preparação para a morte, publicados entre os séculos XVII e XVIII em Portugal e o método de abordagem utilizado é a Análise de Conteúdo. Essas obras devocionais tinham como intuito instruir os fiéis acerca das doutrinas católicas e davam corpo à chamada “pedagogia do medo”, difundida desde a Baixa Idade Média, que embasava a prática pastoral cristã-católica sustentada na ameaça de punição da alma após a morte, daqueles cristãos que estiverem em pecado. Com este estudo, espero analisar a noção de Má Morte, o que levava a essa condição, os agentes, os locais escatológicos, as tentações, os castigos, dentre outras questões, atribuídas a esse contexto.

Palavras-chave: Historiografia. Morte. Boa Morte. Má Morte.

A “hespanhola” na “terra dos cajueiros”: uma análise dos comportamentos fúnebres durante a pandemia de gripe (1918-1919).

Bruna Morrana dos Santos Cavalcante -UnB

Em 20 de outubro de 1918, o vapor Itapacy procedente do Rio de Janeiro, chegou ao porto de Aracaju trazendo o recém-eleito presidente do Estado, o coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, que já estava acometido pela influenza. A partir daquele dia, o vírus adentrou a cidade e a sua marcha de contaminação foi alterando aos poucos o cotidiano dos aracajuanos. Sendo assim, este trabalho volta-se para o estudo dos ritos fúnebres praticados pela população católica de Aracaju/SE, durante a passagem da gripe espanhola. A escolha de analisar os impactos da pandemia na cidade de Aracaju, foi motivada pelo fato de ter sido a capital do Estado de Sergipe a localidade com mais casos e óbitos provocados pela doença. As notícias e os necrológicos publicados nos jornais (Diário da Manhã, Estado de Sergipe e Correio de Aracaju), que circularam entre os meses de outubro de 1918 e janeiro de 1919, foram as principais fontes consultadas para identificar as práticas religiosas exercidas naquele contexto e, em especial, observar se houve modificações no comportamento dos habitantes diante da morte. Em adição, foram utilizados relatórios de presidentes de Estado e outros documentos oficiais. O cruzamento dos dados obtidos também contribuiu para elucidar as ações do governo e as iniciativas tomadas por particulares para debelar a epidemia da cidade.

Palavras-chave: Ritos Fúnebres. Aracaju. Gripe Espanhola.

Entre canoas e caixões: remar para enterrar no antigo Cemitério da Lagoa de Barra Velha.

Angelita Borba de Souza - Secretária de Educação do Estado de Santa Catarina

Epidemias e surtos estiveram historicamente ligados as transformações ocorridas no ritualístico da morte. Cercados pelo desconhecimento diante da doença e aumento expressivo no número de mortes, populações e autoridades buscaram ao longo dos séculos controlar os corpos doentes e rituais de despedida no intuito de entender os riscos e responder perguntas. Em Barra Velha, litoral norte de Santa Catarina, a distância foi a solução encontrada para sanar o problema do contágio e o risco de surtos ainda maiores. Surto epidêmico no litoral de Santa Catarina foram frequentes durante o século XIX conforme pode ser constatado nos jornais da capital, que noticiavam o envio de médicos e recursos para o atendimento dos doentes. O antigo Cemitério da Lagoa, primeiro campo santo da vila de Barra Velha, somente poderia ser acessado por canoas pois ficava às margens de uma grande lagoa que banha o Município até os dias atuais. Os quatro quilômetros que separavam a vila de pescadores do cemitério eram percorridos em diversas canoas que levavam defunto, família, amigos, pescadores e dentre estes, os responsáveis por abrir a cova quando o cemitério fosse alcançado. Orações, lamentações e cânticos eram entoados enquanto as canoas deslizavam pelas águas da lagoa e o clima

(vento, chuva) era o principal inimigo deste evento pitoresco, que durava horas e exigia muita habilidade, força e equilíbrio dos embarcados. Tratando-se de uma vila de pescadores humildes, as embarcações não passavam de pequenas canoas movimentadas a remo, e que na maioria das vezes não comportavam o caixão (confeccionado pela família com madeira encontrada na casa do morto ou vizinhança), o pescador (responsável por guiar o barco) e família do defunto. Desta maneira, com frequência o caixão era amarrado a duas canoas e equilibrado entre elas. Ao acessar o cemitério, enquanto as orações que encomendavam o corpo aconteciam, amigos e familiares abriam a cova. A lagoa que tem seis quilômetros de extensão se encontra com o Rio Itapocu e por este motivo, o antigo Cemitério da Lagoa recebia também os corpos mortos das regiões vizinhas a Barra Velha que podiam acessá-lo por meio das águas. Ou seja, eram os pescadores e seus instrumentos de trabalho que tinham o controle do ritual da morte em Barra Velha e região, oficialmente até 1929. Entender estes rituais de morte e seus desdobramentos no dia a dia da comunidade é o que se pretendeu neste estudo, que buscou na oralidade e em documentos oficiais entender melhor o ritual pitoresco do enterramento no norte catarinense. A chegada da defunteira que facilitou os cortejos, a transferência para um local mais próximo da vila de pescadores em 1929 e a resistência em abandonar os antigos rituais foram aspectos analisados. A justificativa óbvia da transferência para o novo local – no centro é mais fácil enterrar – e o interesse imobiliário pelas terras nos arredores do antigo Cemitério da Lagoa nas últimas décadas foram também motivações para este estudo.

Palavras-chave: Doenças. Cortejo. Canoa.

Cura e morte: epidemias de varíola na América Portuguesa (1560-1750).

Poliana Orosa Rodrigues

A presente comunicação busca analisar a temática da morte em torno das epidemias de varíola que atingiram a América Portuguesa entre os anos de 1560 e 1750. A doença chegou ao Brasil exclusivamente através da colonização, pelas embarcações ibéricas e do tráfico de escravizados. A enfermidade evoluiu em gravidade com o passar dos anos devido ao aumento populacional, causando particular devastação entre os povos nativos. Os homens da Companhia de Jesus, responsáveis pela evangelização dos povos indígenas, viram a sua obra e sobrevivência ameaçadas pela presença epidêmica da varíola. Diante deste cenário, eles se tornaram grandes âncoras de assistência em saúde. Estão presentes nos registros jesuítas diversas passagens que descrevem o impacto desses surtos e como eles podem ter afetado a concepção sobre a morte e os ritos fúnebres. Dentro desta temática também abordarei o uso de cadáveres no tratamento das sequelas da varíola. Buscando estabelecer as razões e aplicação da terapêutica para esses indivíduos.

Palavras-chave: Epidemias. América Portuguesa. Práticas curativas. Morte.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

O link de acesso à Sala do Google Meet será enviado através do email informado no formulário de inscrição.

Título não informado.

Felipe Magno Silva Pires
Sérgio Ivan Gil Braga

Apresenta uma análise da visão dos povos tradicionais de uma comunidade de várzea não indígena do Amazonas a respeito da morte, com ênfase na perspectiva católica e evangélica, visto que essas são as vertentes religiosas mais professadas pelos comunitários. O ponto de partida é a análise do cemitério da comunidade, que cai nas águas do rio Solimões em razão do processo de erosão fluvial, muito comum em algumas regiões amazônicas. A metodologia atende as orientações das abordagens qualitativas, tendo por base uma amostra composta por 6 pessoas, 3 autodenominadas católicas, 3 autodenominadas evangélicas. Os participantes da pesquisa foram ouvidos sob a técnica da entrevista. Como base para a discussão, foram considerados autores que trabalham questões de religião e morte, além de trazer referências de outros campos do saber. A pesquisa demonstra que as duas correntes religiosas têm visões diferentes sobre a morte, de modo que essas divergências impedem que os comunitários encontrem uma solução para o problema dos corpos que vão para o rio, o que prejudica alguns de seus principais modos de vida, como a pesca e a agricultura. Conclui-se que o impasse a respeito do enterro dos mortos no cemitério de várzea prejudica as demais relações do povo tradicional, pois evoca dois problemas: o ambiental e o espiritual, que influenciam os modos de vida e sociabilidade da comunidade.

Palavras-chave: Morte. Religião. Cemitério. Povo tradicional. Amazonas.

Os mortos contam história: cemitério da Saudade em Vitória da Conquista.

Ana Paula de Oliveira Silva - SEE da Bahia

Reescrever a história do município a partir de seu Cemitério significa lidar, não somente com uma visão de história local diferenciada, como também lidar com disputas políticas, religiosas, culturais e sociais. O Cemitério da Saudade é tomado como um espaço, um lugar praticado, de mudanças, permanências, simultaneidades e recorrências nas práticas e representações culturais locus da representação e da trama social. A partir da historicidade do próprio Cemitério da Saudade (1915-1952), fundado enquanto primeiro grande espaço público de enterramento no Município de Vitória da Conquista e, toda a sua dimensão – do Ato Administrativo de sua criação ao de sua expansão. A ocupação da necrópole dentro da organização espacial dentro da urbe e sua lógica interna de ocupação e representação próprias. Valer-se do cemitério enquanto ferramenta pedagógica é compreendê-lo enquanto patrimônio material e imaterial de um povo, como

espaço arquitetônico, local de práticas culturais, cristalização da memória, de lembrança e esquecimento e de representações sobre as maneiras como uma dada comunidade se organiza, constrói memória e organização própria para viver intangível. E urge valorizá-lo em toda sua importância e potência. Estudar a historicidade da morte pelo viés da história cultural é buscar compreender que representações sociais estão ali reveladas, silenciadas, perpetuadas. No estudo da morte a partir de suas representações em formas tumulares, o Cemitério da Saudade se constitui enquanto objeto-documento desta pesquisa tal qual um “livro de pedra” acessível a toda gente. O que se pretendeu perpetuar a partir dos túmulos em toda sua composição? O Cemitério é identidade? Memória? Relação de poder? Que narrativas, pois, sobre Vitória da Conquista, podem ser construídas por sua própria História? E que sentidos históricos, artísticos exprimem seus túmulos? E, por fim, que relações tais representações estabelecem com a memória histórica da cidade de Vitória da Conquista e como potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio da historicidade do Cemitério da Saudade? Aspira-se, portanto, situar o Cemitério da Saudade e sua História compreendendo este espaço em toda a sua complexidade, em especial como local de representação de práticas socioculturais variadas. Diante dos resultados, pretende-se apresentar uma proposta de Ensino de História em interface com a Educação Patrimonial. Por meio da elaboração da proposta pedagógica de um Manual de Visita Guiada para Aula de Campo voltado para docentes objetiva-se cooperar com o desenvolvimento de um ensino capaz de problematizar a realidade histórica a partir do Patrimônio Material e da História do Cemitério da Saudade.

Palavras-chave: Cemitério. História. Morte. Patrimônio. Ensino de História.

Os pomeranos e a morte.

Airton Fernando Iepsen

O trabalho é parte da pesquisa de dissertação de Mestrado Profissional em História na Universidade Federal do Rio Grande, FURG, apresentado e aprovado pela banca sob o tema: Uma narrativa acerca da religiosidade do Povo Pomerano em São Lourenço do Sul. Uma abordagem sobre a morte, na visão do povo pomerano, povo que habitava o norte da Europa entre a Alemanha e Polônia e que imigrou para o Brasil a partir dos anos 1850, com falta de perspectivas em função da Revolução Industrial e a falta de terras para seus descendentes. A pesquisa explorou crenças e superstições dos pomeranos relativos a um dos rituais de passagem, a morte. Costumes, tradições que caíram em desuso, outras que permanecem. Rituais utilizados pelos parentes e amigos, o aviso à comunidade por ocasião da morte de um membro. O tempo de luto obedecido, e até situações diferentes realizadas com os mortos por suicídios, referentes à proibição de entrar pelo portão principal do cemitério e a localização da cova, diferente de mortes naturais. Além disso a questão de crianças mortas sem serem batizadas, e, também, sepultadas em locais diferenciados. Também a questão da predominância da religião luterana por parte dos pomeranos e seus cemitérios. Raríssimas comunidades não têm seu cemitério, colocado à disposição de seus membros. Lembrando o local da pesquisa, o município de São Lourenço do Sul, localizado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. Disponibilizo

links de acesso às duas partes do produto final, um documentário a respeito da religiosidade do povo pomerano em São Lourenço do Sul: Parte I: <https://www.youtube.com/watch?v=Ff9nmDXgImw>. Parte II: <https://www.youtube.com/watch?v=P58IycXTIX4&t=407s>.

Palavras-chave: Pomeranos. Morte. Rituais.

A arte de fazer morrer na produção historiográfica.

Bárbara Benevides - UNIRIO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar um levantamento sobre a produção historiográfica a respeito da pena de morte e os seus rituais de

execução no Brasil, ao longo do período colonial. Para tal, procurou-se estabelecer um diálogo com a bibliografia internacional produzida sobre a referida pena nos contextos medieval e moderno da Europa Ocidental, atentando para as influências da tradição europeia na normatização e aplicação da pena última na América de colonização portuguesa. Não obstante, buscou-se examinar as particularidades concernentes a morte pela justiça na realidade própria de um território que estava sendo ocupado e colonizado. **Palavras-chave:** Pena de morte. Rituais de execução. Brasil colonial. Produção historiográfica.

Cruz da Rufina: ensino de história e educação patrimonial.

Cícero Joaquim dos Santos - URCA

Este trabalho pretende compreender o processo de construção da Cruz da Rufina como patrimônio cultural a partir das práticas educativas na contemporaneidade. O espaço da Cruz da Rufina fica localizado na zona rural do Município de Porteiras, na região do Cariri cearense, no Nordeste brasileiro. A cruz se tornou um objeto de devoção não oficial dos moradores das áreas próximas, em maioria agricultores pobres. Tal devoção teve início em meados do século XIX, quando Thereza Rufina foi assassinada. Segundo o Jornal O Cearense, publicado em 6 de junho de 1865, Rufina foi assassinada pelo escravo Agapito, no dia 25 de dezembro de 1854, na Baixa da Severina, quando se dirigia a vila de Milagres. Agapito pertencia ao coronel João Tavares de Castro Figueiras. O escravo morreu tempos depois, em Cajazeiras. Nas páginas do periódico, há acusações relacionadas ao escravo, e informações de que ele teria assumido a autoria do crime. As dúvidas recaíram sobre os reais motivos do assassinato, e sobre seu mandante. Segundo um depoente mencionado no jornal, havia rumores de que Rufina era amásia do coronel João Tavares de Castro Figueiras, e que sua esposa teria arquitetado para que o escravo Agapito assassinasse Rufina. Outro narrador aponta que Agapito agiu por vingança, pois teria apanhado do referido coronel por ele tê-la chamado de “égua”. Aliás, nas palavras expressas no jornal, Rufina é citada também como “puta” e “amazia” do coronel. Nas memórias dos fiéis, Rufina é narrada como vítima de uma trama violenta, e sua morte é descrita como triste,

dolorosa e injusta. Conforme o jornal e as memórias dos devotos, seu corpo foi abandonado e achado na Baixa da Severina, uma estrada rural. Desde então, o espaço da morte trágica se tornou uma referência na memória social da comunidade. Na contemporaneidade, a Cruz da Rufina vem sendo discutida em práticas educativas escolares e não escolares. Mediante o debate teórico sobre sensibilidades históricas, seguindo as reflexões de Sandra Pesavento, e patrimônio cultural da dor (também identificado como patrimônio difícil e sombrio), a partir das reflexões de Cristina Meneguello, a pesquisa analisará os materiais educativos produzidos sobre a morte da Rufina e o culto ao seu espaço, conectando-os nos debate sobre ensino de história na contemporaneidade.

Palavras-chave: Morte. Ensino de História. Educação Patrimonial.

Mulheres “agentes funerários” do cariri cearense: como o patriarcado, o machismo e a misoginia interferem na atuação dessas profissionais no mercado de trabalho.

Amanda Monique Fernandes Siqueira

Na contemporaneidade, com as mudanças cada vez mais rápidas e com uma acentuada perda dos elos com a tradição, a forma de lidar com os mortos também sofreu alterações substanciais, especialmente no Cariri Cearense. Com a ampliação dos serviços funerários prestados por empresas funerárias, o lidar com a morte também adentrou ao campo das relações de mercado capitalista. Com isso, as mulheres, que antes dominavam a tradição de cuidar dos mortos, são, na lógica capitalista das empresas funerárias, relegadas a um segundo plano, com funções de menor remuneração, e vistas como menores dentro da organização do serviço prestado como um todo. Gera-se, com isso, dentro dessa classe, uma ruptura na qual os gêneros se veem como antagônicos e não como explorados de uma mesma lógica comercial. está em relevo a existência de uma hierarquia e de uma desigualdade fundamentadas no patriarcado, explícitas não somente na disparidade salarial, mas sobretudo no valor conferido às funções desempenhadas pelos distintos gêneros, impondo-se, conseqüentemente, a definição de papéis sociais. Trata-se, desse modo, mais de uma questão de identidade de gênero do que a capacidade laboral da mulher. Problematizar e debater os silenciamentos e as violências vivenciados ao longo da história pelas mulheres é um movimento de resistência coletivo e necessário à luta política feminina por autonomia, por reconhecimento, por valorização e liberdade, com vistas à construção de uma sociedade menos desigual. É preciso, desse modo, desconstruir essas relações de poder.

Palavras-chave: Mulheres. Patriarcado. Funerária.

Morte impressa: morte e violência nos jornais e no romance "Estranguladores do Rio".

Kelly Cristina Benjamim Viana - UNESPAR

Em 1906 ocorreu no Rio de Janeiro um crime que se tornou notícia dos principais jornais da cidade por meses e que ficou conhecido como crime da Rua da Carioca e vitimou dois jovens imigrantes italianos, Carlos e Paulino Fouco. O caráter sensacional do crime lhe rendeu muitas notícias na imprensa carioca, algumas peças teatrais, dois filmes e um romance escrito apenas um mês após o ocorrido. Assim, se propõe a analisar tanto as notícias e imagens vinculadas nos jornais cariocas sobre o crime quanto o romance “estranguladores do rio” sob a ótica da relação entre imprensa e literatura, além de analisar as representações da criminalidade e da morte presente tanto nas notícias jornalísticas quanto no romance. Pretende-se analisar esse romance considerando o seu contexto de produção, ou seja, levando-se em conta que a sua elaboração ocorreu em um período em que outros romances do mesmo feitio circulavam em um mercado livreiro em que as histórias de crime ocupavam lugar de destaque. O caráter sensacional dessas obras se manifestava pelos temas que produziam choque, a saber, crimes, assassinato e o medo da morte e da violência.

Palavras-chave: Morte. Crime. Literatura.

Morrer em Philipppson: eventos de morte na colônia agrícola judaica do início do século XX a partir da biografia de uma mulher.

Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM

A colônia agrícola judaica de Philipppson no Brasil existiu no início do século XX (1904-1926) a partir da Jewish Colonisation Association (JCA ou ICA), uma organização beneficente. A primeira biografia escrita por uma mulher sobre os acontecimentos de Philipppson tem data de 1967 e foi reeditada em 2023 com o nome "Filipson: Memórias de Uma Menina na Primeira Colônia Judaica do Rio Grande do Sul" (Chão Editora). Nela constam as histórias de famílias que emigraram para o interior do Brasil da Bessarábia, incluindo a história de Frida Alexandr e de sua família para aquela que foi a primeira colônia judaica em terras brasileiras. Eram trabalhadores urbanos, principalmente do comércio, que saíram de seus países levando mulheres e filhos e passaram a ser agricultores e pecuaristas. O novo local de moradia era uma propriedade rural no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS): Fazenda do Pinhal, hoje Fazenda Philipppson parte do município de Itaara (RS). No livro, Frida conta os diversos eventos de sua família e vizinhos, até a saída definitiva da colônia. Dentre eles, eventos de morte são reportados no período em que morou ali. A presente pesquisa destaca esses acontecimentos e busca identificar o tipo de morte, a religiosidade e as implicações no dia a dia da Colônia a partir do relato de Frida apoiado em pesquisas na Internet, em jornais e documentos disponíveis.

Palavras-chave: Biografia. Colônia Agrícola. Judeu. Morte. Philipppson.

A morte não é o fim: Zé Maria do Tomé, a memória como possibilidade de existência(s).

Luciana Meire Gomes Reges – UFC

José Maria Filho, Zé Maria do Tomé, como era popularmente conhecido, foi assassinado no dia 21 de abril de 2010, com vinte e cinco tiros de pistola (ponto 40), na comunidade do Tomé, em Limoeiro do Norte-CE. A morte e vida do líder ambientalista Zé Maria do Tomé ressoou para além da Chapada, ganhou status de mártir e repercutiu pelo mundo através de várias reportagens realizadas por espaços midiáticos de grande destaque no país. As lutas lideradas por Zé Maria do Tomé versavam contra a pulverização aérea, a contaminação da água para consumo humano e animal, a expulsão dos pequenos agricultores da Chapada do Apodi e a grilagem de terras públicas no Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi. Zé Maria do Tomé morreu aos 44 anos, atravessado em vida e morte pela luta contra a desigualdade, que virou bandeira de diversos segmentos sociais, abraçada por diversos Movimentos Sociais, Universidade, lideranças políticas, sociedade civil e setores da Igreja Católica, os quais se posicionavam sobre diferentes frentes, mas com objetivos similares: a luta pela água, terra, moradia, saúde e educação de qualidade para todos. A memória passa a ser uma linguagem da existência e da continuidade do indivíduo enquanto ideia e escrituração (Certeau, 2008). E, por sua vez, estabelece relações de intriga e reciprocidade em relação aos usos sociais da memória, nas quais o passado e o presente se confundem na experimentação dos indivíduos, que produz diversas formas de arquivar suas experiências, sejam elas representadas nas lembranças ou no escrito, formas distintas de memória, mas que, ao mesmo tempo se perpassam. Assim, morte é a ação que a concretiza, o assassinato é um acontecimento em aberto, campo possível de (re)criação de presente e passado. Não obstante, a morte do corpo biológico possibilita a emergência de outros corpos. O corpo simbólico e afetivo garante a existência de Zé Maria do Tomé. José Maria Filho, conhecido por poucos em vida, após sua morte, passa a ser conhecido por muitos como Zé Maria do Tomé, sua face, seu corpo passa a ser reificado, selecionado, recortado, pelo olhar dos vivos. A memória imprime nesse corpo(s) as disputas, contradições e distorções na sua construção. Não obstante, a memória e seus usos são formas de os vivos tornarem presentes seus mortos, demarcando, através deles, uma forma de, também, fazerem-se presentes. Logo, a morte de Zé Maria do Tomé é um acontecimento fundante na sua história, como um mártir da terra, um camponês, que foi perseguido em vida, sofreu ameaças e teve sua vida findada como expressão do embate entre campesinato versus Agronegócio. Dessa forma, o objetivo deste artigo é problematizar como a morte se tornou um marco nas agendas dos Movimentos Sociais, qual a intencionalidade? O que lembrar e por quê? O que esquecer e por quê? Quais episódios foram positivados? Como os diferentes segmentos se apropriaram da agenda de lutas elencadas por Zé Maria do Tomé?

Palavras-chave: Morte. Memória. História Ambiental.

A morte de “João Ninguém” e a década de 1980 nas páginas dos jornais cearenses.

Francisca Eudésia Nobre Bezerra – UFC

No dia 02 de outubro de 1985 uma morte por suicídio chamou atenção da população cearense, sobretudo dos fortalezenses que presenciaram o fatídico. O corpo exposto no chão, sem vida, sob o olhar da multidão curiosa, era de João Alves, naquele momento, tratava-se de um desconhecido de vinte e poucos anos, que pulou do alto da torre da TV Cidade, com quase 100 metros de altura. Essa morte foi tema de uma crônica de Eduardo Diatahy B. de Menezes, com o título, “A morte de João Ninguém, ao vivo pela TV, no país do Mão Branca”. No dia seguinte, 03 de outubro, as imagens da morte de João Alves estampavam as manchetes dos jornais, assim como foi assunto na TV, tanto no momento do ocorrido quanto nos programas jornalísticos e policial no decorrer daquela semana, como a crônica cita, em especial o programa policial Mão Branca. Várias foram as especulações sobre a identidade do desconhecido e das motivações para tirar a própria vida, pois, como bem salientou Eduardo Diatahy, nas narrativas dos jornais aquele corpo não passava de um “João Ninguém”. O fato é que essa morte, gerou comoção, especulações e debates, que foram expressos nas narrativas dos jornais, despertando várias reflexões. Portanto, o objetivo desse trabalho é discutir, através da morte de João Alves, as questões políticas, econômicas e, sobretudo, sociais vivenciadas pela população cearense na década de 1980, em um país recém-saído de uma ditadura militar. De acordo com Fentress e Wickhan (1992), o social é formado pela teia de relações que se estabelecem a partir da multiplicidade de pensamentos, percepções, sensibilidades etc. que formam a cultura e marcam o cotidiano das pessoas. Destaco nessa teia de relações sociais o acontecimento violento e traumático, como uma ruptura da ordem social estabelecida, agrega o sofrimento, que, segundo Arlette Farges (2011), gera modos de assistência e sentimentos de compaixão, podendo tanto seduzir quanto repugnar. Para essa autora, a fratura formada pela dor também é um laço social, que as falas de queixa e de sofrimento marcam e regulamentam um lugar na sociedade que lhe sobrevém. Apesar da grande repercussão nos programas televisivos, para esse trabalho será utilizado como fontes apenas as narrativas dos jornais escritos, “Tribuna do Ceará”, “O Povo” e “Diário do Nordeste”.

Palavras-chave: Morte. Jornal. Imagem.


Estudos sobre a morte: caminhos, progressos e debates relativos ao campo de investigação.

Marcelina Graças de Almeida

A comunicação tem como objetivo propor um debate sobre as especificidades que se concretizam por meio dos estudos e investigações realizadas e que se realizam tomando a morte como objeto de análise. Estas reflexões vêm se construindo há alguns anos a partir da oferta de minicursos em eventos acadêmicos, por meio dos quais, esta temática

possui espaço para discussão. Refletir sobre os clássicos da literatura internacional, mas apurando o olhar para a historiografia brasileira. A escolha desta abordagem se justifica diante da possibilidade de se identificar este campo de pesquisa como espaço de promoção e discussão sobre os múltiplos interesses de pesquisa relativos à morte, aos mortos e ao morrer. Os estudos sobre a morte podem revelar como diferentes sociedades, em distintas temporalidades, definiam suas relações com a morte e o morrer, bem como suas expressões, através de materialidades, sensibilidades e linguagens, a exemplo, mas não apenas, dos espaços cemiteriais, monumentos, pinturas, literatura, oralidades. Para destacar a dimensão dos estudos tomamos como referência a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, ABEC, fundada em 2004 e hoje associada à Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales criada em 1999 e, também, o Grupo de Pesquisa do CNPq, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UNIRIO, Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo Ibero-Americano fundado em 2010, bem como a consolidação da Revista M. Estudos sobre a Morte e o morrer, conectada à UNIRIO, oficialmente lançada no ano de 2016, e que tem como missão divulgar o resultado das pesquisas relacionadas aos temas voltados para os estudos da morte e suas derivações promovendo discussões no cenário nacional e internacional incentivando a pesquisa acadêmico-científica sobre os diferentes aspectos da morte e do morrer em variados espaços e temporalidades, de modo que tem possibilitado a reflexão tanto a respeito da compreensão da vida, das relações sociais, das crenças, da imaginação e do pensamento de determinados grupos, bem como sobre a própria prática de pesquisa e de escrita no campo dos estudos tanatológicos. Deste modo sistematizar e estabelecer conexões dentre as diversidades de abordagens e investigações é o caminho proposto para se entender a dimensão contemporânea naquilo que se refere os estudos sobre a morte.

Palavras-chave: Estudos. Transversalidades. Morte. Morrer.



Pôster
ESPAÇO
DA
GRADUAÇÃO



EIXO TEMÁTICO

**HISTÓRIA DA
SAÚDE E DAS
DOENÇAS**

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024**Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidades II****As representações da Colônia do Prata e Asilo do Tucunduba no Pará, no jornal Folha do Norte (1925-1937).**

Rodin Moura Miranda - UFPA

Orientador: Elane Cristina Rodrigues Gomes - UFPA

O atual texto busca apresentar o levantamento de fontes que fazem alusão à hanseníase no jornal “Folha do Norte”, no período de junho de 1925 a dezembro de 1937, que fez parte do PIBIC intitulado “História da Hanseníase na Amazônia: Estigmatização e Espaços de Memórias”. A partir desse levantamento, somado às palestras e rodas de conversas promovidas pelo projeto, houve a produção de uma nota de pesquisa publicada na coletânea “História das práticas da saúde e das doenças; epidemias e doenças”. Nesse sentido, é primordial entender que trabalhar com fontes de jornais requer entender que estas são tomadas por intencionalidades daquele que a produzem, sendo assim, não podendo serem tomadas como verdades absolutas, mas como uma interpretação sobre aquele objeto (LUCA, 2005). Para realizar esse levantamento, foi solicitado aos bolsistas uma série de leituras referentes à hanseníase no Brasil e na Amazônia que pudessem introduzir a discussão e o objeto. Em sequência, foram utilizadas fichas de registros de fontes jornalísticas para elencar possíveis fontes dentro do setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Vianna, catalogando a data, nº da edição, página, local da notícia, título e um breve resumo da mesma. Esse processo durou cerca de 5-6 meses, com visitas na frequência de 1-2 vezes por semana de dois bolsistas. Desse modo, foram levantadas cerca de 180 notícias sobre a temática nesse espaço de 12 anos. A partir disso, foi decidido solicitar a digitalização de 16 fontes para serem objeto de análise do projeto naquele momento. A escolha dessas fontes se fez na possibilidade de analisar as continuidades e omissões presentes nas fontes, uma vez que, imerso no contexto da Primeira República, a política sanitária aplicada à hanseníase se mostrava segregacionista, onde o indivíduo doente tinha sua liberdade retirada pelo Estado. Essas relações ficam nítidas durante a leitura das fontes e evidenciam ainda mais as desigualdades socioeconômicas aplicadas ao objeto em questão, onde indivíduos adoecidos com maiores condições financeiras buscavam receber melhores formas de tratamento, como é possível visualizar em fontes que solicitaram expressamente a construção de espaços separados, tanto dentro da Colônia quanto em isolamento privado, e melhor construídos para indivíduos de famílias abastadas. Além disso, as autorias diversas das fontes, como de políticos, instituições religiosas, médicos e familiares de pessoas doentes, mostram diversas facetas e opiniões sobre as medidas profiláticas, como eram denominadas, onde por vezes há o incentivo à doações de objetos e valores à Colônia e ao Asilo, a fim de proporcionar uma leve melhoria no dia a dia do espaço, o que era tido como uma possibilidade de amenizar as fugas que haviam. Por fim, o levantamento de fontes descrito neste texto se faz importante para repensar a História da Hanseníase a partir das fontes de jornais, buscando compreender quem são os sujeitos

descritos, quem são os sujeitos que as escrevem, e quais as motivações e intenções que os esses indivíduos possuem ao escreverem sobre a doença.

Palavras-chave: Estigmatização. Hanseníase. Representações.

Doenças, médicos e curas (1855-1880).

Antonio de Padua da Silva Pereira Filho

Orientador: Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

O presente trabalho consiste em analisar como as doenças afetam a população piauiense na segunda metade do século XIX, em específico, a cidade de Teresina, bem como a maneira como poder médico e as curas populares se relacionam. Nesse sentido, a partir da fonte hemerográfica busca-se abranger as práticas de curas populares, além disso, compreender como o poder médico atua fora de seu ofício. A história das doenças no Brasil está relacionada a todas as esferas da vida humana, como aponta Sidney Chalhoub, e é afetada pelas transformações do campo do conhecimento, bem como, as ferramentas de fazer científico e histórico. É importante destacar que as práticas de cura se estabelecem também a partir das religiões, isso se dá principalmente pela capacidade da utilização de elementos da natureza, como cascas de árvore e folhas, algo ainda presente nas práticas populares, mas que remontam ao Brasil Colônia, além disso, o conhecimento médico ainda não permitia fazer distinções entre as doenças, de modo que as mortes também gerava dúvidas. Outro ponto a ser destacado é que a conjuntura do dos anos 50 do século XIX, ainda não se pensava em práticas profiláticas concretas, de fato, a primeira mudança significativa quanto a saúde pública se estabelece a partir de 1923 com a criação do Posto Sanitário e a vacinação, o que não significa que medidas como essas alcancem nível satisfatório, pelo contrário, na mensagem de governo de 1918 pelo governador Eurípedes Clementino de Aguiar é possível observar como os relatórios são repetidos com informação de que a salubridade geral do estado era satisfatória, o governador em exercício critica essa postura e pontua como o estudo de Arthur Neiva e Belisário Penna são importantes para a integração de um sertanejo dito forte, que na verdade era doente. A Santa Casa de Misericórdia tem um papel fundamental nesse processo, primeiro, na atuação dos médicos piauienses, seja na presença nos jornais a partir da propaganda na divulgação de seus serviços, como no caso de Cezar Marques, ou no envolvimento direto na política, como no caso de Simplicio Mendes, como Presidente da Província. A metodologia para a construção da base da pesquisa ainda em desenvolvimento deu-se por meio das análises de materiais, entre eles livros e artigos, visando a formação de um olhar direcionado para o que de fato será extraído das fontes. As fontes que serão utilizadas são os jornais: O Propagador, O espectador, Liga e Progresso, O amigo do Povo, A imprensa, A Época e O Piauí. As teses médicas também serão utilizadas, assim como, biografias e relatos de viagens de fora do estado do Piauí e de piauienses como o médico Joaquim Nogueira Paranaguá. Por fim, é interessante pontuar as práticas de assistência aos desvalidos acometidos de doenças, o aumento da população e o número de enfermos e a atuação médica política. Por se tratar de uma pesquisa que ainda está em curso, a conclusão ainda não foi definida, uma vez que os dados levantados não possuem a mesma

estabilidade que poderão ter na etapa final da pesquisa. Nesse sentido, a finalização da presente pesquisa ainda se encontra em aberto.

Palavras-chave: Doenças. Cura Popular. Médico.

Advertências, prisões e transferências: os sintomas da mortificação do eu na Colônia Lazarópolis de Santo Antônio do Prata – PA.

Calebe Sousa Ferreira Serra - UFPA
Orientador: Jane Felipe Beltrão - UFPA

No livro “Manicômios, prisões e conventos”, Erving Goffman traceja os caminhos que fazem um estabelecimento social ser chamado “Instituição Total”, mediante sempiterno e meticuloso processo de mortificação do eu, corporificado em todas as práticas cotidianas desses lugares, tendo início no momento do encerramento compulsório e término, em alguns casos, na consumação do fôlego. À vista disso, este ensaio se trata de uma discussão teórica, a partir do que escreveu Goffman, somada a experiência da Colônia Lazarópolis de Santo Antônio do Prata (Igarapé Açu, Pará), de modo a acusar a concretude das violências descritas por ele. Dessa maneira, almeja-se não somente uma constatação a priori, senão a viabilização da escuta de vozes histórica e hegemonicamente silenciadas. Para tanto, colheu-se nos prontuários médicos das pessoas que ali foram internadas – sob guarda do Grupo de Pesquisa “Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia (PPGA/UFPA)”, os quais foram compulsados como parte das atividades de bolsa PIBIC/CNPQ – variadas expressões de violências, arquitetadas para o assalto do dito “livre arbítrio” e para o controle completo dos indivíduos. Estes papéis costumam ter seções cujo preenchimento é encargo da equipe diretora, neste caso, a médica. Isto é, a visão que se tem das/os enfermas/os é esmeradamente coletada nas entrelinhas de uma manifestação da hierarquia do estabelecimento. Assim, por exemplo, percebe-se informações cruciais na descrição das administrações medicamentosas, quando no lugar do fármaco ou da dosagem, diz-se: fugida, presa, transferida, doente, dentre outras exposições de uma condição (mesmo que provisória) na qual se encontravam as/os hansenianas/os. No curso da referida bolsa, foram etnografados em torno de 9.095 arquivos, sendo estes pilares ao entendimento do perfil das pessoas confinadas na Colônia, bem como de suas dinâmicas internas. Os documentos cobrem desde dados pessoais, como cor/etnia, sexo, profissão, a casamentos, óbitos, transferências, prisões e advertências, sendo todos maculados pelas violações de direitos humanos. Por esta razão, aqui dedico-me a discutir unicamente os dois últimos. Para o trato daquelas/os que de alguma maneira não seguissem as rigorosas regras da Instituição, o lazareto contava com um sistema de castigos, dividido em advertências, avisos e multas; e com um “xadrez”, no qual essas pessoas cumpriam as penas pelos “delitos”. As advertências eram direcionadas àquelas/es que faltavam ou recusavam o tratamento “antileprótico”, e o acúmulo de faltas resultava em multas de valores variados ou em reclusão no xadrez. Esta, por sua vez, se dava mormente por embriaguez, desordem ou falta ao tratamento. Há também casos de furtos, consumo de drogas e violências sexuais. Em suma, como quis Goffman, havia uma dupla privação de liberdade,

pois estes castigos resultavam da “perturbação nas relações usuais entre o ator e seus atos”, uma vez que a motivação das ações subversivas provinha da própria direção ao subjugar a liberdade individual e ainda se aproveitar das respostas para alimentar um ciclo de violências, denominado “circuito” pelo sociólogo. Além disso, às/aos doentes era imposto um processo iniciático de perda de identidade quando do recebimento de um número, que, por vezes, suprimiu o uso do próprio nome, sufocando, assim, o eu.

Palavras-chave: Leprosos/as. Hansenianos/as. Lepra/Hanseníase. Colônia do Prata. Instituição Total.

Entre certidões amareladas: aspectos da vida dos internos do Lazarópolis do Prata – Igarapé-Açú (PA).

Autoria não informada – UFPA
Orientador: Jane Felipe Beltrão

O Lazarópolis do Prata, localizado na vila de Santo Antônio do Prata em Igarapé-Açú (PA), foi a primeira colônia agrícola para tratamento e isolamento de indivíduos acometidos pela hanseníase no século XX. Construído em 1923, foi um projeto do Serviço de Profilaxia da Lepra e antes de ser transformado em instituição de isolamento para hansenianos, segundo Dr. Heráclides César de Souza Araújo, diretor do Serviço de Saneamento Rural do Estado do Pará na época, a instituição era uma colônia correcional para indígenas (ARAÚJO, 1924). Nomeada de Lepra até 1960, a hanseníase é uma doença crônica infectocontagiosa que pode causar lesões cutâneas, perda de sensibilidade e, se tratada tardiamente, pode levar à perda de membros do corpo. A doença apresenta como agente causador o bacilo *Mycobacterium leprae*, nomeado dessa forma devido à descoberta do bacilo pelo médico Gerhard Armauer Hansen, em 1873. (EIDT, 2004, p.77). Segundo a OMS, o Brasil é o segundo país com mais casos da doença, considerada ainda hoje, portanto, endêmica (OMS, 2021). Considerando a história da doença, o presente trabalho aborda como os indivíduos e as famílias isoladas forçadamente no Lazarópolis do Prata eram tratadas e como organizavam-se socialmente enquanto internos da instituição. A pesquisa está sendo realizada a partir do exame dos Registros de Nascimento (cerca de 700 no total, do ano de 1925 a 1953) e dos Registros de Casamento (124 no total, do ano de 1954 a 1962) e as informações encontradas auxiliam na construção de uma base de dados com as anotações contidas nos registros. A base de dados contém categorias como nome, sexo, idade, familiares, data de nascimento/casamento, entre outras, realizando-se, portanto, uma abordagem quantitativa e qualitativa da documentação. O objetivo é cruzar, futuramente, as informações contidas nas certidões com prontuários que estão ao alcance para pesquisa. Até o momento, foram lidos e inseridos na base de dados mais de 400 documentos. A leitura dos registros permite verificar quem eram os indivíduos isolados, a constituição de suas famílias, para onde destinavam-se as crianças nascidas e as formas de resistência aos tratamentos que eram vítimas. Além disso, auxilia na compreensão das formas de organização social e parentesco vigente entre pessoas hansenianas e na criação de arranjos familiares dentro da instituição, buscando conhecer

a interferência do Estado na vida cotidiana dos/as doentes em isolamento compulsório em Instituições Totais, sem chance de “alternativas outras” diferente do confinamento.

Palavras-chave: História da Hanseníase. Amazônia.

Solidariedade ativa e participação popular: o papel do Agente Popular de Saúde Do Campo e a atuação do MST no enfrentamento à pandemia do COVID-19 no Ceará.

Sabrina Silvestre Oliveira - FECLESC/UECE
Orientador: Francisca Eudesia Nobre Bezerra

O presente trabalho faz parte da pesquisa monográfica que está em seu início, e que tem por objetivo analisar a importância da agência do Agente Popular de Saúde do Campo em territórios de assentamentos de reforma agrária no Ceará. Diferente do Agente de Saúde que é uma iniciativa do Governo Federal, os agentes tratados nessa pesquisa são resultados dos esforços de organizações e movimentos populares como o MST e Fiocruz para o enfrentamento da COVID-19, onde a participação popular e a formação de pessoas das comunidades foram a base para o desenvolvimento de ações de cuidados pessoais e coletivos com a saúde. Como documentos serão utilizados os “cadernos pedagógicos”, para verificar como se deu o processo de formação desses agentes, as manchetes de jornais como “Brasil de Fato” para observar a veiculação na mídia das atividades desenvolvidas e também entrevistas com pessoas que participaram diretamente das ações, agentes populares e articuladores, que atuaram nas cidades que receberam os agentes, Canindé, Amontada, Pedra Branca, Santa Quitéria, Santana do Acaraú e Crateús, para assim perceber as semelhanças e particularidades dos territórios e como se deu a atuação dos Agentes Populares de Saúde do Campo. Para pensar o objeto refletiremos com autores tais como, Thompson (1992), Rodrigues (2021), Souto (2021) e dentre outros.

Palavras-chave: Agente Popular de Saúde do Campo. MST. Solidariedade ativa. COVID-19.

As redes sociais e o suicídio.

Waleska Nivia Ribeiro da a Costa
Orientador: Décio Marco A. De Alencar Guzmán

O presente trabalho “As redes sociais e o suicídio”, sendo uma pesquisa em desenvolvimento, tem por metodologia desenvolver um estudo histórico e interdisciplinar apontando problemáticas que emergiram com as redes sociais e suas possíveis relações com o suicídio. Buscando discutir a dicotomia entre dois extremos: a “cultura do suicídio” e as ideologias que os consideram um tabu. Propondo fazer relação com a disseminação do “ódio virtual”, para compreender ou assimilar os desdobramentos do fenômeno do suicídio sobre as “influências” das redes sociais na contemporaneidade. Sugerindo a então pergunta: “as redes sociais é um mecanismo que atribui uma nova

configuração ao suicídio?”. Nessa perspectiva, buscar analisar a “cultural do suicídio” propõe compreender as formas como as comunidades respondem e abordam esta prática de finitude humana, e desenvolvem ou não estratégias de prevenção sensíveis às nuances culturais. Pois ao explorar as raízes culturais do fenômeno, possibilita novas formas de desenvolver abordagens mais eficazes que levem em consideração a diversidade de perspectivas e experiências ao lidar com a complexidade do suicídio. O outro extremo é analisar o suicídio sobre um “véu de tabu” presente em muitas sociedades. Sendo profundamente enraizados em preconceitos, estigmas e na falta de compreensão que circundam as questões relacionadas à saúde mental. Muitas culturas veem o suicídio como um ato vergonhoso, como um sinal de fraqueza ou até mesmo como falta de fé. O que impede que os indivíduos busquem ajuda de maneira aberta. O estigma social associado ao suicídio pode resultar em isolamento e silêncio, agravando ainda mais a carga emocional daqueles que lutam contra pensamentos suicidas. Ainda que na contemporaneamente “saúde mental” seja um tema discutido abertamente por setores influentes da sociedade, tal como nas redes sociais. Entretanto, sendo as redes sociais um mecanismo de conectividade e comunicação em tempo real, sem precisas formas de regularização do que pode ou não ser “postado, respondido ou perguntado”. A polarização de ideias negativas também emerge em meio aos compartilhamentos de ideias, posicionamentos e vivências nas redes. Sendo disseminado o “ódio virtual” que utiliza da relativa anonimidade na internet, para promover discursos prejudiciais e ataques pessoais, envolto em uma moralidade agressiva. Portanto, é sobre a então problemática percebida no tempo presente, no entanto, enviesada por uma complexidade de expressões coletivas e diversificadas da humanidade, que esta pesquisa vem se desenvolvendo. Procurando investigar e retratar as relações do passado e do presente apontando perspectivas de como o suicídio é encarado durante a História e quais relações contemporâneas estão associadas às redes sociais, sendo esta, um mecanismo que modificou grande parte do comportamento cotidiano da sociedade.

Palavras-chave: Redes Sociais. Suicídio. Ódio Virtual.



EIXO TEMÁTICO

**HISTÓRIA E
POLÍTICA**

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024**Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidades II****Raça e política: o primeiro governo Vargas visto pela revista *The Crisis* (1930-1945).**

Jennyfer Aimê Fernandes de Moraes

Orientador: Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins

Objetiva-se compreender a visão da NAACP (National Association for the Advancement of Colored People), por meio de sua revista “*The Crisis*”, sobre o Brasil durante o governo Vargas, mormente, no Estado Novo (1937-1945), a fim de entender como as notícias sobre a comunidade negra brasileira são analisadas em tempos do governo Vargas, cujos anos coincidem com a política de boa vizinhança, estabelecida entre Brasil e Estados Unidos. O período escolhido fundamenta-se nos desdobramentos do engajamento norte-americano na obtenção de apoio político da América Latina, sobretudo durante a Segunda Guerra. Questiona-se até que ponto a política da boa vizinhança e a propaganda brasileira nos EUA, sob discurso de democracia racial e modernidade, influenciaram a visão das publicações estadunidenses sobre o Brasil e de que maneira a comparação dos EUA com o Brasil era importante para a comunidade afro-americana refletir sobre seu papel na sociedade estadunidense, sobretudo na luta por direitos civis. As fontes adotadas consistem nas edições mensais da revista *The Crisis*, no período de 1930 a 1945, visando abranger integralmente o primeiro governo de Vargas. Os resultados preliminares indicam que a revista apresenta uma perspectiva positiva em relação ao Brasil, pois as matérias concentram-se nas experiências dos negros brasileiros, abordando temas como o racismo e obras dos autores brasileiros sobre a comunidade negra, destacando a miscigenação e a integração dos negros na sociedade brasileira, a despeito do regime político autoritário. Frequentemente, há comparação do racismo brasileiro com o estadunidense, categorizando a experiência brasileira de maneira positiva em relação à política de “one-drop rule” que fomentou a política racial ianque na época.

Palavras-chave: Governo Vargas. *The Crisis*. Comunidade Negra. Política de boa vizinhança. Estados Unidos.

Do Estado do Maranhão e Grão-Pará ao leste asiático português: a trajetória política do mestiço amazônico Antônio de Albuquerque Coelho (séculos XVII e XVIII).

Iris Carvalho Nascimento - UFPA

Orientador: Décio Marco Antonio de Alencar Guzmán - UFPA

Em 1682 se iniciou a trajetória de um viajante pelo ultramar português, Antônio de Albuquerque Coelho, nascido em Santa Cruz de Camutá, no Estado do Maranhão e Grão Pará, onde passou somente parte da infância, sendo mandado para estudar em Portugal e posteriormente para atuar em cargos políticos nas colônias de Goa (Índia), Macau

(China), Timor (atual Timor-Leste), e Pate (Quênia). Este trabalho destaca o período em que Antônio esteve presente em Macau, no início do séc. XVIII, onde atuou no Senado e foi governador em 1718. Pretende-se analisar as relações e tensões entre ele, o Senado e parte da comunidade macaense: a elite, os chineses e os missionários neste período, sem deixar de lado as implicações relacionadas à sua origem mestiça – era filho bastardo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, português e primeiro governador da Capitania de São Paulo e sua mãe descendente de indígenas e “negra de Angola”. É de nosso interesse a conexão entre as colônias de Macau e Maranhão e Grão-Pará através da atuação de Antônio como governante. As fontes utilizadas são de característica legislativa, compostas pelas documentações do Leal Senado de Macau, outras são de natureza iconográfica como as pinturas da cidade no período, além da crônica de viagem manuscrita de João Velez Guerreiro em 1718, sendo encontradas digitalizadas e consultadas online nos acervos digitais do Arquivo de Macau e da Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Nosso aporte teórico baseia-se nos trabalhos de Charles R. Boxer, para quem Macau possuía um modo de funcionamento específico dentre as demais colônias portuguesas (BOXER, 1946, p. 392) e Serge Gruzinski, para quem a partir da “globalização ibérica” no século XVI, Europa, África, Ásia e Novo Mundo estiveram conectados (GRUZINSKI, 2015, p. 16), sendo possível estudar os agentes daquela globalização. Esta é uma pesquisa em andamento, contudo, nos resultados até o momento alcançados, percebe-se que a origem bastarda e mestiça de Antônio afetou as suas possibilidades de obter cargos políticos no império português, ao mesmo tempo em essa questão era diminuída pelos privilégios de ele pertencer a uma família da elite portuguesa. Diante disso, e sabendo como é possível perceber os interesses, tensões e relações sociais e políticas através da trajetória de um ser humano, Antônio de Albuquerque Coelho traz a especificidade de ser um mestiço, bastardo e amazônico – esse último sendo a característica que inspirou o começo deste trabalho. E justamente essas lacunas que ecoam. Pouco se discute sobre as trajetórias de amazônidas fora do seu território de origem naquele contexto, pessoas que podem trazer muitas e outras contribuições para a historiografia com as suas passagens pelo mundo, desde que se façam conexões.

Palavras-chave: Império português. Leste asiático. Macau. Trajetórias administrativas.

Facebook, Bolsonaro e narrativas reacionárias: uma análise sobre a ascensão da direita nas mídias online.

Jamile Pinheiro da Silva - UECE

Orientador: Edmilson Alves Maia Júnior - UECE

Resumo: Esse trabalho é parte de uma pesquisa de monografia em andamento, a qual busca analisar a partir da História do Tempo Presente e da historiografia das mulheres, as páginas definidas como “Sou mulher, sou Bolsonaro” e “Mulheres com Bolsonaro” localizadas na rede social Facebook. Baseado nas postagens das páginas citadas, exploraremos entre o período de 2018 a 2022, como essas mulheres se identificaram com as narrativas políticas de Jair Messias Bolsonaro durante a campanha e posteriormente o

seu mandato. Além disso, questionaremos também de que maneira essa divisão de categoria feminina pôde contribuir com a caracterização do fenômeno Bolsonarista conseguinte da “Retórica do Ódio” Rocha (2023) inserida nas redes sociais. Desse modo, pensaremos da mesma forma a internet como um espaço de “Mídiosfera Extremista” Rocha (2023) tal como um resultado do uso das redes sociais, tornando-a como máquinas de produção, apropriações e popularização dos discursos extremistas por influência dos movimentos de direita e extrema direita. Assim, refletiremos sobre a importância das organizações do gênero feminino diante da História Política no Brasil “entre passados e presentes” Mota (2021) especialmente em destaque a escalada do Bolsonarismo auxiliado pelas mídias online.

Palavras-chave: Palavras-chave: Direitas. Mulheres. Mídias-online. Ascensão.

Estado, domínio e dependências nas teias da religiosidade: uma análise das atas do III (589) e IV (633) Concílio de Toledo.

Maria Eduarda de Sousa Lopes - UFPI

Orientador: João Paulo Charrone

Este estudo busca inserir-se nas discussões historiográficas subordinadas às questões político-religiosas do reino católico visigodo, concentrando-se no recorte dos anos de 589 a 633, período que ocorre a conversão oficial ao catolicismo niceísta, registrado no III Concílio de Toledo (589) e seus efeitos no panorama político através do IV Concílio de Toledo (633). O objetivo central é apresentar um conceito de Estado que enquadre historicamente nas formações sócio estatais dos reinos da Alta Idade Média Ocidental, buscando agregar ao debate historiográfico sobre como determinadas configurações estatais que se manifestam nas sociedades pré-capitalistas. Além disso, busca-se analisar a complexa realidade teórica e prática da monarquia, da Igreja e da sociedade visigoda, para obtenção de uma visão do que foi a realidade do poder monárquico entre os visigodos, identificando a conjuntura que motivou o episcopado visigodo a nortear suas ideias políticas, uma vez que este grupo procurou, direta ou indiretamente, direcionar em seus escritos soluções para os problemas do âmbito monárquico. Como fonte primordial, faz-se o uso das Atas do III Concílio de Toledo (589), publicadas em Latim-Espanhol pela Investigaciones Científicas, bem como outras fontes bibliografia que permeiam o pensamento político e a estruturação do reino visigótico, como por exemplo a abordagem das características essenciais na configuração do conceito de Estado Segmentário, defendido pelo medievalista Mário Jorge Bastos (2009), o qual ajuda a fazer apontamentos sobre o cenário de tentativas no controle coletivo das ações individuais de cada membro dominante da sociedade visigótica através dos concílios, tornando perceptível que o controle sobre terras e trabalho eram essenciais à reprodução da classe dominante, de tal forma que a Igreja também participava dessa dinâmica de expropriações de bens do campesinato e corpos, os quais estavam sobre o regime de servidão e escravidão.

Palavras-chave: Estado medieval. Reino visigodo. Concílios. Episcopado.

Resistência e burocracia: uma análise das documentações referentes à Revolta do Pinto Madeira (Cariri, 1831-1832).

Letícia Camurça Vieira - UFC

Samuel Melo de Moura - UFC

Orientador: Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi - UFC

Esta pesquisa analisa a chamada Revolta do Pinto Madeira e o seu “exército” de cabras, evento que ocorreu na região do Cariri entre os anos de 1831 e 1832. O estudo tem por objetivos compreender as motivações sociais e políticas desse conflito, especialmente dos homens que ficaram conhecidos, após a revolta, como cabras - trabalhadores escravizados, libertos, livres e pobres - e identificar como a sedição foi retratada na documentação oficial da época. Essa é uma análise feita por meio de arquivos da Capitania da Província do Ceará, entre as décadas de 1820 e 1840, os quais são pesquisados no Arquivo Público do Ceará. Os registros são analisados, transcritos e utilizados como base para as discussões sobre o período. Até o momento, foram trabalhados documentos relativos às desordens ocorridas na Capitania do Ceará no ano de 1829 e Registros de Correspondência da Capitania, entre os anos de 1835 e 1843. Além disso, estão em processo de transcrição ofícios destinados aos militares da Província, os quais contribuíram para o esclarecimento da visão governamental sobre a Revolta, indicando a destinação de forças militares para o combate às tropas de Pinto Madeira, bem como uma insatisfação com a defesa do governo cearense aos revoltosos. Ademais, é realizada uma revisão historiográfica acerca do conflito, a partir de artigos e teses voltadas para o tema. Após tais análises, foram percebidos, na revisão historiográfica, fatores que colocaram a população pobre e trabalhadora do Cariri Cearense em situação de extrema vulnerabilidade a partir dos anos 1820, o que motivou a revolta contra os senhores e o Governo. São esses: a seca da década de 20, a epidemia de varíola na região e o recrutamento dos sobreviventes desses eventos para a Guerra da Cisplatina. Com a investigação e discussão dos ofícios da Província do Ceará foi possível identificar nos documentos oficiais uma escrita que tem por objetivo tratar o “exército” de Pinto Madeira como vilão, sendo recorrentemente empregados termos como “malfeitores”, “malvados”, “assassinos” e “anarchistas”. As revisões feitas proporcionam compreender que existia uma população precarizada pela fome, a doença e a guerra e que utiliza a revolta como forma de reivindicar seus direitos, ao passo que a documentação oficial revela uma tentativa de controlar essas massas por meio de uma criminalização cívica e moral das suas ações.

Palavras-chave: Pinto Madeira. Cabras. História do Ceará. Movimentos camponeses.

O antagonismo entre a lei e o cotidiano. Um estudo sobre a administração de Clemente de Almeida Pereira na vila Gurupá (1760-1764).

João Marcelo Cunha Correia – UFPA

Orientador: Karl Heinz Arenz

As reformas pombalinas foram uma série de medidas que foram adotadas em 1755 e 1757, por Sebastião José de Carvalho e Melo, e que mais tarde receberiam o nome de Marquês de Pombal. Após um período de atraso econômico e político que Portugal afundou-se no século XVIII e institucionalizado na sociedade portuguesa através do imaginário que era difundido pela Academia Real de Ciências de Lisboa. Pombal associou o tal período ao estabelecimento da Companhia de Jesus e o espalhamento de sua influência na coroa. Visando isso, foi implementado as reformas pombalinas que tinham como principal objetivo modernizar a administração pública da coroa. Para isso, os principais intuítos da reforma eram a organização econômica, política e cultural do reino. Além disso, a consolidação de uma nova forma de relação política entre a Metrópole e a colônia que culminou na secularização dos aldeamentos. Porém, quando analisamos o cotidiano da vila de Gurupá durante parte do primeiro decênio pós-reformas, percebemos a subversão das leis que foram estabelecidas na década de 1750 por parte do diretor capitão Clemente de Almeida Pereira e os cabos de canoas que comumente passavam pela localidade. Compreendemos tal período como uma zona opaca, afinal de contas, como aponta a historiografia, a reforma pombalina foi inicialmente experimentada no norte da colônia portuguesa na América, e mais tarde estendida para outras regiões do território luso brasileiro. O presente estudo visa compreender como a reforma de Sebastião José de Carvalho e Melo estava sujeita a arbitrariedade dos diretores, cabos de canoas e indígenas que estavam sob regimento da dita lei. Para isso, utilizamos o conceito de micro história a partir da análise da administração do astuto e estratégico diretor e capitão da fortaleza e vila de Gurupá, Clemente de Almeida Pereira, para compreender as práticas de subversão que culminaram na revogação das leis pombalinas no final do século XVIII.

Palavras-chave: Reformas pombalinas. Subversões. Cotidiano. Gurupá.

Poder político e relações de poder na Paraíba (1930 – 1945): (re)arranjos e consolidação de grupos.

Gabriel Henrique de Araújo Nascimento - UFPB
Orientador: Martinho Guedes dos Santos Neto

O presente trabalho tem por base a ideia de que a “Revolução de 1930”, à revelia daquilo que durante muito tempo convencionou - se pensar no meio historiográfico nacional, não conseguiu pôr termo à vida dos grupos oligárquicos regionais, ou sequer seus líderes pretenderam seriamente tal realização - salvo, é claro, o grupo minoritário dos indivíduos ligados ao Movimento Tenentista. A partir deste lastro, buscamos evidenciar a forma como se deu o processo de recomposição das elites oligárquicas da Paraíba. Para tanto, ao longo de nossa pesquisa, recorreremos ao método prosopográfico, que muito nos auxiliou no processo de montagem dos perfis político - sociais dos representantes oligárquicos paraibanos, ademais, optamos igualmente pela utilização do método posicional, que nos foi bastante útil no exercício da análise que nos fez compreender a forma como certos indivíduos, a depender de suas posições (posições essas determinadas pelos mais diversos fatores), se viram melhor colocados nos jogos do poder político-partidário no pós-30; por último, nos beneficiamos ainda com a evocação do método de

análise sócio histórico por meio do qual pudemos observar a existência de fatores como: tradição familiar, formação acadêmica, poder econômico, entre outros, responsáveis por consolidar o capital político desses grupos e indivíduos (Bourdieu, 1989). Desta forma, com base na observância dos critérios teórico-metodológicos concisamente descritos no presente resumo, chegamos às seguintes conclusões: o processo de recomposição política das elites oligárquicas estaduais no pós-30 obedeceu a velha estratégia do personalismo político, ao passo em que os mais diversos representantes oligárquicos do estado passaram a se organizar em torno das figuras dos três maiores chefes políticos da Paraíba após o outubrismo, José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro; os partidos políticos criados a época no estado, Partido Progressista (PP) e Partido Republicano Libertador (PRL), carentes de agendas e ideologias políticas, serviram como espaços de congregação dos mais distintos sobrenomes da Paraíba, onde as relações foram ditadas com base em arranjos clientelistas, na medida em que os líderes partidários dispunham de capital político, social e/ou simbólico com os quais pudessem negociar com os grupos oligárquicos locais; o controle do aparelho municipal continuou sendo a base do poder oligárquico no pós-30; a “Revolução de 1930” não representou qualquer processo de renovação/depuração do meio político paraibano e, por fim, o uso político da memória de João Pessoa, deu ritmo e tônica ao processo de recomposição política das oligarquias locais. Desta feita, nossa pesquisa aponta para o seguinte fato: entre os anos de 1930 e 1945, ocorreu, a nível local e nacional, o processo de corrompimento do discurso revolucionário que outrora havia dado margem para a “Revolução de 1930”.

Palavras-chave: Recomposição Política. Representatividade Parlamentar. Assembleia Legislativa da Paraíba.

Projeção do “Alto Sertão” a partir da construção narrativa das revoltas, disputas territoriais e produção historiográfica. (Cariri Cearense - 1830 a 1832).

Luana Freitas Chaves – UFC

Mateus Bessa Vieira – UFC

Orientador: Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi - UFC

O interesse desse estudo compreende não só a Revolta do Pinto Madeira (1831 a 1832) e seu coletivo de trabalhadores e demais subalternizados, como livres, libertos, escravizados e pobres, os chamados “cabras”, mas também o desencadeamento das rivalidades pelos espaços e o deslocamento da população a partir desses conflitos, além das movimentações protagonizadas pelos revoltosos e a passagem de pessoas entre províncias próximas para fugir das autoridades. Nesse sentido, busca-se compreender as motivações políticas desse conflito, principalmente o caráter social presente na Revolta, bem como analisar como a insurgência foi documentada oficialmente na época. A metodologia da pesquisa se baseia nos registros da Capitania da Província do Ceará, datados entre as décadas de 1820 e 1840, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Ceará, sobretudo os documentos “1831 - 1832 - Registro Geral da Correspondência” e o “Ofício do Governo da Província do Ceará dirigidos para a Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça”. Tais escritos são digitalizados, transcritos e minuciosamente

examinados, servindo como alicerce para as análises desse período. São consideradas também as perspectivas historiográficas sobre o conflito, explorando artigos e teses especializadas nesse tema. A partir da pesquisa cometida, desprende-se como resultado da análise documental-historiográfica que a composição do Alto Sertão compreende um complexo segmento, marcado por conflitos sangrentos e disputas territoriais intensas, discutindo importantes temáticas como o desenvolvimento do cangaço no Cariri, cidadania no Ceará oitocentista – e a conseqüente marginalização da população negra, indígena e pobre desse processo –, a presença-participação senhorial e portuguesa nesse cenário e, por fim, a construção narrativa tanto da figura de Joaquim Pinto Madeira, como dos que ficaram conhecidos como “cabras”, tendo suas atuações identificadas como perigosas e ameaçadoras, isto é, cristalizando os opositores as autoridades locais como “não-cidadãos”. Logo, conclui-se que os estudos histórico-sociais desse território são imprescindíveis para interpretar de modo crítico e profundo a realidade decorrente da transição Império-República e a formação das novas conversões espaciais, fruto do notório deslocamento populacional movido pelos conflitos citados.

Palavras-chave: Pinto Madeira. Território. História Social.

O conflito é no campo, mas o problema é da capital: litígios de terra na comarca de Belém (1880 – 1890).

Mickael Ruan Bastos de Menezes - UFPA
Orientador: Francivaldo Alves Nunes - UFPA

Essa comunicação tem o propósito de apresentar alguns acontecimentos envolvendo os conflitos de terras, presentes na região amazônica no final do século XIX. O foco deste estudo está concentrado em perceber os conflitos existentes em torno do uso e da ocupação de terra, produzindo reflexões sobre convívio no mundo rural, os agentes envolvidos nos processos, a natureza e as resoluções dos problemas. Assim como, apresentar o mundo rural no século XIX tentando entender a estrutura dos processos de manutenção de posse no cenário agrário do Pará. Para isso, se pretende interagir com o eixo temático “História e Política”, pois, trata-se de perceber as práticas da justiça, a legislação e a percepção de posse e propriedade envolvidas nos processos de “Manutenção de Posse”. A pesquisa foi realizada com base na análise dos documentos judiciais presentes no Centro de Memória da Amazônia (CMA-UFPA), os documentos selecionados referenciam-se a “Ação de Manutenção de Posse”, um processo que trata sobre perturbação da posse legítima da terra. Portanto, a finalidade desse trabalho é ressaltar, por meio dos documentos, os conflitos de terra no interior do Pará no período final do século XIX que chegam ao judiciário da capital paraense.

Palavras-chave: Manutenção de posse. Século XIX. Interior do Pará.

“Inimigos Internos”: as representações das práticas de atuação da Doutrina de Segurança Nacional na imprensa piauiense.

Vanessa Maria Evangelista Rodrigues - UFPI
Orientador: Francisco de Assis de Sousa Nascimento - UFPI

O regime militar instaurado em 1964 estava intrinsecamente ligado às intervenções das Forças Armadas, que progressivamente assumiram um papel proeminente no cenário político brasileiro. Esses atores consolidaram na cultura militar a ideia do destino manifesto de "salvaguardar a pátria", que ao assumirem funções dirigentes, respaldavam suas ordens sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como objetivo exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional, alegadamente ameaçada pelos "inimigos internos", termo utilizado para designar aqueles que adotavam ideologias contrárias às defendidas pelos militares. No Piauí, a adoção dessa base era liderada pela Guarnição Federal, sediada em Teresina, onde as ações inicialmente fundamentavam-se na chamada Operação Limpeza, que, em jornais como, O Dia e O Estado do Piauí, estampavam a necessidade de impedir que o Brasil fosse ameaçado pelo perigo comunista, divulgando os nomes dos supostos comunistas, as prisões realizadas e os materiais subversivos apreendidos. O presente trabalho tem por objetivo analisar como a imprensa piauiense interpretou os impactos da Doutrina de Segurança Nacional no estado do Piauí. A metodologia adotada envolve o estudo de materiais bibliográficos relacionados à pesquisa, com base em representações discursivas e culturais elaboradas por pesquisadores como José Murilo de Carvalho, Nilson Borges, Daniel Aarão, Carlos Fico, entre outros. Além disso, foram considerados trabalhos de historiadores da Universidade Federal do Piauí, como Marylu Oliveira, Leandro Araújo e Lanna Lemos. O estudo também abrangeu a construção do conceito de Doutrina de Segurança Nacional e sua atuação em um contexto global, assim como a análise de periódicos do Arquivo Público do Estado do Piauí, com foco especial nos jornais O Dia e O Estado do Piauí. Em linhas gerais, a partir do desenvolvimento da presente pesquisa, é inegável que a Doutrina de Segurança Nacional fez da luta política, esta que não abre espaço para a negociação, uma forma de guerra interna. Nesse sentido, o comportamento político autoritário vigente se traduz pelas ações de cerceamento da prática cidadã, sendo este compreendido nas representações discursivas dos jornais piauienses outorgado pelo medo da ameaça comunista.

Palavras-chave: Doutrina de Segurança Nacional. Imprensa. Ditadura. Piauí.

Parentela e redes de poder entre o Grão-Pará e o Império do Brasil na trajetória do barão de Mamoré (c. 1850-1898).

Gabriel Mindelo Valente - UFPA
Orientador: Dr. Daniel Souza Barroso - UFPA

Ambrósio Leitão da Cunha, filho do major e cavaleiro da Casa Real Gaspar Leitão da Cunha e de Maria Antônia da Fonseca e Cunha, ambos de origem portuguesa, foi chefe de polícia;

juiz na Capital e em várias comarcas do interior; desembargador e presidente da província do Pará; presidente das províncias da Paraíba, do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia, além de senador e ministro do Império (Acevedo Marin, 1985: 160). Casado com Maria José da Silva, filha do capitão José Joaquim da Silva e de Maurícia Josepha Michaela da Gama Lobo, passou a integrar uma das mais bem sucedidas famílias do Estado paraense e, mediante a isso, também criou laços com outras figuras importantes da elite provincial como José da Gama Malcher e Bernardo de Souza Franco, futuro visconde de Souza Franco, que eram casados com as irmãs de sua esposa, pertencendo, nas palavras do visconde, à “família dominadora”. Foi nomeado Barão de Mamoré pelo imperador D. Pedro II em 1883 após a construção de duas estradas de ferro: a de Bragança, no Pará, e a de Madeira-Mamoré, no Amazonas, mesmo que sem grande sucesso. Ambrósio também liderou uma importante facção do partido Conservador no Pará, sendo amigo íntimo do chefe do partido, o cônego Siqueira Mendes, exercendo com isso grande influência na província. Tendo isto posto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias de Ambrósio Leitão da Cunha para a consolidação de suas redes de poder, em nível provincial, no Grão-Pará, examinando como este utilizou de seu grupo familiar, como forma a garantir protagonismo político na província de origem, problematizando o papel e a função de sua parentela para tal, considerando que a lógica do parentesco, no interior das famílias de elite, determinava o acesso a recompensas materiais, status social e, especialmente, participação nos processos decisórios (Lewin, 1993: 115). Em termos metodológicos a pesquisa utiliza como fonte principal a correspondência passiva de Ambrósio, disponível on-line no Acervo Digital do Museu Imperial na sessão da Coleção Barão de Mamoré, a princípio analisando o conteúdo político presente nas cartas. Vislumbramos os limites da correspondência pessoal enquanto fontes históricas, entretanto também compreendemos suas potencialidades no sentido de atribuir significados a ações que poderiam parecer isoladas, assim como no de realçar o papel da parentela nas redes de poder analisadas, na trajetória de Ambrósio Leitão da Cunha e sua família. Desse modo, o que podemos aferir, no momento em que essa pesquisa se encontra, é que a ascensão política percebida na trajetória de Ambrósio é reflexo da sua bem sucedida aliança matrimonial, que o possibilitou estabelecer uma rede de parentela influente, tanto em nível provincial quanto nacional, abrindo as portas para cargos importantes durante o Império no Brasil, seguindo a lógica suscitada por Lewin (1993) que a política se enraizava em uma base familiar. O estudo da trajetória de Ambrósio Leitão da Cunha pode representar um importante e novo locus de observação para a compreensão da relação entre redes familiares e poder político no Pará oitocentista.

Palavras-chave: Parentela. Política (Séc. XIX). Barão de Mamoré.

Os homens dos lenços vermelhos: o impacto das representações da coluna prestes na mentalidade popular do Piauí, Ceará e Maranhão.

Lucas Sales Gonçalves
Orientador: Johny Santana de Araújo

É certo que a experiência republicana de fins do século XIX e primeira metade do século XX pouco representa o ideário republicano que se imaginara. O golpe que pôs fim ao regime monárquico partiu das mãos de grupos seletos, com seus interesses e necessidades, pouco levando em conta o povo brasileiro. Nesse sentido, a década de 1920 foi marcada por uma série de revoltas e insurreições nas mais diversas camadas da sociedade, incluindo no seio das Forças Armadas, ao qual uma pequena ala da classe militar protagonizou um total de três rebeliões contra o governo compreendidas sob o termo "Tenentismo". O trabalho em questão tem por objetivo analisar o maior dentre os três atos de insurreição, a Coluna Prestes. Através desta pesquisa, busca-se destacar os confrontos entre o movimento liderado por Luís Carlos Prestes e as tropas legalistas aliadas ao poder local em solo piauiense, maranhense e cearense. Além disso, pretende-se enfatizar a construção da imagem dos combatentes como "revoltosos" ou "revolucionários" observando o papel da mídia local nessa construção e como tal representação afetava positivamente ou negativamente a população local, gerando um estado de euforia e otimismo ou medo e insegurança.

Palavras-chave: Tenentes. Revoltosos. Coluna Prestes. Representação.

Medicamentos e substâncias químicas usadas por combatentes na Segunda Guerra Mundial.

Geovane Eleres Santos
Orientador: Marcos Magalhães

No contexto de um dos maiores conflitos bélicos da humanidade, a Segunda Guerra Mundial, houve um incentivo considerável das potências no campo farmacêutico visando manter os soldados sempre alerta dentro dos combates, aumentar a força, alívio das dores e tratar infecções bacterianas. O uso de algumas substâncias permitiu que os soldados permanecessem em alerta por vários dias. Foi nesse período que se popularizou a utilização de estimulantes do sistema nervoso central como anfetaminas e a cocaína, assim como o uso de opióides como a morfina e a heroína, e ainda, a aplicação de antibióticos, tal qual a penicilina e sulfanamidas. Parte desses medicamentos e substâncias químicas foram usados por governantes como o próprio Hitler, como anfetaminas, estradiol, testosterona, cocaína e outras formulações não divulgadas documentado através de seu médico Theodor Morell. Assim, cabe debater os efeitos colaterais na época dos combatentes e como esse fato teve seu papel no desfecho da guerra.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Drogas. Opióides. Anfetaminas.

Processo de Anexação do Acre: Agências da Marinha e a Diplomacia brasileira-boliviana (1867-1903).

Adria Layanne Pereira Dias
Orientador: William Gaia Farias

O objetivo deste trabalho é abordar sobre as agências da Marinha brasileira no processo de anexação do Acre através da formação da Divisão Naval do Norte, criada em 1903, a qual continha quatro navios de guerra cedidas pela esquadra naval do Rio de Janeiro, sua finalidade era auxiliar diplomaticamente na contestação do território litigioso. Nessa conjuntura, o estudo estende o enfoque para as discussões diplomáticas estabelecidas entre Brasil e Bolívia, visando garantir a reconstituição narrativa das partes envolvidas na contestação do território desde o tratado de Ayacucho (1867) até o tratado de Petrópolis (1903). As abordagens possibilitam uma nova perspectiva acerca do que a historiografia brasileira estabeleceu enquanto “Questão do Acre”, caracterizada pela ênfase da economia gomífera e pela figura do migrante nordestino, visualizados enquanto fundamentais para a consolidação da conquista do território. O vigente trabalho busca desprender-se dessa concepção e apontar outra agência, nesse caso a da Marinha brasileira por meio da criação da Divisão Naval do Norte, destacando sua contribuição no processo de anexação do Acre ao Brasil, a partir da presença das embarcações de guerra no local, que possuem vários sentidos políticos, dentre eles garantir a soberania nacional brasileira. No que se refere à diplomacia, essa proporciona uma visão limiar acerca de um outro ponto de vista, o boliviano, frente a perda do território, ainda sim, proporciona o diálogo entre os debates políticos e as ações da marinha. Nesse sentido alguns questionamentos surgiram no desenvolvimento da pesquisa: Em que medida as ações efetivadas pela Marinha através da Divisão Naval do Norte contribuíram para a anexação do Acre? As embarcações de guerra são indícios do preparo para um futuro conflito diante das discordâncias diplomáticas? Portanto, para respondê-las foi necessário recorrer às fontes oficiais da Marinha de tipologias identificadas enquanto “Ordens do dia” e “Diários de bordo”; já as fontes diplomáticas são de tipologias diversas, entre elas a “revisão de contrato” e “assuntos internacionais”. No que se refere à análise do conjunto documental atento-me ao que Carlos Ginzburg denomina de “paradigma indiciário”, definido pelo estudo dos pequenos vestígios do passado ocasionando o aguçamento da sensibilidade dedutiva. Em relação a historiografia focalizo em um debate da instituição militar naval nos rios amazônicos que permitem a compreensão das questões de formação de território e conflitos diversos. Embora o trabalho ainda esteja em desenvolvimento, é possível destacar algumas observações preliminares. Inicialmente, analisei o discurso latino americano de que a Bolívia não atribuía grande importância à perda do território do Acre, essa justificativa é apresentada considerando o processo de construção da República Boliviana, que aparentemente não demonstrou interesse em compreender a geografia do território sobre o qual detinha soberania, entretanto essa noção deve ser problematizada, visto os esforços diplomáticos bolivianos para garantir o controle sobre o território e até mesmo a sua organização militar para impedir a perda territorial.

Palavras-chave: Divisão Naval do Norte. Acre. Diplomacia.

A Magistratura de Paz em Tempos de Guerra: Mobilização na Cabanagem (1835-1840).

Leonardo Ryon Alves dos Santos - UFPA
Orientador: Danielle Figueredo Moura - UFPA

A Cabanagem (1835-1840) representou um movimento social de grande impacto na sociedade paraense, envolvendo diversos setores da população e demandando consideráveis esforços das autoridades imperiais para conter seus desdobramentos. No centro desses conflitos, encontravam-se os juizes de paz, uma figura multifacetada que poderiam ser sacerdotes, militares, bacharéis, deputados e proprietários, estabelecidos tanto em Belém quanto em mais de cinquenta freguesias que compunham o Grão-Pará. Durante a década de 1830, esses juizes desempenharam um papel crucial como mediadores em uma variedade de conflitos de interesses na sociedade paraense. É relevante destacar que a mobilização política durante as primeiras eleições para o cargo de juiz de paz, realizadas em 1829 e 1832, contribuiu significativamente para a eclosão do movimento Cabano. Essas eleições representaram um confronto não armado, mas não menos crucial, que ocorreu nas trincheiras políticas da época. Além disso, é importante ressaltar que, apesar da imagem consolidada de que os juizes de paz estavam vinculados aos cabanos, essa perspectiva não abrange a diversidade de identidades e ações dos magistrados, muitos dos quais eram aliados das forças imperiais. O trabalho optou inicialmente pela análise da documentação histórica da Cabanagem no Arquivo Público do Estado do Pará, concentrando-se em correspondências entre autoridades, especialmente câmaras municipais, presidência da província e judiciárias. Com enfoque nos processos judiciais, o estudo visa compreender o funcionamento da justiça na província durante os anos de conflitos. Além disso, busca-se elaborar uma prosopografia dos juizes de paz no Grão-Pará entre 1835 e 1840 e construir um banco de dados sobre as eleições municipais nesse período. Paralelamente, o projeto inclui leituras e debates sobre temas relacionados à Cabanagem, cultura jurídica, administração da justiça, cidadania, eleições municipais e período regencial. O presente trabalho tem como objetivo principal compreender a atuação dos juizes de paz durante a Cabanagem, focalizando aspectos como o processo eleitoral para a magistratura de paz realizado em 1836 no Grão-Pará, a análise prosopográfica dos eleitos e ocupantes do cargo, bem como a atuação desses magistrados no período de 1836 a 1840 em toda a província. Esses elementos são essenciais para uma compreensão mais aprofundada das formas de mobilização política durante as eleições municipais, da administração da justiça de paz naquele período e da diversidade de identidades e atuações dos juizes de paz durante a guerra cabana. Essas questões, por sua vez, estão intrinsecamente ligadas ao contexto contemporâneo e contribuem para os debates sobre eleições, cidadania e direito.

Palavras-chave: Cabanagem. Justiça de paz. Mobilização política. Identidade. Cidadania.

“Jornalecos que surgem hoje e desaparecem amanhã”: uma análise do acervo digital sobre a Ditadura Militar-Civil em Belém do Pará (1978-1985) a partir do Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Giovana Araújo Miranda Freire – UFPA
Orientador: Pere Petit Peñarrocha - UFPA

“A legislação atual não delimita condições mínimas tais que impeçam a multiplicação de jornalecos e editoras que surgem hoje e desaparecem amanhã”. Essa foi uma frase escrita em um documento da Divisão de Segurança e Informações vinculada ao Ministério da

Justiça em 09 de março de 1978, sob o contexto ditatorial, ao realizarem um extenso dossiê, de aproximadamente 340 páginas, sobre jornais da “imprensa nanica” - como pejorativamente intitularam - de várias regiões do Brasil. Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), uma série de políticas públicas pensando a reconstrução de narrativas, em que a violação dos direitos humanos foi um cerne, culminaram na Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV, instituída pela Lei nº 12.528/2011, foi responsável por apontar os crimes que foram cometidos, as circunstâncias dessas violências e as pessoas envolvidas, e por conta dessa conjuntura houve a abertura e a publicização da documentação encontrada sobre o período ditatorial. Após o seu fim, houve a divulgação de relatórios tanto no âmbito nacional quanto no estadual, além de ser disponibilizado parte desse acervo por intermédio do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). É possível, assim, ter acesso hoje à uma gama de informações sobre como os ditadores atuaram no estado do Pará a partir dessa plataforma virtual, destinando foco à cidade de Belém em nossa análise. Desse modo, o presente trabalho possui por objetivo entender qual a política que está pensando, atualmente, a disponibilização (aqui, não falamos apenas no sentido de digitalizar e publicizar em sites, mas sim de destinar um espaço de memória virtual para que haja o acesso àquelas fontes) dessa documentação, isto é, quais são os interesses que estão em jogo? Quem elabora a política dita o que vai ser possível de ser acessado e consultado de maneira on-line? Como podemos entender as nuances da ditadura em Belém do Pará por meio desse acervo? A metodologia utilizada é uma análise qualitativa que buscou realizar o cruzamento dos documentos do Serviço Nacional de Informações e do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, dois dos fundos disponíveis on-line no site do SIAN. Para fundamentação teórica, utilizamos as contribuições de Macías (2019) ao pensar sobre as novas formas de representar e recuperar a memória histórica e de Prado (2021), a qual discute os impactos da era digital no ofício do historiador, designando a importância da história digital para a compreensão das experiências humanas na contemporaneidade. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, é possível pensar, no momento, em resultados parciais: acreditamos que, ao refletirmos sobre o papel das fontes históricas no século XXI, criamos lugares de memória virtuais, hoje mais alinhados com a tecnologia da rede mundial de computadores, o que proporcionou uma nova necessidade de adequação do ofício do/a historiador/a, bem como novas possibilidades de pesquisa e de preservação de memória, entendendo que as políticas que gerem um acervo possuem interesses próprios sobre o que será ou não publicizado acerca da Ditadura Militar-Civil.

Palavras-chave: Ditadura Militar-Civil. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. acervos digitais. Fontes digitais.

Ditadura Militar no Alto Rio Negro: Reflexões acerca dos conflitos territoriais e do protagonismo indígena.

Adriely Nazaré Almeida de Souza
Orientador: Bruno Ribeiro Marques

A partir do Plano de Integração Nacional, a Ditadura Militar iniciava uma série de medidas para a ocupação da Amazônia. Nesse sentido se intensificou o rodoviarismo com a implantação da Perimetral Norte e da BR-307, ao mesmo tempo que se investia em projetos educacionais para os indígenas, com a justificativa de levar desenvolvimento econômico e segurança, entretanto esse processo teve como consequência a aculturação e destruição do modo de vida tradicional indígena. Assim, a pesquisa objetivou realizar um estudo investigativo sobre os projetos de desenvolvimentismo promovidos pela Ditadura Militar (1964-1985) na Amazônia, e como essa ação afetou a organização sociopolítica dos indígenas no Alto Rio Negro, sobretudo pela disputa territorial, causando flagelos e perseguições sobre os povos nativos da região, tendo em vista a complementação acerca da história indígena no período ditatorial, que ainda se mantém hegemonicamente relativizada. Ademais, se pautou discutir as continuidades desse regime na redemocratização, como o Projeto Calha Norte, demonstrando a existência da militarização que ainda persistiu nos programas políticos, assim como visou demonstrar as agências e resistências indígenas que se articularam em diferentes tipos de lutas contra o processo ditatorial e na reivindicação pela demarcação de seu território. Dessa maneira, as metodologias utilizadas para o auxílio e formulação dessa pesquisa partiram de uma revisão bibliográfica, e posteriormente se aplicou um levantamento documental, foram acessadas fontes como periódicos de jornais, e do CIMI que noticiavam tanto as construções das rodovias, os planos educacionais, as ações violentas contra os indígenas, mas também os levantes desses sujeitos históricos contra esse processo, outras fontes contempladas foram os relatórios disponibilizados pela CNV (Comissão Nacional da Verdade). Os dados apreendidos foram estudados pelo viés qualitativo com a finalidade de complementação da temática e do estudo da figura indígena no período ditatorial. Os resultados dessa pesquisa apresentaram uma reflexão dos projetos desenvolvimentistas sobre a Amazônia que visavam a integração, e de que forma a vida indígena foi afetada pela militarização do seu território, promovendo o deslocamento forçado e reforçando práticas educacionais com o intuito civilizador. Entretanto, mesmo com a reabertura política e a transição para a democracia, o militarismo se manteve presente, pois, no Projeto Calha Norte se sobressaíam muitas continuidades das ações militares. Nesse estudo se pode constatar o protagonismo indígena, que de forma alguma foi um agente passivo das truculências ditatoriais, durante esse período emergiu das comunidades indígenas movimentos em prol da demarcação do seu território se opondo às medidas arbitrárias de redução das terras que habitavam. Como conclusão, após uma pesquisa intensa sobre o cotidiano rio negro no período da ditadura se pode aprofundar o entendimento dos martírios causados pelos projetos políticos da Ditadura Militar aos indígenas e as suas ações de resistência na luta pelo território, e do debate do Projeto Calha Norte como uma herança da ditadura.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Ditadura Militar. Indígenas. Território.

A República como Invenção: Anfrísio Fialho e a possível construção dos Estados Unidos do Brasil (1889-1920).

Eduardo Teixeira Silva - UFPI
Orientador: Johny Santana de Araújo - UFPI

O presente escrito tem como principal tentativa localizar algumas expectativas republicanas esperadas no período inicial da construção do Estado republicano Brasileiro (1889-1920) e que tinham como ponto de apoio uma certa idealização da República, entendida como lugar de progresso e do moderno, contraposição ao Estado-Imperial, considerado atrasado e incompatível com as novas mudanças sociopolíticas vigentes. Alinhado ao campo da História Política e em certa medida da História Militar, procurou-se demonstrar através de uma série de leituras e pesquisas bibliográficas, especialmente aquelas voltadas para as formalização das representações e ideias que envolvem o processo discursivos circundantes no recorte temporal que compreende a transição entre o Império e a República, procura-se exemplificar e problematizar as principais questões que envolveram o desenvolvimento ou não, a tentativa ou não, da criação de uma possível identidade brasileira, baseada nos supostos princípios republicanos, trabalhando também com as percepções de Anfrísio Fialho, militar e político piauiense que serviu como oficial de artilharia na Guerra do Paraguai, trazendo a tona as transformações ocorridas mediante a influência do exército, diante as concepções positivistas. Ao analisar obras e escritos da época, é perceptível nestas expectativas os contrastes de inúmeras persistências que se materializam na estruturação das novas simbologias anseios da nação Brasil. Para o exercício, contaremos com uma vasta bibliografia produzida por Fialho (1885), Napolitano (2021), Carvalho (1990), Fausto (2018), Schwarcz e Starling (2018) e Sevcenko (1998).

Palavras-chave: Experiências Republicanas. Idealização do moderno. Persistências políticas. História Militar. História Política.

Construindo fronteiras morais: a política de combate às drogas em Belém do Século XX.

Marcelo Igor Castro França da Silva - UFPA
Orientador: Cristina Donza Cancela - UFPA

No contexto das efervescentes décadas de 1930 a 1950 em Belém do Pará, vivenciou-se um período de intensas mudanças sociais, políticas e morais. Essa era foi marcada pelo surgimento de narrativas moralizadoras, decididas a redefinir hábitos e costumes de toda uma parcela da população amazônica, especialmente no que diz respeito ao consumo de entorpecentes e álcool. A escolha da periodização é estratégica, embora abranja períodos políticos distintos, como a "revolução" de 1930, o Estado Novo e a redemocratização, esta abordagem permite uma análise comparativa das políticas de controle durante períodos autoritários e supostamente democráticos. Sob a égide governamental de Magalhães Barata, houve uma ideologia trabalhista e moralizadora que buscava impor disciplina e delineava o caminho para a proibição e repressão do uso de drogas, com destaque para a

maconha, localmente conhecida como diamba. Ao explorar esse tema, a pesquisa propõe-se a compreender as complexas relações entre o controle estatal, as resistências sociais e a construção da identidade social e moral da cidade, oferecendo uma análise profunda das nuances desse período transformador que moldou Belém. Cada fase política revela nuances específicas nas dinâmicas de controle social, proporcionando uma compreensão mais abrangente das transformações ocorridas.

Palavras-chave: Maconha. Brasil. História. Consumo. Aspectos sociais. Drogas.

A queda de um gigante: O fim da União Soviética e as razões do seu colapso (1970-1991).

Fernanda de Assis Fernandes - UFRN

Orientador: Helder do Nascimento Viana - UFRN

O presente trabalho tem por finalidade expor como estava o sistema socialista europeu da década de 1970 até o seu fim repentino no ano de 1991, discutindo também as razões que levaram ao seu colapso. Fruto dos estudos ao longo da disciplina de História Contemporânea II, a pesquisa foi elaborada para compor um “caderno de estudos contemporâneos”, relacionado com os seminários feitos pelos alunos ao longo do semestre de 2023.2. na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A coletânea servirá como guia de estudos para graduandos, portanto, os textos têm como base a bibliografia vista ao longo do semestre, bem como artigos complementares para a construção da pesquisa. Dessa forma, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, visando explorar mais o conteúdo a ser abordado. Neste trabalho, delimitou-se três campos de discussão para as razões do colapso: as questões econômica, burocrática e social. A partir da bibliografia estudada, chegou-se à uma conclusão histórica e outra historiográfica. Com relação à conclusão histórica, nota-se que a junção desses três fatores, mas com maior destaque às questões econômica e social, foi o que resultou realmente no fim do socialismo no final da década de 1980 e início da década de 1990. Já referente à conclusão historiográfica, os autores referenciados convergem entre si em muitos aspectos, mas geralmente a questão social é colocada com mais ênfase do que as outras. A ideia geral é, então, contribuir com os estudos já realizados acerca da temática.

Palavras-chave: Crise. Socialismo. União Soviética.

Política internacional, diplomacia, comércio e navegação na Amazônia e Caribe (1895-1920).

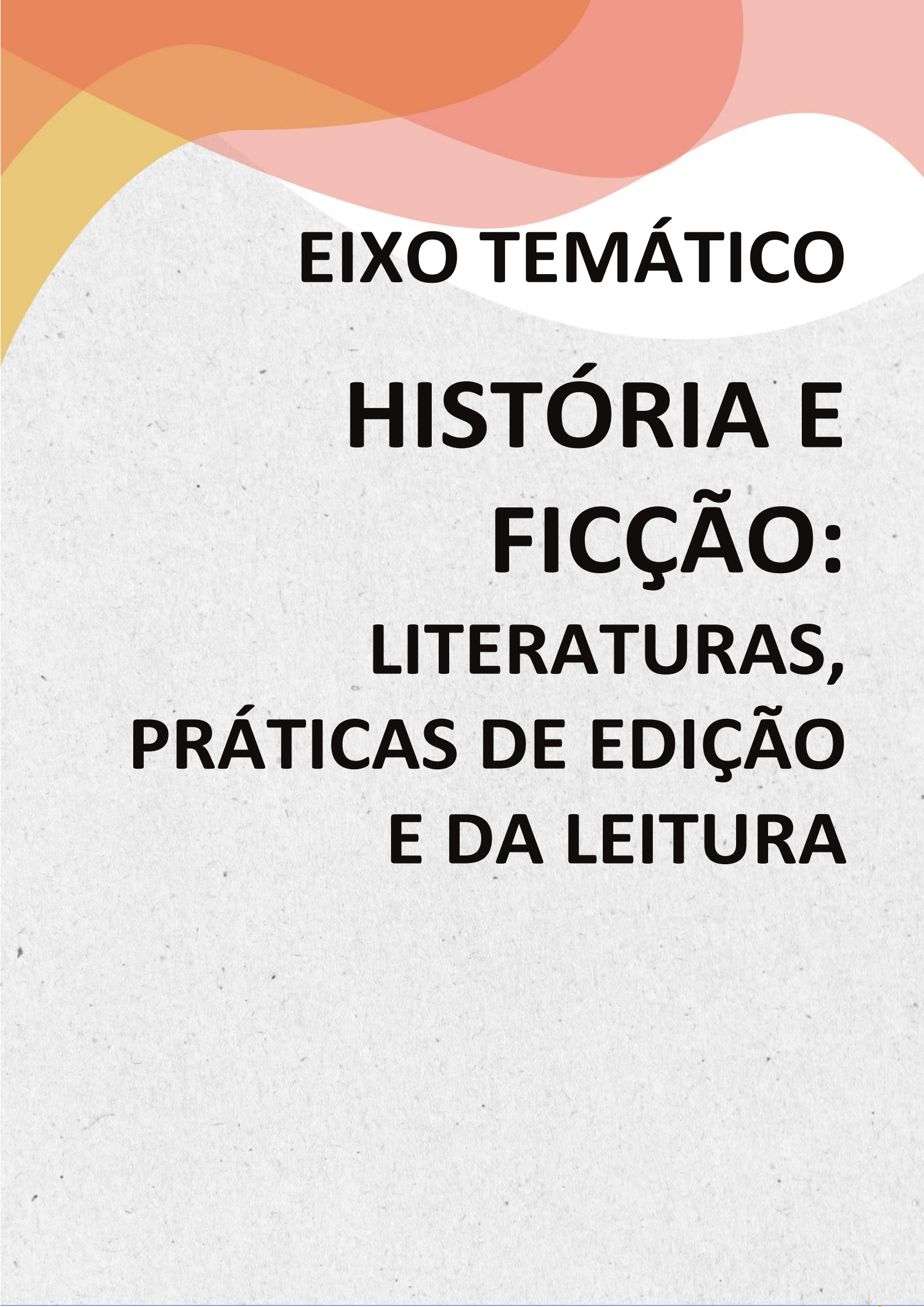
Igor Viana Santiago - UFPA

Orientador: William Gaia Farias - UFPA

A passagem do século XIX-XX marcou a consolidação do imperialismo enquanto disposição econômica e conduta política das potências mundiais, sendo a lógica da economia global a expansão industrial e financeira, sobre a navegação se dedicaram os mais variados esforços da política diplomática e das relações internacionais. Foi sob esse

cenário de novas possibilidades comerciais e do transporte marítimo e fluvial que a Amazônia se revelou enquanto importante rota comercial, seja, na condição de exportadora ou importadora, sobretudo quando do estratégico estabelecimento dos entrepostos ao longo do Caribe. Considerando o recorte temporal, o período analisado é intercalado por duas guerras, a guerra de independência de Cuba, iniciada em 1895, e estendido até o final da Primeira Guerra Mundial, uma vez que tais circunstâncias conjunturais forneceram o campo de atuação das ações diplomáticas, dos impasses e conflitos referentes a navegação e comércio na Amazônia, assim como estratégias e planos de manutenção da neutralidade do Estado Brasileiro diante aos conflitos. Não menos importante foram as tensões pelos conflitos entre o governo federal e os governos estaduais na Amazônia pela realização da autonomia política nos diferentes níveis. Enquanto disposição metodológica, a presente pesquisa recorre a diversificado conjunto documental como, tratados, acordos e documentos internacionais que regulavam a navegação na região, os debates sobre condições de neutralidade e navegabilidade, assim como a atenção dedicada as rotas e produtos comercializados no Mar do Caribe – Amazônia, considerando o relevante papel dos principais gêneros de exportação e importação, respectivamente, a borracha e o carvão mineral. Portanto, à luz da crítica documental, podemos dimensionar as condutas concretas e discursivas da diplomacia brasileira em diversas perspectivas historiográficas, os quais podemos destacar as disposições de liberdade da navegação sob a forma do livre comércio ou de alianças comerciais e a conseqüente imposição das barreiras protecionistas na região fluvial da Amazônia e do Mar do Caribe na passagem do século XIX-XX.

Palavras-chave: Navegação. Diplomacia. Amazônia. Caribe.



EIXO TEMÁTICO

HISTÓRIA E

FICÇÃO:

LITERATURAS,

PRÁTICAS DE EDIÇÃO

E DA LEITURA

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024**Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidade II****Seitas ritualísticas do século XXI: As apropriações e representações de seitas para Paimon presentes no filme HEREDITARY ("HEREDITÁRIO". ARI ASTER, 2018).**

Iuri furini lopes da Silva– UECE

Evelane mendonça de Oliveira – UECE

Orientador: Gleudson Passos Cardoso

Esta pesquisa integra a produção do Grupo de Pesquisa em Cultura Escrita na Antiguidade e na Medievalidade/ ARCHEA (DGP/CNPQ-UECE) e se propõe a trabalhar com as representações do mal no imaginário cristão contemporâneo, a partir do filme Hereditário, lançado em 2018, do diretor e roteirista Ari Aster. O objetivo principal é entender por que a representação do mal através do pacto e possessão demoníaca por entidades do imaginário cristão medieval tem sido recorrente no cinema. De modo específico, pretende-se conhecer as demandas sociais a nível de imaginário cristão e cotidiano que a indústria cinematográfica estaria atendendo na sociedade contemporânea com essas representações, bem como, identificar como a indústria cultural tem se apropriado e ressignificado esses eventos místicos (seitas) presentes no imaginário das sociedades ocidentais por séculos (principalmente abordando as seitas medievais e que se iniciaram nos anos 1970). A pesquisa se enquadra no campo historiográfico da História Cultural, no recorte da História no Cinema, tendo por referências Roger Chartier, André Vauchez e Sandra Pesavento. Esse projeto tem como referencial teórico-metodológico os pressupostos da análise do discurso, bem como seus desdobramentos no campo da análise semântica e da estrutura narrativa sobre o objeto fílmico, os textos e documentos históricos. A análise comparativa será outro recurso metodológico a ser utilizado no confronto das fontes históricas manuseadas, a saber, o filme Hereditário juntamente com outros filmes de referência ao tema (O Bebê de Rosemary, O Exorcista, entre outros), em cotejamento à documentação canônica (manuais de inquisição, sumas teológicas, tratados de demonologia, etc).

Palavras-chave: Representação. Imaginário. Possessão. Cinema. Seita.



EIXO TEMÁTICO

**MUNDOS
DO
TRABALHO**

SESSÃO 01 / 06 de março de 2024**Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidades II****Uma cidade, dois nortes: a ambiguidade de mazaganistas que atravessaram o atlântico.**

Allan William Lebrege da Costa – UFPA

Orientador: Antonio Otaviano Vieira Junior - UFPA

Mazagão. Mais de duas mil vidas compuseram este nome na segunda metade do século XVIII. Vidas que foram deslocadas de uma praça-forte homônima situada no norte da África, atual Marrocos, para outro norte: o Grão-Pará. Houve uma evacuação da fortaleza no ano de 1769, por articulação e decisão de Francisco Xavier Mendonça de Furtado, então secretário de Estado de Marinha e do Ultramar. Dentre as razões para esta ordem, brevemente evidenciamos duas: o cerco militar iniciado pelo sultão mouro Mullah Mohamed, para expulsar os mazaganistas de sua fortaleza, e a ocupação e defesa territorial do Cabo do Norte, com a criação da vila Nova de Mazagão. Partindo da praça-forte, pararam em Lisboa, em 1769, logo prosseguiram para Belém, onde houve mazaganistas aguardando por mais de oito anos pela transferência para vila de Nova Mazagão, desde a chegada. Essas pessoas trouxeram consigo as suas vivências, suas formas de sobrevivência e trabalho, que foram adquiridas e desenvolvidas desde a presença de seus antecessores na fortaleza, na primeira metade do século XVI, e foram introduzidas compulsoriamente no Vale Amazônico, que logo se apresentou como um lugar desconhecido, impróspero e, segundo os próprios mazaganistas de “repugnância”. Foi necessário um processo de adaptação à forma de viver e trabalhar dessas pessoas na capitania do Grão-Pará. Posto isso, o objetivo desta pesquisa em andamento é comparar o perfil de ocupação e a posse de escravizados dos mazaganistas de quando imigraram em 1769 e de quando estavam em Belém e em Nova Mazagão em 1778, uma vez que o projeto de rizicultura implantado por Portugal exigiu uma mão de obra que os moradores de Mazagão, provenientes de uma forte cultura militar em sua antiga fortaleza, se adaptaram e desenvolveram para sobreviver no novo assentamento. Para além deste fator, nota-se um aumento na posse de escravizados destes súditos no decorrer do estabelecimento em Nova Mazagão e a insistência de permanecer na cidade de Belém. Nesse sentido, a metodologia utilizada visa cruzar dados levantados de produções bibliográficas contemporâneas e dados retirados de documentos produzidos na evacuação da praça-forte, no transporte de Lisboa para Belém, no aguardo da transferência para vila nova e no recenseamento na própria Nova Mazagão. Nosso viés investigativo conversa diretamente com a microanálise, ao valorizar um jogo de escalas, em que o processo macro-histórico de ocupação e exploração desenvolvido no reinado de D. José I ganha novos sentidos na redução da perspectiva analítica, na medida em que se trabalha os dados desses moradores.

Palavras-chave: Mazagão. Trabalho. População. Migração. Amazônia.

**Um lugar de aprazível diversão - Vila do Pinheiro (PA): conflitos, lazer e higienismo
(Finais do século XIX/Início do século XX).**

Douglas Gustavo Araújo Ribeiro
Orientador: Franciane Gama Lacerda

A presente pesquisa investiga a Vila do Pinheiro (PA), atualmente Icoaraci, no norte da cidade de Belém. O local originou-se como uma fazenda no início do século XVIII, tornando-se Povoação em 1869 e Vila em 1895, e incorporada a Belém em 1900. A Vila do Pinheiro foi representada na imprensa principalmente como um espaço rústico e de veraneio, um lugar de aprazível diversão, para onde uma parte da população belenense se deslocava, por meio da navegação a vapor e posteriormente pelos trilhos da Estrada de Ferro de Bragança. Idealizando-se esse espaço como pitoresco e calmo. Contudo, com base no acervo judiciário do Tribunal de Justiça do Pará, localizado no Centro de Memória da Amazônia, em Belém, foi possível localizar processos criminais originados do Pinheiro, que revelam outras experiências sociais para além daquelas representadas na imprensa. Nesse sentido, a pesquisa tem como finalidade, reconstruir relações cotidianas das camadas populares e das elites que se davam naquela localidade como o lazer, os conflitos e as redes de solidariedade e de trabalho. Em termos metodológicos, a pesquisa toma como fonte dois grupos de documentos: o acervo documental do Centro de Memória da Amazônia, dando destaque aos processos crimes e jornais paraenses. Podemos apontar como resultados parciais o fato de que a Vila do Pinheiro (PA), esteve entranhada por transformações e conflitos oriundos das dinâmicas sociais da época, como os processos migratórios e a imposição de normas higienistas pela Intendência Municipal. Desse modo, para esse momento da pesquisa, conclui-se que as camadas populares construíam relações próprias, de afeto ou desafeto, em suas vizinhanças e espaços de lazer, ao mesmo tempo que se compreende outros aspectos da chamada "belle époque" amazônica.

Palavras-chave: Vila do Pinheiro (PA). Conflitos. Lazer. Higienismo. Séculos XIX e XX.

O ouro da Amazônia - Cacau, agricultura e escravidão em uma vila amazônica (Cametá, 1778).

Beatriz Victória da Cruz Alves - UFPA
Orientador: Daniel Souza Barroso

Este estudo tem como objetivo compreender os fundamentos internos de produção da vila de Cametá, no final do século XVIII, por meio de uma análise econômica e demográfica. O contexto analisado era marcado pela reorganização das políticas de colonização portuguesa na Amazônia e pela consolidação do cacau como principal produto de exportação da região. A partir do Mapa de Famílias do Estado do Grão Pará e Rio Negro, de 1778, investigamos o uso da força de trabalho escravizada na cacauicultura nessa vila. A análise preliminar dos dados evidencia que, em 1778, 70,14% dos domicílios produziam cacau e 1.301 escravizados estavam envolvidos com a produção de cacau.

Palavras-chave: Posse de cativos. Demografia da escravidão. Economia da escravidão. Amazônia.

Nos limites dos países ribeirinhos: navegação e escravidão (1889 - 1915)

Maria Mariana Bico da Silveira Bichara – IES
Orientador: William Gaia Farias

A navegação nos rios da Bacia Amazônica no século XIX assumiu lugar de destaque nas discussões entre os então chamados países ribeirinhos – região que a partir da metade do século XX passou a ser chamada de Pan Amazônia. A partir dessa perspectiva, o projeto busca compreender as relações diplomáticas relacionadas à segurança e à vigilância da Amazônia Internacional e os impactos nas relações locais de trabalho. Com inicial ênfase na relação diplomática entre Brasil e Colômbia nas águas amazônicas, buscou-se analisar a documentação proveniente do Archivo General de La Nación. Nesse sentido, a indicação de fontes encontradas aponta para uma série de documentos datilografados, os quais denunciam atividades ilícitas em território colombiano – a escravização de cidadãos por piratas brasileiros, sendo a principal delas. Tudo isso aponta para um fato que remonta a inserção dessas pessoas no trabalho escravo em terras amazônicas brasileiras, exatamente no mesmo período de apogeu da Borracha, também chamada de ouro negro. Por outro lado, os documentos também detalham as autoridades colombianas do período em acordo com a coerção de mão de obra indígena. Esses trabalhadores seriam cooptados para exercerem a atividade de extração de recursos naturais visados pelo grande capital na região entreposta do Rio Putumayo e Amazonas. No que diz respeito ao aporte teórico, tem-se o método de análise de fatos e fontes históricas fomentado por Thompson (1981), a compreensão da realidade econômica regional daquele momento com Moog (1975), os acordos de navegação nas fronteiras do Rio Amazonas analisados por Palm (2009) e por fim as relações de trabalho que se moldaram sobre a população indígena no período destacado segundo Henrique (2018). Portanto, compreender as relações diplomáticas relacionadas à segurança e vigilância da Amazônia Internacional é concomitante à compreensão das relações comerciais ilícitas e o mundo do trabalho existente nessa Amazônia de transição do Século XIX para o Século XX.

Palavras-chave: Amazônia. Navegação. Trabalho. Relações Diplomáticas.

Trabalhadores negros nas ribeiras do Acaraú (1700-1822).

Felipe Gurgel Fernandes Bernardo
Orientador: Raimundo Nonato Rodrigues de Souza

O projeto “Trabalhadores negros nas ribeiras do Acaraú (1700-1822)” busca pesquisar fontes documentais no Núcleo de Estudos de Documentação Histórica – NEDHIS da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, tendo como intuito a formulação de materiais em torno dos inventários presentes no arquivo, os relacionando

posteriormente aos elementos de uma cultura de trabalhadores negros do período. Discutir os trabalhadores negros no século XVIII no Ceará é crucial para compreender a influência da escravidão e suas implicações históricas, econômicas e sociais na região, destacando a resistência e contribuições desses indivíduos para a construção da sociedade cearense da época, sendo o recorte o espaço das ribeiras do Acaraú, neste período o trabalho dos negros na região estava predominantemente ligado à escravidão, com muitos deles sendo forçados a trabalhar em plantações, engenhos de açúcar e outras atividades agrícolas, porém algumas documentações apresentam alguns indivíduos negros em diferentes logics do contexto em questão, essa perspectiva histórica é crucial para compreender as raízes das desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade contemporânea, colocando em pauta estes elementos do passado em torno de questões étnico-raciais. As discussões em torno dos trabalhadores negros nas ribeiras do Acaraú são de suma importância para compreender as questões de etnicidade que circundam a contemporaneidade, promovendo a construção de uma história regional que valoriza diversos elementos historiográficos.

Palavras-chave: Trabalhadores negros. Acaraú. NEDHIS. Etnicidade.

O nascimento da República e a manutenção das distinções raciais observadas através dos boletins policiais de jornais paraenses. 1898 - 1908.

Kellen Damasceno Sampaio
Orientador: José Maia Bezerra Neto

Em um período recontado por diversas vezes na história de Belém do Pará como sendo de grande desenvolvimento urbanístico e do modo de vida na cidade aos moldes de uma Belle Époque, a expulsão sócio espacial de uma parcela da população que não se adequava aos parâmetros do que era considerado como “civilizado” fez surgir - e aqui observo a partir de jornais que circulavam na capital - uma nova criminalidade, a partir de agentes das classes mais baixas da sociedade, inclusive daqueles que a menos de uma década se viam na condição de escravizados. A influência mútua entre o que e como são expostos os fatos nos jornais, interligados com a mentalidade de uma sociedade que buscava se moldar a partir de um viés europeu, demonstra a construção, em prol da consolidação, de uma imagem específica nesse meio de comunicação, dos atores criminais que habitavam esta nova dinâmica urbana de Belém do Pará, independente do fato criminal ter acontecido ou não. Análise, a partir do período inicial de intendência de Antônio Lemos, que decretou em Belém diversas normas em relação a higienização e urbanização da cidade, os crimes e contravenções noticiadas nos jornais locais da capital, buscando nestas notícias as nuances em que são tratados os indivíduos citados conforme características como a sua cor de pele, interligando essas informações com o momento político e social em que se encontrava a cidade de Belém, em pleno auge do ciclo da borracha, analisar a imprensa como influenciadora social, no que diz respeito a construção da imagem dos sujeitos que deveriam ser vistos como contraventores e não exemplares do novo modo de vida paraense, ao mesmo tempo em que se entende que não só a imprensa influencia a sociedade, como a mesma também influencia as publicações,

o que nos traz a possibilidade de também analisar a sociedade paraense e quais eram suas atitudes para com as pessoas de classes pobres e de cor, pertencentes às baixadas que se formavam naquele período, graças a sua expulsão em massa do centro da cidade, com seus remanescentes da escravidão e migrantes de outros Estados adjacentes ao Pará. Os jornais serão a principal fonte: Folha do Norte, O Pará, A Província do Pará, em suas colunas de “Boletins Policiais” (áreas destinadas a expor crimes e contravenções ocorridos na cidade e no Estado) cruzadas com outras fontes como os Processos Crimes disponíveis no Centro de Memória da Amazônia, que possuem em seu conteúdo mais informações quanto aos agentes participantes destes episódios, assim como documentos como o Código Penal de 1890 e as subsequentes discussões geradas pelo seu conteúdo, envolvendo o discurso da criminologia e a discussão de raças e racismo científico. Todos esses conteúdos, interligados aos fatos mais instantâneos noticiados pela imprensa diariamente, trarão um parâmetro amplo do estado da sociedade paraense e seus conflitos no período analisado, como a manutenção das distinções de pertencimento no espaço social a partir da classe e da cor.

Palavras-chave: Jornais. Raça. Criminalidade.

O vício da terra: violência e vadiagem nos Sertões do Norte (Século XVIII).

Antonio Guilherme da Silva Oliveira
Orientador: Leonardo Candido Rolim

Em documentos administrativos do século XVIII, nos deparamos com relatos das autoridades de uma falta de ordem no sertão do Brasil, ao passo que em 1760, o ouvidor geral Vitorino Soares Barbosa, descreve a capitania do Siará Grande como “tão pobre e miserável, que só acho com abundância de ladrões e matadores, e outros régulos que a ela se vem refugiar” Essa visão negativa não é exclusividade da capitania do Ceará, na Descrição da Capitania de São José do Piauí, Antonio José de Moraes Durão, descreve os moradores da capitania do Piauí de forma bastante parecida. O objetivo desta pesquisa é propor uma análise sobre a violência nos Sertões do Norte (ROLIM, 2019) durante o século XVIII, e problematizar o discurso de que violência e vadiagem são vícios naturais do sertão, para isso, investigaremos episódios de crimes no sertão e como eles são tratados pelas forças administrativas da colônia, seguindo alguns critérios - delitos mais comuns, suas causas e soluções propostas pela administração pública. Focaremos nas capitanias do Ceará e Piauí, tendo como fontes a Descrição da Capitania de São José do Piauí, e alguns outros documentos avulsos referentes a roubos de gado, assassinatos e outros delitos. O que pretendemos através da problematização do discurso das autoridades portuguesas do século XVIII é propor uma análise para compreensão do embate entre as classes sociais presentes no contexto do Sertão setecentista. A pesquisa continua em andamento e as possíveis conclusões permanecem em aberto.

Palavras-chave: Sertões do Norte. Violência. Século XVIII.

“Era um homem calmo, pacífico e bem procedido”: trabalho, conflitos e cotidiano de estivadores na capital paraense na virada do século XIX para o XX.

Kleverson Luiz da Silva Cordeiro
Orientador: Franciane Gama Lacerda

A pesquisa em questão investiga experiências sociais de trabalhadores pobres e a cultura urbana que permeava suas vidas no contexto da economia da borracha na Amazônia. Focaliza-se especificamente a cidade de Belém-PA entre finais do século XIX e início do XX. Assim, tem-se como finalidade entender as vivências desses sujeitos, tendo como objeto principal o trabalho de estivadores em um momento de grande movimentação portuária na capital paraense. O objetivo central é analisar as ações desses sujeitos e como essas atividades se interligam com a dinâmica da cidade e o panorama laboral durante os momentos de expansão e crise da indústria da goma elástica. A análise dessas interações proporciona caminhos de entendimento valiosos sobre a construção de práticas de higienização e civilização na sociedade belenense, com ênfase especial nas implicações para os trabalhadores pobres, com enfoque nos estivadores. Os trabalhadores pobres, incluindo os estivadores, muitas vezes eram marginalizados e sujeitos a práticas discriminatórias. De fato, a leitura de jornais do período traz à tona esses trabalhadores quase sempre quando estão envolvidos em conflitos e quando são encaminhados à chefatura de polícia. No que diz respeito a metodologia, parte-se das possibilidades dos usos da imprensa. Desse modo, a pesquisa se desenvolve a partir de atividades como: levantamento e leitura de bibliografia; leitura e fichamentos dos jornais paraenses Folha do Norte, O Democrata, Diário de Notícias e O Pará, a sistematização dos dados levantados nos jornais. Como resultado a pesquisa constatou que a cultura urbana refletia a desigualdade social e as disparidades de poder entre diferentes grupos da sociedade. Desse modo, por meio das fontes impressas tem-se uma compreensão do cotidiano de trabalho e de lazer dos estivadores em Belém do Pará, detectando-se os espaços por onde eles circulavam e com quem interagiam. Além disso, já é possível traçar um perfil inicial desses trabalhadores identificando seus nomes, idade, cor, moradia e lugar de origem quando migrantes. Conclui-se que ao compreender tais aspectos, a pesquisa contribui para uma visão mais abrangente da história social do trabalho na região amazônica, oferecendo uma análise das experiências de trabalhadores pobres e sua relação intrínseca com os processos de transformação da cidade e da economia da borracha. Essa análise sobre a situação desses trabalhadores oferece uma janela para as complexidades da vida urbana no início do século XX, destacando não apenas os desafios enfrentados pelos estivadores, mas também as estratégias de resistência e as dinâmicas sociais que emergiram nesse contexto na Amazônia.

Palavras-chave: Estivadores. Trabalho. Belém/PA. Cultura urbana.

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024**Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidades II****Escravidão de crianças indígenas na Amazônia no século XIX.**

Camila Rosa do Nascimento Araujo
Orientador: Marcio Couto Henrique

Esta pesquisa tem como finalidade analisar as formas de trabalho compulsório que crianças indígenas eram forçadas a realizar na Amazônia do século XIX, levando em consideração que a escravidão indígena entrou em processo de ilegalidade desde meados do século XVIII, porém, os sujeitos estudados nessa pesquisa continuaram sendo expostos e retirados de seus lares e comunidades para servir nas residências das elites amazônicas. Diante disso, analisaremos em quais espaços essas crianças estavam ocupando, como chegaram e quais regiões prevaleceram essa compulsoriedade de trabalho ilegal, tendo como base relatos de viajantes, ofícios do governo, testamentos e periódicos, para que seja possível mapear e dar nomes a essas crianças indígenas que muito foram silenciadas e invisibilizadas pela historiografia tradicional. Em síntese, buscamos adentrar e tornar visível a escravidão ilegal de crianças indígenas, a qual pode estar sendo confundida com atos de “benevolência” de uma elite do século XIX, que os retirava de seus lares com a justificativa de civilizá-los.

Palavras-chave: Crianças indígenas. Escravidão ilegal. História Indígena. Século XIX.

Negros e a inquisição na Amazônia colonial.

Pedro Henrique Lobo Pedrosa - UFPA
Orientador: Rafael Ivan Chambouleyron - UFPA

A pesquisa tem como objetivo entender o papel do escravizado negro na sociedade belenense do século XVIII a partir das documentações produzidas pela inquisição, bem como as sociabilidades produzidas por essas pessoas no núcleo urbano da capital da Província do Grão-Pará e Maranhão, além de suas relações com os indígenas em um ambiente onde os saberes estavam em constante gênese e mutação. Busca-se, por meio da micro história e do método onomástico, entender essas inter-relações em um período de formação das fronteiras ao norte da colônia, onde a mão de obra escrava, indígena e posteriormente negra, foi essencial para o desenvolvimento da colônia. outrossim, faz-se necessário explorar a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos no ensino de história para a educação antirracista no ambiente intra e extra escolar mantendo à vista continuidades e rupturas. A pesquisa encontra-se em processo inicial de produção, com determinadas fontes levantadas e analisadas, portanto já pode ser demonstrada as influências dos cativos na sociedade paraense atual, principalmente nas religiões de matriz africana. as práticas de cura analisadas guardam uma continuidade evidente e o

conhecimento autóctone indígena pode ser observado com frequência em pleno sincretismo com saberes africanos e europeus.

Palavras-chave: Escravidão. Religiosidade. Ensino. Inquisição. Amazônia.

Comércio de peles de animais silvestres na Amazônia durante os anos de Oitocentos.

Julia Loiola Ataíde dos Santos

Orientador: José Maia Bezerra Neto

A exploração do reino animal quase sempre foi uma constante no cotidiano das sociedades, pois ao longo da evolução humana, a natureza sempre foi primordial para a subsistência do ser humano, já que é a partir dela que todas as atividades de sobrevivência foram norteadas, como a coleta de frutos e sementes, a caça e a pesca, seguidas da agricultura e da criação animal. No entanto, a exploração da natureza não se deu somente para a subsistência da espécie humana, foi dessa exploração que começou a haver acúmulo de capital (THOMAS 1983). Não diferente disso, a economia da Amazônia Oitocentista seguiu tal qual ao modelo de exploração da natureza com o agroextrativismo, sendo que esse modelo econômico, tem seu apogeu no período da segunda metade do século XIX, em que houve o maior volume de recursos arrecadados proveniente da exploração da borracha (DE LIMA LEANDRO 2020). No entanto, essa atividade econômica não se baseava somente na coleta do látex nos seringais, outros produtos originários da natureza como o cacau, o cravo, a salsa e as peles de animais, também faziam parte dos produtos produzidos, coletados, exportados e consumidos pela província do Grão-Pará. Nesse sentido, esse estudo visa compreender a rede de comércio em torno das peles de animais silvestre, buscando analisar seus aspectos econômicos e sociais, assim, para atingir tal objetivo, a pesquisa tem se atido em colher dados econômicos presentes no periódicos de maior circulação no séc. 19, como o Jornal Treze de Maio, o jornal O liberal, A Época, folha política commercia e noticiosa, para assim verificar qual o destino final das peles dos animais silvestres, se havia uma rede de comércio de pele consolidada entre o Pará e o exterior, isto é uma rede internacional, assim como existência da mesma dentro do império e posteriormente da república, e não deixando de considerar quem são os sujeitos que viabilizaram esta possível rede e como essa factível rede comercial teria contribuído para a balança comercial dessa região.

Palavras-chave: História econômica. Agroextrativismo. Amazônia Oitocentista.



EIXO TEMÁTICO

**HISTÓRIA PÚBLICA
E USOS DO
PASSADO**

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024**Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidades II****Contra o seu decote: Moda, Moralidade e Catolicismo em Belém do Pará (1920-1930).**

Antonio Carlos Jobim Cardoso Carneiro - UFPA

Orientador: Ipojucan Dias Campos - UFPA

O presente trabalho tem como premissa perscrutar a relação conflituosa entre igreja católica e o avanço das modas femininas em Belém do Pará, no período de 1920 a 1930. As buscas por fontes ocorreram no periódico católico “A Palavra”, publicado bissemanalmente e com fortes laços com a Arquidiocese. O critério adotado à catalogação desses papéis foi o da compilação a contemplar a periodização dessa pesquisa. O recorte temporal estabelecido advém do quantitativo de fontes localizadas sobre o devido objeto, assim como, a presença constante de comunicações efetuadas pelo Vaticano contra as “modas immodestas” e que, conseqüentemente, produziram intensa reverberação nas páginas do jornal no referido período. Os jogos de discursos vinculavam a existência das “modas” como sendo causadora de um regresso da moralidade, e, diversos padres, bispos e cardeais publicaram textos nos quais condenavam com veemência a modernidade da indumentária. Destacamos, a exemplo, o texto expedido pelo vigário geral do Papa Pio XI, o cardeal Pompili, que estabeleceu diretrizes para ser fixado na porta de todas as igrejas romanas avisos sobre os excessos da moda. O referido texto, assim como vários outros, fizeram parte do conjunto de matérias que cotidianamente eram lidas pela população de Belenense, e que evidenciavam uma preocupação da igreja católica contra essa moda que a cada dia ganhava mais adeptas. Os diversos articulistas, na maioria padres da capital paraense, acionavam constantemente um clamor a honra, virtude, inocência, pureza, mocidade, e todos os adjetivos que constituíam o ideário que o corpo feminino deveria seguir. Nas matérias vinculadas ao jornal, genitores e maridos eram acionados com a finalidade de conter e modular o avançar das modas no seio de suas famílias. Nessa seara, percebemos que o cerne desse discurso é moldar o comportamento feminino, sobretudo, quando pensamos que a moda, em todos os seus aspectos, significava uma progressão na individualização da mulher durante o século XX. Dessa forma, o presente trabalho busca demonstrar a dimensão conflituosa entre igreja católica e moda, quais discursos eram acionados, para quem eram direcionados e qual sua finalidade, além de evidenciar como o jornal possuía fundamental importância para a propagação de ideias na comunidade católica. A pesquisa aqui apresentada é fruto da iniciação científica.

Palavras-chave: Moda. Catolicismo. Moralidade. Igreja Católica.**Escalas de tensão: familiares em processos de desquite (Belém-PA, 1916-1940).**

Laweizy Jamily Cardoso de Souza

Orientador: Ipojucan Dias Campos

Foram impetrados, na cidade de Belém entre 1916 e 1940, diversos processos de desquite. As motivações para que as sortidas ações obtivessem atenção da justiça paraense foram variadas, por exemplo, adultério, abandono do lar, sevícias e injúrias graves. No entanto, o alvo interpretativo da presente pesquisa não se concentra, efetivamente, nas presumíveis ocorrências a envolver os cônjuges, ou seja, nas razões que os levaram aos corredores do judiciário paraense, mas sim no entendimento histórico de como os diversificados parentes, quais sejam: sogros(as), cunhados(as), irmãos(a), tios(as), primos(as), bem como vizinhos(as), conhecidos(as) e amigos(as), foram envolvidos nas desinteligências a cingir separações contenciosa e amigável na cidade de Belém. A pesquisa apresentada é produto direto da iniciação científica, portanto, o recorte temporal escolhido parte de um plano de trabalho previamente definido, onde o critério adotado para a sistematização da documentação é o da compilação, onde busca-se agrupar o máximo de documentação em que os parentes são agentes decisivos nos jogos de influência. Desse modo, a presente investigação se concentra na discussão acerca de como os agentes familiares constituíram influências na vida matrimonial dos cônjuges, de forma que as influências exercidas eram capazes de orquestrar ou estorvar processos de separação na capital belenense.

Palavras-chave: Desquite. Família. Belém.

A memória da Cabanagem na internet.

Luís Felipe Pereira Pereira

Thiago Samuel Serra Maia

Orientador: Décio de Alencar Guzmán

Este trabalho busca apresentar a memória da Cabanagem na internet, mostrando os eventos históricos e proporcionando uma compreensão mais profunda. Ao explorar o cenário online, contribuímos para a visibilidade sobre a memória da Cabanagem. Nosso foco inclui pôr em vista o debate da memória cabana no meio cibernético e contribuir na reflexão para a pesquisa e memória coletiva nesse ambiente. Ao compartilhar esses resultados, almejamos enriquecer e aprimorar o conhecimento histórico coletivo. A partir da análise de alguns sites da web, o site da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, vídeos no YouTube que informam sobre o assunto da Cabanagem e comentários em um post em um grupo de internet, na qual havia uma postagem informativa focada em expor a experiência cabana em uma determinada localidade e que em sua aba de comentário, expressam diferentes pontos de vista relacionados à revolta. Ainda foi enviado um formulário em grupos de WhatsApp, com questões simples para saber o conhecimento dos entrevistados sobre a Cabanagem, qual a fonte das informações adquiridas por eles, a opinião sobre o movimento cabano e se conheciam algum monumento que remetesse à Cabanagem. Os resultados desta pesquisa são parciais, pois ainda não foram completamente finalizados, porém até o momento temos algumas conclusões que serão aprofundadas mais à frente. Até então nos norteiam para que a memória da Cabanagem na internet seja ligada ao ensino, apenas como um conteúdo para demonstrar os conflitos durante o período denominado como regencial, e não aprofunda

na complexidade do movimento cabano, de comportamento heterogêneo e multiclassista. Contudo, a memória construída sobre a Cabanagem no meio digital pode ser um espelho da realidade, pois até o presente momento as respostas do formulário variam de um conhecimento escolar a um esquecimento do levante, que esbarra na responsabilidade das esferas governamentais na preservação dessa memória para uma gama maior da sociedade. Em síntese, ao explorar a memória da Cabanagem no âmbito digital, este estudo visa não apenas apresentar eventos históricos mas também proporcionar uma compreensão mais profunda dessa revolta. A análise de sites, vídeos e comentários online, juntamente com um formulário em grupos de WhatsApp, revela uma complexidade multifacetada na construção dessa memória online. Os resultados parciais indicam uma conexão limitada da memória da Cabanagem com o ensino escolar, muitas vezes reduzindo-a a um mero conteúdo sobre os conflitos regenciais. Contudo, a análise vai além, destacando o comportamento heterogêneo e multiclassista do movimento cabano. Essa abordagem online não apenas contribui para a visibilidade da memória cabana, mas também ressalta a responsabilidade governamental na preservação dessa história para uma compreensão mais abrangente na sociedade. Os resultados parciais apontam para a necessidade de aprofundar a análise e explorar ainda mais a complexidade do movimento cabano no meio digital. Em suma, este estudo não apenas enriquece o conhecimento histórico coletivo, mas também ressalta a importância de trazer a memória da Cabanagem para o ambiente online, reconhecendo as limitações atuais e apontando para futuras pesquisas que possam estender e aprimorar o entendimento desse período histórico relevante.

Palavras-chave: Cabanagem. Memória. Internet. História Pública.

A trajetória do Centro de Memória da Amazônia enquanto acervo digital (2008-2021).

João Henrique da Rocha Sousa

Orientador: Décio Marco Antonio de Alencar Guzmán

O Centro de Memória da Amazônia (CMA) é uma instituição patrimonial que foi criado em 31 de janeiro de 2007 através do Convênio N° 005/2007 TJPA realizado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Seu acervo documental compreende o período que vai de 1785 até o ano de 1970. Além do prédio localizado na Travessa Rui Barbosa, em Belém/PA, existe o acervo online que é constantemente alimentado com novos catálogos e digitalizações. Diante de desafios contemporâneos de ampliar a divulgação das fontes a um maior público, a Instituição desenvolve ações digitais que buscam o diálogo entre História Social da Amazônia, História Pública e História Digital na nova era global e sustentável. Desde o seu surgimento, os principais responsáveis pela organização do seu acervo foram os bolsistas da graduação em História, formados e orientados pelos professores da Faculdade de História da UFPA. Essa organização, seguindo as regras das ciências da informação, não deixa de ter sido feita majoritariamente por historiadores. Pode-se dizer o mesmo do acervo digital, também alimentado, organizado e otimizado pelos estudantes de História, tornando-os assim, mesmo que em um nível pequeno, conservadores e divulgadores

desse patrimônio. O presente trabalho, ainda em andamento, tem como objetivo fazer um estudo de caso sobre como nasceu e se desenvolveu o acervo digital do CMA e apresentar um breve panorama da trajetória do Centro de Memória da Amazônia dentro do meio digital. A metodologia de pesquisa se constituirá de em uma análise qualitativa dos sites institucionais, o primeiro que foi criado em 2008 e funcionou até 2017, e o segundo que foi desenvolvido em 2017 e funciona até os dias atuais; o uso da História Oral, através de entrevistas a serem realizadas com o ex-bolsistas e servidores do local, tendo como assunto a criação do acervo digital. Partimos do conceito do historiador francês Pierre Nora de Lugares de Memória (1984), que se define como: lugares com uma "vontade de memória", onde essa perpetuação da memória atravessa um local físico, ou nesse caso virtual, digital. Numa análise inicial, é possível perceber como o site eletrônico do CMA (contendo: páginas web e hipertexto) reflete a vontade dos gestores do Centro em tornar pública a documentação presente no seu acervo, considerando a estrutura do site que não tem uma interface similar a outros acervos digitais, mas isso não os impede de compartilhar suas informações.

Palavras-chave: Acervo digital. Centro de Memória da Amazônia. Lugar de memória.



EIXO TEMÁTICO
HISTÓRIA, GÊNERO E
ABORDAGENS
ANTICOLONIAIS

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidades II

Performances de masculinidades no Grindr: como as representações de homossexuais na mídia ao longo dos anos influenciam homens gays mesmo num espaço "seguro".

Mateus Gonçalves Da Silva - UFPA
Orientador: Décio de Alencar Guzmán

Este trabalho tem como objetivo compreender como os homens gays de Belém, usuários do aplicativo de relacionamento Grindr, expressam e reagem às performances de masculinidade, e qual a influência que as representações de homossexuais nas mídias nos últimos anos, como filmes e séries, têm sob esses aspectos. O motivo do aplicativo ter sido escolhido é que atualmente é um dos principais meios de interação entre homens gays, sejam eles assumidos ou não, por conta da descrição, dispositivo de localização e praticidade. A base teórica para tal vem principalmente de autores como Judith Butler e sua compreensão do sexo e do gênero como constructos de uma performatividade imposta, e de Richard Miscocki e suas obras em torno do gênero e sexualidade, principalmente as focadas nas interações homossexuais dentro das redes sociais. As análises foram feitas a partir da coleta de perfis dos usuários do Grindr, com o foco para os nicknames, as tags e a descrição, que são as três áreas do perfil onde os utilizadores costumam expressar suas identidades e desejos; os comentários de youtubers gays sobre conversas, perfis e suas próprias experiências dentro do aplicativo; e do desenvolvimento de personagens homossexuais em obras dos últimos 20 anos e suas repercussões. Por meio disso, foi possível identificar o quanto os marcadores de gênero são presentes nas representações dos homens gays feitas nos meios televisivos, nas interações deles dentro do app e principalmente nas definições de si próprios em seus perfis, existindo quase uma obrigatoriedade diante deles de performarem um “eu” extremamente “masculino” e rejeitarem o que fugiria disso ou do contrário, de apresentarem muitas características definidas como femininas. Por exemplo, possuir uma voz fina, ser fisicamente mais “delicado”, fazer uso de maquiagem e de desejarem exclusivamente o primeiro tipo, não existindo em certo ponto um meio termo ou individualidades aceitáveis. Além disso, o quanto essas representações expostas nas mídias acabam impondo aos sujeitos homossexuais essas definições e as qualificando como padrões a serem seguidos, contribuindo para o comportamento deles no Grindr, que mesmo sendo um ambiente virtual tido pelos próprios como neutro, não escapa da necessidade deles de performar uma identidade que possa ser aceita pelos demais, o que também acaba gerando exclusão e preconceito entre eles.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Grindr. Mídia. História Digital.

Análise dos discursos de gênero presentes na série Peaky Blinders: narrativas sobre o imaginário cultural do século XX em mídias digitais.

Caroline Maria Silva de Medeiros – UFPA

Lucas Corrêa Gavinho – UFPA

Orientador: Cristina Cancela – UFPA

Este estudo tem como objetivo analisar os discursos de gênero presentes em uma narrativa seriada e em um filme, explorando discussões implícitas e explícitas em ambas as produções. Ambientadas no início do século XX, as obras selecionadas são a série britânica Peaky Blinders (2013-2022) e o filme Mulher Maravilha (1917). A série retrata debates sobre a representação de gênero, destacando principalmente a figura masculina dominante, enquanto o filme retrata as mulheres em pé de igualdade com os homens. A glorificação contemporânea do século XX como um período "áureo" para a masculinidade leva a uma exploração abrangente dos estudos relacionados à identidade. A pesquisa se concentra em entender como essas narrativas são interpretadas e como as plataformas on-line influenciam e refletem as narrativas da sociedade, assim como o papel dos memes na disseminação de ideias e discursos culturais. A metodologia envolve a análise dos discursos em Peaky Blinders(2013-2022) e Mulher-Maravilha(2017), além do estudo de como essas narrativas são interpretadas e utilizadas na Internet para a propagação do discurso, usando fontes digitais como memes nas mídias sociais. A pesquisa busca compreender como o imaginário do século XX é criado em narrativas serializadas e filmicas, considerando-o um período "áureo" principalmente para os homens, e discute a agência das mulheres nessas narrativas. O método conceitual-analítico incorpora os conceitos teóricos de "Masculinidade Hegemônica" e "Feminilidade Enfatizada" dos sociólogos Raewyn Connell e James W. Messerschmidt. Trabalhos acadêmicos sobre o tema também são empregados para explorar como o cinema molda os discursos de gênero, e seu reflexo na sociedade por meio da Internet. Apesar de Peaky Blinders ser considerada uma série misógina e violenta, é fundamental observar a evolução do retrato das mulheres à medida que o mundo ao seu redor muda. Inicialmente tratadas como troféus ou incapazes de realizar feitos extraordinários como os homens, as mulheres da série gradualmente ganham autonomia. Na erapós-Primeira Guerra Mundial, as mulheres se tornaram as principais responsáveis pelo sustento da casa e entraram em espaços antes restritos aos homens. A glorificação contemporânea do século XX, permite uma análise sobre as performances de gênero apresentadas na ficção, a aversão à desconstrução de aspectos considerados tóxicos para a identidade masculina leva à exaltação de narrativas de masculinidade hegemônicas, conforme observado nos discursos da Internet. Em conclusão, os discursos da série servem como exemplo de como a ficção mantém modelos de masculinidade. A figura masculina dominante na narrativa alinha-se a um ideal de homem jovem, forte, viril, heterossexual, cisgênero e branco. O estudo destaca o papel do machismo no controle das narrativas, decorrente da guerra e da política, onde as mulheres eram tradicionalmente excluídas. A criação de um herói da era da guerra, emparelhado com uma mulher submissa em casa, contribui para a exaltação da masculinidade, em contraponto da narrativa presente quando uma heroína está em destaque. A mudança na dinâmica social, com as mulheres desafiando os papéis

tradicionais, provoca resistência, levando à elevação das narrativas masculinas e às tentativas de suprimir a ascensão social feminina.

Palavras-chave: Imaginário cultural do século XX. Análise do discurso de gênero. Masculinidade. Discurso dos Memes.

A moda e as mulheres: as representações femininas nos periódicos de Belém Pará (1919-1923).

Camila Rosário de Oliveira – UFPA

Gabrielly Trindade Mendes – IES

Orientador: Antônio Maurício Dias da Costa

O objetivo do presente artigo é trabalhar a história da relação das mulheres das elites de Belém com a moda em voga no final da década de 1910 e início dos anos 1920, pensando a importância que o uso de vestimentas e acessórios possui para o enquadramento simbólico dessas mulheres dentro da alta sociedade belenense, bem como dando destaque e relevância para a valorização do individualismo burguês que estava cada vez mais crescente na sociedade do início do século XX e podia ser percebido por meio do vestuário. Nesse sentido, buscou-se compreender, por meio de jornais e revistas, como era veiculado e representado um ideário de mulher. Dessa forma, realiza-se a análise das colunas de moda da colunista “Maria de Magda” no periódico “A Semana: A revista ilustrada” dos meses de fevereiro a maio de 1919, bem como dos jornais paraenses, que no decorrer da década de 1920, começam a dar mais destaque para a figura feminina. O período pesquisado compreende os anos de 1919 a 1923. Essa pesquisa investiga o impacto da moda na sociedade paraense da época, especialmente no que diz respeito às tendências e costumes ligados ao universo sociocultural das mulheres das elites. As colunas não apenas promoviam ideologicamente o estilo, mas também as posturas e os comportamentos femininos ideais. Assim, a moda pode ser um objeto representativo crucial na compreensão das práticas sociais em uma época específica. A influência e o papel da moda na sociedade da Belle Époque belenense são analisados sob uma perspectiva política, demonstrando como a moda pode estar conectada às relações de poder, das ideologias e das transformações sociais da época. O objetivo do presente artigo visa compreender a importância do vestuário enquanto afirmação simbólica do enquadramento social das mulheres de elite e do avanço do individualismo. Foi possível constatar, por meio da análise dos periódicos, que havia um ideário feminino de comportamento, de vestuário e de moda que orientava a vida e a personalidade das mulheres de elite. Conclui-se que o estudo da história das práticas e representações sociais ligadas à moda e à feminilidade revela comportamentos e ideais em circulação na alta sociedade.

Palavras-chave: Mulher. Moda. Comportamento. Belém do Pará. Periódicos.

Pajelança e Criminalização: mulheres pajés e a criminalização da pajelança em Belém do Pará (1900-1930).

Aline Emilly Silva do Nascimento
Orientador: Antonio Maurício Dias da Costa

A pajelança tem origem indígena amazônica pré-colonial, e que com as influências afro religiosas e católicas tornou-se um misto cultural conhecido atualmente como “pajelança cabocla”. Antes e após a criação das faculdades de medicina no Brasil, a procura por pajés era comum, já que país carecia de médicos especializados e os serviços dos licenciados eram caros. Contudo, as mudanças legislativas, políticas e sociais ocorridas principalmente no início do século XX no país contribuíram para a mudança da visão social acerca dos pajés e concomitantemente com a criminalização e repressão de pajelança. Esse trabalho tem por finalidade compreender as nuances, eventos e agentes relacionados à criminalização e repressão da pajelança feminina em Belém do Pará nas três primeiras décadas do século XX, período esse que marca o fim da Belle Époque e está envolto em mudanças de cunho social e político. Para tanto, foram utilizadas bibliografias que abordam temas de pajelança, Belle Époque, mulheres e medicina. Como os livros “Nas Trincheiras da Cura” de Gabriela Sampaio; “A Cidade dos Encantados” de Aldrin Figueiredo; “A Ilha Encantada” de Raimundo Maués e o artigo “O legado afroindígena aos curadores da Pedreira: pajelança em processos criminais em Belém do Pará (1929-1933)” de Antônio Maurício da Costa e Juliana Carvalho. Como fonte primária, foi utilizado um processo de prática ilegal de medicina da 4ª vara penal do ano de 1929 ocorrido no bairro da Pedreira em Belém do Pará, salvaguardado no Centro de Memória da Amazônia da UFPA, e onde são acusadas quatro mulheres. No momento, a pesquisa está em construção, mas foi possível alcançar resultados parciais que indicam que os pajés eram descritos como fanáticos e supersticiosos pela sociedade belenense que se formava, por isso eram reprimidos. Isso é evidente no processo, especialmente no relatório inicial do inquérito elaborado pelo subprefeito do Distrito da Pedreira, que classifica a pajelança como: “legado macabro dos pagés aborígenes e dos feiticeiros da África”. Além disso, eles eram criminalizados pelo Código de Posturas Municipal de Belém de 1900, capítulo VII, artigo 31 como “Prática Ilegal de Medicina” e pelo Código Penal da República de 1890, capítulo III, artigo 157, como “Crime contra a saúde pública”, conforme demonstram Costa e Carvalho (2019). O gênero do praticante poderia intensificar a repressão, principalmente por conta da estima ligada à mulher pajé ser considerada bruxa. Então, para fugir da repressão, diversas mulheres classificavam-se como curandeiras, erveiras, parteiras ou espíritas, sendo o último a classificação mais usada pelas acusadas para fugir da caracterização do crime de pajelança e por sua vez fugir da estima de feitiçaria. Diante das transformações ocorridas no início do século XX, emerge a problemática central desta pesquisa: seria o curandeirismo feminino uma manifestação de resistência e agência feminina, diante da repressão de atividades consideradas divergentes pela sociedade belenense que se formava e culturalmente associada ao homem? Nesse contexto, as curadoras desafiaram as normas de gênero ao desempenhar papéis ativos na esfera social e preservaram tradições, mesmo frente à criminalização, representando assim uma forma de empoderamento feminino e de salvaguarda cultural.

Palavras-chave: Mulher. Pajelança. Repressão. Criminalização.

Dinâmica Populacional da Amazônia Colonial: Composição heterogênea da população da capitania do Grão-Pará (1750-1778).

Ana Laura Brito da Conceição – UFPA

Morgana Pinto Amaral – UFPA

Orientador: Antônio Otaviano Vieira Júnior – UFPA

A presente pesquisa tem como proposta fazer uma análise, a partir da leitura de base de dados, a dinâmica populacional na Amazônia do período colonial, focando de forma mais específica na região e capitania do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII. Partindo dos pressupostos básicos da criação de sistemas nacionais de estatísticas na Europa que consistia em gerar um conjunto documental sequenciado e rico em dados populacionais incluindo o Estado Grão Pará e do Maranhão como Mapas de População depositados no Arquivo Histórico Ultramarino e digitalizado pelo Projeto Resgate, a finalidade do trabalho é explorar a diversidade interna da composição populacional da capitania, fugindo de modelos generalizadores que tendem a resumir a região ao extrativismo e a exploração da mão de obra indígena. Para tanto, avançaremos na análise comparativa de indicadores mais gerais de todas as freguesias que compunham o Grão-Pará, incluindo a análise da estrutura de seus domicílios. Como resultado foi possível fazer o planejamento de montagens de tabelas exibindo os seguintes indicadores populacionais por localidade: população total, quantia domiciliar, população dividida por sexo, isto é, chefias por homens e por mulheres, dividia por faixa etária, população dividida por origem/condição (livre, indígenas aldeado e escravo negro), seus ofícios, empregos, seus estados civis e quantos residem no mesmo ambiente tanto como parente quanto como assoldados. Vale destacar a atenção voltada à quantidade de chefimento feminino de cada freguesia do Grão-Pará detalhando suas qualidades (branca, indígena, preta etc) seu estado civil (casada, viúva, solteira) e suas possibilidades (rica, mediana, pobre) detalhes que os mapas foram capazes de fornecer, fortalecendo o conceito de matrifocalidade - Formação familiar centralizada na mãe - na história do Brasil. Além de obter resultados referentes as principais produções de cada freguesia, foi levado em consideração os números e as profissões liberais tais como; cabelereiro, lavradores, Mercador, ourives e entre outros existentes de freguesias como Sé, Campina, Moju, Bragança, Macapá e Cameté elaborando assim tabelas informativas que diz respeito ao número total de domicílio e a qualidade de chefeamento. Juntamente com a transcrição e resumo de cada documentação colonial totalizada com mais de 40 documentações. O cruzamento documental foi um elemento crucial para a criação de um panorama geral da população da capitania, onde as diferenças internas serão destacadas. Para além de evidenciar as possíveis diferenças, o estudo de localidades específicas contribuirá para a compreensão do processo histórico que gestou tais diferenças, dentro do contexto de diversos eventos históricos como: a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador do Estado do Maranhão (1751); criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), Lei de Liberdade Geral dos Índios (1757), Diretório Indígena (1757), a criação da capitania do Rio Negro (1757) e a expulsão dos

jesuítas (1759). Ciclo econômico, mão de obra escrava, produções/plantações amazônicas, chefia indígena, chefia feminina e suas possibilidades na segunda metade do século XVIII são alguns dos vários assuntos presentes na pesquisa que merecem ser levados a público para fins de conhecimento e promoção de debates.

Palavras-chave: Amazônia. Colônia. Grão-Pará. Gênero. População.

Sob o olhar de Marie Gouze: a luta pelos direitos das mulheres no século das luzes (1784 – 1793).

Maria Fernanda da Silva

Orientador: Tatianne Ellen Cavalcante Silva

O presente artigo visa apresentar a trajetória de Marie Gouze, dramaturga e ativista, que sob o pseudônimo de Olympe de Gouges publicou folhetins e peças teatrais como forma de luta pelos direitos das mulheres, dos negros e pobres que sofreram com o descaso de uma sociedade individualista e patriarcal. Marie Gouze nasceu em Paris, na França, filha de um produtor de teatro, teve acesso à educação e fez uso desse privilégio para questionar os limites da liberdade, igualdade e fraternidade pregadas pelos mentores da revolução francesa. Um exemplo disso foi a declaração dos direitos da mulher e cidadã, onde Olympe em 1791, elaborou 17 artigos, que tinham como objetivo reivindicar uma vida digna e um lugar social atuante para as mulheres. A declaração foi elaborada numa contraposição à publicação da declaração dos direitos dos homens lançada pelos jacobinos em 1789. No dia 3 de novembro de 1793, foi guilhotinada, e segundo as autoridades políticas, sua morte derivou do seu desrespeito com a sociedade o que, neste caso, significava não ter subvertido o lugar social destinado culturalmente às mulheres, o lugar de mãe, esposa e dona de casa. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a trajetória de Marie Gouze e seu ativismo pelos direitos das mulheres, demonstrando através dos seus escritos a desigualdade presente na sociedade do século XVIII, e o silenciamento atribuído as mulheres que lutaram avidamente pela conquista de igualdade. A metodologia utilizada artigo foi a pesquisa bibliográfica, na qual dialogamos com as seguintes autoras: Christine Escallier, Michele Perrot, Joessane de Freitas Schmidt, Maria Rosa Cutrufelli, Maria Walkíria Cabral, Luiza de Souza Lima Macedo, entre outras, que contribuem para pensarmos a revolução francesa e o papel das mulheres neste acontecimento histórico. Por fim, é necessário ter ciência de que apesar da pesquisa estar em andamento e as conclusões em aberto, fica notável que a trajetória de Marie Gouze é um importante capítulo nas transformações dos direitos das mulheres, e soma-se a uma rede composta por tantas outras que desenvolveram uma nova forma de ser mulher e de existir, lutando principalmente pela igualdade de gênero.

Palavras-chave: Marie Gouze. Revolução Francesa. Trajetória.

Lançamento Oblíquo: Eugenia Maria e as trajetórias das mulheres de Nova Mazagão na Amazônia.

Maycom Cristyan Leal de Araujo – UFPA

Orientador: Antonio Otaviano Vieira Junior – UFPA

Sob as diretrizes do Marquês de Pombal, que visava fortalecer a presença de Portugal no Brasil, a Coroa recebeu instruções para transferir uma de suas possessões para esse novo território. Mazagão, localizada no norte da África, em Marrocos, foi escolhida para tal empreendimento. No ano de 1769, a transferência foi efetuada, levando consigo aproximadamente 469 famílias para a nova terra brasileira. Mazagão fez uma breve parada por Belém em 1770, desembarcando no Amapá em abril de 1771, marcando a instalação das primeiras famílias na região. Eugenia Maria, uma mulher de 45 anos oriunda da antiga fortaleza, chegou com seus dois filhos, desempenhando um papel fundamental nesse empreendimento português ao ser a primeira família a habitar a região. A jornada de Eugenia teve início em 1769, a bordo do N. Sra. Mercês da Companhia, um dos navios encarregados do transporte dos mazaganenses para Lisboa. Ela foi deslocada com seu marido, Lourenço Rodrigues, de 50 anos, que serviu na artilharia e foi ferreiro na guerra entre Portugal e os Marroquinos pelo controle da região. Em 1778, a família, inicialmente composta por oito pessoas, perdeu mais da metade de seus membros. Após ficar viúva, Eugenia liderou seus dois filhos na missão de povoar um território hostil, distante de sua antiga terra natal e com um clima úmido amazônico, muito diferente do clima da região de origem, o que influenciou significativamente sua adaptação e atividade laboral. Ao contrário da maioria das famílias envolvidas na lavoura, Eugenia fazia parte de um grupo de mazaganenses que vieram como chefes de sua família. Viúvas, senhoras, chefia femininas dedicadas a zelar sua prole. Mulheres que exerciam funções ligadas ao cultivo ou à tecelagem de algodão, uma importante atividade para a sobrevivência da família. As adaptações desse contingente influenciaram a construção da comunidade em Macapá, agora enfrentando o clima amazônico e as dinâmicas da nova terra. A herança luso-marroquina se manifestava no ofício de Eugenia e de outras mulheres mazaganenses, e entender essas chefias femininas colabora para aprofundar as conversas acerca do cotidiano distante daquela comunidade em Nova Mazagão. Dessa maneira, a metodologia utilizada visa extrair informações dos documentos relacionados à retirada do povo mazaganense, como mapas de relações familiares e autojustificações, com o propósito de além de entender as atividades de Eugenia e outras mulheres do povoado, analisar os reflexos culturais que influenciaram as atividades do provenientes da África, principalmente ao adotar o princípio da Física ao entender que todo corpo em lançamento tem trajetória, e entender essas caminhadas a partir das mulheres e compreender parte desse deslocamento da herança luso-marroquina na Amazônia.

Palavras-chave: Mazagão. Trajetória. Mulheres.

História das mulheres das camadas populares em Belém: trabalho, família e casamento (1889-1930).

Amanda Kellem Moraes Lopes – UFPA
Orientador: Cristina Donza Cancela – UFPA

Devido às intensas mudanças na historiografia, atualizada na terceira geração da Escola dos Annales, a Nova História Cultural, a História Social Inglesa e os caminhos metodológicos abertos pela Micro-História Italiana, viu-se a importância dos estudos acerca da política, do cotidiano, das mudanças, e da experiência dos sujeitos, em particular, dos excluídos, como as mulheres. O final da década de 1980 marcou a chegada da categoria gênero nos estudos de mulher, redimensionando não apenas a História das Mulheres, mas o próprio fazer historiográfico. Embora os trabalhos de gênero já destacassem a preocupação com as categorias de classe social, raça/etnicidade e sexualidade, os estudos de interseccionalidade enfatizaram a necessidade dessa relação, e evidenciaram a diversidade e densidade que esses marcadores sociais da diferença traziam à compreensão da experiência dos sujeitos. Durante o período da chamada primeira república, vemos um contexto social de desigualdades entre a população abastada e os populares. A população pobre vai ser a pauta de políticas de Estado e de ideologias voltadas para o que a elite considerava as classes perigosas, que precisavam ter o trabalho, a moradia e a moralidade controlada. Para garantir esse controle, normas e preceitos foram estabelecidos pelo Estado Republicano e suas instituições, na tentativa de conservar e reformular modelos de comportamento moral e sexual de homens e mulheres. Nessa pesquisa, nos propomos a analisar as práticas e representações das mulheres das camadas populares, no período de 1890 a 1930; e compreender o universo do mundo do trabalho, das relações familiares e do casamento destas, além de analisar a forma como as mulheres das camadas populares vivenciaram essas normas e preceitos hegemônicos e, ainda, em que medida elas dialogaram com essas normas, assimilando-as e resistindo, na construção política do cotidiano que envolve o mundo do trabalho, as relações familiares e o casamento. Essas mulheres estabeleciam práticas que questionavam valores da elite, envolvendo-se em relacionamentos baseados no viver em comum, em uniões plásticas que podiam ser rompidas várias vezes, algumas delas chefes de suas famílias, vivendo relacionamentos solos com filhos ilegítimos (CANCELA, 2011). É o universo dessas mulheres que iremos compreender nessa proposta. Para tanto, será trabalhada como fonte preferencial, os processos criminais localizados no Centro de Memória da Amazônia, instituição patrimonial, subordinada à Universidade Federal do Pará, que salvaguarda parte da documentação pertence ao Tribunal de Justiça do Estado. Os processos são documentos que investigam aquilo que a sociedade estabelece como crime, eles possibilitam a compreensão de uma narrativa encarnada, onde se percebe a agência dos sujeitos, em particular, aqueles que fazem a História vista de baixo. Através dessa fonte podemos chegar ao cotidiano, aos valores e às práticas dos sujeitos e famílias, especialmente, mas não exclusivamente, dos grupos populares, pois nos permite conhecer o universo das práticas e representações das pessoas que protagonizaram esses conflitos, analisando seus padrões de comportamento.

Palavras-chave: Belém do Pará. Gênero. Mulheres. Processos Criminais.

Os corpos negros femininos marcados na História do Tempo Presente: os casos de feminicídios, (in) visibilizados com mulheres na região nordeste entre 2010 a 2020.

Maria Andreane Leite Pires

Jakson dos Santos Ribeiro

Orientador: Jakson dos Santos Ribeiro

A presente pesquisa busca investigar os casos de feminicídios que atingem mulheres negras na Região do Nordeste, durante o período de 2010 a 2020, bem como analisar a forma como esses crimes foram transmitidos através dos jornais e portais online. Acredita-se que o referido trabalho é fundamental para ampliar as discussões sobre gênero e contribuir com medidas de enfrentamento. A metodologia utilizada é a Netnografia, um mecanismo inovador do século XXI que possibilita o ciberespaço servir como meio de estudo (Amaral, Natal e Viana (2008). Ademais, a construção da base teórica está sendo fundamentada na pesquisa aplicada, descritiva, bibliográfica e documental. É importante pontuar que o estudo ainda está em fase de desenvolvimento e atualmente está sendo realizado um levantamento bibliográfico, o qual busca suporte na leitura dos estudos de gênero discutidos por Butler (2003), Scott (1995) e Beauvoir (1949), bem como outras autoras que debatem as violências sofridas pelas mulheres através de uma perspectiva de raça e classe, como Saffioti (2015) e Davis (1981). Para a tabulação de dados quantitativos, os quais mostram a recorrência dos casos de feminicídios no âmbito regional, está sendo mapeado os números apresentados por bancos de dados dos principais institutos de pesquisa do país, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto de Pesquisa econômica aplicada (IPEA). Como alguns apontamentos parciais foi observado que a mídia, enquanto veículo de comunicação, transmite discursos ideológicos que legitimam problemas sociais, como o racismo e a desigualdade de gênero. Assim, na imprensa o crime de feminicídio é tratado com descaso e banalização, uma vez que os autores de tais plataformas não promovem uma discussão e conscientização social sobre a questão. À vista disso, são frequentes as matérias que não mencionam nem o nome da vítima, a qual sofre, por vezes, uma culpabilização pela violência. Há também uma invisibilidade dos corpos negros femininos nessas notícias, pois é negligenciado o fator racial da violência, dado que mulheres negras são, estatística e socialmente, os corpos mais marcados pelo feminicídio. Desse modo, o feminicídio, sendo um crime pela Lei nº 13.104/2015, é um ato hediondo de ódio por mulheres, especialmente por mulheres negras. Esses casos são (in)visibilizados pela imprensa digital nessa História do Tempo Presente, responsável por perpetuar narrativas que banalizam a violência de gênero. Nesse sentido, como resultados do estudo, espera-se contribuir com os debates de gênero por meio de apresentações em eventos acadêmicos, assim como por produções de textos que viabilizem uma sociedade contra o machismo e a misoginia.

Palavras-chave: Violência. Feminicídio. Netnografia. Imprensa Digital. Mulheres Negras.

O ensino e as questões de gênero e diversidade no espaço escolar da educação básica através do uso de filmes.

Juliana Santos Sá da Silva

Carlos André Martins da Silva

Orientador: Jakson dos Santos Ribeiro

As questões de gênero e diversidade são temas cada vez mais relevantes na sociedade contemporânea. Elas estão presentes em todos os aspectos da vida social, como por exemplo, na educação. Nesse sentido, a formação de professores da educação básica deve contemplar questões que envolvem, por exemplo, abordagens acerca do gênero e da diversidade, com intuito de preparar os docentes para lidar com essas questões de forma adequada. Por essa ótica, os/as professores/as devem estar capacitados para promover a equidade de gênero e a inclusão de todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia ou religião. Nesse cenário, o uso do audiovisual como recurso didático pode ser uma estratégia eficaz para abordar questões de gênero e diversidade na formação de professores. Os filmes podem proporcionar aos docentes oportunidades de reflexão sobre esses temas, bem como promover a conscientização e a empatia. O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o potencial do uso de filmes como recurso didático para abordar questões de gênero e diversidade na formação de professores da educação básica. A pesquisa será realizada por meio de três etapas. Na primeira etapa, será realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema. Na segunda etapa, será desenvolvido um roteiro de aula para abordar questões de gênero e diversidade através do uso de filmes. Na terceira etapa, o roteiro de aula será avaliado com professores da educação básica, essa avaliação do roteiro de aula será realizada através de um questionário aplicado aos professores participantes, abordando aspectos como a adequação do roteiro de aula para abordar questões de gênero e diversidade; a efetividade do roteiro de aula para promover a reflexão, a conscientização e a empatia; e sugestões de melhorias para o roteiro de aula.

Palavras-chave: Gênero. Diversidade. Formação de professores. Filmes. Recursos Didáticos.



EIXO TEMÁTICO

**HISTÓRIA ORAL:
PRÁTICAS,
DISCURSOS E
PERFORMANCES**

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024**Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidades II****Espaços de sociabilidade: uma análise da chegada da tv e do rádio na cidade de Quixadá durante a ditadura militar (1964-1965).**

Talita da Silva Ventura – UECE

Orientador: Edmilson Alves Maia Júnior - UECE

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar como a chegada do rádio e da TV na região do sertão central impactou a população que teve o primeiro contato com os mesmos. Dessa forma, o enfoque principal desta pesquisa se voltará para a cidade de Quixadá, durante os anos chaves da Ditadura Militar (1964-1985), pretendendo assim compreender como a chegada desses artefatos mudaram as formas de sociabilidade da população quixadaense, tendo também influência na economia da cidade e na dinâmica habitacional da mesma. A principal metodologia aqui usada foi a História Oral. De início foi buscado idosos que tivessem na transição da adolescência para a idade adulta durante o recorte temporal das décadas de 1960 a 1990, focando no período ditatorial. Seguindo assim, Além do mais, usamos como outra importante fonte o Blog online produzido por um dos entrevistados, o radialista Amadeu Filho. Esse meio é um acervo rico sobre eventos e personalidades quixadaenses, mantendo suas principais histórias e acontecimentos sobre a cidade e sua população. Além disso, fizemos uso de artigos e publicações de noticiários locais, em Quixadá e também no Ceará, para o enriquecimento da nossa base teórica. A pesquisa contou com 3 entrevistas realizadas, sendo elas, a primeira com a dona Marlene Holanda, a segunda com o radialista aposentado, senhor Amadeu Filho, e por último com o radialista Jonas Sousa, ambos residentes na cidade de Quixadá. Através dos dados coletados nessas entrevistas cruzando com informações do blog do radialista Amadeu Filho e com alguns dados de livros escritos sobre a história de Quixadá, pudemos chegar a algumas conclusões. Dessas, conseguimos perceber que em Quixadá a distribuição dessas novas tecnologias, ditas elas, rádio, energia e TV, aconteceu de forma desigual para parte da população. Tais pessoas somente conseguiram obter seu primeiro rádio ou sua primeira TV anos após o lançamento dessas. Isso é perceptível no relato da dona Marlene ² onde a mesma relata que viajou até a capital Fortaleza para assistir a TV pela primeira vez: “Lá vai eu pra Fortaleza de novo. Mas era, porque não tinha aqui no sertão, não tinha aí a gente ia pra lá...”. Além das informações já citadas, foi possível notar a importância do rádio para a cidade de Quixadá e seus habitantes. É notável que esse meio de comunicação ainda é ativo na cidade e é um dos meios que mais geram a sociabilidade da população entre si. Assim, além de sua grande importância para o desenvolvimento do país, a TV vem como uma herança do rádio, outro meio importante de comunicação para a população brasileira. Dessa forma, este trabalho busca mostrar que, para além da televisão, o rádio exerceu e ainda exerce um papel importante para os meios de socialidade de toda a população quixadaense. Assim, esse aparelho carrega em si também traços afetivos com a população, assim como bem fala o Senhor Amadeu Filho:

“Até por uma questão afetiva. O rádio é muito carinhoso, sabe, ele tá muito pertinho das pessoas”.

Palavras-chave: Rádio. Televisão. Quixadá.

4 amigos: a consolidação do stand-up enquanto um gênero da comédia no Brasil

Francisco Gustavo Lourenço Bezerra Menezes Alves - UFPI
Orientador: Fábio Leonardo Castelo Branco Brito - UFPI

O estudo se baseia na análise das performances do grupo 4 Amigos, juntamente com entrevistas disponíveis no Youtube que detalham as trajetórias individuais de seus membros e suas influências no cenário da comédia Stand-up. O humor, em sua variedade de expressões e enquanto fenômeno temporal, confronta uma exigência metodológica crucial: a evitação de definições rígidas e conceitos específicos que busquem capturar sua totalidade. Apesar disso, as estruturas que influenciam nossa percepção do mundo - corpo, inteligência e linguagem - mantêm-se, mesmo em constante movimento, sob a égide da racionalidade. O riso e o humor, como formas comunicativas, desempenham um papel fundamental nos processos de interação social, sendo compartilhados, moldados e situados social e culturalmente em limites espaciais e temporais. Nesse contexto, o foco desta pesquisa é investigar o processo de consolidação do Stand-up comedy como um gênero cômico no Brasil. Os objetivos específicos incluem a discussão das rupturas e continuidades entre grupos anteriores, compreensão do papel da migração dos comediantes para São Paulo e a análise dos elementos significativos na popularização do gênero, considerando o impacto dos recursos de mídia no desenvolvimento das carreiras na comédia. A relevância deste trabalho reside na compreensão e contextualização do gênero Stand-up comedy no Brasil, preenchendo uma lacuna na literatura ao explorar sua consolidação em meio à diversidade de performances humorísticas. A análise histórica e evolutiva do Stand-up no país enriquece a compreensão das múltiplas formas de comédia existentes. No entanto, é importante mencionar que esta pesquisa se encontra em uma fase de análise de fontes digitais, buscando estabelecer um diálogo consistente com a bibliografia existente sobre o tema. Esta análise minuciosa visa uma compreensão mais profunda do Stand-up comedy no Brasil, ainda considerado um gênero pouco definido, mas com um papel social e uma relevância simbólica que merecem investigação detalhada. Como conclusão preliminar, observa-se que o Stand-up comedy no Brasil é um campo em constante evolução, ainda carecendo de definições precisas como gênero humorístico e carreira artística. Destaca-se a importância de compreender esse gênero em suas particularidades, transcendendo sua posição secundária em investigações sociológicas e ressaltando sua relevância intrínseca como objeto de estudo significativo e influente na cultura contemporânea brasileira.

Palavras-chave: Stand-up. Performance. Humor. Mídia. História.

“Um historiador amador”: entre os passos e as páginas de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves.

Kamila Vytória Santos e Silva - UFPI

Orientador: Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

O presente estudo versa sobre a vida e a obra de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, tendo como objetivo analisar, a priori, as muitas facetas que, juntas, constroem o sujeito que se fez teresinense de coração: homem religioso – que dedica seus dias ao sacerdócio e ao cuidado dos fiéis –, educador – licenciado em Filosofia e professor de escolas católicas –, intelectual engajado na vida cultural da cidade – seja na Academia Piauiense de Letras ou atuando em jornais e revistas – e historiador – que, ao longo da segunda metade do século XX, escreveu diversas obras sobre a história do Piauí. Propõe-se, ainda, investigar a produção historiográfica de Monsenhor Chaves, com foco para aquela que o introduz na trama historiográfica piauiense: *Teresina: subsídios para a história do Piauí*, de 1952. Em termos teóricos, este estudo situa-se no quadro das perspectivas metodológicas possibilitadas pela História Social, em constante diálogo e articulação com os campos delineados em torno da História oral, memória, escrita da História, biografia histórica e história intelectual. Metodologicamente, orienta-se por meio de uma pesquisa científica qualitativa, na qual os dados obtidos derivam do balanço investigativo de fontes que versam sobre os caminhos traçados por Joaquim Chaves no decorrer de sua trajetória enquanto religioso, intelectual, historiador e cidadão piauiense. De modo central, no campo da memória, cita-se os depoimentos deixados por Monsenhor Chaves em entrevistas e discursos, bem como as lembranças obtidas em entrevistas realizadas com pessoas do convívio pessoal e profissional dele. Em paralelo, delinea-se uma pesquisa empírica de fontes hemerográficas no Arquivo Público do Piauí, além da documentação referente aos espaços por ele ocupados. Para além das fontes documentais e memorialísticas, a pesquisa se desenvolve a partir da leitura, interpretação e análise da vasta obra escrita por Padre Chaves, com ressalva para *Teresina: subsídios para a história do Piauí* (1952). Como possíveis conclusões, cita-se a percepção que o modo a partir do qual a sensibilidade e emoção com as quais Joaquim Chaves percebia a cidade de Teresina e os sujeitos que a compunham contribuí significativamente para a forma através da qual tece as páginas de suas obras históricas.

Palavras-chave: História. Memória. História Oral. Biografia.

“A imagem muda tudo”: as diferentes experiências com a televisão em Mombaça/CE e Banabuiú/CE durante a ditadura militar.

Gabriel de Sousa Oliveira - UECE

Antônio Herdeson Gomes Souza - UECE

Orientador: Edmilson Alves Maia Junior - UECE

A partir do projeto "Múltiplas Chaves para Diversas Grades: Sociabilidade, Comportamentos e Usos da Televisão no Sertão Central Cearense na Ditadura (1964-

1985)" – (IC/FUNCAP), este trabalho em andamento apresenta uma análise das pesquisas sobre a chegada e os usos da televisão nas cidades de Banabuiú e Mombaça, no Ceará. Essa chegada segregou a maioria da população da cidade, resultado do fenômeno denominado "modernização conservadora" (ORTIZ, 1991; 2014), que foi difundido durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no Brasil, visando utilizar a televisão como ferramenta de disseminação das ideias da nova ordem (MATTOS, 2010). Usamos fontes orais para nossa pesquisa, de maneira que conseguimos uma percepção mais ampla de personagens históricos muitas vezes negligenciados nas pesquisas, considerando as dimensões subjetivas (MEIHY e HOLANDA, 2018). Dado o número limitado de trabalhos acadêmicos envolvendo as cidades de Mombaça e Banabuiú, Ceará, e a oportunidade de pesquisa por meio de uma bolsa, foi possível compreender melhor a influência da ditadura militar sobre a cidade, tendo como foco as experiências da população com as inovações pós-golpe militar. Observa-se também a falta de acessibilidade da televisão para grupos sociais mais vulneráveis, levando-os a buscar assistir em praças ou nas casas de vizinhos mais abastados, sujeitos a humilhações, conforme relatado pelos entrevistados. Além disso, nota-se que o acesso à televisão nas áreas rurais desempenhou um papel crucial na conectividade dessas comunidades ao restante do país, oferecendo entretenimento e informação. A chegada da televisão no sertão central cearense entre as décadas de 1960 e 1985 não apenas trouxe mudanças tecnológicas, mas também influenciou dinâmicas sociais e culturais, introduzindo novas formas de comunicação e facilitando a disseminação de ideias e comportamentos.

Palavras-chave: Televisão. Ditadura. Mombaça. Banabuiú.



EIXO TEMÁTICO

**ENSINO E
EDUCAÇÃO
HISTÓRICA**

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024**Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidades II****A Escola de Aplicação da UFPA e Paulo Freire: o audiovisual como atrativo no ambiente escolar.**

Erike Gomes Pacheco– IES

Orientador: Thiago Broni de Mesquita

Este trabalho busca compreender como o processo para a execução de um produto na modalidade de audiovisual engendrou o pensamento histórico na perspectiva do historiador Jörn Rüsen com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Para alcançarmos tal tarefa será necessário a contextualização da produção dessa pesquisa. Neste sentido, precisamos abordar aspectos acerca da Escola de Aplicação. Por conta do fato da mesma ser uma entidade educacional federal, ligada a uma instituição acadêmica de ensino superior como a UFPA, a torna diferente das demais escolas públicas paraenses, tanto em estrutura quanto em qualidade de ensino com os seus mais diversos projetos. Dentre um desses referidos projetos, ocorreu ao longo de novembro de 2023 o XII Seminário de Institutos, Colégios e Escolas de Aplicação (XII SICEA) sob o tema geral “Inclusão e diversidades: percursos democráticos na Educação Básica”, o qual possuía a tarefa de socializar com integrantes das mais diversas instituições de ensino acerca das suas atividades em execução. Dessa forma, a administração pedagógica da escola estipulou a tarefa de cada professor ser responsável em elaborar um projeto para ser apresentado neste devido seminário com as suas turmas. Neste cenário, o professor Dr. Thiago Broni ficou responsável por homenagear a visita de Paulo Freire na Escola de Aplicação enquanto participava de uma conferência sobre alfabetização, em novembro de 1991. A proposta para as três turmas de 9º ano foi elaborada através da filmagem das leituras feitas pelos alunos de determinados fragmentos do livro “A Pedagogia do Oprimido”. Outros pontos foram os debates acerca da importância em homenagear esse personagem e o estado da Escola de Aplicação naquele período, pois durante muitos anos o acesso ao ensino desta instituição somente foi aberto aos filhos de servidores da UFPA. Algo diferente da atualidade, porque a definição dos novos alunos encontra-se nos sorteios efetuados entre as pessoas que demonstraram interesse em matricular os seus filhos, independente da situação social deste ambiente familiar. Assim conseguimos compreender a relevância de dialogar com o corpo estudantil o processo de execução e não somente a produção das gravações referentes às leituras do livro selecionado, porque cada um dos envolvidos vai possuir a possibilidade de engendrar uma das mais importantes operações específicas do ensino de história, a qual nesse caso refere-se ao pensamento histórico baseado nas pesquisas do professor Jörn Rüsen. Este cientista busca compreender o papel do professor de história enquanto mediador da ciência histórica em sala de aula com a principal tarefa de desenvolver o pensamento histórico, o qual é caracterizado enquanto uma série de processos de interpretação da realidade formadores de “constituições de sentido da experiência humana no tempo” (2001, p. 59). Podemos denominar esse acontecimento de “consciência histórica”. Consciência essa

encontrada em nossa atividade exercida quando os alunos efetuam uma análise histórica da trajetória da instituição. Feito esse direcionado majoritariamente na compreensão de quais eram os sujeitos presentes naquele ambiente elitizado e por quais motivos eram eles os selecionados para terem acesso a um sistema de educação de qualidade em detrimento de outras crianças.

Palavras-chave: Ensino de história. Consciência histórica. Saber histórico escolar.

História escolar na formação inicial: o caso das monografias dos cursos de licenciatura em história de universidades públicas do nordeste.

Matheus de Albuquerque - UFPA

Orientador: Mauro Cezar Coelho

Nos últimos trinta anos, a formação de professores tem sido pauta das discussões sobre Educação, fato perceptível pelas mudanças nas políticas públicas reguladoras dos processos de formação docente. Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, o Conselho Nacional de Educação formulou três diretrizes nacionais para a formação de professores - em 2002, 2015 e 2019 -, tendo como atributo em comum a hipótese de que boa parte dos reveses ocorridos nas escolas tem relação com a atuação docente, demonstrando, em linhas gerais, uma maior preocupação com as demandas apresentadas pela Educação Básica. No que se refere à formação de docentes em história, a literatura especializada aponta que, no exercício da docência, professores de história conformam o saber histórico escolar. O saber histórico escolar incorpora saberes de várias áreas do conhecimento para promover a aprendizagem de alunos e alunas, propiciando um conhecimento novo, vinculado ao conhecimento histórico produzido nas instituições de pesquisa, mas distinto dele. Nesse sentido, esse estudo pretende sopesar o espaço destinado à discussão sobre o Ensino de História nos processos de formação de quadros na área de História. Para tanto, o estudo se voltou para a análise das monografias orientadas por docentes dos cursos de licenciatura em História de oito universidades públicas do nordeste do país (UECE, UFC, UEMA, UFMA, UFPI, UFBA, UFRN e UFPB), entre 1996 e 2019. Inicialmente, realizamos o levantamento das monografias orientadas por docentes desses cursos, a partir dos currículos desses docentes que estavam disponíveis na plataforma Lattes, coletando dados como títulos, resumos e palavras-chave. Então, foram executados os processos de análise e categorização dos dados levantados, de acordo com as contribuições de Laurence Bardin, quanto à análise de conteúdo, e de Valentin Volóchinov, do Círculo de Bakhtin, em relação ao discurso e sua natureza. Os resultados da pesquisa expõem o pouco espaço que a História Escolar tem nos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos pelos discentes, cujo destino principal é a atuação na Educação Básica.

Palavras-chave: Ensino de História. Trabalhos de Conclusão de Curso. Formação Docente.

Ressignificando o passado: entrelaçando História e Jogabilidade no Contexto da Segunda Guerra.

Madsonara Antunes Andrade

Jainy Barbosa Teixeira

Orientador: Ana Cristina Pereira Lima

Este resumo tem como objetivo socializar a experiência vivenciada na construção e aplicação do jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” produzido como atividade do projeto de extensão “Laboratório de Jogos: Ferramentas para o Ensino de História”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) no curso de Licenciatura em Educação do Campo com Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Canguaretama. A prática foi realizada durante o ano letivo de 2023, como parte do plano de trabalho desenvolvido por bolsistas do Pibid. Realizamos leituras de aprofundamento teórico-metodológico e acompanhamento das aulas de História na Escola Estadual Felipe Ferreira, localizada no distrito de Piquiri, no município de Canguaretama/RN com a turma do 9º ano do Ensino Fundamental. A proposta foi a construção de um jogo de tabuleiro com a temática da Segunda Guerra, a partir dos princípios básicos da Aprendizagem Criativa. Utilização de jogos já existentes, debates e observações sobre as potencialidades didáticas de outros jogos constituíram o percurso metodológico do projeto. Posteriormente, trabalhamos na confecção das peças, cartas e diagramação do jogo e de seu manual. Finalmente, houve a aplicação do jogo com a turma do 9º ano e reuniões de avaliação da atividade junto ao professor supervisor. A idealização, confecção, aplicação e avaliação do jogo foram experiências significativas para os bolsistas Pibid e alunos da E. E. Felipe Ferreira. Observamos que a aplicação do jogo pôde contribuir com uma nova maneira de engajar os estudantes com o conteúdo histórico, mas também estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais através da interação em grupo e do jogo. O jogo "História e Conflitos: Segunda Guerra" exemplifica como ferramentas lúdicas podem ser eficazes no ensino de conteúdos complexos, como a história da Segunda Guerra. A combinação de pesquisa, adaptação criativa de jogos existentes e aplicação prática em um contexto educacional realça a importância de abordagens inovadoras na educação, no âmbito da iniciação à docência. Ao longo do processo formativo percebemos que a elaboração de materiais didáticos e lúdicos contribuiu para ampliar nosso repertório pedagógico. Em conclusão, o jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” marca uma busca por métodos de ensino mais dinâmicos que podem transformar a maneira como os alunos aprendem História na sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de história. Jogos. Segunda Guerra.

Como os professores(as) ensinam e como os(as) alunos(as) aprendem: dimensões da História Indígena nas salas de aula de Belém do Pará.

Francilene do Rosário Castro Reis - UFPA

Jenifer e Corrêa Pereira – UFPA

Orientador: Livia Lariça Silva Forte Maia

O seguinte trabalho objetiva analisar a relação que professores e alunos de escolas públicas na cidade de Belém têm com a história indígena em sala de aula. A motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa veio a partir do contato com uma disciplina da grade curricular da Faculdade de História da UFPA, intitulada “História Indígena e do Indigenismo” ministrada em 2021, em que uma de suas avaliações consistia na aplicação de um dos questionários para entender a relação que os alunos tinham com a temática indígena.. Resolvemos, então, buscar a relação que professores e alunos têm com a história indígena em sala de aula atrelados a um contexto de pós-pandemia, com recentes acontecimentos trágicos relacionados ao genicídio de indígenas da etnia Yanomami e aos estereótipos negativos relacionados aos indígenas, que foram crescentes e alarmantes no governo anterior. Consideramos a dimensão cognitiva da cultura histórica, de Jörn Rüsen, como hipótese inicial, ou seja, se os alunos estavam aprendendo sobre história indígena tendo como “verdade” uma história cristalizada no período Pré-colombiano e Colonial; além disso, foram norteadores para o desenvolvimento deste trabalho, os estudos desenvolvidos por Mauro Coelho, Wilma Bahia, Márcio Couto Henrique e a pesquisadora indígena Rosani Fernandes Kaingang. Como método, usamos o estudo comparado, aplicando as técnicas de coleta de dados por questionários e entrevistas fornecidas pelos alunos e professores de escolas públicas na cidade de Belém. As informações foram coletadas através de dois questionários feitos pela plataforma Google Forms e entrevistas feitas pessoalmente. Todas as perguntas foram de caráter objetivo, com a finalidade de identificar um padrão de ensino/aprendizagem sobre a presença ou não de história indígena em sala de aula e de que forma ela é abordada. Com base nos dados fornecidos pelos questionários, foi encontrado um padrão tanto para alunos quanto para professores. Com os alunos, notou-se a frequência de respostas para os indígenas como os mesmos indivíduos no período colonial, fortemente ligado com o passado, ou seja, para a maioria dos alunos, o exercício de enxergar os indígenas para além do período colonial é praticamente inexistente, o que indica uma imagem congelada no tempo sobre eles. Para os professores, o currículo é uma grande problemática que implica diretamente nisso, uma vez que ele, sendo caracterizado como tripartite e eurocêntrico, é muito responsável pela forma como os alunos constroem a visão sobre esses indivíduos. Notamos também que mesmo com a aplicação da Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, ela não se torna efetiva quando entra em conflito com o currículo.

Palavras-chave: Indígenas. Ensino. Currículo. Aprendizagem.

O presente no passado: o uso de anacronismos no ensino de história.

Alexandre Faro Chermont - UFPA
Orientador: Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho

Ao refletir sobre o anacronismo, nos vemos expostos a algumas definições e concepções pré-estabelecidas acerca do tema. Primeiramente, vamos ao sentido propriamente dito da palavra, no dicionário Oxford, disponibilizado pelo site de buscas google: “anacronismo é um erro de cronologia ou uma relação entre dois tempos”. Tal erro, como pensa um dos fundadores da Escola dos Annales, Lucian Febvre em sua obra “O Problema da Incredulidade do Século XVI” é definido como “pecado dos pecados”. Nesse sentido, o anacronismo representa um objeto que deve a todo custo ser evitado pelo historiador/historiadora, pois ele impõe a temporalidades diferentes sentidos e práticas que não condizem entre si. Por outro lado, a historiadora Nicole Lautier, que aborda as questões de passado e presente no fazer historiográfico, defende a compreensão do “presente pelo passado e o passado pelo presente” como uma forma de estudar história. Com isso, é evidente a necessidade da correlação entre temporalidades diferentes na prática do/da historiador(a). Entretanto, tal ação se faz ainda mais necessária quando se observa a atuação do professor de história na Educação Básica, a qual tem objetivos e especificidade diferentes da história que é trabalhada no meio acadêmico. Quando a abordagem vem para a história na Escola, evidentemente, a relação entre as temporalidades se mostra mais enfática. A constituição federal de 1988, afirma: “A educação é um direito[...], visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Assim sendo, a formação em história concedida pela Educação Básica deve dar conta, não apenas do passado e do presente, mas também do futuro. Partindo da premissa acima postulada, o objetivo do presente trabalho é produzir um Estado da Arte acerca da produção bibliográfica de autores que se debruçam sobre a relação entre as temporalidades no Ensino de História, realizando uma análise de como o tema vem sendo debatido pela literatura especializada, além dimensionar os objetivos da história, tanto na escola, quanto na academia. Para tanto, a metodologia utilizada, no primeiro momento, foi um levantamento bibliográfico de algumas obras que abordam as questões sobre temporalidades no Ensino de História e em seguida sobre Anacronismos, visto que essa discussão é mais recente. Assim, esse trabalho pode ser relevante para o campo, pois, a relação do anacronismo e Ensino de História ainda é pouco discutida. Dessa forma as conclusões preliminares, decorrentes da fase inicial do trabalho, retratam a existência um tabu que vem sendo quebrado quando se abordada a questão do anacronismo (a discrepância que iniciou com o pior pecado que o/a historiador/historiadora pode cometer ao uso controlado dessa relação entre temporalidades). Por esse motivo, é de suma importância distanciar os saberes acadêmicos e os saberes escolares. Visto que, na academia é necessário, mesmo com as demandas do tempo presente, manter o rigor científico e atribuir os valores de determinada época condizentes com aqueles agentes históricos. Entretanto, a formação para o tempo presente e para o futuro, está estreitamente ligada a criação dos valores estabelecidos hodiernamente.

Palavras-chave: Anacronismo. Temporalidades. Educação Básica.

O uso de jogos didáticos para o ensino de história imperial do Primeiro ao Segundo Reinado.

João Guilherme Sousa da Silva

Vanessa Sousa Cruz

Orientador: Jakson dos Santos Ribeiro

Este estudo tem como objetivo apresentar as experiências desenvolvidas a partir da utilização de jogos como ferramenta educacional no ensino de História na educação referente ao Ensino Médio e Fundamental. Nesse sentido, este estudo foi desenvolvido com estudantes com duas escolas da cidade de Caxias/MA, turmas do Ensino Médio, através do Programa de Iniciação à Docência – PIBID. Para o embasamento teórico desta análise, foram utilizados, HÜTHER (2017) e PEREIRA (2013) para pensar a relação educação e jogos didáticos. Nesse sentido, devemos considerar que o uso de materiais para a elaboração de jogos educativos promove também aprendizagem para os envolvidos. Sobre essa questão, Bandeira (2017), aponta que, os materiais adequados à idade podem atrair diferentes estilos de aprendizagem e fornece uma maneira eficaz de envolver os/as estudantes, nos jogos que por sua vez, podem simular contextos históricos e encorajar eles/as a tomarem decisões, melhorando seu conhecimento dos fatos e aprimorando suas habilidades em análise e para construção do pensamento crítico. Por essa ótica, os jogos não só enriquecem a compreensão histórica, mas também facilitam o desempenho, habilidades cognitivas e união dos alunos em sala de aula. Em nossos resultados, foram produzidos para o ensino de história da educação básica um acervo de jogos didáticos, como estratégia de ensino e aprendizagem sobre os conteúdos abordados no Ensino Médio, como Primeiro Reinado, Período Regente, Segundo Reinado; Em síntese, após a aplicação dos jogos foi notório o desempenho e o aproveitamento dos/as alunos/as durante o uso desses materiais, a dinâmica dos jogos deixou as aulas mais leves e os assuntos de fácil compreensão, dessa forma melhorando a absorção de cada assunto ministrado promovendo assim aos alunos uma maneira divertida de aprender.

Palavras-chave: Jogos Didáticos. Ensino. História. Alunos.



EIXO TEMÁTICO

**PATRIMÔNIO
CULTURAL E
MEMÓRIA**

SESSÃO 02 / 07 de março de 2024

Local: Pátio da História – Bloco Didático – Centro de Humanidades II

Acervos pessoais como instrumento de pesquisa histórica: o caso de Cosme Alves Netto.

Laícia Beatriz Nobre da Costa

Orientador: Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins

Os acervos pessoais são espaços de pesquisa significativos, capazes de oferecer novas perspectivas e interpretações sobre diferentes eventos históricos por meio da criação de fundos para pesquisa histórico-biográfica. Dito isto, este trabalho relata a experiência de triagem, organização, catalogação e digitalização do acervo pessoal de Cosme Alves Netto, pesquisador, cineclubista e ex-diretor da Cinemateca do MAM-RJ, cuja guarda encontra-se sob responsabilidade do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NUDOPH), vinculado ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN - Campus Central). O objetivo é destacar a importância dos acervos pessoais como fontes históricas e espaços de memória, e narrar a trajetória pessoal de Cosme Alves Netto como uma personalidade proeminente do cinema nacional. O projeto visa estabelecer uma política de conservação e guarda de acervos pessoais para promover a socialização de informações históricas, patrimônio imaterial e memória, através da criação de fundos para museus ou centros de memória.

Palavras-chave: Acervos pessoais. Cosme Alves Netto. Pesquisa Histórica. Memória.

Patrimônio, Memória e Apagamento: as tensões socioculturais em torno do tombamento do painel "O Calvário de Cristo Hoje".

Pablo Harrison Alves Alencar Pereira – UFigrejaPI

Orientador: Áurea da Paz Pinheiro

Este estudo busca investigar os conflitos socioculturais de tombamento do Painel “O Calvário de Cristo Hoje” (1983), um afresco localizado no altar-mor da igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Esperança, município de Esperantina, no estado do Piauí. O Painel, pintado há 40 anos pelo artista João Batista Bezerra da Cruz, narra cenários de opressão e sofrimentos impostos à população do território pela elite latifundiária local, que ao longo de séculos de colonização, reverbera a colonialidade do tempo presente. O fio condutor da narrativa é Jesus Cristo crucificado com os olhos abertos para essa realidade. Repleta de referências, a obra de arte provocou tensões e desagradou parcela da população – sobretudo a elite – que, por diversas investidas, no período de reforma da igreja em 2016, tentou excluir essas marcas de memória. Em 2017, o painel foi tombado pela Secretaria do Estado de Cultura do Piauí, por pressão de seguimentos progressistas da Igreja Católica dentro e fora do país. Diante desse contexto, se propõe o questionamento: Em que medida as políticas de proteção do patrimônio cultural brasileiro permitem a

salvaguarda de memórias sensíveis? Como metodologia se privilegiará a história oral, para reconstrução dessas memórias sensíveis da população que participou ativamente dos movimentos de resistência da Igreja contra a opressão dessa elite fundiária. Utilizar-se-á, igualmente, a pesquisa hemerográfica digital a fim de entender como o processo de tombamento repercutiu nas mídias locais. Como aporte teórico se recorrerá a produção de Jacques Le Goff, José Reginaldo Gonçalves e Maria Fonseca, para dar sustentação às noções de história, memória e patrimônio. Acredita-se que esta investigação pode revelar as diversas perspectivas de atores sociais distintos em relação ao Painel, pondo também em reflexão os desafios inerentes ao processo de “ressonância” patrimonial, abordagem que envolve o reconhecimento de bens culturais como patrimônio pelos órgãos de proteção do patrimônio federal e estadual e pelos diversos setores da população com o intuito de ultrapassar fronteiras formais e evocar no espectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais o objeto emergiu (Gonçalves, 2005). A análise dos conflitos em torno do Painel sugere que o processo de disputa pela memória e a violenta tentativa de apagamento desse patrimônio cultural estão associados à resistência da administração da Igreja atualmente em resguardá-lo bem como de uma parcela da população que, por diversos motivos, não se reconhece nas representações do painel.

Palavras-chave: Patrimônio Sensível. Patrimonialização. Memória. História. Piauí.

De mascate a historiador: a trajetória de João Lúcio de Azevedo em Belém do Pará.

Evelyn Arlinda Almeida de Carvalho- UFPA
Orientador: Maria de Nazaré Sarges

O presente estudo se propõe a analisar as contribuições do historiador luso-paraense João Lúcio de Azevedo que desembarcou em Belém do Pará em 1873, regressando à terra lusa em 1900. Por meio de seus escritos podemos evidenciar a interlocução do historiador entre a província/estado nortista e a sua terra natal - Portugal. A pesquisa se fundamenta na consulta às obras escritas por João Lúcio de Azevedo, assim como em um enfoque nas correspondências trocadas entre o historiador português e outros intelectuais, como o historiador Capistrano de Abreu, encontradas no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; a partir disso, constata-se a relevante participação do historiador luso nas dinâmicas literárias durante sua morada em Belém, inicialmente publicadas como artigos nos jornais Diário de Notícias, A Província do Pará e Folha do Norte, depois reunidos em livros. A sua trajetória como comerciante é também importante ser destacada visto que foi um meio de projeção na vida econômica, política e social da cidade. Colocar em evidência a figura do historiador luso-paraense é propiciar um olhar para a produção historiográfica de João Lúcio de Azevedo cujas obras ultrapassaram os mares oceânicos.

Palavras-chave: Correspondências. Economia paraense. Interlocução. Influência portuguesa.

A arte pública e a cidade de Sobral entre sentidos e representações.

Joatan Batista Massimino Tomaz – UVA
Francisco Davi Vasconcelos Soares – UVA
Orientador: Francisco Dênis Melo – UVA

Parede vazia, povo mudo. (Anônimo. Texto presente em vários muros da cidade de Recife) O Projeto Arte Pública e a Cidade de Sobral: Entre sentidos e representações, realizou a oficina Graffiti e Pichação Pelas Ruas de Sobral. Cartografar e analisar Grafites e Pichações dispostos em variados espaços e suportes pelas ruas da cidade de Sobral. Uma tarefa que enche os olhos de espanto e surpresa... Os muros grafitados e pichados são espaços de intervenção, transformação, alteração, diálogos, consensos e dissensos. Os muros da cidade são plataformas importantes de manifestação e realização estética. Inscritos e muitas vezes proscritos, os muros vazios são, sem dúvida, resultado de um povo mudo. De certo que “o espaço urbano é espaço de objetos (ou seja, de coisas produzidas) (ARGAM,2005, p.1), de modo que não estamos sozinhos em nossas cidades, quer dizer, são nossos companheiros de jornadas diversos objetos que ocupam espaços arquitetônicos e simbólicos no universo urbano, entre eles, a Arte Pública e a Imaginária Urbana, de modo que o desenvolvimento desse projeto teve relação com a redescoberta do espaço como lugar de fruição e de produção de saberes mediados especialmente pela Arte Pública, especificamente graffittis e pichações presentes em variados lugares públicos e privados da cidade de Sobral. Entendemos que uma cidade é resultado de uma condensação de obras de arte, de objetos e sentidos, de formas e conteúdo, de fixidez e fluxo, de destruições e reconstruções, de distanciamentos e aproximações, saudades e recordações, de memórias e esquecimentos. A cidade, concebida como espaço para manifestações culturais plurais, é abordada como uma paisagem imaginária, onde cada obra de graffiti ou pichação se torna um ponto de interseção entre o tangível e o efêmero, o permanente e o transitório. A aula oficina: graffiti e pichação pelas ruas de Sobral: leituras dos muros da cidade buscou desvendar os sentidos e representações inscritos nessas formas de expressão, enxergando nelas não apenas a materialização artística, mas também a articulação de memórias, saudades, e a própria construção críticas a certa identidade urbana.

Palavras-chave: Identidade Urbana. Espaço Público. Memória.

As temidas guerreiras sem seios: reflexões acerca das representações das mulheres Amazonas na cartografia europeia do século XVI e XVII.

Yasmin Santos Braga
Orientador: Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán

Perseu, Hércules, Aquiles e Teseu foram alguns dos heróis gregos que tiveram como dignas adversarias as destemidas Amazonas. Protagonistas de um mito helênico que retrata jovens mulheres caçadoras reconhecidas por suas habilidades com arco e flecha, descomunal força física, aptidão para a equitação e artes de combate. Os triunfos

gloriosos e a fama atrelados a essas heroínas mitificadas como Amazonas foram repassados por meio da oralidade, por contos épicos escritos e através de diversas obras de arte por todo o universo greco-romano. Nesse ínterim, o estilo de vida dessas mulheres acabou por capturar a atenção e o entressonho dos gregos. É correto afirmar que o mito das amazonas, bem como o imaginário europeu alcançaram outros continentes no decorrer do século XVI, haja vista que, em 1512, fez-se presente nas narrativas do cronista Frei Gaspar de Carvajal a respeito das expedições do capitão Francisco de Orellana pelo maior rio do mundo, o rio Amazonas. Esses exploradores tiveram contato com um grupo de letais indígenas mulheres que compunham uma sociedade exclusivamente matriarcal. Assim, o resultado do combate dos espanhóis contra as indígenas foi a transferência do legado imaginário europeu às Içamiabas, suas práticas e seus costumes foram associados às gloriosas Amazonas, estendendo-se esta denominação a toda a bacia hidrográfica da região e a florestal tropical ao norte da América do Sul. O antes mito grego das guerreiras, na colonização espanhola serviu como orientação espacial naquele território “conquistado”, por conta disso, o objetivo central desta pesquisa em andamento é discutir as representações acerca das mulheres Amazonas nas cartográficas europeias (século XVI e XVII) da região amazônica, em especial sobre o vale do grande rio, partindo do que foi postulado por Roger Chartier (1990, p. 27 e 28) a respeito do reconhecimento do caráter intencional das representações, expressando interesses e projetos. Em nosso caso, o conceito de representação social nos oferece matéria de reflexão para as nomenclaturas territoriais já apresentadas e para a construção dessas cartografias coloniais. Nesse sentido, a metodologia baseia-se na análise das transformações dessas figuras femininas na comparação e catalogação de 3 mapas, assumindo a cartografia crítica de John Harley. Os resultados iniciais refletem a mentalidade europeia do referido recorte temporal e a ambiguidade dos contatos culturais entre os povos que ali viviam, mostrando que a representação dessas guerreiras nos mapas assume uma função de alerta aos viajantes, além de realçar a questão mitológica das riquezas escondidas e resguardadas do El Dourado. Logo, segundo Bezerra de Menezes (1998) a natureza material dos objetos traz marcas intrínsecas à memória, a durabilidade do artefato o torna passível de expressar o passado, por conseguinte, é fulcral que as fontes já mencionadas despertem um debate vultoso sobre a “invenção” da região amazônica, uma correlação entre o mundo grego e a América, especificamente a Amazônia.

Palavras-chave: Representação. Amazonas. Cartografia. Mitologia. Memória.

Covões de São Brás e Urbanismo em Belém: Impactos das Escolhas do Patrimônio Material nas Dinâmicas Periféricas.

João Pedro Alves Das Neves Costa
Orientador: Antonio Maurício Dias da Costa

A cidade de Belém, ao longo de sua história, testemunhou diversas transformações que moldaram sua paisagem e patrimônio. No entanto, as escolhas relacionadas ao que é preservado, restaurado ou até mesmo esquecido, são complexas e carregadas de

significados históricos e culturais. Este projeto de pesquisa busca investigar as formações e transformações urbanas de Belém, concentrando-se nas escolhas do patrimônio material. A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de compreender as dinâmicas históricas e sociais que influenciam as decisões relacionadas ao patrimônio urbano. Ao analisar o caso dos “Covões de São Brás”, local antes periférico da cidade que teve os veios de sua terra para ser usado como aterro na construção da Estação das Docas. Diante das diversas transformações urbanas em Belém, surge o seguinte problema de pesquisa: A partir do caso dos “Covões de São Brás” no início do século XX, quais são os critérios e processos subjacentes às escolhas do patrimônio material na cidade de Belém, e como essas escolhas contribuem para a construção de um urbanismo que dá as costas para as periferias? A partir do caso dos "Covões de São Brás" no início do século XX, quais são os critérios e processos subjacentes às escolhas do patrimônio material na cidade de Belém, e como essas escolhas contribuem para a construção de um urbanismo que dá as costas para as periferias? A pesquisa adota uma abordagem multidisciplinar, utilizando diversas fontes para compreender as formações e transformações urbanas em Belém, com foco nas escolhas do patrimônio material. As principais fontes de dados serão: Fontes de jornais: Análise de artigos e encartes de jornais, os jornais selecionados serão: “A Folha Do Norte” e “O Pará” serão selecionados fontes como propagandas e notícias veiculadas nos respectivos jornais no período do anos 80 e 90 do século XIX e Anos 10 e 20 do século XX reportagens e editoriais de jornais locais ao longo do tempo, as fontes serão para a identificação de informações sobre transformações urbanas, decisões de preservação e restauração, bem como eventos relevantes para o patrimônio histórico e arquitetônico de Belém. Os locais de pesquisa para os jornais serão a Hemeroteca digital e a biblioteca pública Arthur Vianna. Mapas: utilização de mapas históricos para rastrear a evolução da cidade ao longo do tempo. Planos Diretores: análise dos planos diretores urbanos da cidade ao longo de diferentes períodos. A pesquisa é conduzida de maneira cronológica, permitindo a identificação de padrões e mudanças ao longo do tempo. A triangulação de dados provenientes de diferentes fontes permitirá uma análise mais abrangente das dinâmicas urbanas e das decisões relacionadas ao patrimônio. Além disso, a utilização de fontes diversas contribuirá para a construção de um entendimento mais completo e contextualizado das escolhas que moldaram a própria paisagem urbana e as relações socioeconômicas da cidade de Belém.

Palavras-chave: Urbanismo. Patrimônio histórico. Periferia. Requalificação Urbana. Belém.

Associações beneficentes italianas: Estratégia de manutenção da elite imigrante italiana em Belém/ PA (1920-1930).

Ana Beatriz Moreira Noletto
Letícia da Silva Carneiro
Orientador: Livia Maia

No intervalo compreendido entre os anos de 1920 e 1930, consolidou-se no território brasileiro, notadamente na região hoje compreendida amazônica, a concentração de

imigrantes italianos oriundos de uma Itália assolada por conflitos e vicissitudes. Em Belém do Pará uma das estratégias engendradas para fomentar a sociabilidade e a fixação desses imigrantes consistiu na instituição de associações beneficentes voltadas à comunidade italiana. Entidades como a Società Italiana de Beneficenza e a Società di Assistenza per gli Italiani di Belém, com a finalidade de preservar a lealdade desses imigrantes ao sentimento patriótico, ofereciam assistência abrangente, abarcando educação, saúde, lazer e cultura italiana, além de prover auxílios pecuniários quando necessário. O impacto expressivo dessas associações na manutenção da presença italiana na região hoje amazônica é incontestável, inclusive na capital do estado do Pará, Belém. Destaca-se que, em virtude da necessidade de um montante significativo para a entrada e mensalidades destinadas à manutenção dos membros nas associações, observava-se uma predominância da elite italiana, a qual era largamente beneficiada por essas instituições. Contrapondo-se a esta realidade, os imigrantes mais desfavorecidos, em sua maioria, se dedicavam às ocupações mais árduas e remuneradas precariamente nas colônias agrícolas, encontrando-se alijados das condições propícias para integrar tais associações. As referidas associações contribuíram de maneira efetiva para a difusão e perpetuação da cultura, do idioma e do sentimento pátrio italiano. Esta influência é exemplificada pela criação, em 1920, da Escola Dante Alighieri pela Società Italiana de Beneficenza. Essa instituição educacional recebia os filhos de italianos residentes na capital paraense, ministrando seus cursos integralmente em italiano, o que desempenhava papel crucial na sustentação do espírito italiano na comunidade (EMMI, 2008). O escopo do presente estudo é investigar os motivos que conduziram os italianos à cidade de Belém, bem como analisar as estratégias por eles adotadas para preservar suas tradições e relações, sem desconsiderar suas raízes. Esta pesquisa é de suma importância, considerando que os italianos representaram o terceiro maior contingente de imigrantes na Amazônia, elevando, assim, a concentração em Belém consequentemente. Estes italianos se mostram desempenhando papel preponderante no desenvolvimento econômico e arquitetônico da região, particularmente durante o apogeu do ciclo da borracha. Metodologicamente, a pesquisa se fundamenta nos estatutos das associações supracitadas, salvaguardados no Centro de Memória da Amazônia (CMA), constituindo a principal fonte de dados para as informações aqui reunidas. A obra da Professora Marília Ferreira Emmi, intitulada "Um século de migrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)", e o livro dos professores Cristina Cancela e Rafael Chambouleyron, intitulado "Migrações na Amazônia", desempenharam papel crucial como referencial teórico. Cumpre salientar que a pesquisa encontra-se em contínuo desenvolvimento, e até o momento, os resultados esclarecem que a principal motivação da migração desses italianos para o Brasil e também para Belém residia na fuga da crise econômica e social que assolava diversos países europeus. Especificamente no caso italiano, a população, especialmente a rural, enfrentava dificuldades para subsistir após anos de lutas pela unificação do país e elevado crescimento demográfico. Quanto às associações, evidencia-se que estas desempenharam efetivamente o papel de estratégia de fixação e rede de sociabilidade italiana, conforme delineado em seus estatutos. Em última análise, conclui-se que a comunidade italiana da elite utilizou essas associações como instrumento para consolidar sua permanência no território, estabelecendo raízes italianas em diversos

espaços, sobretudo nas esferas comerciais e fabris, mantendo-se na Amazônia por meio de suas ocupações, ao mesmo tempo que expandia essas raízes por meio de casamentos com brasileiros/as.

Palavras-chave: Imigração. italiano. Amazônia. Estratégia. Associação.

“Virada democrática: As influências da abertura democrática a partir dos anos 80 na escola de samba Rancho Não Posso me Amofiná”.

Vivian Vitória Abreu Da Silva Alves
Orientador: Antônio Maurício Dias da Costa

O carnaval em Belém se iniciou com os tradicionais bailes de máscaras e as batalhas de confetes que aconteciam no centro da cidade, mais precisamente na Praça da República, a contribuição cultural proveniente da Europa de mais sucesso no Brasil conquistou os paraenses e se tornou um ponto de encontro para aqueles que buscavam divertimento e tinham paixão pela arte e o samba. Apesar de períodos conturbados da história política brasileira, o carnaval, para além da festa, sempre foi uma ferramenta de expressão social sobre as questões que assolavam o país. Sendo assim, o presente estudo pretende contemplar a relação e a influência da abertura democrática no Brasil a partir dos anos 1980, com a Década de Ouro do carnaval na Escola de Samba Rancho Não Posso Me Amofiná, em paralelo a isso, se aprofundar na perspectiva amazônica sobre o carnaval e suas singularidades em comparação ao eixo sul-sudeste. Ademais, entender como a configuração política do país refletiu na maneira de fazer carnaval: sambas-enredos, alegorias, figurinos e até no funcionamento administrativo dentro da Escola, tudo isso tendo como ponto referencial a figura do fundador Raimundo Manito; grande atuante político do PCB. A obra *Vem do Bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano* da professora Carmem Izabel Rodrigues, auxiliará a entender como funcionam as dinâmicas sociais do bairro do Jurunas e sua grande pluralidade cultural, as quais revelam a identidade da comunidade jurunense e, por conseguinte, irão construir o signo do Rancho como escola de samba. Outro estudo essencial para essa pesquisa é o da historiadora Claudia Palheta na sua tese de pós-graduação, *Amazônias Desfiladas: A carnavalização da Amazônia nos desfiles das escolas de samba no Rio de Janeiro e em Belém do Pará (1955-2016)*, dissertando sobre os desfiles de temas amazônicos como histórias amazônicas nos carnavais cariocas e belenenses, portanto, compreendendo como o Imaginário presente na região irá se manifestar no processo criativo dos desfiles e na representação da Amazônia para o mundo. Desse modo, investigando e compreendendo, através do trabalho com fontes escritas e orais, o produto dessas relações sociais que existem no mundo carnavalesco, as quais foram indissociáveis da nova situação sociopolítica que começaram a se ajustar no Brasil pós regime ditatorial.

Palavras-chave: Carnaval. Política. Rancho Não Posso me Amofiná.

Art. Déco nas periferias de Belém - O Mercado Municipal como formador da memória e afetividade (1940 - 1949).

Lucas Martins Pinheiro

Orientador: Antonio Mauricio Dias da Costa

Este inciso tem como objetivo demonstrar como as construções no referido art. déco acompanharam e desenvolveram o modernismo na sociedade paraense, em especial nas periferias belenenses, onde os mercados municipais participaram ativamente como espaços de grande fluxo de pessoas. Estes mercados municipais datados da década de 1940 com o conjunto arquitetônico pós belle-époque fez parte do projeto do prefeito Abelardo Condurú juntamente com a Diretoria de Obras Públicas (DOPM), que visavam a diminuição das feiras livres denominadas até então como insalubres, o desenvolvimento urbano e a padronização predial por meio dessas obras. Importante frisarmos que durante a primeira metade do século XX, a economia da cidade passou por um momento de crise, ao ponto da sua população reduzir na década de 1940, sendo assim a construção e manutenção deste espaço teria influência positiva na reversão desse quadro, mesmo estando situados em áreas de periferia. A escolha por esses espaços dentro das áreas populares da cidade se dá justamente pela alta circulação de indivíduos, propiciando o convívio e o sentimento de pertencimento por meio da memória materializada nessas edificações, além da necessidade de tombamento desse patrimônio modernista. O recorte cronológico selecionado reflete no período de ascensão do movimento modernista na arte e arquitetura da capital paraense, propiciando assim a edificação desses espaços. A base para esse estudo se dá principalmente pelos autores Luiz de Jesus Dias da Silva e Celma Chaves em suas obras a despeito dos mercados e feiras, onde analisam esses espaços de convívio e sociabilidade humana que resultam na construção de memórias afetivas dentro dessas edificações, estimulando assim uma sensibilidade pelo contato social e a admiração pelo conjunto arquitetônico desses locais. A metodologia estabelecida se deu a partir da coleta de fontes visuais e documentais como os álbuns de Belém e fotografias de outros acervos com o foco de mapear e ter uma visualização dessas estruturas, suas características, o desenvolvimento urbano, e o relato de gerações distintas que residiam nessas áreas. Por meio disso, foi possível identificar que o público mais antigo como moradores idosos e os feirantes, possuem uma memória afetiva desses espaços, tendo em vista as relações e convivências estabelecidas ao decorrer dos anos, enquanto os mais jovens não exprimem os mesmos sentimentos, muito pelo fato de não terem tido esse contato com essas edificações e nem mesmo saberem identificar o período do qual fazem parte, juntamente com a mudança de mentalidade da sociedade, o processo de urbanização foi acelerado, a arquitetura se desenvolveu baseado no estilo dessas edificações, se adaptando e incorporando traços da cultura, sendo assim instituindo uma identidade que representa a população não só da periferia, mas de uma sociedade moderna num constante processo de inovação. Porém, mesmo com essa mudança e a afetividade por meio da memória, os espaços no estilo Art. Déco existentes são poucos, dado a não valorização e o reconhecimento tardio dessa modernidade como patrimônio, sendo necessário explicar a importância dessas obras de concreto armado para a preservação da identidade e alteridade com vista às gerações futuras.

Palavras-chave: Patrimônio. Art. Déco. Memória.



VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA & HISTORIOGRAFIA

ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICAS DA MEMÓRIA

Realização



Apoio

